

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 58 TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 62ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE MAIO DE 2016
1.1 – ATA 5
1.1.1 – ABERTURA 5
1.1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada a comemorar o Dia Mundial do Trabalhador, nos termos do Requerimento nº 15/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores 5
1.1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral do Senado Federal 5
1.1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Jorge Viana) 5
1.1.2.3 – Oradores
Senador Hélio José 7
Sr. Chico Vigilante, Deputado Distrital 9
Sr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho 10
Sr. Hugo Melo, representante da Associação Latino-Americana de Juízes do TrabWWalho 12
Senadora Regina Sousa 13
Srª Geralda Godinho, Presidente do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal 15
Sr. Willian Clementino, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura 16
Senador Donizeti Nogueira 17
Sr. Grijalbo Coutinho, representando a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - Anamatra 18
Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP 19
Sr. Gonzaga Negreiros, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores 20
Sr. João Paulo Ribeiro, Representante da Confederação Nacional dos Servidores Públicos e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB 21
Srª Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores 22
Srª Alessandra Costa Lunas, Líder da Macha das Margaridas 24
Srª Antonieta de Cassia Dorledo de Faria, Líder da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB 25
Sr. Pedro Poeta 26
Srª Eurídice Ferreira de Alemeida, Líder da Fasubra 26
Srª Tatiana Magalhães, representante da Caminhada das Rosas 27
1.1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim) 27
1.1.2.5 – Oradores (continuação)
Senador Telmário Mota 29
1.1.3 – ENCERRAMENTO 30
2 – 63ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE MAIO DE 2016
2.1 – ATA 31
2.1.1 – ABERTURA 31
2.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
2.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 2.2) 31
2.1.2.2 – Suspensão da sessão às 14 horas e 33 minutos 31
2.1.3 – ENCERRAMENTO, NOS TERMOS DO *CAPUT* DO ART. 155 DO REGIMENO INTERNO DO SENADO FEDERAL 32
2.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS
2.2.1 – EXPEDIENTE
2.2.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil
Nº 22/2016 (nº 39/2016, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas 33

2.2.1.2 – Mensagens da Presidente da República

Nº 45/2016 (nº 173/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia e, cumulativamente, ao Estado Independente de Samoa, a Tuvalu, à República de Kiribati e ao Reino de Tonga 48

Nº 46/2016 (nº 174/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação Russa e, cumulativamente, à República do Uzbequistão 211

2.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado

Nº 187/2016, do Senador Hélio José, que *altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação para o trânsito na educação básica* 268

Nº 188/2016, do Senador Telmário Mota, que *autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"* 270

Nº 189/2016, do Senador Telmário Mota, que *autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima* 272

2.2.1.4 – Retificação

Retificação do despacho aposto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2016 275

2.2.1.5 – Término de prazo

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 23 e 24/2016; e do Projeto de Lei da Câmara nº 31/2015 275

2.2.2 – CONGRESSO NACIONAL

2.2.2.1 – Adoção de medida provisória

Adoção da Medida Provisória nº 722/2016, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério do Esporte, no valor de R$ 180.000.000,00, para os fins que especifica*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria 275

2.2.2.2 – Vetos

Veto Parcial nº 13/2016, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 3/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 698/2015) **(Mensagem nº 172/2016, da Presidente da República)** 276

Veto Parcial nº 14/2016, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 5/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 709/2015) **(Mensagem nº 175/2016, da Presidente da República)** 281

3 – ATAS

3.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2015 328

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2016 353

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de abril de 2016 514

4 – ATO

4.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 20/2016 597

5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

5.1 – RESENHA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE ABRIL DE 2016 (SUPLEMENTO "A")

5.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO "B")

5.3 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO "C")

5.4 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL (SUPLEMENTO "D")

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO 598

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 601

8 – LIDERANÇAS 602

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 605

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 626

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 636

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 686

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS 710

14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 720

62ª Sessão, Especial , em 2 de Maio de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Jorge Viana e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 16 minutos e encerra-se às 13 horas e 52 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se a celebrar o Dia Mundial do Trabalhador e da Trabalhadora, nos termos do Requerimento nº 15, de 2016, de autoria do Senador Paulo Paim e de outros colegas Senadores e Senadoras.

Eu agradeço a presença de todos e todas, ao mesmo tempo em que parabenizo o meu colega Paulo Paim, que está aqui, pela iniciativa. Praticamente todo ano eu também estou aqui, nesta sessão, que penso ser a mais justa das homenagens que podemos fazer a todos que ajudam a construir o nosso País, que trabalham aqui e nos demais países.

Eu queria fazer a composição da Mesa, convidando, junto comigo, o Senador Paulo Paim, que certamente vai presidir boa parte da sessão. Eu vim especialmente como Vice-Presidente da Casa para fazer a sua abertura, mas é uma homenagem que também pretendo fazer ao Senador Paulo Paim, para que ele possa dirigir os trabalhos desta sessão.

Então, já contando com o proponente, o Senador Paulo Paim, aqui, do meu lado, eu queria convidar para compor a Mesa o Procurador-Geral do Trabalho, o Sr. Ronaldo Curado Fleury. (*Palmas.*)

Também o Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do Distrito Federal, o Sr. Washington Domingues Neves. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Willian Clementino. (*Palmas.*)

Queria também convidar o Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Floriano Martins de Sá Neto. (*Palmas.*)

Penso até que não seja a composição ainda adequada e peço desculpas, mas não poderia deixar de constar aqui uma representante das trabalhadoras. Convido a Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, Srª Maria das Graças Costa, para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Por fim, para uma homenagem que tomo a liberdade de fazer por sua trajetória de luta, por seu pioneirismo na defesa da classe trabalhadora e na organização, por ser ex-Parlamentar do Congresso, queria chamar, representando a Confederação dos Vigilantes, o Deputado Chico Vigilante para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Temos uma lista de oradores. São pessoas que vão permanecer no plenário e também fazer uso da tribuna. Isso ficará a cargo, no momento em que assumir a Presidência, do Senador Paulo Paim. Vamos também citar outras autoridades que estão aqui nos dando o seu prestígio.

Queria que, neste momento, em pé, em posição de respeito, pudéssemos ouvir o Hino Nacional cantado pelo coral do Senado, um dos patrimônios que temos, pela beleza com que executam inclusive o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Queria agradecer aos colegas servidoras e servidores, trabalhadoras e trabalhadores do Senado que compõem esse coral fabuloso que temos por essa belíssima execução.

Por gentileza, não há problema de nossos convidados tomarem assentos. Temos alguns espaços nas galerias e até mesmo no plenário.

Queria citar também a presença no plenário do Senador Hélio José, que daqui a pouco fará uso da tribuna.

Queria fazer uma fala inaugural e, em seguida, vamos seguir com a lista de oradores.

O 1º de maio é o Dia Mundial do Trabalhador – e é óbvio que isso inclui as trabalhadoras –, também chamado por muitos de Dia do Trabalho. O fato é que não existe trabalho sem trabalhador e sem trabalhadora. E nossa intenção neste dia foi tão somente homenagear o ser humano, o indivíduo, as pessoas que constroem, com o suor do seu rosto, dia após dia, a grandeza deste nosso País.

O 1º de maio é dia de comemoração, com certeza, mas também de reflexão e de luta. Comemoramos os avanços que alcançamos, refletimos sobre as condições de trabalho na atualidade e lutamos para garantir alguns justos direitos que ainda são negados às trabalhadoras e aos trabalhadores. É momento para discutir questões como o trabalho escravo, o trabalho infantil, a aposentadoria, a terceirização ou a sua regulamentação, o desemprego, a desigualdade de renda entre gêneros e raças e assim por diante.

A história da defesa dos direitos dos trabalhadores no Brasil não é tão antiga, por incrível que pareça. Esse nosso País, é bom que lembremos sempre, a história da humanidade é de milênios, a do nosso País, cinco séculos, mas, até dois séculos atrás, nós vivíamos aqui a situação mais deprimente do ponto de vista da relação humana, que era a escravidão. Nosso País era o endereço do maior tráfico de escravos do mundo, e nós devemos sempre no Dia do Trabalho lembrar disso.

E eu falo que não é tão antiga a regulamentação, a celebração do Dia do Trabalho no nosso País, porque eu tenho que voltar um pouco no tempo. O Dia do Trabalho, ou do Trabalhador, ou da Trabalhadora, ou o Dia Internacional dos Trabalhadores é celebrado no dia primeiro de maio não só aqui no nosso País, mas em muitos países do mundo. E ele entrou no calendário em função de um episódio, acho que a grande maioria aqui sabe, mas é importante ficar nos Anais, um episódio que ocorreu nos Estados Unidos em 1886, uma manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago, nos Estados Unidos.

Essa manifestação tinha um propósito: discutir a possibilidade de se ter uma carga de trabalho diária de 8 horas. Esse era o propósito. E isso levou, no dia 3 de maio, houve um enfrentamento com a Polícia e os manifestantes, com a morte de três manifestantes que lutavam pela jornada de trabalho de 8 horas.

No dia seguinte, 4 de maio, uma nova manifestação foi organizada como protesto pelo ocorrido no dia anterior, tendo terminado com o lançamento de bombas e enfrentamento da Polícia aos manifestantes. Os manifestantes, no enfrentamento, houve a morte de um agente. Na rixa que se seguiu, sete outros morreriam.

A polícia reagindo, e parte desse enfrentamento abriu fogo sobre a multidão, matando 12 pessoas e ferindo dezenas. No segmento, cinco sindicalistas foram condenados à morte e três condenados à pena perpétua.

Essa é a base da história do 1º de Maio, como surgiu e como se instituiu para celebrar. Esse episódio lamentável por todos os aspectos e que tem origem num direito sagrado, eu diria, de quem trabalha tentar estabelecer um limite para sua exploração por quem paga, levou a mudar o calendário no mundo inteiro. Três anos mais tarde, no dia 20 de junho de 1889, o Brasil nesse período estava criando a sua República, a Segunda Internacional Socialista, reunida em Paris, decidiu por proposta de convocar anualmente uma manifestação com o objetivo de lutar pelas oito horas de trabalho diário.

A data escolhida foi o primeiro dia de maio, como uma homenagem às lutas sindicais de Chicago. Em 1º de maio de 1891, uma manifestação no norte da França é dispersada pela polícia resultando na morte de dez manifestantes. Esse novo drama serve para reforçar o dia como o dia de luta dos trabalhadores, que também, meses depois, na Internacional Socialista de Bruxelas, proclamaram esse dia como o Dia Internacional de Reivindicação das Condições Laborais.

Em 23 de abril de 1919, o Senado francês ratifica o dia de oito horas de trabalho e proclama o dia 1º de Maio como feriado. Em 1920, a União Soviética adota o dia como feriado nacional. Esse é um dos exemplos mundo afora.

Aqui no Brasil, percorremos um longo caminho desde então. E alguns eventos dessa caminhada merecem ser recordados.

A título de ilustração, em 1912, o Congresso Operário propôs, no Rio de Janeiro, a criação de leis trabalhistas, para regulamentar a jornada de trabalho, o descanso semanal, o salário mínimo e a indenização por acidente de trabalho.

Mas, só em 1930, criou-se, no governo Getúlio Vargas, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1932, o Decreto nº 22.042 regulamentou o trabalho infantil. Em 1934 surgiu a ideia de se criar a Justiça do Trabalho. Em 1940, no dia 1º de maio, foi anunciado o salário mínimo. Em 1943, novamente num dia 1º de maio – isto, todo um trabalho feito no governo Getúlio Vargas, por isso ele é tão reconhecido como alguém que criou as bases das leis, dos direitos da classe trabalhadora do nosso País. Em 1943, novamente num 1º de maio, foi criada a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho. Em 1962, criou-se, já no governo João Goulart, o décimo terceiro salário. Em 1966, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E, em 1972, começaram a ser definidos os direitos e deveres do empregado doméstico.

Eu queria aqui fazer uma referência: no Senado Federal, nós conseguimos também dar a nossa contribuição, para regulamentar o trabalho doméstico em nosso País, em que, em muitas situações, veio a suceder – conhecemos muitos exemplos – uma espécie de escravidão dos tempos atuais.

A situação do nosso País é desafiadora. Depois do Governo do Presidente Lula e também do primeiro mandato da Presidenta Dilma, em que criamos, em nosso País, mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada, vivemos agora um período de aumento do desemprego, que alcança, segundo os dados do próprio Ministério do Trabalho e do IBGE, algo perto de 11%, chegando a 11 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Óbvio, num país continental como o nosso, com 203 milhões de habitantes, quando vivíamos um momento de prosperidade, de crescimento econômico, ter seis, sete milhões de desempregados era considerado inclusive por alguns como pleno emprego, tendo em vista que você tinha uma busca, uma oferta de trabalho grande e isso implicava certa rotação de pessoas de posição de trabalho.

Mas quando se vive um período de recessão, de falta de crescimento econômico ou de crescimento econômico negativo, qualquer número é muito grave porque não há oferta suficiente de trabalho para as pessoas que o buscam. E é nessa situação que nos encontramos, em torno de 11 milhões de brasileiros buscando trabalho.

Queria concluir então dizendo que é preciso proteger o trabalhador, a trabalhadora e o trabalho. Nesses tempos, em que as políticas visando fazer ajustes nos governos e visando também resolver erros cometidos – não falo só do nosso País, mas de países da Europa, de todos os continentes do mundo –, a primeira fórmula que se busca, a solução mais fácil que se busca é pôr uma carga maior ainda nas costas dos que trabalham. Ou, quando não, tirando direitos que foram adquiridos ao longo de décadas.

É preciso que o País coloque suas diferenças de lado, se reconcilie, descubra soluções para o impasse que vivemos. E nós defendemos que só há um caminho para enfrentar esse momento, que é fortalecendo a democracia, é defendendo a soberania do voto e respeitando essa soberania que é a base da democracia. (*Palmas.*)

Só conseguiremos construir um futuro melhor, um futuro próspero e justo por meio do trabalho constante, honesto e produtivo.

Que fiquem registrados meus votos para que, a cada ano que passe, o 1º de Maio seja cada vez mais motivo de comemoração.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu convido agora o colega Senador Hélio José para inaugurar esta fase da nossa sessão especial destinada a comemorar o Dia Mundial do Trabalho, aqui no Plenário do Senado Federal.

Com a palavra V. Exª, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Cumprimento, nobre Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Um momento, Senador, porque estamos com um problema no som. Acho que o nosso painel não está...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – V. Exª quer que eu fale no outro?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, apenas aguarde um pouco, Senador, por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero Cumprimentar o Presidente desta sessão, o Vice-Presidente do Senado Senador Jorge Viana; o signatário da presente sessão, Senador Paulo Paim; o Procurador-Geral do Trabalho Sr. Ronaldo Curado, meu conterrâneo de Corumbá de Goiás; o Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do Distrito Federal, Sr. Washington Domingues Neves – um abraço à Srª Geralda, Washington; o Deputado Distrital Sr. Chico Vigilante, Presidente da Confederação dos Vigilantes; o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Willian Clementino; o Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Floriano Martins de Sá Neto; a Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, Srª Maria das Graças Costa – eu que fui Diretor da CUT por alguns mandatos dou as boas-vindas a esta Casa.

Demais autoridades aqui presentes, Embaixador da República do Equador, Sr. Horacio Sevilla Borja; Embaixador da República de Angola, Sr. Nelson Manuel Cosme; Embaixador da República da Turquia, Sr. Hüseyin Dirioz; Embaixador da República da Costa Rica, Sr. Jairo Gabel Valverde Bermúdez, Embaixador da República Islâmica da Mauritânia, Sr. Wagner Abdoulaye Idrissa; Embaixador da República da Estônia, Sr. Mart. Tarmak; Embaixadora da República de El Salvador, Srª Diana Vanegas; Embaixador da República Bolivariana da Venezuela, Alberto Efrain Castellar Padilla; Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sr. Carlos Eduardo Azevedo Lima; Presidente do Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal, Srª Geralda Godinho e a Secretária das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Srª Alessandra Costa Lunas, demais senhores e senhoras aqui presentes, é com muita alegria que os cumprimentamos.

A comemoração do dia 1º de maio de 2016 se dá em um ambiente que traz a possibilidade de ser um dos mais sombrios para os direitos trabalhistas em nosso País, nobre Presidente Senador Jorge Viana. É bem verdade que desde a sua instituição formal no Brasil, em 1924, todos os anos têm tido sempre um significado mais de alerta do que de celebração, mas este, particularmente, traz motivos de preocupações maiores, com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, pela Câmara dos Deputados.

Pudemos ver o quanto se fortaleceram no Congresso Nacional os grupos que querem reduzir as conquistas históricas dos trabalhadores. Com essa proposição, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços a terceiros e às relações de trabalho dele decorrentes, está a Câmara dos Deputados ameaçando as conquistas instituídas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a CLT. Então, é grave. Isso equivale a dizer que estamos ameaçando uma conquista que já perdura por 72 anos, nobre Senador Paulo Paim. Isso é muito complicado. A aprovação pela Câmara do PL nº 4.330, de 2004, é o maior dos contrassensos da história.

Em 1953, embora o Brasil estivesse submetido a uma ditadura, os trabalhadores tiveram direitos assegurados. Em 2015, em plena democracia, corremos o risco de ver essas garantias caírem por terra – daí a necessidade de nos organizarmos cada vez mais, se quisermos fazer resistência a essa questão.

Nunca é demais lembrar que desde 1889 a Internacional Socialista foi quem proclamou o 1º de maio como Dia Mundial do Trabalho. Mas, em 1895, os trabalhadores brasileiros já se mobilizavam nessa data, afirmando-a como dia de luta em homenagem ao massacre havido em 1886 em Chicago, nos Estados Unidos.

Nunca é demais destacar, igualmente, que as conquistas da CLT em 1943 resultaram de décadas e décadas de luta dos trabalhadores brasileiros, e não de uma concessão de Vargas, como o próprio Departamento de Imprensa e Propaganda quis fazer parecer. Então, foi uma consequência da luta.

Em 1906 foi realizado o Primeiro Congresso Operário no Rio de Janeiro. A primeira greve geral brasileira ocorreu já em 1917. Estamos a dois anos, portanto, de completar um século dessa memória de lutas, a primeira grande greve brasileira. Já então, juntamente com o nascente processo de industrialização e de urbanização, os trabalhadores proclamaram o movimento de rebeldia contra as condições semiescravistas do trabalho.

Embora a história oficial jamais queira dar esse crédito aos trabalhadores – e aos precursores partidos e movimentos da classe operária – as conquistas vindas com a Revolução de 1930 decorreram das mobilizações havidas em anos anteriores.

Estou lendo um pouco rápido porque o discurso é um pouco longo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E nós temos um problema, Senador, temos uma lista grande de oradores. O ideal seria cinco minutos para cada orador.

Por gentileza. V. Exª sempre colabora e não será hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou tentar resumir.

É um dever de cidadania relembrar esses fatos, particularmente nestes dias em que uma mídia predominantemente conservadora tenta diariamente apagar a memória de lutas deste País, querendo fazer parecer que não temos história; que não temos lutas; que o atual estado de direitos e conquistas não decorreu de embates – alguns deles sangrentos.

Considerando lido grande parte do discurso, passo para a parte final.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com o projeto da terceirização aprovado, teríamos uma selvagerização das relações de trabalho, com a piora da segurança, por exemplo. Segundo os dados do Ministério Público e dos Fiscais Federais do Trabalho, de cada dez acidentes com morte nas empresas brasileiras, em oito, as vítimas são trabalhadores terceirizados. Isso é trágico.

Tomemos um cenário como o da energia elétrica para ilustrar essa selvagerização. E como sou engenheiro eletricista, posso dizer aqui com tranquilidade, pois trabalhei por 26 anos numa empresa de energia elétrica, a CEB, aqui em Brasília, e três anos e meio na Eletronorte. Se uma grande companhia do setor elétrico instituir uma concorrência para contratar uma empresa terceirizada, despertará uma acirrada disputa dessas empresas para conquistar os contratos disponíveis. Pelas regras de menor preço, os concorrentes tendem a baixar o valor cobrado. E como o fazem? Reduzindo custos, ora! E como reduzirão? Em áreas como remuneração, qualificação da mão de obra e segurança do trabalho. Resultado: ampliação dos acidentes!

E agora um dado para demonstrar o quanto isso não é apenas uma projeção pessimista: segundo o Dieese, no setor elétrico, 80% dos acidentes de trabalho envolvem trabalhadores terceirizados. Esse estudo foi feito com base nos anos de 2006 e 2008.

Diante da crise econômica que se anuncia, com a potencial redução dos investimentos, com a redução dos índices de empregabilidade, o Brasil precisa reforçar os direitos trabalhistas. E não o contrário – tornar precárias as condições de contratação, remuneração e garantias.

Nunca é demais lembrar o quanto os grandes empreendedores nacionais querem se assemelhar às nações industrializadas, cujo poder se fortaleceu ao longo do século XX.

Tomam os Estados Unidos e muitos países europeus como modelo, mas se esquecem de que foi justamente a força de seus sindicatos que fez a grandeza de suas indústrias. Omitem de seus argumentos que a maior conquista do bem-estar social na Europa ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com o reforço aos vínculos de solidariedade entre os detentores do capital e os trabalhadores. Isso porque, em parte, a eclosão da guerra se deu justamente devido à grande divisão entre capital e remuneração pelo trabalho. E, mais: cinicamente deixam de mencionar que a redução de direitos – com o thatcherismo e outros males do neoliberalismo – acabaram levando à crise a que se assiste hoje na Europa. Todo mundo se lembra da Margaret Thatcher, né?

Esquecem-se os admiradores de uma idealizada economia europeia que foi o pacto do pós-guerra que ampliou outras conquistas de qualidade de vida: assistência à saúde; previdência social; apoio aos aposentados e qualidade de vida na terceira idade.

Então, para concluir, gostaria de conclamar os Senadores e as Senadoras, senhores e senhoras aqui presentes a resistirem a essa pressão: não à precarização das relações de trabalho. Se assim fizermos, estaremos perpetuando os ideais que levaram à instituição do 1º de maio.

Isso era o que tinha a dizer, nobre Senador Paulo Paim, considerando lido o meio do discurso.

Eu quero dizer a todos aqui que é um momento de muita luta, de muita resistência. Estamos a duas semanas de uma mudança em nosso País. Eu mesmo estive com o Presidente do meu Partido – eu sou do PMDB –, Michel Temer, coloquei para ele a importância da preservação dos direitos dos servidores públicos, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos sociais. Ele me garantiu que não iria mexer nessa questão.

(Manifestação da plateia.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor?

Eu acho que temos que nos organizar, cada vez mais, para garantir esses direitos. Esses direitos foram conquistados com muita luta de todos. Não adianta a rebeldia, não adianta nhenhenhém. A admissibilidade vai acontecer, neste plenário, aqui, vocês vão enxergar. Vai acontecer com por volta de 55 a 60 votos de admissibilidade, está certo? Teremos 180 dias em que será necessária muita organização de todos os trabalhadores para resistir à sanha de tirar direitos. Eu estarei do lado para não deixar tirar direitos. Podem contar comigo. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E vou votar pela admissibilidade, para os que estão fazendo vaia aí. (*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, nobre Senador Paulo Paim.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu pediria só que seguíssemos, então, com a sessão.

Eu queria também agradecer a presença do Corpo Diplomático que se encontra aqui, o Embaixador da República do Equador, da República da Angola, da República da Turquia, da República da Costa Rica, da República Islâmica da Mauritânia, da República da Estônia, da República de El Salvador, da República Bolivariana da Venezuela, e dizer que é com muita honra que os recebemos aqui no plenário do Senado Federal.

Eu convido agora, para fazer uso da tribuna...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Temos aqui uma situação que pode resolver as duas coisas. O Deputado Chico Vigilante está na lista de oradores, e eu o convidei para fazer parte da Mesa. Então, eu começarei com V. Exª. (*Pausa.*)

Eu só quero dizer aos convidados que nós estamos dando cinco minutos, para ouvirmos o maior número de representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores. Esse é o entendimento do proponente da sessão e também meu entendimento, como aquele que preside esta sessão.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente Jorge Viana, Presidente desta sessão tão importante nesse momento. Eu quero, nas pessoas de V. Exª, da Graça e da Geralda, cumprimentar todos os integrantes da Mesa, bem como as companheiras e os companheiros do Plenário.

Eu estava ouvindo a abertura feita por V. Exª, olhando este Plenário e dizendo o quanto o Senador Paulo Paim foi feliz em propor esta sessão, porque aqui, neste Plenário, estão exatamente os representantes do que pensa o povo brasileiro. (*Palmas.*)

Aqui estão os comerciários, aqui estão os vigilantes, aqui estão os rodoviários, aqui estão os bancários, aqui estão os juízes democratas, que é o caso do Dr. Grijal; estão os procuradores, preocupados com o mundo do trabalho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO VIGILANTE – ... e estão os trabalhadores rurais. Enfim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO VIGILANTE – Servidores, professores, todos os trabalhadores.

Isso é importante porque, como V. Exª falava, ontem se completaram 130 anos daquela Revolta de Chicago, em que os trabalhadores foram massacrados. E nós, verificando as imagens do mundo ontem, na França, por exemplo, os trabalhadores foram reprimidos do mesmo jeito, porque existe uma tentativa, na França, de se retirarem direitos dos trabalhadores. É até uma questão engendrada, pensada, no mundo, para retirarem direitos.

E aqui, no Brasil, nós já tivemos um Presidente que disse que tinha de acabar com o legado do Vargas, que foi o Fernando Henrique. E acabar com o legado do Vargas é exatamente acabar com as conquistas que estão na CLT. Além da terceirização, que é grave, Senador Jorge Viana, há uma questão mais grave ainda que está passando aí aparentemente despercebida, que é essa maldita ideia de dizer que o negociado vai prevalecer sobre a lei. (*Palmas.*)

Isso é um crime, porque nós estamos falando de um País onde a atual legislação trabalhista ainda não é respeitada. Nós estamos falando de um País onde tem trabalho escravo. Nós estamos falando de um País onde se nega até a pagar um salário mínimo. Como é que o negociado vai prevalecer sobre o legislado se os sindicatos não têm liberdade de negociação? Se fizer uma greve vai demitido? Se ameaça uma greve, tem o chamado interdito proibitório, que é a pior desgraça que a Justiça inventou, ainda disse que tem de ficar a 200 metros do local de concentração, porque não pode mais haver piquete.

Como é que vai prevalecer o negociado sobre a lei?

Mas para que tudo isso aconteça, para levaram tudo na mão grande, estão querendo dar um golpe de Estado neste País. (*Palmas.*)

E não adianta, Senador Jorge Viana, ficarem inventando que não é golpe, porque é golpe. Quem assume o poder sem ter voto é golpe. (*Palmas.*)

Quero ver: qual é o nome de quem assume o poder sem ter voto, senão golpe? Querem dar um golpe igual deram em Honduras, igual deram no Paraguai, e querem dar aqui no Brasil. É um golpe parlamentar.

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO VIGILANTE – Portanto, Senador Jorge Viana, para complementar e terminar, quero dizer para os trabalhadores aqui presentes, para as trabalhadoras:

Não resta outro caminho para nós a não ser a luta. Não é agora que nós, que enfrentamos a ditadura, centenas de nós fomos presos, outros morreram para que tivéssemos liberdade e os direitos fossem preservados, vamos baixar a cabeça para meia dúzia de golpistas que querem tirar o direito dos trabalhadores na mão grande.

Muito obrigado e um abraço a todos e a todas. (*Palmas.*)

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, companheiro querido e bom amigo Chico Vigilante, pela sua trajetória de vida, por sua disposição de dedicar sua vida inteira à luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Exmo Sr. Senador Jorge Viana, Vice-Presidente do Senado e Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, um parceiro de todas as horas do Ministério Público do Trabalho, demais autoridades, autoridades internacionais, meus senhores e minhas senhoras:

Uma música do Gonzaguinha diz:

Um homem se humilha

Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata (Palmas.)

Essa é a realidade do mundo do trabalho. Nenhuma outra atividade do ser humano é tão completa no que se refere à dignidade, senão o trabalho. O trabalho dignifica o ser humano. O trabalho traz ao ser humano a possibilidade de ele se completar, de ele alimentar sua família, de ele se realizar, de ele se sentir útil para a sociedade em que vive. Uma pergunta deve ser feita nesse momento em particular, nesse 1º de maio. Temos o que comemorar?

Recentemente, tive oportunidade de ver um filme que mostra justamente os efeitos nefastos do liberalismo exacerbado na própria economia do país que é a alavanca econômica mundial, os Estados Unidos da América.

O que aconteceu na última crise econômica dos Estados Unidos e o porquê, a ponto de os economistas mais liberalistas dos Estados Unidos pedirem a volta do Estado na regulamentação da economia. Empréstimos bancários concedidos até para cachorro. Essa era a realidade do liberalismo norte-americano.

E o que nos espera? O que podemos esperar no mundo do trabalho, no mundo do Direito do Trabalho? Com certeza, a volta, em uma volúpia muito mais exacerbada, principalmente de três questões básicas: terceirização, definição de trabalho escravo e tentativa de imposição do negociado sobre o legislado.

Com relação ao trabalho escravo, na audiência que eu tive a oportunidade de participar, com o Senador Paulo Paim, eu dizia que, 100 anos atrás, pouco mais de 100 anos atrás, 140 anos atrás, éramos referência de vergonha para o mundo, por sermos um dos últimos países a ostentar o trabalho escravo.

Hoje somos referência positiva, não só no combate ao trabalho escravo, mas como na legislação protetiva dos trabalhadores. E o que se busca nessa tentativa de mudança da conceituação? Voltarmos pelo menos 100 anos na história.

Da mesma forma, essas outras questões...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – ... colocadas, a tentativa de liberalização absoluta da terceirização. Os trabalhadores devem estar muito conscientes de todas as tentativas de retrocesso na legislação trabalhista.

E eu trago aqui uma outra canção, um pouco mais nova, da minha geração, que é do Legião Urbana, que diz; "Sem trabalho eu não sou nada. Não tenho dignidade. Não sinto o meu valor. Não tenho identidade".

Há o que comemorar? Não, temos que ficar atentos a todas as tentativas de retrocesso na legislação trabalhista que estão vindo.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar o Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho.

Eu vou passar a Presidência. É uma maneira de homenagearmos todos vocês, todos os que estão nos acompanhando pela Rádio e TV Senado. Queria dizer que é com muita satisfação que tive a honra de presidir parte desta sessão, mas quero passar a Presidência ao Presidente Paim para que ele possa presidir, que é uma maneira de homenagearmos um dos guardiões da luta dos direitos dos trabalhadores no Parlamento brasileiro. (*Palmas.*)

Mas, antes, quero fazer um brevíssimo comentário. Eu, particularmente, como Parlamentar, lamento estar vivendo essa quadra da política brasileira: aquela sessão deprimente do dia 17 passado, que envergonhou o Parlamento brasileiro – e falo isso com absoluta tranquilidade –... (*Palmas.*) ...e uma situação um pouco mais grave. O Senado, dentro desse processo que estamos enfrentando, no meu ponto de vista, de ruptura com a Constituição, com a institucionalidade e com a soberania do voto popular, nesse processo aberto de *impeachment*, é o tribunal, que faria o julgamento justo – faria o julgamento justo –, porque não acredito em julgamento nenhum se já temos, paralelo a um Governo eleito nas urnas, um outro governo sendo montando como se já soubesse o resultado que dará o Senado Federal. É lamentável estar vivendo isso.

Se grupos políticos, com alianças com empresários, e setores do grande conglomerado de comunicação se juntam para enfrentar aquilo que é sagrado na Constituição, que é a soberania do voto e a nossa democracia, o que não farão contra a classe trabalhadora?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço muito ao Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Casa, que fez questão de abrir os trabalhos nesta data, meus amigos e minhas amigas, histórica.

Eu vou passar a palavra em seguida aos inscritos, inclusive aos dois Senadores que estão aqui presentes, Senadora Regina e Senador Donizete, que estavam na outra atividade comigo, uma grande atividade, em que as mulheres brasileiras colocaram firmemente que não aceitam nenhum ataque à democracia e nem o retrocesso.

Uma salva de palmas às mulheres, pela atividade que realizaram hoje pela manhã. (*Palmas.*)

Eu queria dizer para vocês, pessoal, que talvez muitos não mediram e não perceberam a importância desse evento no dia de hoje.

Esse evento sucede o primeiro de maio. Esse evento, para aqueles que estão aqui, nesse momento, podem saber que vocês estão participando de uma sessão histórica, e aqui, no máximo em duas semanas, nesse mesmo plenário, vocês poderão assistir a Senadores e Senadoras decidindo que uma Presidenta, eleita pelo voto popular direto, seja destituída ou não, e honesta – e honesta –, seja destituída ou não.

Então, vocês antecedem aquele momento. Então, a fala de vocês aqui ficará nos Anais da Casa como um marco daqueles homens e mulheres, porque, como eu disse recentemente, em tempo de guerra, nós damos as nossas vidas e de nossos filhos em nome da Pátria, e eu não conheço pátria nenhuma que seja uma pátria de verdade ferindo de morte a própria democracia. (*Palmas.*)

É essa pátria que é a nossa Pátria.

Por isso que eu sou um democrata, por isso que eu estou aqui com vocês.

Eu sei que nós vamos falar aqui, hoje, lembrando a trajetória dos trabalhadores do mundo, mas não tem como nós não falarmos aqui da ponte para o futuro, ou, como alguns dizem, a ponte para o retrocesso.

Cada um de vocês que estão aqui inscritos vão usar a tribuna, eu sei que de forma respeitosa, mas ao mesmo tempo não deixarão de expressar a sua opinião sobre o momento que nós estamos atravessando.

Eu sempre digo que em momentos como esse os melhores líderes são chamados a se posicionar e, por isso, nós estamos aqui. Não que sejamos melhores, mas queremos estar entre aqueles que têm lado na história, e o nosso lado, podem ter certeza, é o da defesa intransigente da democracia.

Com a democracia, tudo, sem a democracia, nada.

Que assim seja. (*Palmas.*)

Eu queria de imediato passar a palavra – eu sei que ele tinha um compromisso, não sei se ainda está conosco – ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. (*Pausa.*)

Ele teve que sair.

Então, neste momento, passamos a palavra ao representante da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, o Sr. Hugo Melo, que construiu um documento de suma importância. E eu li daqui da tribuna, Hugo, na íntegra, o documento que você me encaminhou em nome dos juízes e advogados da América Latina.

O SR. HUGO MELO – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, senhores e senhoras, trabalhadores aqui presentes, demais autoridades que já foram nominadas, Srªs e Srs. Senadores, este é um momento gravíssimo por que passa o Brasil.

Nada direi a respeito da data histórica do 1º de Maio porque isso já foi dito. Seguirei a resposta do Procurador-Geral do Trabalho: não temos efetivamente o que comemorar nesse dia, mas temos muito o que advertir à classe trabalhadora do que virá pela frente.

A Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho vem denunciando, há tempo, o golpe parlamentar que se desenvolve aqui no Brasil. (*Palmas.*)

A última nota de nossa entidade foi lida aqui no plenário do Senado Federal, na semana passada, pelo combativo Senador Paulo Paim.

E ali deixamos muito claro que a tomada do poder por vias transversas, disfarçada de *impeachment* de uma Presidente que não cometeu nenhum crime de responsabilidade, é evidentemente golpe de Estado *(Palmas.)*, nos moldes em que vem sendo praticado na América Latina, que já vitimou Honduras, o Paraguai e que agora está por vitimar o Brasil.

Não adianta que se façam pesquisas de opinião, revelando-se que a maioria absoluta do povo brasileiro não quer o *impeachment*, que a maioria do povo brasileiro rejeita a posse do Sr. Vice-Presidente da República *(Palmas.)*, que a maioria do povo brasileiro sabe que a consequência desse golpe será o retrocesso social em nosso País, ainda assim, ao que parece e pelas falas desanimadas dos Srs. Senadores, é exatamente o que vai acontecer no Brasil.

Vão passar o golpe de qualquer jeito, mas, seguramente, não farão passar o retrocesso social no Brasil, porque nós não permitiremos. Os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil *(Palmas.)* resistirão àquilo que vem pela frente.

O Diap já listou, Sr. Presidente, 55 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, todos eles destinados a reduzir o patamar de proteção dos trabalhadores no Brasil, todos eles atendendo ao interesse do grande capital.

E é para isto que esse golpe está sendo perpetrado: para que se ponha em prática, para que se aprovem esses projetos e que os trabalhadores e trabalhadoras tenham as suas condições de vida reduzidas, o patamar de proteção reduzido e voltem ao momento anterior ao que vivemos hoje.

Foi com muita luta que alcançamos esse nível de proteção social que temos hoje, e não vamos permitir que nos retirem um milímetro, até porque a nossa Constituição, Sr. Presidente, assegura o princípio da não regressividade social, o princípio da progressividade social, ao dizer que, além dos direitos que proclama, só outros que venham melhorar a condição do trabalhador poderão ser aprovados no Congresso Nacional.

E é nessa perspectiva que a classe trabalhadoras, o Ministério Público do Trabalho, os advogados trabalhistas, os senhores fiscais do trabalho e os juízes do trabalho estarão na frente de luta, como sempre estivemos, para barrar os projetos mais nocivos que se apresentam nesta Casa, como o projeto que pretende ampliar irrestritamente a terceirização no Brasil, precarizando o trabalho de todos os trabalhadores, o projeto que quer fazer prevalecer o negociado sobre o legislado, no momento em que os trabalhadores não têm poder de barganha...

(*Soa a campainha.***)**

O SR. HUGO MELO – ... para negociar direitos mais favoráveis do que aquele que a lei já lhes oferece.

E é nessa luta que vamos estar, outra vez, unidos. E, outra vez, sairemos vencedores.

Ainda que passe o golpe de Estado, aqui neste País, nos próximos dias – e esse é um diagnóstico pessimista que se faz –, podemos ser pessimistas no diagnóstico, mas sempre fomos otimistas na luta e continuaremos sendo, para dizer que o retrocesso social não vai se implantar no Brasil, porque a classe trabalhadora não permitirá.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Este foi o representante da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, Sr. Hugo Melo.

Intercalando agora, queria dar a palavra para um Senador ou para uma Senadora.

Senadora Regina Sousa com a palavra neste momento, ela que terminou agora de presidir, porque vim para este plenário, a reunião que discutiu Democracia e os Direitos das Mulheres.

Uma salva de palmas a essa lutadora. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todas e a todos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, convidados, convidadas, acabamos de fazer uma audiência pública na CDH em relação aos direitos das mulheres. Aí eu convidei todas a virem para cá porque, de certa forma, era o mesmo tema que ia estar em pauta. Porque trabalhadores e trabalhadoras são prejudicadas da mesma forma.

Eu fui presidente do sindicato dos bancários do meu Estado, o Piauí, do Partido dos Trabalhadores, e a impressão que tenho é de que estou vivendo aqueles anos lá, desde os anos 70 que participo da luta. E as bandeiras, de repente, voltaram. As nossas bandeiras dos anos 70, dos anos 80, que achávamos que tínhamos conquistado, que agora seria avançar mais, vejo que estamos buscando proteger ou até conquistar de novo – que algumas já se foram –, essas bandeiras da minha época de sindicalista do sindicato dos bancários, e com esse componente novo que é o golpe parlamentar.

Aqui Senador tem pavor da palavra golpe. Quando a gente fala a palavra golpe aqui só não pedem para tirar dos *Anais* porque a gente tem essa prerrogativa de falar o que quiser nessa tribuna, mas eles protagonizam aqui coisas terríveis.

Agora, como não chamar de golpe uma coisa que já tem inclusive resultado? Só está cumprindo um rito aquela comissão. Mas lá toda votação, por mais simples que seja, um requerimento mínimo que um Senador da nossa Bancada faz é rejeitado. Lá, toda votação é 16 a 5. Então, já sabemos o resultado. E relatado por um

Senador que quando governador pedalou muito, deve ter diferença de marca de bicicleta. Porque como pode um Senador do partido que pediu o *impeachment,* que encomendou inclusive estudos a uma advogada, pagou 45 mil, não sei porque o número 45, podia ser 46, podia ser 50, mas pagou 45 mil para ela emitir um parecer, e não querem que a gente chame de golpe?

Eu já fiz um discurso aqui, mas como aqui o público é outro, aliás fui desmentida por um Senador, e quando eu tiver oportunidade e ele estiver presente quero fazer a comprovação do que disse.

Porque ele disse que o que eu falei era mentira. Então, ele me deve, depois que eu provar que não eram minhas palavras, no mínimo um pedido de desculpas. Não sei se vai fazer.

É golpe o que está planejado. Foi encomendado em maio o parecer. Então, foi uma coisa de encomenda. A Presidenta mal tinha tomado posse!

E teve também o que já falei aqui em discurso, mas vou repetir algumas coisas, o *bunker* na casa do Deputado Heráclito Fortes, com aulas sobre estratégias sobre *impeachment*, sobre como construir o *impeachment*, dadas pelo ex-Ministro Nelson Jobim. Isso foi Heráclito quem disse em entrevista descontraída para *O Estadão,* não sou eu.

Citou o nome do QG, que era a casa dele, mas citou o nome do comando. Havia um comando, que ele chamava de G8. Ele mesmo diz que um deles era Mendonça Filho, Deputado de Pernambuco, se não me engano...

(*Soa a campainha.***)**

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele mesmo coloca: "O cérebro da conspiração". Isso é fala do Deputado Heráclito. Desde 15 de abril, reuniões semanais na casa dele.

Então, como é que não é golpe? Quem conspira faz o quê?

E por lá passaram alguns Senadores, e, inclusive, cita bem o nome do José Serra.

Mas por lá passou o Vice-Presidente da República! O que foi fazer lá o Vice-Presidente da República, se não foi articular um golpe?

Então, não sou eu quem está dizendo. Isso estava lá na reportagem do *Estadão*. É bom que todo mundo reproduza bastante essa reportagem nos seus Estados, porque ela passou meio calada, porque foi no fervor da votação. Mas ela está lá no site do *Estadão* no dia 16, tintim por tintim desde abril, culminando agora.

Essa história de pedaladas...

(*Interrupção do som.***)**

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ...termino já.

Na verdade, estava tudo planejado. Eles encontraram... É só ver a narrativa da defesa que nós conseguimos nos defender bastante. É importante que vejamos a defesa do Ministro Nelson Barbosa e do Ministro Eduardo Cardoso.

E eu queria finalizar mencionando o componente sexista desta história. Eu nunca vi uma presidenta tão desautorizada! Hoje ou sexta-feira, ela emitiu a medida provisória, tratando da questão das Olimpíadas. "Ah, é a palavra publicidade!"

A questão é que quem vai transmitir as Olimpíadas quer ganhar dinheiro, e ela emitiu a medida provisória, e o Ministro Gilmar Mendes, a pedido do Paulinho, da Força, anulou.

Nem sei se pode. Olha a interferência de um Poder no outro. A mulher ainda é a Presidenta deste País!

Então, anula uma medida provisória. Eduardo Cunha disse que não reconhece mais a Presidenta, o Governo. Não tem Governo para ele, ele decretou vacância. Não recebe mais documento nem discute mais nenhum projeto que esteja lá. O que é isso?

Mandar pessoas para vigiar a Presidenta na ONU – fariam isso com um homem? É uma pergunta que eu faço. Será que fariam? Porque o Lula tem língua solta. Lula viajou este País todo, tem uma língua solta incrível. Fizeram isso com o Lula? Não. Estão fazendo com a Presidenta mulher.

Então, gente, além de tirar uma Presidenta, estão depondo também as nossas conquistas, a proteção social que se criou neste País para os mais pobres e algumas conquistas, alguns avanços que tivemos para a classe trabalhadora.

Eu quero agradecer a tolerância, Senador Paim. Muito obrigada.

E vamos à luta, porque... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nós vamos resistir a esse golpe com todas as nossas forças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos. Sempre tranquila a Senadora Regina Sousa.

Agora passamos, intercalando, a palavra para a Srª Geralda Godinho, Presidente do Sindicato dos Comerciários do DF.

A SRª GERALDA GODINHO – Bem, acho que ainda é bom dia, porque não almoçamos ainda.

Eu queria cumprimentar a Mesa; nosso Senador Paulo Paim; nosso Deputado Chico Vigilante; nosso Procurador do Ministério Público, Procurador-Geral do Trabalho; a nossa companheira da CUT, a Rosana; os senhores e senhoras; os trabalhadores, principalmente, nessa data tão importante que a gente... Mais uma vez, quando a gente olha para o futuro, é sofrimento.

Eu não poderia deixar de aproveitar esse momento para pedir encarecidamente, em nome dos trabalhadores do Brasil, dos comerciários, categoria que eu represento, principalmente aos três Senadores do DF – que foram, na sua grande maioria, eleitos pelos trabalhadores –, para que reflitam. Apesar de o nosso Senador Hélio José já estar colocando a sua posição, que todos reflitam – o Cristovam Buarque, por quem fomos à rua fazer campanha, o próprio Hélio José que, através do Rollemberg, foi eleito e está hoje como Senador –, que reflitam e pensem nos trabalhadores e nas trabalhadoras. Nós sabemos o que vai acontecer com este País.

Em 1998, eu era presidente do Sindicato dos Comerciários quando estávamos sendo governados por Fernando Henrique Cardoso, PSDB. E com tal crise, na época, e que hoje não se fala mais, acabaram com o nosso descanso aos domingos. Sacrificando milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

E esse povo só sofreu mais. Hoje, vários pequenos comerciantes e trabalhadores falam que foi uma tragédia para eles e para suas famílias.

Então a gente pede para que se reflita, porque hoje o que está se acenando com essa Ponte para o Futuro, a gente vê que é uma tragédia para o nosso futuro, para o futuro dos trabalhadores.

E aí fico pensando, Presidente, o que adianta um País tão rico? O que adianta as pessoas ricas, os patrões ricos, e os trabalhadores passando fome?

Eu fico lembrando que há 13, 15 anos, lá em casa, por exemplo, a gente comprava uma galinha para dar uma semana inteira. O meu pai, na época, fiscalizava qual filho colocava mais um pedaço de carne no seu prato. E a gente vê hoje que é outro resultado, que é outra coisa. Hoje, os nossos filhos comem mais de um tipo de carne por dia. E isso foi graças ao governo do PT... (*Palmas.*) ... que estão tanto achincalhando e difamando.

Claro que foi uma coligação com vários outros. Não adianta ter um país com grande potência se o povo passa fome, se os trabalhadores não têm direito à aposentadoria. E é isso que a gente vai ver.

Hoje, graças ao Paulo Paim, um dos Senadores que mais brigou pela gente, e que a gente teve direito ao 85/95. O fator quase teve fim. Mas e aí? E o que se desenha para o nosso futuro? Será que nós trabalhadores do comércio vamos ter direito de nos aposentarmos? Pelo que a gente vê com o Ponte para o Futuro, não é o que vai acontecer.

Então, gostaria de pedir essa reflexão nesta Casa, neste momento tão importante que estamos vivendo, para não retroagir os direitos, porque não adianta a gente ter uma potência, tantos comendo tanto e trabalhadores, pessoas que recebem Bolsa Família...

(*Soa a campainha.***)**

A SRª GERALDA GODINHO – ... passarem fome. De que adianta isso? Para quê? Para que o empresário ter carro importado, dois, três, quatro carros na sua garagem e sabendo que o seu funcionário ou o lavador de carro, ou da esquina, que estão passando fome? Vamos refletir, gente.

Nós precisamos colocar isso. Amor no coração.

E que Deus ponha a mão nesta Casa. Este Brasil tão abençoado por Deus... Eu acredito que Deus vai virar as costas para isto aqui, porque é tanta desumanidade que vai acontecer para nós.

Então eu queria me desculpar por minhas palavras, agradecer o nosso Deputado Chico Vigilante, que é uma pessoa que tem batalhando muito pelo nosso DF.

E eu espero que nós, no Brasil, não vivamos o que nós estamos vivendo hoje no Distrito Federal, que é um desgoverno, fechando UPA, fechando os hospitais por incompetência. (*Palmas.*)

Porque não teve condições nem de usar a verba que o Ministério da Saúde mandou para o DF.

(*Soa a campainha.***)**

A SRª GERALDA GODINHO – Então espero que o nosso Governo Federal, que o nosso Brasil não seja um Distrito Federal, porque nós estamos vivendo há quase dois anos com esse desgoverno do Rollemberg.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Presidente do Sindicato dos Comerciários do DF, Srª Geralda Godinho.

Neste momento, ainda, vou passar a palavra para o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Willian Clementino. (*Palmas.*)

Ao mesmo tempo, eu queria dar uma salva de palmas para os trabalhadores que estão nas galerias. Queriam estar aqui, no plenário, mas foram encaminhados para as galerias. (*Palmas.*)

O SR. WILLIAN CLEMENTINO – Sr. Senador Presidente desta sessão, Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me. Eu queria convidar o JP, que representa a CSPB nesse evento e também a sua central, para que ele viesse participar aqui da Mesa com a gente. Por favor, JP.

Vou garantir o seu tempo aí.

O SR. WILLIAN CLEMENTINO – Sr. Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, senhoras e senhores aqui da Mesa, em nome da Contag, saúdo todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, em especial os trabalhadores e diretores da Contag aqui presentes.

Quero dizer, Senador, que comemorar o Dia Mundial do Trabalhador, no ano de 2016, aos meus 36 anos de vida, talvez seja um dos piores anos de se comemorar. Comemorar com essa sensação de ameaça eminente.

Eu o escutava há pouco lá na Comissão de Direitos Humanos, e, se não é dúvida minha, já na Câmara dos Deputados, neste ano, não haverá sessão de homenagem aos trabalhadores. Está aí a dita ponte para o abismo. Já é um sinal real da ameaça que nós, enquanto trabalhadores, que construímos este País no dia a dia, já não podemos mais ser homenageados por aqueles supostos representantes da classe trabalhadora.

Isso nos envergonha, isso nos entristece e isso, por outro lado, nos desafia. Mas saibam todos aqueles que querem mexer nos nossos direitos que o amanhã não será as flores como plantam hoje. E já diz a Bíblia que a semeadura é opcional, mas a colheita é obrigatória. Esperem-nos, porque vamos estar nas ruas, defendendo todos os nossos direitos. (*Palmas.*)

É preciso dizer que comemorar... Eu nem sei se comemoramos, Senador Paim e demais companheiros, mas nós nos remetemos, nesse momento, a revigorar as nossas energias e as nossas lutas, para fazer o enfrentamento. E não venham tentar nos inibir, porque a forma de a classe trabalhadora defender os seus interesses, seus direitos, é as ruas. De fato, a mobilização. E àqueles que ainda não aprenderam, com a tão jovem democracia, ainda é tempo para aprender, para ter que nos respeitar, porque também passaram o golpe na Câmara dos Deputados. E, pela infâmia fala anterior a nós, passará aqui também. Mas não se esqueçam de que 2018 virá, e os trabalhadores que defendem um interesse vão ocupar esse espaço, não para ser homenageado, mas para fazer valer os direitos dos trabalhadores. Esse é o caminho. (*Palmas.*)

Quero dizer, assim como a Deputada Erika Kokay, que muito bem representa os trabalhadores, que a democracia é a mãe de todas as conquistas e que nós não podemos abrir mão dela em nenhuma das condições, em nenhum dos momentos da nossa vida.

Quero dizer que, no Dia Mundial do Trabalhador, nós só podemos perceber, num Parlamento que diz que representa os trabalhadores, ameaça à vida e aos nossos direitos.

Quanto ao trabalho escravo, ainda envergonha o nosso País as tentativas de dar outros nomes, para poder burlar, enganar-nos e nos fazer de vítimas. Quem nunca teve, nunca passou um dia de trabalho forçado, trabalho escravo – ou de seus parentes –, não queira passar, porque essa é uma coisa muito difícil. E eu tive a infâmia de passar por isso ainda na minha infância. Já tive várias experiências e eu acho que estou construindo um País para que meus filhos não passem por isso e meus companheiros tampouco.

Está em curso um golpe também aqui no Senado Federal, que já aconteceu na Câmara. Um Golpe contra uma mulher, uma trabalhadora, uma Presidenta. Um golpe machista, um golpe daqueles que não admitem que nós possamos estar falando nesta tribuna aqui, hoje... (*Palmas.*)

Um golpe daqueles que não admitem que os jovens negros, que as mulheres negras, que os jovens do campo possam estar na universidade, andando junto com os filhos dos patrões; andando junto, não; andando no mesmo espaço, porque não dá para andar junto em muitos espaços e com muitas dessas pessoas.

São esses que querem passar o golpe aqui, no Senado. Essa ponte para o abismo não nos representa. Deste Governo, suposto Governo, nós não temos nada a temer e não o reconhecemos neste País, como trabalhadores e trabalhadoras.

É preciso dizer que os trabalhadores do campo, das florestas e das águas, os agricultores familiares que alimentam o nosso País vão continuar em luta, em defesa da reforma agrária, em defesa do fortalecimento da agricultura familiar e, sobretudo, em defesa da soberania alimentar e da democracia.

Nós não queremos voltar, Senador Paulo Paim, aos tempos passados, quando íamos a pé buscar as nossas cabras, as nossas vacas. Nós queremos continuar nos tempos construídos por este Governo, que podemos ir de moto buscar as nossas cabras, as nossas vacas, porque nós também temos direito, porque nós construímos, no dia a dia, este País.

Portanto, viva a reforma agrária! Viva a agricultura familiar! Vivam todos os trabalhadores do Brasil! E não vamos aceitar golpe.

Por fim, quero aproveitar este importante momento para homenagear todos os agricultores familiares e camponeses deste País, que sempre resistem, mas, em especial, quero homenagear os camponeses do Município de Wanderlândia, meu Município, que nos assistem no Tocantins agora, em especial os assentados do meu projeto de assentamento Costa Rica.

Um grande abraço.

Vamos à luta!

Não haverá golpe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Willian Clementino.

Agora quero passar a palavra ao Senador Donizeti. Naquilo que combinamos, vamos intercalando: falam dirigentes sociais e sindicais, falam os Senadores.

O Senador Telmário Mota está inscrito também para usar a palavra no momento adequado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paulo Paim, Srs. Membros da Mesa, quero cumprimentar, em nome do Willian, os nossos companheiros de luta e do Partido dos Trabalhadores no Tocantins; nossos convidados, trabalhadores e trabalhadoras, a cena se repete, companheiro de longas lutas, Chico Vigilante.

Se em 1930, o chimarrão afastou o Café com Leite, eles sempre tentaram voltar; e sempre tentaram voltar por meio de golpe.

Depuseram Getúlio em 1945. O povo resolve que ele tem que ser Presidente e o elege, mas eles não deixam ele governar. Comparando os discursos, as narrativas, os atores, são os mesmos de 1954 que não permitiram que Getúlio governasse. Por causa dos avanços para a classe trabalhadora, sobretudo para a soberania do nosso País, querem impedir a Presidenta Dilma de governar. É a mesma narrativa, o mesmo discurso.

Eles tentaram, no discurso ainda, como não dava para falar do comunismo, colocar na cabeça, e colocaram na cabeça de alguns fascistas reacionários, o discurso do bolivarianismo e da corrupção. Combatiam Getúlio pela questão da corrupção. Getúlio deu o golpe no golpe. Juscelino foi eleito, mas não podia tomar posse. Tomou posse garantido. Fez um grande governo para este País, continuando a marcha para oeste de Getúlio Vargas, que era a interiorização do desenvolvimento.

Costumo dizer, no meu Estado, que Palmas, a capital do Tocantins, é o último evento para a marcha para o oeste, que tirou os olhos do Brasil do mar e trouxe para o centro do País. Companheiro Chico Vigilante, quando o Fernando Henrique, no seu discurso de posse, disse que ia acabar com o legado do getulismo, era para botar os olhos do País na Av. Paulista e tirar do centro do País, era para voltar os olhos do País a serviço do capital internacional, voltar os olhos do País para além-mar, como foi feito. Mas veio o Presidente Lula. Aliás, ainda Jango. Por que Jango foi deposto? As reformas de base ameaçaram.

Seguindo nessa trajetória, para encurtar, porque nosso tempo é exíguo e não quero prolongar, em determinado momento, nasceu no País um cacto que vem do Nordeste. Ele assume o Governo e incomoda a elite porque o filho do vaqueiro estuda na mesma universidade que o filho do fazendeiro, o filho do operário do chão da fábrica estuda nas mesmas universidades que os filhos dos donos da fábrica. (*Palmas.*)

Isso não pode porque eles estão aceitando a competição em igualdade dos filhos dos trabalhadores com os filhos do patrão.

É isso que está em jogo hoje: essa questão de o Presidente Lula elevar a autoestima do povo brasileiro, ampliar o exercício da cidadania, aumentar as universidades, aumentar as oportunidades dos filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras para poderem estudar.

Está aqui o Willian, que agora está fazendo universidade. Eu tenho uma sobrinha, filha do meu irmão, que não estudaria medicina nunca na vida, porque meu irmão não tem como pagar nem a mais barata universidade, cursos que não são medicina. Estuda bancada pela sociedade brasileira, através do Enem.

Isso não pode, mas esses vão continuar tentando. Eu penso que a ida da Presidenta Dilma, ontem, ao Anhangabaú, como foi o Jango, na Central do Brasil, Senador Paim, eu tenho crença, eu tenho fé, aqui neste Senado, nós vamos barrar o *impeachment*.

Podemos não barrar a admissibilidade, mas o *impeachment* nós vamos barrar, porque haverá a força da rua e haverá aqueles homens e mulheres Senadoras, aqui, que não são negociantes, que são, sim, representantes do povo brasileiro, de seus Estados. Nós vamos barrar o *impeachment* aqui.

Basta que a gente, como já disse o Gonzaguinha... Eu queria lembrar do dia do processo, no dia 17, da vergonha nacional, mas eu penso que é um fato importante na história brasileira, porque mostrou para o povo qual Parlamento foi produzido nesses últimos anos.

E aí eu lembrei de Raul Seixas, há uma música que diz o seguinte:

Tente outra vez.
Veja! Não diga que a canção está perdida.
Tenha fé em Deus, tenha fé na vida.

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) –

Beba! Pois a água viva ainda tá na fonte. (*Fora do microfone.*)
Você tem dois pés para cruzar a ponte.
Nada acabou!

Nós não podemos desanimar de que a Câmara vai impor ao Senado o *impeachment*. O povo brasileiro, os trabalhadores e as trabalhadoras, através da mobilização, irão convencer a cada Senador aqui, senão todos, mas a maioria deles para que a gente não permita esse golpe. Porque não tem outra explicação.

E é um golpe que nasce de uma conspiração dentro do Palácio do Planalto, por um cara que era Ministro da Articulação Política, que conspirou, traiu a Presidente, traiu o povo brasileiro pra dar o golpe.

É golpe! Não adianta a oposição ao nosso Governo vir aqui estrebuchar. Ficou provado pelo Ministro Nelson Barbosa, pelo Advogado-Geral da União, Eduardo Cardozo, e pela Ministra Kátia Abreu, na Comissão, que não existem os crimes que eles querem imputar à Presidente. Então, o que é isso? É golpe! E nós não vamos permitir.

Nós temos que comemorar as nossas vitórias, mas não podemos estar desatentos nem embriagados só pela alegria, mas, sobretudo, pela reflexão de que esse 1º de maio no Brasil é diferente e que nós precisamos ocupar as ruas, convencer a sociedade democrática deste País de que é a rua que vai mudar o curso do que planejaram aí, que é o golpe, impedindo o golpe e mantendo a vontade do eleitor, como senhor e dono da razão, como soberano que decide na democracia.

Um abraço a todos. Obrigado pela oportunidade de estar com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Donizeti, como sempre, muito claro e muito firme.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lá para ganhar tempo, pessoal.

Representando a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Sr. Grijalbo Coutinho. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O SR. GRIJALBO COUTINHO – Exmo Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento e, assim, também cumprimento todos os demais integrantes da Mesa, também o Deputado Chico Vigilante, a Graça, da CUT, os demais representantes sindicais, senhores trabalhadores e trabalhadoras, senhores líderes sindicais, servidores desta Casa e demais presentes.

É com imensa honra que aqui falo, rapidamente, em nome da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), a entidade que congrega todos os juízes do trabalho, cerca de 4 mil juízes no Brasil.

O Presidente Germano Siqueira não pôde se fazer presente e me designou – acho que na condição de ex-Presidente desta entidade, que presidi há alguns anos – para firmar o nosso compromisso, o compromisso em defesa do direito do trabalho, do direito do trabalho protetivo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a Anamatra realizou o seu congresso, que ocorre a cada dois anos, na semana passada. Estivemos reunidos durante quatro dias em Salvador. V. Exª teve a oportunidade de participar do penúltimo, lá em Gramado. Nós dividimos, inclusive, uma mesa. Ali os juízes do trabalho firmaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Comprometi-me de participar do outro, que vai ser em Belo Horizonte.

O SR. GRIJALBO COUTINHO – Em Belo Horizonte, em 2018.

Pois bem, ali os juízes do trabalho discutiram inúmeros temas, crise política, econômica e também o direito do trabalho. Pois bem, depois, ao final, foi elaborada uma carta, a Carta de Salvador, carta longa a Carta de Salvador.

No que se refere à crise política, os juízes do trabalho ali decidiram que é fundamental preservar a independência da magistratura, é fundamental, e que essa preservação se dá, sem nenhuma dúvida, observando alguns princípios constitucionais que são assegurados a todos os cidadãos, que os juízes sejam isentos, que

os juízes observem os princípios do devido processo legal, o princípio do contraditório e da ampla defesa. Esse foi um dos primeiros itens da Carta de Salvador em relação à crise política.

E, também, essa Carta, Sr. Presidente, mais uma vez reafirmou o compromisso dos juízes do trabalho com o direito do trabalho protetivo. E está dito lá, Sr. Presidente, eu leio:

> Externam os juízes do trabalho a convicção de que crises econômicas não podem pôr em xeque o conceito e as garantias do estado social, denunciando o movimento de avanço de um tipo de legislação que pretende solapar, acabar com direitos sociais históricos e subverter a lógica da norma mais favorável e da melhoria contínua, próprias do Direito do Trabalho e dos direitos humanos fundamentais. Como são as propostas flexibilizadoras que tramitam por esta Casa, do negociado sobre o legislado, da terceirização e também uma outra que corre aí, fora do Parlamento, que é a da mediação, da terrível mediação. Portanto, os juízes do trabalho rejeitam, entre outras coisas, a terceirização, o negociado sobre legislado e a mediação.

Essa é a decisão majoritária, tomada em assembleia durante um congresso nacional representativo de quatro mil juízes do trabalho, Sr. Presidente, porque nós bem sabemos que, se não fosse o trabalho abnegado dos trabalhadores, das entidades sindicais e do trabalho de V. Exªs, esse projeto, esse terrível projeto da terceirização já teria sido aprovado.

E nós sabemos bem, pela nossa experiência de juízes do trabalho, nós bem sabemos qual é a razão da terceirização. A razão da terceirização, em qualquer lugar do mundo, é reduzir os custos do trabalho, é impor condições precárias e selvagens. Essa é a razão econômica e, do ponto de vista político, dividir, fragmentar os trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, quando eu vejo algumas propostas que tendem a tentar minimizar os efeitos da terceirização, eu sinceramente não vejo como minimizar os efeitos da terceirização, porque essa é a sua razão de ser.

Não é por outro motivo que os terceirizados se acidentam muito mais, que os terceirizados são vítimas dos piores acidentes, inclusive de morte, em diversos setores da sociedade. Porque terceirizar significa reduzir o patamar das garantias constitucionais legais. Terceirizar significa oferecer condições precárias. Essa é a lógica.

Portanto, estamos diante de algo... O negociado sobre o legislado é terrível, evidentemente. Na minha compreensão de juiz e de pesquisador do tema, não há nada que afete mais o Direito do Trabalho do que essa malfadada terceirização, que é selvagem para os trabalhadores.

Assim, louvo mais uma vez o trabalho de V. Exª, correndo o Brasil ao lado de tantos outros valorosos colegas, como o colega Hugo Melo, denunciando a terceirização.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que é por isso que a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - Anamatra, em nome do Presidente Germano Siqueira, reafirma o seu compromisso de defesa do Direito do Trabalho, do Estado democrático de Direito e da democracia. E é por isso também que nos preocupa muito, pois quando alguma crise político-econômica se anuncia a fatura sempre é apresentada aos trabalhadores, é sempre aos trabalhadores.

Nós, juízes, temos um papel importante no dia a dia nas nossas associações e também nas nossas decisões que valorizam o Direito do Trabalho. Mas quem pode inverter, quem pode mudar a lógica da precarização e da flexibilização são os trabalhadores e suas entidades sindicais, porque foram eles que construíram o Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho não foi dado, mas construído pelos trabalhadores. Somente eles podem se colocar e derrotar todas as propostas que diminuam o legado conquistado pelas entidades de trabalhadores e os seus partidos de operários ao longo da história no Brasil e no mundo.

Portanto, a Anamatra reafirma o seu compromisso, neste dia importante, com o Direito do Trabalho e com a classe trabalhadora brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Hugo Melo, representando a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho. Aliás, o Sr. Hugo Melo já falou.

Nós tivemos agora, seguindo a lista aqui, o representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – Sr. Grijalbo Coutinho, que fez um belo pronunciamento, ele que representa aqui a Anamatra.

Então, agora vamos para o Vice-Presidente de Políticas da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, o Sr. Floriano Martins de Sá Neto.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Quero saudar o Senador Paulo Paim, que está presidindo esta sessão, todos os presentes e todos os Senadores.

Falo em nome da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Quero dizer, inicialmente, Senador Paulo Paim, que, dentro dessas notícias que se avizinham, nós estamos muito preocupados, porque os ataques aos direitos sociais que estão sendo anunciados são os mais amplos possíveis. E, dentro da competência da Receita Federal do Brasil, está a de buscar os recursos para tais despesas: arrecadação e fiscalização das contribuições sociais que financiam os programas do Seguro-Desemprego, da saúde, da assistência social, da Previdência Social, das aposentadorias rurais, do Bolsa Família, essa para a qual a Presidente Dilma anunciou ontem um aumento de valores. Então, nós, os auditores fiscais, é que teremos que buscar os recursos para fazer frente a essas despesas.

Da mesma forma, o anúncio de ontem do reajuste da tabela do Imposto de Renda em 5%. Nós vimos defendendo – e o Senador Paulo Paim sabe – que podem ser muito maiores esses 5%, porque os auditores fiscais têm para si essa responsabilidade, conhecem a fundo as contas públicas e têm se colocado como agentes importantes para garantir esses recursos.

Senador Paulo Paim, do total do Orçamento arrecadado pela Receita Federal, 65% são para financiar esses programas.

Então, é mais ou menos óbvio que, quando se fala nessas ameaças, esses recursos estão em risco, sim. Mas os auditores fiscais, através da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, entidade que completou recentemente 66 anos – e tivemos a honra de contar com a presença do Senador Paulo Paim –, temos viajado – não é, Senador Paulo Paim – o País, levando a discussão para essa importante política social, que é a seguridade social. Existem os recursos, e não precisaríamos agora estar discutindo redução dos direitos sociais.

Senador, hoje, em especial, dia em que comemoramos o Dia do Trabalhador, poderíamos nos solidarizar com os 11 milhões de desempregados, com os mais de 40 milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral e com os servidores públicos, que estão preocupados com essas notícias, e alguns já estão sofrendo as consequências, tendo seus proventos parcelados. Nós poderíamos fazer um discurso de solidariedade.

Mas eu queria ir um pouquinho mais adiante e trazer para mim a condição de um trabalhador desse que está colocado numa condição de subemprego, que está no trabalho escravo ou que está desempregado, ou a condição desse aposentado que está preocupado com a continuidade do pagamento da sua aposentadoria.

Quero dizer, Senador, claramente, aos trabalhadores e aposentados que essa crise não é nossa. Não foram os trabalhadores, não foram os aposentados que produziram essa crise nessa amplitude em que ela se encontra.

Essa crise tem nome, sobrenome, ela pertence aos governos, sim; ela pertence ao Executivo, ela pertence ao Legislativo e ela pertence ao Judiciário; ela pertence aos grandes empresários, ela pertence aos grandes banqueiros, aqueles que nunca perdem e estão querendo agora empurrar a conta para cima da classe trabalhadora e dos aposentados e pensionistas.

Então, hipotecamos, Senador, a solidariedade a toda essa classe trabalhadora, a todos os aposentados. Quero dizer que os auditores fiscais estão pedindo, na Câmara dos Deputados, a aprovação da PEC nº 186,...

(*Soa a campainha.***)**

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – ... que traz uma estrutura melhor para que possamos fazer o nosso trabalho com mais tranquilidade e possamos assim correr atrás dos sonegadores, dos fraudadores, daqueles que lesam as nossas finanças públicas e que agora querem de novo empurrar a conta para os aposentados, pensionistas e trabalhadores.

Nós estamos juntos, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais, para propor e dar os subsídios para que possamos enfrentar esse momento difícil por que passa o nosso País.

Muito obrigado e parabéns a todos pelo Dia do Trabalhador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Floriano Martins de Sá Neto, que falou em nome da Anfip.

Agora, falando em nome da Nova Central Sindical de Trabalhadores, o Sr. Gonzaga Negreiros.

O SR. GONZAGA NEGREIROS – Um bom-dia ao Senador Paulo Paim, à Mesa composta, a todos os participantes, aos trabalhadores que estão representados aqui nesta Casa, nessa data histórica. Estou aqui representando o nosso Presidente José Calixto Ramos, que mandou um abraço a todas as representações dos trabalhadores e ao Senador Paulo Paim.

Hoje é uma data histórica que estamos comemorando, sem ter nada a comemorar, mas não podemos deixar passar uma data como a data dos trabalhadores, sem estar aqui lembrando das conquistas que ao longo das nossas lutas nós alcançamos. Mas uma data tensa para os trabalhadores e muitas preocupações porque sabemos que os direitos dos trabalhadores que foram conquistados ao longo da história estão ameaçados.

Nesta Casa nós temos aqui o nosso representante, o Senador Paulo Paim, que tem viajado, visitado, feito audiências públicas pelo Brasil inteiro para barrar, para tentar mostrar à sociedade o quão maléfico é esse

projeto da terceirização, que vem para tirar direito dos trabalhadores, que vem para jogar o trabalhador numa situação totalmente precarizada.

A Nova Central não vai, de forma alguma, permitir, aceitar que os trabalhadores possam perder as suas conquistas, os seus direitos que, ao longo da sua história, foram conquistados com muita luta.

Esse momento, sabemos, é de se estar atento, passo a passo, aos direitos dos trabalhadores, que não podem ser atacados, porque são direitos consagrados. Nós poderíamos estar, hoje, aqui falando da redução da jornada de trabalho, que sempre foi uma luta da Nova Central, juntamente com as centrais e o Senador Paulo Paim. Nós poderíamos estar aqui, hoje, comemorando alguns avanços, algumas conquistas.

Também sabemos que tramita dentro desta Casa o Projeto nº 257, que ataca direitos dos servidores públicos. Também como um servidor público, como um dos diretores da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), nós estamos lutando, estamos fazendo todos os esforços para que esses direitos dos servidores públicos não venham a ser atacados, não venham a ser colocados nesta Casa em um momento inoportuno, porque os servidores públicos precisam ter os seus direitos debatidos. Precisamos estar, passo a passo, fazendo audiências públicas e buscando todas as nossas conquistas.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim. Quero parabenizar todas as representações nesta data histórica, aqui nesta data, para que nós possamos, em outras datas, com certeza, ter algo importante a comemorar.

Ao longo dos 500 anos de República, nós conquistamos muitas coisas, mas poderíamos, no século XXI, estar aqui parabenizando toda a classe trabalhadora e toda a classe patronal pelos avanços. Infelizmente, a classe patronal ainda não entendeu que o capital e o trabalho precisam caminhar juntos. São os dois que desenvolvem o País, são os dois as forças motrizes do desenvolvimento.

Então, o trabalhador, hoje, não tem nada a comemorar porque temos 10,3 milhões de trabalhadores desempregados. Imagine o pai de família que está desempregado, que não tem como levar o seu sustento para casa, que não tem uma direção, para onde sair, onde buscar um dia de trabalho...

(*Soa a campainha.***)**

O SR. GONZAGA NEGREIROS – Como ele vai pagar a sua conta de água, a sua conta de luz? Como ele vai levar o seu pão para casa.

Então, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores está totalmente preocupada, lutando e buscando meios para que venhamos a organizar um País que venha gerar emprego e que venha tirar os trabalhadores da informalidade; que essa maléfica terceirização não venha a ser aprovada nesta Casa.

Mas nós sabemos que aqui, com o nosso representante, com o nosso Senador Paulo Paim... ele não vai permitir, como muitas vezes ele já falou, que esse projeto venha a passar nesta Casa. Ele já fez várias articulações, várias investidas. Nós estamos lutando e vamos lutar até o fim para que esse projeto maléfico não venha mais suprimir, atingir e retirar direitos dos trabalhadores.

Um abraço a todos.

Com certeza, nós vamos ter dias melhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas*.)

Gonzaga Negreiros falou pela Nova Central.

Neste momento, passo a palavra para o representante da Confederação Nacional dos Servidores Públicos e também da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, o senhor líder JP.

O SR. JP – Bem, boa tarde, já – ou bom dia, porque não almoçamos ainda.

É com grande satisfação, Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, nosso baluarte na defesa dos direitos trabalhistas no País...

Eu queria, antes de proferir algumas palavras, mandar um grande abraço à minha confederação, na pessoa do meu Presidente, João Domingos, a CSPB, e do meu Presidente Adilson Araújo, que manou um forte abraço – estava no nosso ato ontem no Anhangabaú e não pôde estar presente a esta sessão; às companheiras – e ao companheiro Robertinho –, Eurides, Ângela e Márcia Abreu, que é da minha federação, a Fasubra Sindical, entidade que eu tenho um grande orgulho de ter dirigido por algum tempo e me projetado para fazer outras tarefas hoje, nacionalmente; também a todas as companheiras.

Na parte da manhã de hoje, mais uma vez, o Senador Paim, nas segundas-feiras democráticas, como nós chamamos – tivemos um bate-papo com as companheiras – hoje abrilhantou a segunda-feira comi uma aula às mulheres que estavam ali representadas e nos capacitou para o enfrentamento cotidiano. São as mulheres que nos dirigem. É às mulheres que devemos todas as honras e todas as glórias por termos saído de seu ventre. (*Palmas.*)

Em nome da minha mãe, D. Ana, que está lá em Campinas, eu queria dizer que ela tem de sentir orgulho deste filho que vos fala; deste filho que está aqui na luta. Apesar de estarmos dentro de uma Casa que, em

alguns dias, pode estar fazendo o grande retrocesso do nosso País, ele terá um filho, terá suas famílias na rua, na luta, todos os dias.

A CTB já disse: nós não nos sentamos com golpistas. Nós não sentamos com quem não foi eleito pelos trabalhadores. (*Palmas.*)

Não haverá governo e não haverá negociação com um governo golpista. Essa é a nossa ordem, e estaremos dando a resposta junto com os trabalhadores, na rua. É lá que é o nosso lugar, é lá que é o lugar dos lutadores.

Não vamos dizer aqui, e acho que Negreiros, meu companheiro de Confederação, também havia lembrado, não vamos dizer aqui, e alguns golpistas e algumas pessoas, acho, talvez estejam desinformadas, que está tudo uma maravilha. Não está uma maravilha. Lembro, Paim, acho que você proferiu uma palavra do Nelson Mandela, que disse: façam e me pressionem porque eu quero fazer mudança, porque eles estão construindo. Digo isso porque, quando o Presidente Lula, e nós conseguimos colocar um trabalhador no poder, acho que faltou essa unidade dos trabalhadores, que nós estamos construindo agora, no começo. Algumas coisas, eu acho que essa direita, que algumas pessoas acreditavam que eles poderiam ser aliados, que poderia haver uma conciliação de classe com a direita, as pessoas estão vendo que não é possível. E nós acreditávamos. E eles fizeram essa pressão. Eles fizeram essa pressão, ganharam ministério, ganharam espaço, ganharam juros altos, ganharam muita projeção. E agora eles estão retomando o que é deles. A direita golpista está querendo retomar o poder.

E como aquela companheira de amarelo que vinha dizer: "não passarão". Não terá golpe. Os trabalhadores estão na rua. Os camponeses estão na rua. As mulheres estão na rua. Os negros lutadores estão na rua. Os assentados estão na rua. E nós não daremos nenhuma trégua a nenhuma pessoa que queira se sentar naquela cadeira sem ter tido o voto popular.

Neste Dia dos Trabalhadores, Senador Paim, que estamos homenageando nesta Casa, e acho que o companheiro que me antecedeu já havia dito, é muito triste que aqueles 513 Deputados não tenham a capacidade de política e a honradez de estarem fazendo uma homenagem como o Senado. E nessa questão, acho que o Senado Federal está de parabéns, porque aquela Casa que deveria estar homenageando os trabalhadores se recusou, porque tem um bandido que está lá naquela cadeira fazendo golpe, orquestrando golpe. *(Palmas.)*.

Eduardo Cunha, você não representa, Câmara dos Deputados você não representa os trabalhadores. E aí haverá outras eleições, haverá outras lutas. E lá nós daremos a resposta a todos os trabalhadores, hoje e sempre, na luta em homenagem àquelas mulheres que foram queimadas. Hoje é o dia de homenagem ao Dia dos Trabalhadores. E, felizmente, não vamos ter outras fábricas incendiadas porque o povo não deixará.

(*Soa a campainha.***)**

O SR. JP – Nós não deixaremos a CLT ser dizimada, porque nós não permitiremos. E mais, Senador: eu acho que nós não vamos permitir o retrocesso político, e a ditadura não vai voltar. Morreremos novamente, se preciso for, para defender essa democracia.

Viva o Brasil, viva os trabalhadores, viva a classe trabalhadora. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, JP, que falou pela CTB e também pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil.

Agora, passamos a palavra à Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, Srª Maria das Graças Costa. (*Palmas.*)

E, como a maioria dos dirigentes que estão aqui, neste plenário, e que já usaram da palavra e outros, viajamos pelo Brasil todo – pelos 27 Estados – dizendo não à terceirização e não ao trabalho escravo. Conseguimos barrar os dois projetos, porque tínhamos o apoio sólido de ministros e ministras, que nos acompanharam nesse debate.

O que vai acontecer depois do dia 11, sinto muito, eu não sei.

Srª Maria das Graça com a palavra.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Bom dia, companheiros e companheiras, bom dia Senador, bom dia às pessoas que estão nos acompanhando pela TV e pela Rádio Senado.

Hoje, 1º de maio, nós estamos fazendo a comemoração com um gostinho diferente. Eu, ontem, participei de dois atos – um, em Fortaleza e outro, na cidade de Quixadá, no Ceará –, e eu dizia que sempre nós estamos fazendo a comemoração daquilo que nós conquistamos, trazendo novas reivindicações no dia do trabalhador e da trabalhadora, e, ao mesmo tempo, também prestando homenagem aos nossos companheiros e companheiras de luta – inclusive, muitos deles morreram para que nós tivéssemos o que nós temos hoje.

Mas, hoje, nós estamos fazendo essa comemoração com um elemento a mais, que é a defesa da democracia e a defesa do desenvolvimento do nosso País, a defesa das nossas conquistas, fazendo aqui também a resistência.

Eu sou servidora pública municipal. Quero começar desejando à minha categoria que a gente tenha dias de fortes lutas pela frente nesse próximo período.

Nossos companheiros e companheiras da Confetam, estivemos reunidos esse final de semana, essa semana passada, em Santa Catarina em três dias de congresso da nossa confederação, em que nós afirmamos e reafirmamos a nossa posição – dos servidores públicos municipais de todo Brasil – de que nós somos contra o golpe, somos a favor da democracia, somos a favor dos direitos conquistados sempre na luta. (*Palmas.*)

Aqui, eu quero homenagear, então, todos os trabalhadores e trabalhadoras, em especial o pessoal do comércio e serviço, que está aqui em maioria... (*Palmas.*) ... os nossos companheiros e companheiras da Contracs. Muito obrigada. Em nome deles e delas, eu quero estender a homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Senador, primeiro eu acho que nós precisamos ter muito claro o que está em jogo aqui, nessa crise colocada, principalmente na crise política: nós temos um golpe em curso, e ele tem pelo menos três fundamento importantes, sobre os quais nós não podemos deixar de refletir. Nós temos um olhar internacional ao nosso petróleo. Assim como nós tivemos, no passado, nós estamos tendo novamente agora, especificamente para o pré-sal. O que está em curso aqui não é uma coisa simples. Essa crise que nós estamos vivendo não é uma coisa simples. Não é tirar Dilma Rousseff, uma mulher, chamá-la de incompetente etc. Não é. Nós temos, aqui, influência internacional. O pessoal quer colocar a mão nas nossas reservas, da mesma forma como nós tivemos, no passado, um momento dessa natureza. Mas nós temos também o fato – e é importante todo mundo refletir – de que há pouco tempo nós conseguimos organizar um bloco, chamado BRICS. E esse bloco amedronta os grandes, amedronta o monopólio internacional. E a Dilma, a nossa Presidenta, conseguiu fazer a implantação e a organização, dando continuidade. Isso é uma motivação muito forte, e o que nós estamos vivendo aqui faz parte da geopolítica.

Não é uma coisa simples, só do Brasil, mas há um terceiro tripé, nessa crise que está colocada, que é o ataque aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. E não somente a classe trabalhadora, mas os direitos humanos, os direitos sociais que nós conquistamos na Constituição Federal. Com o que está escrito na "ponte" do Temer – que aí é para o inferno, é para o retrocesso, seja para onde for –, nós vamos rasgar a nossa Constituição Federal.

E aí nós viemos aqui para dizer um monte de coisas, e o tempo é pouco. Mas uma delas é que nós vamos continuar na resistência, vamos continuar na luta. Crise, pessoal...Essa crise é do capital; é a crise do capitalismo. Não é a primeira, não será a última. Às vezes, as pessoas falam como se o mundo fosse acabar agora, nessas próximas duas semanas. Não vai. Nós vamos sair, assim como nós saímos de outras crises, e agora nós estamos muito mais preparados.

Agora, um recado, que todo mundo tem de saber: nós não seremos os mesmos, não seremos as mesmas depois desta crise que está colocada aqui. Para o que está acontecendo no Parlamento brasileiro, nós sabemos que vai ter volta.

A segunda coisa que eu quero dizer é a seguinte: o Cunha é indiciado em uma porção de crimes, está sendo colocado como chefe de quadrilha etc. Ele conseguiu fazer o que ele conseguiu até agora, mas ele vai cair. Ele vai cair...

(*Manifestação da galeria.***)**

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – ....Ele vai cair e vai levar junto os trezentos Deputados com ele. Sabe por que, pessoal? Não é que todo mundo está incriminado, não, mas o povo brasileiro não vai deixar passar barato o que eles estão fazendo com o nosso País neste momento. (*Palmas.*)

Nós vamos começar agora a campanha para Prefeitos e Vereadores este ano. Nós vamos começar a fazer campanha para ninguém votar em quem é apoiado por golpista. (*Palmas.*)

E nas próximas eleições, em 2018, virá então se concretizar a grande campanha que nós vamos fazer. O povo não vai perdoar. Nós estamos em uma democracia representativa. Os que estão aqui, Senadores e Senadoras, e os que estão na Câmara dos Deputados são representantes do povo; não são donos da sua própria vontade aqui. O voto representa milhares e milhares de pessoas que votaram naquelas pessoas. Vai ter o troco, com certeza. Nós não temos nenhuma dúvida.

Uma última coisa eu gostaria de levantar sobre a questão da ponte. Olha, o que está colocado no pacote aqui: mais de 55 projetos estão tramitando tanto no Senado, como na Câmara – a maioria na Câmara dos Deputados –, vão rasgar a CLT, vão rasgar a Constituição Federal se forem aprovados. Se este Governo que está

se colocando para dar o golpe na classe trabalhadora, no povo brasileiro, se concretizar, eles não vão esperar os 180 dias, pessoal.

Eles têm duas armas muito importantes que eles criaram aqui para executar a obra-prima deles. Eles têm duas comissões especiais, uma é a Agenda Brasil e outra, a comissão para regulamentação da Constituição Federal. Eles vão vazar por essas duas comissões, porque é só um relatório na comissão, um plenário em cada Casa e a sanção. Eles vão fazer uma limpa nos direitos da classe trabalhadora, se isso tudo estiver concretizado na ponte que eles querem fazer.

Nós estamos aqui para dizer, com muita tranquilidade, que acreditamos que, até o dia 11, os Senadores vão fazer a sua reflexão. Esta Casa é a casa revisora. Ela tem esse poder. Todos dizem que o Senado é muito mais maduro, quem está aqui do que quem está lá. Acreditamos até este dia, mas não vamos esperar o dia 11. Estamos fazendo uma movimentação interna aqui na Casa, para fazer uma frente parlamentar mista de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas em defesa dos direitos da classe trabalhadora. A nossa pretensão é que, na próxima semana, possamos fazer a instalação desta frente parlamentar. Lá fora, temos dois instrumentos muito importantes, a Frente do Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, que vão manter o povo na rua, vão manter o povo mobilizado.

Temos, então, uma agenda, e quero fechar a minha fala. No dia 10, estamos convocando uma paralisação nacional. Toda classe trabalhadora, todas as categorias do Brasil inteiro vão começar a dar um sinal para os Senadores e as Senadoras para que não votem contra a classe trabalhadora, não votem contra o povo brasileiro. No dia 11, estaremos aqui em Brasília. As nossas caravanas já estão sendo organizadas. Vamos ocupar esse espaço, que é nosso, para poder dizer: Não ao golpe! Sim à democracia! Se não for dessa forma, se depender só dá vontade de alguns políticos e dos empresários brasileiros, vamos rasgar a Constituição, mas isso nós não vamos admitir.

Quero dar um abraço muito forte em todas as mulheres, em todos trabalhadores e trabalhadoras e dizer que a luta é todo dia. Ao levantar a minha bandeira, a bandeira da minha Central, quero reafirmar... (*Palmas.*)

Quero reafirmar a nossa posição. A CUT se reuniu e tem assento na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo

A CUT se reuniu e tem assento na...

(*Soa a campainha.***)**

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo. Se esse golpe passar, nós não reconhecemos o governo Temer, não conhecemos A Ponte, e haverá luta e greve geral. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maria das Graças Costa, que falou em nome Central.

Eu queria convidar os companheiros que estão aqui, trabalhadores rodoviários, que viessem ao plenário. Agora, já há espaço, estava lotado antes. O que é muito bom, alguns companheiros foram almoçar e a gente queria que vocês ocupassem o espaço até o encerramento dos nossos trabalhos.

Por favor, sejam bem-vindos como convidados aqui da Presidência.

Eu vou passar a palavra, agora, à Alessandra, líder da Marcha das Margaridas.

Pessoal, sejam todos bem-vindos, vamos manter o clima que mantivemos até o momento, demonstrando ao Sr. Eduardo Cunha que não precisa ter medo de trabalhador. O trabalhador não vai fazer nada que não esteja nos limites do processo democrático.

Aqui, no Senado, é diferente. Já fizemos quatro audiências públicas debatendo a democracia, o direito dos trabalhadores, das mulheres, dos poetas, quarta-feira, dos artistas, dos juristas e, agora, no plenário do Senado, debatendo, 1º de maio, o dia dos trabalhadores e a democracia.

Com alegria, concedo a palavra à grande Alessandra, líder da Marcha das Margaridas. (*Palmas.*)

A SRª ALESSANDRA COSTA LUNAS – Obrigada, Senador Paim, em nome do qual eu queria aqui cumprimentar todos os nossos Parlamentares, alguns que já fizeram presentes e outros eu tenho certeza que, talvez, com a dificuldade que está o momento, mas de pensamento conjunto conosco nessa luta.

Eu queria aqui, em nome dos meus dois companheiros da Mesa, Willian, como Vice-Presidente da Contag, e também da companheira aqui, da CUT, saudar os demais companheiros e companheiras de luta presentes aqui, neste momento, nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Primeiro, eu queria, Senador Paim, me permita, como disse, são raros os momentos que a gente pode utilizar a tribuna da Casa do povo, mas que o povo tem muita dificuldade para conseguir entrar, dizer sobre o nosso repúdio em não ter sido aceita também a realização da sessão solene, na Câmara dos Deputados, pelo Eduardo Cunha. (*Palmas.*)

Isso, para nós, é inclusive mais uma das provas da visão que esta Casa tem do povo trabalhador deste País. E eu acho que é com a força, inclusive, demonstrada, que a gente pode ver nas imagens, não só do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, mas pelas ruas do País inteiro, a força da classe trabalhadora. Acho que, neste momento, precisamos dar um recado não só ao Congresso Nacional, mas, principalmente, ao Judiciário do nosso País: que não ousem duvidar da força da classe trabalhadora... (*Palmas.*)

... que, neste momento, mais uma vez, está sendo afrontada com todas as tentativas de retrocesso de direitos e, acima de tudo, aquilo que mais custa caro para nós como classe trabalhadora, que é o atentado à democracia deste País, que é uma conquista nossa, que não foi dada de graça neste País. Nós conquistamos com muitas lutas.

Dizer, neste momento, como trabalhadora rural, representando aqui, inclusive, as mulheres do campo, das águas, da floresta e também das cidades, que se somam às nossas lutas na Marcha das Margaridas, que nós mulheres, desde que encerramos 2014, conjuntamente com os companheiros, em muitos momentos especiais, estivemos nas ruas, em 2015, já gritando "Fora, Cunha!", já dizendo "a defesa da democracia". A Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, a Primavera Feminista, o 8 de Março, ou seja, incansavelmente, a gente tem se colocado nesse processo. Sabe por quê, Senador Paim? Não é só um ataque à democracia. O ataque à democracia para nós mulheres, acima de tudo, é o ataque àquilo que para nós é o único bem capaz de garantir, no nosso País, a tão sonhada igualdade, que tanto lutamos, entre homens e mulheres. De outra forma, nós sabemos que ela não vai acontecer. Para nós, a democracia é o pilar central na possibilidade de nós, pelo menos, construirmos isso um dia no nosso País.

E ver, neste momento, que, quanto mais as mulheres se manifestam nas ruas, quanto mais a classe trabalhadora se manifesta, mais ataque a cada um e a cada uma de nós, porque, cada vez que ataca a Presidenta Dilma, não é um ataque só a ela. É um ataque a cada uma de nós, que nos solidarizamos neste processo. (*Palmas.*)

Sentimo-nos, cada um e cada uma, violentados por esse processo que vem sendo feito, como a Senadora Regina acabou de dizer aqui. Nas últimas atualizações ainda no dia de hoje, a gente vê desautorizando todo um processo, vendo o golpe aí anunciado. Mas, parafraseando aqui a Secretária Nacional de Política para as Mulheres, Ministra Eleonora, que falou há pouco na comissão em que estávamos conjuntamente, o golpe está anunciado, inclusive com data prevista para acontecer, mas a nossa resistência não. A nossa resistência continuará, inclusive não aceitando esse governo se tomar posse o Temer. A classe trabalhadora não aceitará esse golpe. Nós estaremos, todos os dias, nas ruas em defesa dos nossos direitos...

(*Soa a campainha.***)**

E principalmente contra todo o fascismo instalado, principalmente, no Congresso Nacional.

Nós pudemos assistir, infelizmente, o Brasil, a classe trabalhadora pôde assistir, no último dia 17, ao tamanho, à forma assustadora manifestada nas falas, não só de machismo, de misoginia, de violência, em todas as citações feitas, que nos envergonham como brasileiros, dizer que nós temos um Congresso com representantes daquela forma.

E é contra isso que nós estaremos nas ruas, todos os dias. A classe trabalhadora não se calará, não é só no primeiro de maio. A gente estará sempre, aí, fazendo de fato a diferença e garantindo, para nós.

É não ao golpe.

Respeitem o nosso voto.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra nesse momento à Líder da Central CSB, a Srª Antonieta, mais conhecida como Tieta.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

A SRª ANTONIETA DE CASSIA DORLEDO DE FARIA – Novamente, boa tarde a todos. Eu vou ser breve, estou com o meu horário de voo, mas estou assim doente, apaixonada de sair desse debate. A vontade é de ficar aqui até o último minuto se outros compromissos não me obrigassem, porque emociona. Eu me emocionei mais cedo, lá, na nossa audiência, e agora, ouvindo essas coisas todas.

Eu queria dizer já, Senador Paulo, primeiro, me retratar, porque eu trago aqui o abraço do Presidente Neto, a todos os trabalhadores. É uma figura super democrática e que me empoderou para fazer a defesa da forma que eu achasse melhor nesse momento que a gente está atravessando, sem nenhuma restrição.

Então, o que eu digo para as trabalhadoras e trabalhadores do nosso País. Nós não vamos aceitar nenhum tipo de retrocesso, nenhuma retirada de direitos, porque essa situação atinge diretamente a nós trabalhadores. Quem está desempregado somos nós e outra coisa, o País, é inadmissível que o País pare por uma vingança. Como não acatar os encaminhamentos de um Presidente da República? Porque é a Presidência da República

que não está sendo, não é a pessoa da Presidente Dilma, é a Presidência da República que está sendo ignorada, violentada. Isso é um absurdo.

Como uma pessoa de postura e cheia de suspeitas pode fazer isto? Fico pensando: como vamos embasar a educação que nós damos para os nossos filhos e os nossos netos se os representantes legais, se as pessoas que homologam e que constroem as leis para serem cumpridas em nosso País têm essas atitudes? Eu fico me perguntando como vai ser o futuro com essas crianças assistindo essas barbaridades.

Há poucos dias, no malfadado dia 17, eu me senti envergonhada pelo voto de uma Deputada do meu Estado de Minas Gerais. Isso envergonha a nós mulheres, envergonha o nosso País. E quero reafirmar aqui também nesta Casa o meu repúdio ao voto do Bolsonaro. Eu continuo me sentindo indignada, solidária e também violentada de todas as formas com essas posições.

A Central dos Sindicatos Brasileiros, na minha pessoa, parabeniza a luta de todos os trabalhadores. Estamos aqui contra o retrocesso de qualquer direito. Voto é com o povo, é nas urnas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Líder Antonieta, que falou pela Central CSB.

Nós estamos caminhando para o encerramento. Normalmente, procuro permitir que aqueles que mais querem falar tenham a sua oportunidade.

Eu recebi aqui e peço a ele com todo o respeito, Pedro Poeta. Ele pediu um minuto, um minuto para fazer uma homenagem, creio eu, com uma poesia aos trabalhadores brasileiros. Então, um minuto para Pedro Poeta fazer a poesia.

E a Caminhada das Rosas, não é?

E ainda que se inscreveu, é a última oradora inscrita, a representante da Caminhada das Rosas, é isto?

(*Intervenção fora do microfone.***)**

O SR. PEDRO POETA – Sr. Presidente, Paulo Paim, Senador da República Federativa do Brasil, autoridades aqui presentes, Chico Vigilante, Deputado Distrital, minha amiga Geralda Godinho, quero saudar a Geralda em nome de todas as mulheres brasileiras e trabalhadoras do nosso Brasil, as lideranças comunitárias aqui presentes, todos os trabalhadores aqui e os desempregados também, porque há muitos aqui, e dizer que, mesmo com tanto sacrifício, ainda termos que ter alegria.

E quero fazer esta homenagem ao trabalhador:

Trabalhadores, neste dia especial, nós lhes desejamos muita paz e muito amor.

Que a alegria reine em sua casa, junto com todos os amigos, familiares e irmãos.

Que vocês nunca se esqueçam de dizer que Deus é a verdade e o amor.

De coração, vamos dizer "Parabéns, parabéns para você"!

Muito obrigado.

Pedro Poeta.

Até mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro Poeta.

Olha, *show* de bola.

O SR. PEDRO POETA – Valeu, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pediu um minuto, usou um minuto. Ajudou muito.

Então, agora, chamo primeiro – estava aqui, e eu não havia percebido – a líder Eurídice, que vai falar pela Fasubra e pelos trabalhadores das universidades públicas.

A SRª EURIDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Bem, boa tarde, companheiros e companheiras, homens e mulheres aqui presentes e aqueles que nos assistem.

Mais uma vez, quero saudar todos da Mesa, em nome do nosso querido Senador Paulo Paim, que vem nessa luta árdua em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Quero dizer que a Fasubra Sindical representa hoje mais de 200 mil trabalhadores na base, e, em sua grande maioria, é uma base composta por mulheres.

Nós trabalhamos com a educação em nosso País e somos pessoas que cultivam, no dia a dia, esse projeto da Pátria Educadora.

Nós temos, dentro desse projeto, vários e vários trabalhos já desenvolvidos, como o ProUni, como o Acesso, como a facilidade das quotas dentro da Universidade, em que vêm contemplar todos os brasileiros e brasileiras independentemente da sua cor de pele, da sua raça, da sua origem, da sua proveniência.

A Pátria educadora proporcionou em especial às mulheres o empoderamento e o apoderamento dos espaços abertos dentro da sociedade. E é isso que essa sociedade retrógrada não aceita. É isso que essa sociedade machista não aceita. E nós, como mulheres, vamos continuar lutando, vamos persistir nessa luta e dizer que já estamos contemplados com a grande maioria do que foi dito aqui.

Quero só chamar a atenção para o seguinte: há vitórias que envergonham os que a conquistam e há derrotas que engrandecem os que naquela batalha lutaram. Essa é uma analogia que nós fazemos às vitórias de Pirro. É por isso que estamos passando no nosso dia a dia.

Para concluir, cito uma grande guerreira, que creio que a grande maioria aqui conhece, quando diz que:

> Mesmo quando tudo
> *parece desabar,*
> *cabe a mim decidir*
> *entre rir ou chorar,*
> *ir ou ficar,*
> *desistir ou lutar;*
> *porque descobri,*
> *no caminho incerto da vida,*
> *que o mais importante é o decidir.*
> *Cora Coralina.*

E nós, mulheres trabalhadoras, aqui presentes, já decidimos que não vai ter golpe e que já tem luta. Golpistas e fascistas não passarão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Eurídice, líder da Fasubra. Meus cumprimentos.

Queria, aproveitando o tempo, porque às 14 horas inicia a sessão do Senado, de imediato, chamar a líder Tatiana Magalhães, que falará pelas Rosas pela Democracia.

A SRª TATIANA MAGALHÃES – Bom dia a todos e todas.

Agradeço a oportunidade, Senador Paim, e o parabenizo por esta sessão promovida aqui no Senado. É uma pena que também, como já disseram outros, ainda não podemos fazer ao Cunha, que não respeita o trabalhador.

Repito o que eu percebi hoje de manhã na reunião da Comissão de Direitos Humanos, que há uma consonância muito grande na fala das mulheres. Eu me senti representada em todas elas e percebo que a indignação é de todas. O brasileiro não vai aceitar retrocessos, seja no direito do trabalhador, seja no direito das mulheres, em diversos direitos em que avançamos nesses três, quatro últimos governos.

A Presidenta Dilma tem um ano e meio que não consegue governar, porque esses fascistas golpistas não permitem que ela trabalhe e colocam como se o Brasil estivesse parado.

Eles estão querendo parar o Brasil, mas não vamos permitir. Vamos resistir. Estamos e estaremos nas ruas para não permitir que o Brasil pare e que não tenha retrocesso.

Não existe ponte para o futuro. Não se enganem, que não é por corrupção. A Presidente Dilma é honesta, não cometeu crime de responsabilidade e não será destituída do seu cargo por corruptos, por réus.

Este País não será um País de Cunhas, de Temers, de Aécios. Este País será um País de Éricas, de Jandiras, de Jéssicas. Será um País de Dilma e de todas as mulheres batalhadoras deste País.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus amigos e minhas amigas, eu queria fazer o encerramento desta nossa sessão de homenagem trabalhadores, dizendo que tive o cuidado de assistir a fala de mais de 400 Deputados.

De fato, me deu uma tristeza muito grande pela forma como foi conduzido o debate, primeiro, pelo Presidente daquela Casa, o Sr. Eduardo Cunha. Segundo, pela forma como fizeram o debate do afastamento da Presidenta. Dos 400 que vi, algo em torno de 17, somente 17 falaram do mérito. Os outros, falaram de tudo, mas não falavam do mérito.

Confesso que fiquei triste, muito triste ao perceber que aqueles que lideram esse ataque à democracia, se pegar a ficha corrida deles, vão ver que é da maior gravidade.

Fiquei triste porque percebi também que aqui no Senado – e eu tenho que falar a realidade para vocês –, quanto à admissibilidade, que será provavelmente já na semana que vem, provavelmente, e isso é fato, é real, os números estão aí, vai passar a admissibilidade.

Mas há algo que eu quero dizer para vocês, ninguém nesta Casa hoje tem 54 votos, como nós não temos 28. E na última votação, para afastar de fato a Presidenta, em definitivo, são precisos 54 votos, e 54 votos eles não têm. (*Palmas.*)

Nós faremos o bom debate. Mas se a Presidenta ficar licenciada eu diria por obra deles, por até seis meses, com certeza, neste País todo haverá debates, caminhadas, passeatas.

Os filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras serão chamados a participar dessa mobilização; será uma grande mobilização. Eu acredito que vá, ainda, prevalecer o bom senso e, no dia em que votarmos aqui para quem tem dois terços ou não, eles não terão os 54. Faremos essa jornada.

E quero alertar aqueles que têm dúvida. Todos conhecem a minha trajetória: trinta anos nesta Casa. Tenho o maior orgulho de ter vindo do Rio Grande. Na última eleição, de seis milhões de votos eu recebi quatro milhões. De cada três gaúchos, dois me mandaram de volta pra cá.

Eu fico muito triste quando vêm alguns Parlamentares dizer o seguinte: "Não, eu até acho que a Presidenta, de fato, não cometeu crime, que não roubou. Mas eu vou votar porque lá na base eu posso perder voto ou não perder voto." Isso, pelo amor de Deus, não é motivo de votar! Tem de votar pela consciência, pela responsabilidade, pela verdade e pela justiça, independentemente de se vai ganhar ou perder voto! (*Palmas.*)

Eu nunca perdi uma eleição, e nunca tive medo de votar com a minha consciência. O povo brasileiro não é bobo. O povo brasileiro não é burro. O povo brasileiro é competente, é inteligente, está acompanhando esse debate. Ele sabe quem fala a verdade. Ele fala com aquele que... Na fala daqueles que querem dourar a pílula em cima de um fato que não aconteceu.

Vejam a imprensa internacional. Vejam. O *New York Times* diz: no Brasil, uma gangue está julgando a Presidenta – referindo-se ao que aconteceu na Câmara dos Deputados. *El País*... Enfim, o mundo. Todos eles vão estar aqui.

Sabem por que não vai haver aquele evento aqui no Auditório Petrônio Portela? Havíamos programado uma grande plenária para discutir a Previdência. Vocês todos estavam lá, a Contag estava lá, todos estavam lá. Porque vai haver mais de 900 jornalistas do mundo todo, que estão incrédulos, ainda não acreditando que o Brasil, que é uma referência para o continente, está atravessando uma situação como esta.

Por isso, meus amigos, podem crer: por baixo dessa ponte muita água vai rolar ainda. Muita água vai rolar. E o povo brasileiro sabe muito bem... Vocês gostariam... Me digam francamente. Eu faço essa pergunta ao povo brasileiro que está assistindo pela televisão neste momento e vai assistir, porque isso aqui vai ao ar outra vez. Não tem censura aqui no Senado!

Aqui é diferente, aqui não é Eduardo Cunha que manda. Por isso vai ser diferente. (*Palmas.*)

Aqui Eduardo Cunha não manda. Não manda em nenhum Senador.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero falar neste momento pegando só a última pesquisa que saiu. E eu botei no meu WhatsApp. Diz que 62% querem eleição já, mas não querem esse time que está querendo assaltar o poder; 25% preferem a Presidenta Dilma com uma nova composição... (*Palmas.*)

E sabem quantos querem o Michel? Está lá na pesquisa, não fui eu que fiz, não foram as centrais que fizeram, não foi o Dieese, não foi nenhuma confederação. Quem fez foi o Ibope – 8%, somente 8%; 92% estão dizendo: "não queremos esse Vice-Presidente que está aí". Cunha que vai ser o vice. Para mim é 0%. Mas vamos dar 1% ou 2%. Vocês querem no mês de maio, se acontecer o pior, ter na Presidência da República o Sr. Eduardo Cunha?

Eu duvido que o povo brasileiro queira isso.

E ontem quando vi a indicação de alguns ministros, eu vi lá, nas principais emissoras do País, gostando ou não gostando, não vou entrar na questão da mídia, mas estava lá, Lava Jato, Ministro; Lava Jato, Ministro; e alguns outros que conheço ali que têm meia dúzia de processo nas costas.

São esses que vão dirigir o País? É aquela turma que lá na Câmara votou daquela forma que vai dirigir o País?

Pelo amor de Deus, o povo brasileiro não merece isso. O povo brasileiro não merece isso.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, nós faremos sim a caminhada.

No meu currículo não vai entrar, no meu currículo, depois de 30 anos no Parlamento, cinco, seis anos no movimento sindical, dirigi uma central unitária que reunia todos os trabalhadores do Rio Grande, todos; depois fui eleito vice-presidente, secretário-geral da CUT. E tenho uma relação muito boa com todas as centrais, e tenho o maior orgulho disso. Como é que no fim da vida, a bem dizer, já estou com 66, e faço essa pergunta a alguns colegas: vamos macular a nossa história? Como a gente vai olhar para os nossos netos, para os nossos

filhos, dizendo: olha, eu, por um oportunismo político de um certo momento de minha vida, votei contra uma presidenta eleita pelo voto direto? Que eu sei que não roubou, que eu duvido, que tenha uma única pessoa neste País, que ateste com segurança que ela roubou. Alguns podem ter dúvida, mas 90% sabe que ela não roubou um centavo deste País. (*Palmas.*)

Será que é isso que nós queremos? E falo isso com tranquilidade. Quantas vezes fui chamado de rebelde, porque questionei, sim, seja Fernando Henrique, seja Itamar, seja o Presidente Lula, seja a Presidenta Dilma, sobre esse ou aquele ponto da conjuntura, que eu entendia que podia ser diferente. Mas a democracia me permite isso. Agora, existe uma diferença pontual.

Por exemplo, sobre o 257. Dou como exemplo o 257. Sobre o 257 eu tenho sérias dúvidas. Eu faço um apelo a Presidenta: retire a urgência do PL 257; retire a urgência do PL 257. O 257 não ajuda neste momento e nem ajudará no futuro. (*Palmas.*)

Eu quero muito que retire a urgência, como eu pedi que não mandasse a reforma da previdência. E ela não mandou; mas o Sr. Eduardo Cunha montou lá uma comissão especial para preparar a reforma de previdência, que já vocês sabem muito bem – está aí nos jornais, não sou eu que estou dizendo –, que diz que a mulher que hoje se aposenta com 55 anos, desde que tenha 30 de contribuição, vai ter que trabalhar agora mais dez anos, até os 65.

É isso a ponte para o futuro? É diminuir o vínculo aos benefícios sociais com o salário mínimo? É isso que nós queremos? É um negociado sobre o legislado? Porque não adianta dizer que não. Eu já derrubei duas vezes aqui, no Congresso, o negociado sobre o legislado. E, é claro, lá não vale mais a CLT, só vale a negociação entre o que manda e o trabalhador. É isso que nós queremos?

Claro que não, se viajei o Brasil todo, fui a 27 Estados contra a terceirização. Consegui pegar a relatoria e estou com ela na minha mão, porque tive o apoio da maioria aqui. É isso que nós queremos?

A PEC do trabalho escravo: estavam prontos para aprovar. O que fizemos? Trouxemos aqui o Prêmio Nobel da Paz da Índia. Ele veio aqui e deu um depoimento contundente, e, no outro dia, eu assumi a relatoria da PEC do trabalho escravo.

Meus amigos, é disto que nós estamos tratando: terceirização da atividade fim, regulamentar o trabalho escravo – nós temos é que proibir negociado sobre o legislado. É disto que nós estamos tratando: estamos tratando, aqui, dos interesses da nossa gente, do nosso povo.

Eu amo o povo brasileiro, por isso digo: não ao *impeachment*. Quero, sim, a liberdade; quero a Justiça; quero políticas de igualdade; quero direitos humanos. E isso só existe com democracia.

Eu enfrentei a ditadura, eu estive no combate à ditadura. Fui preso, sim. Não fui torturado, porque não vou mentir, mas fui preso quando eu ia para o exterior levar um dossiê construído pelos trabalhadores sobre o que estava acontecendo no Brasil. Ficaram com o dossiê, mas não ficaram com a minha alma, não ficaram com o meu coração, não ficaram com a minha mente. E eu fui para o exterior e falei em diversos países o que estava acontecendo aqui.

Eu não quero essa volta, porque eu sei como tudo isso começa e como termina, quando eles atacam a democracia.

Por isso, meus amigos, quanto ao 1º de maio, ontem, é claro que para mim foi bonito ver o povo na rua, mas foi de tristeza: nós não estávamos lá discutindo as 40 horas, a garantia do emprego, o aumento do salário mínimo, o benefício do aposentado. Nós estávamos lá porque estavam atacando covardemente a democracia, e nós tínhamos que defendê-la. E os trabalhadores abriram mão das suas bandeiras, para dizer "não queremos retrocesso".

Força, viva, caminhada firme, contínua, todos juntos, defendendo o quê? Democracia. A democracia não pode ser atacada. Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada. O combate mostrará isso. (*Palmas.*)

Um abraço a todos vocês. É uma alegria estar aqui, nesse momento da história, com a participação de cada um de vocês.

Quero só dizer, ainda, meus amigos, que o meu Senador Telmário Mota... (*Pausa.*)

... o Telmário fará uma saudação de cinco minutos ainda, antes de vocês saírem. Eu faço esse apelo a cada um.

E nós vamos fazer uma foto coletiva, antes de encerrar aqui.

Ele vai falar rápido, pessoal, e nós vamos fazer uma grande foto, com todos aqui, em nome da democracia.

Telmário Mota, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, senhores presentes...

Presidente, o senhor sabe que eu sou titular na Comissão Especial do Impeachment, mas eu jamais poderia faltar a esta plenária, neste dia tão importante, Senador Paulo Paim, em que V. Exª levanta a sua voz mais uma vez, uma voz que tem credibilidade, uma voz que é uma bandeira eterna de defesa dos direitos dos tra-

balhadores. E V. Exª sempre mostrou, nesta Casa, uma coerência e um compromisso com o trabalhador brasileiro. Eu não poderia, neste dia, deixar de vir prestigiar este evento tão importante para o povo brasileiro, num momento de tamanha crise que nós, mais uma vez, estamos passando.

E, sem nenhuma dúvida – V. Exª disse aqui, com muita clareza: quanto ao que se avança, hoje, não se discute a qualidade ou a melhor forma de trabalhar, ou de se prestar o seu trabalho. Todo dia nós temos que matar um leão. Todo dia nós temos que estar lutando contra as forças reacionárias, que tentam avançar nos direitos conquistados.

Não é fácil você ver uma verdadeira demagogia, como ocorreu ali na Câmara. Foi um carnaval de hipocrisia: ladrão falando que estava combatendo a corrupção exatamente de uma presidente que nunca roubou nada. (*Palmas.*)

Então, é com muita tristeza que nós vemos tamanha demagogia.

Agorinha eu vinha acompanhando os palestrantes que estão lá na Comissão e agorinha eu vou também questioná-los. Foi perguntado se a Presidente praticou crime, e eles estavam dizendo:

"Olha, temos de olhar o conjunto da obra." Então, eles ficam fazendo política: "Não basta ser só honesto; é preciso ser eficiente." Ora, se a nossa saúde tem altos e baixos, imagine uma economia? Tem de ter altos e baixos. Assim é a americana, a europeia, a africana, de onde for. Todo mundo passa por crise. Agora, tirar uma Presidente porque nós estamos vivendo uma crise econômica, porque nós estamos vivendo uma crise moral, uma crise política, que não foi ela?

Hoje, a Presidente Dilma tem mais popularidade do que este Congresso que quer tirar o mandato dela. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! (*Palmas.*)

É rasgar a democracia brasileira, é rasgar a Constituição brasileira.

Então, sem nenhuma dúvida, mais uma vez, teremos de nos unir nesse grande propósito, nessa grande luta, porque essa direita reacionária virá aí; e virá com muita força, sem nenhum compromisso em tentar avançar nas grandes conquistas.

Eu trouxe o discurso, mas, dado o horário, eu reconheço...E quero aqui deixar, mais uma vez, que sou do PDT, que sempre estará ao lado de vocês. Eu sou contra a terceirização. Chega!

(Manifestação da galeria.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Chega de avançar nisso! E o Paim fez isso, com propriedade. Ele, nesta Casa, como sempre, pelo seu conhecimento, pela sua luta, pela sua dedicação, pegou essa bandeira e andou pelo Brasil inteiro, ouvindo a manifestação e a posição de todo o povo brasileiro.

Então, é uma luta que vamos ter de travar arduamente, durante. Se sempre estivemos juntos, agora a nossa força tem de ser redobrada, porque eles vão vir aí, tentando passar o rolo compressor. E nós, mais uma vez, com a força do povo unido, com a nossa determinação, com o nosso amor, com a nossa vontade, vamos derrotá-los sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Telmário!

Está encerrada a nossa sessão de homenagem aos trabalhadores.

Um abraço a todos.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 52 minutos.)

63ª Sessão, Não Deliberativa, em 2 de maio de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 31 minutos e encerra-se nos termos do caput do artigo 155 do Regimento Interno do Senado Federal)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**vide item 2.2**)

Queria comunicar a todos que trabalham aqui na TV Senado, na Rádio Senado que estou tomando a decisão, como 1º Vice-Presidente da Casa, de suspender esta sessão porque nós temos uma reunião ao vivo que trata de um tema da maior importância para o País, que está sendo transmitida ao vivo na Comissão do Impeachment. Nós adiaríamos, suspenderíamos a sessão agora e só retomaríamos mais à frente, quando os trabalhos avançassem ou fossem concluídos naquela comissão.

Eu mesmo tenho requerimento a apresentar sobre a ponte do Madeira, tenho que falar aqui também da negociação das dívidas dos recursos do FNO e também da nova tabela de juros, mas vou fazer isso no momento oportuno.

Então, Senador Paim, Senadora Angela, que também tem muito a falar, agradeço a V. Exªs a presença e peço a compreensão dos Senadores.

Como fizemos na sexta-feira, nós não teremos a sessão agora, seguiremos com a transmissão da reunião da comissão e, tão logo termine lá, venho para fazer a abertura dos trabalhos desta sessão não deliberativa.

Muito obrigado a todos.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se a sessão às 14 horas e 33 minutos.)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE SESSÃO

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, segunda-feira, às dezoito horas e trinta minutos, após suspensão, a sessão deixou de ser reaberta e encerrou-se pelo término do seu prazo regimental de duração, nos termos do *caput* do art. 155 do Regimento Interno.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, José Roberto Leite Matos, Secretário-Geral da Mesa Adjunto do Senado.

Secretaria-Geral da Mesa, em 2 de maio de 2016.

José Roberto Leite Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto do Senado

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Aviso do Banco Central do Brasil

SENADO FEDERAL
AVISO Nº 22, DE 2016

(39/2016, na origem)

(do Banco Central do Brasil)

Brasília, 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao primeiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,

Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: 1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso nº 39/2016–BCB, de 27 de abril de 2016

A - Demonstrativo das emissões do real – Primeiro trimestre de 2016

I. A base monetária restrita e a emissão

II. A base monetária ampliada

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador

IV. Os meios de pagamento amplos

V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária – Primeiro trimestre de 2016

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária totalizou R$241,1 bilhões em março, com redução de 1,3% no mês e aumento de 0,2% em doze meses. A variação mensal refletiu decréscimo de 1,5% no papel-moeda emitido e elevação de 0,1% nas reservas bancárias

Demonstrativo de emissões do real
Março - 2016

Discriminação	R$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2016[1/] (Voto CMN nº 86/2015)	273,80
B - Emissão monetária realizada[2/]	241,12
b.1 - Usos[2/]	241,12
b.1.1 Papel-moeda emitido	205,99
b.1.2 Reservas bancárias	35,13
b.2 - Fontes	241,12
b.2.1 Saldos em 29.02.2016	252,56
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	205,13
b.2.1.2 Reservas bancárias	47,43
b.2.2 Fluxos em março 2016[3/]	-11,44
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	26,57
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-3,73
b.2.2.3 Operações com o setor externo	-6,81
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-27,47
C - Saldo de emissão (A - B)	32,68
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.273,01
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	273,80
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	999,21

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2014 Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	6,0
Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,3	-0,3	223 142	-2,1	8,5
Abr	184 157	0,2	12,0	40 908	3,8	-1,6	225 065	0,9	9,2
Mai	181 536	-1,4	9,8	41 353	1,1	-2,9	222 889	-1,0	7,2
Jun	185 289	2,1	11,0	38 078	-7,9	2,1	223 367	0,2	9,4
Jul	185 331	0,0	9,5	40 663	6,8	-3,8	225 994	1,2	6,8
Ago	186 682	0,7	9,5	39 661	-2,5	-6,6	226 343	0,2	6,3
Set	191 297	2,5	8,6	40 517	2,2	4,3	231 814	2,4	7,8
Out	193 558	1,2	9,6	40 630	0,3	0,7	234 188	1,0	7,9
Nov	195 743	1,1	9,0	40 299	-0,8	-4,0	236 042	0,8	6,5
Dez	215 495	10,1	8,6	43 524	8,0	3,8	259 019	9,7	7,8
2015 Jan	206 615	-4,1	8,8	46 529	6,9	1,9	253 143	-2,3	7,4
Fev	202 013	-2,2	9,0	39 923	-14,2	-6,1	241 936	-4,4	6,2
Mar	199 495	-1,2	8,6	41 248	3,3	4,6	240 743	-0,5	7,9
Abr	198 812	-0,3	8,0	39 500	-4,2	-3,4	238 311	-1,0	5,9
Mai	196 246	-1,3	8,1	35 834	-9,3	-13,3	232 080	-2,6	4,1
Jun	196 864	0,3	6,2	36 384	1,5	-4,4	233 248	0,5	4,4
Jul	197 022	0,1	6,3	37 058	1,9	-8,9	234 080	0,4	3,6
Ago	196 142	-0,4	5,1	33 268	-10,2	-16,1	229 410	-2,0	1,4
Set	196 414	0,1	2,7	34 553	3,9	-14,7	230 967	0,7	-0,4
Out	203 746	3,7	5,3	33 599	-2,8	-17,3	237 344	2,8	1,3
Nov	202 744	-0,5	3,6	34 324	2,2	-14,8	237 069	-0,1	0,4
Dez	221 478	9,2	2,8	34 872	1,6	-19,9	256 350	8,1	-1,0
2016 Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se os ajustes nas operações com derivativos, com impacto contracionista de R$42,7 bilhões, e as operações com títulos públicos federais, que apresentaram expansão de R$34,8 bilhões, a partir de compras líquidas de R$78,8 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de R$44 bilhões, no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

R$ milhões

Período	Operações com o Tesouro Nacional[1/]	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2014 Jan	22 752	- 50 951	6 172	- 8 456	3 920	- 26 563
Fev	- 18 764	30 808	59	- 2 043	- 8 336	1 724
Mar	2 859	4 823	3 090	- 1 223	- 6 206	3 343
Abr	- 10 257	254	4 623	3 794	- 3 964	- 5 551
Mai	- 4 915	- 2 281	3 402	- 1 694	- 2 202	- 7 691
Jun	1 271	2 230	8 128	- 156	- 3 387	8 087
Jul	7 823	- 15 677	11 402	- 5 395	2 583	736
Ago	- 2 465	- 23 676	5 551	30 819	- 2 479	7 750
Set	18 560	- 49 796	296	19 611	18 393	7 064
Out	1 476	- 5 807	311	3 401	- 6 762	- 7 381
Nov	- 1 071	- 9 555	434	12 064	8 724	10 597
Dez	- 17 938	43 321	- 27 193	6 669	17 045	21 903
2015 Jan	17 974	- 33 786	440	1 149	- 10 781	- 25 004
Fev	- 11 205	- 23 838	2 287	5 755	27 292	291
Mar	- 7 513	- 30 749	4 013	1 577	34 512	1 841
Abr	- 10 186	35 627	- 1 433	2 185	- 31 829	- 5 636
Mai	- 4 688	- 22 801	9 741	175	22 065	4 493
Jun	7 615	- 18 860	4 715	7 100	- 8 125	- 7 555
Jul	10 325	- 40 175	3 088	- 4 040	23 906	- 6 896
Ago	- 2 603	- 6 221	583	- 2 331	17 226	6 654
Set	180	12 683	- 27 501	- 27 229	38 599	- 3 269
Out	16 049	12 998	- 1 723	2 881	- 19 030	11 174
Nov	11 750	10 070	- 8 170	1 548	- 11 972	3 226
Dez	31 967	- 18 964	- 1 077	- 7 278	7 794	12 442
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 960
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R$4.265 bilhões no mês de março, apresentando retração de 0,7% no mês e expansão de 15,2% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária recuou 0,4% no mês, totalizando R$3.687 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais[1/]			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remunerados[2/]	Não remunerados[3/]	Posição de carteira	Financiamento[4/]	Total			
2014 Jan	222 947	330 668	4 067	1965 001	663 583	2628 584	3186 266	2,3	9,4
Fev	224 671	336 006	4 029	1988 311	626 879	2615 190	3179 896	-0,2	8,8
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	631 000	2635 771	3207 772	0,9	9,0
Abr	222 463	339 115	4 185	2043 159	623 092	2666 251	3232 014	0,8	9,3
Mai	214 772	342 279	4 229	2034 829	646 698	2681 527	3242 807	0,3	9,1
Jun	222 859	344 909	4 195	2116 492	615 196	2731 688	3303 650	1,9	9,9
Jul	223 595	351 835	4 070	2090 896	686 529	2777 425	3356 924	1,6	10,3
Ago	231 345	314 965	654	2073 493	733 010	2806 503	3353 467	-0,1	9,8
Set	238 409	297 712	677	2072 472	805 432	2877 905	3414 703	1,8	10,5
Out	231 028	296 845	702	2056 551	868 988	2925 539	3454 115	1,2	11,2
Nov	241 626	286 850	685	2103 064	856 133	2959 197	3488 357	1,0	12,1
Dez	263 529	282 333	738	2187 245	791 573	2978 819	3525 418	1,1	13,2
2015 Jan	238 525	284 379	689	2136 827	901 191	3038 018	3561 611	1,0	11,8
Fev	238 816	280 813	592	2214 990	881 652	3096 642	3616 863	1,6	13,7
Mar	240 656	281 536	596	2331 347	848 887	3180 234	3703 022	2,4	15,4
Abr	235 020	282 179	572	2346 144	832 311	3178 456	3696 227	-0,2	14,4
Mai	239 513	285 113	600	2383 344	851 686	3235 030	3760 256	1,7	16,0
Jun	231 959	280 545	776	2471 395	816 134	3287 529	3800 809	1,1	15,0
Jul	225 063	287 781	867	2493 171	884 758	3377 929	3891 639	2,4	15,9
Ago	231 716	293 048	2 145	2569 871	851 631	3421 502	3948 412	1,5	17,7
Set	228 447	323 316	2 131	2628 466	836 390	3464 855	4018 750	1,8	17,7
Out	239 621	323 524	2 168	2552 177	948 980	3501 157	4066 470	1,2	17,7
Nov	242 847	325 555	2 209	2616 758	905 954	3522 712	4093 323	0,7	17,3
Dez	255 289	336 324	2 257	2692 044	894 542	3586 586	4180 456	2,1	18,6
2016 Jan	240 329	338 349	2 206	2672 628	1008 414	3681 042	4261 926	1,9	19,7
Fev	252 560	338 424	2 208	2739 590	960 906	3700 496	4293 688	0,7	18,7
Mar	242 530	333 846	2 222	2793 668	893 147	3686 814	4265 412	-0,7	15,2

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a.+ TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a..)
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédio rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) oversold (+) undersold, e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) atingiu R$304,4 bilhões em março, com retração mensal de 1,9%, resultante dos declínios de 1,2% no papel-moeda em poder do público e de 2,8% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 recuou 3,7%.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2014 Jan	156 016	-3,8	11,6	167 196	-5,4	4,1	323 212	-4,7	7,6
Fev	152 296	-2,4	12,2	159 563	-4,6	3,1	311 860	-3,5	7,3
Mar	150 724	-1,0	11,2	159 640	0,0	3,4	310 364	-0,5	7,0
Abr	150 826	0,1	12,2	161 508	1,2	3,7	312 334	0,6	7,6
Mai	149 336	-1,0	10,3	156 816	-2,9	1,1	306 152	-2,0	5,3
Jun	151 688	1,6	11,0	155 636	-0,8	-2,5	307 324	0,4	3,7
Jul	152 616	0,6	9,8	156 274	0,4	-3,5	308 890	0,5	2,6
Ago	153 868	0,8	9,7	152 620	-2,3	-3,1	306 487	-0,8	2,9
Set	159 053	3,4	9,7	156 894	2,8	-1,0	315 946	3,1	4,1
Out	159 879	0,5	10,3	157 176	0,2	-0,3	317 055	0,4	4,8
Nov	161 929	1,3	10,5	157 351	0,1	-1,6	319 280	0,7	4,2
Dez	177 339	9,5	9,3	173 055	10,0	-2,1	350 394	9,7	3,4
2015 Jan	170 219	-4,0	9,1	161 819	-6,5	-3,2	332 039	-5,2	2,7
Fev	166 071	-2,4	9,0	156 261	-3,4	-2,1	322 332	-2,9	3,4
Mar	166 038	0,0	10,2	150 195	-3,9	-5,9	316 234	-1,9	1,9
Abr	164 614	-0,9	9,1	146 729	-2,3	-9,2	311 344	-1,5	-0,3
Mai	163 005	-1,0	9,2	143 341	-2,3	-8,6	306 346	-1,6	0,1
Jun	163 804	0,5	8,0	140 467	-2,0	-9,7	304 271	-0,7	-1,0
Jul	164 264	0,3	7,6	141 358	0,6	-9,5	305 622	0,4	-1,1
Ago	163 394	-0,5	6,2	136 243	-3,6	-10,7	299 637	-2,0	-2,2
Set	163 124	-0,2	2,6	134 582	-1,2	-14,2	297 706	-0,6	-5,8
Out	168 846	3,5	5,6	133 872	-0,5	-14,8	302 718	1,7	-4,5
Nov	168 655	-0,1	4,2	133 869	0,0	-14,9	302 524	-0,1	-5,2
Dez	184 472	9,4	4,0	147 875	10,5	-14,6	332 347	9,9	-5,2
2016 Jan*	177 891	-3,6	4,5	140 750	-4,8	-13,0	318 641	-4,1	-4,0
Fev*	174 193	-2,1	4,9	136 092	-3,3	-12,9	310 286	-2,6	-3,7
Mar*	172 148	-1,2	3,7	132 285	-2,8	-11,9	304 433	-1,9	-3,7

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se relativamente estável, atingindo 1,26 em março.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1/]
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37
Fev	0,49	0,51	0,21	0,27	1,37
Mar	0,49	0,51	0,21	0,25	1,39
Abr	0,48	0,52	0,21	0,25	1,39
Mai	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37
Jun	0,49	0,51	0,22	0,24	1,38
Jul	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37
Ago	0,50	0,50	0,22	0,26	1,35
Set	0,50	0,50	0,21	0,26	1,36
Out	0,50	0,50	0,21	0,26	1,35
Nov	0,51	0,49	0,21	0,26	1,35
Dez	0,51	0,49	0,22	0,25	1,35
2015 Jan	0,51	0,49	0,22	0,29	1,31
Fev	0,52	0,48	0,23	0,26	1,33
Mar	0,53	0,47	0,22	0,27	1,31
Abr	0,53	0,47	0,23	0,27	1,31
Mai	0,53	0,47	0,23	0,25	1,32
Jun	0,54	0,46	0,24	0,26	1,30
Jul	0,54	0,46	0,23	0,26	1,31
Ago	0,55	0,45	0,24	0,24	1,31
Set	0,55	0,45	0,25	0,26	1,29
Out	0,56	0,44	0,26	0,25	1,28
Nov	0,56	0,44	0,25	0,26	1,28
Dez	0,56	0,44	0,25	0,24	1,30
2016 Jan	0,56	0,44	0,25	0,27	1,27
Fev	0,56	0,44	0,26	0,26	1,27
Mar	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26

1/ Onde :
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, avançou 0,2% em março, situando-se em R$2,2 trilhões. Essa evolução refletiu os recuos de 2% no M1 e de 0,3% nos depósitos de poupança, cujo saldo totalizou R$647,3 bilhões, e o crescimento de 0,9% no saldo dos títulos privados, que atingiu R$1,3 trilhão. No mês, ocorreram resgates líquidos de R$5,4 bilhões nos depósitos de poupança e de R$3,3 bilhões em depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, registrou expansão de 1,3% no mês, somando R$ 4,9 trilhões, reflexo do crescimento de 2,5% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que alcançou R$2,4 trilhões. O M4, que agrega o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, cresceu 1,5% em março e 10,9% nos últimos doze meses, totalizando R$5,7 trilhões.

Meios de pagamento ampliados
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados[1/]	M2	Quotas de fundos de renda fixa[2/]	Operações compromissadas com títulos federais[3/]	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
										No mês	Em 12 meses
2014 Jan	313 132	604 825	1 023 775	1 941 731	1 740 245	145 955	3 827 931	588 619	4 416 550	0,3	7,5
Fev	316 246	609 877	1 034 588	1 960 711	1 758 328	134 133	3 853 172	621 991	4 475 163	1,3	8,7
Mar	309 930	614 876	1 047 747	1 972 553	1 785 131	119 400	3 877 085	634 151	4 511 235	0,8	8,7
Abr	309 227	616 831	1 057 385	1 983 443	1 790 695	140 598	3 914 735	640 404	4 555 139	1,0	8,9
Mai	303 690	622 340	1 076 372	2 002 402	1 825 309	140 806	3 968 518	652 238	4 620 756	1,4	9,4
Jun	305 835	628 926	1 088 118	2 022 880	1 851 408	127 276	4 001 564	675 123	4 676 688	1,2	10,3
Jul	302 285	636 447	1 092 826	2 031 558	1 874 805	151 678	4 058 040	669 603	4 727 644	1,1	11,1
Ago	306 457	640 564	1 101 150	2 048 171	1 922 119	189 669	4 159 959	678 934	4 838 893	2,4	13,0
Set	313 959	645 474	1 112 909	2 072 342	1 939 101	193 070	4 204 513	671 654	4 876 167	0,8	12,3
Out	312 803	649 650	1 118 555	2 081 008	1 960 670	192 267	4 233 945	706 021	4 939 966	1,3	13,1
Nov	326 330	655 806	1 125 369	2 107 505	1 975 576	199 193	4 282 275	717 512	4 999 787	1,2	14,1
Dez	351 603	664 847	1 134 233	2 150 684	1 974 912	193 889	4 319 484	673 649	4 993 133	-0,1	13,4
2015 Jan	321 695	663 517	1 142 078	2 127 291	2 002 469	205 757	4 335 516	713 487	5 049 003	1,1	14,3
Fev	318 950	660 210	1 151 600	2 130 760	2 034 320	182 892	4 347 973	717 335	5 065 308	0,3	13,2
Mar	315 360	660 047	1 151 727	2 127 134	2 068 976	174 323	4 370 433	770 412	5 140 846	1,5	14,0
Abr	306 876	650 445	1 178 589	2 135 910	2 095 374	174 911	4 406 195	761 696	5 167 891	0,5	13,5
Mai	305 873	651 079	1 194 905	2 151 857	2 139 345	184 152	4 475 354	771 854	5 247 208	1,5	13,6
Jun	305 973	648 879	1 199 380	2 154 232	2 160 456	165 162	4 479 850	797 277	5 277 126	0,6	12,8
Jul	299 397	650 714	1 211 809	2 161 921	2 185 795	159 489	4 507 205	771 574	5 278 779	0,0	11,7
Ago	297 344	647 540	1 218 523	2 163 406	2 193 829	161 530	4 518 764	795 176	5 313 941	0,7	9,8
Set	295 811	646 606	1 225 047	2 167 464	2 209 992	163 270	4 540 725	778 651	5 319 376	0,1	9,1
Out	299 193	647 198	1 254 464	2 200 854	2 246 957	176 798	4 624 608	761 177	5 385 785	1,2	9,0
Nov	311 288	649 997	1 259 000	2 220 286	2 255 584	180 555	4 656 424	787 463	5 443 887	1,1	8,9
Dez	334 417	659 006	1 292 298	2 285 721	2 277 820	195 771	4 759 312	795 021	5 554 333	2,0	11,2
2016 Jan*	308 020	650 997	1 288 755	2 247 772	2 298 656	204 565	4 750 993	829 633	5 580 625	0,5	10,5
Fev*	305 167	649 485	1 291 213	2 245 866	2 340 611	216 718	4 803 195	818 660	5 621 855	0,7	11,0
Mar*	299 190	647 264	1 302 830	2 249 284	2 399 966	218 686	4 867 936	835 803	5 703 739	1,5	10,9

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.
2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.
* Dados preliminares

V – Anexo

Gráfico 1
Base monetária e M1
(média dos saldos diários)

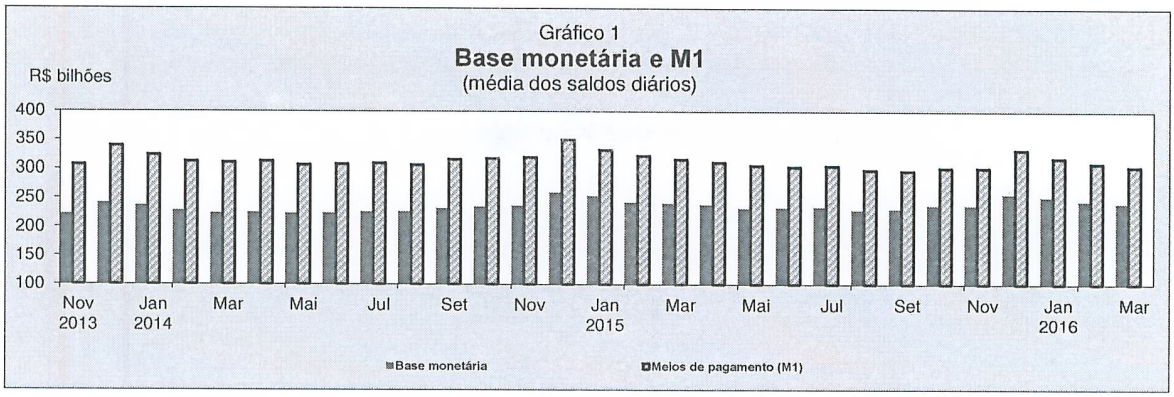


Gráfico 2
Base monetária e M1
(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)

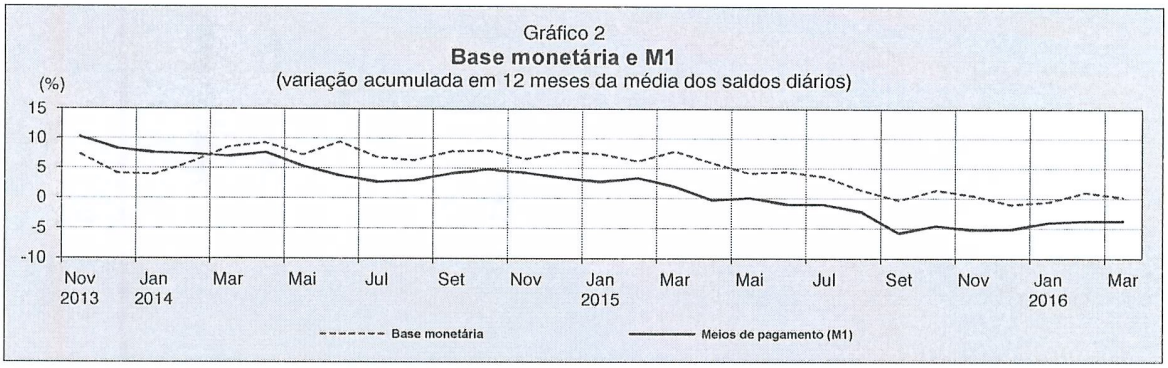


Gráfico 3
Base monetária ampliada e M4
(saldos em final de período)

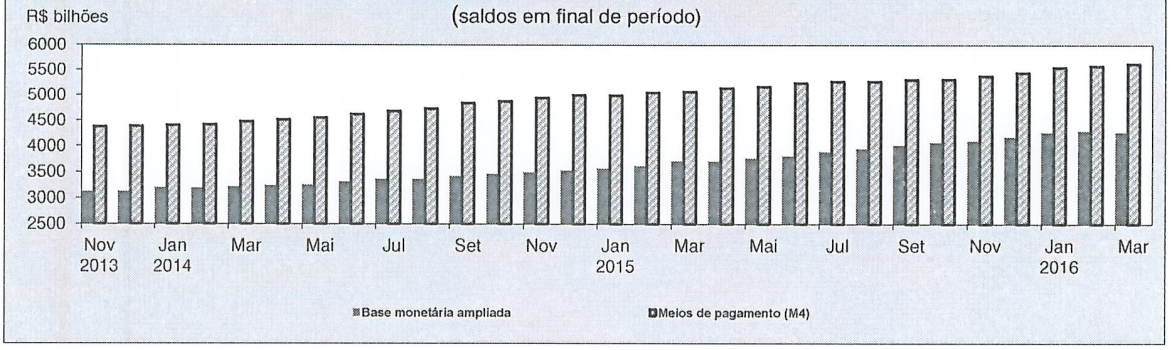
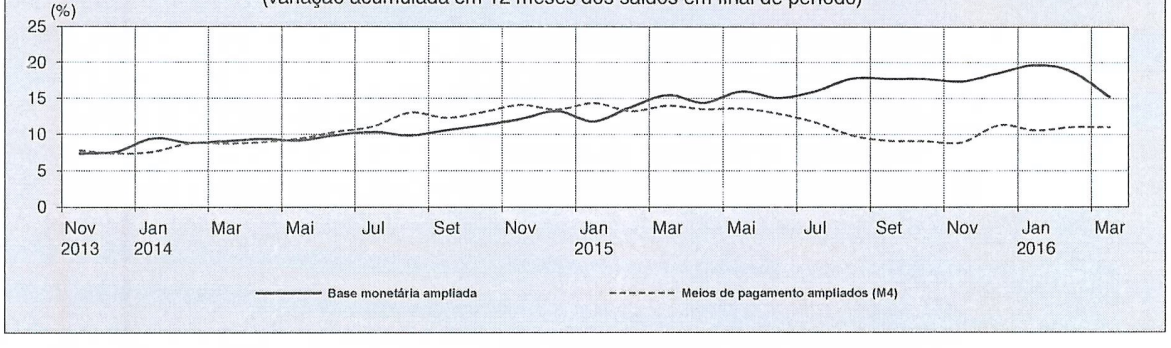


Gráfico 4
Base monetária ampliada e M4
(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)



B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no primeiro trimestre de 2016.

Programação monetária

Discriminação	2016			
	Primeiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses[1/]	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 [2/]	279,3 - 327,8	-4,0	304,4	-3,7
Base restrita [2/]	202,3 - 273,8	-1,1	241,1	0,2
Base ampliada [3/]	3962,9 - 4652,0	16,3	4265,4	15,2
M4 [3/]	4723,1 - 6390,1	8,1	5703,7	10,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 31.3.2016, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o segundo trimestre de 2016, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.

Programação monetária

Discriminação	2016			
	Previsto			
	Segundo trimestre		Ano	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses[1/]	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses[1/]
M1 [2/]	277,8 - 326,1	-0,8	306,3 - 359,5	0,2
Base restrita [2/]	203,9 - 275,9	2,9	227,8 - 308,3	4,6
Base ampliada [3/]	4189,8 - 4918,4	19,8	4412,4 - 5179,8	14,7
M4 [3/]	4983,7 - 6742,7	11,1	5199,7 - 7034,9	10,0

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Mensagens da Presidência da República

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 45, de 2016

(Nº 173/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Os méritos do Senhor Paulo Cesar de Camargo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00088/2016 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO CESAR DE CAMARGO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **PAULO CESAR DE CAMARGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULO CESAR DE CAMARGO*
CPF.: 716.998.728-72
ID.: 6702351 SSP/SP

1955	Filho de Ismael de Camargo e Ignes Betanho de Camargo, nasce em 29 de março, em Cordeirópolis/SP.
Dados Acadêmicos:	
17/01/1978	Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica, Campinas/SP.
13/02/1978	CPCD - IRBr.
15/12/1982	CAD - IRBr.
21/06/2000	CAE - IRBr - Perspectivas do Comércio Eletrônico - Atuação do Itamaraty.
Cargos:	
1979	Terceiro-Secretário
1981	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2002	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1979-85	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1985-88	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1988-91	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro-Secretário
1991	Divisão do Pessoal, Chefe, substituto
1993-96	Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe, substituto e Chefe
1996-97	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto
1997-99	Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
1999-2002	Embaixada em Ottawa, Conselheiro
2002-04	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe
2004-11	Departamento de Administração, Diretor, interino, e Diretor
2011-	Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral
Condecorações:	
2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

NOVA ZELÂNDIA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA	
NOME OFICIAL:	Nova Zelândia
GENTÍLICO:	Neozelandês ou kiwi (informal)
CAPITAL:	Wellington
ÁREA:	267,710km^2
POPULAÇÃO:	4,62 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e maori
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa dos Representantes unicameral (Parlamento com 120 assentos; 70 membros eleitos diretamente, incluindo 7 membros maori, e 50 membros eleitos por voto de representação proporcional). Os membros servem mandatos de três anos.
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Jeremiah (Jerry) Mateparae
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro John Key
CHANCELER:	Murray McCully
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 170,59 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 165,99 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 36.963
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 35.928
VARIAÇÃO DO PIB	2,22% (2015); 3,31% (2014); 2,48% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,913 (9ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	81,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2003):	99% (World Bank)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	5,85% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar neozelandês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Caroline Bilkey

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-NOVA ZELÂNDIA (fonte: MDIC)									
Brasil → Nova Zelândia	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	60,6	57,8	59,1	84,5	100,8	91,9	134,8	232	120,1
Exportações	22,7	22,7	36,3	54,6	72,1	39,8	87,6	74,1	64,2
Importações	37,9	35	22,7	29,9	28,6	52,1	47,2	158	55,9
Saldo	-15,2	-12,3	13,5	24,6	43,5	-12,3	40,4	-83,9	8,2

(Em US$ milhões)

Informação elaborada em 23/03/2016, por Rômulo Neves. Revisada por Ary Quintella, em 01/04/2016.

APRESENTAÇÃO

A Nova Zelândia é o segundo maior país da Oceania. Está localizado a cerca de 2.000 km a sudeste da Austrália. É formando por um arquipélago de mais de 30 ilhas, sendo duas as principais, conhecidas como Ilha do Norte e Ilha do Sul, que perfazem 96% do território total do país. A Nova Zelândia tem uma área total de cerca de 270 mil km^2, o que a coloca na 76ª posição entre os países mais extensos do globo.

Tem uma população de cerca de 4,5 milhões de pessoas e suas maiores cidades são Auckland, com cerca de 1,4 milhão de habitantes; a capital Wellington, com cerca de 400 mil habitantes; Christchurch, também com cerca de 400 mil habitantes; e Hamilton, com verca de 200 mil habitantes. Com exceção de Christchurch, todas localizadas na Ilha do Norte.

A população é formada majoritariamente por descendentes de anglo-saxões (cerca de 67%), mas há minorias importantes da população local, maori (cerca de 15%) e de asiáticos e polinésios não-maoris (cerca de 16%). O inglês é a língua mais utilizada (96% da população), mas o Maori, falado pelos 4% restantes, voltou a ser uma língua oficial em 1987.

Na língua maori, o nome da Nova Zelândia é Aotearoa. O gentílico "kiwi" é comumente utilizado para referir-se ao cidadão neo-zelandês.

O país, independente desde 1907, possui a nona colocação entre os países com mais altos índices de desenvolvimento humano, com um IDH de 0,913. Além disso, é a 51ª maior economia do mundo, com um PIB estimado em cerca de US$ 170 bilhões. Tem a 24ª mais alta renda per capita do mundo, de cerca de US$ 45 mil/ano.

Possui reservas de gás natural, minério de ferro, carvão, ouro e calcáreo, além de contar com grande potencial de energia hidrelétrica e de extração de madeira. Dentre as principais indústrias destacam-se a alimentícia, especialmente os laticínios, a produção de alumínio e o turismo.

A Nova Zelândia é um país desenvolvido, de forte tradição democrática, de ampla liberdade de imprensa e respeito aos direitos humanos, e de notável pioneirismo em matéria de legislação social, tendo sido o primeiro a conferir voto às mulheres (1853), assegurar cadeiras no parlamento aos Maoris (1867) e legislar sobre salário mínimo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Jeremiah (Jerry) Mateparae
Governador-Geral



O General Mateparae é o 20º Governador-Geral da Nova Zelândia. É a segunda pessoa de origem Maori a assumir o posto e o primeiro oriundo da carreira militar.

Nasceu em 14 de novembro de 1954 (61 anos). Sua carreira no Exército começou 1972. Em 2002, foi nomeado General e, em 1º de maio de 2006, foi nomeado Chefe da "Defence Force" (equivalente ao Ministério da Defesa). Em 2011, assumiu o cargo de Governador-Geral, com um mandato de cinco anos. Mateparae tem Mestrado em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais pela Universidade de Waikato (a 400 km de Wellington).

O General foi criado pelos tios, na tradição Maori, na cidade de Castlecliff (cerca de 160 km de Wellington). Seus pais eram pastores da Igreja Ratana, uma linha evangélica local. Sua primeira esposa, com quem teve três filhos, morreu em 1990. É casado pela segunda vez, e tem mais dois filhos do segundo matrimônio.

Em setembro de 2016, a advogada Patricia Lee (Paty) Reddy, assumirá a posição de Governadora-Geral da Nova Zelândia.

JOHN KEY
Primeiro-Ministro



John Key é o 38.o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia. Está no posto desde 2008 e, atualmente, exerce seu terceiro mandato consecutivo.

Nasceu em Auckland, em 9 de agosto de 1961 (54 anos). Graduou-se em economia e comércio pela Universidade de Canterbury. Iniciou sua carreira na área de investimentos na Nova Zelândia. Trabalhou como executivo nas filiais do banco de investimentos norte-americano Merrill Lynch, em Cingapura, Londres e Sydney. Em 1999, foi convidado a compor o Comitê de Câmbio do Banco Central de Nova York.

Retornou à Nova Zelândia em 2001 para seguir carreira política pelo Partido Nacional, de centro-direita. Principal assessor para assuntos financeiros, foi eleito líder do Partido, em novembro de 2006 e, posteriormente, líder da oposição no Parlamento. Venceu as eleições gerais para Primeiro-Ministro em 2008 e foi reeleito em 2011. Em setembro de 2014, foi reeleito para o terceiro mandato.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas em 1964. A Embaixada em Wellington foi aberta em 1997, o que intensificou o relacionamento bilateral. Em 1999, a Nova Zelândia levou para São Paulo seu Escritório Comercial, localizada até então em Santiago. A partir daí, o relacionamento bilateral se intensificou, com o lançamento da "Estratégia Latino-Americana" neozelandesa, em 2000; a inauguração da Embaixada da Nova Zelândia em Brasília, em 2001; e a visita do Primeiro-Ministro ao Brasil, em 2013.

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 2001. Esse mecanismo serve para a discussão das principais áreas de intercâmbio e cooperação bilaterais, bem como para a troca de impressões sobre os diversos temas da agenda regional e multilateral. A 1ª e a 2ª reuniões realizaram-se em Wellington, em 2002 e em 2005, respectivamente. A 3ª reunião teve lugar em Brasília, em 2006. A 4ª Reunião foi sediada em Wellington, em 2008. A 5ª Reunião foi sediada em Brasília, em 2011. A 6ª em Wellington em 2013, pouco antes da visita do PM John Key ao Brasil. A 7ª ocorreu em Brasília, em maio de 2014.

Do ponto de vista do Brasil, os principais temas a serem aprofundados na relação bilateral são o estabelecimento de mecanismo de coordenação entre os ministérios de comércio; a promoção do intercâmbio de cientistas e convênios entre instituições de pesquisa; a assinatura de acordos na área cultural e educacional; e o aumento do trânsito de pessoas em geral, via promoção do turismo, dos contatos culturais e esportivos e de missões empresariais.

Em 2015, surgiram notícias de que a Nova Zelândia teria espionado o Embaixador Roberto Azevêdo, quando candidato à Direção-Geral da OMC. A Embaixadora Caroline Bilkey foi chamada pelo Secretário-Geral do MRE para prestar esclarecimentos. O SG aceitou as explicações da Embaixadora e deu o assunto por encerrado.

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de Chefe de Governo brasileiro. O ex-ministro Celso Amorim foi o único Chanceler brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008.

A então Primeira-Ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um Chefe de Governo neozelandês ao País. Na ocasião, foi inaugurada a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram

assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o Primeiro-Ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. A visita ocorreu em momento de expressiva aproximação entre os dois países. Do lado neozelandês, traduziu desejo do atual governo, liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina (o roteiro inclui também Chile, México e Colômbia) e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy" e abriu, em 2001, a Embaixada da Nova Zelândia em Brasília.

Além dos chefes de governo, houve várias visitas ao Brasil de Chanceleres neozelandeses: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, 2010).

Visitaram o Brasil, ainda, as seguintes autoridades neozelandesas: o Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser (2010); o Enviado Especial do Primeiro Ministro da Noza Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Embaixador Colin Keating (2013); e a Subsecretária para Ásia e Américas, Embaixadora Andrea Smith. A NZ se ressente do desequilíbrio na frequência de visitas.

Em fevereiro de 2016, o Governador de Goiás, Marconi Perillo, cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. A visita incluiu encontros com o Presidente do Parlamento, autoridades de educação e turismo, reuniões em universidades, câmaras de comércio e com a comunidade brasileira.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington conta com um Setor consular para atender a comunidade brasileira no país. Está em vigor desde 2004 um acordo sobre isenção parcial de vistos, que isenta cidadãos de ambos os países de visto para entrar e permanecer no território do outro país por até 90 dias, para fins de negócios, turismo, férias e visitas a familiares.

A comunidade brasileira na Nova Zelândia quase dobrou entre 2006 e 2013, segundo o Censo oficial do país. Pelo último levantamento, são 2.868 brasileiros vivendo naquele país. Esse número deve chegar a cerca de 6.000 se forem contabilizados os visitantes prolongados, estudantes e cidadãos com dupla cidadania.

Segundo a Embaixada da Nova Zelândia, há cerca de 200 neozelandeses vivendo no Brasil atualmente.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos da Nova Zelândia.

POLÍTICA INTERNA

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político inglês. O poder executivo origina-se no Parlamento, que é unicameral, desde 1950, quando a Câmara Alta foi extinta. O Primeiro-Ministro, John Key, eleito em 2008 e reeleito em 2011 e em 2014, é o Chefe de Governo. A rainha Elizabeth II é a Chefe de Estado e é representada pelo Governador-Geral, Jeremiah (Jerry) Mateparae, no cargo desde 2011. Em setembro de 2016, a advogada Patricia Lee (Paty) Reddy, deverá assumir a Governadoria-Geral, com o fim do mandato de 5 anos de Jerry Mateparae.

O Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo Governador-Geral. O alistamento eleitoral é obrigatório, mas o voto não. Em 1993, o sistema eleitoral bipartidário foi substituído pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em um representante local e outro em um partido político. Há 120 vagas no Parlamento, das quais 70 são preenchidas pelo voto eleitoral e 50 vagas pelo voto nas listas de partidos. O resultado das contagens pode alterar o número para mais ou para menos, dependendo das diferenças entre a parcela de votos nos candidatos e votos no partido. Em 2014, por exemplo, foram eleitos 121 parlamentares. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos.

Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Os trabalhistas estiveram no poder entre 1984-90 e 1999-2008 e o Partido Nacional entre 1990-99, e no período atual, desde 2008. As diferenças entre os dois partidos são sutis. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos vêm adotando políticas de liberalização econômica, eliminação de subsídios ao setor agrícola, redução das tarifas de importação, privatização de estatais e diminuição dos fatores de proteção social do Estado do bem-estar social.

O Primeiro-Ministro John Key, do Partido Nacional, de centro-direita, foi reeleito a um terceiro mandato em setembro de 2014, tendo atingido 60 cadeiras, ganho de um novo assento em relação a 2011, que já havia representado um ganho de uma cadeira em relação a 2008. Para governar, o Primeiro Ministro aumentou a coalizão iniciada em 2008, e aliou-se aos partidos Act, United Future e Maori. Essa estratégica aliança garantiu a John Key não apenas a maioria absoluta no Parlamento, mas também uma margem de segurança em votações mais apertadas. Em 2014, a estratégia foi repetida, para garantir a governabilidade.

Tendo chegado ao cargo, pela primeira vez, após a crise econômica de 2008, John Key aparentemente trouxe liderança e estabilidade ao país, impondo um arrojado programa de cortes de gastos públicos, fusão de órgãos do Governo e contenção de despesas orçamentárias, especialmente após os devastadores terremotos na cidade de Christchurch, em setembro de 2010 e fevereiro de 2011. O Governo do Partido Nacional finalizou seu primeiro mandato e iniciou o segundo com altos índices de aprovação.

Em seu segundo mandato, porém, John Key enfrentou questões internas como o desgaste gerado por propostas de privatização de ativos públicos; o contencioso sobre a expectativa de direitos Maori sobre os recursos hídricos do país; o descontentamento com o ritmo das obras de reconstrução de Christchurch; o vazamento ocorrido no gasoduto de Maui, em outubro de 2011, que trouxe falta de energia e aumento do preço de produtos básicos para todo o país; a moeda nacional sobrevalorizada e a baixa performance econômica da Nova Zelândia, que inclusive teve sua classificação rebaixada por agências internacionais de avaliação de risco.

Em 2013, várias pesquisas apontavam agravamento das diferenças sociais no país, com consequentes problemas em questões de mortalidade infantil, má alimentação na primeira infância, violência doméstica, desemprego, falta de perspectivas para a juventude, perda de mão de obra e de cérebros para a Austrália e pauperização dos serviços sociais, de educação e de saúde. Uma força-tarefa do governo fez uma série de sugestões controversas que evidenciaram a primazia do interesse empresarial no Governo Key. As sugestões incluíam a privatização de todas as empresas estatais que operam na área comercial, bem como a facilitação de permissão para projetos de mineração financeiramente rentáveis.

Apesar dos problemas do segundo mandato, o Partido Nacional celebrou acordos de apoio com os antigos partidos aliados ACT, United Future e Maori, garantindo maioria de 64 cadeiras. Assumiu dando ênfase à retomada do superávit fiscal, redução da dívida, assinatura de acordos comerciais, avanço na legislação para aumento da flexibilidade e da equidade no mercado de trabalho, dentre outras medidas liberalizantes.

A partir de 2015, os temas sociais voltaram à pauta. Ao anunciar a proposta do governo para o Orçamento de 2015/2016, por exemplo, o Ministro das Finanças, Bill English, surpreendeu analistas ao anunciar pacote de benefícios sociais, com foco em redução da pobreza entre crianças de famílias de baixa renda.

Além do início das respostas aos críticos internos sobre a falta de atenção às políticas sociais, o governo Key tem como trunfo a percepção da população de ter criado as condições para o bom desempenho da economia da Nova Zelândia. Essa percepção é refletida em vários indicadores internos e índices da OCDE, entre eles a estimativa de crescimento de entre 2 e 2,5% do PIB em 2016. Seus ministros lançam também na conta dos sucessos o acordo de livre comércio celebrado com a Coréia, a introdução de assistência médica gratuita para menores de 13 anos e o aumento dos benefícios em apoio a crianças pobres.

O PM deve concorrer em posição privilegiada nas eleições gerais de 2017.

Judiciário

O Chefe do Poder Judiciário na Nova Zelândia é o Presidente da Suprema Corte, criada apenas em 2004. Com isso, as apelações às decisões de segunda instância deixaram de ser enviadas à Comissão Judicial da "Commowealth", em Londres. Na prática, o novo ordenamento libera o Judiciário kiwi de seguir estritamente a "Common Law" do Reino Unido e o habilita a seguir, também, o ordenamento aprovado no Parlamento neozelandês em casos de conflito. Tendo a Corte inglesa como instância máxima de apelação, o Judiciário, ainda que não fosse legalmente limitado a ela, era obrigado a manter certa uniformidade nas decisões sob o manto da legislação britânica.

A Suprema Corte é responsável pelo julgamento dos recursos da segunda instância: a) Corte de Apelação, nos casos constitucionais; e b) Alta Corte, no caso de temas cíveis e criminais. A primeira instância é formada por varas locais espalhadas pelo país.

O Presidente da Suprema Corte é apontado pelo Primeiro-Ministro. O cargo é ocupado, desde 1999, pela Juíza Sian Elias. Todos os outros juízes das cortes superiores são nomeados pelo Governador-Geral, a partir das indicações do Presidente da Corte, do Advogado-Geral e do Procurador-Geral. Um juiz pode compor mais de um dos tribunais superiores.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Nova Zelândia pauta-se pela defesa do multilateralismo e do Direito Internacional. No plano multilateral, mudança do clima, ameaças à biossegurança e o manejo de poluentes são temas prioritários para a política externa neozelandesa. Na área da paz internacional e segurança coletiva, a Nova Zelândia defende tradicionalmente o papel central da ONU. O país apoia a reforma das Nações Unidas com vistas a adequá-la à nova realidade mundial e tornar suas instituições mais eficientes e efetivas, embora de uma perspectiva diferente em relação à brasileira.

O atual Primeiro-Ministro vem realizando, no entanto, uma inflexão nessa visão, introduzindo certo ceticismo em relação às Nações Unidas e ao multilateralismo, particularmente em questões políticas, sociais e de meio ambiente.

As questões de desarmamento têm grande importância na Nova Zelândia. O país adota, desde 1984, uma política não nuclear totalmente independente. No que se refere ao meio ambiente, destaca-se a coordenação bilateral em torno das questões afetas à Comissão Internacional da Baleia e à mudança do clima.

A Nova Zelândia, assim como o Brasil, é um dos 17 países que compõem o Grupo de Cairns e, no âmbito da OMC, é reconhecida por sua luta em defesa da liberalização do comércio agrícola internacional.

O país propugna uma política externa mais independente do que a vizinha Austrália, apesar dos condicionantes históricos, políticos, econômicos, geográficos e estratégicos para isso. A Nova Zelândia votou, por exemplo, a favor da ampliação/graduação do status da Palestina na ONU, diferentemente de Estados Unidos e Austrália. Tal voto, porém, também teve um cálculo político, já que estava em campanha por um assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU. O país foi exitoso e venceu a Espanha e a Turquia.

Mantém firme sua política anti-nuclear, a ponto de proibir embarcações americanas de aportar na Nova Zelândia, por se recusarem a assegurar que não são movidas por energia nuclear e nem carregam armas dessa natureza. Isso levou o país a abandonar, em 1986, o acordo ANZUS de defesa entre EUA e Austrália.

A Nova Zelândia é vista com mais simpatia do que a Austrália por várias ilhas do Pacífico, especialmente por sua maior sensibilidade em relação às particularidades locais. Sendo, ainda, uma potência naval local, é uma plataforma importante para a diplomacia do Brasil no Pacífico Insular.

Não obstante os importantes laços históricos que continua a manter com o Reino Unido, a Nova Zelândia tem procurado diversificar, cada vez mais, sua presença no cenário internacional. Nesse contexto, a diplomacia neozelandesa atribui prioridade às relações com a Austrália, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, seus maiores parceiros comerciais, bem como com os países do Pacífico insular. Ademais, a Nova Zelândia tem demonstrado crescente interesse em adensar o relacionamento bilateral e multilateral com os países da região, em especial com a China e com países do Sudeste asiático, particularmente com vistas à assinatura de acordos de livre comércio.

A Ásia é, certamente, a primeira prioridade no relacionamento internacional, sobretudo o Japão, China, Índia, Coréia do Sul, Cingapura, Malásia e Tailândia. A Nova Zelândia participa ativamente do Foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico. Durante o período, entraram em vigor alguns acordos de livre comércio, como com a China (2008), ASEAN (2010), Malásia (2010), Hong Kong (2011) e Taiwan (2013). Há ainda negociações em curso com a Coreia do Sul.

Com relação aos EUA, é importante ressaltar a recente visita do Secreário de Defesa Leon Panetta à Nova Zelândia, em 2012, a primeira dessa natureza desde 1982, e mais especificamente desde os atritos sobre a proibição de embarcações com armas nucleares atracarem em portos neozelandeses. Os dois países voltaram a se aproximar na área militar com o apoio neozelandês às operações de paz no Afeganistão, através do envio de soldados das forças especiais neozelandesas e de um time de reconstrução para a base de Bamiyam. Como marco principal da recente visita de Panetta a Wellington, os EUA anunciaram o fim do banimento de embarcações militares neozelandesas em portos norte-americanos.

No plano regional, ressalta-se o relacionamento com a Austrália, marcado por sólidos laços econômicos, políticos e culturais. A Nova Zelândia administra a ilha de Tokelau e, em regime de 'livre associação', zela pelas políticas externa e de defesa das Ilhas Cook e da ilha de Niue. A Nova Zelândia acompanha atentamente a situação de Fiji e de Timor Leste.

A Nova Zelândia é membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, mecanismo de consulta e de concertação política regional. Sua agenda inclui outros temas como segurança ambiental, transportes, saúde, comércio, mudança do clima e Direito do Mar. O grupo conta com observadores como a ONU, Toquelau e Wallis e Futuna. O Timor Leste participa como observador especial. Os países parceiros de fora da Oceania relacionam-se com o Fórum na condição de Parceiros de Diálogo ao invés de observadores. Com o objetivo de aproximar-se dos países do Pacífico, o Brasil demonstrou interesse nos critérios de admissão de um país como parceiro de Diálogo, porém há exigência que os parceiros já contem com presença expressiva na Oceania por vínculos de Defesa, comércio ou mesmo antecedentes históricos.

A Nova Zelândia faz parte do grupo chamado "Five Eyes", um acordo que compreende também Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália. Trata-se de um grupo de troca de informações secretas. A aliança esteve envolvida nos recentes casos de espionagem a diversos países, incluindo o Brasil. A Presidenta Dilma Rousseff instou que os Estados Unidos e seus aliados encerrassem suas ações de espionagem, repudiando a guerra cibernética.

A grande expectativa dos neozelandeses na área de Comércio Internacional concentra-se nas negociações da Trans-Pacific-Partnership (TPP), que segundo analistas do governo, poderia trazer benefícios da ordem de US$ 300 milhões por ano para a economia do país, podendo chegar à cifra de US$ 1,78 bilhão anuais em 2015, caso os participantes chegassem a um acordo em um curto espaço de tempo.

Na última Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, John Key associou a crise de refugiados na Europa ao conflito sírio e instou o Conselho de Segurança a agir em busca de uma solução política urgente. Defendeu um papel maior do CSNU no processo de paz entre Israel e Palestina. Fez críticas ao poder de veto e manifestou apoio à proposta dos membros do Grupo de Responsabilização, Coerência e Transparência ("ACT", acrônimo em inglês), além de França e México, de limitar o veto em ocasiões em situações consideradas pelo CSNU como crime contra a humanidade.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Nova Zelândia é um país pequeno de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nos últimos 20 anos, o Governo neozelandês transformou o país, anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico, em uma economia mais industrializada, com poder de competir

globalmente. Esta dinâmica de crescimento contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a consequente atração de capital estrangeiro para sua economia de livre mercado.

Para compensar o isolamento geográfico, o processo de desindustrialização com o aumento das importações dos Tigres Asiáticos e as reduzidas dimensões do mercado interno, a Nova Zelândia investe consistentemente em inovação, é um dos países mais ativos em matéria de política comercial e dispõe de vasta rede de acordos de livre comércio com outros países e regiões. Está em pleno esforço para conquistar mercados para a produção neozelandesa. Tem alta credibilidade internacional e posições coincidentes com o Brasil em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios e redução de barreiras comerciais.

No último quinquênio, as exportações da Nova Zelândia cresceram 76,2%, passando de US$ 24,93 bilhões em 2009, para US$ 43,93 bilhões em 2013. Entre 2012 e 2013, aumentaram 18,5%. Em 2013, a China tornou-se o principal destino das exportações da Nova Zelândia, com participação de 21,6% sobre o total. Outros mercados relevantes foram: Austrália (19,8%); Estados Unidos (8,8%); Japão (5,7%); Coréia do Sul (3,3%). O Brasil foi o 34º destino (0,4% do total). As exportações são concentradas em produtos do agronegócio. Foram os seguintes os principais itens exportados pelo país, em 2013: leite e laticínios (27,8%); carnes (11,5%); madeira (8,5%); máquinas elétricas e mecânicas (5,4%); combustíveis e lubrificantes (4,2%).

A economia do país é competitiva em nível internacional; encontra-se bem posicionada no ranking "Doing Business" do Banco Mundial (terceira posição em 2013 entre 185 países). A renda per capita é superior a US$ 35 mil. As importações do país são dominadas pelos bens de capital, bens industriais e produtos manufaturados. Em 2013, o maior parceiro econômico-comercial da Nova Zelândia foi a Austrália, com participação de aproximadamente 20% dos fluxos comerciais neozelandeses, seguida pela China, USA e Japão. O principal investidor no país é a Austrália, que também é o principal destino dos investimentos neozelandeses. Os EUA e a Grã-Bretanha também despontam como destinos preferenciais dos investimentos neozelandeses.

A Nova Zelândia experimenta, desde 1991, um longo ciclo de crescimento econômico, apesar da retração ocorrida no biênio 2008-2009. Em 2012, o PIB do país cresceu 2,7% e, em 2013, 2,5%. Estima-se que o país tenha crescido 3,5% em 2014. Com PIB Nominal de cerca de US$ 170 bilhões e crescimento aproximado de 2,5%, a Nova Zelândia destacou-se como a 51ª principal economia do mundo em 2014. O setor de serviços constitui o principal ramo de atividade do país e respondeu por 70% do PIB. O setor industrial contribuiu com 25% do PIB e o agrícola com 5%.

A Nova Zelândia assinou uma série de acordos comerciais com diversos países: o Closer Economic Relations com a Austrália (1983), o Closer Economic Partnership com Cingapura (2001), o Closer Economic Partnership com a Tailândia (2005), o Trans-Pacific Strategic Economic Partnership, com Brunei, Cingapura e Chile (2005), o Acordo de Livre Comércio com a China (2008), o Acordo de Livre Comércio com a ASEAN (2010), o Acordo de Livre Comércio com a Malásia (2010), e o Closer Economic Partnership com Hong Kong (2010).

No caso do acordo de livre comércio com a China, firmado ainda no governo da Primeira Ministra Helen Clark (1999 - 2008), representante do Labour Party - hoje na oposição - a Nova Zelândia ficou conhecida como o primeiro país desenvolvido a estabelecer um acordo de livre comércio com os chineses, em um tratado que abrange o setor de serviços e teve como objetivo principal a exportação de grandes quantidades de leite em pó, carne, commodities e produtos industriais primários, como madeira e lã para o mercado chinês.

Durante o governo John Key, entraram em vigor os seguintes acordos de livre comércio: China (2008), ASEAN (2010), Malásia (2010), Hong Kong (2011), Taiwan (2013) e Coreia do Sul (2015). O governo neozelandês também mantém negociações de livre comércio, em bloco e bilaterais, com os seguintes países: a) NZ and Gulf Cooperation Council Free Trade Agreement; b) Trans-Pacific Strategic Economic Partnership (- NZ,Brunei, Chile, Cingapura - + EUA, Peru, Japão, Canadá, México e Vietnam); c) ASEAN and NZ Free

Trade Agreement; d) NZ and India Free Trade Agreement; e) NZ, Russia, Kasakhstan and Belarus Free Trade Agreement.

Com a TPP, será criada zona de livre comércio com 800 milhões de pessoas e cerca de 36% do PIB mundial. Com a inclusão de EUA e Japão, a Nova Zelândia passará a ter acordos com seus cinco maiores parceiros comerciais (Austrália, China, EUA, Japão e Coreia do Sul), além de ter recentemente assinado acordos com Taiwan, Hong Kong, ASEAN/Austrália e Malásia, e de buscar ativamente chegar a entendimento final com a União Europeia. Ressalte-se que os textos firmados com Coreia, China e Taiwan possuem cláusulas de nação mais favorecida, o que implica extensão de cortes tarifários e, sobretudo, de regras de investimento da TPP a esses países. Estima-se que a entrada em vigor deverá ocorrer em cerca de dois anos, com implementação gradual até 2030.

Relações com o Brasil

A Nova Zelândia tem investido crescentemente em agropecuária no Brasil nas áreas de melhoramento genético de rebanhos e produção leiteira de alta qualidade. Há interesse em intensificar os investimentos abrangendo áreas como processamento de alimentos, aperfeiçoamento de pastos, exploração florestal e projetos de horticultura.

O comércio entre o Brasil e a Nova Zelândia, embora modesto, apresenta potencial de crescimento, depois de um período de retração. De 2002 a 2008, o intercâmbio comercial cresceu 145%, tendo chegado a US$ 158,9 milhões. Entre 2008 e 2012, no entanto, as trocas comerciais sofreram uma desaceleração da ordem de 21%, de US$ 158,9 milhões para US$ 125,5 milhões. A redução foi de 23% nas exportações e de 19% nas importações. Em 2013, houve um retorno do crescimento do intercâmbio comercial.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia totalizaram US$ 64,2 milhões em 2015, enquanto as importações totalizaram US$ 56 milhões, com um saldo de 8,2 milhões.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados (cerca de 49% do total), seguidos dos produtos básicos (43%) e os semimanufaturados (8%). Os cinco principais produtos exportados pelo Brasil para a Nova Zelândia em 2014, que juntos representaram mais de 52% do total, foram: *i)* fumo, com valor de US$ 13,4 milhões, participação de 19,45% no total (+US$ 4,9 milhões em relação ao ano anterior); *ii)* substâncias de animais para a preparação de produtos farmacêuticos, com valor de US$ 6,8 milhões, participação de 9,9% no total (+US$ 0,6 milhão em relação ao ano anterior); *iii)* café em grão, valor de US$ 6,7 milhões, participação de 9,8% no total (+US$ 0,7 milhão em relação ao ano anterior); *iv)* suco de laranja, valor de US$ 4,8 milhões, participação de 7% no total (+US$ 0,8 milhão em relação ao ano anterior); *v)* açúcar de cana, valor de US$ 4,2 milhões, participação de 6,1% no total (-US$ 7,6 milhões em relação ao ano anterior).

Pelo lado das importações, observa-se que, em 2014, os produtos manufaturados representaram a quase totalidade da pauta, 87,5%, seguidos dos básicos com 10% e pelos semimanufaturados, com 2,5%. Os cinco principais produtos adquiridos pelo Brasil da Nova Zelândia em 2013, que juntos representaram cerca de 65% do total, foram: *i)* metanol (com valor de US$ 44,8 milhões, participação de 33,3% no total); *ii)* inseticidas (com valor de US$ 22,1 milhões, participação de 16,4% no total; *iii)* produtos constituídos do leite, (com valor de US$ 12,5 milhões, participação de 9,3% no total); *iv)* filés congelados de peixes (valor de US$ 4,6 milhões, participação de 3,4% no total); *v)* kiwis (com valor de US$ 3,9 milhões, participação de 2,9% no total).

A análise do cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Nova Zelândia em 2013 identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado neozelandês são, em princípio, os seguintes: *(i)* petróleo e derivados; *(ii)* veículos automóveis *(iii)* veículos para o transporte de mercadorias *(iv)* medicamentos; *(v)* preparações alimentícias; *(vi)* partes de turboreatores e turbinas; *(vii)* partes de aviões e helicópteros; *(viii)* óxidos de alumínio; *(ix)* tratores *(x)* pneumáticos.

Um dos principais interesses do Brasil na Nova Zelândia - além de acesso ao mercado - é atrair investimentos para o nosso país, seja em aplicações diretas, seja por meio de *joint ventures* em áreas de notória especialização neozelandesa. Essas áreas estão concentradas na agropecuária e no setor de alimentos, abrangendo desde melhoramento genético de rebanhos, processamento de alimentos, passando pelo aperfeiçoamento de pastos, exploração florestal e projetos de horticultura.

Empresas neozelandesas têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores agropecuário (lácteos, tecnologia agrícola e consultoria, entre outros), tecnologia da informação e comunicação (aplicativos para rádios e celulares), serviços (educação, turismo e hotelaria), fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. Outros setores que merecem destaque são holdings, pesquisas de mercado e atividades imobiliárias.

Na vertente econômica do relacionamento bilateral, destacam-se os continuados investimentos da empresa Fonterra. Após o insucesso da tentativa da *Fonterra* de comprar a brasileira *Vigor*, a empresa neozelandesa concretizou, em 2003, *joint venture* com a *Nestlé* latino-americana, o *Dairy Partners of the Americas*, tornando-se o maior investidor neozelandês na economia brasileira. Além da venda e exportação de sua produção local de laticínios, a empresa tem atraído outros investimentos neozelandeses na área da pecuária leiteira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1642	O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a 'descobrir' o país.
1814	Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
1840	O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
1860/1880	"Guerras da Terra": conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
1893	As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
1914/19	Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
1938	O "Social Security Act" expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
1939-1945	Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
1953	Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
1970	Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
1973	O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Européia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
1983	Asssinatura do Closer Economic Relations com a Austrália.
1984	Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
1985	O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, "Rainbow Warrior", é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
1996	O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido "New Zealand First", liderado por Winston Peters, que assume o cargo de Vice-Primeiro-Ministro.
1999	Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de Primeira-Ministra.
2008	A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.
2008	O Partido Nacional elege o Primeiro-Ministro John Key.
2009	A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
2011	O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
1964	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1986	Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
1994	Visita à Nova Zelândia do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.
1997	Abertura da Embaixada do Brasil em Wellington.
1998	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
2001	Visita ao Brasil da Primeira-Ministra Helen Clark.
2001	Abertura da Embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
2004	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
2005	Visita à Nova Zelândia do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

2006	Visita à Nova Zelândia do Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
2006	Visita ao Brasil do Ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
2007	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
2007	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio, Phil Goff.
2007	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008	Visita do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
2008	Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
2008	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
2008	Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
2009	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Reflorestamento, David Carter.
2009	Realização do "Brazil Business Forum", em Auckland, Christchurch e Wellington.
2010	Assinatura entre a PETROBRAS e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
2010	Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
2010	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
2011	V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo Secretário-Geral e Diretor Executivo do MFAT, John Allen.
2013	VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
2013	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
2013	Visita do Embaixador Colin Keating, Enviado Especial do Primeiro Ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).
2013	Visita da Embaixadora Andrea Smith, Subsecretária para Ásia e Américas (novembro).
2014	VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela Diretora do Departamento de Américas do MFAT, Emb. Jane Coombs.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Serviços Aéreos.	18/06/1996	17/09/1998	30/10/1998
Acordo, por troca de Notas, que Modifica o Art. 9 do Acordo sobre Serviços Aéreos, de 18/06/96.	12/03/1998	27/03/1998	11/11/1998
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico	03/10/2001	27/03/2004	20/04/2004
Acordo sobre Isenção de Vistos	20/11/2001	21/10/2004	18/10/2004
Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho	28/08/2008	03/08/2010	03/08/2010
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/03/2013	--	Em tramitação – Casa Civil

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

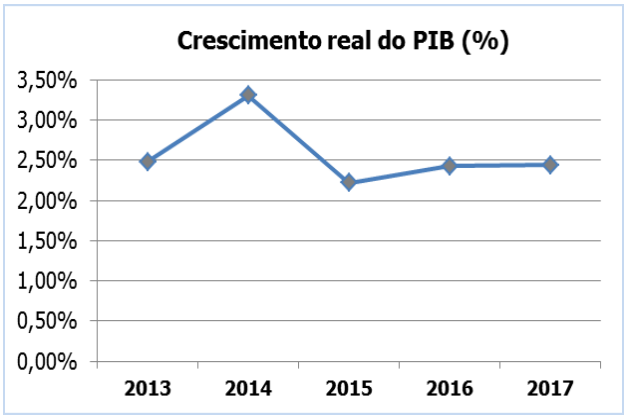
Principais indicadores socioeconômicos da Nova Zelândia

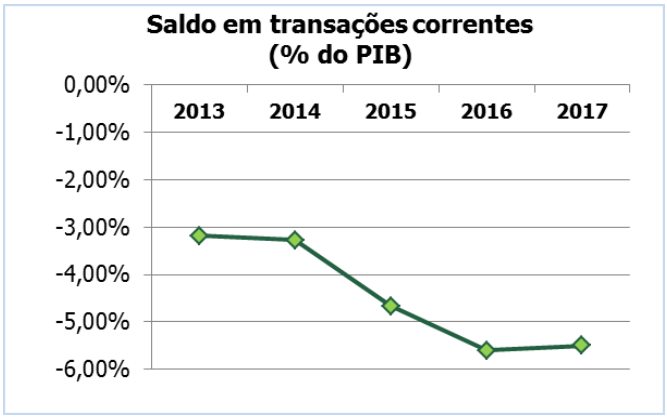
Indicador	**2013**	**2014**	**2015(1)**	**2016(1)**	**2017(1)**
Crescimento real do PIB (%)	2,48%	3,31%	2,22%	2,43%	2,44%
PIB nominal (US$ bilhões)	184,76	197,50	170,59	165,48	172,12
PIB nominal "per capita" (US$)	41.280	43.363	36.963	35.570	36.702
PIB PPP (US$ bilhões)	153,14	160,80	165,99	172,03	179,30
PIB PPP "per capita" (US$)	34.214	35.305	35.966	36.980	38.236
População (milhões de habitantes)	4,48	4,56	4,62	4,65	4,69
Desemprego (%)	6,28%	5,73%	5,85%	5,85%	5,85%
Inflação (%)(2)	1,63%	0,76%	0,38%	1,81%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,18%	-3,27%	-4,67%	-5,60%	-5,50%
Dívida externa (US$ bilhões)	86,57	89,55	85,10	85,28	88,14
Câmbio (NZ$ / US$)(2)	1,22	1,28	1,51	1,48	1,50
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			4,1%		
Indústria			26,8%		
Serviços			69,0%		

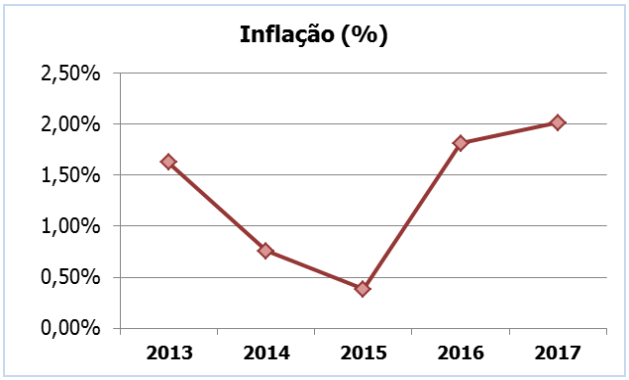
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2016.

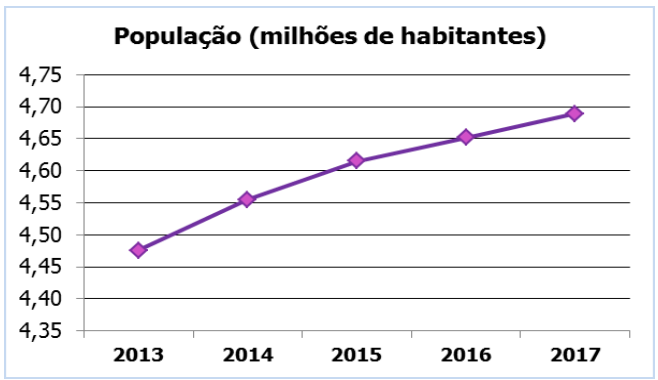
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.


Crescimento real do PIB (%)
3,50%
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


Saldo em transações correntes
(% do PIB)
0,00%
-1,00%
-2,00%
-3,00%
-4,00%
-5,00%
-6,00%
2013
2014
2015
2016
2017

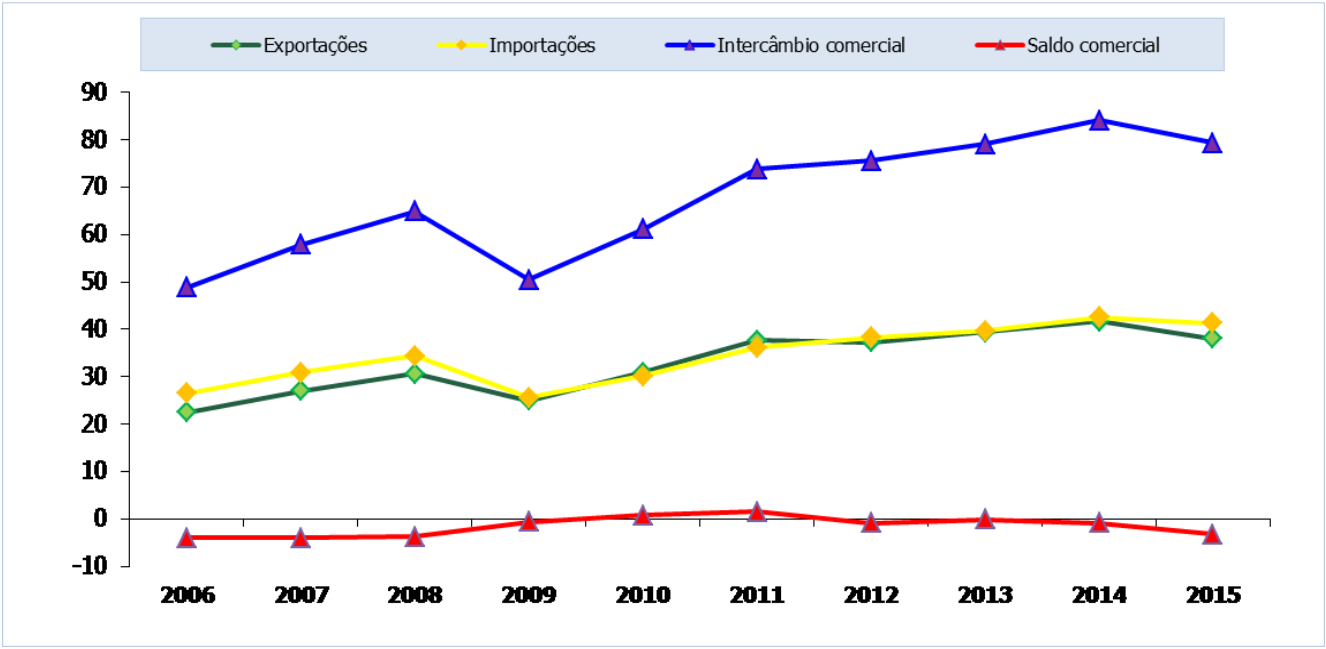

Inflação (%)
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


População (milhões de habitantes)
4,75
4,70
4,65
4,60
4,55
4,50
4,45
4,40
4,35
2013
2014
2015
2016
2017

Evolução do comércio exterior da Nova Zelândia
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	22,4	3,1%	26,4	0,7%	48,8	1,8%	-4,0
2007	26,9	20,2%	30,9	16,9%	57,8	18,4%	-4,0
2008	30,6	13,5%	34,4	11,3%	64,9	12,3%	-3,8
2009	24,9	-18,5%	25,6	-25,6%	50,5	-22,2%	-0,6
2010	30,9	24,1%	30,2	18,0%	61,1	21,0%	0,8
2011	37,6	21,7%	36,1	19,7%	73,7	20,7%	1,5
2012	37,3	-0,9%	38,2	5,9%	75,5	2,4%	-0,9
2013	39,4	5,7%	39,6	3,6%	79,1	4,7%	-0,2
2014	41,6	5,6%	42,5	7,3%	84,1	6,4%	-0,9
2015	38,0	-8,6%	41,3	-2,8%	79,4	-5,7%	-3,3
Var. % 2006-2015	**69,8%**	**--**	**56,4%**	**--**	**62,5%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

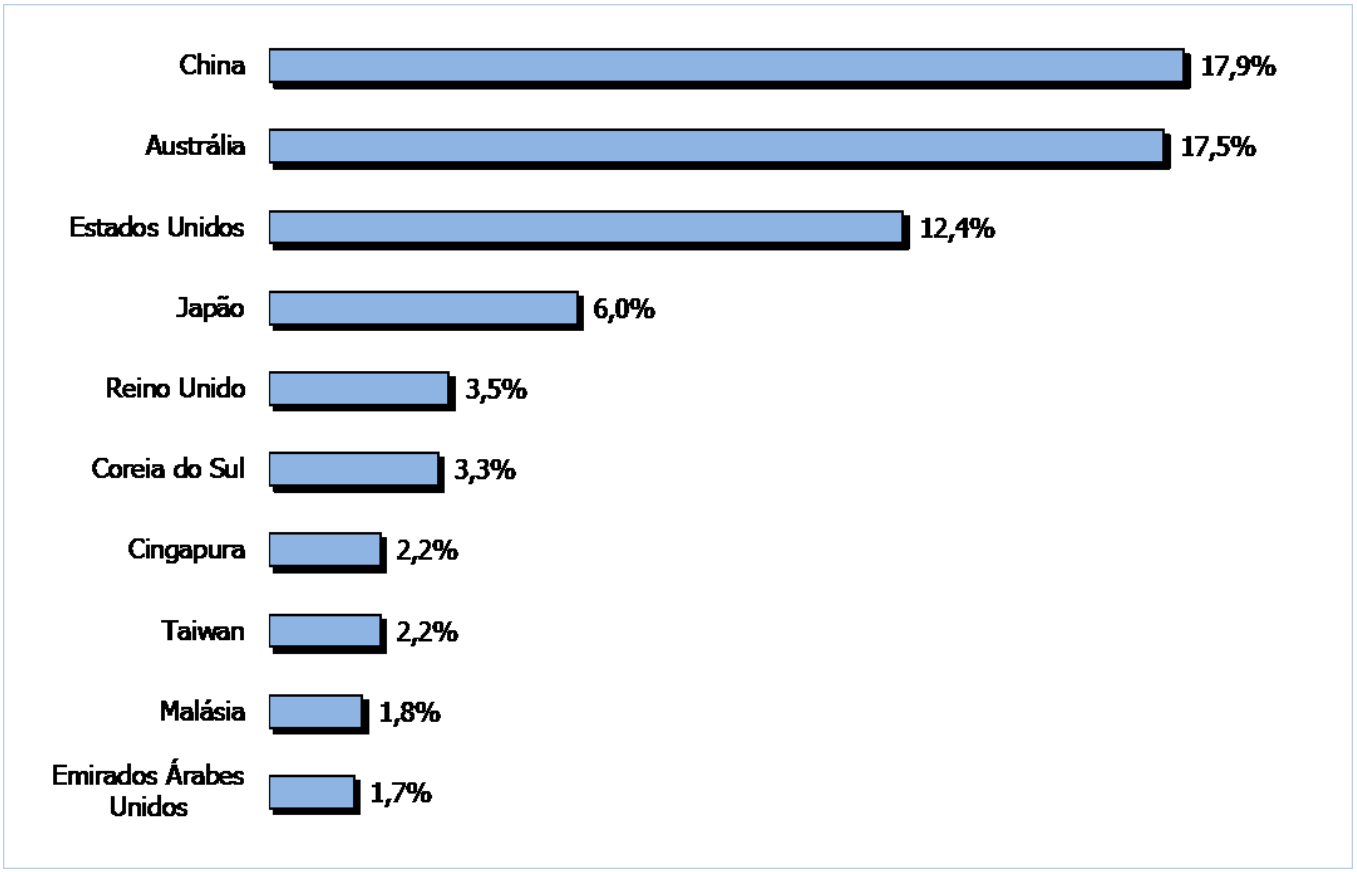

Exportações
Importações
Intercâmbio comercial
Saldo comercial
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
-10
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

Direção das exportações da Nova Zelândia
US$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	6,81	17,9%
Austrália	6,66	17,5%
Estados Unidos	4,71	12,4%
Japão	2,29	6,0%
Reino Unido	1,34	3,5%
Coreia do Sul	1,26	3,3%
Cingapura	0,83	2,2%
Taiwan	0,83	2,2%
Malásia	0,69	1,8%
Emirados Árabes Unidos	0,63	1,7%
...		
Brasil (54ª posição)	***0,05***	***0,1%***
Subtotal	**26,10**	**68,6%**
Outros países	**11,95**	**31,4%**
Total	**38,04**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais destinos das exportações

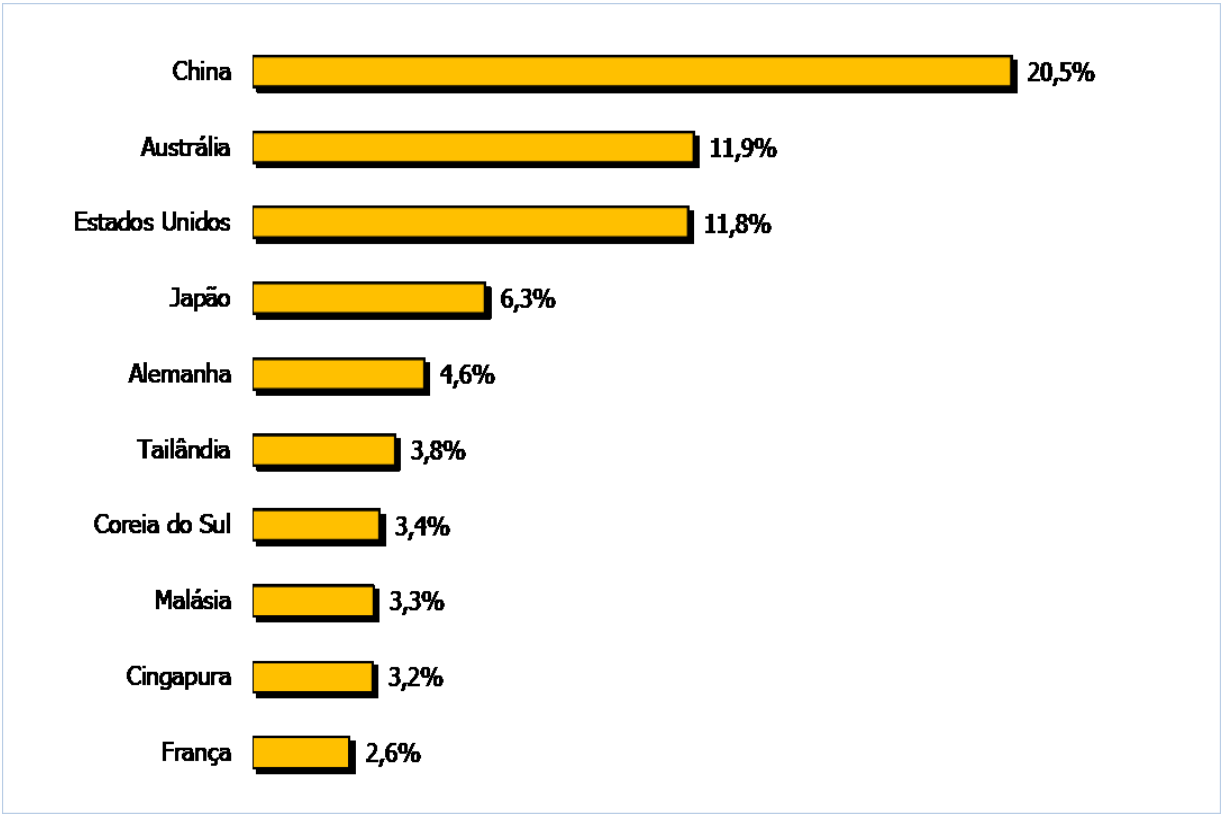


Origem das importações da Nova Zelândia
US$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	8,49	20,5%
Austrália	4,93	11,9%
Estados Unidos	4,87	11,8%
Japão	2,60	6,3%
Alemanha	1,92	4,6%
Tailândia	1,59	3,8%
Coreia do Sul	1,42	3,4%
Malásia	1,36	3,3%
Cingapura	1,34	3,2%
França	1,08	2,6%
...		
Brasil (38ª posição)	***0,11***	***0,3%***
Subtotal	**29,71**	**71,9%**
Outros países	**11,62**	**28,1%**
Total	**41,33**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais origens das importações

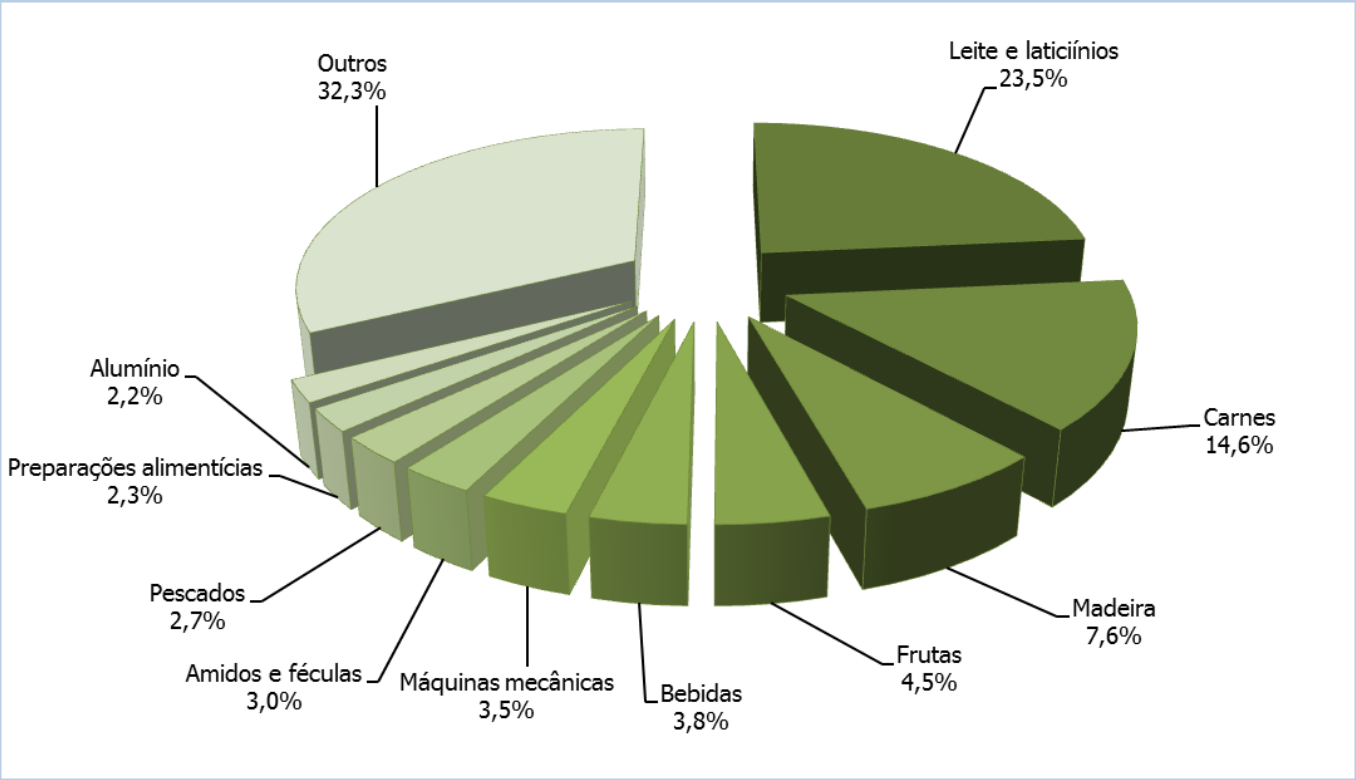


Composição das exportações da Nova Zelândia
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Leite e laticiínios	8,94	23,5%
Carnes	5,57	14,6%
Madeira	2,89	7,6%
Frutas	1,70	4,5%
Bebidas	1,45	3,8%
Máquinas mecânicas	1,32	3,5%
Amidos e féculas	1,13	3,0%
Pescados	1,04	2,7%
Preparações alimentícias	0,88	2,3%
Alumínio	0,84	2,2%
Subtotal	**25,74**	**67,7%**
Outros	**12,30**	**32,3%**
Total	**38,04**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

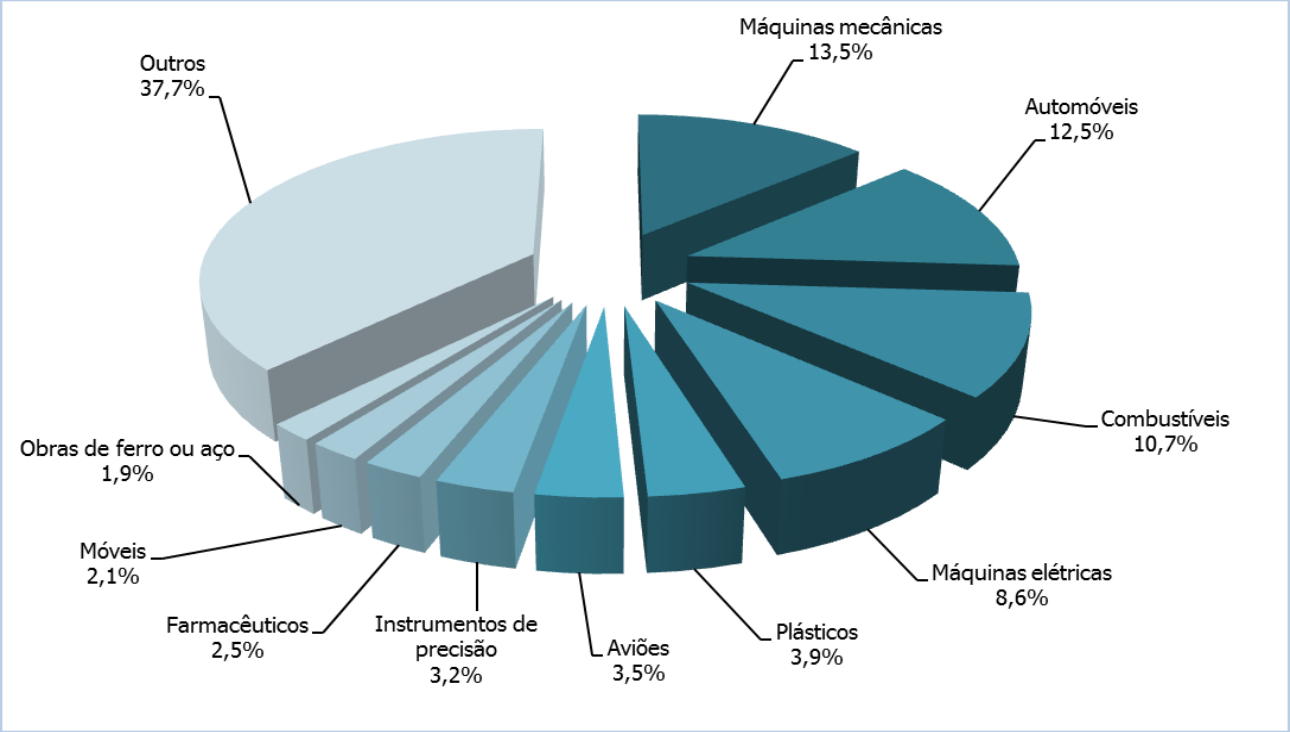


Composição das importações da Nova Zelândia
US$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Máquinas mecânicas	5,57	13,5%
Automóveis	5,18	12,5%
Combustíveis	4,43	10,7%
Máquinas elétricas	3,54	8,6%
Plásticos	1,60	3,9%
Aviões	1,44	3,5%
Instrumentos de precisão	1,31	3,2%
Farmacêuticos	1,01	2,5%
Móveis	0,87	2,1%
Obras de ferro ou aço	0,77	1,9%
Subtotal	**25,73**	**62,3%**
Outros	**15,60**	**37,7%**
Total	**41,33**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

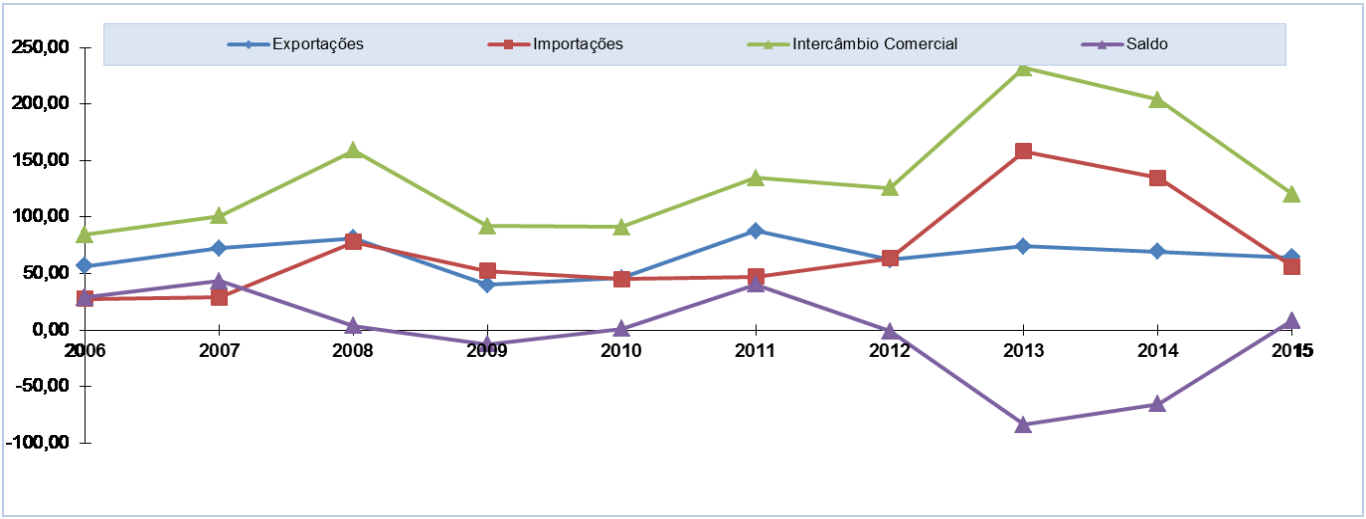
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Nova Zelândia
US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	56,48	3,4%	0,04%	27,59	-7,9%	0,03%	84,07	-0,6%	0,04%	28,89
2007	72,18	27,8%	0,04%	28,67	3,9%	0,02%	100,84	19,9%	0,04%	43,51
2008	81,19	12,5%	0,04%	77,67	170,9%	0,04%	158,86	57,5%	0,05%	3,52
2009	39,80	-51,0%	0,03%	52,19	-32,8%	0,04%	91,99	-42,1%	0,03%	-12,39
2010	46,08	15,8%	0,02%	45,18	-13,4%	0,02%	91,26	-0,8%	0,02%	0,90
2011	87,62	90,2%	0,03%	47,21	4,5%	0,02%	134,83	47,7%	0,03%	40,41
2012	62,21	-29,0%	0,03%	63,33	34,2%	0,03%	125,53	-6,9%	0,03%	-1,12
2013	74,07	19,1%	0,03%	157,95	149,4%	0,07%	232,02	84,8%	0,05%	-83,88
2014	69,32	-6,4%	0,03%	134,60	-14,8%	0,06%	203,92	-12,1%	0,04%	-65,27
2015	64,20	-7,4%	0,03%	55,92	-58,5%	0,03%	120,12	-41,1%	0,03%	8,28
2016 (jan-fev)	14,41	7,7%	0,00%	7,63	-18,9%	0,00%	22,04	-3,3%	0,00%	6,79
Var. % 2006-2015	**13,7%**		**--**	**102,7%**		**--**	**42,9%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

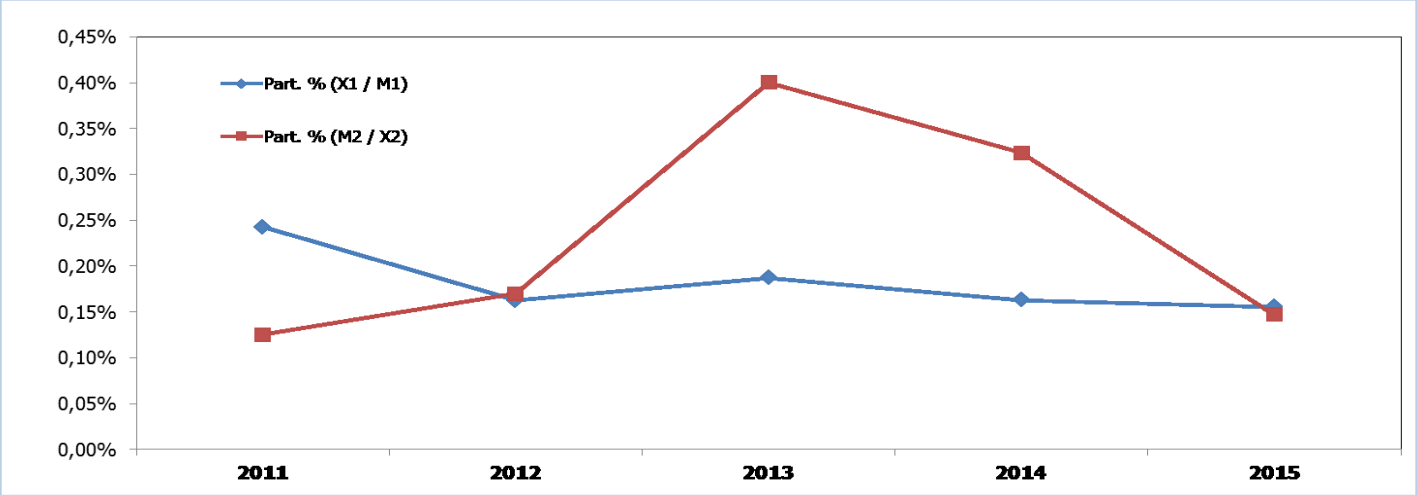

Exportações
Importações
Intercâmbio Comercial
Saldo
250,00
200,00
150,00
100,00
50,00
0,00
-50,00
-100,00
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

Part. % do Brasil no comércio da Nova Zelândia

US$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para a Nova Zelândia (X1)	88	62	74	69	64	-26,7%
Importações totais da Nova Zelândia (M1)	36.111	38.243	39.619	42.498	41.326	14,4%
Part. % (X1 / M1)	0,24%	0,16%	0,19%	0,16%	0,16%	-36,0%
Importações do Brasil originárias da Nova Zelândia (M2)	47	63	158	135	56	18,5%
Exportações totais da Nova Zelândia (X2)	37.633	37.305	39.444	41.636	38.043	1,1%
Part. % (M2 / X2)	0,13%	0,17%	0,40%	0,32%	0,15%	17,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações da Nova Zelândia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

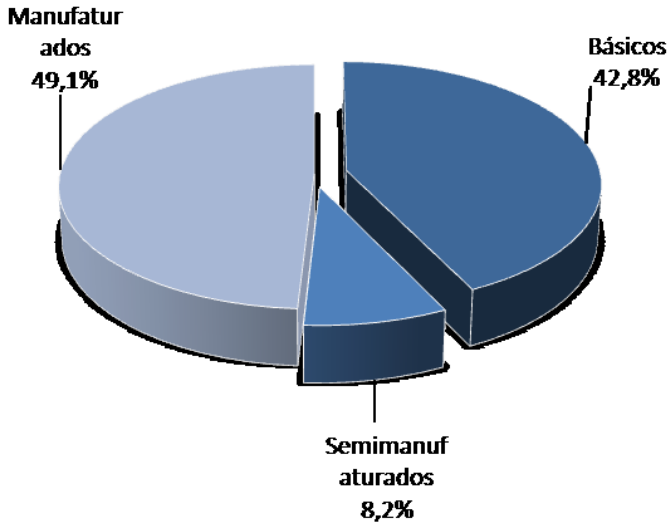

0,45%
0,40%
0,35%
0,30%
0,25%
0,20%
0,15%
0,10%
0,05%
0,00%
Part. % (X1 / M1)
Part. % (M2 / X2)
2011
2012
2013
2014
2015

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

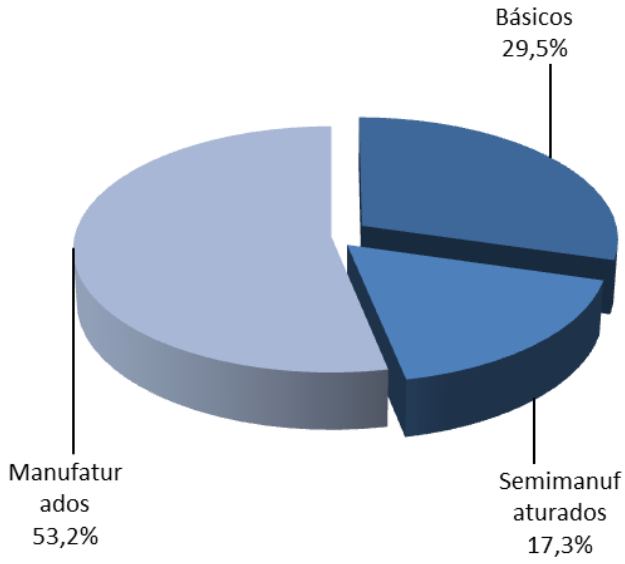
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)

2014

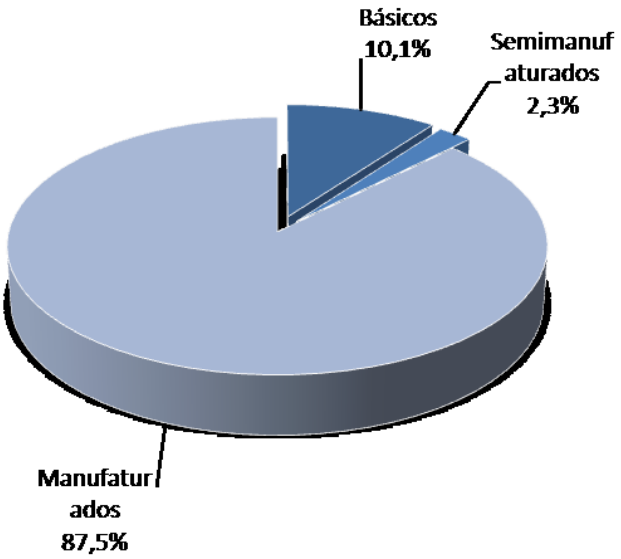


2015

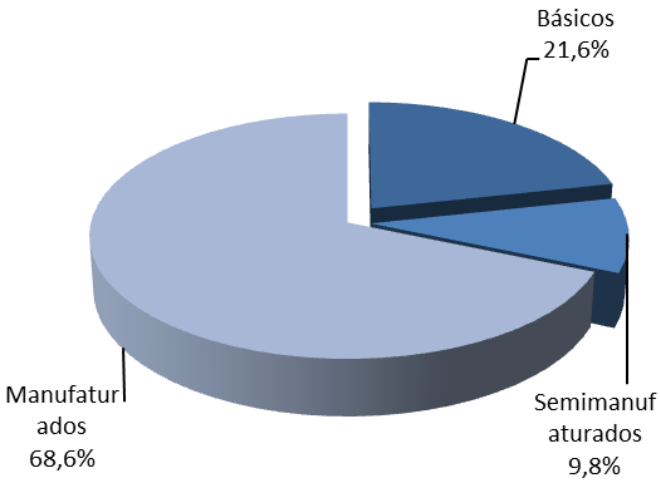


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.

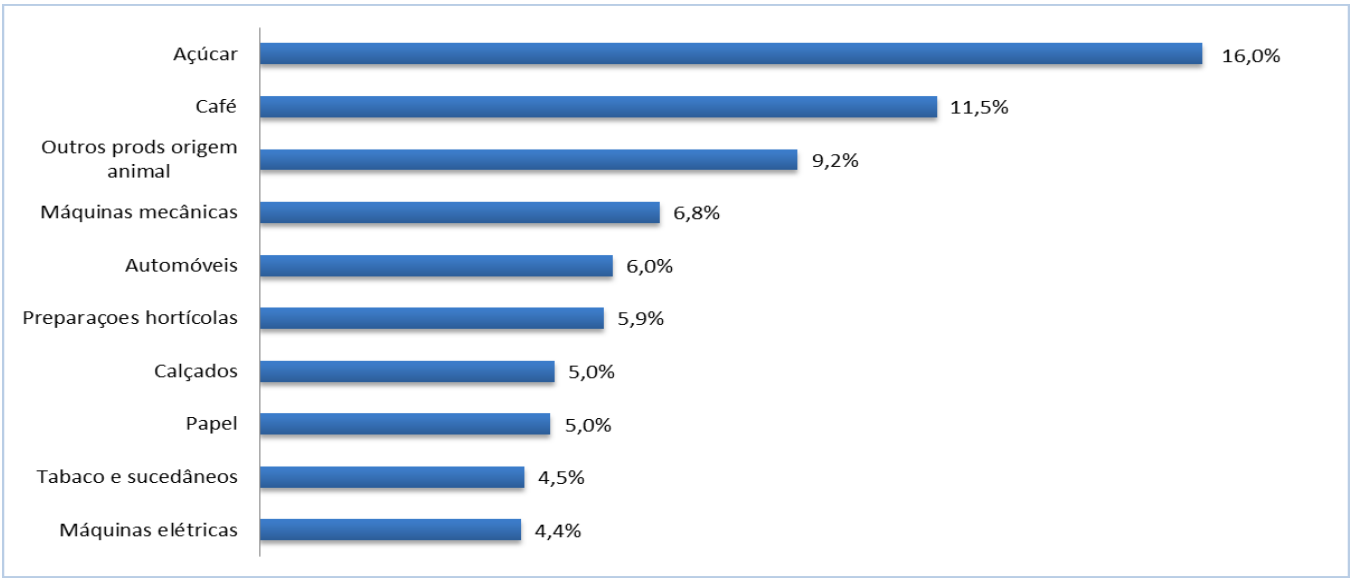
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Nova Zelândia
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	13,20	17,8%	5,20	7,5%	10,30	16,0%
Café	6,10	8,2%	6,80	9,8%	7,40	11,5%
Outros prods origem animal	6,20	8,4%	6,87	9,9%	5,88	9,2%
Máquinas mecânicas	4,54	6,1%	5,54	8,0%	4,37	6,8%
Automóveis	2,09	2,8%	2,22	3,2%	3,86	6,0%
Preparaçoes hortícolas	4,32	5,8%	4,05	5,8%	3,76	5,9%
Calçados	1,94	2,6%	1,98	2,9%	3,22	5,0%
Papel	3,19	4,3%	3,05	4,4%	3,18	5,0%
Tabaco e sucedâneos	8,87	12,0%	13,94	20,1%	2,89	4,5%
Máquinas elétricas	3,55	4,8%	3,48	5,0%	2,85	4,4%
Subtotal	**54,00**	**72,9%**	**53,13**	**76,6%**	**47,71**	**74,3%**
Outros produtos	**20,07**	**27,1%**	**16,19**	**23,4%**	**16,49**	**25,7%**
Total	**74,07**	**100,0%**	**69,32**	**100,0%**	**64,20**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

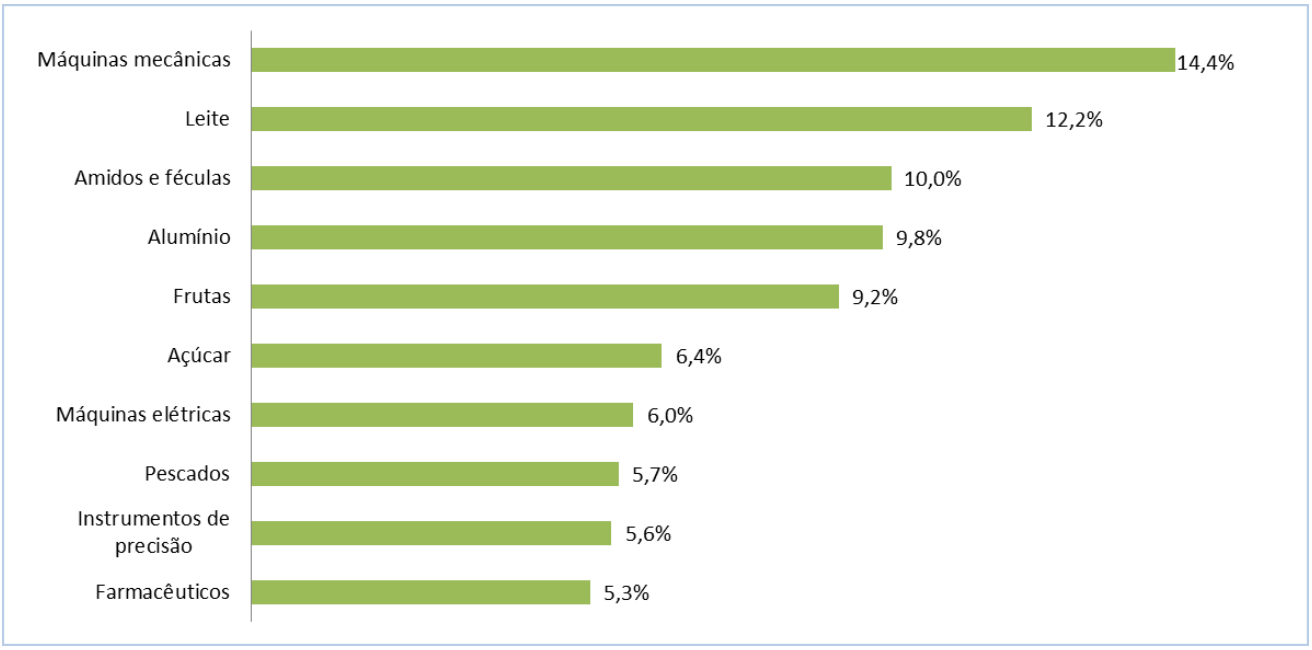


Composição das importações brasileiras originárias da Nova Zelândia
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,19	5,2%	13,71	10,2%	8,06	14,4%
Leite	7,98	5,1%	12,55	9,3%	6,81	12,2%
Amidos e féculas	5,06	3,2%	4,21	3,1%	5,58	10,0%
Alumínio	0,06	0,0%	3,07	2,3%	5,50	9,8%
Frutas	2,42	1,5%	3,96	2,9%	5,12	9,2%
Açúcar	2,26	1,4%	3,57	2,7%	3,58	6,4%
Máquinas elétricas	7,00	4,4%	5,35	4,0%	3,33	6,0%
Pescados	3,03	1,9%	5,03	3,7%	3,20	5,7%
Instrumentos de precisão	4,24	2,7%	5,00	3,7%	3,14	5,6%
Farmacêuticos	3,59	2,3%	1,91	1,4%	2,95	5,3%
Subtotal	**43,81**	**27,7%**	**58,35**	**43,3%**	**47,28**	**84,5%**
Outros produtos	**114,14**	**72,3%**	**76,25**	**56,7%**	**8,64**	**15,5%**
Total	**157,95**	**100,0%**	**134,60**	**100,0%**	**55,92**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Marco de 2016.

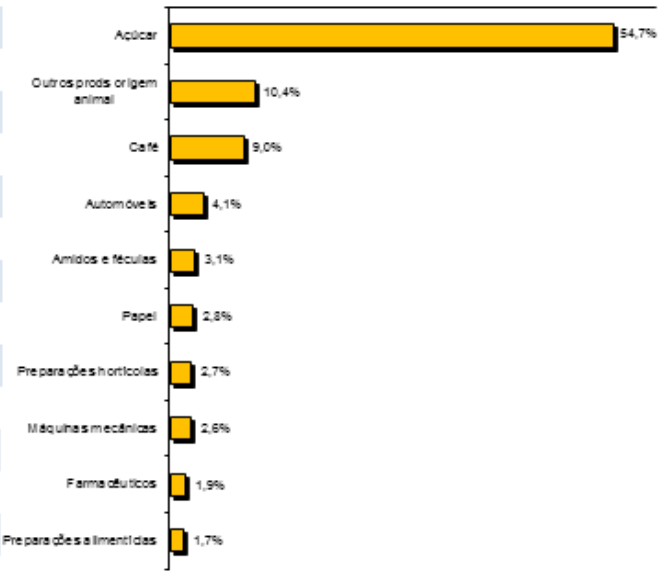
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

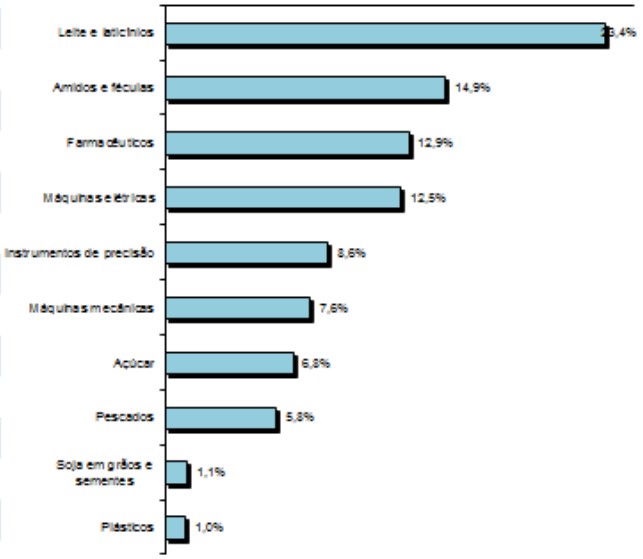
Grupos de Produtos	2015 (jan-fev)	Part. % no total	2016 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	5,01	37,5%	7,89	54,7%
Outros prods origem animal	1,08	8,1%	1,50	10,4%
Café	1,55	11,6%	1,30	9,0%
Automóveis	0,37	2,8%	0,58	4,1%
Amidos e féculas	0,00	0,0%	0,45	3,1%
Papel	0,65	4,8%	0,41	2,8%
Preparações hortícolas	0,75	5,6%	0,39	2,7%
Máquinas mecânicas	0,60	4,5%	0,37	2,6%
Farmacêuticos	0,28	2,1%	0,28	1,9%
Preparações alimentícias	0,15	1,1%	0,25	1,7%
Subtotal	**10,44**	**78,0%**	**13,42**	**93,1%**
Outros produtos	**2,94**	**22,0%**	**1,00**	**6,9%**
Total	**13,38**	**100,0%**	**14,41**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016



Grupos de Produtos	2015 (jan-fev)	Part. % no total	2016 (jan-fev)	Part. % no total
Importações				
Leite e laticínios	0,13	1,4%	1,79	23,4%
Amidos e féculas	0,57	6,1%	1,13	14,9%
Farmacêuticos	0,24	2,5%	0,99	12,9%
Máquinas elétricas	0,32	3,4%	0,95	12,5%
Instrumentos de precisão	0,54	5,8%	0,66	8,6%
Máquinas mecânicas	0,96	10,2%	0,58	7,6%
Açúcar	0,89	9,4%	0,52	6,8%
Pescados	0,81	8,6%	0,45	5,8%
Soja em grãos e sementes	0,01	0,1%	0,09	1,1%
Plásticos	0,49	5,2%	0,08	1,0%
Subtotal	**4,96**	**52,7%**	**7,22**	**94,7%**
Outros produtos	**4,45**	**47,3%**	**0,41**	**5,3%**
Total	**9,40**	**100,0%**	**7,63**	**100,0%**

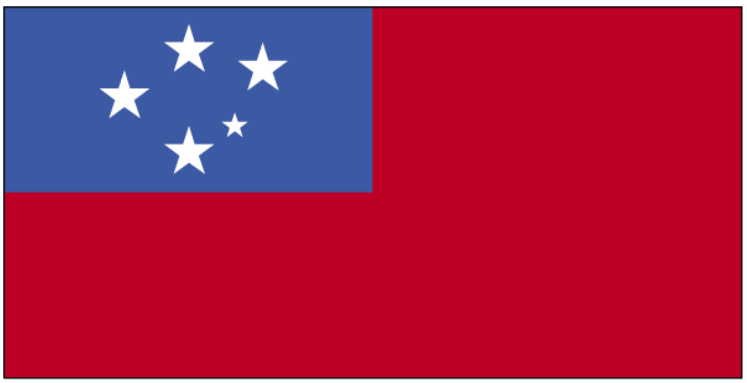
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA	
NOME OFICIAL:	Estado Independente de Samoa
GENTÍLICO:	samoano
CAPITAL:	Apia
ÁREA:	2.831 km^2
POPULAÇÃO (2015):	193 mil
IDIOMA OFICIAL:	samoano, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (57%), Catolicismo romano (19%), Mormonismo (15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Legislativa unicameral (49 membros, sendo 47 chefes tradicionais de família e 2 eleitos diretamente por maioria simples. Os membros cumprem termos de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Tui Atua Tupua Tamasese Efi (desde 20 de junho de 2007)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Malielegaoi (desde 1998)
CHANCELER:	Tuilaepa Lupesoliai Malielegaoi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 867 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 1,03 bilhão
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 4.492
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 5.336
VARIAÇÃO DO PIB	2,56% (2015); 1,91% (2014); -1,08% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,702 (105ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	73,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,16%
UNIDADE MONETÁRIA:	tala
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SAMOA (fonte: MDIC)									
Brasil → Samoa	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	0,004	2,2	0,83	3,86	0,6	1,21	4,45	1,41	2,31
Exportações	0,004	2,2	0,71	0,6	0,55	0,1	1,77	0,34	0,37
Importações	0	0,0004	0,12	3,26	0,04	1,06	2,67	1,06	1,93
Saldo	0,004	2,2	0,58	-2,66	0,5	-0,9	-0,9	-0,71	-1,56

(Em US$ milhões)

Informação elaborada em 04/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

O Estado Independente de Samoa é um país da Oceania. Tem área de 2831km² e população próxima a 200 mil habitantes.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899. A ilha passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. É uma democracia parlamentar, matizada por práticas culturais locais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tui Atua Tupua Tamasese Efi
Chefe de Estado ("O le Ao o le Malo")



Nascido em 1º de março de 1938 (78 anos) em Motootua, Samoa. Pertence à família nobre Sa Tapua. Seu pai, Tupua Tamasese Mea' olé, foi também chefe de estado. Formou-se na Victoria University, em Wellington. Iniciou sua trajetória política em 1966, ingressando no Parlamento, pelo Partido Democrático Cristão. Foi ministro do Trabalho entre 1970 e 1972. Eleito primeiro-ministro em duas ocasiões consecutivas, ocupou a Chefia do Governo de 1976 a 1982. Foi Vice-Primeiro-Ministro de 1985 a 1988.

Paralelamente à carreira política, exerceu várias atividades acadêmicas. Mais recentemente, tornou-se assessor de Língua e Cultura Samoanas na Universidade Nacional de Samoa; foi examinador (*PhD*) de História do Pacífico e de Samoa na Universidade Nacional da Austrália; e foi *Resident Scholar* do Centro de Estudos do Pacífico da mesma instituição. Tapua Tamasese é autoridade

respeitada em assuntos de cultura, língua e tradições de Samoa; publicou várias obras em samoano e em inglês.

Foi eleito Chefe de Estado em 16 de junho de 2007, para um período de 5 anos, após a morte de Malietoa Tanumafili II. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi

Primeiro-Ministro / Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio



Nasceu em 14 de abril de 1945 (71 anos) em Lepa, Samoa. Tornou-se mestre em Comércio pela Universidade de Auckland.

Foi eleito para o Parlamento pela primeira vez em 1981. Desde então, esteve à frente dos Ministérios das Finanças, do Turismo e do Comércio e Indústria nos cinco mandatos de Tofilau Eti Alesana como Primeiro-Ministro (de 1982 a 1986 e de 1988 a 1998).

Entre 1986 e 1988, manteve-se no Parlamento e foi porta-voz de seu partido, *Human Rights Protection Party* (HRPP), então na oposição. Passou a exercer o cargo de Primeiro-Ministro em 1998, quando Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde. Acumula as funções de Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio e Procurador-Geral.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Samoa desde 2005. As relações diplomáticas foram estabelecidas na ocasião da visita a Samoa da missão oficial chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.

Em 2009, o Representante Permanente (RP) de Samoa junto à ONU, Aliioaiga Feturi Elisaia, visitou o Brasil, a convite do Governo brasileiro, junto a outros RPs da região.

Em 2010 foi criada oficialmente a Embaixada do Brasil em Apia, Estado Independente de Samoa, cumulativa com a Embaixada em Wellington.

Em 2012, o Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi foi o primeiro Chefe de Governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20. Na ocasião, o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse desse país em receber do Brasil cooperação na área agrícola (côco, banana, café e cacau). Samoa enfrenta desafios em matéria de desenvolvimento sustentável, especialmente problemas de erosão de solos e de declínio de estoques pesqueiros, devido às perdas florestais. Assim, há interesse em conhecimento de áreas como manejo de florestas e reflorestamento.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos assuntos dos cidadãos brasileiros em Samoa.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Samoa.

POLÍTICA INTERNA

O Chefe de Estado de Samoa, chefe Tui Atua Tupua Tamasese Efi, foi eleito pela Assembleia Legislativa Nacional para um mandato de cinco anos, em junho de 2007, após a morte do chefe Susuga Malietoa Tanumafili II, que tinha sido

nomeado chefe de estado vitalício pela Constituição de 1962. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

A Assembleia Legislativa Nacional é unicameral. O mandato tem a duração de cinco anos e os deputados são escolhidos por voto direto. 49 das 51 vagas são reservadas a chefes das vilas samoanas. As duas vagas restantes são preenchidas por cidadãos que concorrem em uma lista em separado. Todas as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa têm de ser aprovadas pelo Chefe de Estado.

O país é governado pelo Gabinete, que consiste no Primeiro-Ministro e de 12 Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro. O atual Primeiro-Ministro é Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi, no cargo desde novembro de 1998, quando Tofilau Eti Alesana renunciou por problemas de saúde.

O Partido da Proteção dos Direitos Humanos é o principal partido samoano. A oposição no Parlamento é formada pelo Partido da União Democrática e pelo Partido Tautua (criado em abril de 2008).

O governo de Tofilau foi marcado pela reforma constitucional. O sufrágio universal foi introduzido nas eleições de 1991. O governo de Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi continuou com as reformas da administração pública, extinguindo e criando ministérios.

Samoa tem um Judiciário independente, incluindo uma corte específica para resolver disputas relacionadas a terra e títulos tradicionais. Desde a independência, o país tem apresentado um quadro de estabilidade política, com respeito às regras constitucionais e realização de eleições regulares.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros externos de Samoa são Austrália, Nova Zelândia e os países da Comunidade do Pacífico. O país é um ator comprometido com a política regional e tem um papel modesto, mas ativo, no cenário internacional. Apoia o regionalismo e encara o Fórum das Ilhas do Pacífico como importante órgão de consultas políticas para os países da região.

Samoa é membro ativo da ONU, da *Commonwealth*, do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Secretariado da Comunidade do Pacífico. Estão sediados em Apia o Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico, os Escritórios Regionais para o Pacífico da FAO, do PNUD, da UNESCO e da OMS, o Centro de Coordenação do Pacífico para os Crimes Transnacionais e a Universidade de Agricultura do Pacífico Sul.

O país tem grande interesse nas questões relativas à mudança do clima. Desempenhou papel de liderança frente à "Associação dos Pequenos Estados Insulares" na ONU. Em setembro de 2014, Samoa hospedou a III Cúpula dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Dessa reunião resultou o *Samoa Pathway*, que encoraja compromissos ambiciosos para o enfrentamento da mudança do clima, como o desenvolvimento de energia sustentável nos SIDS. O *Samoa Pathway* ajudou a aproximara Samoa e outros países da região ao CARICOM. O documento solicita ao Secretário-Geral das Nações Unidas que realize avaliação abrangente sobre as maneiras em que a ONU poderia apoiar os pequenos Estados insulares em desenvolvimento no contexto da Agenda Pós-2015.

Na 70ª AGNU, em 2015, a temática da mudança do clima constituiu a essência do discurso do Primeiro-Ministro de Samoa, Tuilaepa Sailele Malielegaoi, que a descreveu como "o desafio mais urgente que confronta a humanidade". Reiterou a necessidade de limitar o aumento da temperatura dos oceanos a 1,5 graus Celsius. Ao recordar que os SIDS são os que menos contribuíram para a mudança do clima e mais são afetados por ela, declarou esperar que a chegada dos seus efeitos a outros estados - com a ocorrência de furacões, ciclones e outros fenômenos climáticos em regiões onde estes não eram corriqueiros - gere maior comprometimento dos maiores emissores com a causa.

Em outras Assembleias Gerais da ONU recentes, Samoa também expressou apoio a missões de manutenção de paz da ONU no Sudão, na Libéria e no Timor Leste; declarou que soluções coordenadas regionais para problemas regionais são a melhor opção; defendeu o direito do Estado palestino de coexistir com Israel e condenou o terrorismo, apontando a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combatê-lo; e declarou apoio à reforma do CSNU e à expansão em ambas as categorias de membros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Samoa é um pequeno país em desenvolvimento. As reformas econômicas iniciadas na década de 1990 renderam ao país a reputação de ser a economia modelo do Pacífico, mas vários problemas econômicos persistem.

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca, ainda que a participação desses setores no PIB venha caindo há várias décadas. Alguns dos principais produtos produzidos são côco, fruta-pão, banana, cacau, manga, mamão e taro (ou inhame-

côco). Houve algum progresso na diversificação de produtos em anos recentes. O turismo também vem crescendo de forma consistente nos últimos anos.

O destaque da indústria é a empresa Yazaki Samoa, que produz peças para veículos automotores. Trata-se de um empreendimento japonês que se aproveita da posição geográfica da ilha para exportação de tais produtos a outros mercados, inclusive o brasileiro. Há duas empresas aéreas: a Virgin Samoa, *joint venture* criada pela Virgin Blue e o Governo de Samoa, em 2005, e a Polynesian Airlines, empresa estatal que atende apenas o mercado interno e regional.

O desempenho macroeconômico de Samoa é altamente vulnerável a choques econômicos e desastres naturais. Os ciclones de 1990, 1991 e 2004 causaram grandes prejuízos econômicos. Como consequência dessa situação, o país conta com a ajuda externa para o desenvolvimento. Também são elevadas as remessas de divisas de samoanos vivendo na Nova Zelândia, em Samoa Americana, na Austrália e nos Estados Unidos.

O país tende a apresentar déficit comercial. As exportações consistem principalmente de equipamentos eletrônicos, peixes, produtos agrícolas, como copra (polpa seca do côco) e cacau, além de peças de automóveis. Em 2014, os principais destinos para as exportações de Samoa foram Austrália (58%), Nova Zelândia (19%) e Estados Unidos (10%). As importações foram provenientes principalmente de Nova Zelândia (25%), Cingapura (25%) e China (13%).

Samoa é uma das principais parceiras comerciais do Brasil entre as ilhas do Pacífico. O Brasil vende sobretudo açúcar, extrato tonante de mimosa e substâncias para tratamento de couro, e importa de Samoa circuitos impressos, conectores elétricos e ferramentas. Em passado recente, o Brasil já chegou a ocupar a quarta posição entre os países que mais compram de Samoa.

O Brasil era tradicionalmente superavitário no comércio bilateral, mas desde 2009 tem registrado déficits. A maior corrente de comércio ocorreu em 2011, registrada em US$ 4,450 milhões. Em 2012 e 2013 houve retração, mas em 2014 os índices comerciais voltaram a crescer, chegando a US$ 2,334 milhões, patamar que se manteve em 2015.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1568	O espanhol Álvaro de Mendaña torna-se o primeiro europeu a navegar pelo arquipélago.
1899	Samoa torna-se colônia da Alemanha.
1914	Samoa passa a ser território da Nova Zelândia, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações.
1962	O país conquista a independência da Nova Zelândia.
1976	O país torna-se membro da ONU.
1998	Tuilaepa Lupesoliai Neioti Aiono Sailele Malielegaoi é eleito Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Samoa. Os países estabelecem relações diplomáticas.
2010	Criação da Embaixada do Brasil em Apia, cumulativa com Wellington.
2012	O Primeiro-Ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi torna-se o primeiro Chefe de Governo de Samoa a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Samoa

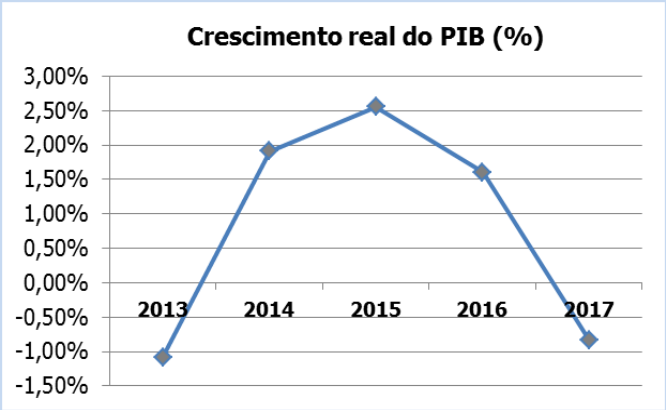
Indicador	2013	2014	2015(1)	2016(1)	2017(1)
Crescimento real do PIB (%)	-1,08%	1,91%	2,56%	1,61%	-0,83%
PIB nominal (US$ milhões)	794	827	867	900	912
PIB nominal "per capita" (US$)	4.171	4.308	4.481	4.618	4.644
PIB PPP (US$ bilhões)	0,96	1,00	1,03	1,06	1,07
PIB PPP "per capita" (US$)	5.059	5.199	5.342	5.450	5.456
População (mil habitantes)	190	192	193	195	196
Inflação (%)(2)	-1,73%	0,20%	3,00%	2,10%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,61%	-7,96%	-6,86%	-5,42%	-5,13%
Dívida externa (US$ milhões)	447,20	450,20	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (Tala / US$)(2)	2,31	2,33	2,56	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			10,9%		
Indústria			28,3%		
Serviços			60,8%		

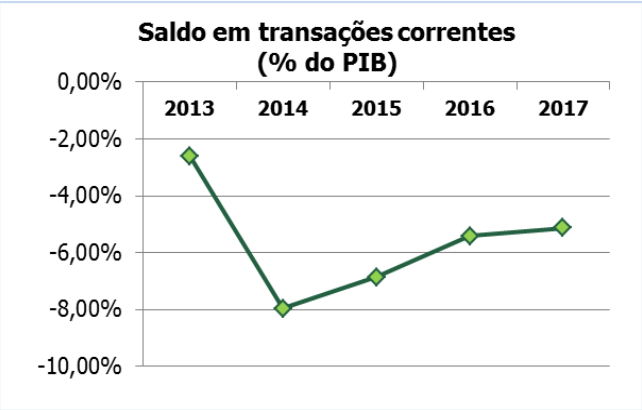
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

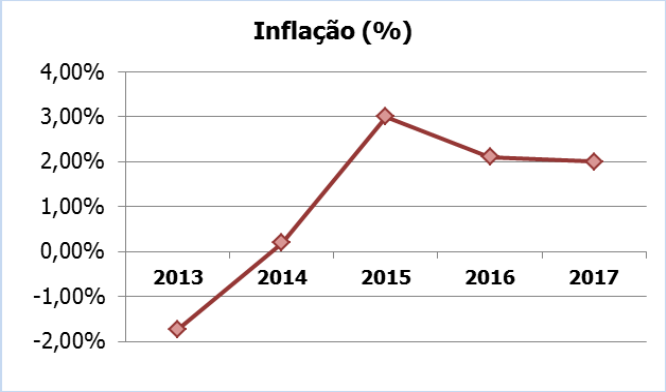
(n.d.) Dado não disponível.

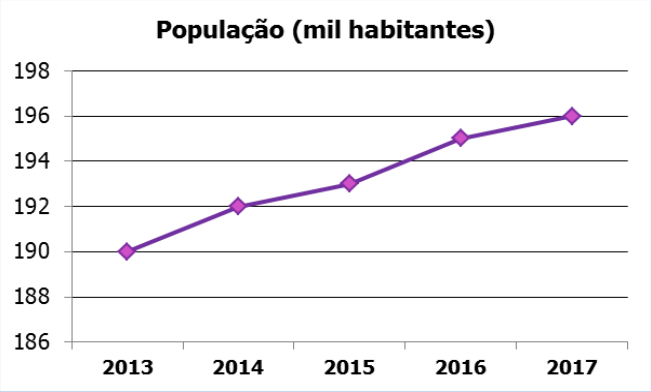
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.


Crescimento real do PIB (%)
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
-0,50%
-1,00%
-1,50%
2013
2014
2015
2016
2017


Saldo em transações correntes
(% do PIB)
0,00%
-2,00%
-4,00%
-6,00%
-8,00%
-10,00%
2013
2014
2015
2016
2017

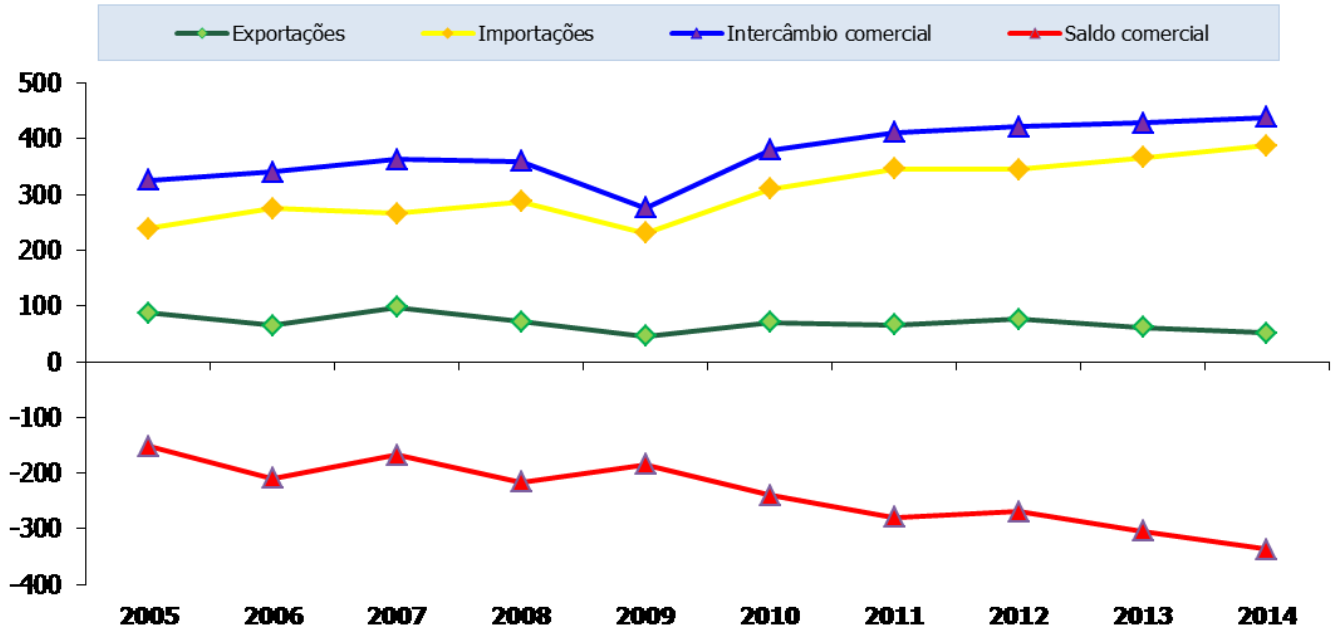

Inflação (%)
4,00%
3,00%
2,00%
1,00%
0,00%
-1,00%
-2,00%
2013
2014
2015
2016
2017


População (mil habitantes)
198
196
194
192
190
188
186
2013
2014
2015
2016
2017

Evolução do comércio exterior de Samoa
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	87,2	2,3%	238,6	13,7%	325,8	10,4%	-151,5
2006	65,1	-25,3%	275,1	15,3%	340,2	4,4%	-210,0
2007	97,5	49,6%	265,6	-3,5%	363,1	6,7%	-168,1
2008	72,0	-26,1%	287,9	8,4%	359,9	-0,9%	-215,9
2009	46,0	-36,1%	230,5	-19,9%	276,5	-23,2%	-184,6
2010	70,3	52,8%	309,8	34,4%	380,1	37,5%	-239,6
2011	66,3	-5,7%	345,9	11,6%	412,2	8,4%	-279,6
2012	76,1	14,8%	345,5	-0,1%	421,6	2,3%	-269,4
2013	62,1	-18,4%	366,6	6,1%	428,7	1,7%	-304,5
2014	50,9	-18,0%	388,0	5,8%	438,9	2,4%	-337,1
2015(jan-mar)	9,6	-3,3%	79,7	-19,4%	89,2	-18,0%	-70,0
Var. % 2005-2014	**-41,6%**	**--**	**62,6%**	**--**	**34,7%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

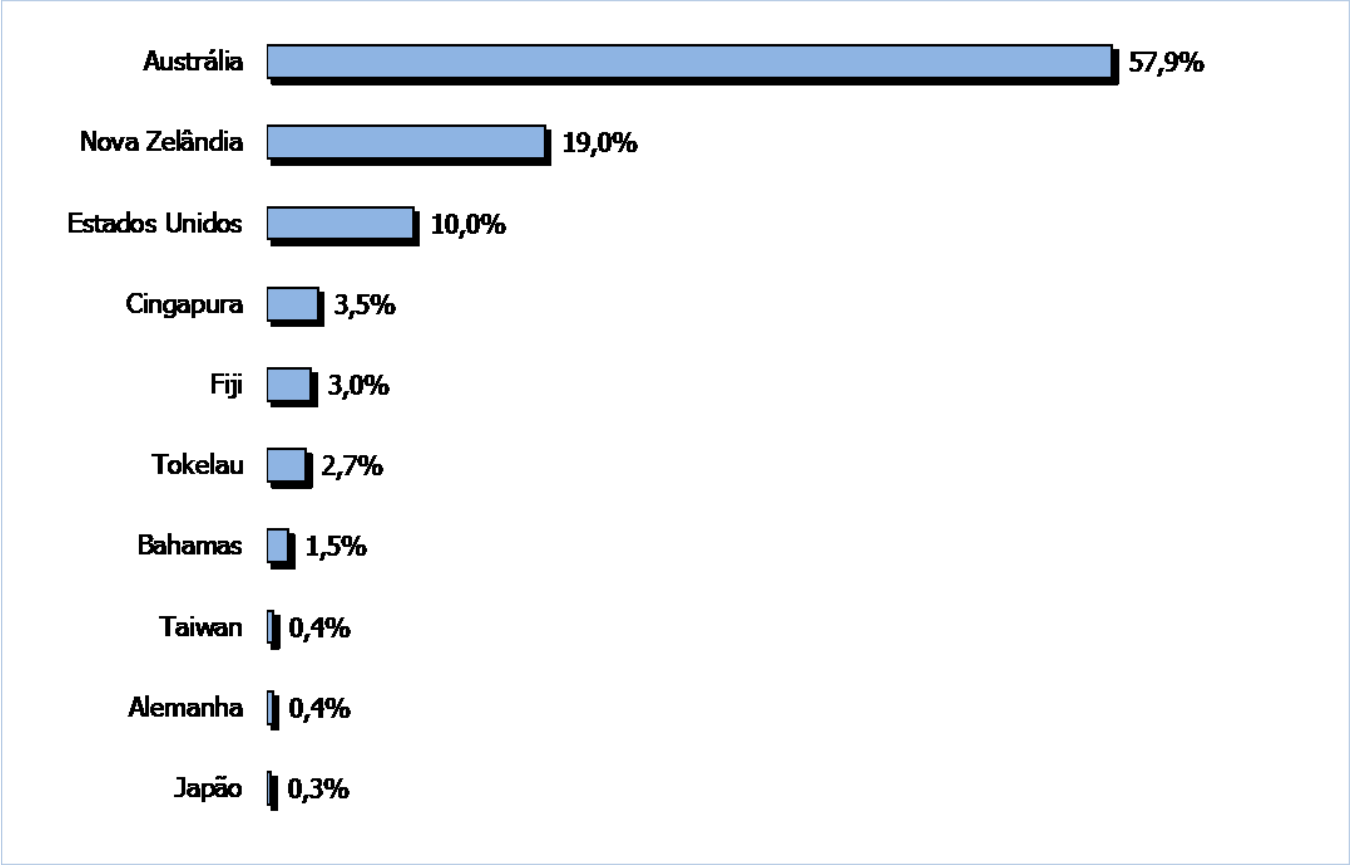

Exportações
Importações
Intercâmbio comercial
Saldo comercial
500
400
300
200
100
0
-100
-200
-300
-400
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014

Direção das exportações de Samoa
US$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Austrália	29,5	57,9%
Nova Zelândia	9,7	19,0%
Estados Unidos	5,1	10,0%
Cingapura	1,8	3,5%
Fiji	1,5	3,0%
Tokelau	1,4	2,7%
Bahamas	0,8	1,5%
Taiwan	0,2	0,4%
Alemanha	0,2	0,4%
Japão	0,1	0,3%
...		
Brasil	***0,0***	***0,0%***
Subtotal	**50,3**	**98,8%**
Outros países	**0,6**	**1,2%**
Total	**50,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais destinos das exportações

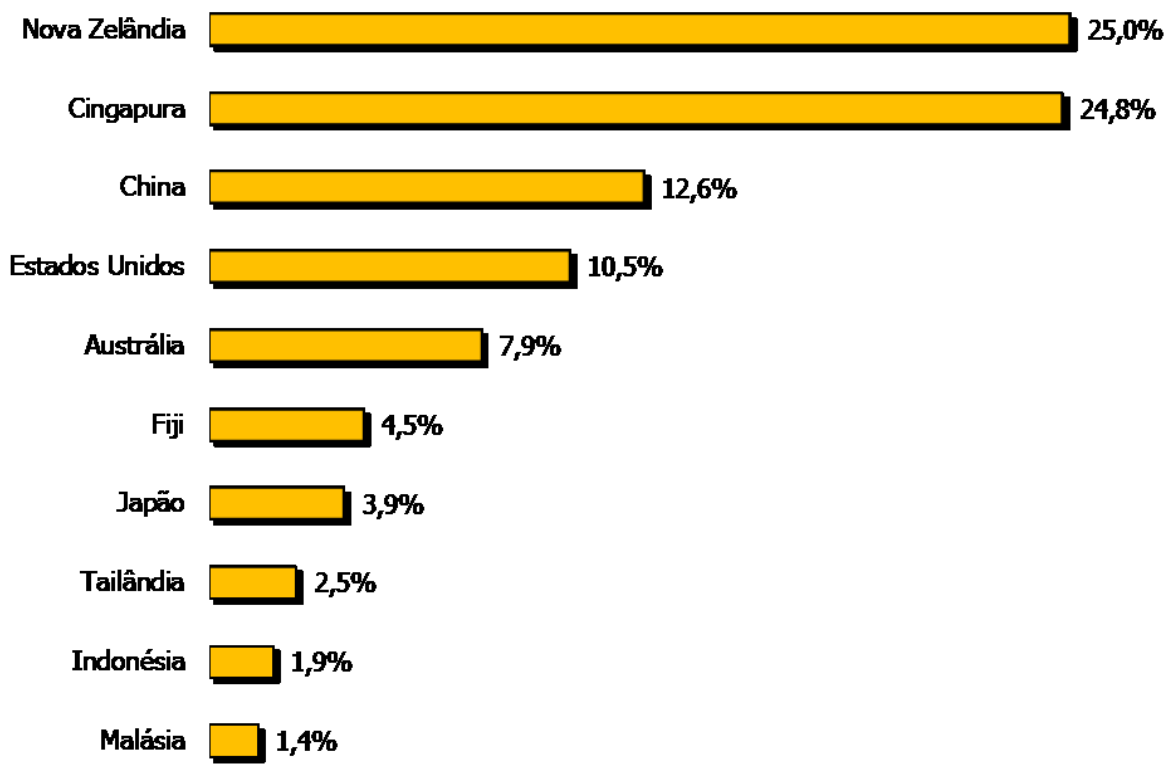


Origem das importações de Samoa
US$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Nova Zelândia	97,0	25,0%
Cingapura	96,2	24,8%
China	49,0	12,6%
Estados Unidos	40,7	10,5%
Austrália	30,7	7,9%
Fiji	17,4	4,5%
Japão	15,2	3,9%
Tailândia	9,8	2,5%
Indonésia	7,2	1,9%
Malásia	5,5	1,4%
...		
Brasil (27ª posição)	***0,2***	***0,04%***
Subtotal	**368,9**	**95,1%**
Outros países	**19,2**	**4,9%**
Total	**388,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais origens das importações

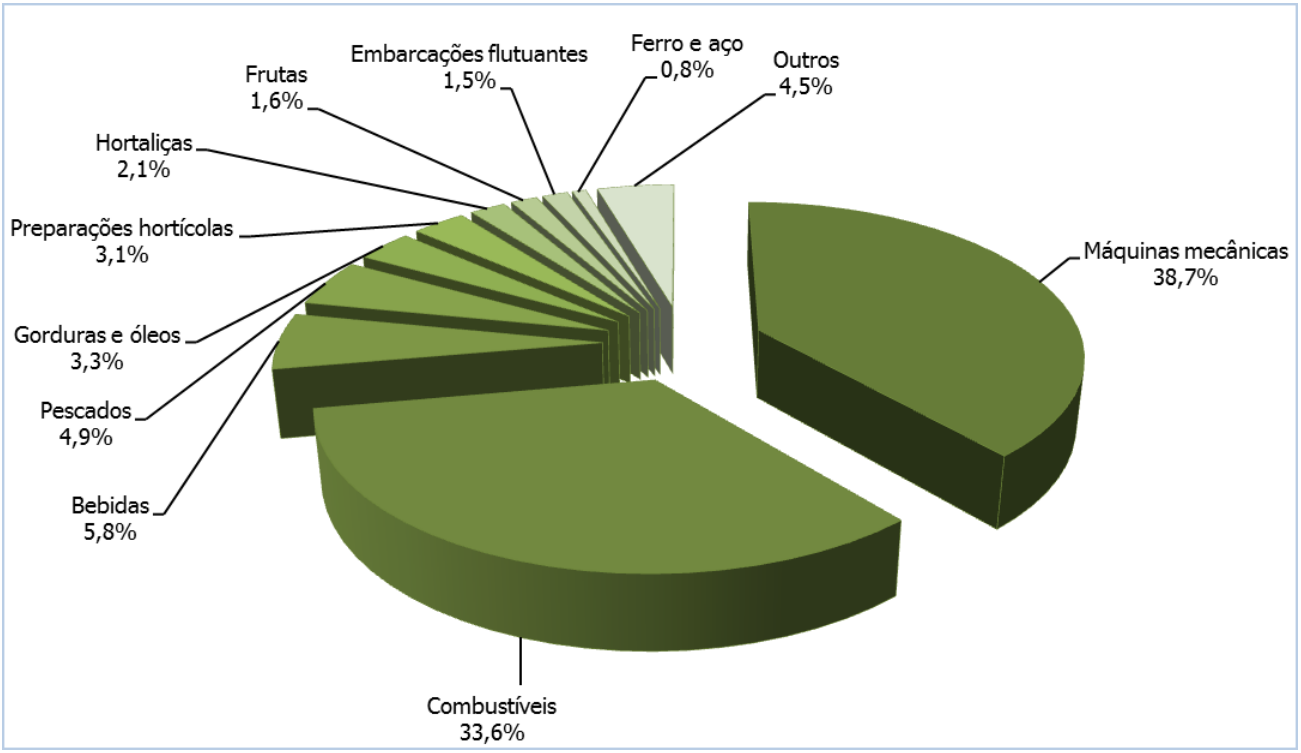


Composição das exportações de Samoa
US$ milhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	19,7	38,7%
Combustíveis	17,1	33,6%
Bebidas	3,0	5,8%
Pescados	2,5	4,9%
Gorduras e óleos	1,7	3,3%
Preparações hortícolas	1,6	3,1%
Hortaliças	1,1	2,1%
Frutas	0,8	1,6%
Embarcações flutuantes	0,8	1,5%
Ferro e aço	0,4	0,8%
Subtotal	**48,6**	**95,5%**
Outros	**2,3**	**4,5%**
Total	**50,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

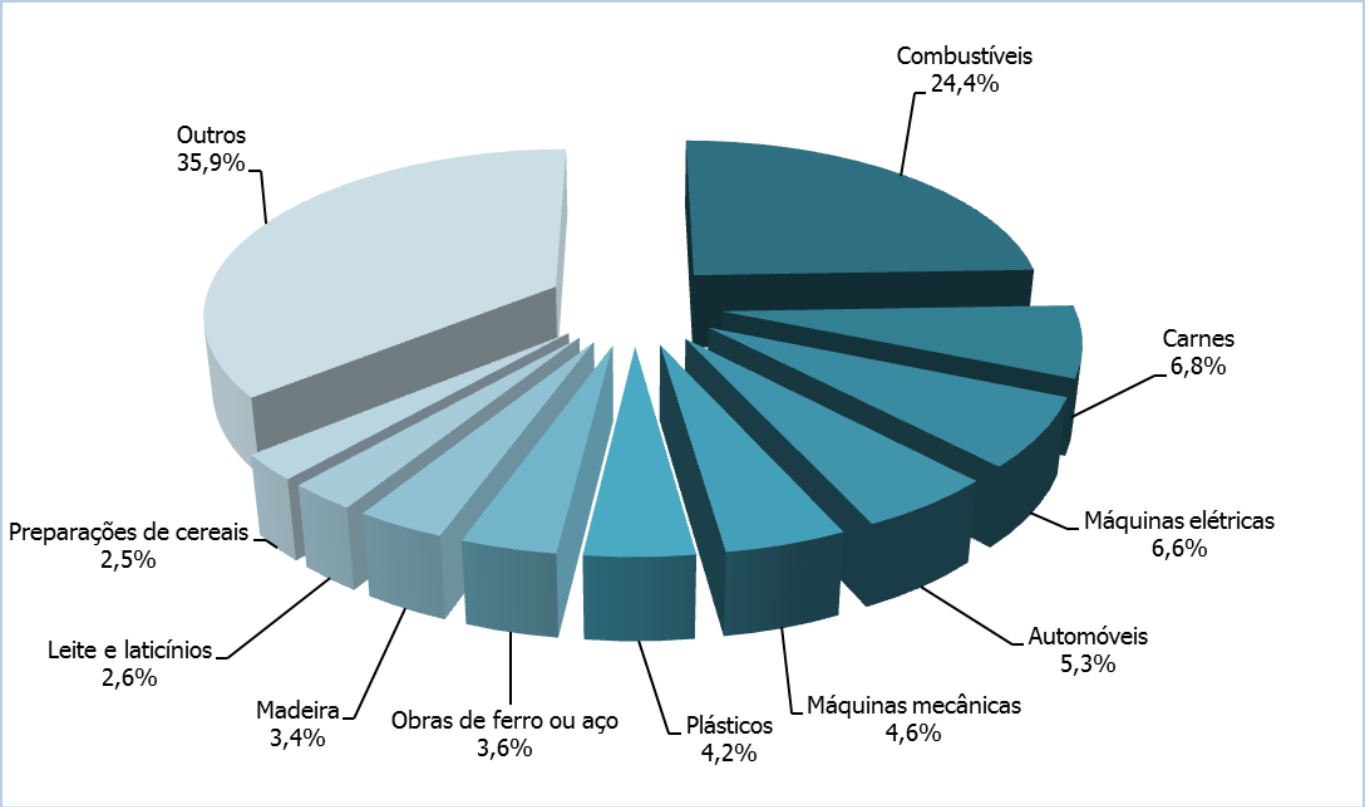


Composição das importações de Samoa
US$ milhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	94,8	24,4%
Carnes	26,5	6,8%
Máquinas elétricas	25,5	6,6%
Automóveis	20,5	5,3%
Máquinas mecânicas	18,0	4,6%
Plásticos	16,2	4,2%
Obras de ferro ou aço	14,1	3,6%
Madeira	13,2	3,4%
Leite e laticínios	10,1	2,6%
Preparações de cereais	9,7	2,5%
Subtotal	**248,6**	**64,1%**
Outros	**139,5**	**35,9%**
Total	**388,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

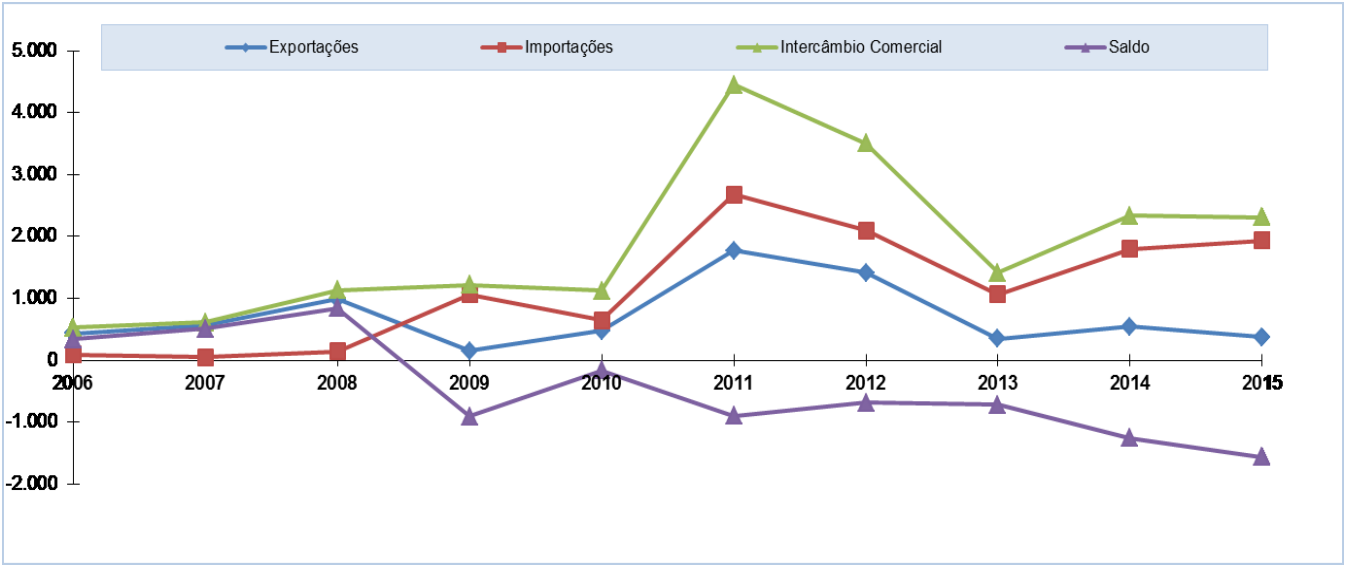
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Samoa

US$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	430	-28,4%	0,00%	92	-97,2%	0,00%	522	-86,5%	0,00%	338
2007	558	29,9%	0,00%	49	-47,1%	0,00%	607	16,3%	0,00%	509
2008	986	76,7%	0,00%	142	192,7%	0,00%	1.129	86,0%	0,00%	844
2009	154	-84,4%	0,00%	1.061	645,0%	0,00%	1.215	7,6%	0,00%	-907
2010	477	210,8%	0,00%	642	-39,5%	0,00%	1.119	-7,9%	0,00%	-164
2011	1.774	271,7%	0,00%	2.676	317,1%	0,00%	4.451	297,8%	0,92%	-902
2012	1.409	-20,6%	0,00%	2.095	-21,7%	0,00%	3.504	-21,3%	0,00%	-687
2013	347	-75,4%	0,00%	1.067	-49,1%	0,00%	1.414	-59,6%	0,00%	-720
2014	540	55,7%	0,00%	1.794	68,2%	0,00%	2.335	65,1%	0,00%	-1.254
2015	375	-30,5%	0,00%	1.937	7,9%	0,00%	2.312	-1,0%	0,00%	-1.561
2016 (jan-fev)	33	33,5%	0,13%	2	-99,3%	0,01%	34	-87,0%	0,08%	31
Var. % 2006-2015	**-12,6%**		**--**	**2005,8%**		**--**	**343,3%**		**--**	**n.c.**


Exportações
Importações
Intercâmbio Comercial
Saldo
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
-1.000
-2.000
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

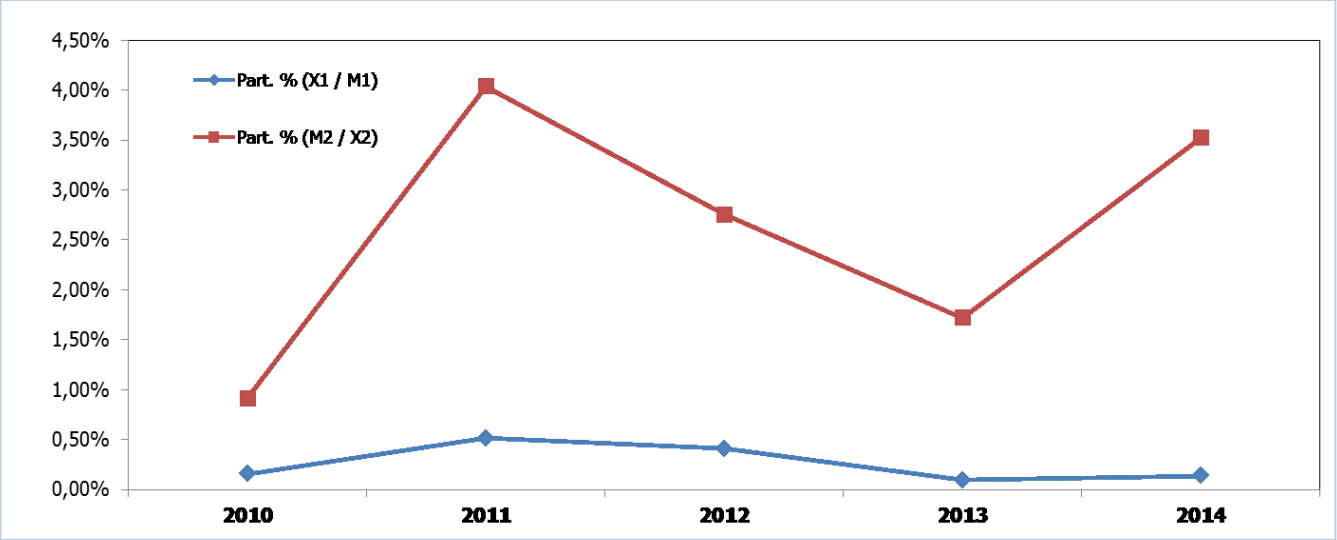
Part. % do Brasil no comércio de Samoa

US$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/ 2014
Exportações do Brasil para Samoa (X1)	477	1.774	1.409	347	540	13,2%
Importações totais de Samoa (M1)	309.848	345.906	345.515	366.588	388.024	25,2%
Part. % (X1 / M1)	0,15%	0,51%	0,41%	0,09%	0,14%	-9,6%
Importações do Brasil originárias de Samoa (M2)	642	2.676	2.095	1.067	1.794	179,7%
Exportações totais de Samoa (X2)	70.250	66.264	76.102	62.109	50.922	-27,5%
Part. % (M2 / X2)	0,91%	4,04%	2,75%	1,72%	3,52%	285,8%

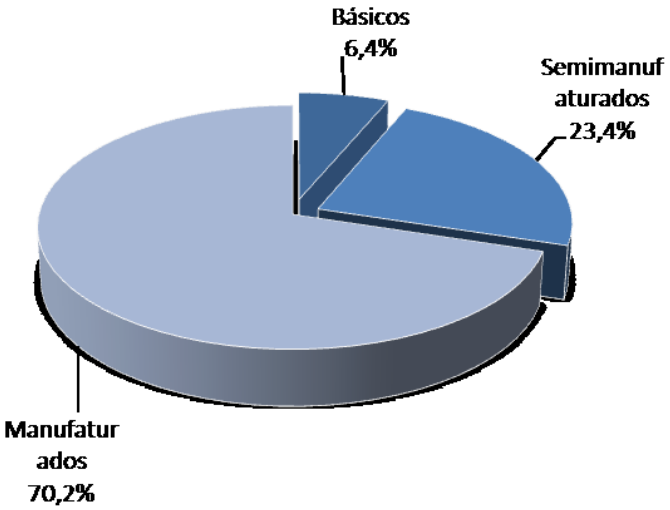
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Samoa e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

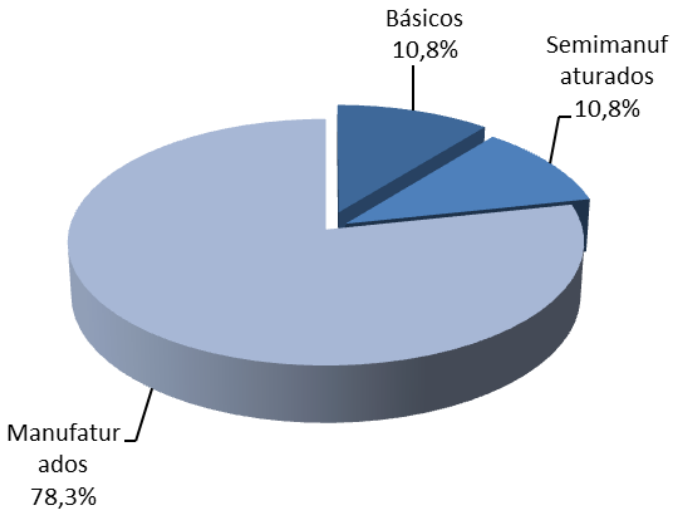

4,50%
4,00%
3,50%
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
Part. % (X1 / M1)
Part. % (M2 / X2)
2010
2011
2012
2013
2014

Exportações Brasileiras(1)

2014

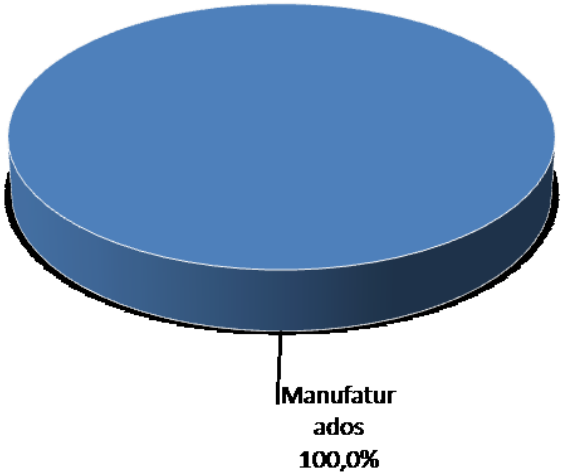


2015

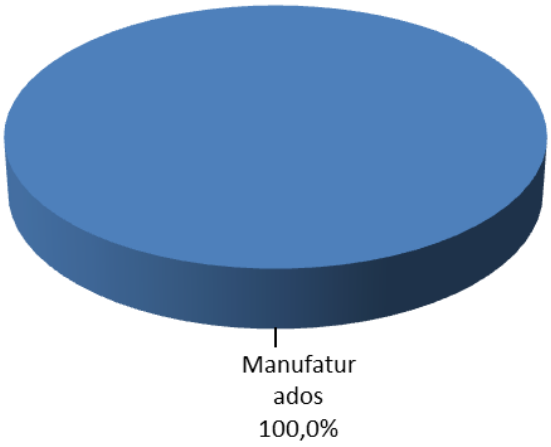


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

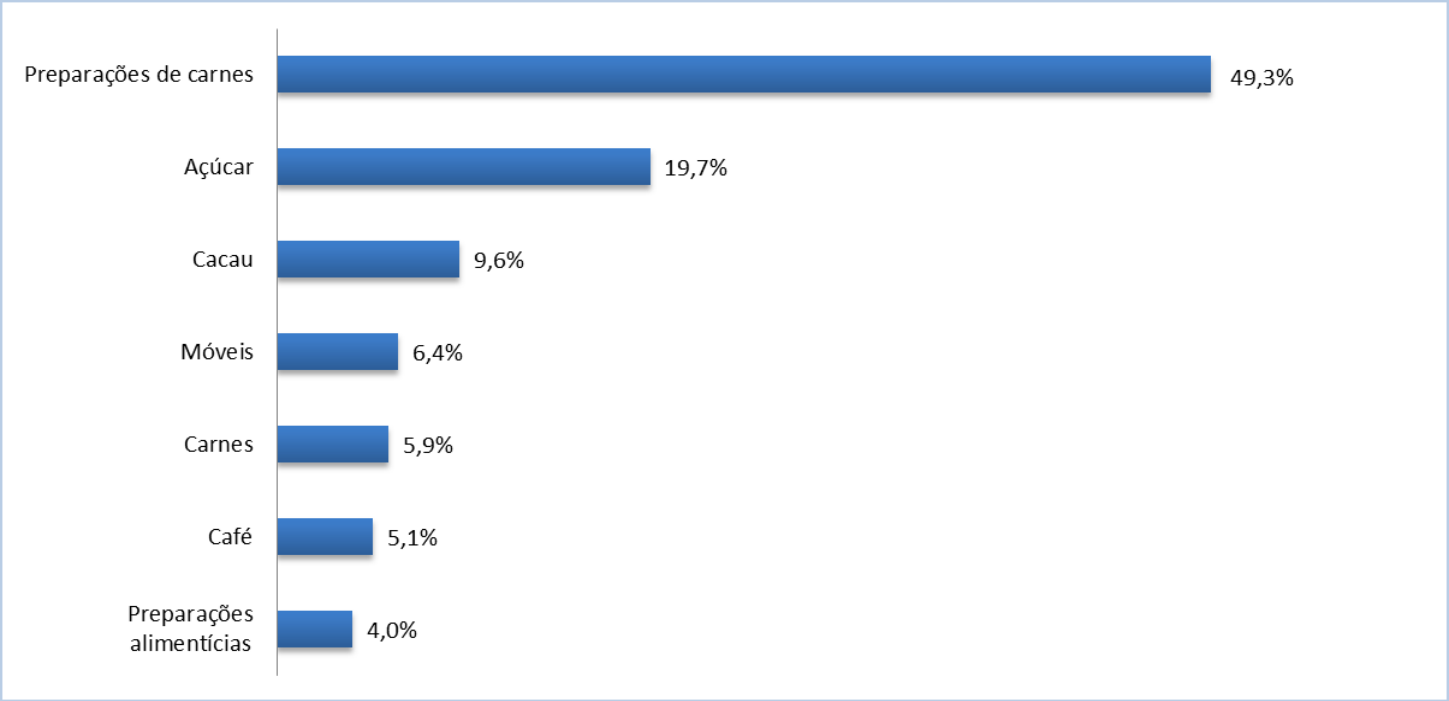
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para Samoa
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	137	39,5%	283	52,4%	185	49,3%
Açúcar	169	48,7%	150	27,8%	74	19,7%
Cacau	0	0,0%	23	4,3%	36	9,6%
Móveis	0	0,0%	2	0,4%	24	6,4%
Carnes	11	3,2%	35	6,5%	22	5,9%
Café	5	1,4%	0	0,0%	19	5,1%
Preparações alimentícias	25	7,2%	27	5,0%	15	4,0%
Subtotal	**347**	**100,0%**	**520**	**96,2%**	**375**	**99,9%**
Outros produtos	**0**	**0,0%**	**20**	**3,8%**	**0**	**0,1%**
Total	**347**	**100,0%**	**540**	**100,0%**	**375**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

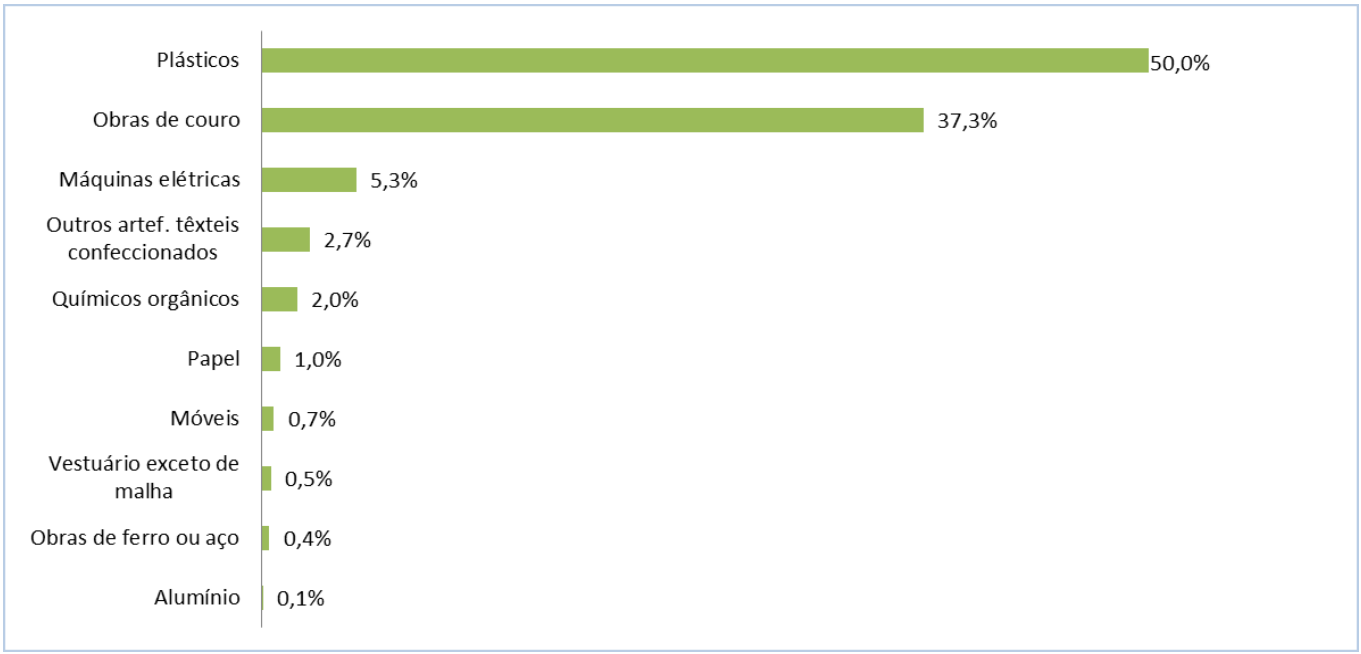


Composição das importações brasileiras originárias de Samoa
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Plásticos	56	5,2%	1.348	75,1%	968	50,0%
Obras de couro	0	0,0%	3	0,2%	723	37,3%
Máquinas elétricas	243	22,8%	307	17,1%	103	5,3%
Outros artef. têxteis confeccionados	0	0,0%	0	0,0%	52	2,7%
Químicos orgânicos	15	1,4%	23	1,3%	38	2,0%
Papel	0	0,0%	0	0,0%	20	1,0%
Móveis	5	0,5%	8	0,4%	13	0,7%
Vestuário exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	10	0,5%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	8	0,4%
Alumínio	0	0,0%	1	0,1%	1	0,1%
Subtotal	**319**	**29,9%**	**1.690**	**94,2%**	**1.936**	**100,0 %**
Outros produtos	**748**	**70,1%**	**104**	**5,8%**	**1**	**0,0%**
Total	**1.067**	**100,0%**	**1.794**	**100,0%**	**1.937**	**100,0 %**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Exportações

Preparações de carnes	0	0,0%	33	100,0%
Subtotal	**0**	**0,0%**	**33**	**100,0%**
Outros produtos	**24**	**100,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**24**	**100,0%**	**33**	**100,0%**

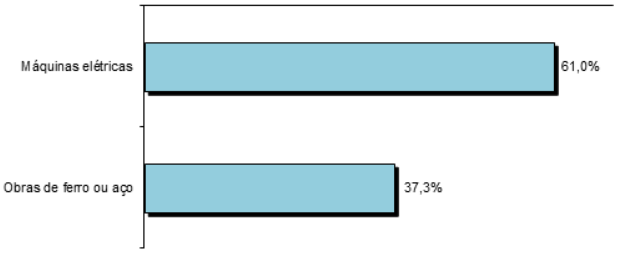


Grupos de Produtos	2015 (jan-fev)	Part. % no total	2016 (jan-fev)	Part. % no total

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016

Importações

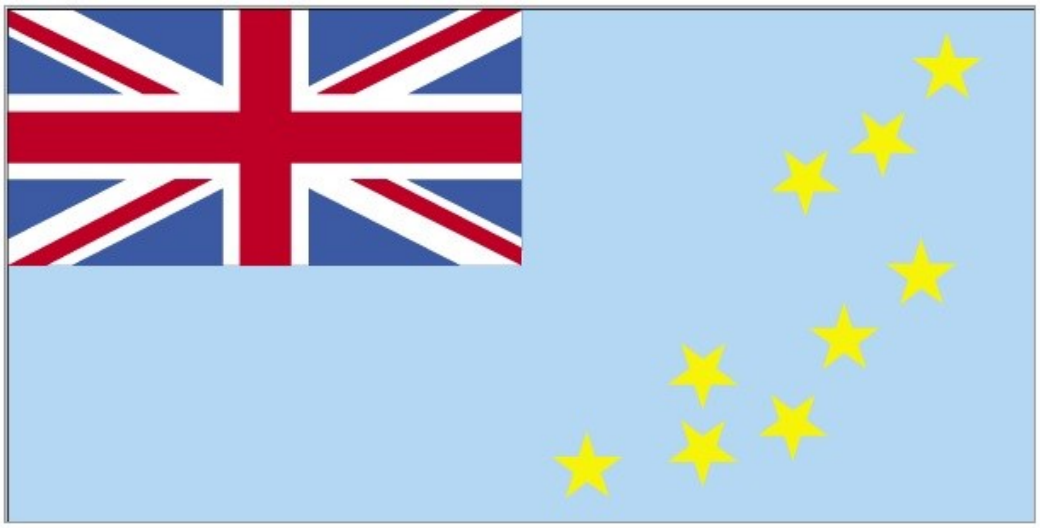
Máquinas elétricas	18	7,5%	1,0	61,0%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0,6	37,3%
Subtotal	**18**	**7,6%**	**2**	**98,4%**
Outros produtos	**221**	**92,4%**	**0**	**1,6%**
Total	**239**	**100,0%**	**2**	**100,0%**



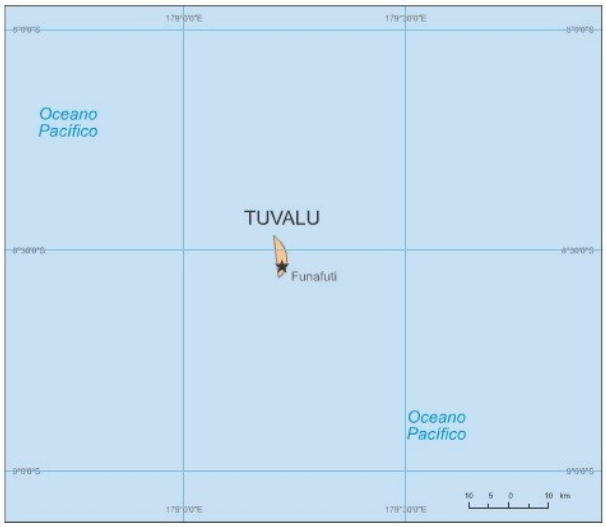
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

TUVALU







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU	
NOME OFICIAL:	Tuvalu
GENTÍLICO:	tuvaluano
CAPITAL:	Funafuti
ÁREA:	26km^2
POPULAÇÃO (2015):	11 mil
IDIOMA OFICIAL:	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (98,4%), outras religiões (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (15 assentos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Iakoba Taeia Italeli (desde 16 de abril de 2010)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Enele Sopoaga (desde 5 de agosto de 2013)
CHANCELER:	Taukelina Finikaso (desde 5 de agosto de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 34 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 37 milhões
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 3.090
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 3.363
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2015); 2,2% (2014); 1,3% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	Não há calculo do IDH de Tuvalu.
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	66,16 (World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar tuvaluano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TUVALU (fonte: MDIC)									
Brasil → Tuvalu	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	20,3	0	26,9	1,3	0	46,1	0,03	187,7	0,3
Exportações	0	0	26,9	1,3	0	45,8	0	49,1	0
Importações	20,3	0	0	0	0	0,3	0,03	138,5	0,3
Saldo	-20,3	0	26,9	1,3	0	45,4	-0,03	-89,3	-0,3

(Em US$ milhares)

Informação elaborada em 03/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

Tuvalu é um país da Oceania que tem área total de 26km² e população de 10 869 habitantes.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao tornarem-se independentes, optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. Atualmente, é um dos países mais ameaçados pelo aumento do nível dos oceanos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

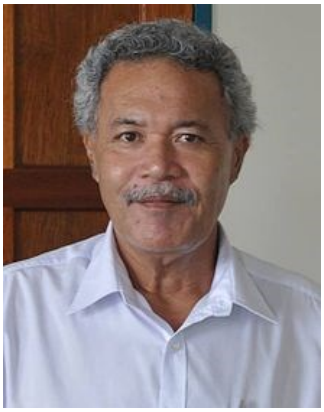
Iakoba Taeia Italeli
Governador-geral



Iakoba Taeia Italeli é formado em Direito Internacional do Mar pela Universidade de Malta. Representou o Distrito de Nui no Parlamento de Tuvalu entre 2006 e 2010. Em abril de 2010, assumiu como Governador-Geral de Tuvalu.

Enele Sopoaga

Primeiro-Ministro



Nasceu em Nukufetau, em 10 de fevereiro de 1956 (60 anos). Recebeu um certificado em Estudos Diplomáticos pela Universidade de Oxford em 1990. É Mestre pela Universidade de Sussex.

Foi eleito para o Parlamento em 2010. Exerceu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores entre setembro e dezembro de 2010. Após esse período, tornou-se oposição ao governo de Willy Telavi.

Foi eleito Primeiro-Ministro em 2013, após uma crise política envolvendo o governo de Telavi.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2005, o Embaixador Arnaldo Carrilho visitou Tuvalu, no contexto de missão oficial à região do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

Brasil e Tuvalu mantêm relações diplomáticas desde 2006. Decreto de 2010 criou a Embaixada do Brasil em Funafuti, Tuvalu, cumulativa com a Embaixada em Wellington. Há espaço para cooperação em áreas como mudança do clima, treinamento e qualificação profissional, futebol e aviação civil.

Entre 2009, o Representante Permanente (RP) de Tuvalu junto à ONU, Afeles Falema Pita, visitou o Brasil, a convite do Governo brasileiro, junto de outros RPs da Oceania.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos assuntos dos cidadãos brasileiros em Tuvalu.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Tuvalu.

POLÍTICA INTERNA

Nas eleições de 2010, o então Primeiro-Ministro Apisai Ielemia não conseguiu garantir um segundo mandato, e Maatia Toafa foi eleito Primeiro-Ministro. Em dezembro do mesmo ano, porém, Maatia Toafa e seu governo caíram após uma moção de desconfiança do Parlamento (8 votos a 7).

Nas eleições de dezembro de 2010, Willy Telavi, antigo Ministro da Casa Civil de Maatia Toafa, que havia passado para a oposição, venceu a eleição para Primeiro-Ministro ao derrotar Enele Sopoaga. Em 2013, contudo, Telavi foi removido do posto pelo Governador-Geral, após uma crise política. Em agosto daquele ano, Sopoaga foi eleito Primeiro-Ministro.

As eleições de 2015, apesar de adiadas devido ao estado de emergência provocado pelo Ciclone Pam, ocorreram em março e resultaram na manutenção de Sopoaga no cargo.

O Parlamento, com 15 membros, é renovado a cada quatro anos. Não há partidos políticos organizados. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

POLÍTICA EXTERNA

Tuvalu tornou-se membro da ONU em 2000. A prioridade da política externa de Tuvalu é a região do Pacífico. O país é membro do Fórum das Ilhas do

Pacífico, da Comunidade do Pacífico, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, da UNESCO, da OMS e da Commonwealth. É membro do grupo de países em desenvolvimento associados à Comunidade Europeia pelo Tratado de Lomé.

Embora o principal foco da atuação internacional do país seja a região do Pacífico Sul, o arquipélago tem adotado postura cada vez mais ativa nos fóruns regionais e internacionais, em especial pela grande vulnerabilidade do país à mudança climática. Nesse sentido, Tuvalu tem sido muito atuante no âmbito do grupo de *SIDS* (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). O país tem defendido aumento das obrigações por parte dos países em desenvolvimento quanto à mitigação da adaptação à mudança climática.

Em seus recentes discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas, os representantes de Tuvalu têm defendido a incorporação de capítulo especial sobre SIDS na agenda de desenvolvimento pós-2015, com particular atenção ao acesso simplificado de SIDS a modalidades de financiamento para adaptação à mudança do clima. Tuvalu também defende a reforma do CSNU com a expansão de membros permanentes e não-permanentes, além da inclusão da questão da mudança do clima na agenda do órgão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Por tratar-se de país muito pequeno e isolado, a economia de Tuvalu apresenta grande vulnerabilidade em relação a influências externas, dentre elas o clima. A maioria da população está envolvida na pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca e a concessão do domínio de Internet ".tv", utilizado por redes de televisão para identificação de seus sítios na rede mundial de computadores.

Tuvalu faz parte da relação dos *Least Developed Countries* (Países de Menor Desenvolvimento Relativo) das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. O potencial de desenvolvimento é limitado pela pequena população, localização remota, dependência externa e extrema suscetibilidade a desastres naturais. Tuvalu é particularmente vulnerável aos impactos da mudança climática, dada a baixa altitude de seu território. Nesse sentido, Tuvalu tem defendido que os

SIDS passem a ser considerados como grupo em relação ao qual é necessário estabelecer regras e disposições específicas no sistema multilateral de comércio.

Em 2014, a maior parte das exportações de Tuvalu foram peixes, crustáceos e moluscos. Também houve destaque para as exportações de navios. Já as importações foram sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. Os principais destinos das exportações de Tuvalu foram Japão (40%), Tailândia (26%) e Índia (19%). Já as importações tiveram como origem Fiji (40%), Cingapura (31%) e Japão (11%).

Em 2013 e 2014, houve forte avanço nas trocas comerciais entre Brasil e Tuvalu. Em 2014, chegou-se ao recorde de US$ 456 mil. Entretanto, a quase totalidade das exportações teve origem brasileira – apenas US$ 1,6 mil corresponderam a exportações de Tuvalu. Trata-se de uma redução significativa em relação a 2013, quando o Brasil importou US$ 138 mil do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1568	O espanhol Álvaro de Mendaña torna-se o primeiro europeu a navegar pelo arquipélago.
1892	A ilha onde hoje se localiza Funafuti é declarada protetorado britânico.
1978	Tuvalu torna-se independente do Reino Unido.
2000	Tuvalu torna-se membro da ONU.
2013	Enele Sopoaga é eleito Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Tuvalu.
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e Tuvalu.
2010	Criação da Embaixada do Brasil em Funafuti, cumulativa com Wellington.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

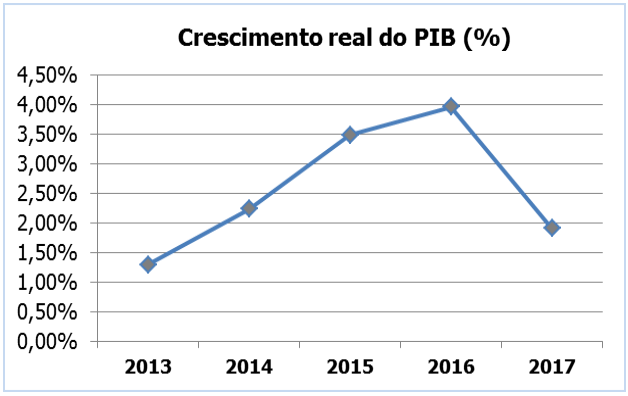
Principais indicadores socioeconômicos de Tuvalu

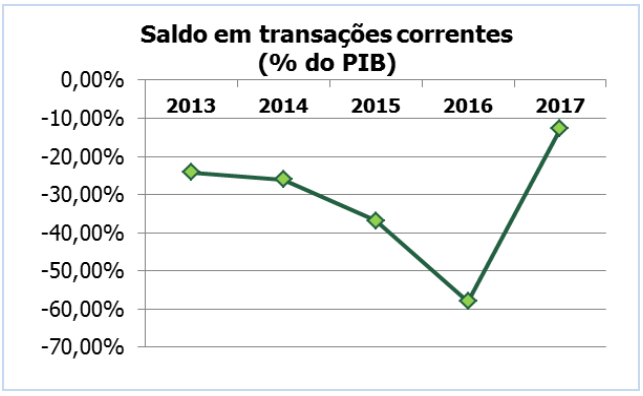
Indicador	2013	2014	2015(1)	2016(1)	2017(1)
Crescimento real do PIB (%)	1,29%	2,24%	3,49%	3,96%	1,91%
PIB nominal (US$ milhões)	38,0	38,0	34,0	35,0	36,0
PIB nominal "per capita" (US$)	3.575	3.479	3.130	3.194	3.277
PIB PPP (US$ bilhões)	34,0	35,0	37,0	39,0	40,0
PIB PPP "per capita" (US$)	3.174	3.286	3.420	3.584	3.701
População (mil habitantes)	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00
Inflação (%)(2)	3,10%	3,30%	4,40%	3,30%	2,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-24,13%	-26,06%	-36,82%	-58,02%	-12,75%
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			24,5%		
Indústria			5,6%		
Serviços			70,0%		

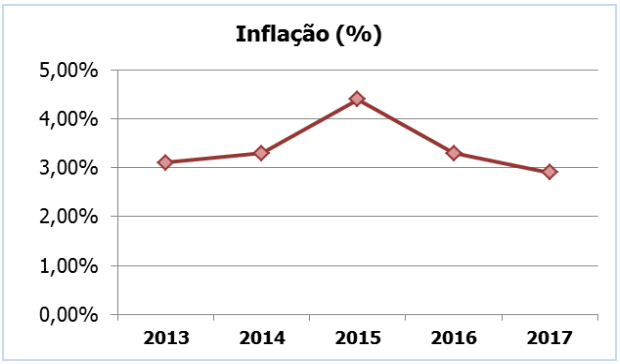
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.

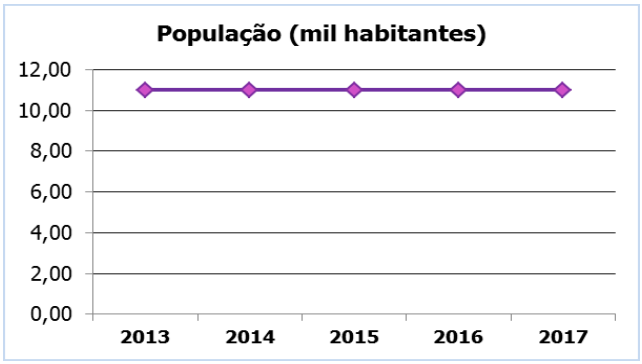
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.


Crescimento real do PIB (%)
4,50%
4,00%
3,50%
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


Saldo em transações correntes
(% do PIB)
0,00%
-10,00%
-20,00%
-30,00%
-40,00%
-50,00%
-60,00%
-70,00%
2013
2014
2015
2016
2017


Inflação (%)
5,00%
4,00%
3,00%
2,00%
1,00%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


População (mil habitantes)
12,00
10,00
8,00
6,00
4,00
2,00
0,00
2013
2014
2015
2016
2017

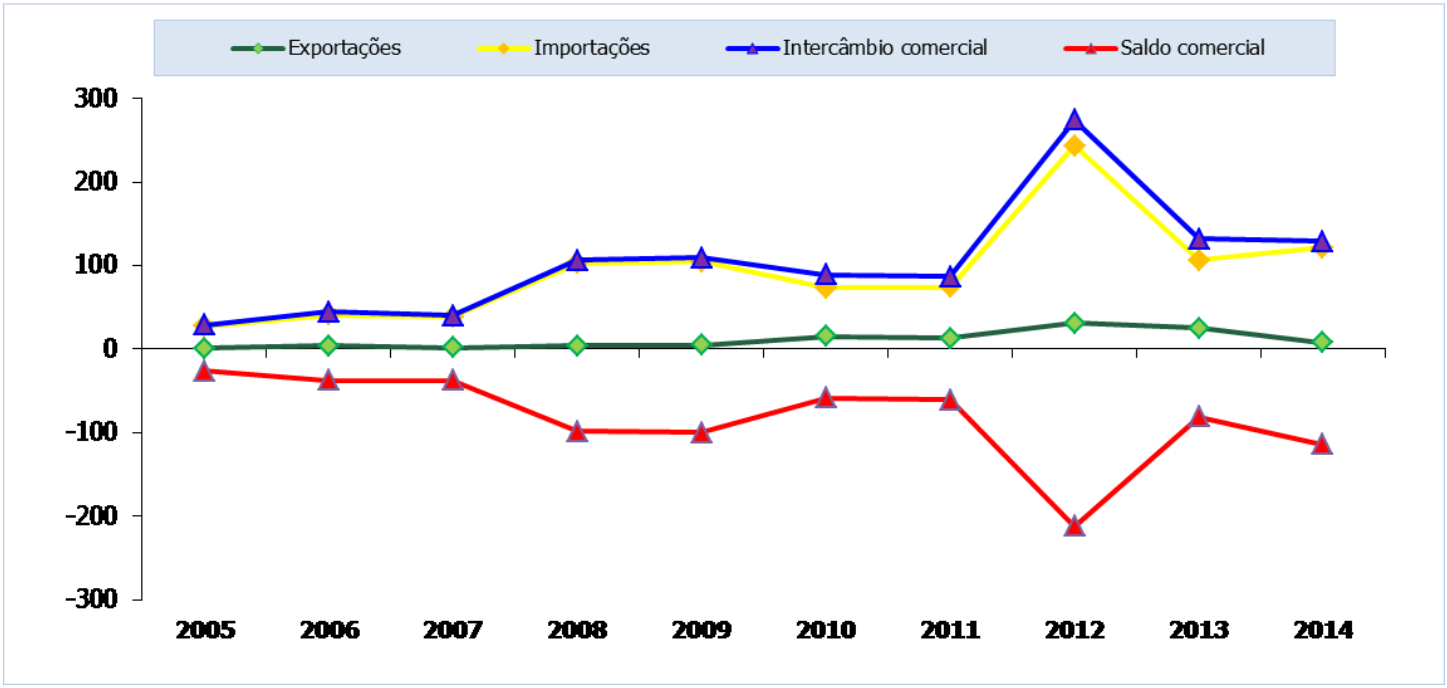
Evolução do comércio exterior de Tuvalu
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	1,2	-42,2%	27,4	67,1%	28,5	55,2%	-26,2
2006	3,9	240,3%	41,0	49,8%	44,9	57,5%	-37,1
2007	1,4	-65,2%	38,5	-6,1%	39,9	-11,2%	-37,1
2008	4,1	198,5%	102,4	165,9%	106,5	167,0%	-98,3
2009	4,6	12,1%	104,9	2,4%	109,5	2,8%	-100,3
2010	15,4	236,6%	73,6	-29,9%	89,0	-18,7%	-58,2
2011	13,3	-14,0%	73,7	0,2%	86,9	-2,3%	-60,4
2012	31,0	133,9%	243,4	230,4%	274,4	215,7%	-212,4
2013	25,3	-18,3%	106,6	-56,2%	132,0	-51,9%	-81,3
2014	7,5	-70,4%	121,7	14,1%	129,2	-2,1%	-114,2
Var. % 2005-2014	**549,4%**	**--**	**344,7%**	**--**	**353,0%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.


Exportações
Importações
Intercâmbio comercial
Saldo comercial
300
200
100
0
-100
-200
-300
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014

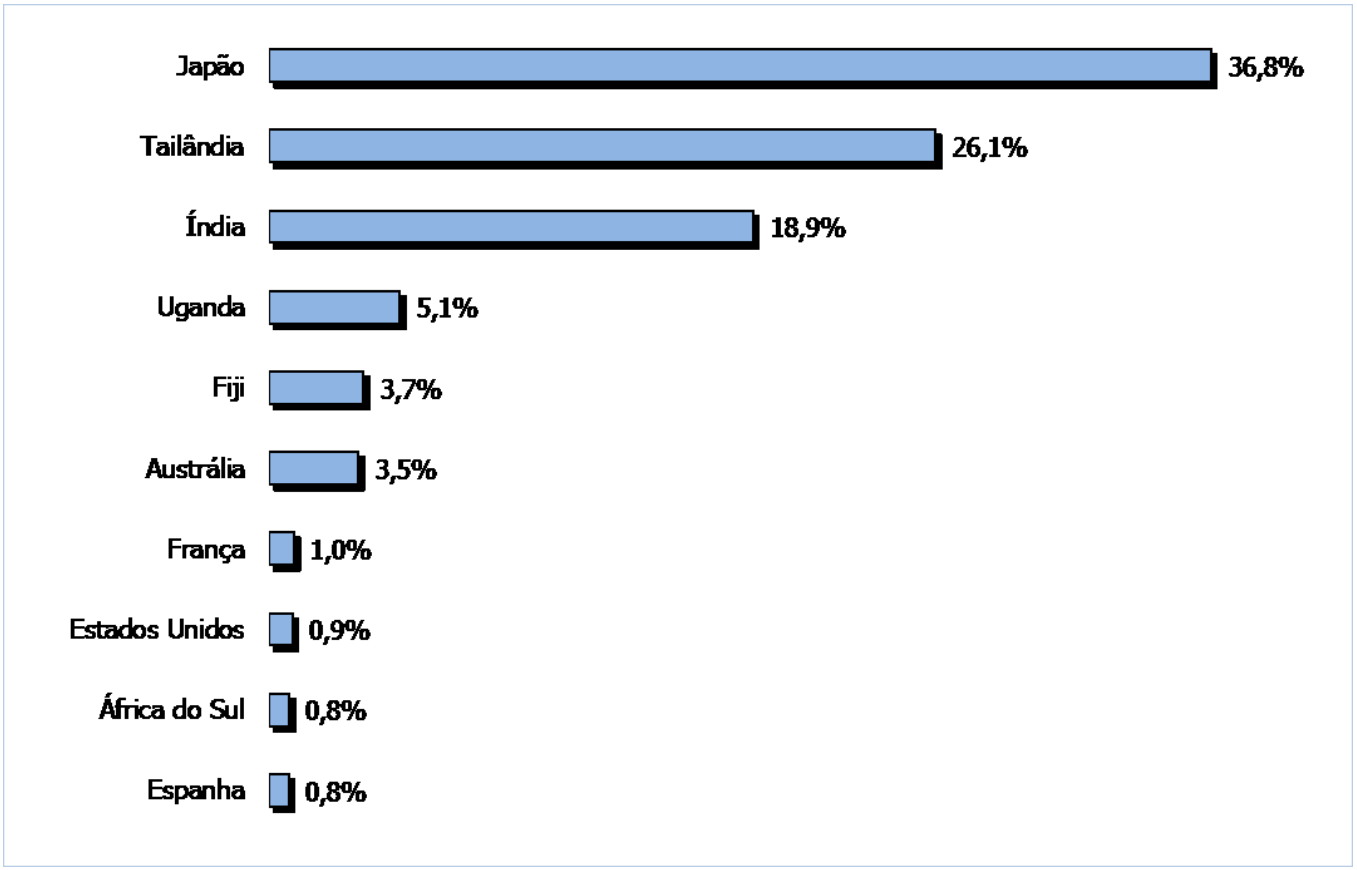
Direção das exportações de Tuvalu
US$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Japão	2,76	36,8%
Tailândia	1,95	26,1%
Índia	1,42	18,9%
Uganda	0,38	5,1%
Fiji	0,28	3,7%
Austrália	0,26	3,5%
França	0,073	1,0%
Estados Unidos	0,069	0,9%
África do Sul	0,059	0,8%
Espanha	0,058	0,8%
...		
Brasil (28ª posição)	***0,002***	***0,0%***
Subtotal	**7,32**	**97,7%**
Outros países	**0,18**	**2,3%**
Total	**7,49**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



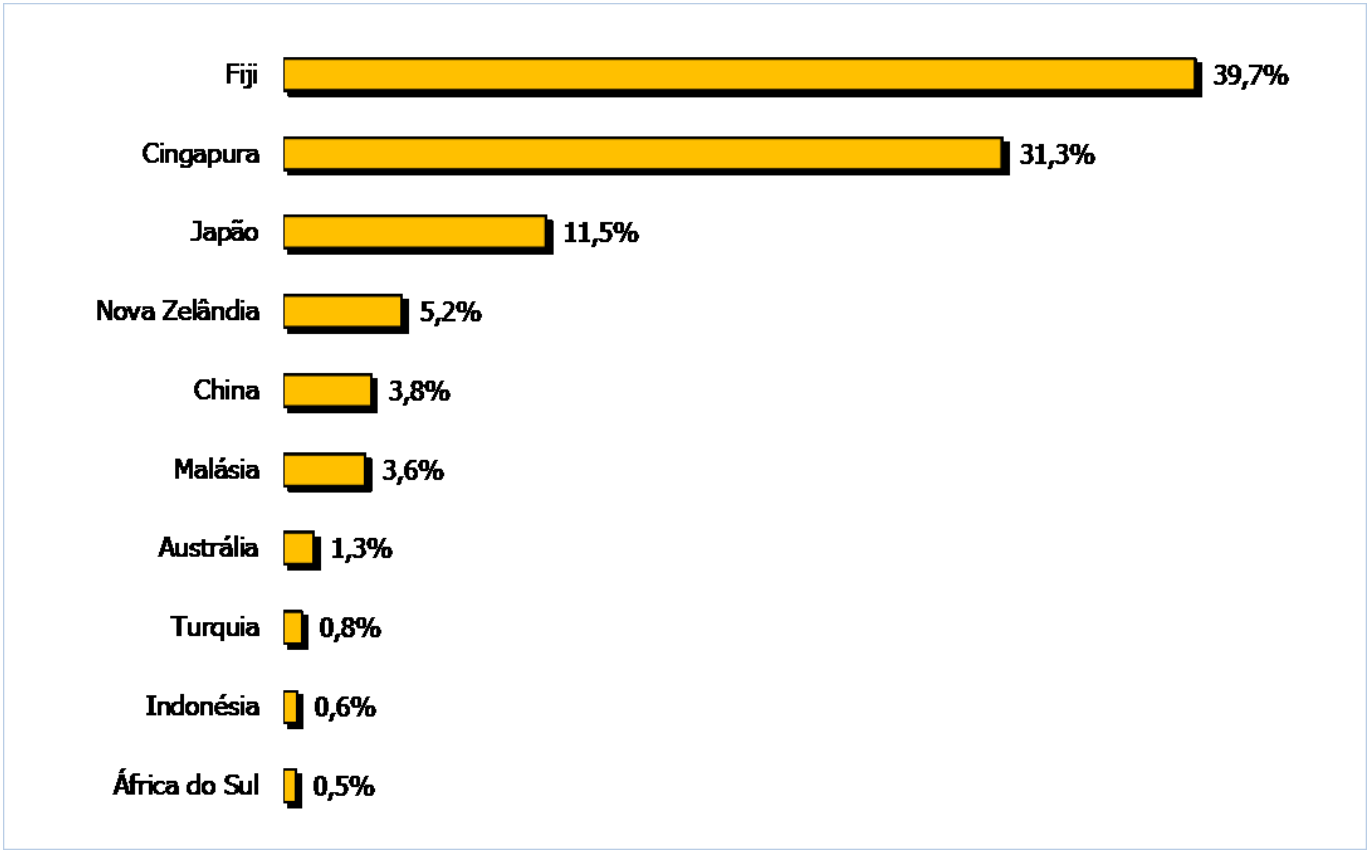
Origem das importações de Tuvalu
US$ milhões

Países	2014	Part.% no total
Fiji	48,35	39,7%
Cingapura	38,13	31,3%
Japão	13,94	11,5%
Nova Zelândia	6,28	5,2%
China	4,65	3,8%
Malásia	4,32	3,6%
Austrália	1,60	1,3%
Turquia	0,97	0,8%
Indonésia	0,71	0,6%
África do Sul	0,64	0,5%
...		
Brasil (12ª posição)	***0,45***	***0,4%***
Subtotal	**120,03**	**98,6%**
Outros países	**1,65**	**1,4%**
Total	**121,68**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações

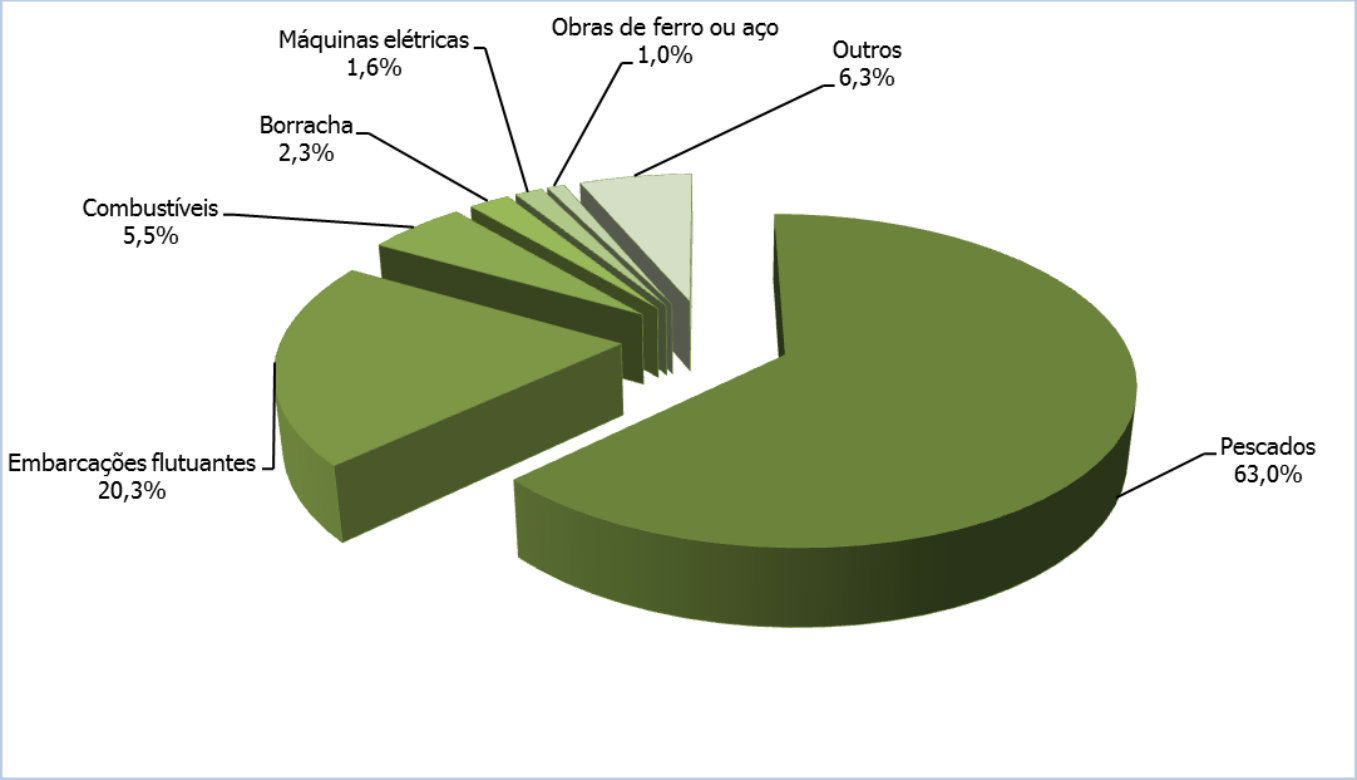


Composição das exportações de Tuvalu
US$ milhões

Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Pescados	4,72	63,0%
Embarcações flutuantes	1,52	20,3%
Combustíveis	0,41	5,5%
Borracha	0,17	2,3%
Máquinas elétricas	0,12	1,6%
Obras de ferro ou aço	0,07	1,0%
Subtotal	**7,02**	**93,7%**
Outros	**0,48**	**6,3%**
Total	**7,49**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
Tuvalu não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais grupos de produtos exportados

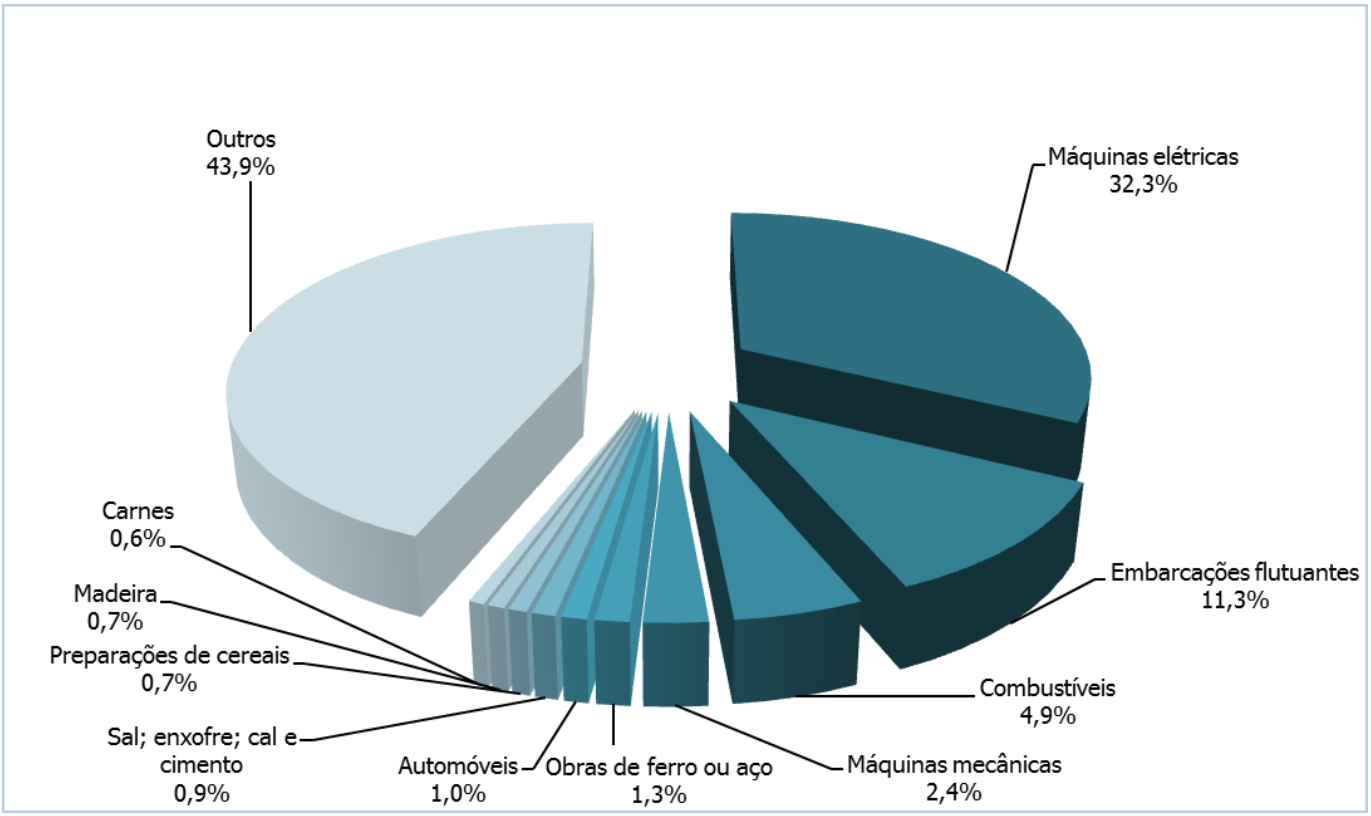


Composição das importações de Tuvalu
US$ milhões

Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Máquinas elétricas	39,27	32,3%
Embarcações flutuantes	13,78	11,3%
Combustíveis	5,99	4,9%
Máquinas mecânicas	2,98	2,4%
Obras de ferro ou aço	1,59	1,3%
Automóveis	1,16	1,0%
Sal; enxofre; cal e cimento	1,09	0,9%
Preparações de cereais	0,86	0,7%
Madeira	0,80	0,7%
Carnes	0,74	0,6%
Subtotal	**68,27**	**56,1%**
Outros	**53,41**	**43,9%**
Total	**121,68**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tuvalu
US$ mil

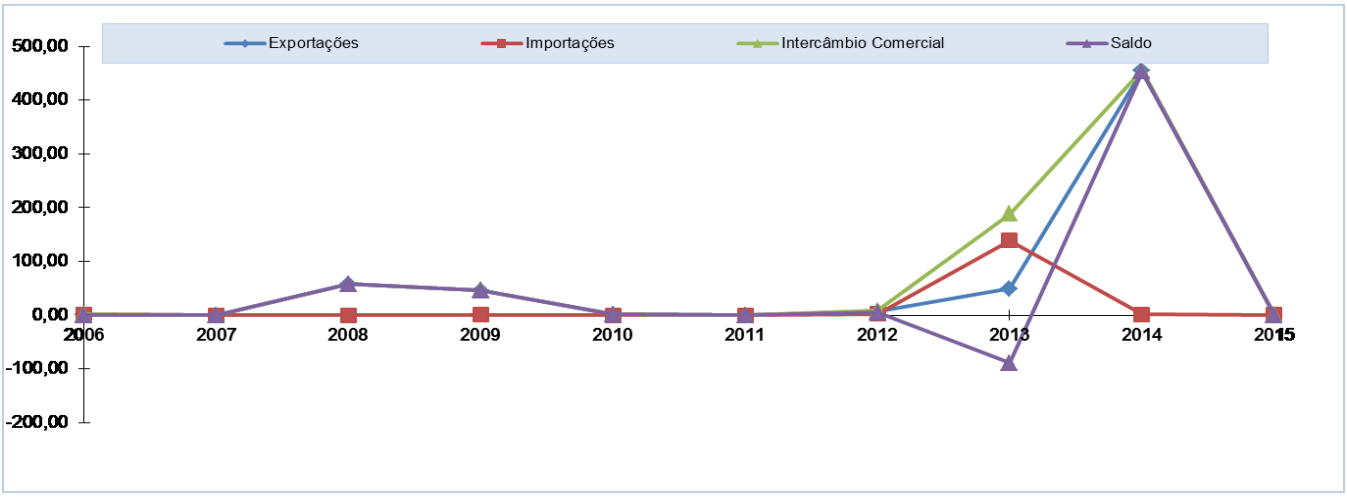
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	0,36	-72,7%	0,00%	0,91	n.a.	0,00%	1,27	-3,8%	0,00%	-0,55
2007	0,00	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00
2008	58,02	n.a.	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	58,02	n.a.	0,00%	58,02
2009	45,83	-21,0%	0,00%	0,34	n.a.	0,00%	46,16	-20,4%	0,00%	45,49
2010	0,99	-97,8%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,99	-97,9%	0,00%	0,99
2011	0,00	n.a.	0,00%	0,03	n.a.	0,00%	0,03	n.a.	0,00%	-0,03
2012	6,50	n.a.	0,00%	2,01	(+)	0,00%	8,51	(+)	0,00%	4,50
2013	49,20	656,9%	0,00%	138,58	(+)	0,00%	187,78	(+)	0,00%	-89,38
2014	453,96	822,7%	0,00%	1,65	-98,8%	0,00%	455,61	142,6%	0,00%	452,31
2015	0,00	n.a.	0,00%	0,33	-80,3%	0,00%	0,33	-99,9%	0,00%	-0,33
2016 (jan-fev)	0,0	n.a.	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	0,0	#####	0,00%	0,0
Var. % 2006-2015	**-100,0%**		**--**	**-64,2%**		**--**	**-74,3%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.


Exportações
Importações
Intercâmbio Comercial
Saldo
500,00
400,00
300,00
200,00
100,00
0,00
-100,00
-200,00
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

Part. % do Brasil no comércio de Tuvalu

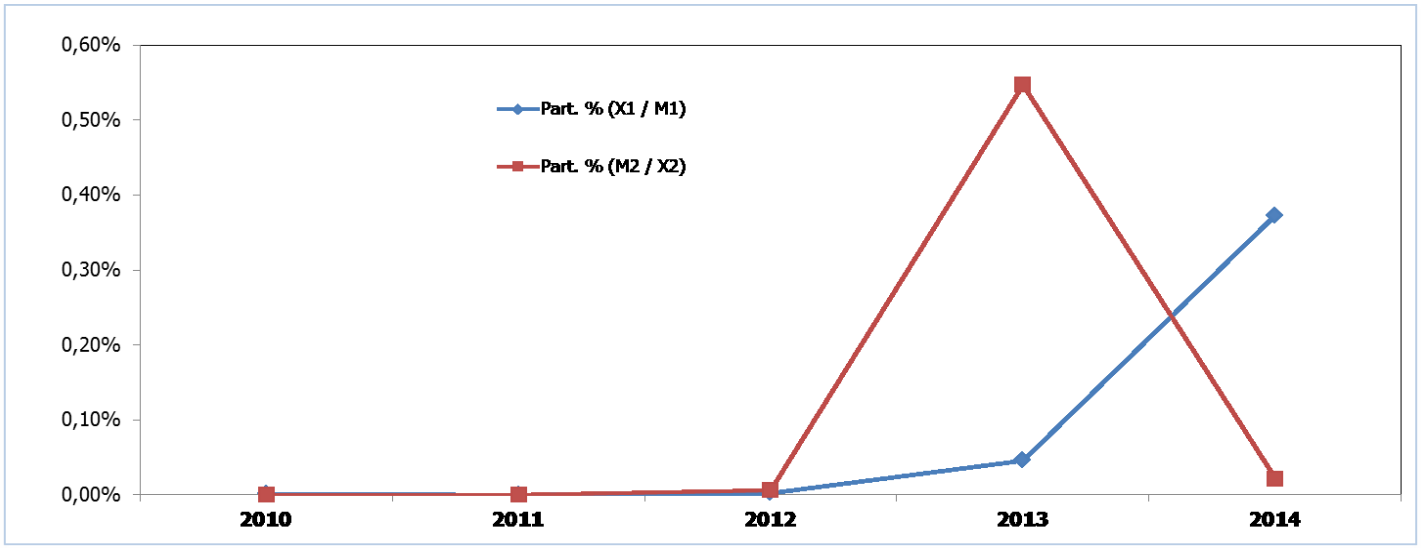
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Tuvalu (X1)	0,001	0,000	0,007	0,049	0,454	45708,0%
Importações totais de Tuvalu (M1)	73,6	73,7	243,4	106,6	121,7	65,4%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,37%	27591,5%
Importações do Brasil originárias de Tuvalu (M2)	0,000	0,000	0,002	0,139	0,002	n.a.
Exportações totais de Tuvalu (X2)	15,4	13,3	31,0	25,3	7,5	-51,4%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,55%	0,02%	n.a.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do Tuvalu e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

n.a. Critério não aplicável.

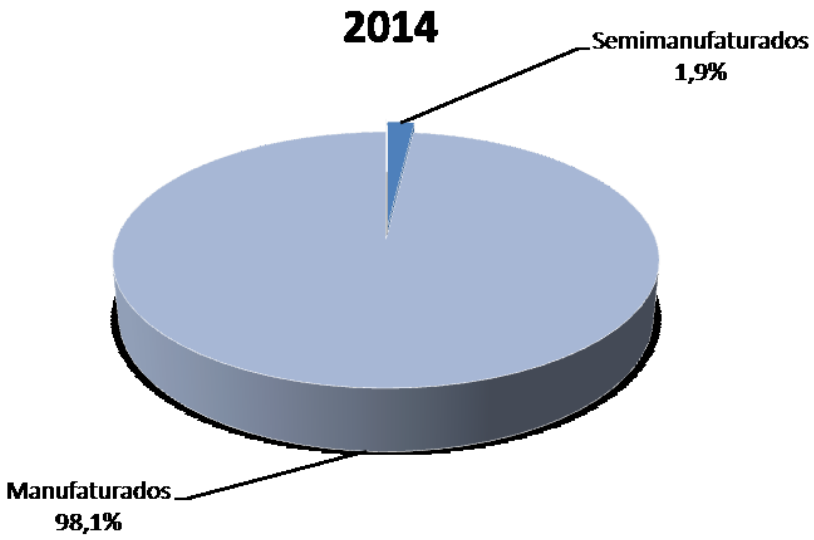

0,60%
0,50%
0,40%
0,30%
0,20%
0,10%
0,00%
Part. % (X1 / M1)
Part. % (M2 / X2)
2010
2011
2012
2013
2014

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

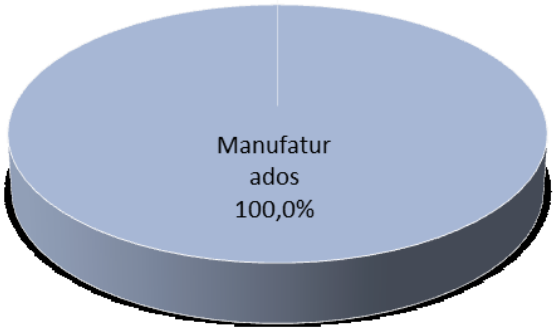
Exportações Brasileiras(1)

Sem base de comparação. Não houve exportações brasileiras para Tuvalu em 2015

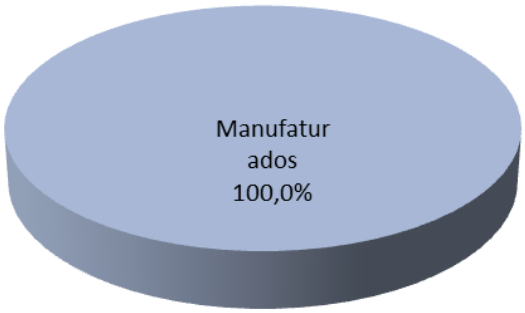


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - I *web, Março de 2016.*

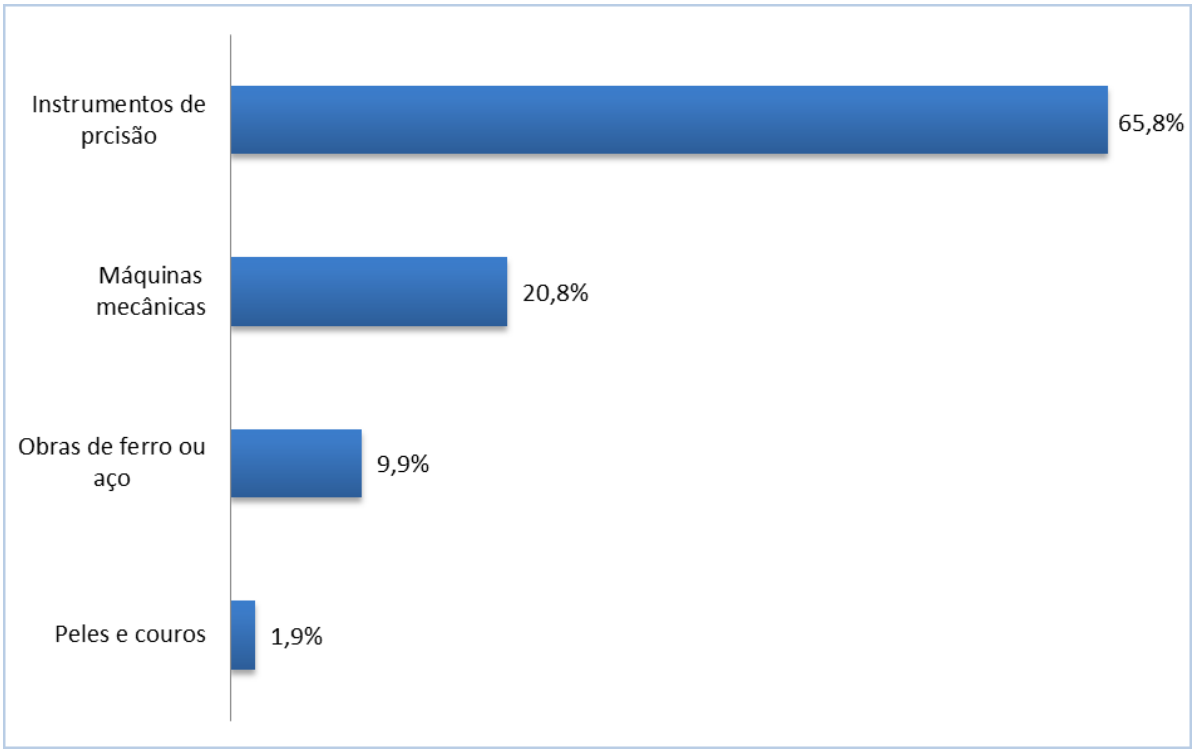
(1) Exclusive transações especia..

Composição das exportações brasileiras para Tuvalu
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de prcisão	0,00	0,0%	298,86	65,8%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	94,38	20,8%
Obras de ferro ou aço	0,00	0,0%	44,85	9,9%
Peles e couros	0,00	0,0%	8,40	1,9%
Açúcar	42,37	86,1%	0,00	0,0%
Cereais	6,83	13,9%	0,00	0,0%
Subtotal	**49,20**	**100,0%**	**446,49**	**98,4%**
Outros produtos	**0,00**	**0,0%**	**7,47**	**1,6%**
Total	**49,20**	**100,0%**	**453,96**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

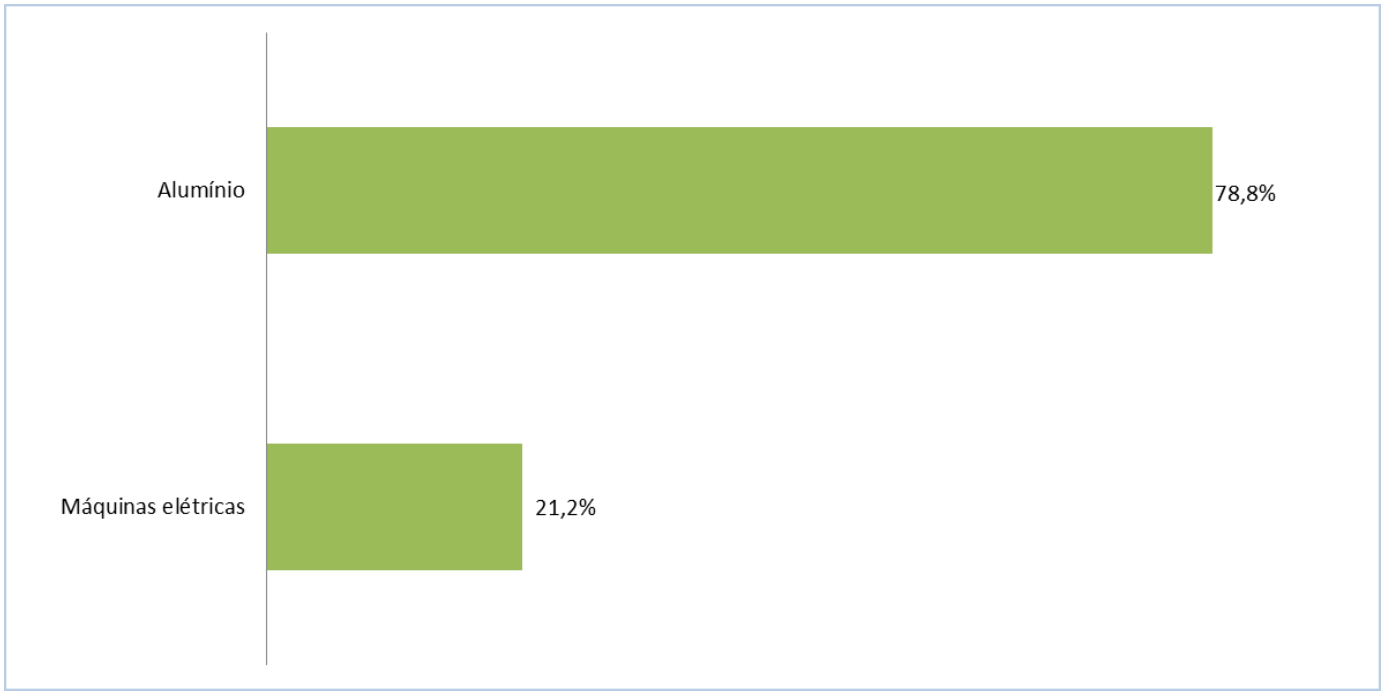


Composição das importações brasileiras originárias de Tuvalu
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,26	78,8%
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,08	4,8%	0,07	21,2%
Plásticos	0,00	0,0%	1,08	65,4%	0,00	0,0%
Cobre	0,00	0,0%	0,49	29,8%	0,00	0,0%
Borracha	97,40	70,3%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Vestuário exceto de malha	41,18	29,7%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	**138,58**	**100,0%**	**1,65**	**100,0%**	**0,33**	**100,0%**
Outros produtos	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**138,58**	**100,0%**	**1,65**	**100,0%**	**0,33**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Não houve exportação brasileira para Tuvalu no período de jan-fev/2015 e de jan-fev/2016.

Grupos de Produtos	2015 (jan-fev)	Part. % no total	2016 (jan-fev)	Part. % no total
Importações				
Alumínio	0,26	100,0%	0,00	100,0%
Subtotal	**0,26**	**100,0%**	**0,00**	**100,0%**
Outros produtos	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**0,26**	**100,0%**	**0,00**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

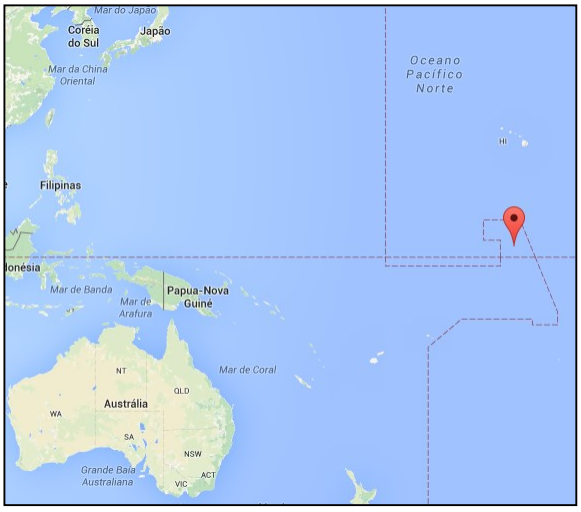


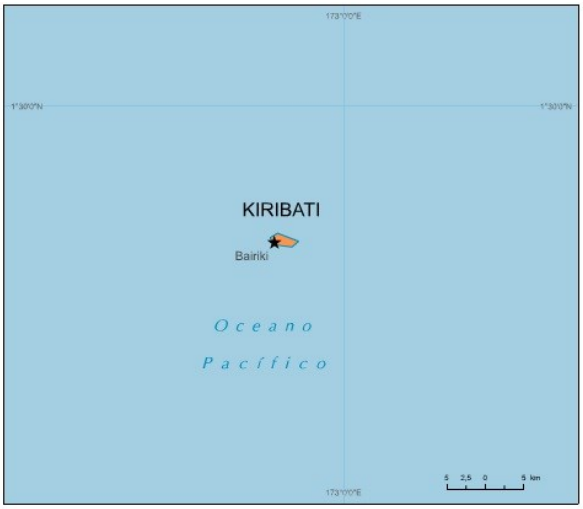
Elaborado pela MRE/ARP/FNDC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

KIRIBATI







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI	
NOME OFICIAL:	República de Kiribati
GENTÍLICO:	quiribatiano
CAPITAL:	Tarawa
ÁREA:	811km^2
POPULAÇÃO:	114 mil
IDIOMA OFICIAL:	gilbertês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kempsville (33%), Mormonismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República democrática
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
CHANCELER:	Taneti Maamau (desde 9 de março de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 164 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 196 milhões
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 1.854
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 1.719
VARIAÇÃO DO PIB	3,13% (2015); 3,74% (2014); 2,39% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0, 590 (137ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	66 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2010):	30,6% (World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar quiribatiano e dólar australiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-KIRIBATI (fonte: MDIC)									
Brasil → Kiribati	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	0	9,2	32,1	159,4	136,7	94	396,9	245,6	34
Exportações	0	0	32,1	159,4	136,7	0,05	174,1	245,6	34
Importações	0	9,2	0	0	0	93,9	222,8	0	0
Saldo	0	-9,2	32,1	159,4	136,7	93,9	-48,6	245,6	34

(Em US$ milhares)

Informação elaborada em 04/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

Kiribati é um país da Oceania que conta com uma área total de 811km² e uma população de 105 mil habitantes. O país é um dos mais isolados do mundo, constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km^2 no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança climática. Kiribati tem tomado iniciativas importantes na área de meio ambiente.

Kiribati (Micronésia) e Tuvalu (Polinésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao tornarem-se independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. A República de Kiribati tornou-se independente em 1979.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Taneti Maamau
Presidente de Kiribati



Natural da ilha de Onotoa e candidato da coligação Tobwaan Kiribati, Maamau era deputado antes de concorrer às eleições presidenciais e foi um ativo líder oposicionista durante a última década, tendo já exercido cargo de Secretário das Finanças em administração anterior.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho chefiou missão oficial a Kiribati e a outras ilhas do Pacífico, com o objetivo de buscar aproximação com os países da região.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York.

Em 2011, a embaixadora do Brasil em Wellington esteve em Kiribati, ocasião em que foi recebida pelo presidente Anote Tong e por altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Imigração, que demonstraram dar grande valor à aproximação com o Brasil. O presidente Anote Tong fez diversas referências positivas ao Brasil, demonstrando seu interesse pelo país. Afirmou que Kiribati habitualmente apoia o Brasil em foros internacionais, em especial em temas relacionados a clima, e disse que esperava receber cooperação também em agricultura e outras áreas. Há potencial para cooperação no campo da saúde, em termos de contratação de médicos, dentistas e construção de hospitais.

Em encontro com autoridades do Kiribati em novembro de 2013, o Embaixador do Brasil na Nova Zelândia constatou haver possibilidade e interesse de cooperação em matéria de processo legislativo, pesca, esportes (especialmente futebol), educação, processamento de lixo, captação de energia solar, formação profissional, políticas para mulheres, saneamento e outras áreas, em particular quanto a projetos de maior escopo social.

Nacionais de Kiribati deverão participar dos Jogos Olímpicos no Brasil em 2016, nas modalidades de boxe e levantamento de peso.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos interesses dos cidadãos brasileiros em Kiribati.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Kiribati.

POLÍTICA INTERNA

O país tem tradição de estabilidade política. Por doze anos, o Presidente foi Anote Tong, eleito em 2003 e reeleito em 2007 e 2012. Tong é membro do partido 'Pillars of Truth' ('Boutokaan Te Koaua'). Outro partido de destaque no país é o 'Protect the Maneaba' ('Maneaban Te Mauri').

Após 12 anos de governo, máximo previsto para a função, Anote Tong deixou o cargo em março de 2016 para entregá-lo ao candidato eleito da oposição, Taneti Maamau, que se torna o quinto presidente do país desde a sua independência em 1979.

Num pleito sem incidentes, Taaneti Mamau, da coligação Tobwaan Kiribati, derrotou com folga os candidatos da Boutokaan Te Koaua, ou partido BTK, Rimeta Beniamina e Tianeti Ioane. Seu vice-presidente é Kourabi Nenem.

O sistema legislativo é composto pela Casa da Assembleia unicameral, a qual é composta por 46 membros. Desse total, 44 são eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro é escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o último membro é o advogado-geral do país. Os membros são eleitos para mandatos de quatro anos.

Já o sistema judiciário é composto por cortes de magistrados, pela Corte de Apelação e pela Alta Corte, que é a principal instância judiciária do país.

POLÍTICA EXTERNA

Kiribati mantém relações próximas com seus vizinhos do Pacífico, como Austrália e Nova Zelândia. O país é parceiro em empreendimentos pesqueiros com o Japão, Coreia do Sul, China, Taiwan e EUA.

É membro do Fórum das Ilhas do Pacífico e outras organizações regionais. Tornou-se membro da ONU em 1999. É, também, membro do Banco de Desenvolvimento da Ásia, FMI, Banco Mundial, OMC, UNESCO, OMS, OIT e FAO. Em 2013, tornou-se o 133º membro do G77.

Em participação recente na Assembleia Geral da ONU, o então presidente Anote Tong afirmou que a mudança do clima é uma ameaça existencial para os Estados insulares e convidou os Estados-Membros a assumirem compromissos com a redução de gases de efeito estufa e com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Tong argumentou que não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem se reconhecer o problema da mudança do clima e recordou as medidas de mitigação e

de prevenção que o governo de Kiribati implementou, bem como os investimentos em educação.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. O país é pequeno, isolado, geograficamente fragmentado, apresenta terras inférteis e recursos limitados, ao mesmo tempo em que precisa gerar empregos e desenvolvimento para uma população em crescimento. O relativo bem-estar social, que provém da estabilidade e de tradições culturais muito fortes, sofre com o rápido crescimento populacional.

A economia de Kiribati está baseada na concessão de licenças de pesca a barcos estrangeiros e nas remessas de seus nacionais no exterior, principalmente de marinheiros. A copra (polpa seca do côco) é o principal produto exportado. Além de pescado, algumas frutas (banana e mamão) e legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (de Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala). Apesar das limitações, Kiribati apresenta uma situação financeira estável, fruto de gasto público controlado e de investimentos offshore.

O desemprego é um ponto de preocupação no país. Há busca de empregos de nacionais de Kiribati em outros países, para desempenho não apenas de atividades marítimas, como também para atividades de colheita de frutas em Guam ou de cana-de-açúcar na Austrália, bem como para trabalho em setores turísticos, como em cruzeiros de grande porte.

O comércio com o Brasil é bastante modesto. O Brasil é tradicionalmente superavitário no comércio bilateral. O pico das exportações e do saldo brasileiro aconteceu em 2008, quando o Brasil exportou US$ 264 mil e obteve um superávit do mesmo valor, uma vez que não houve importações. Já a maior corrente de comércio ocorreu em 2011, quando o Brasil exportou US$ 174 mil e importou US$ 223 mil, contrariando a tendência superavitária do comércio bilateral, com um déficit para o Brasil de US$ 49 mil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1979	Kiribati torna-se independente do Reino Unido.
1999	Kiribati torna-se membro da ONU.
2003	Anote Tong é eleito presidente. É reeleito em 2007 e 2012.
2016	Taneti Maamau torna-se o quinto presidente do país desde a sua independência em 1979.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Embaixador Arnaldo Carrilho visita Kiribati em missão oficial.
2010	Assinatura do Comunicado Conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Kiribati, em Nova York.
2011	Embaixadora do Brasil em Wellington visita Kiribati e é recebida pelo Presidente Anote Tong.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

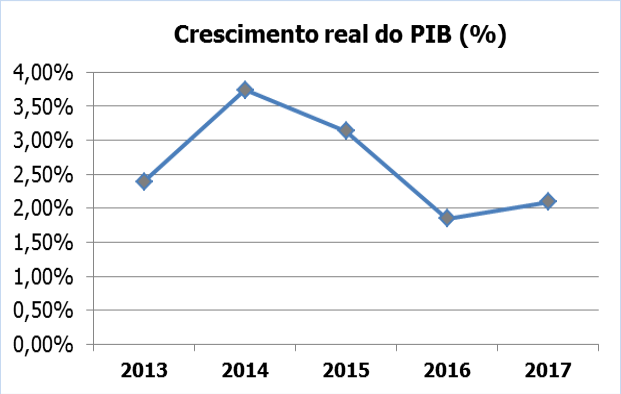
Principais indicadores socioeconômicos de Kiribati

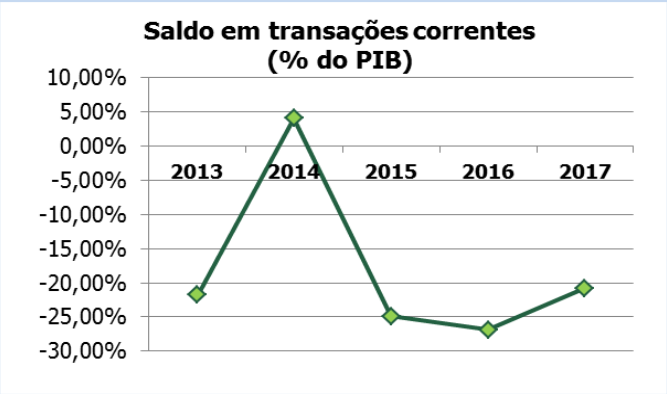
Indicador	**2013**	**2014**	**2015(1)**	**2016(1)**	**2017(1)**
Crescimento real do PIB (%)	2,39%	3,74%	3,13%	1,85%	2,09%
PIB nominal (US$ milhões)	181	181	164	166	169
PIB nominal "per capita" (US$)	1.656	1.619	1.443	1.429	1.425
PIB PPP (US$ bilhões)	179	189	196	202	210
PIB PPP "per capita" (US$)	1.635	1.690	1.726	1.744	1.776
População (mil habitantes)	109	112	114	116	118
Inflação (%)(2)	0,83%	3,12%	1,40%	0,30%	0,75%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-21,78%	4,07%	-24,88%	-26,84%	-20,77%
Origem do PIB (2012 Estimativa)					
Agricultura			26,3%		
Indústria			9,2%		
Serviços			64,5%		

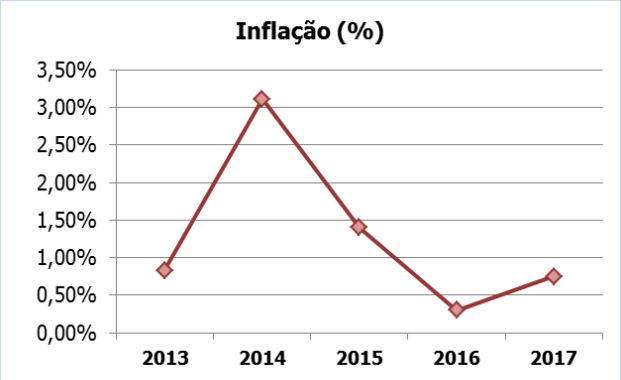
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.

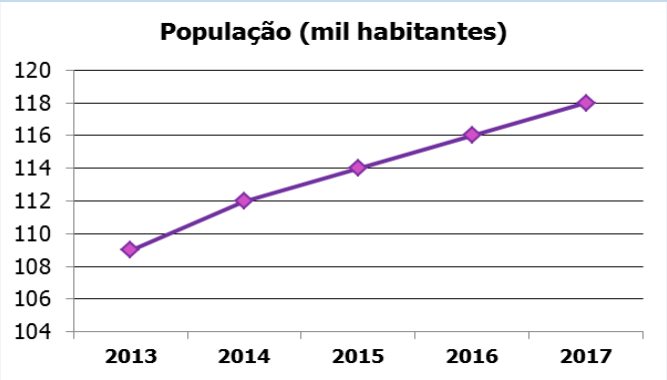
(1) Estimativas FMI.

(2) Média de fim de periodo.


Crescimento real do PIB (%)
4,00%
3,50%
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


Saldo em transações correntes
(% do PIB)
10,00%
5,00%
0,00%
-5,00%
-10,00%
-15,00%
-20,00%
-25,00%
-30,00%
2013
2014
2015
2016
2017


Inflação (%)
3,50%
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


População (mil habitantes)
120
118
116
114
112
110
108
106
104
2013
2014
2015
2016
2017

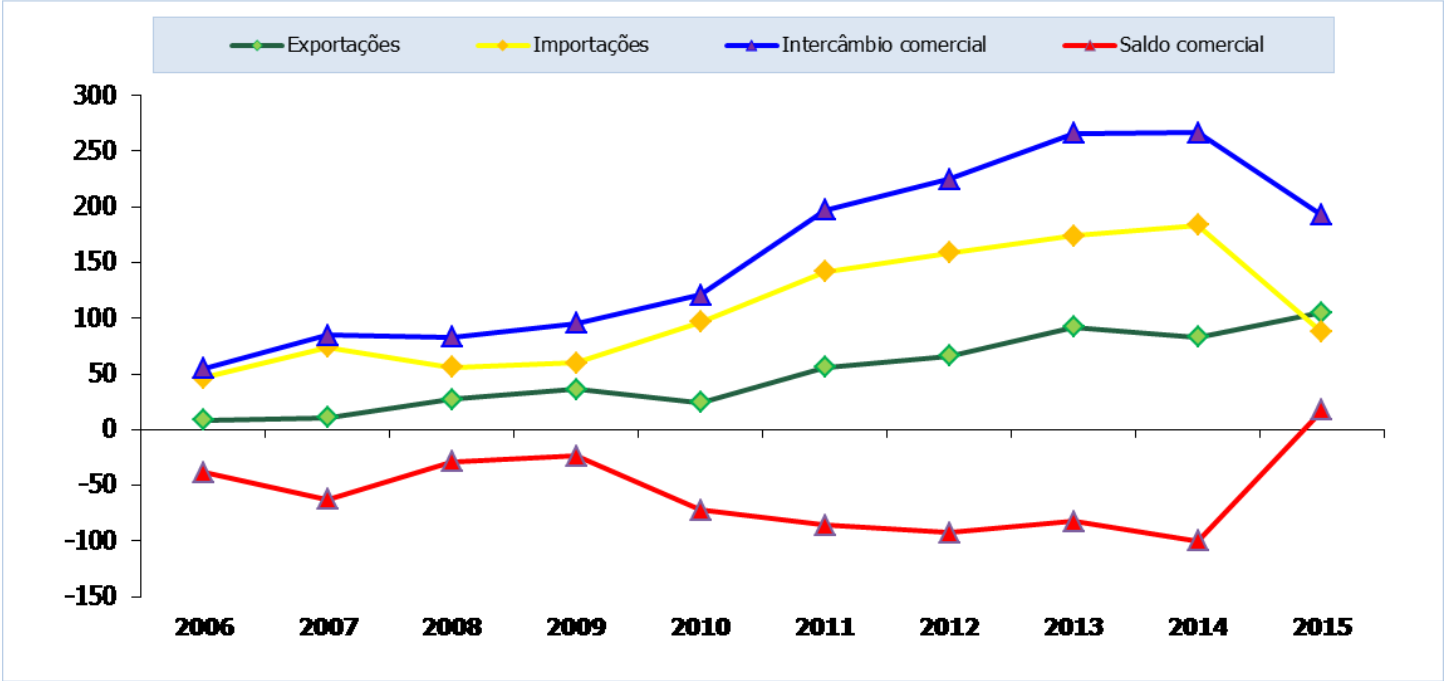
Evolução do comércio exterior de Kiribati
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	8,4	22,7%	46,5	-18,5%	54,8	-14,1%	-38,1
2007	11,0	31,7%	73,8	58,8%	84,8	54,7%	-62,8
2008	27,1	146,5%	56,1	-23,9%	83,2	-1,8%	-29,0
2009	35,9	32,6%	59,7	6,3%	95,6	14,8%	-23,7
2010	24,3	-32,5%	96,4	61,7%	120,7	26,3%	-72,2
2011	55,8	130,0%	141,6	46,8%	197,4	63,6%	-85,8
2012	66,2	18,7%	158,8	12,1%	225,1	14,0%	-92,6
2013	91,9	38,7%	174,1	9,6%	266,0	18,2%	-82,2
2014	83,3	-9,3%	183,4	5,4%	266,7	0,3%	-100,1
2015	105,0	26,0%	87,8	-52,2%	192,8	-27,7%	17,3
Var. % 2006-2015	**1157,4%**	**--**	**88,9%**	**--**	**251,8%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.


Exportações
Importações
Intercâmbio comercial
Saldo comercial
300
250
200
150
100
50
0
-50
-100
-150
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

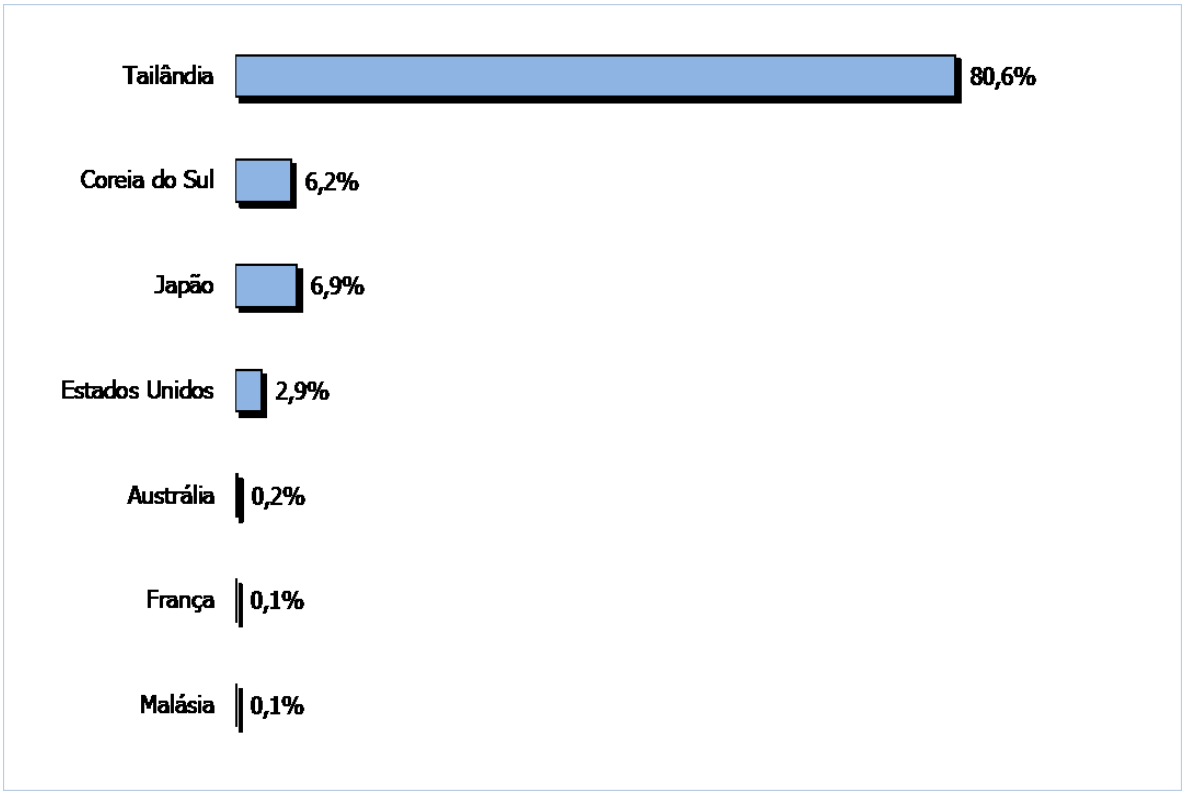
Direção das exportações de Kiribati
US$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Tailândia	84,70	80,6%
Coreia do Sul	6,54	6,2%
Japão	7,22	6,9%
Estados Unidos	3,07	2,9%
Austrália	0,24	0,2%
França	0,07	0,1%
Malásia	0,06	0,1%
...		
Brasil (22ª posição)	***0,00***	***0,0%***
Subtotal	**101,91**	**97,0%**
Outros países	**3,12**	**3,0%**
Total	**105,03**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Principais destinos das exportações



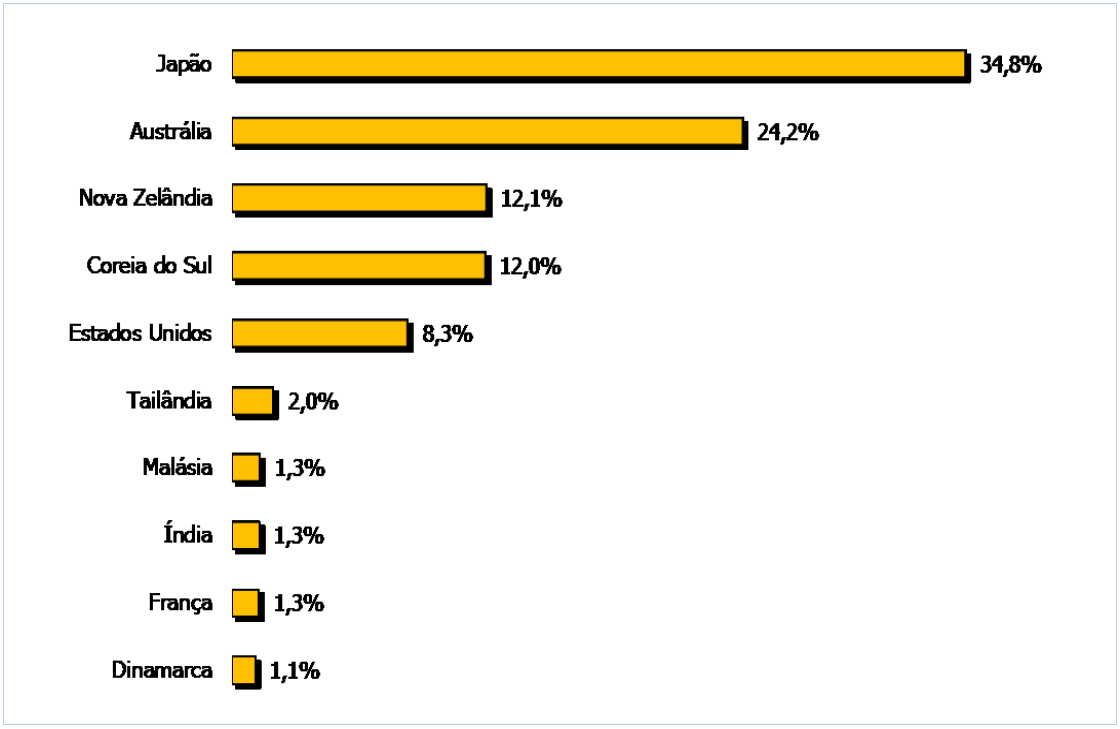
Origem das importações de Kiribati
US$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Japão	30,51	34,8%
Austrália	21,25	24,2%
Nova Zelândia	10,59	12,1%
Coreia do Sul	10,56	12,0%
Estados Unidos	7,32	8,3%
Tailândia	1,72	2,0%
Malásia	1,17	1,3%
Índia	1,16	1,3%
França	1,13	1,3%
Dinamarca	0,98	1,1%
...		
Brasil (20ª posição)	***0,03***	***0,0%***
Subtotal	**86,43**	**98,5%**
Outros países	**1,33**	**1,5%**
Total	**87,76**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

Kiribati não informou seus dados de 2015 à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



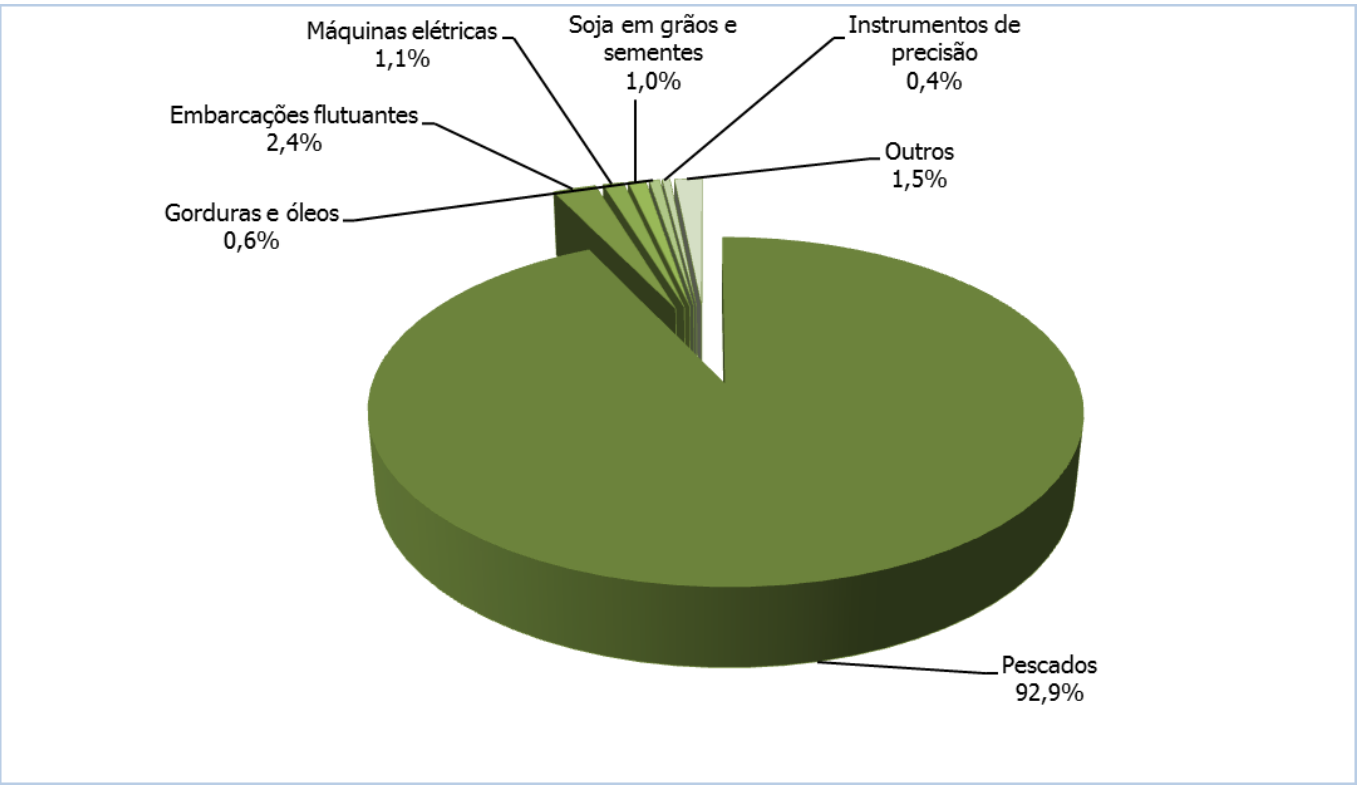
Composição das exportações de Kiribati
US$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4[(1)]	Part.% no total
Pescados	77,38	92,9%
Embarcações flutuantes	2,01	2,4%
Máquinas elétricas	0,96	1,1%
Soja em grãos e sementes	0,83	1,0%
Gorduras e óleos	0,50	0,6%
Instrumentos de precisão	0,37	0,4%
Subtotal	**82,04**	**98,5%**
Outros	**1,29**	**1,5%**
Total	**83,33**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

(1) Última posição disponível em 07/03/2016.

Principais grupos de produtos exportados



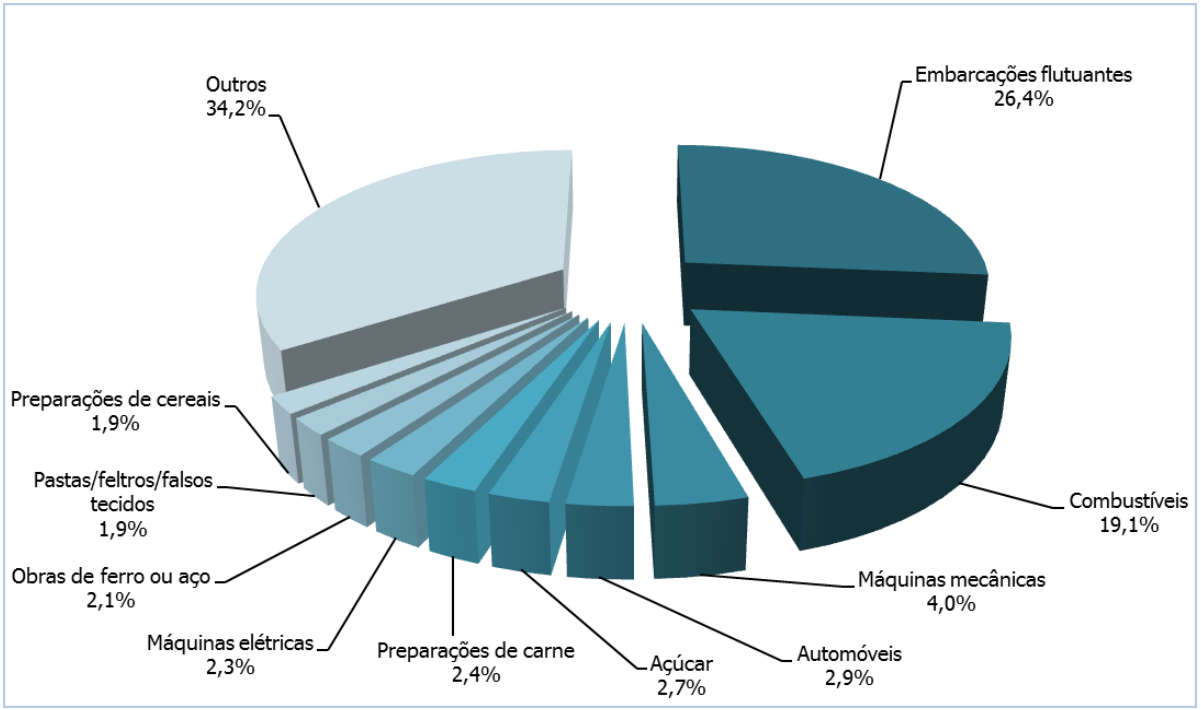
Composição das importações de Kiribati
US$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4(1)	Part.% no total
Embarcações flutuantes	48,43	26,4%
Combustíveis	35,10	19,1%
Máquinas mecânicas	7,38	4,0%
Automóveis	5,30	2,9%
Açúcar	4,88	2,7%
Preparações de carne	4,42	2,4%
Máquinas elétricas	4,30	2,3%
Obras de ferro ou aço	3,86	2,1%
Pastas/feltros/falsos tecidos	3,57	1,9%
Preparações de cereais	3,55	1,9%
Subtotal	**120,78**	**65,8%**
Outros	**62,64**	**34,2%**
Total	**183,42**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

(1) Última posição disponível em 07/03/2016.

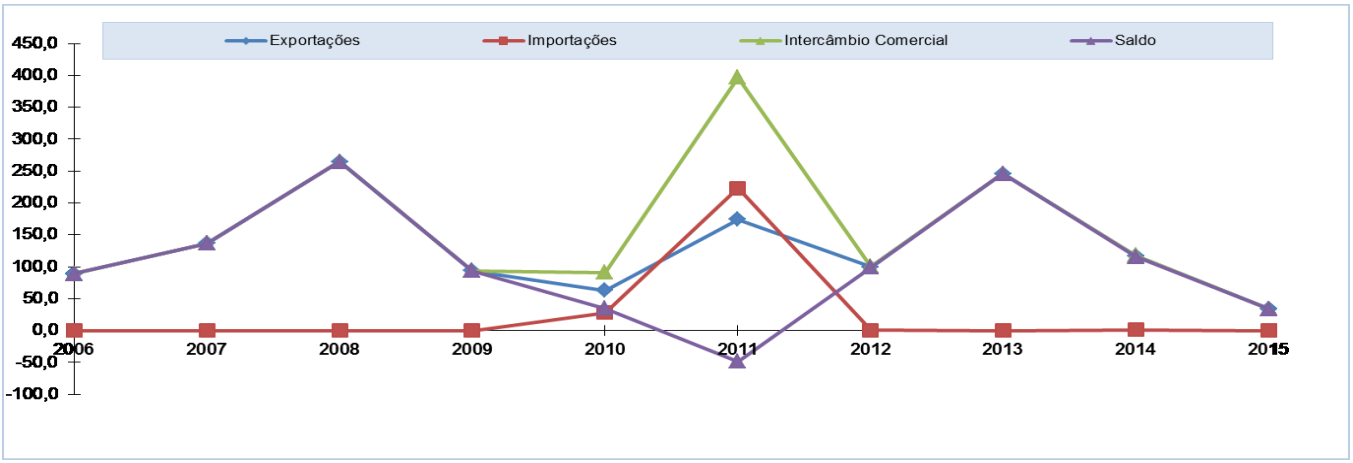
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Kiribati
US$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	88,8	-44,3%	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	88,9	-44,3%	0,00%	88,8
2007	136,8	54,0%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	136,8	53,9%	0,00%	136,8
2008	264,3	93,2%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	264,3	93,2%	0,00%	264,3
2009	94,0	-64,5%	0,00%	0,1	n.a.	0,00%	94,0	-64,4%	0,00%	93,9
2010	62,8	-33,1%	0,00%	28,2	(+)	0,00%	91,0	-3,2%	0,00%	34,7
2011	174,1	177,1%	0,00%	222,8	690,3 %	0,00%	396,9	336,0%	0,00%	-48,7
2012	99,9	-42,6%	0,00%	0,6	-99,7%	0,00%	100,5	-74,7%	0,00%	99,4
2013	245,7	145,9%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	245,7	144,5%	0,00%	245,7
2014	117,0	-52,4%	0,00%	0,9	n.a.	0,00%	117,9	-52,0%	0,00%	116,0
2015	34,1	-70,8%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	34,1	-71,1%	0,00%	34,1
2016 (jan-fev)	34,1	n.a.	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	34,1	n.a.	0,00%	34,1
Var. % 2006-2015	**-61,6%**		**--**	**-100,0%**		**--**	**-61,6%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

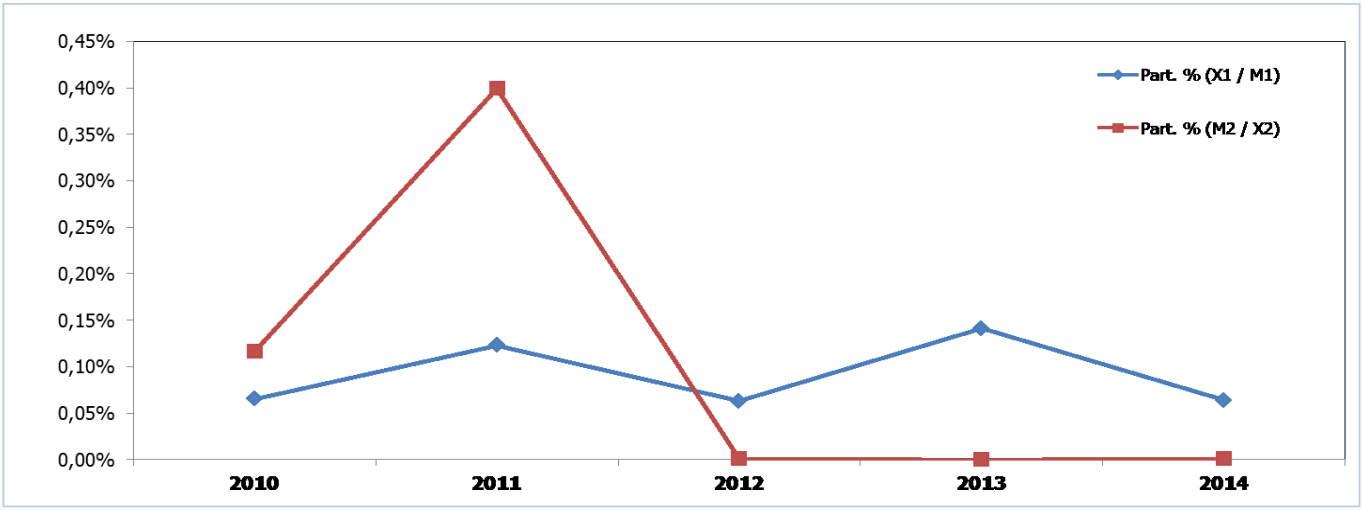

Exportações
Importações
Intercâmbio Comercial
Saldo
450,0
400,0
350,0
300,0
250,0
200,0
150,0
100,0
50,0
0,0
-50,0
-100,0
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

Part. % do Brasil no comércio de Kiribati

US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Kiribati (X1)	0,06	0,17	0,10	0,25	0,12	86,1%
Importações totais de Kiribati (M1)	96,4	141,6	158,8	174,1	183,4	90,2%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,12%	0,06%	0,14%	0,06%	-2,1%
Importações do Brasil originárias de Kiribati (M2)	0,028	0,223	0,001	0,000	0,001	-96,7%
Exportações totais de Kiribati (X2)	24,3	55,8	66,2	91,9	83,3	243,5%
Part. % (M2 / X2)	0,12%	0,40%	0,00%	0,00%	0,00%	-99,0%

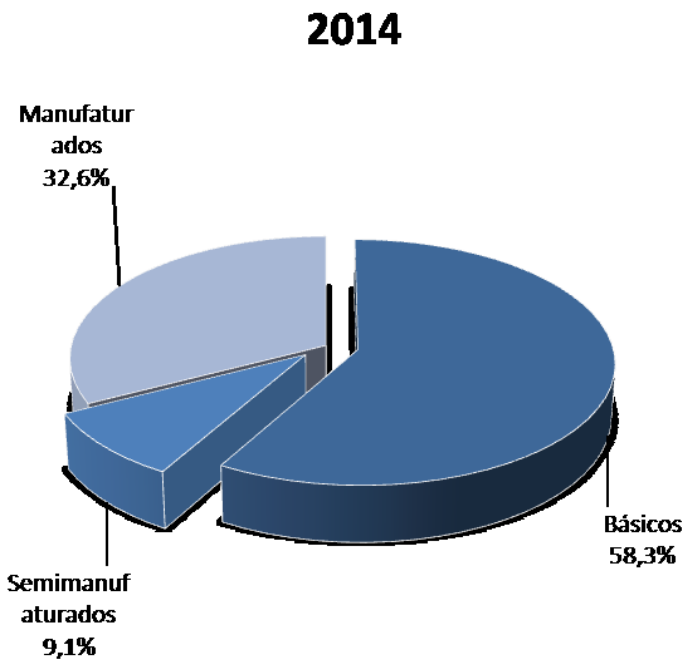
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Kiribati e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.


0,45%
0,40%
0,35%
0,30%
0,25%
0,20%
0,15%
0,10%
0,05%
0,00%
2010
2011
2012
2013
2014
Part. % (X1 / M1)
Part. % (M2 / X2)

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

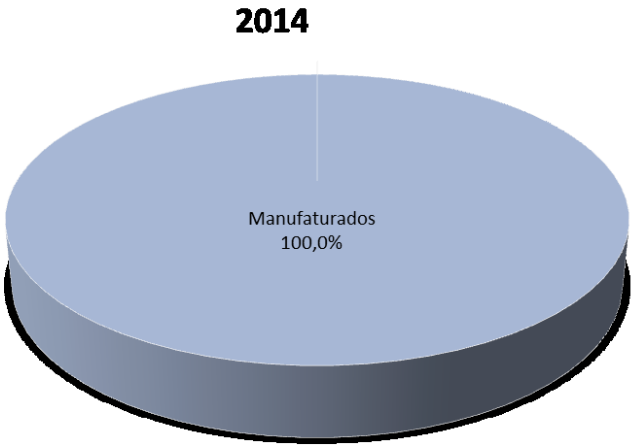
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)



Importações Brasileiras

Sem base de comparação. Não houve importações brasileiras originárias de Kiribati em 2015.

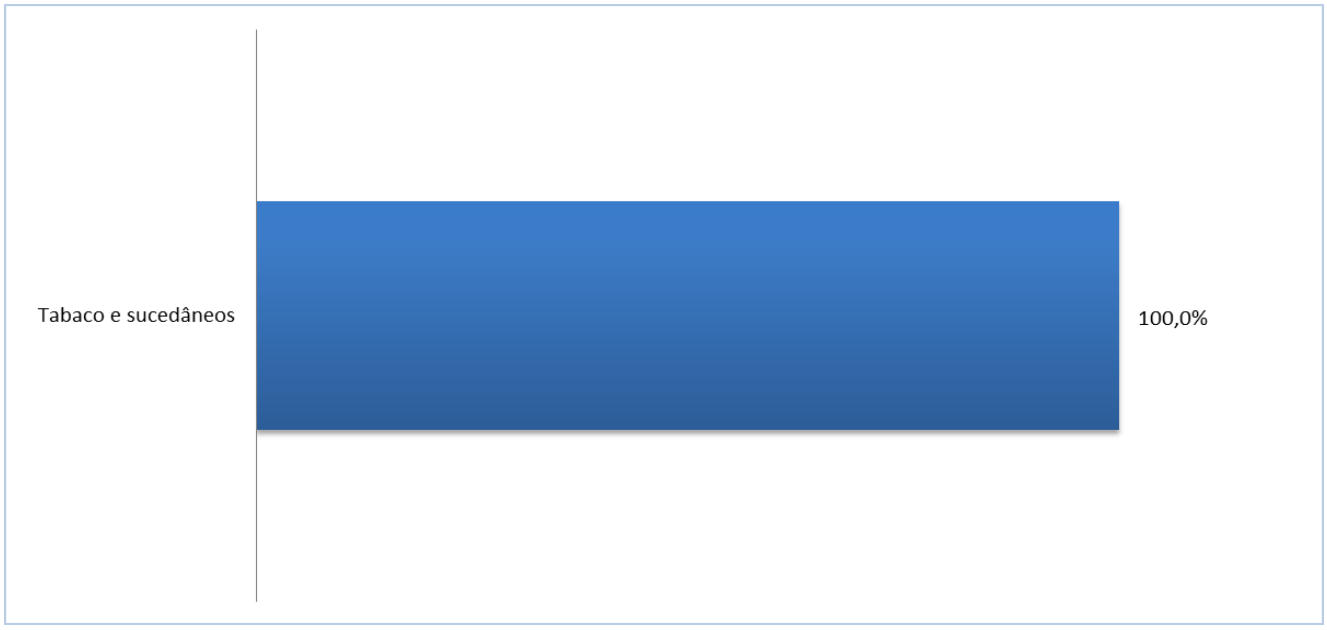


Composição das exportações brasileiras para Kiribati
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	46,7	19,0%	68,2	58,3%	34,1	100,0%
Preparções de carne	70,6	28,8%	36,2	30,9%	0,0	0,0%
Açúcar	124,2	50,5%	10,7	9,1%	0,0	0,0%
Preparações alimentícias diversas	0,0	0,0%	1,2	1,0%	0,0	0,0%
Vestuário exceto de malha	4,0	1,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Borracaha	0,2	0,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**245,7**	**100,0%**	**116,2**	**99,4%**	**34,1**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,7**	**0,6%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**245,7**	**100,0%**	**117,0**	**100,0%**	**34,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Grupo de produtos exportado pelo Brasil, 2015



Composição das importações brasileiras originárias de Kiribati
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,0	100,0%	0,8	85,1%	0,0	100,0%
Borracha	0,0	100,0%	0,1	14,9%	0,0	100,0%
Subtotal	**0,0**	**100,0%**	**0,9**	**100,0%**	**0,0**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**0,0**	**100,0%**	**0,9**	**100,0%**	**0,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (jan-fev)	Part. % no total	2016 (jan-fev)	Part. % no total
Exportações				
Tabaco e sucedâneos	0	100,0%	34,1	100,0%
Subtotal	**0**	**100,0%**	**34,1**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**0**	**100,0%**	**34,1**	**100,0%**

Principal grupo de produtos exportado pelo Brasil em 2016

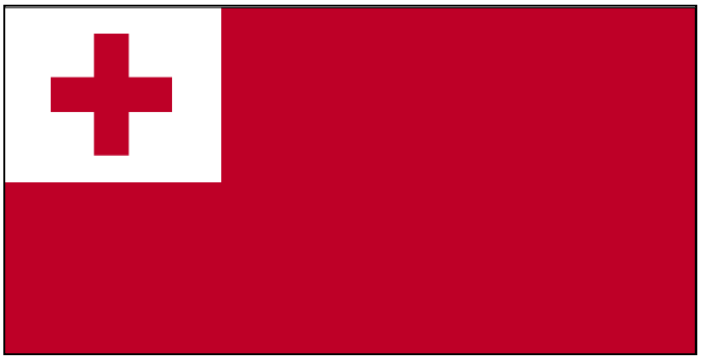


Não houve importações no período.

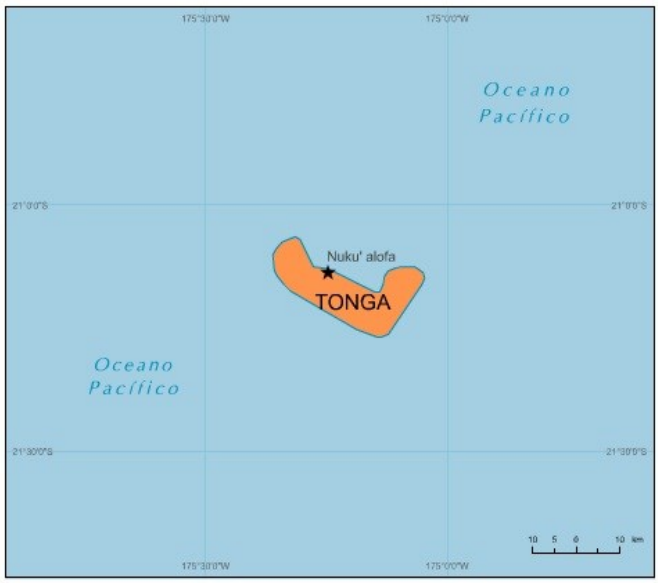
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Oceania

TONGA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA	
NOME OFICIAL:	Reino de Tonga
GENTÍLICO:	tonganês
CAPITAL:	Nuku'alofa
ÁREA:	747km^2
POPULAÇÃO (2015):	103 mil
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e tonganês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantismo (65%), Mormonismo (17%), Catolicismo romano (16%), outras religiões (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Tupou VI (desde 18 de março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro 'Akilisi Pohiva (desde 30 de dezembro de 2014)
CHANCELER:	'Akilisi Pohiva
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US$ 443 milhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 520 milhões
PIB *PER CAPITA* (2015)	US$ 3.407
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 5.048
VARIAÇÃO DO PIB	2,67% (2015); 2,32% (2014); -0,3% (2013) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	Exemplo: 0,717 (100ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	72,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,45%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):	1,1% (World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	pa'anga
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TONGA (fonte: MDIC)									
Brasil → Tonga	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Intercâmbio	6,4	11,7	149,8	288,7	256,8	208,5	1.368,2	644,8	868,6
Exportações	6,4	11,7	41,5	232,9	224,6	208,4	455,8	641,7	868,6
Importações	0	0,009	108,2	55,7	32,2	0,1	912,3	3,1	0
Saldo	6,4	11,7	-66,6	177,1	192,4	208,3	-456,5	638,5	868,6

(Em US$ milhares)

Informação elaborada em 03/03/2016, por Filipe Brum. Revisada por Rômulo Neves, em 23/03/2016.

APRESENTAÇÃO

Tonga é um país da Oceania de 106 mil habitantes e uma área total de 747km².

As ilhas que compõem Tonga uniram-se no Reino da Polinésia em 1845 e tornaram-se uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, Tonga esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da Commonwealth.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Tupou VI
Rei de Tonga



Tupou VI nasceu em 12 de julho de 1959 (56 anos), terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988, graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA. Entre 1990 e 1995 foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998 deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Ministro da Defesa. No ano 2000, tornou-se Primeiro-Ministro, mas em 2006 abandonou o cargo. Em 2008, foi designado Alto-Comissário (equivalente a Embaixador) de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012.

Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então Rei Tupou V.

Akilisi Pohiva
Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Akilisi Pohiva nasceu em 7 de abril de 1941 (75 anos). Estudou na Universidade do Pacífico Sul. É o líder do Partido Democrático das Ilhas Amigas e atua na política da ilha desde a década de 1970. Em 1987, foi eleito pela primeira vez para o Parlamento do país. Em 2008, foi reeleito pela oitava vez.

Em 2010, fundou o Partido Democrático das Ilhas Amigas. Após reformas constitucionais no país, o Primeiro-Ministro passou a ser eleito pelo Parlamento, não mais sendo indicado pela monarquia. Pohiva candidatou-se ao cargo, mas foi derrotado por Lord Tu'ivakano. Aceitou o cargo de Ministro da Saúde na gestão Tu'ivakano, mas logo renunciou ao posto. Em 2014, foi eleito para o cargo de Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tonga foi um dos últimos países membros das Nações Unidas a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil, em 2011.

Em 2004, a Missão do Brasil junto à ONU encaminhou nota à Representação Permanente do Reino de Tonga propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 2005, foi realizada a primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.

O Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas foi assinado em 2011, por ocasião da visita da então Subsecretária-Geral de Política II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, ao Reino de Tonga, com vigência a partir de 2011. Durante a visita, a Embaixadora foi recebida pelo então Primeiro-Ministro, Lord Tu'iivakano, e manteve encontros com os ministros da Agricultura, Educação, Turismo, Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comércio e Indústria.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), desenvolvimento sustentável, Direito do Mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não-proliferação, além de ambos terem-se empenhado para declarar a América Latina e Pacífico Sul como zona livre de armas nucleares.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Wellington trata dos interesses dos cidadãos brasileiros em Tonga.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomadores soberanos de Tonga.

POLÍTICA INTERNA

Historicamente, o Rei escolhia o Primeiro-Ministro e o Gabinete. Em 2009, foram adotadas reformas constitucionais e eleitorais. Nas eleições de 2010, o número de representantes do povo no Parlamento aumentou de nove para 17, enquanto o número de representantes da nobreza se manteve (9). Outra mudança fundamental foi a escolha do Primeiro-Ministro em votação no Parlamento, e não mais por indicação do monarca. Após as reformas de 2010, o Primeiro-Ministro escolhe o Gabinete entre os parlamentares.

Na primeira eleição democrática de Tonga, ocorrida em novembro de 2010, o *Human Rights and Democracy Party* conquistou 12 das 17 cadeiras de

representantes do povo. Em dezembro daquele ano, Lord Tu'ivakano foi eleito Primeiro-Ministro. Já nas eleições de 2014, Akilisi Pohiva foi eleito Primeiro-Ministro do país.

O Conselho Ministerial (*Privy Council*) tem poderes superiores aos do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas este deve ser ouvido pelo rei quando da formulação da política externa de Tonga.

O órgão judicial mais elevado é a Corte de Apelação, composta por um presidente e juízes indicados pelo monarca. O Conselho Ministerial também possui características judiciais.

POLÍTICA EXTERNA

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007. A prioridade de sua política externa é buscar facilitação do comércio e assistência para o desenvolvimento. Como membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, Tonga tem papel influente em temas regionais como transporte, pesca e telecomunicações. É também membro da *Commonwealth*, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, do Secretariado da Comunidade do Pacífico e de várias agências da ONU (o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento possui um escritório em Nuku'alofa). O país mantém relações estreitas com a Austrália.

Os últimos anos têm levado ao avanço da presença chinesa no país. As lojas da capital, Nuku'alofa, oferecem enorme gama de produtos chineses. Várias obras pela cidade ostentam a indicação *China Aid* e a maioria dos operários que trabalham na construção de estradas é chinesa. Tonga tem sido um dos maiores beneficiários de aportes financeiros da China no Pacífico Sul, sobretudo na forma de empréstimos.

O Reino de Tonga é parte no Tratado de Rarotonga, que instituiu uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) no Pacífico Sul em 1985. Preocupados com testes nucleares realizados na região, os signatários do Tratado de Rarotonga decidiram estabelecer mais do que zona livre de armas nucleares, assumindo também compromissos contra a presença de rejeitos radioativos e criando mecanismos para controlar o trânsito de material nuclear.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A pequena economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior. As principais atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo, para Nova Zelândia, Austrália e Japão. A pesca, principalmente de atum e peixes de recife, ainda não está totalmente desenvolvida. O país não tem barcos de pesca de atum em número suficiente, mas deseja desenvolver esta especialidade e procura investidores para tanto. Da mesma forma, deseja desenvolver a produção de carne (bovina e suína) e gado leiteiro, pois considera ter potencial para reduzir as importações necessárias no setor.

Em 2014, realizou-se a 1ª Revisão de Política Comercial de Tonga. Ressaltou-se que, desde a acessão do país à OMC em 2007, Tonga tem demonstrado forte compromisso com o sistema multilateral do comércio e tem implementado as regras da OMC com expressiva celeridade. Reconheceu-se a recente acessão de Tonga à OMC como agente catalisador de importantes reformas institucionais no país. Foram ressaltados alguns desafios enfrentados por Tonga, como as manifestações civis de 2006, os impactos da crise internacional de 2008, a destruição causada pelo ciclone Ian em 2014 a vulnerabilidade a desastres naturais, os altos custos de transporte e telecomunicações e a necessidade de assistência técnica para capacitação de mão-de-obra relacionada ao comércio. Os membros buscaram esclarecimentos sobre a aplicação de tarifas superiores aos patamares consolidados, o regime aplicável a investimentos estrangeiros, licenças comerciais e propriedade intelectual, a implementação de acordos bilaterais e multilaterais, novas legislações e reformas institucionais, os programas de trabalho temporário celebrados com Austrália e Nova Zelândia e sobre iniciativas de assistência técnica para capacitação de mão-de-obra relacionada ao comércio.

Em 2014, Nova Zelândia, Hong Kong, Estados Unidos, Japão e Austrália foram os maiores destinos das exportações tonganesas. Por sua vez, as importações em 2014 tiveram origem principalmente na Nova Zelândia, Cingapura, Estados Unidos, Japão e Fiji.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Tonga é modesto, mas apresenta potencial de crescimento, conforme atestado pelos intercâmbios recordes de 2011 e 2012. Em 2011, a corrente de comércio atingiu a cifra

de US$ 1,36 milhão, um aumento substancial frente aos US$ 48 mil de 2002. Após a crise financeira, a corrente de comércio reduziu-se em quase 50%, atingindo US$ 208 mil em 2009, com lenta recuperação em 2010 e recorde histórico em 2011. Em 2012, a corrente de comércio foi menor que a do ano anterior, no montante de US$ 736 mil, mas ainda foi o segundo melhor resultado já registrado no intercâmbio comercial. Em 2013, houve uma pequena redução do comércio bilateral, que chegou a US$ 598 mil, ainda com absoluta preponderância das exportações brasileiras. Em 2014, o intercâmbio caiu para US$ 471 mil.

Os produtos que o Brasil importa de Tonga variam de ano a ano, abrangendo desde frutos do mar congelados, conversores elétricos, parafusos, dispositivos de cristais líquidos e partes de motores de explosão a peixes ornamentais e vitaminas. Já as exportações brasileiras consistem, basicamente, de fumo não-manufaturado, açúcar de cana, impressos, embutidos e utensílios de cozinha.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Acontecimento
1845	As ilhas que compõem Tonga se unem no Reino da Polinésia.
1875	Tonga torna-se uma Monarquia Constitucional.
1900	Tonga passa a ser um Protetorado britânico.
1970	Tonga retira-se do Protetorado e passa a fazer parte da *Commonwealth*.
1985	O Tratado de Rarotonga cria uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul.
2012	Tupou VI torna-se o Rei de Tonga.
2014	Akilisi Pohiva é eleito Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Acontecimento
2005	Primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho.
2011	Assinatura do Comunicado Conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Tonga.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos de Tonga

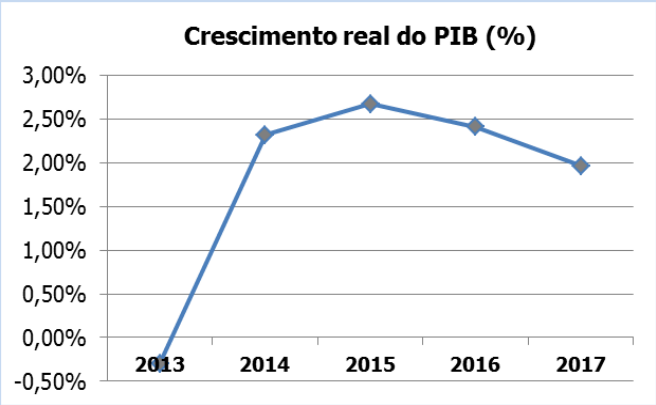
Indicador	2013	2014	2015(1)	2016(1)	2017(1)
Crescimento real do PIB (%)	-0,30%	2,32%	2,67%	2,41%	1,97%
PIB nominal (US$ milhões)	443	438	443	473	507
PIB nominal "per capita" (US$)	4.334	4.280	4.311	4.598	4.913
PIB PPP (US$ milhões)	483	502	520	539	559
PIB PPP "per capita" (US$)	4.724	4.901	5.068	5.239	5.421
População (mil habitantes)	102	102	103	103	103
Inflação (%)(2)	0,84%	1,21%	1,31%	1,85%	2,20%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,67%	-3,10%	-5,97%	-6,42%	-4,72%
Dívida externa (US$ milhões)	808,40	843,70	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (T$ / US$)(2)	1,77	1,86	n.d.	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			18,3%		
Indústria			18,8%		
Serviços			62,9%		

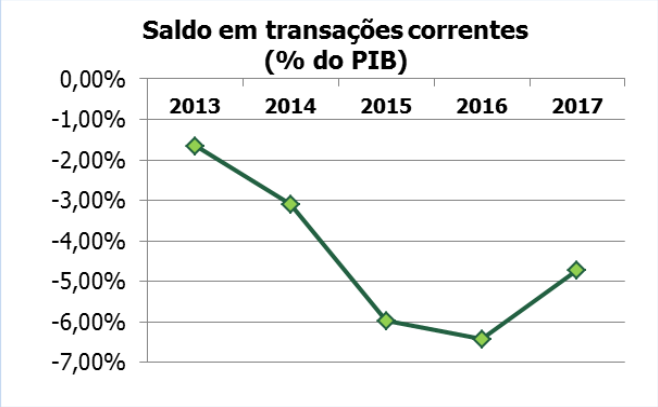
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015.

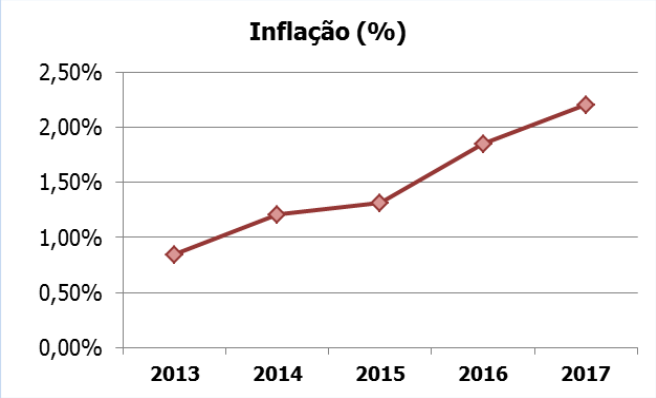
(n.d.) Dado não disponível.

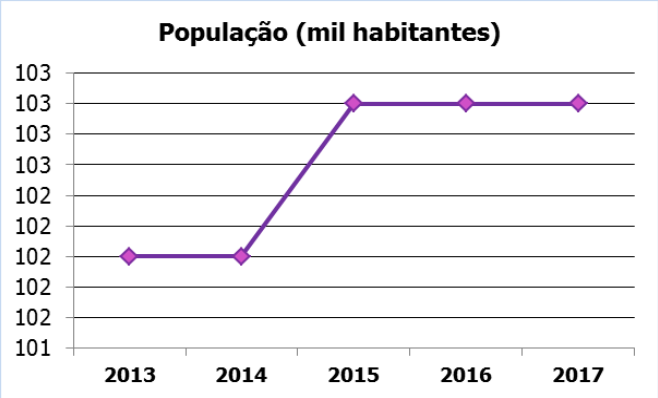
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.


Crescimento real do PIB (%)
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
-0,50%
2013
2014
2015
2016
2017


Saldo em transações correntes
(% do PIB)
0,00%
-1,00%
-2,00%
-3,00%
-4,00%
-5,00%
-6,00%
-7,00%
2013
2014
2015
2016
2017


Inflação (%)
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2013
2014
2015
2016
2017


População (mil habitantes)
103
103
103
103
102
102
102
102
102
101
2013
2014
2015
2016
2017

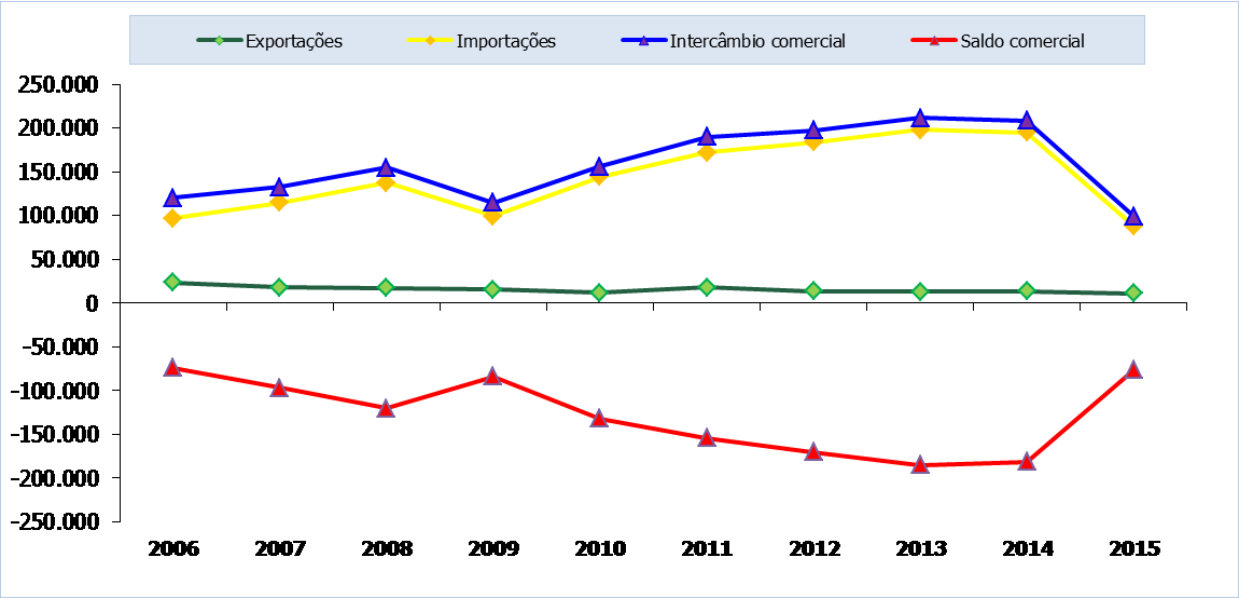
Evolução do comércio exterior de Tonga
US$ mil

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	23.196	16,9%	97.094	3,1%	120.290	5,5%	-73.898
2007	17.912	-22,8%	114.887	18,3%	132.799	10,4%	-96.975
2008	17.420	-2,7%	137.360	19,6%	154.780	16,6%	-119.940
2009	15.298	-12,2%	99.319	-27,7%	114.617	-25,9%	-84.021
2010	11.962	-21,8%	144.076	45,1%	156.038	36,1%	-132.114
2011	17.923	49,8%	171.845	19,3%	189.768	21,6%	-153.922
2012	13.390	-25,3%	183.831	7,0%	197.221	3,9%	-170.441
2013	13.242	-1,1%	198.228	7,8%	211.470	7,2%	-184.986
2014	13.558	2,4%	194.788	-1,7%	208.346	-1,5%	-181.230
2015	11.311	-16,6%	87.898	-54,9%	99.209	-52,4%	-76.587
Var. % 2006-2015	**-51,2%**	**--**	**-9,5%**	**--**	**-17,5%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.


Exportações
Importações
Intercâmbio comercial
Saldo comercial
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
0
-50.000
-100.000
-150.000
-200.000
-250.000
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

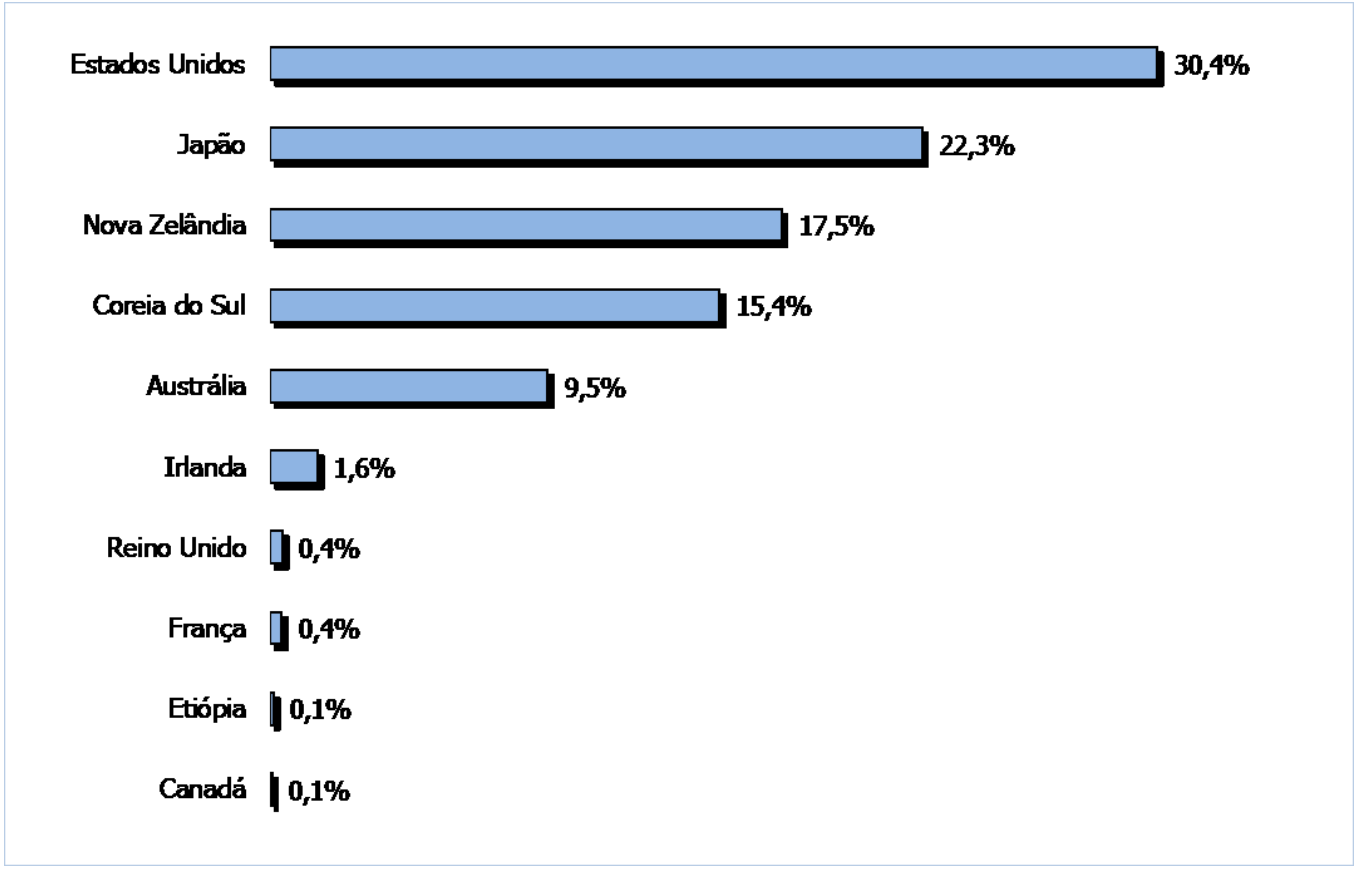
Direção das exportações de Tonga
US$ mil

Países	2015	Part.% no total
Estados Unidos	3.435	30,4%
Japão	2.524	22,3%
Nova Zelândia	1.981	17,5%
Coreia do Sul	1.739	15,4%
Austrália	1.075	9,5%
Irlanda	185	1,6%
Reino Unido	49	0,4%
França	45	0,4%
Etiópia	14	0,1%
Canadá	8	0,1%
...		
Brasil	***0***	***0,0%***
Subtotal	**11.055**	**97,7%**
Outros países	**256**	**2,3%**
Total	**11.311**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



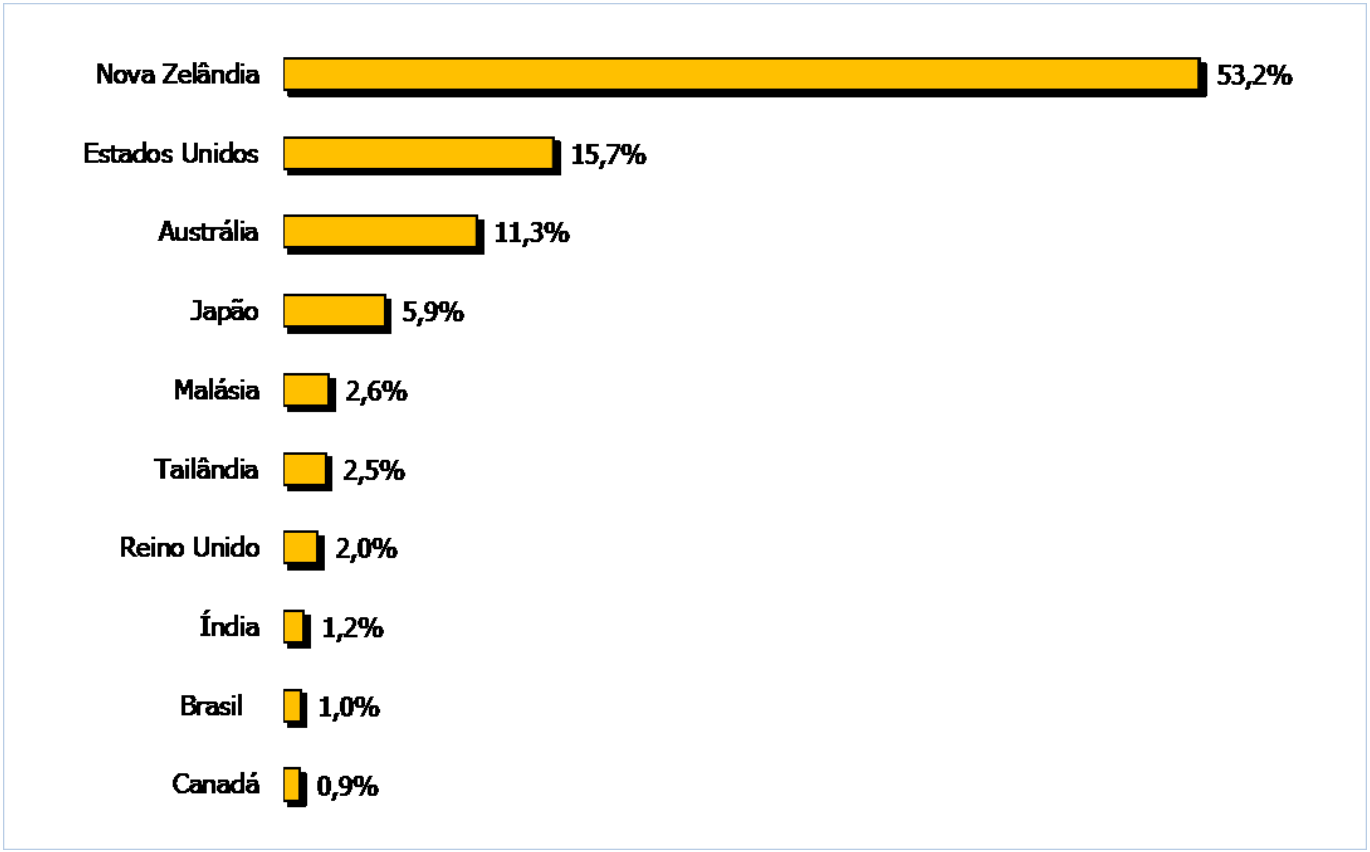
Origem das importações de Tonga
US$ mil

Países	2015	Part.% no total
Nova Zelândia	46.763	53,2%
Estados Unidos	13.802	15,7%
Austrália	9.911	11,3%
Japão	5.170	5,9%
Malásia	2.317	2,6%
Tailândia	2.154	2,5%
Reino Unido	1.747	2,0%
Índia	1.039	1,2%
Brasil	***869***	***1,0%***
Canadá	834	0,9%
Subtotal	**84.606**	**96,3%**
Outros países	**3.292**	**3,7%**
Total	**87.898**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



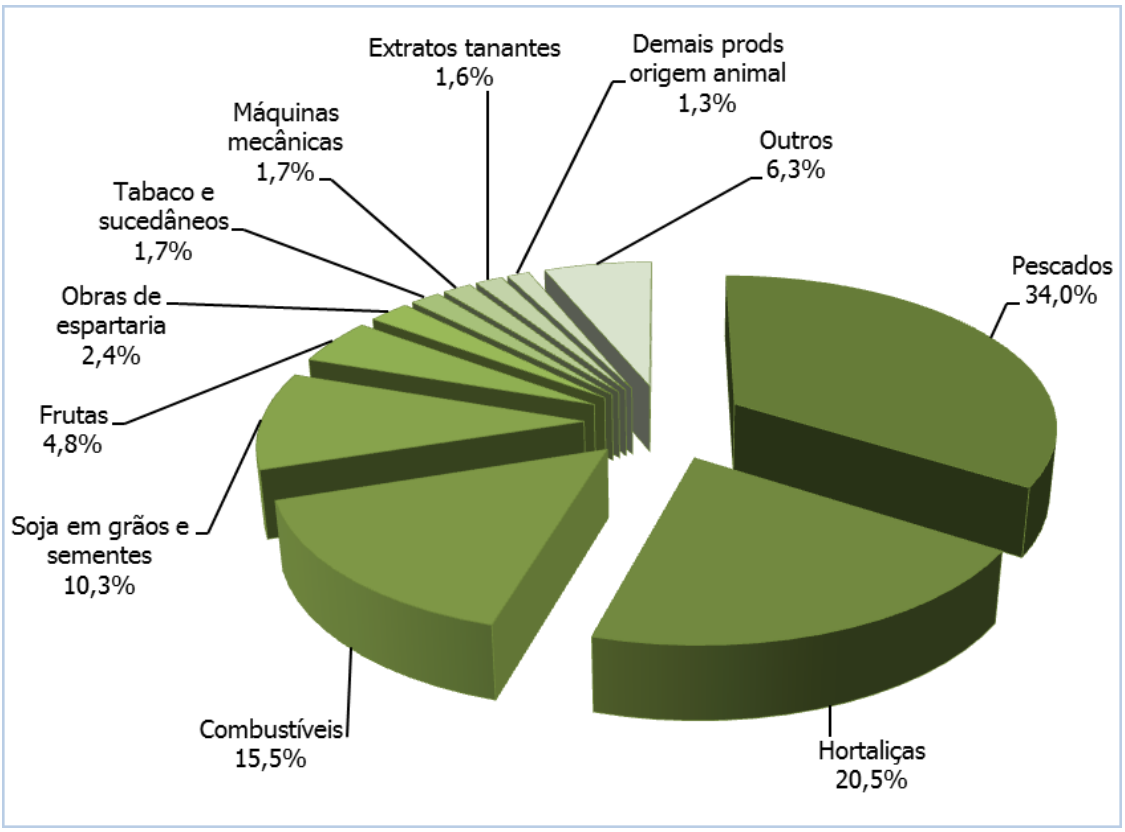
Composição das exportações de Tonga

Grupos de Produtos	2014
Pescados	34,0%
Hortaliças	20,5%
Combustíveis	15,5%
Soja em grãos e sementes	10,3%
Frutas	4,8%
Obras de espartaria	2,4%
Tabaco e sucedâneos	1,7%
Máquinas mecânicas	1,7%
Extratos tanantes	1,6%
Demais prods origem animal	1,3%
Subtotal	**93,7%**
Outros	**6,3%**
Total	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição em março/2016.

10 principais grupos de produtos exportados

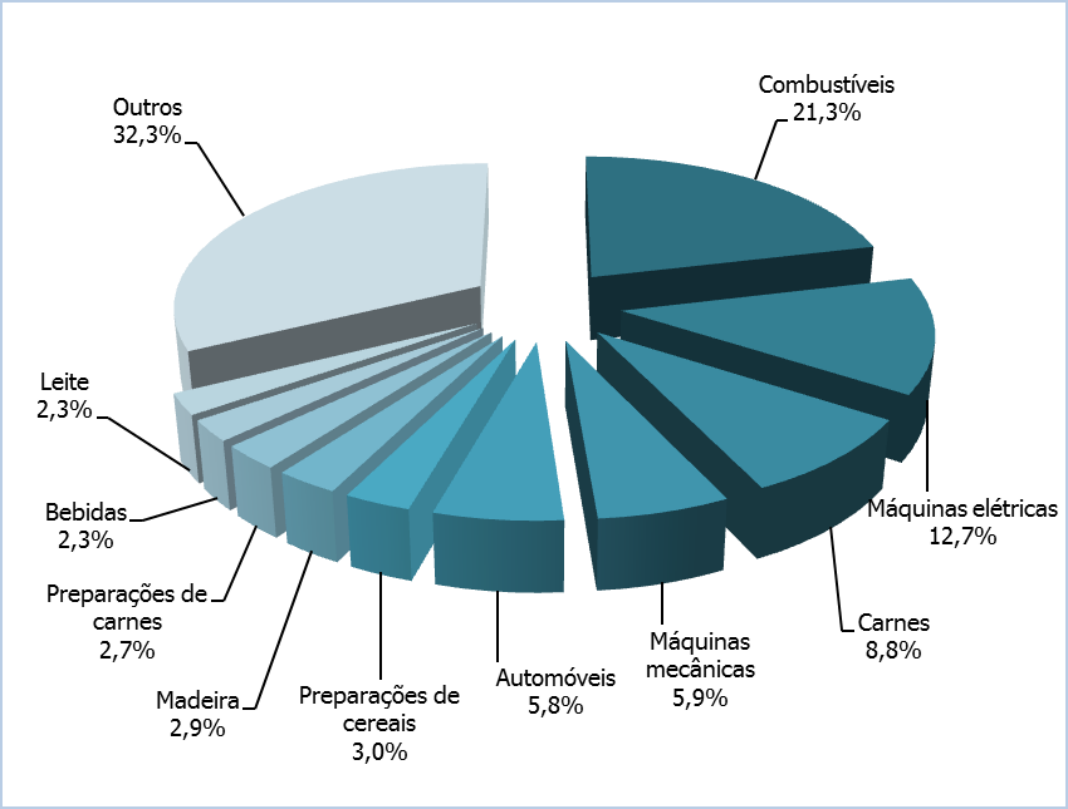


Composição das importações de Tonga

Grupos de produtos	2014
Combustíveis	21,3%
Máquinas elétricas	12,7%
Carnes	8,8%
Máquinas mecânicas	5,9%
Automóveis	5,8%
Preparações de cereais	3,0%
Madeira	2,9%
Preparações de carnes	2,7%
Bebidas	2,3%
Leite	2,3%
Subtotal	**67,7%**
Outros	**32,3%**
Total	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2016.
O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
Última posição em março/2016.

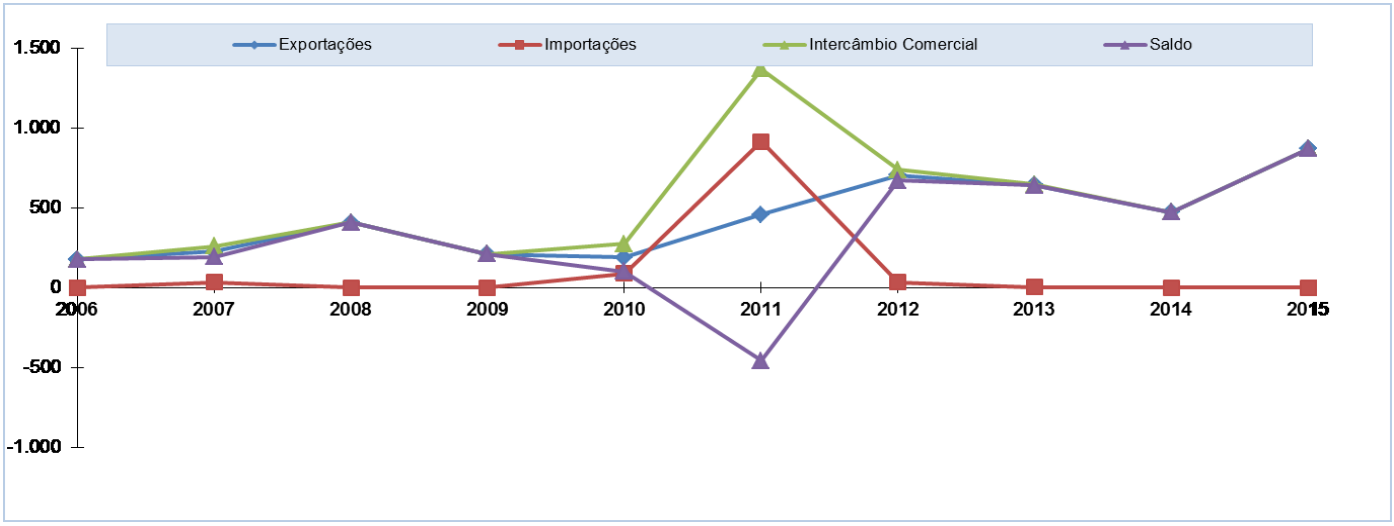
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tonga
US$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	177	-24,1%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	177	-38,8%	0,00%	177
2007	225	27,1%	0,00%	32,2	n.a.	0,00%	257	45,3%	0,00%	192
2008	408	81,6%	0,00%	0,2	-99,3%	0,00%	408	58,9%	0,00%	408
2009	208	-48,9%	0,00%	0,1	-52,3%	0,00%	209	-48,9%	0,00%	208
2010	187	-10,3%	0,00%	87,7	(+)	0,00%	275	31,7%	0,00%	99
2011	456	143,7%	0,00%	912,4	939,9%	0,00%	1.368	398,0%	0,00%	-457
2012	703	54,2%	0,00%	33,3	-96,4%	0,00%	736	-46,2%	0,00%	670
2013	642	-8,7%	0,00%	3,1	-90,6%	0,00%	645	-12,4%	0,00%	639
2014	471	-26,5%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	471	-26,9%	0,00%	471
2015	869	84,3%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	869	84,3%	0,00%	869
2016 (jan-fev)	466	313,5%	0,00%	0,0	0,0%	0,00%	466	313,5%	2,16%	466
Var. % 2006-2015	**391,3%**		**--**	**n.a.**		**--**	**391,3%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.


Exportações
Importações
Intercâmbio Comercial
Saldo
1.500
1.000
500
0
-500
-1.000
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015

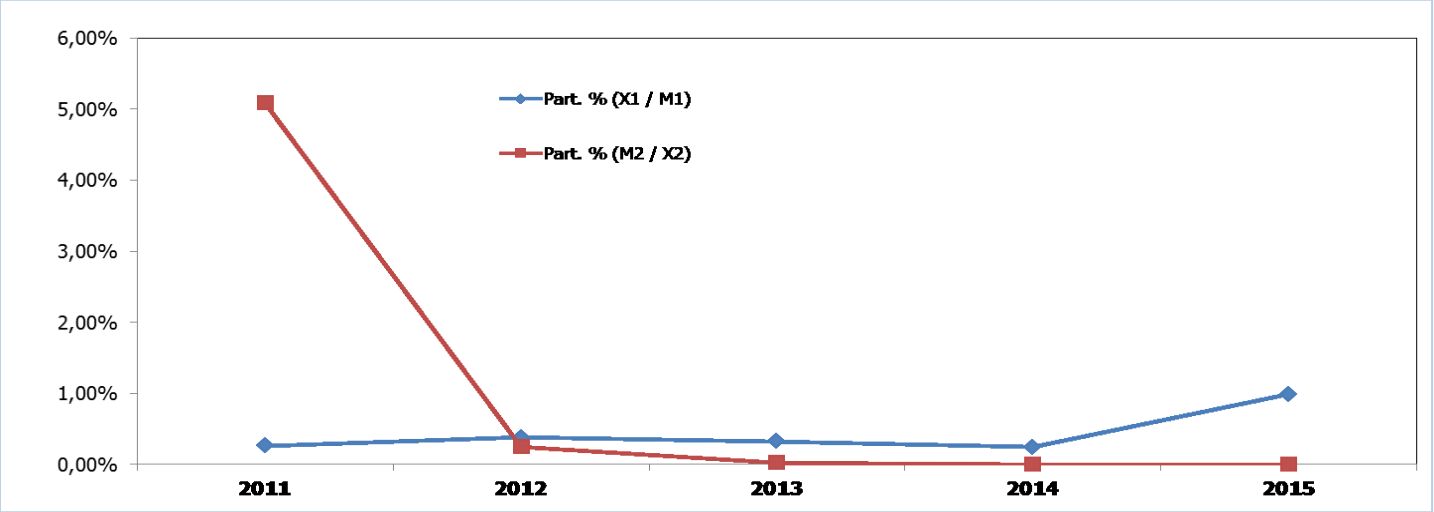
Part. % do Brasil no comércio de Tonga

US$ mil

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para Tonga (X1)	456	703	642	471	869	90,6%
Importações totais de Tonga (M1)	171.845	183.831	198.228	194.788	87.898	-48,9%
Part. % (X1 / M1)	0,27%	0,38%	0,32%	0,24%	0,99%	272,5%
Importações do Brasil originárias de Tonga (M2)	912	33	3	0	0	-100,0%
Exportações totais de Tonga (X2)	17.923	13.390	13.242	13.558	11.311	-36,9%
Part. % (M2 / X2)	5,09%	0,25%	0,02%	0,00%	0,00%	-100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Tonga e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

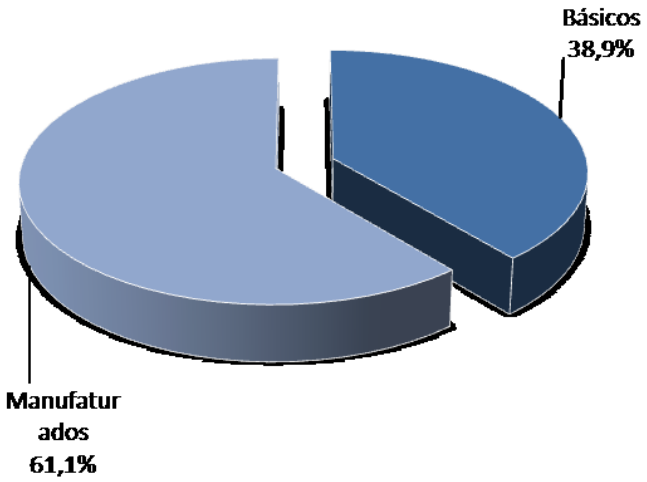

6,00%
5,00%
4,00%
3,00%
2,00%
1,00%
0,00%
Part. % (X1 / M1)
Part. % (M2 / X2)
2011
2012
2013
2014
2015

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

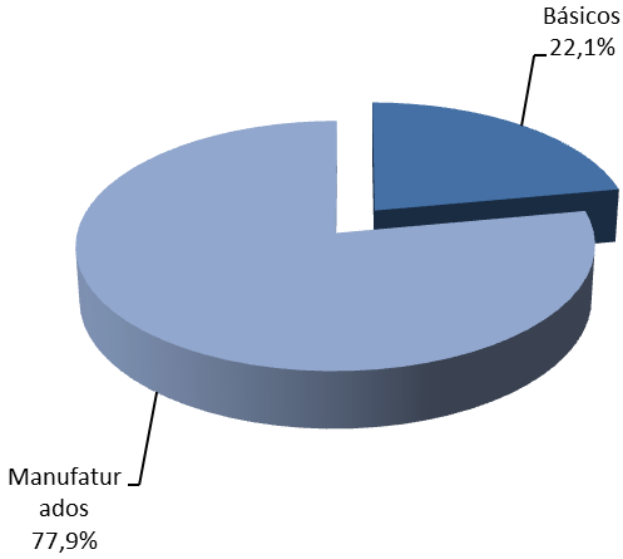
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)

2014

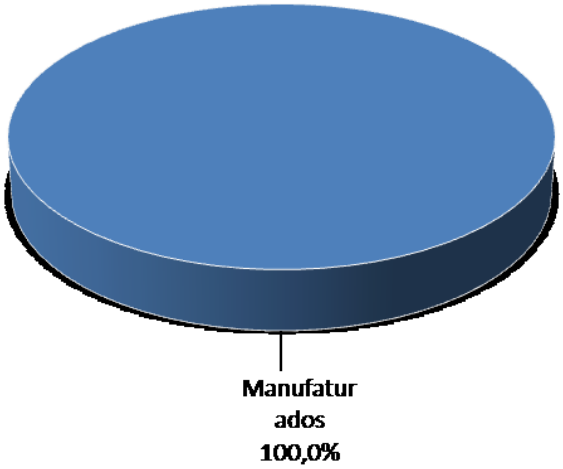


2015

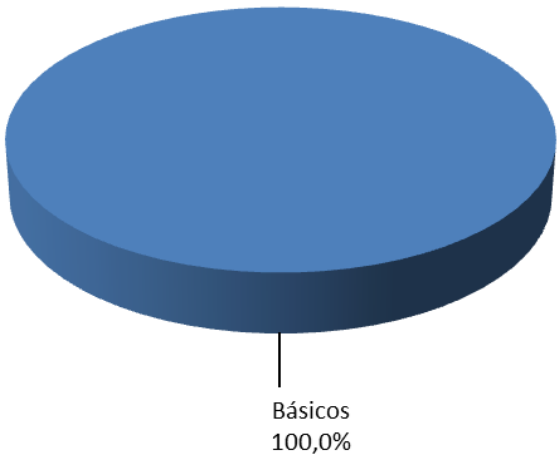


Importações Brasileiras

2012



2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

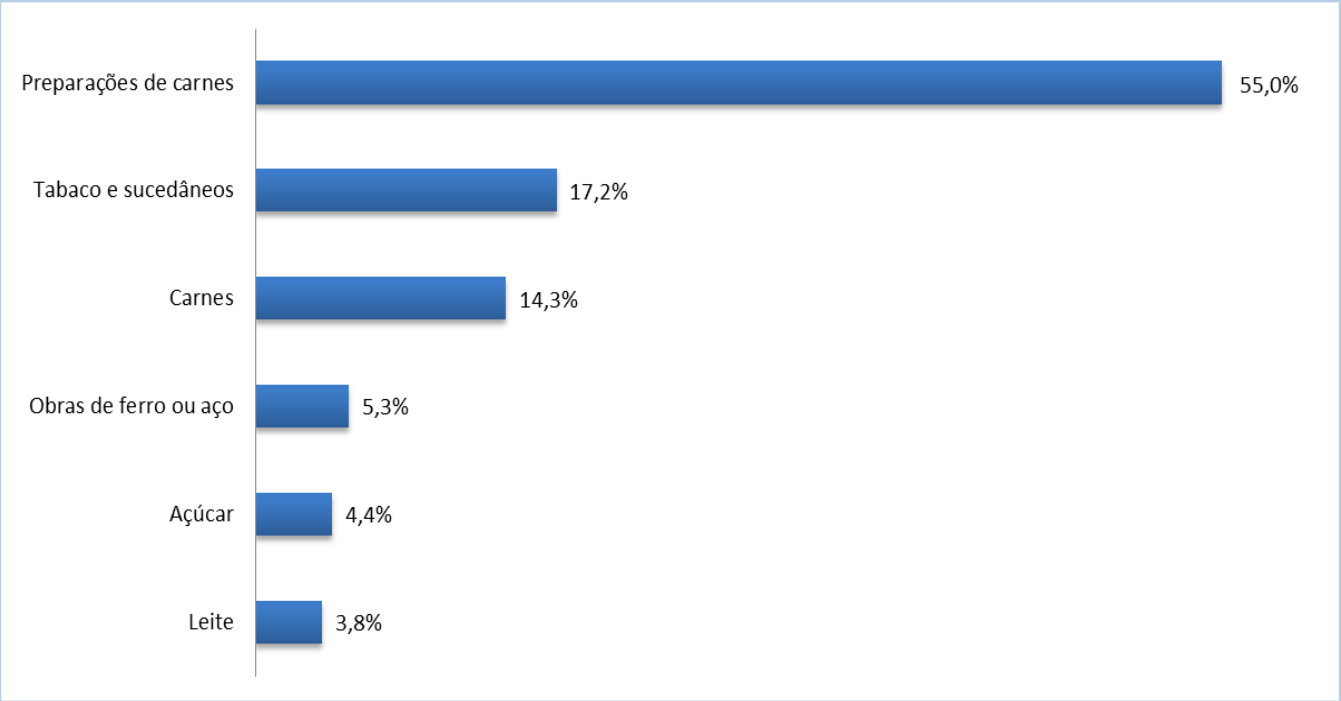
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para Tonga
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	166	25,9%	155	32,9%	478	55,0%
Tabaco e sucedâneos	191	29,8%	183	38,8%	149	17,2%
Carnes	0	0,0%	0	0,0%	124	14,3%
Obras de ferro ou aço	34	5,3%	17	3,6%	46	5,3%
Açúcar	214	33,3%	116	24,6%	38	4,4%
Leite	0	0,0%	0	0,0%	33	3,8%
Subtotal	**605**	**94,3%**	**471**	**99,9%**	**868**	**99,9%**
Outros produtos	**37**	**5,7%**	**0**	**0,1%**	**1**	**0,1%**
Total	**642**	**100,0%**	**471**	**100,0%**	**869**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



Composição das importações brasileiras originárias de Tonga
US$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pescados	3,0	96,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**3,0**	**96,1%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Outros produtos	**0,1**	**3,9%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**3,1**	**100,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2013



Aviso nº 216 - C. Civil.

Em 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 46, de 2016

(Nº 174/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Os méritos do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de abril de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00108/2016 MRE

Brasília, 20 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República do Usbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

3. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO*
CPF.: 667.174.697-49
ID.: 8000 MRE

1951	Filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado, nasce em 11 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1974	Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1980	CPCD - IRBr
1990	CAD-IRBr
2003	CAE - IRBr, Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena
Cargos:	
1981	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1992	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1981-84	Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente
1983	Embaixada em Lagos, Terceiro-Secretário em missão transitória
1984	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1984-88	Embaixada em Bonn, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1988-93	Embaixada em Argel, Segundo-Secretário
1991-94	Divisão das Nações Unidas, assessor
1994-97	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
1997-2000	Divisão de Direitos Humanos, Chefe
2000-03	Embaixada em Santiago, Conselheiro
2003-05	Embaixada em Berna, Conselheiro
2005-08	Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete
2006-07	Embaixada no Panamá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008-13	Embaixada em Teerã, Embaixador
2013-	Embaixada em Ancara, Embaixador
Condecorações:	
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

ISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa II

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Federação da Rússia





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2016

CAPITAL	Moscou
ÁREA	17.098.242 km²
POPULAÇÃO	143,1 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos ortodoxos (63%); ateus (16%); cristãos não praticantes (12%); muçulmanos (6%); outros (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federativa semi-presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Duma de Estado (450 membros) e Conselho da Federação (166 membros)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Vladimir Vladimirovich Putin (desde 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Dmitri Anatolyevich Medvedev (desde 2012)
CHANCELER	Embaixador Sergey Lavrov (desde 2004)
PIB NOMINAL (2015 est.)	US$ 1,24 trilhão
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP – 2015 est.)	US$ 3,47 trilhões
PIB PER CAPITA (2015 est.)	US$ 12.717,68
PIB PPP PER CAPITA(2015 est.)	US$ 23.744,22
VARIAÇÃO DO PIB	-3.8% (2015 est.), 0.6% (2014), 1,3% (2013), 3,4% (2012), 4,3% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH 2015)	0.798 - 50.º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	70,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2015)	99,7% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015 est.)	5,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Serguey Akopov
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	800

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RÚSSIA (US$ bilhões, fonte: MDIC)									
BRASIL → RÚSSIA	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Intercâmbio	5,4	7,9	4,2	6,0	7,1	5,9	5,5	6,8	4,6
Exportações	3,7	4,6	2,8	4,1	4,2	3,1	2,9	3,8	2,4
Importações	1,7	3,3	1,4	1,9	2,9	2,7	2,6	2,9	2,2
Saldo	2,0	1,3	1,4	2,2	1,3	0,4	0,3	0,9	0,2

Informação elaborada em 24 de fevereiro de 2016, por Igor Abdalla Medina de Souza. Revisada por Maurício da Costa Carvalho Bernardes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

VLADIMIR PUTIN
Presidente



NASCEU EM 7/10/1952, EM LENINGRADO (HOJE SÃO PETERSBURGO). GRADUOU-SE EM DIREITO, PELA UNIVERSIDADE ESTATAL DE LENINGRADO, EM 1975.

No mesmo ano, ingressou na KGB (Comitê para a Segurança do Estado), órgão ao qual serviu, entre 1985 e 1990, em Dresden, na República Democrática Alemã - RDA. Após o colapso da RDA, retornou a Leningrado, onde trabalhou na Universidade Estatal. Em junho de 1991, o Prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak, nomeou-o para a chefia da Comissão de Relações Exteriores da prefeitura.

Em 1996, após a derrota eleitoral de Sobchak, Putin transferiu-se para Moscou, onde passou a trabalhar como Vice-Diretor do Departamento de Administração das Propriedades da Presidência e, em seguida, como Vice-Chefe de Gabinete da Presidência. Em julho de 1998, o Presidente Yeltsin tornou-o Diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB) e, em agosto de 1999, nomeou-o Primeiro-Ministro. Com a renúncia de Yeltsin em 31/12/1999, tornou-se Presidente em exercício e, em março de 2000, venceu as eleições presidenciais, com 53% dos votos.

Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país e pelo fortalecimento do poder central. Impedido constitucionalmente de disputar um terceiro mandato em 2008, Putin lançou a candidatura de Dmitri Medvedev, que venceu com 71% dos votos. Durante o mandato de Medvedev, Putin voltou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. Apesar do surgimento de grandes manifestações populares de oposição, Putin voltou a eleger-se Presidente em março de 2012, com 63% dos votos.

DMITRI MEDVEDEV
Primeiro-Ministro



Nasceu em 14/12/1965, em São Petersburgo, e graduou-se em Direito pela Universidade de Leningrado, em 1987. Iniciou sua atividade política na primeira metade dos anos 90 como assessor do Prefeito de São Petersburgo, Anatoly Sobchak. Nesse contexto, conheceu Vladimir Putin, de quem se tornou assessor direto na Comissão de Relações Exteriores da prefeitura de São Petersburgo.

Em 1999, após a renúncia de Boris Yeltsin e a assunção de Putin como Presidente provisório, Medvedev foi alçado ao Gabinete presidencial. Em 2000, foi diretor da primeira campanha presidencial de Putin e tornou-se membro do Conselho Executivo da Gazprom (em 2002, assumiria a Direção-Geral da companhia). Em 2005, foi designado Vice-Primeiro Ministro. Em 2008, com o apoio de Putin (impedido de candidatar-se a uma segunda reeleição consecutiva), elegeu-se Presidente pelo partido governista, com 71% dos votos. Conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, no mesmo ano, e levou o país à recuperação econômica após a crise financeira de 2008-2009. Foi com o Brasil um dos protagonistas na criação e consolidação dos BRICS e logrou concluir o processo de acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2011.

Com a eleição de Vladimir Putin à Presidência, foi nomeado, no dia 8 de maio de 2012, Primeiro-Ministro. É o principal articulador das tratativas com o Parlamento sobre reformas de modernização da economia e do aparato estatal.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 3 de outubro de 1828. Entre 1828 e 1917, foram mantidos laços formais, mas a distância geográfica, as dificuldades de comunicação e as próprias conjunturas históricas dos dois países não favoreceram uma maior aproximação. Após 1917, ano da Revolução Russa, as divergências ideológicas paralisaram as relações, que se viram interrompidas em duas ocasiões (1918-1945 e 1947-1961).

Em 1961, no Governo parlamentarista de Hermes Lima, e nos anos seguintes, na persistência da Guerra Fria, as relações vão desenvolver-se, sobretudo, no campo comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

O escopo do relacionamento começa a ampliar-se no contexto dos processos paralelos de redemocratização do Brasil e da abertura política da URSS, com a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. O principal marco político desse processo foi a visita do então Presidente José Sarney à URSS – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro –, em outubro de 1988. Com a derrocada do comunismo e o fim da URSS, o relacionamento bilateral intensificou-se e tornou-se mais próximo.

Em janeiro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a segunda visita de um Presidente brasileiro à Rússia, ocasião em que se instaurou a parceria estratégica entre os dois países. Em novembro de 2004, o Presidente Putin realizou a primeira visita de um Chefe de Estado russo ao Brasil. Durante essa visita, criou-se a Aliança Tecnológica Brasil-Rússia e estabeleceu-se a meta de elevar o comércio bilateral ao patamar de 10 bilhões de dólares. Dmitry Medvedev esteve no Brasil, como Presidente, em dezembro de 2008. O ex-Presidente Lula, por sua vez, visitou a Rússia em outubro de 2005 e em maio de 2010.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como "potência emergente" tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil, junto ao qual a Rússia desempenhou papel protagônico na criação do grupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A Rússia também tem defendido maior protagonismo dos BRICS, o que aumenta as perspectivas de cooperação com o Brasil.

A Senhora Presidenta da República realizou visita de Estado a Moscou nos dias 13-14 de dezembro de 2011, ocasião em que manteve reuniões com o Presidente do Governo Dmitri Medvedev em 13/12 e com o Presidente da Federação da Rússia Vladimir Putin em 14/12, data em que teve lugar, ainda, o II Fórum Empresarial Brasil-Rússia. O Presidente Vladimir Putin e a Senhora Presidenta da República realizaram visitas recíprocas, em 2014 e 2015, por conta das Cúpulas do BRICS em 2014 (Fortaleza) e 2015 (Ufá).

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo). Realizou-se, em Moscou, em setembro de 2015, a Sétima Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto

Nível de Cooperação (CAN). A reunião da CAN foi precedida da nona Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC) Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia.

O desenvolvimento da dimensão parlamentar do relacionamento bilateral atesta a maturidade da parceria estratégica brasileiro-russa. Os presidentes do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), participaram, no dia 8 de junho de 2015, do 1º Fórum Parlamentar do BRICS. Cabe registrar que, com vistas ao fortalecimento da cooperação parlamentar entre o Brasil e a Rússia, o então presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, realizou visita a Moscou e São Petersburgo em 2013.

O Brasil manteve postura positiva nas negociações para o acesso à OMC da Rússia, que apoiou a candidatura vitoriosa do Embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da organização. As duas partes têm reiterado o objetivo, anunciado originalmente por ocasião da visita do Presidente Putin ao Brasil, em 2004, de elevar o comércio bilateral a US$ 10 bilhões (o máximo a que se chegou foram US$ 7,9 bilhões em 2008).

Assuntos consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Moscou presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com um Consulado Honorário, sediado em São Petersburgo.

Estima-se haver cerca de 800 brasileiros estabelecidos na jurisdição da Embaixada. Não há, no momento, detentos brasileiros na Rússia.

O número de brasileiros residentes na Rússia tem crescido nos últimos quatro anos, devido à maior presença de estudantes brasileiros em universidades russas, especialmente nas cidades de Kursk e de Belgorod, próximas à fronteira com a Ucrânia.

Empréstimos e créditos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Federação da Rússia.

POLÍTICA INTERNA

No plano da política interna, o fim da URSS deu lugar a grandes distúrbios durante a década de 1990. Os principais marcos desse período foram a tentativa de golpe de Estado em 1993, a guerra civil na Chechênia e a grave crise econômica de 1998. Em resposta à tentativa de golpe, o então Presidente Yeltsin fez aprovar, ainda em 1993, nova Constituição que fortaleceu consideravelmente os poderes da Presidência (incluindo a prerrogativa de dissolver a Câmara Baixa do Parlamento).

De acordo com a Constituição de 1993, a Federação da Rússia é um Estado federal democrático com forma de governo republicana, em que vigora o princípio da separação de poderes. A Federação russa é composta de Repúblicas, territórios, regiões, cidades com status de Unidade da Federação (Moscou e São Petersburgo), regiões autônomas e áreas autônomas. Atualmente, a Federação da Rússia compõe-se de oitenta e três unidades. São titulares do Poder Público o Presidente, a Assembleia Federal (Conselho da Federação e Duma de Estado), o Governo e os tribunais da Federação da Rússia. O titular da soberania e única fonte de poder na Rússia, na expressão consagrada na Constituição Federal, é seu "povo multinacional". O russo é a língua oficial em todo o território da Federação Russa, e às Repúblicas constituintes é reconhecido o direito de estabelecer suas línguas oficiais, sem prejuízo da língua russa.

A Carta Magna de 1993 estruturou o Poder Legislativo em formato bicameral. A Câmara Alta do Parlamento é o Conselho da Federação, que se compõe de dois representantes de cada unidade federativa, perfazendo, atualmente, o total de 166 membros. São eleitos de forma indireta (um pelo Poder Legislativo da respectiva unidade, outro nomeado pelo Poder Executivo central, a referendo do Legislativo local) para mandatos cuja extensão varia segundo as legislações de cada unidade federativa. A Câmara Baixa do Parlamento é a Duma de Estado, que dispõe de 450 representantes eleitos diretamente para mandatos de cinco anos.

Com a renúncia de Yeltsin, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin tornou-se Presidente em exercício, vencendo as eleições presidenciais de março de 2000, com 53% dos votos. Em 2004, Putin foi reeleito com o apoio de 71% do eleitorado. Em contraposição à instabilidade política e socioeconômica dos anos 1990, seus dois primeiros mandatos foram marcados pelo fim da guerra na Chechênia, pela reestruturação e recuperação econômica do país (com fortalecimento do setor estatal e ênfase na exportação de recursos energéticos) e pelo fortalecimento do poder central.

Diante da proibição constitucional a sua candidatura a um terceiro mandato consecutivo, Putin favoreceu a escolha de Dmitri Medvedev como candidato presidencial do partido governante, o Rússia Unida, em 2008. Medvedev elegeu-se com 71% dos votos. Em sua gestão, buscou desenvolver projetos de cunho mais liberal, dando prioridade a programa de modernização da economia russa, de modo a reduzir sua dependência das exportações de petróleo e gás. Medvedev conduziu a Rússia à vitória no breve conflito com a Geórgia, em 2008, e levou o país à recuperação econômica após a eclosão da crise financeira internacional.

Em 7 de maio de 2012, Vladimir Putin assumiu a Presidência pela terceira vez, com 63,6% dos votos. A eleição deu-se em meio a protestos expressivos contra o sistema político vigente. Liderança incontrastável na Rússia, Putin goza de popularidade, sobretudo, entre os eleitores mais pobres, os habitantes das regiões industriais e produtoras de recursos minerais, e as populações muçulmanas e do extremo oriente. Em todos esses setores persiste o apelo de sua plataforma

nacionalista, que, apesar das críticas de setores mais liberais, logrou estancar a instabilidade dos anos 1990.

O ex-Presidente Dmitri Medvedev foi nomeado Primeiro-Ministro, em 8 de maio de 2012. Desde então, arrefeceram os grandes protestos do inverno setentrional. Paralelamente, o Governo fez aprovar leis que impõem maiores restrições à realização de grandes atos públicos e aumentam o controle sobre ONGs que recebem recursos do exterior.

Apesar da crise econômica derivada da queda dos preços do petróleo e das sanções econômicas, as ações da Rússia na Ucrânia e na Siria elevaram a popularidade do Presidente Putin a níveis históricos.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a posse de Vladimir Putin, em 2000, a política externa russa tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e confirmar seu status de grande potência. A política externa russa caracteriza-se (1) pela busca da preservação da influência de Moscou no espaço pós-soviético e regional; (2) pela retomada de relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental; (3) pelo equacionamento das diferenças que persistem com os EUA; (4) pela aproximação da Ásia como alternativa ao espaço europeu; (5) pela defesa do papel central do Conselho de Segurança das Nações Unidas em temas de paz e segurança internacionais, onde mantém estreita coordenação com a China; e (6) pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como o BRICS e o G-20.

Inicialmente, o país buscou preservar a percepção, abalada após o fim da URSS, de que a Rússia e os EUA permaneceriam as duas únicas superpotências globais, cooperando num diálogo inter pares. Essa orientação fortaleceu-se consideravelmente após o 11 de setembro de 2001. Putin foi o primeiro governante estrangeiro a conversar com George W. Bush após os ataques terroristas de 2001 e prontamente estabeleceu com ele ampla cooperação com vistas a derrocar o regime dos Talibãs, no Afeganistão (cooperação concretizada na influência exercida sobre os países pós-soviéticos da Ásia Central para que permitissem a instalação de bases e soldados norte-americanos; na aproximação da Aliança do Norte afegã aos norte-americanos, com o objetivo comum de derrocar os Talibãs; e na permissão de trânsito de suprimentos militares por espaço aéreo russo).

As ações de Washington foram gradualmente esfriando o diálogo com Moscou. Os marcos nesse processo foram a invasão do Iraque, os planos do Governo Bush de instalar escudo antimísseis na Europa Central, a persistente presença norte-americana na Ásia Central, as revoluções coloridas que derrubaram regimes afins a Moscou e a incorporação à OTAN dos três países bálticos. Tomada por sensação de estar crescentemente sitiada pelo Ocidente, a Rússia passou a assumir postura mais assertiva de denúncia do unilateralismo e de sua posição especial no seu exterior próximo. Antes da crise ucraniana que eclodiu em

novembro de 2013, o relacionamento com o ocidente passou por momentos de tensão durante a guerra da Geórgia (2008). EUA e Rússia vêm realizando esforço de equacionar suas diferenças desde o início do Governo Obama. Muito embora tenha havido êxitos nesse âmbito (assinatura de novo acordo bilateral de desarmamento e controle nuclear, o START-III), ainda persistem muitas diferenças, agravadas com os conflitos na Síria e na Ucrânia.

Na esteira do conflito ucraniano, consolidou-se na Rússia a noção de que chegou ao fim a era pós-Guerra Fria. A política externa russa depara-se com enormes desafios: (i) evitar o isolamento internacional; (ii) abrir ao país novos mercados exportadores; e (iii) garantir o influxo de capitais e tecnologias. A liderança russa confere especial valor à aproximação com a Ásia, especialmente com a China, para evitar o isolamento proposto pelos Estados Unidos e seus aliados.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2015, a União Econômica Eurasiática (Rússia, Cazaquistão e Belarus, com perspectiva de entrada da Armênia e do Quirguistão) é encarada como prioridade. A liderança russa encara seu projeto de integração como parte de um movimento mais amplo de reorientação do desenvolvimento do país em direção à Ásia, também chamado "pivot para o leste". O país também aposta na Organização de Cooperação de Xangai, que incorporará neste ano a Índia e o Paquistão, abrindo o caminho para se tornar o principal foro de desenvolvimento e segurança para a Ásia continental.

No contexto da crise com o Ocidente e das dificuldades econômicas que enfrenta o país, a associação como os parceiros do BRICS tem sido crescentemente valorizada pelo lado russo. A Rússia classifica o BRICS não apenas como um símbolo da tendência global rumo à multipolaridade, mas também como "o principal vetor" dessa tendência. A Rússia deseja transformar o BRICS em mecanismo mais robusto para tratar da agenda política e econômica mundial.

A Rússia enxerga a América Latina como um dos polos emergentes em uma ordem global policêntrica. A Rússia demonstra especial interesse no campo da cooperação militar e venda de material de defesa (Venezuela) e dos investimentos em produção de energia (Argentina), bem como infraestrutura (Nicarágua). No contexto das sanções sofridas e impostas pela Rússia, países como o Brasil e a Argentina ainda se mostram como opções para o fornecimento de commodities ao mercado russo. No campo político, tem-se reforçado as tradicionais relações com Cuba, Venezuela e Nicarágua.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Panorama econômico

Após registrar significativo crescimento econômico ao longo de dez anos consecutivos (1999 a 2008), a economia russa sofreu forte retração em 2009, em função, sobretudo, dos efeitos recessivos da crise financeira mundial. No biênio

2010-2011, a economia do país voltou a crescer a uma média em torno de 4,4% a.a., tendo fechado 2012 com expansão do PIB de 3,4%. Em 2013, todavia, a economia da Rússia voltou a perder dinamismo, crescendo apenas 1,3% em razão, particularmente, do fraco desempenho da demanda agregada. No que tange a 2014, a economia russa continuou perdendo dinamismo, uma vez que o crescimento de seu PIB ficou limitado a apenas 0,6%. O ano de 2015 foi caracterizado por forte decréscimo no nível de atividades, o que ficou evidenciado pelo comportamento do PIB russo, que sofreu retração de 3,8% no ano em questão. Nessas condições, o PIB nominal da Rússia limitou-se a US$ 1,24 trilhão. Mesmo assim, com essa cifra, a Rússia ocupou a 13ª posição entre as grandes economias mundiais, ao se ter a magnitude com PIB como elemento de mensuração. O PIB per capita, por sua vez, acompanhou o desempenho geral da economia russa limitando-se a US$ 8.4 mil em 2015. Como resultado, observou-se queda nos salários reais, que pressionou a demanda agregada por bens e serviços, o principal motor da economia russa nos últimos anos. A mais recente estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) sugere que o país continuará em marcha recessiva em 2016, quando deverá sofrer decréscimo de 0,6% em seu PIB. Para 2017, o país poderá alcançar expansão em torno de 1,0%.

Na visão de alguns analistas, as atuais dificuldades econômicas da Rússia não advêm de mera readequação da economia a preços mais baixos do petróleo. A este respeito, apontam para as deficiências de um modelo de crescimento baseado em atividades extrativistas que é, portanto, suscetível às variações do preço dos hidrocarbonetos e às turbulências da economia internacional, fato que pôde ser verificado na crise de 2009. Nessa linha, apontam para a conveniência de implantação de reformas profundas, que alarguem e diversifiquem a base da economia; criem segurança jurídica à inclusão de novos pequenos e médios empresários; elevem o volume total de investimentos e permitam o surgimento de inovações tecnológicas que gerem empregos de maior renda. De todo modo, é senso comum entre analistas a percepção de que, em médio prazo, a recuperação do preço do petróleo constitui fator fundamental para melhor equacionamento da economia russa.

Rússia - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

Discriminação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Variação real	4,30%	3,40%	1,30%	0,60%	-3,83%	-0,63%	1,00%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, outubro de 2015.

II – Comércio exterior total

As exportações russas de bens cresceram 10,6% nos últimos dez anos. Nessas condições, as vendas externas evoluíram de US$ 302 bilhões, em 2006, para o valor de US$ 334 bilhões, em 2015. Vale notar que, após atingir o patamar de US$ 527 bilhões em 2013, as vendas externas mostraram acentuada retração, em

sintonia com o gradativo desaquecimento nas cotações internacionais de petróleo e gás. Nessas condições, sobre a cifra de 2014, as exportações sofreram forte decréscimo de 33,0% em 2015. Em termos geográficos, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas globais da Rússia, no que tange aos resultados de 2015: Países Baixos (11,6% de participação); China (8,2%); Alemanha (7,4%); Itália (6,6%); Turquia (5,7%); Belarus (4,5%); Japão (4,3%). Salienta-se o elevado grau de complementaridade entre a oferta exportável russa e a demanda importadora da União Europeia, que absorveu 48% do total das vendas externas russas em 2015. O Brasil, por seu turno, foi o 34º país de destino para a oferta russa, com participação de 0,6% sobre o total de 2015. Com referência à estrutura da oferta, foram os seguintes os principais grupos de produtos da exportação global da Rússia, em 2015: combustíveis, gás e lubrificantes (50,6% do total geral); ferro fundido ferro ou aço (4,5%); adubos ou fertilizantes (2,6%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (2,4%); ouro e pedras preciosas (2,2%); alumínio (2,1%); madeira e carvão vegetal (1,9%); cereais (1,6%); cobre (1,3%); produtos químicos inorgânicos (1,1%). Conforme salientado, a forte predominância dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) nas vendas externas do país torna a economia vulnerável às oscilações dos preços internacionais das "commodities" energéticas.

Rússia - evolução do comércio exterior total - valores em US$ bilhões

Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2006	301,6	137,8	439,4	163,7
2007	352,3	199,7	552,0	152,5
2008	468,0	267,1	735,0	200,9
2009	301,8	170,8	472,6	131,0
2010	397,1	228,9	626,0	168,2
2011	517,0	306,1	823,1	210,9
2012	524,8	316,2	841,0	208,6
2013	527,3	314,9	842,2	212,3
2014	497,8	286,6	784,5	211,2
2015	333,5	177,3	510,8	156,2

Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, fevereiro de 2016.

Ao longo dos últimos dez anos, as importações russas de bens cresceram 28,6% uma vez que passaram de US$ 138 bilhões em 2006, para o nível de US$ 177 bilhões em 2015. Vale notar que, após atingir o pico de US$ 316 bilhões em 2012, as aquisições russas perderam dinamismo gradativamente sendo que, em 2015, sofreram forte decréscimo de 38,1% sobre a cifra análoga de 2014. O comportamento recente das aquisições externas guarda estreita relação com o atual quadro de desaquecimento da economia. O exame da matriz comercial mostra, ainda, que foram os seguintes os sete principais países fornecedores da demanda externa russa em 2015: China (19,2% de participação no total); Alemanha (11,2%); Estados Unidos (6,1%); Belarus (4,7%); Itália (4,6%); Japão (3,8%); França (3,3%). A União Europeia supriu 39% do total das aquisições externas da Rússia. O Brasil, com 1,6% de participação, foi o 15º fornecedor de bens à Rússia. Em relação à estrutura da demanda, foram os seguintes os principais grupos de

produtos da importação global da Rússia, em 2015: máquinas e aparelhos mecânicos (18,8% do total); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (11,6%); veículos e autopeças (7,3%); produtos farmacêuticos (4,7%); plásticos e manufaturas de plástico (4,2%); instrumentos médicos e de precisão (2,8%); obras de ferro ou aço (2,3%); frutas (2,1%). Na pauta importadora da Rússia predominam bens de maior intensidade tecnológica, a exemplo de instrumentos médicos e produtos farmacêuticos.

O resultado da balança comercial da Rússia é estruturalmente superavitário, em razão, sobretudo, das volumosas exportações de petróleo e gás natural. Em 2014, por exemplo, a Rússia manteve a terceira posição na listagem de países detentores de grandes superávits comerciais. No que diz respeito ao ano de 2015, o superávit russo em transações comerciais de bens limitou-se, porém, a US$ 156 bilhões, com retração de 26% sobre cifra da mesma base temporal do ano anterior.

III – Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US$ 4,386 bilhões para US$ 4,685 bilhões. Vale notar que, em 2015, o intercâmbio registrou forte queda de 31,6% em comparação a 2014. O decréscimo do comércio bilateral em 2015 deu-se tanto por conta da diminuição das exportações brasileiras quanto das importações originárias da Rússia. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Foram os seguintes os superávits brasileiros resultantes das trocas comerciais com a Rússia, no último triênio: US$ 298,1 milhões (2013); US$ 812,9 milhões (2014); US$ 243,5 milhões (2015). Em 2015, o saldo comercial registrou retração de 70,0% em comparação a 2014. A Rússia perdeu uma posição em relação ao ano anterior e foi o 17º parceiro comercial do Brasil, em 2015.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para o mercado russo mostraram pouco dinamismo e, portanto, decresceram 28,4%. Assim, em termos de valor, as exportações passaram de US$ 3,443 bilhões em 2006, para US$ 2,464 bilhões em 2015. As vendas, novamente diminuíram em 2015, com significativo decréscimo de 35,6% em relação a 2014. A retração das exportações para a Rússia no ano passado deu-se, basicamente, em razão da diminuição nos embarques brasileiros de carnes (-44,9%). Como resultado, a Rússia caiu do 12º lugar, em 2014, para a 20º posição em 2015, como mercado de destino para as exportações totais brasileiras. Os cinco principais grupos de produtos brasileiros destinados ao mercado russo, em 2015, foram: i) carnes e miudezas comestíveis (US$ 1,341 bilhão; equivalentes a 54,4% do total geral exportado); ii) açúcares (US$ 343,6 milhões; 14,0%); iii) soja (US$ 248,2 milhões; 10,1%); iv) tabaco e seus manufaturados (US$ 135,1 milhões; 5,5%); e v) produtos químicos orgânicos (US$ 91,7 milhões, equivalentes a 3,7% do total). Salienta-se que o Brasil foi o principal fornecedor de carnes ao mercado russo, detendo participação de 49%. Segundo o MDIC, os produtos básicos representaram 74% do total das exportações, seguidos

dos semimanufaturados, com 15%. Os produtos manufaturados tiveram sua participação limitada a 11%. Os dados do MDIC mostram, ainda, que 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo, no que diz respeito aos registros de 2015.

Evolução do intercâmbio comercial com a Rússia - US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	3.443	18,0%	2,50%	943	30,5%	1,03%	4.386	20,5%	1,91%	2.501
2007	3.741	8,7%	2,33%	1.710	81,4%	1,42%	5.451	24,3%	1,94%	2.031
2008	4.653	24,4%	2,35%	3.332	94,8%	1,93%	7.985	46,5%	2,39%	1.321
2009	2.869	-38,4%	1,87%	1.412	-57,6%	1,11%	4.281	-46,4%	1,52%	1.456
2010	4.152	44,7%	2,06%	1.910	35,3%	1,05%	6.062	41,6%	1,58%	2.242
2011	4.216	1,5%	1,65%	2.944	54,1%	1,30%	7.161	18,1%	1,48%	1.272
2012	3.141	-25,5%	1,29%	2.791	-5,2%	1,25%	5.932	-17,2%	1,27%	350,1
2013	2.974	-5,3%	1,23%	2.676	-4,1%	1,12%	5.650	-4,7%	1,17%	298,1
2014	3.829	28,7%	1,70%	3.016	12,7%	1,32%	6.846	21,2%	1,51%	812,7
2015	2.464	-35,6%	1,29%	2.221	-26,4%	1,30%	4.685	-31,6%	1,29%	243,5
Var. % 2006-2015	**-28,4%**		**--**	**135,6%**		**--**	**6,8%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias da Rússia aumentaram 135,6% passando de US$ 943,0 milhões em 2006, para alcançar US$ 2,221 bilhões em 2015. De 2014 para 2015 as compras, contudo, sofreram queda de 26,4% em função, particularmente, da retração nas importações de adubos e fertilizantes (-29,0%). A Rússia perdeu uma posição em relação ao ano de 2014 e foi o 19º fornecedor de mercadorias ao Brasil, em 2015. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Rússia, em 2015, foram: i) adubos (US$ 1,227 bilhão; equivalentes a uma participação de 55,2% do total); ii) alumínio e suas obras (US$ 359,6 milhões; 16,2%); iii) combustíveis minerais (US$ 223,4 milhões; 10,0%); iv) ferro fundido, ferro e aço (US$ 91,8 milhões; 4,1%), e v) borracha e suas obras (US$ 76,6 milhões; equivalentes a 3,5% do montante total). A pauta apresentou a seguinte estrutura, quanto ao fator agregado das mercadorias: produtos manufaturados (46% do total); semimanufaturados (44%); básicos (10%). A base importadora compreendeu 533 empresas brasileiras que efetivaram compras do mercado russo em 2015, segundo o MDIC.

IV – Cruzamento estatístico entre as pautas de exportação e importação

No campo da identificação de prováveis nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Rússia em 2015 mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH-6), os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no

mercado local, em princípio, foram os seguintes: i) automóveis e autopeças; ii) óxidos de alumínio; iii) pneus; iv) soja em grãos; v) fumo não manufaturado; vi) torneiras, para canalizações; vii) medicamentos; viii) carnes de bovino; ix) preparações alimentícias diversas; x) minérios de ferro.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Rússia - 2015 - US$ mil, fob

Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Rússia	Importações totais da Rússia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% do Brasil
Total geral			**2.464.430**	**177.292.663**	**191.134.325**	**174.828.233**	**1,4%**
1º	870323	Automóveis e autopeças	509	5.403.484	3.381.306	3.380.797	0,0%
2º	281820	Óxidos de alumínio	91.620	1.394.243	2.505.473	1.302.623	6,6%
3º	401110	Pneus para automóveis ônibus ou caminhões	662	835.993	738.726	726.196	0,1%
4º	120190	Soja em grãos	231.535	939.450	20.981.829	707.915	24,6%
5º	240120	Fumo não manufaturado	125.218	768.832	2.016.147	643.614	16,3%
6º	848180	Torneiras para canalizações	95	1.102.214	627.492	627.397	0,0%
7º	300490	Medicamentos	387	4.722.999	538.529	538.142	0,0%
8º	20230	Carnes de bovino	546.681	1.040.326	3.953.397	493.645	52,5%
9º	210690	Preparações alimentícias diversas	5.536	422.711	404.656	399.120	1,3%
10º	260111	Minérios de ferro	0	339.701	10.378.928	339.701	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(*) Exclusive petróleo e derivados, por razões específicas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1894	Morte de Alexandre III. Ascensão ao trono de Nicolau II.
1904	Guerra russo-japonesa.
1905	Início da Revolução Russa
1914	Primeira Guerra Mundial. A Rússia combate ao lado da França e do Reino Unido em defesa de sua aliada Sérvia.
1917	Revolução de Outubro. Fim da monarquia e implantação do socialismo. Armistício com a Alemanha. Início da guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças contrarrevolucionárias.
1921	Fim da Guerra Civil, com vitória do Exército Vermelho.
1922	Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
1923	Adoção de nova Constituição.
1924	Morte de Lênin. Stálin vence disputa pelo poder contra Trótski.
1929	Stálin torna-se ditador absoluto.
1936	Nova constituição outorgada por Stálin.
1937-1938	Auge da repressão stalinista com os Grandes Expurgos.
1939	Assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov de não-agressão com a Alemanha. Início da Segunda Guerra Mundial.
1939 – 1941	Invasão da URSS pela Alemanha.
1945	Vitória na Segunda Guerra Mundial. Ocupação de Berlim e da Europa Oriental pelo Exército Vermelho. Stálin participa das conferências de Yalta e Potsdam, que dividem a Europa em zonas de influência ocidental e soviética.
1949	A União Soviética cria o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) juntamente com países de orientação socialista.
1953	Morte de Stálin e ascensão de Khrushchev.
1955	Assinatura do Pacto de Varsóvia, aliança militar que congregava a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Polônia, a Romênia, a Albânia e a Tchecoslováquia.
1956	20º Congresso do Partido Comunista da URSS. Discurso secreto de Khrushchev. Início da *coexistência pacífica* com o Ocidente.
1957	Lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik*.
1962	Crise dos mísseis de Cuba.
1964	Ascensão de Leonid Brezhnev.
1979	Invasão do Afeganistão pela URSS.
1982	Morte de Brezhnev.
1985	Assume Mikhail Gorbachev.
1986	Gorbachev lança a *glasnost* e a *perestroika*.
1989	Eleições livres para a escolha do Congresso dos Deputados do Povo.
1991	Golpe de Estado malogrado contra Gorbachev. Em 26 de dezembro,

	a URSS é dissolvida. A Rússia ressurge como Estado independente.
1994	Primeira Guerra da Chechênia
1999	Vladimir Putin assume o cargo de Primeiro-Ministro. Segunda Guerra da Chechênia.
2000	Putin assume a presidência da Federação da Rússia.
2004	Putin é reeleito a Presidente da Federação da Rússia.
2008	Eleição à presidência de Dmitri Medvedev. Conflito com a Geórgia. Reconhecimento, pela Rússia, da independência das regiões georgianas separatistas da Ossétia do Sul e Abcázia.
2012	Putin é eleito, pela terceira vez, Presidente da Federação da Rússia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1828	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1917	Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento do governo de Vladimir Lênin.
1945	Restabelecimento de relações diplomáticas.
1947	Novo rompimento de relações diplomáticas.
1961	Restabelecimento de relações diplomáticas.
1985	Visita do Presidente José Sarney à URSS, a primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro à Rússia.
1997	Constituição da Comissão Mista Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.
2002	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia. Criação da Parceira Estratégica.
2004	Visita do Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva à Rússia.
2004	Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil. Primeira visita de um Chefe de Estado da Federação da Rússia ao País.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia.
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov
2008	Visita do Presidente Dmitri Medvedev ao Brasil
2010	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Rússia
2010	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia
2011	Visita do Vice-Presidente da República Michel Temer à Rússia
2011	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, à Rússia
2012	Visita da Presidenta da República Dilma Rousseff à Rússia.

2013	Visita do Primeiro Ministro da Rússia Dmitri Medvedev ao Brasil.
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, ao Brasil
2013	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à Rússia.
2013	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Rússia.
2014	Visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil.
2015	Visita do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, à Rússia.
2015	Visita do Vice-Presidente da República Michel Temer à Rússia.
2015	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Rússia, Ufá.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação no DOU
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Consulados-Gerais	20/11/1992	20/11/1992	27/11/1992
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/01/1993	07/09/1995	08/11/1995
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares	06/06/1994	06/06/1994	22/06/1994
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Pessoal das Respectivas Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Comerciais	27/07/1994	27/07/1994	-
Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	27/03/1996	27/08/1998
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação de Consulado-Geral na Cidade de São Paulo	14/07/1995	14/07/1995	02/08/1995
Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	21/11/1997	30/09/1999	19/01/2000
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	21/11/1997	25/07/1999	03/09/1999
Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	21/11/1997	13/08/2002	15/10/2002
Acordo sobre Cooperação na Área da Proteção da Saúde	23/04/1999	19/10/2000	21/11/2000

Animal			
Tratado sobre Relações de Parceria	22/06/2000		18/09/2002
Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	22/06/2000		26/06/2002
Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo	12/12/2001	12/12/2007	20/03/2008
Tratado de Extradição	14/01/2002	01/01/2007	03/07/2007
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	22/11/2004	Tramitação CC	
Acordo de Cooperação na Área da Cultura Física e Esporte	22/11/2004	22/11/2004	27/04/2005
Acordo sobre Proteção Mútua de Tecnologia Associada à Cooperação na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	14/12/2006	Em promulgação	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.	13/08/2008	Em promulgação	
Acordo entre o Brasil e a Rússia para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Nacionais da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia	26/11/2008	07/06/2010	26/08/2010
Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre	26/11/2008	Em promulgação	-

Cooperação Técnico-Militar			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral	14/05/2010	Em Tramitação no Executivo	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação	14/05/2010	Tramitação CC	
Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	14/05/2010	Em vigor	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa	14/12/2012	Tramitação MRE	-

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

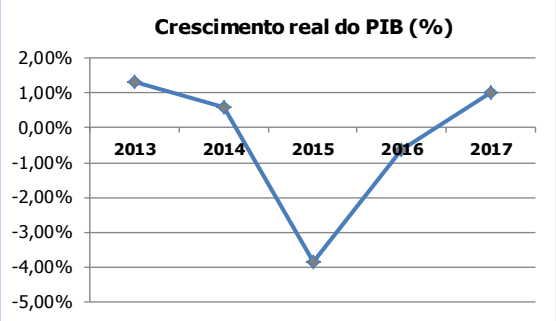
Principais Indicadores Socioeconômicos da Rússia

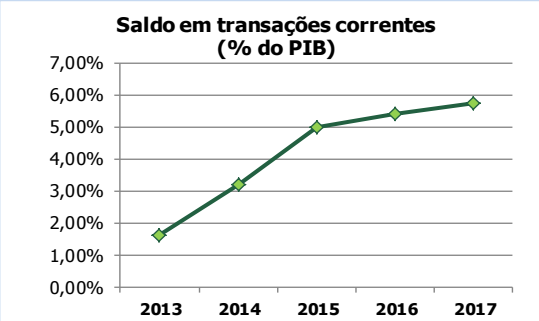
Indicador	2013	2014	2015(1)	2016(1)	2017(1)
Crescimento real do PIB (%)	1,30%	0,60%	-3,83%	-0,63%	1,00%
PIB nominal (US$ trilhões)	2,08	1,86	1,24	1,18	1,31
PIB nominal "per capita" (US$)	14.468	12.718	8.447	8.058	8.949
PIB PPP (US$ trilhões)	3,50	3,58	3,47	3,49	3,59
PIB PPP "per capita" (US$)	24.343	24.449	23.744	23.876	24.535
População (milhões de habitantes)	143,70	146,30	146,30	146,30	146,30
Desemprego (%)	5,50%	5,20%	5,96%	6,50%	6,00%
Inflação (%)(2)	6,47%	11,35%	13,50%	8,50%	6,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,64%	3,20%	5,01%	5,42%	5,73%
Dívida externa (US$ bilhões)	726,58	599,06	496,00	454,27	470,52
Câmbio (Rb / US$)(2)	32,73	56,26	67,01	64,26	60,35
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			4,2%		
Indústria			35,8%		
Serviços			60,0%		

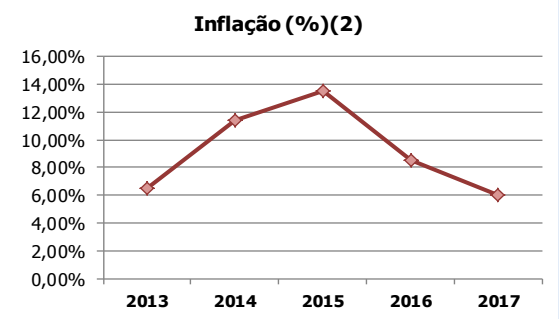
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Decembre 2015.

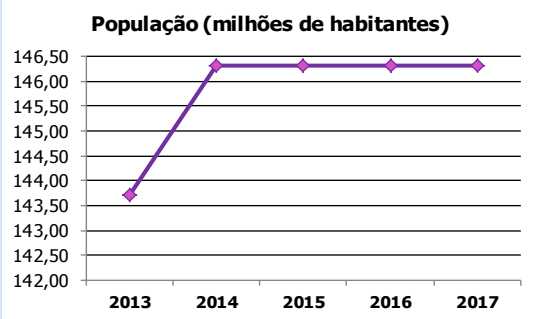
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.





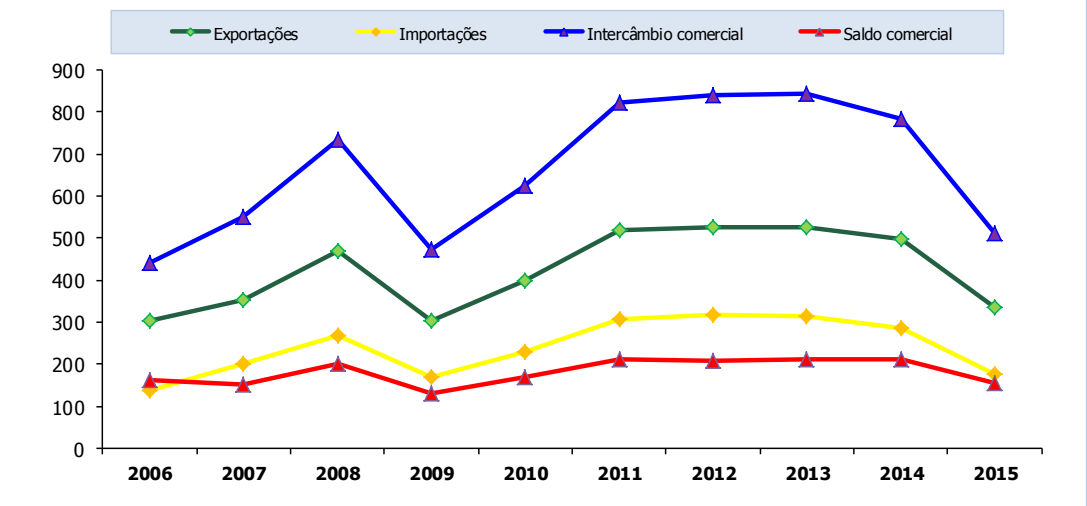




Evolução do Comércio Exterior da Rússia
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	302	24,9%	138	39,6%	439	29,2%	164
2007	352	16,8%	200	44,9%	552	25,6%	153
2008	468	32,9%	267	33,7%	735	33,2%	201
2009	302	-35,5%	171	-36,0%	473	-35,7%	131
2010	397	31,6%	229	34,0%	626	32,4%	168
2011	517	30,2%	306	33,7%	823	31,5%	211
2012	525	1,5%	316	3,3%	841	2,2%	209
2013	527	0,5%	315	-0,4%	842	0,1%	212
2014	498	-5,6%	287	-9,0%	784	-6,9%	211
2015	334	-33,0%	177	-38,1%	511	-34,9%	156
Var. % 2006-2015	**10,6%**	**--**	**28,6%**	**--**	**16,3%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

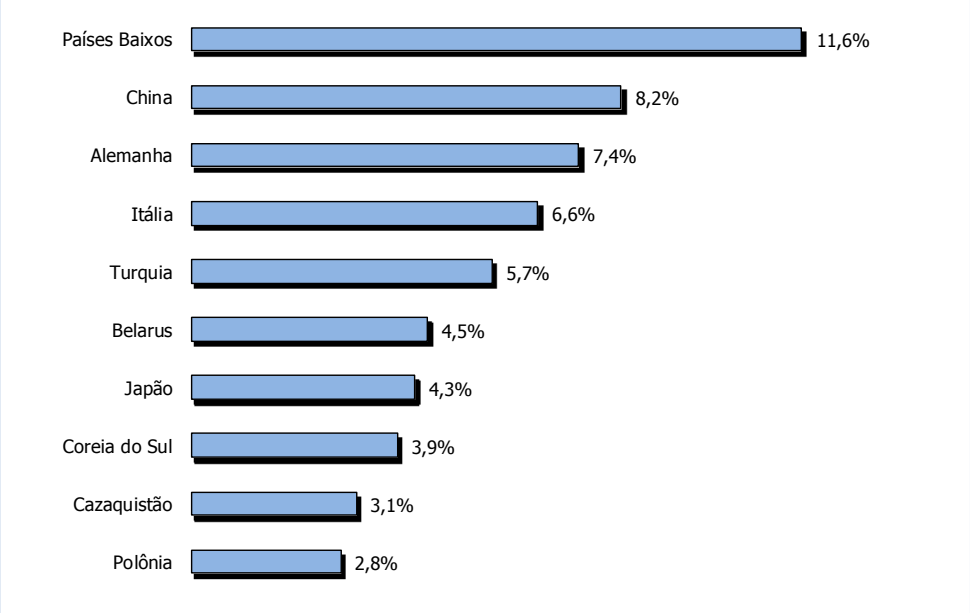


Direção das Exportações da Rússia
US$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
Países Baixos	38,7	11,6%
China	27,3	8,2%
Alemanha	24,6	7,4%
Itália	22,0	6,6%
Turquia	19,1	5,7%
Belarus	15,0	4,5%
Japão	14,2	4,3%
Coreia do Sul	13,1	3,9%
Cazaquistão	10,5	3,1%
Polônia	9,5	2,8%
...		
Brasil (34ª posição)	***1,9***	***0,6%***
Subtotal	**195,9**	**58,7%**
Outros países	**137,6**	**41,3%**
Total	**333,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

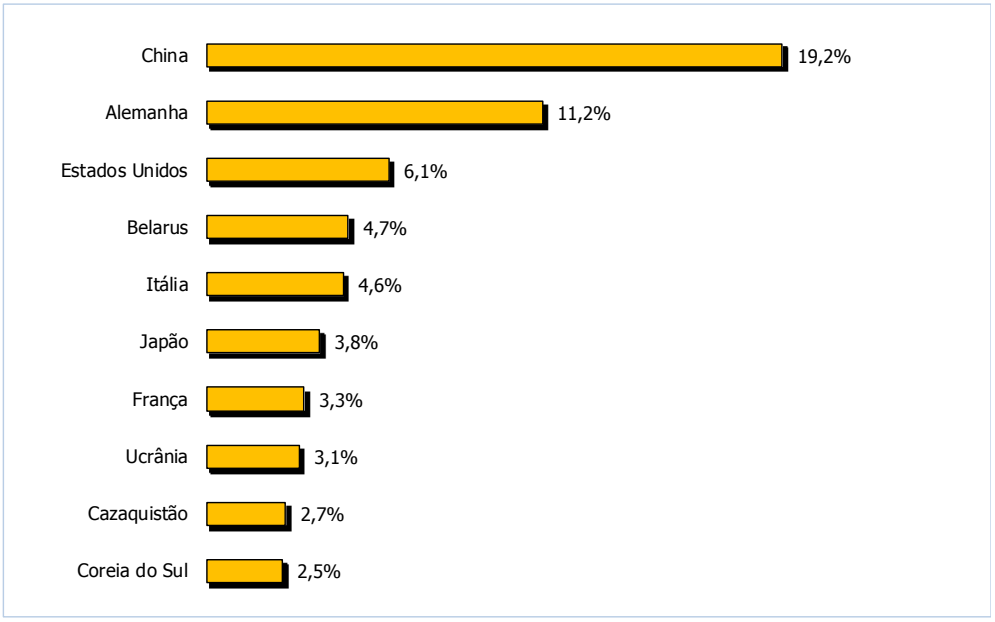


Origem das Importações da Rússia
US$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
China	34,1	19,2%
Alemanha	19,9	11,2%
Estados Unidos	10,8	6,1%
Belarus	8,4	4,7%
Itália	8,1	4,6%
Japão	6,7	3,8%
França	5,8	3,3%
Ucrânia	5,5	3,1%
Cazaquistão	4,7	2,7%
Coreia do Sul	4,5	2,5%
...		
Brasil (15ª posição)	***2,8***	***1,6%***
Subtotal	**111,3**	**62,8%**
Outros países	**66,0**	**37,2%**
Total	**177,3**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais origens das importações

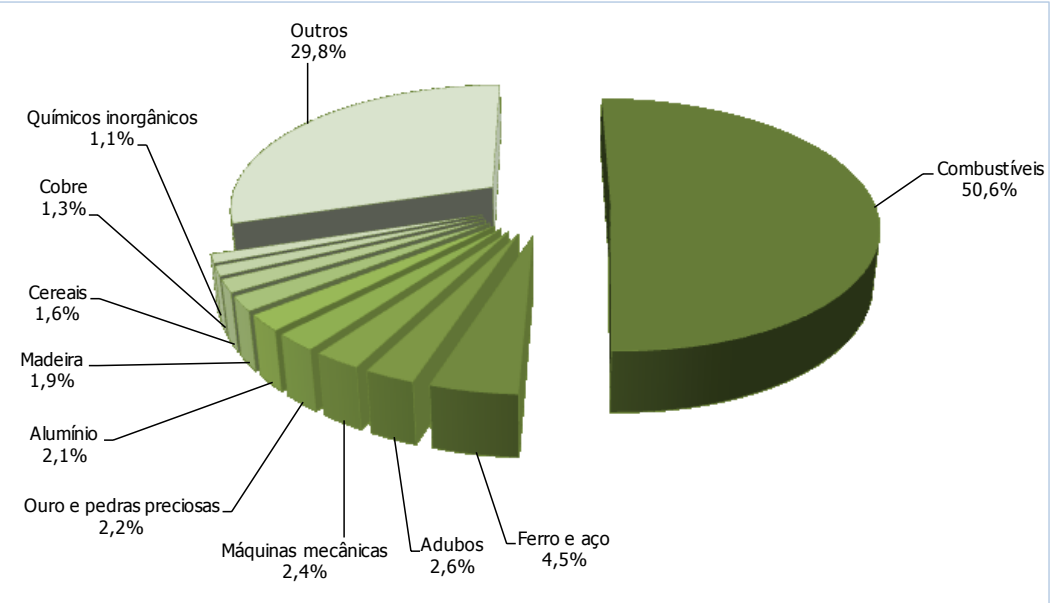


Composição das exportações da Rússia
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2015	Part.% no total
Combustíveis	168,7	50,6%
Ferro e aço	14,9	4,5%
Adubos	8,6	2,6%
Máquinas mecânicas	8,1	2,4%
Ouro e pedras preciosas	7,4	2,2%
Alumínio	6,9	2,1%
Madeira	6,2	1,9%
Cereais	5,5	1,6%
Cobre	4,2	1,3%
Químicos inorgânicos	3,7	1,1%
Subtotal	**234,2**	**70,2%**
Outros	**99,3**	**29,8%**
Total	**333,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

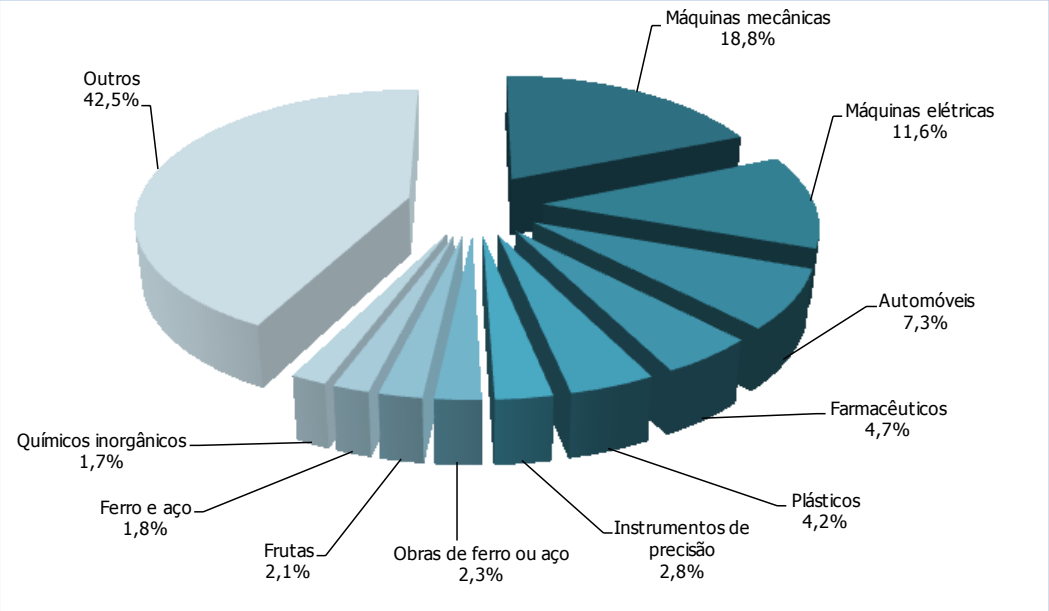


Composição das importações da Rússia
US$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Máquinas mecânicas	33,4	18,8%
Máquinas elétricas	20,6	11,6%
Automóveis	12,9	7,3%
Farmacêuticos	8,4	4,7%
Plásticos	7,5	4,2%
Instrumentos de precisão	5,0	2,8%
Obras de ferro ou aço	4,0	2,3%
Frutas	3,8	2,1%
Ferro e aço	3,2	1,8%
Químicos inorgânicos	3,1	1,7%
Subtotal	**101,9**	**57,5%**
Outros	**75,4**	**42,5%**
Total	**177,3**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

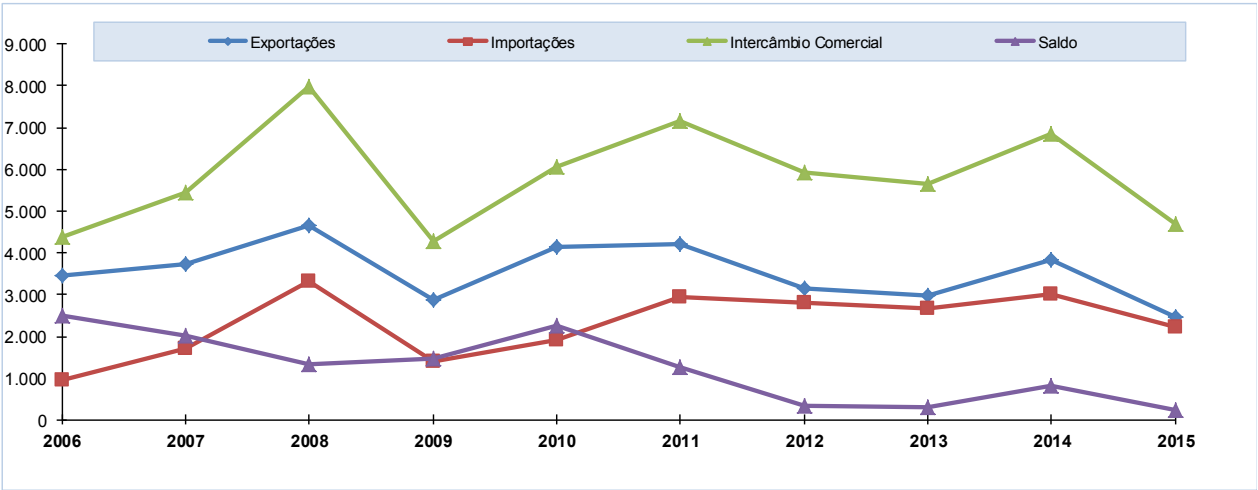
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Rússia
US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	3.443	18,0%	2,50%	943	30,5%	1,03%	4.386	20,5%	1,91%	2.501
2007	3.741	8,7%	2,33%	1.710	81,4%	1,42%	5.451	24,3%	1,94%	2.031
2008	4.653	24,4%	2,35%	3.332	94,8%	1,93%	7.985	46,5%	2,39%	1.321
2009	2.869	-38,4%	1,87%	1.412	-57,6%	1,11%	4.281	-46,4%	1,52%	1.456
2010	4.152	44,7%	2,06%	1.910	35,3%	1,05%	6.062	41,6%	1,58%	2.242
2011	4.216	1,5%	1,65%	2.944	54,1%	1,30%	7.161	18,1%	1,48%	1.272
2012	3.141	-25,5%	1,29%	2.791	-5,2%	1,25%	5.932	-17,2%	1,27%	350
2013	2.974	-5,3%	1,23%	2.676	-4,1%	1,12%	5.650	-4,7%	1,17%	298
2014	3.829	28,7%	1,70%	3.016	12,7%	1,32%	6.846	21,2%	1,51%	813
2015	2.464	-35,6%	1,29%	2.221	-26,4%	1,30%	4.685	-31,6%	1,29%	244
2016 (janeiro)	107	-24,5%	0,95%	109	-50,0%	1,06%	216	-40,0%	1,00%	-2
Var. % 2006-2015	**-28,4%**	**--**		**135,6%**	**--**		**6,8%**	**--**		**n.c.**

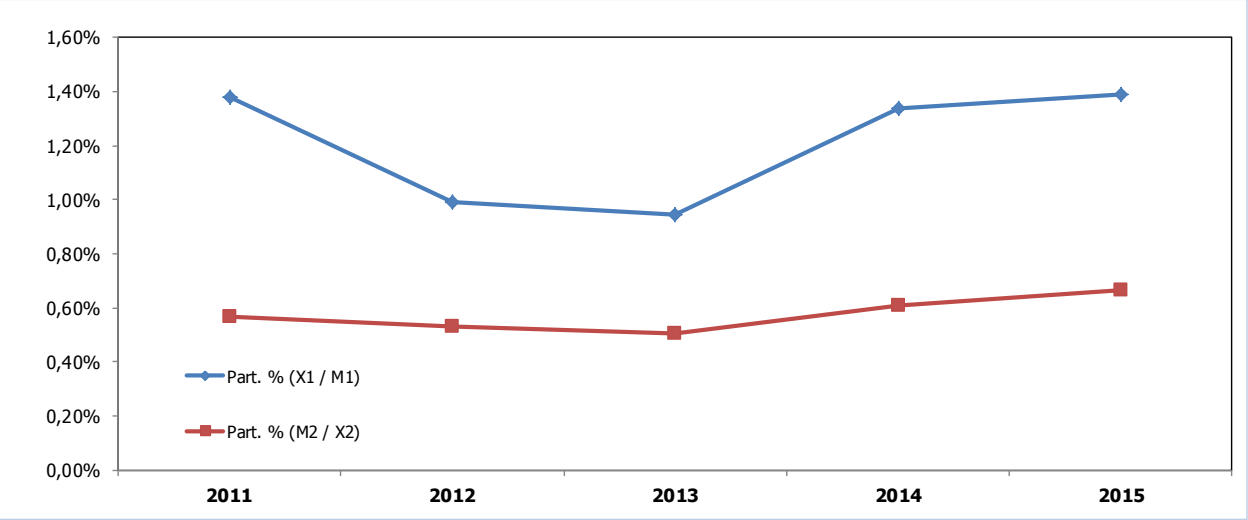
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Rússia
US$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Rússia (X1)	4.216	3.141	2.974	3.829	2.464	-41,5%
Importações totais da Rússia (M1)	306.091	316.193	314.945	286.649	177.293	-42,1%
Part. % (X1 / M1)	1,38%	0,99%	0,94%	1,34%	1,39%	0,9%
Importações do Brasil originárias da Rússia (M2	2.944	2.791	2.676	3.016	2.221	-24,6%
Exportações totais da Rússia (X2)	516.993	524.766	527.266	497.834	333.502	-35,5%
Part. % (M2 / X2)	0,57%	0,53%	0,51%	0,61%	0,67%	16,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações da Rússia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

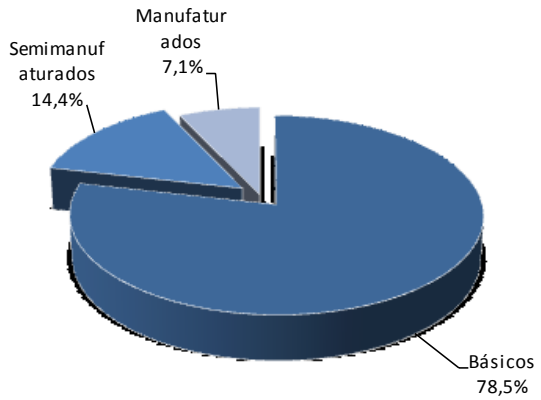


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

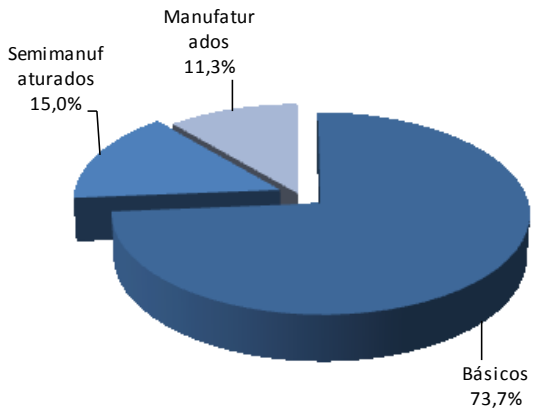
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)

2014

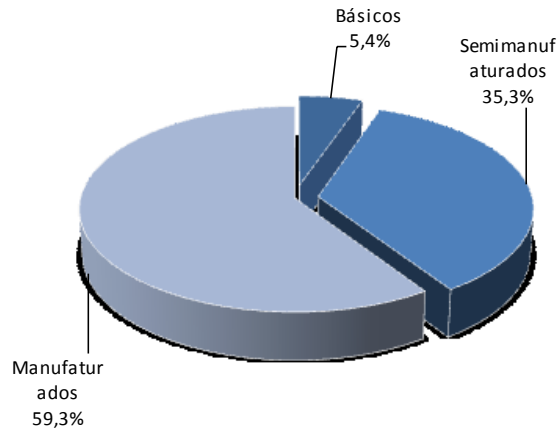


2015

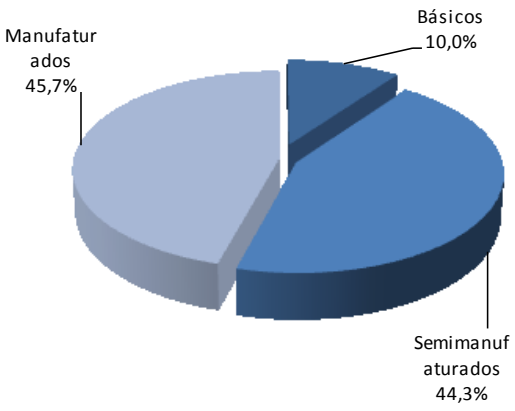


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

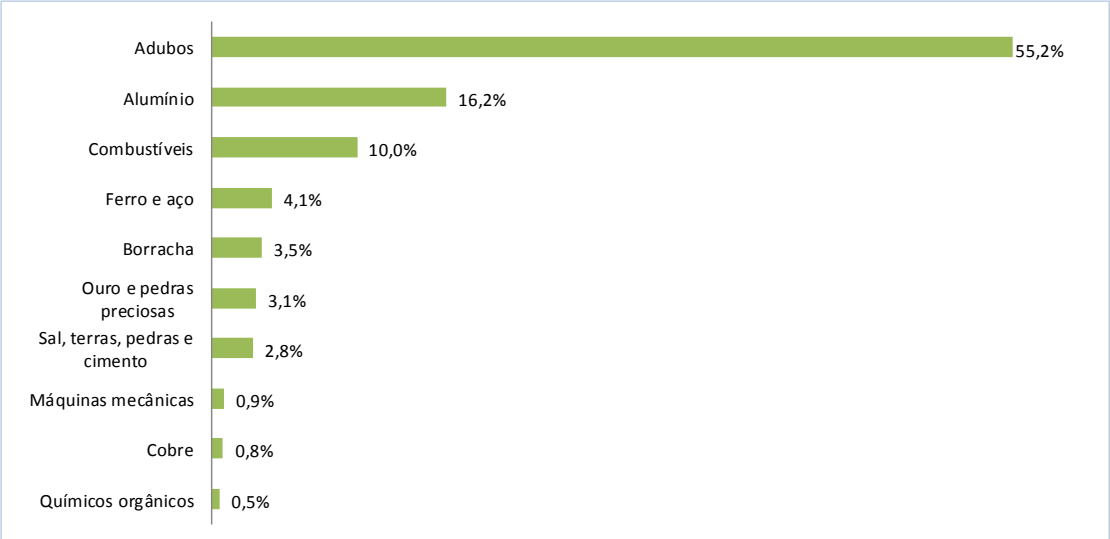
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das importações brasileiras originárias da Rússia
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	1.741	65,1%	1.729	57,3%	1.227	55,2%
Alumínio	16	0,6%	375	12,4%	360	16,2%
Combustíveis	381	14,2%	404	13,4%	223	10,0%
Ferro e aço	147	5,5%	126	4,2%	92	4,1%
Borracha	141	5,3%	122	4,0%	77	3,5%
Ouro e pedras preciosas	93	3,5%	41	1,4%	68	3,1%
Sal, terras, pedras e cimento	53	2,0%	54	1,8%	63	2,8%
Máquinas mecânicas	3	0,1%	3	0,1%	19	0,9%
Cobre	0	0,0%	0	0,0%	18	0,8%
Químicos orgânicos	16	0,6%	20	0,7%	12	0,5%
Subtotal	**2.591**	**96,8%**	**2.874**	**95,3%**	**2.159**	**97,2%**
Outros produtos	**85**	**3,2%**	**142**	**4,7%**	**62**	**2,8%**
Total	**2.676**	**100,0%**	**3.016**	**100,0%**	**2.221**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

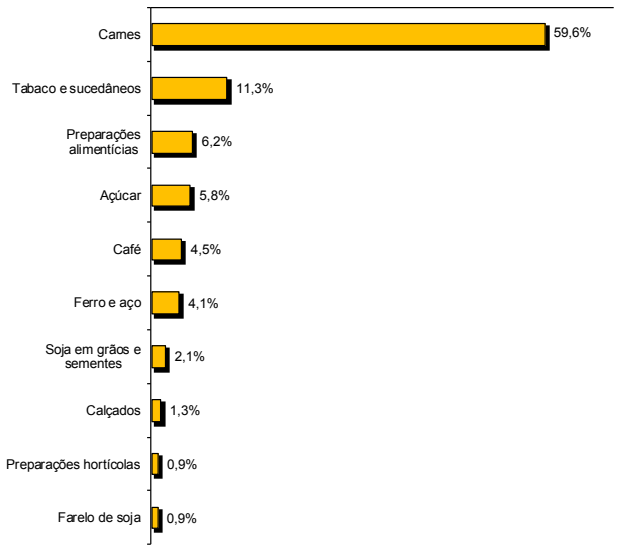
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

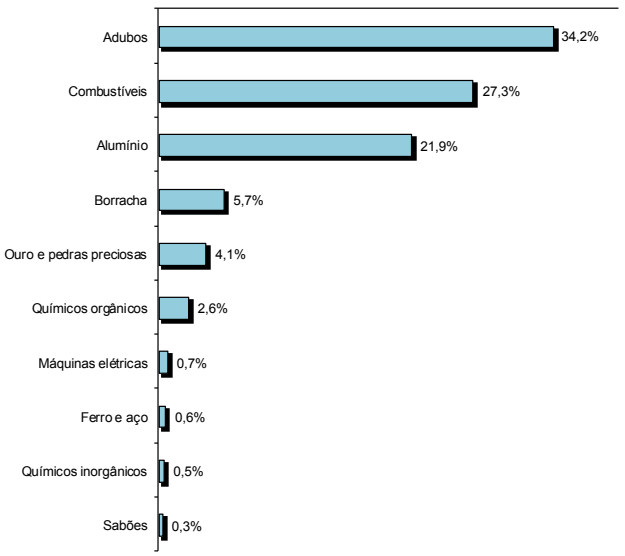
Grupos de Produtos	2015 (janeiro)	Part. % no total	2016 (janeiro)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	65,5	46,3%	63,7	59,6%
Tabaco e sucedâneos	4,4	3,1%	12,1	11,3%
Preparações alimentícias	5,3	3,7%	6,6	6,2%
Açúcar	26,2	18,5%	6,2	5,8%
Café	9,1	6,4%	4,8	4,5%
Ferro e aço	0,0	0,0%	4,4	4,1%
Soja em grãos e sementes	10,4	7,4%	2,2	2,1%
Calçados	4,2	3,0%	1,4	1,3%
Preparações hortícolas	0,2	0,1%	0,9	0,9%
Farelo de soja	0,5	0,4%	0,9	0,9%
Subtotal	**125,8**	**88,9%**	**103,2**	**96,6%**
Outros produtos	**15,7**	**11,1%**	**3,6**	**3,4%**
Total	**141,5**	**100,0%**	**106,8**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016



Grupos de Produtos	2015 (janeiro)	Part. % no total	2016 (janeiro)	Part. % no total
Importações				
Adubos	108,1	49,5%	37,4	34,2%
Combustíveis	26,1	12,0%	29,8	27,3%
Alumínio	39,1	17,9%	23,9	21,9%
Borracha	5,7	2,6%	6,2	5,7%
Ouro e pedras preciosas	9,1	4,2%	4,5	4,1%
Químicos orgânicos	2,1	1,0%	2,8	2,6%
Máquinas elétricas	0,3	0,2%	0,8	0,7%
Ferro e aço	8,5	3,9%	0,7	0,6%
Químicos inorgânicos	0,3	0,2%	0,5	0,5%
Sabões	0,4	0,2%	0,4	0,3%
Subtotal	**199,8**	**91,5%**	**106,9**	**97,9%**
Outros produtos	**18,5**	**8,5%**	**2,3**	**2,1%**
Total	**218,3**	**100,0%**	**109,2**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016

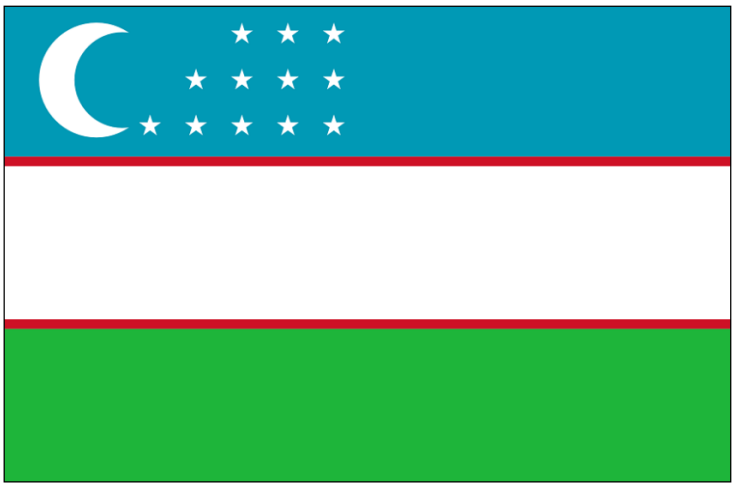


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania
Divisão da Ásia Central

UZBEQUISTÃO

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2016







DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Uzbequistão
CAPITAL	Tashkent
ÁREA	447.400 km²
POPULAÇÃO	31.025.500 habitantes (2015)
IDIOMAS	Uzbeque (oficial), russo, tadjique, caracalpaque
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (90%), cristã ortodoxa (5%) e outras (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Islam Karimov (desde 1991)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Abdulaziz Kamilov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2014)	US$ 62,61 bilhões
PIB PPP (2014)	US$ 172,3 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2014)	US$ 2.046,00
PIB PPP PER CAPITA (2014)	US$ 5.320,00
CRESCIMENTO DO PIB (2014)	7,5 %
TAXA DE DESEMPREGO (2014)	10,7%
MOEDA	Som Uzbeque
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	73 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2014)	99,4%
IDH (2014)	0.654
EMBAIXADOR NO BRASIL	Bakhtyiar Gulyamov (residente em Washington)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Antônio José Valim Guerreiro (cumulativa com Moscou)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MILHÕES)

Brasil→ Uzbequistão	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016 (Jan-Mar)**
Intercâmbio	**8,01**	**14,36**	**13,77**	**20,72**	**10,89**	**22,84**	**46,97**	**18,15**	**12,42**	**12,16**
Exportações	6,75	7,66	11,71	19,65	8,36	20,87	46,61	16,92	9,96	12,16
Importações	1,26	6,70	2,06	1,07	2,53	1,97	0,36	1,22	2.46	0
Saldo	5,49	0,96	9,65	19,58	5,83	18,90	46,25	15,70	7,5	13,16

APRESENTAÇÃO

O Uzbequistão é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. Sem costa marítima, é limitado ao norte pelo Cazaquistão, a leste pelo Quirguistão e pelo Tajiquistão, ao sul pelo Afeganistão e o Turcomenistão e a oeste também pelo Turcomenistão. Além do território principal, inclui os enclaves de Sokh e de Iordan, no Quirguistão. Sua capital é a cidade de Tashkent.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Islam Karimov

Presidente



Nasceu em 1938 (78 anos), em Samarkanda, Uzbequistão. Graduou-se em Engenharia e Economia pelo Instituto Politécnico da Ásia Central e no Instituto de Tashkent de Economia Nacional, respectivamente.

De 1961 a 1966, foi Coordenador do complexo de aviação de Chkalov em Tashkent. Em 1966, ingressou no Escritório do Planejamento de Estado da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em 1983, foi nomeado Ministro das Finanças do Uzbequistão Soviético. Em 1986, foi Presidente adjunto do Conselho de Ministros do Uzbequistão Soviético. De 1986 a 1989, foi Primeiro-Secretário do Comitê Provincial de Kashkadarya. Em 1989, tornou-se Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Comunista do Uzbequistão.

Em 1990, tornou-se Presidente da República Socialista Soviética do Uzbequistão e, em dezembro de 1991, foi eleito Presidente do Uzbequistão independente. Em 1995, seu mandato foi estendido até 2000, por meio de referendo nacional. Foi reeleito Presidente em 2000, 2007 e 2015.

Abdulaziz Kamilov

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1947 (69 anos), em Yangiyul, Uzbequistão. Graduou-se na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Exteriores da União Soviética.

Em 1976, foi Secretário na Embaixada da União Soviética no Líbano. De 1980 a 1984, foi Secretário na Embaixada da União Soviética na Síria. De 1984 a 1988, trabalhou no Departamento do Oriente Médio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

De 1991 a 1992, foi Conselheiro da Embaixada do Uzbequistão na Rússia. De 1992 a 1994, foi Vice-Presidente do Serviço Nacional de Segurança da República do Uzbequistão. Em 1994, tornou-se Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1994, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. De 1998 a 2003, foi Reitor da Universidade da Economia e Diplomacia Mundiais.

Em 2003, foi Assessor do Presidente da República e tornou-se Embaixador do Uzbequistão nos EUA. Em 26 de maio de 2008, na condição de Embaixador do Uzbequistão residente em Washington, apresentou cópias figuradas de suas credenciais ao Chefe do Cerimonial do Itamaraty, sendo o primeiro Embaixador uzbeque acreditado no Brasil. Em 2010, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e, em 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No final dos anos 2000, houve um aprofundamento do diálogo bilateral, com visitas de diversas autoridades, entre Embaixadores, Vice-Ministros, Ministros de Estado e, especialmente, a vinda ao Brasil do Presidente uzbeque Islam Karimov, em 2009. Naquela ocasião, foram assinados vários atos entre os dois países e entre algumas de suas instituições, a saber: os Acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação em Agricultura, de Cooperação Econômica e Comercial, de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Cooperação na Área do Esporte, de Cooperação Cultural, os Memorandos de Entendimento para Cooperação em Turismo, para a Promoção do Comércio e do Investimento, na Área de Recursos Minerais e sobre Consultas Políticas.

A I Reunião de Consultas Políticas Brasil – Uzbequistão realizou-se em Tashkent, em 2008.

Assuntos consulares

Não há estimativas sobre o número de residentes brasileiros no Uzbequistão e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político vigente no Uzbequistão é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões.

O Presidente Islam Karimov chegou ao poder ainda no período soviético (junho de 1989). Em fins de 1991, ano em que o país se tornou independente, o Partido Comunista uzbeque, dirigido por Karimov, foi renomeado Partido Popular Democrático do Uzbequistão. Por referendo de 1995, o mandato presidencial foi estendido até 2000. Naquele ano, Karimov venceu com ampla margem as eleições presidenciais, reelegendo-se em 2007 e 2015.

Nas eleições de 2015, Karimov venceu com 90,4% dos votos. O Presidente havia sido autorizado a concorrer a um quarto mandato por emenda constitucional de 2011. Anteriormente, a Constituição uzbeque só permitia dois mandatos presidenciais consecutivos.

As vagas no Gabinete de Ministros e principais posições governamentais são ocupadas por personalidades vinculadas ao Presidente, que, via de regra, permanecem por extensos períodos em suas funções ou revezam-se em seus cargos. O Presidente Karimov ainda não sinalizou qual seria o sucessor de sua preferência.

O Poder Legislativo é bicameral e constituído pelo Senado, também conhecido como Assembleia Suprema ou Oliy Majlis, e pela Câmara Legislativa, também conhecida como Assembleia Nacional. No Senado há 100 senadores, 84 dos quais são eleitos pelos conselhos regionais e 16 são indicados pelo Presidente da República. O mandato é de cinco anos. Na Câmara Legislativa há 150 deputados, dos quais 135 são eleitos por voto popular e 15 assentos são reservados para o partido Movimento Ecológico do Uzbequistão. O mandato na Câmara Legislativa também é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. O virtual desparecimento do Mar de Aral é um dos mais conhecidos problemas regionais.

A Ásia Central vem sendo afetada pelo reescalonamento da presença dos EUA no Afeganistão, uma vez que as tropas norte-americanas reduziram-se de um pico de 140 mil homens, no auge das operações contra o terrorismo naquele país, para 14 mil, em 2015. Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização

do Afeganistão, devido à sua localização geográfica, como vizinho ao Norte, e suas preocupações sobre eventual penetração do extremismo islâmico pela fronteira porosa entre os dois países.

O Presidente Karimov tem-se destacado na execução da estratégia de equilibrar as relações do país com as três principais potências que mais influenciam os acontecimentos na Ásia Central: os EUA, a Rússia e a China. A política externa uzbeque é vista, muitas vezes, como oscilante, nas alianças com essas potências, a fim de maximizar os ganhos para o país. Exemplo recente foi o anúncio, em janeiro, de transferência de equipamento militar sobressalente dos EUA para o Uzbequistão, incluindo cerca de 300 veículos blindados resistentes a minas. Apenas um mês antes, Karimov garantira quase um bilhão de dólares em perdão de dívidas do Uzbequistão junto à Rússia, sem com isso comprometer-se com propostas para a adesão do país à União Eurasiática, como deseja Moscou.

Em meados do ano passado, Karimov viajou a Pequim, onde reafirmou o objetivo de desenvolver uma parceria estratégica com os anfitriões e assinou acordos comerciais no valor de US$ 6 bilhões.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque. Isto ocorre, ao menos em parte, em prejuízo dos interesses russos, ainda que Moscou busque contrapor-se, no limite de suas possibilidades, a tal tendência. Essa transição de polos de atração para os quais está voltada a economia uzbeque é simbolizada pela exploração dos recursos de hidrocarbonetos do país. No início de fevereiro 2015, a gigante estatal russa Gazprom confirmou que irá reduzir suas importações de gás da Ásia Central, em resposta à menor demanda da Ucrânia e da União Europeia.

As importações de gás da Rússia, a partir do Uzbequistão, recuaram de 4,5 bilhões de metros cúbicos, em 2014, para 1 bilhão de metros cúbicos, em 2015. O volume que se tornará ocioso deverá ser mais que compensado pelo aumento das vendas para a China, já que, na sequência da inclusão do país na malha de gasodutos Ásia Central-China, em 2012, as estimativas de exportações para a superpotência asiática saltaram de 14 bilhões de metros cúbicos, em 2012, para cerca de 22 bilhões de metros cúbicos, em 2014.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.

A Ásia Central enfrenta o importante desafio - talvez o maior da história da região na era pós-URSS - de ter que lidar com cenário simultâneo de recessão na economia russa, queda dos preços internacionais do petróleo e do gás e desaceleração da economia chinesa. A economia uzbeque tem reagido a este quadro com a diminuição dos elevados índices de expansão econômica registrados, quase ininterruptamente, nas últimas duas décadas. Segundo o serviço oficial de estatísticas local, o país centro-asiático registrou um crescimento de 8,1% do PIB, em 2014. Consultorias independentes acreditam que essa taxa - refletindo a desaceleração já observada na maioria dos setores da economia uzbeque, bem como quedas dos preços das principais *commodities* de exportação do país no mercado internacional - deverá cair para 4% no ano corrente.

Contribui para essa situação a desaceleração da economia russa, responsável, por exemplo, por grande parte das exportações de veículos do Uzbequistão. Os efeitos da crise russa são sentidos também por intermédio dos mais de 3 milhões de trabalhadores migrantes, residentes na Rússia e responsáveis por remessas financeiras importantes para a economia local (cabe

observar que o serviço russo de estatísticas indica que, se levado em conta o número de trabalhadores indocumentados, o referido número de migrantes pode ser ainda superior). De acordo com dados do Banco Central russo, as remessas dos migrantes uzbeques caíram 43%, nos últimos três meses de 2014, comparativamente ao ano anterior. Caso persista ou se agrave a recessão na Rússia, a perspectiva de um retorno em massa dos trabalhadores migrantes poderia até mesmo ameaçar a estabilidade social, em face da dificuldade da economia do país de absorvê-los.

Com a queda do crescimento econômico, está previsto também o agravamento da situação fiscal. Há que se ter presente, porém, que o Uzbequistão ostentou, nos últimos anos, indicadores bastante positivos na área fiscal e no balanço de pagamentos, o que deverá auxiliá-lo a atravessar o período de menor dinamismo, com menores sobressaltos do que seria esperado. Deste modo, o superávit de cerca de 1,5% do PIB deverá dar lugar a um resultado fiscal neutro ou a um pequeno déficit, caso o governo decida combater as tendências de desaceleração, com políticas anticíclicas.

Em relação ao balanço de pagamentos, entende-se que haverá continuidade da progressiva erosão do superávit em conta corrente, que foi de 1,8%, em 2013, e de cerca de 1,5% do PIB, em 2014.

Há ainda questões relacionadas à cotação oficial do dólar e demais divisas internacionais e a moeda oficial (som). As restrições à troca de moeda estrangeira, até mesmo por taxas oficiais de câmbio, a utilização generalizada do mercado negro e o baixo nível de intermediação financeira e de desenvolvimento do sistema bancário local são problemas persistentes que o governo não tem conseguido equacionar.

Do mesmo modo, subsistem queixas generalizadas de que as estatísticas oficiais subestimam o verdadeiro nível da inflação. Segundo o FMI, o país encerrou 2014 com alta de preços ao consumidor acumulada de 11.7%, quase 4 pontos percentuais acima do índice aferido oficialmente pelo governo (7.9%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1991: Independência e eleição do Presidente Islam Karimov.

1995: Extensão do mandato presidencial até 2000 por meio de referendo popular.

2000: Reeleição do Presidente Karimov.

2002: O mandato presidencial é estendido por mais dois anos.

2007: Reeleição do Presidente Karimov

2015: Reeleição do Presidente Karimov para um quarto mandato

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993: Estabelecimento das relações diplomáticas.

2007: Missão a Tashkent do Assessor Especial para a Ásia do MRE; Visita ao Brasil do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão.

2008: Reunião de Consultas Políticas, Tashkent; Visita ao Brasil do Ministro de Relações Econômicas Internacionais, Investimento e Comércio do Uzbequistão.

2009: Visita ao Brasil do Presidente Islam Karimov; Missão ao Uzbequistão da ABC/Embrapa.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	28/05/2009	VIGENTE
Acordo de Cooperação em Agricultura	28/05/2009	VIGENTE
Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial	28/05/2009	VIGENTE
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	28/05/2009	VIGENTE

Acordo de Cooperação na Área de Esporte	28/05/2009	VIGENTE
Acordo Sobre Cooperação Cultural	28/05/2009	EM TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento para Cooperação na área de Turismo	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o MRE e o MNE do Uzbequistão	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento entre o MDIC e o Ministério de Relações Econômicas Exteriores do Uzbequistão para Promoção do comércio e do investimento	28/05/2009	VIGENTE
Memorando de Entendimento entre o Comitê do Uzbequistão para Geologia e Recursos Minerais e o MME sobre cooperação no campo dos recursos minerais	28/05/2009	VIGENTE
Declaração Conjunta	28/05/2009	VIGENTE

UZBEQUISTÃO – COMÉRCIO EXTERIOR

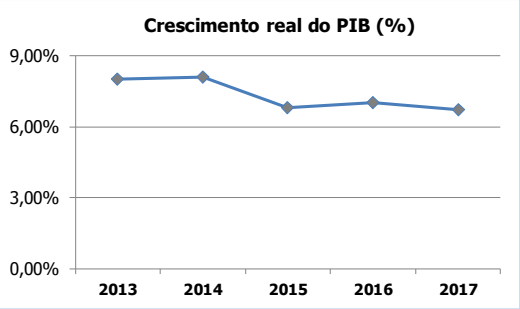
Principais indicadores socioeconômicos do Uzbequistão

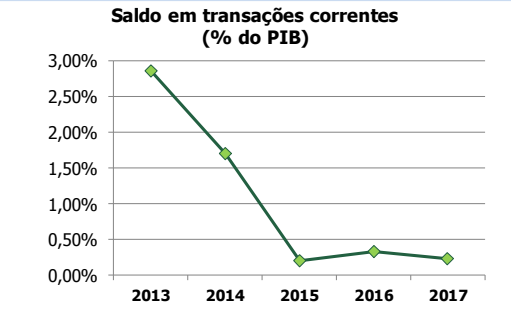
Indicador	2013	2014	2015[1]	2016[1]	2017[1]
Crescimento real do PIB (%)	8,00%	8,10%	6,80%	7,00%	6,70%
PIB nominal (US$ bilhões)	57,17	62,61	65,95	68,70	73,46
PIB nominal "per capita" (US$)	1.890	2.046	2.130	2.192	2.316
PIB PPP (US$ bilhões)	156,81	172,30	185,82	201,19	218,41
PIB PPP "per capita" (US$)	5.185	5.630	6.000	6.419	6.886
População (milhões de habitantes)	30,24	30,60	30,97	31,34	31,72
Desemprego (%)					
Inflação (%)[2]	10,24%	9,81%	9,07%	9,54%	10,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	2,85%	1,70%	0,20%	0,33%	0,23%
Dívida externa (US$ bilhões)	10,68	13,39	13,54	14,91	15,73
Câmbio (Som / US$)[2]	2,20	2,41	2,78	3,02	3,34
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura			18,8%		
Indústria			33,7%		
Serviços			47,5%		

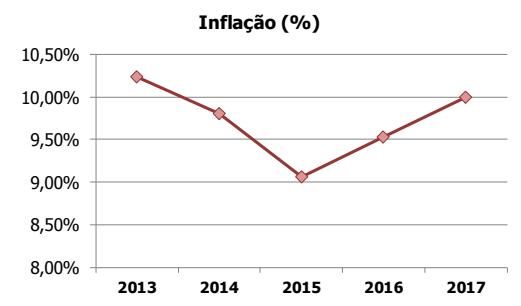
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2016.

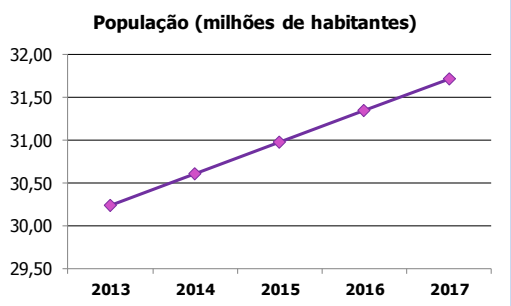
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.









Evolução do comércio exterior do Uzbequistão
US$ milhões

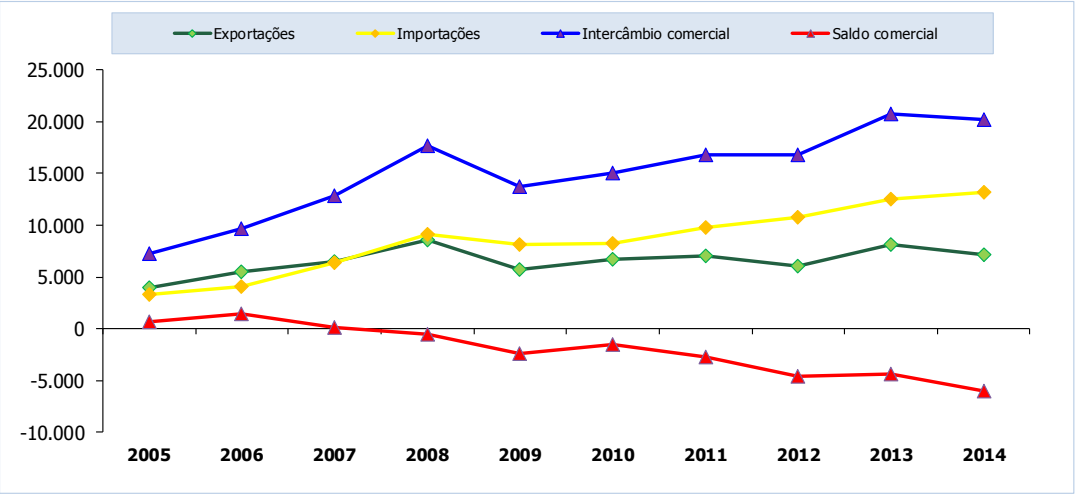
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	3.944	8,7%	3.299	14,8%	7.243	11,4%	646
2006	5.537	40,4%	4.114	24,7%	9.651	33,2%	1.423
2007	6.491	17,2%	6.382	55,1%	12.873	33,4%	110
2008	8.571	32,0%	9.131	43,1%	17.702	37,5%	-559
2009	5.680	-33,7%	8.099	-11,3%	13.779	-22,2%	-2.419
2010	6.722	18,3%	8.288	2,3%	15.010	8,9%	-1.567
2011	7.037	4,7%	9.754	17,7%	16.791	11,9%	-2.717
2012	6.101	-13,3%	10.737	10,1%	16.839	0,3%	-4.636
2013	8.186	34,2%	12.569	17,1%	20.756	23,3%	-4.383
2014	7.103	-13,2%	13.126	4,4%	20.229	-2,5%	-6.023
2015(jan-set)	1.137	21,6%	1.686	-11,4%	2.823	-0,5%	-549
Var. % 2005-2014	**80,1%**	**--**	**297,9%**	**--**	**179,3%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição disponível em 13/06/2016

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das exportações do Uzbequistão
US$ milhões

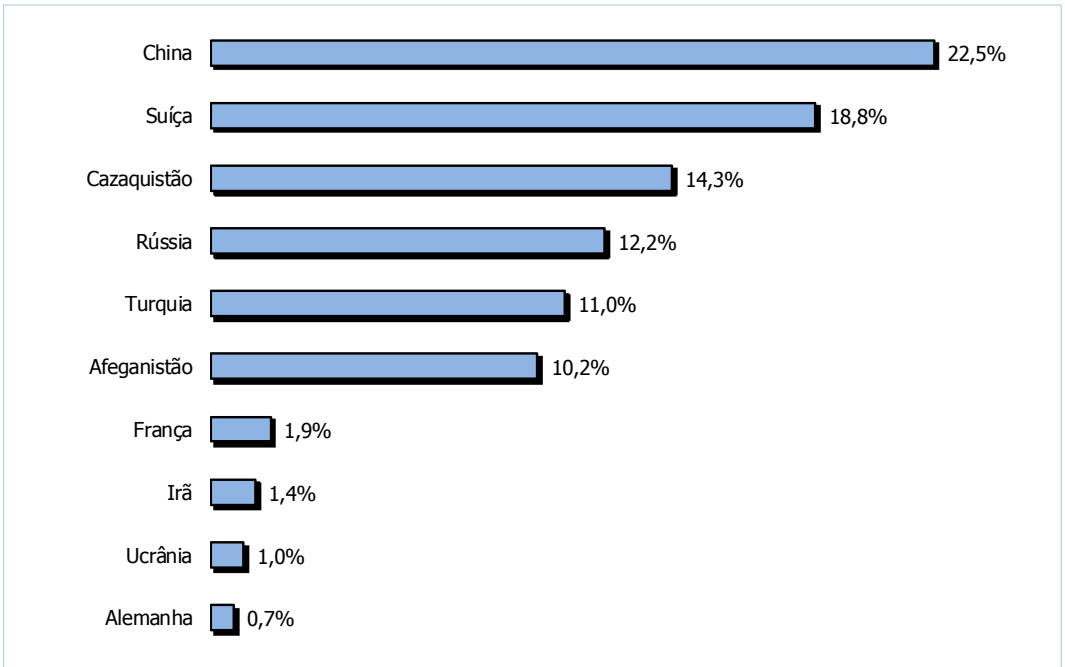
Países	2014	Part.% no total
China	1.598	22,5%
Suíça	1.336	18,8%
Cazaquistão	1.018	14,3%
Rússia	870	12,2%
Turquia	781	11,0%
Afeganistão	722	10,2%
França	132	1,9%
Irã	98	1,4%
Ucrânia	73	1,0%
Alemanha	50	0,7%
...		
Brasil (49ª posição)	***1,2***	***0,02%***
Subtotal	**6.679**	**94,0%**
Outros países	**424**	**6,0%**
Total	**7.103**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição disponível em 13/06/2016

10 principais destinos das exportações



Origem das importações do Uzbequistão
US$ milhões

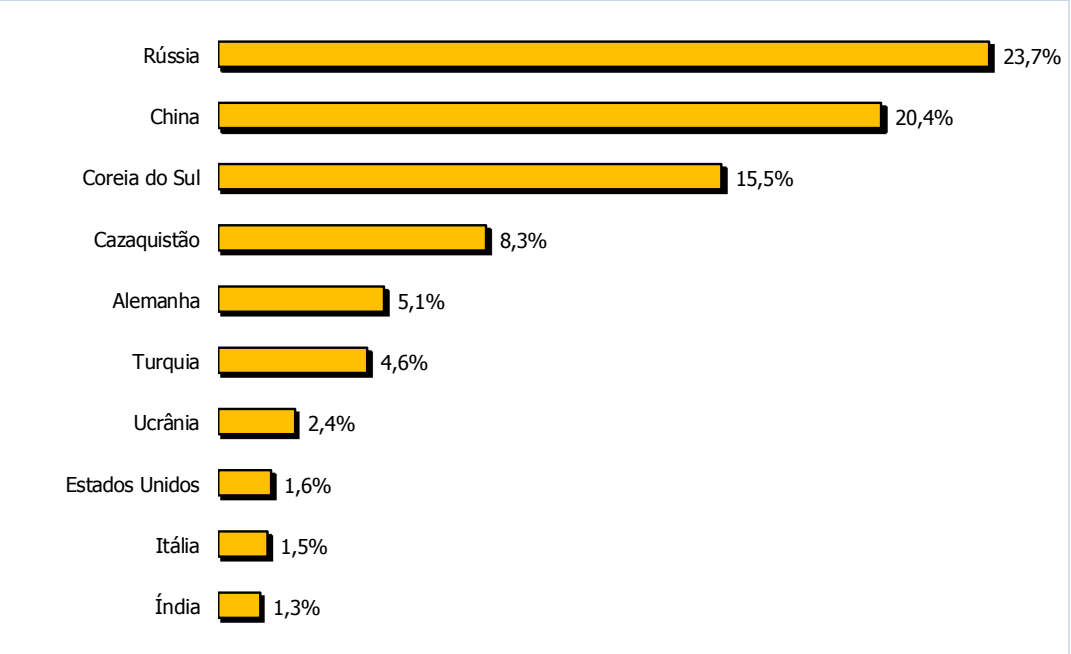
Países	2014	Part.% no total
Rússia	3.114	23,7%
China	2.678	20,4%
Coreia do Sul	2.033	15,5%
Cazaquistão	1.084	8,3%
Alemanha	671	5,1%
Turquia	603	4,6%
Ucrânia	309	2,4%
Estados Unidos	213	1,6%
Itália	198	1,5%
Índia	168	1,3%
...		
Brasil (38ª posição)	***17***	***0,1%***
Subtotal	**11.088**	**84,5%**
Outros países	**2.038**	**15,5%**
Total	**13.126**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição disponível em 13/06/2016

10 principais origens das importações



Composição das exportações do Uzbequistão
US$ milhões

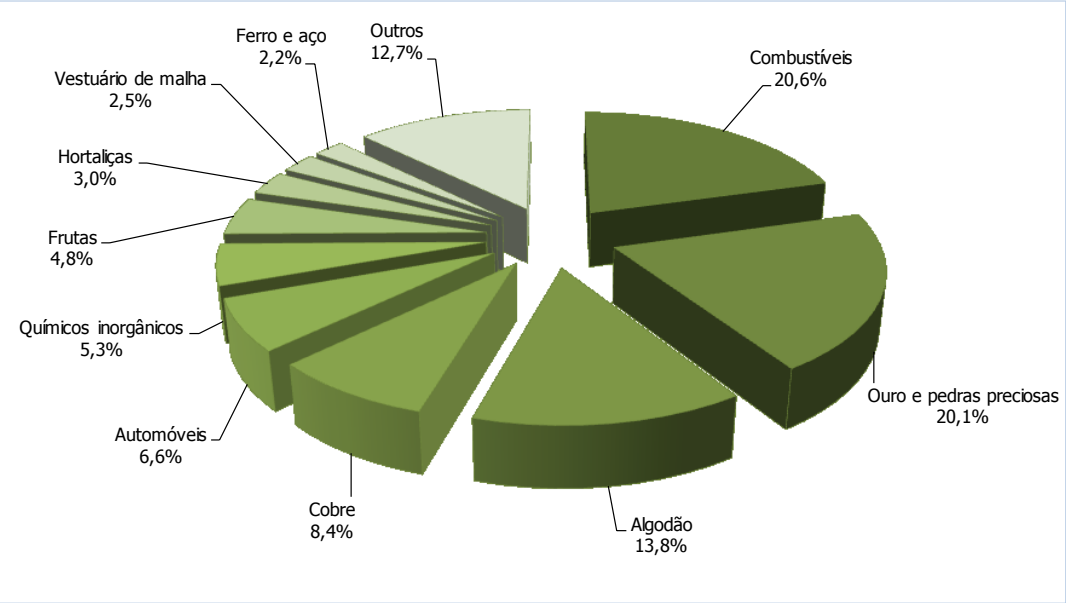
Grupos de Produtos	2014	Part.% no total
Combustíveis	1.466	20,6%
Ouro e pedras preciosas	1.431	20,1%
Algodão	977	13,8%
Cobre	595	8,4%
Automóveis	469	6,6%
Químicos inorgânicos	375	5,3%
Frutas	341	4,8%
Hortaliças	215	3,0%
Vestuário de malha	177	2,5%
Ferro e aço	156	2,2%
Subtotal	**6.202**	**87,3%**
Outros	**901**	**12,7%**
Total	**7.103**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição disponível em 13/06/2016

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações do Uzbequistão
US$ milhões

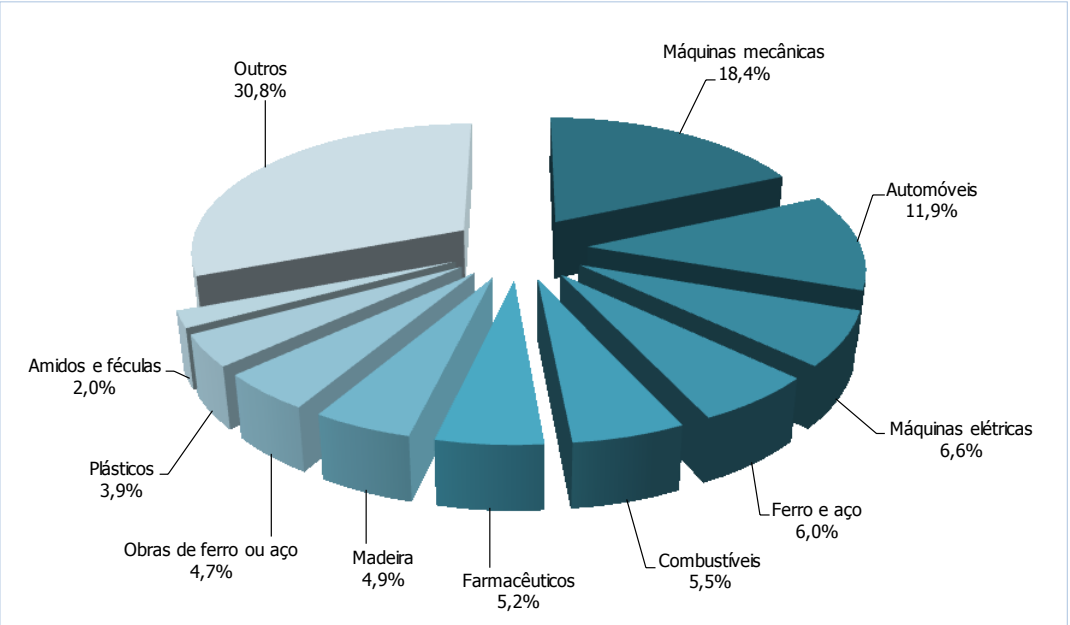
Grupos de produtos	2014	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.416	18,4%
Automóveis	1.563	11,9%
Máquinas elétricas	871	6,6%
Ferro e aço	792	6,0%
Combustíveis	728	5,5%
Farmacêuticos	685	5,2%
Madeira	641	4,9%
Obras de ferro ou aço	612	4,7%
Plásticos	512	3,9%
Amidos e féculas	264	2,0%
Subtotal	**9.084**	**69,2%**
Outros	**4.042**	**30,8%**
Total	**13.126**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2016.

O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Última posição disponível em 13/06/2016

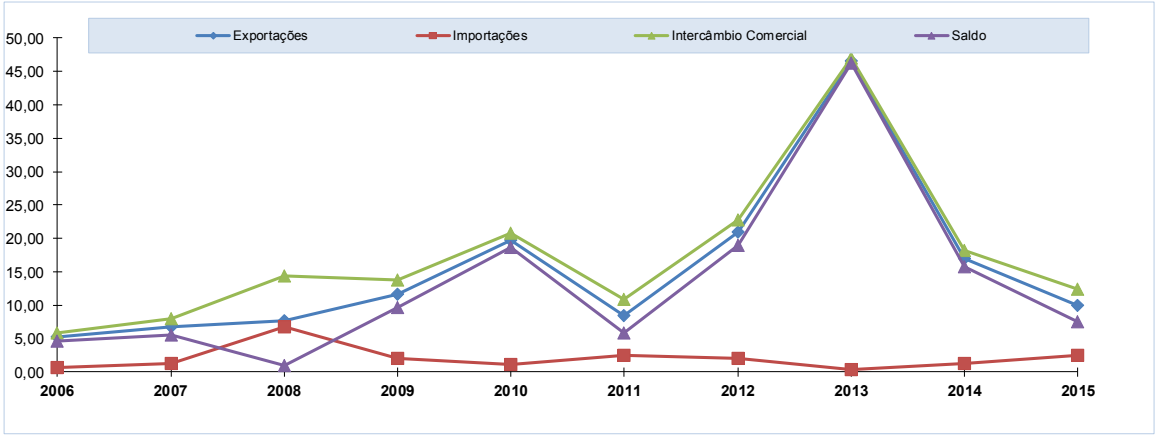
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Uzbequistão
US$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	5,25	-32,9%	0,00%	0,61	-55,5%	0,00%	5,85	-36,2%	0,00%	4,64
2007	6,75	28,8%	0,00%	1,26	107,7%	0,00%	8,01	36,9%	0,00%	5,49
2008	7,66	13,5%	0,00%	6,70	432,4%	0,00%	14,36	79,3%	0,00%	0,96
2009	11,71	52,8%	0,01%	2,06	-69,2%	0,00%	13,77	-4,1%	0,00%	9,65
2010	19,65	67,8%	0,01%	1,07	-47,9%	0,00%	20,72	50,5%	0,01%	18,58
2011	8,36	-57,5%	0,00%	2,53	135,9%	0,00%	10,89	-47,5%	0,00%	5,83
2012	20,87	149,7%	0,01%	1,97	-22,3%	0,00%	22,84	109,7%	0,00%	18,90
2013	46,61	123,3%	0,02%	0,36	-81,7%	0,00%	46,97	105,7%	0,01%	46,25
2014	16,92	-63,7%	0,01%	1,22	239,2%	0,00%	18,15	-61,4%	0,00%	15,70
2015	9,96	-41,1%	0,01%	2,46	101,1%	0,00%	12,43	-31,5%	0,00%	7,50
2016 (jan-mar)	12,16	300,0%	0,03%	0,00	-100,0%	0,00%	12,16	237,8%	0,02%	12,16
Var. % 2006-2015	**89,9%**		**--**	**306,3%**		**--**	**112,4%**		**--**	**n.c.**

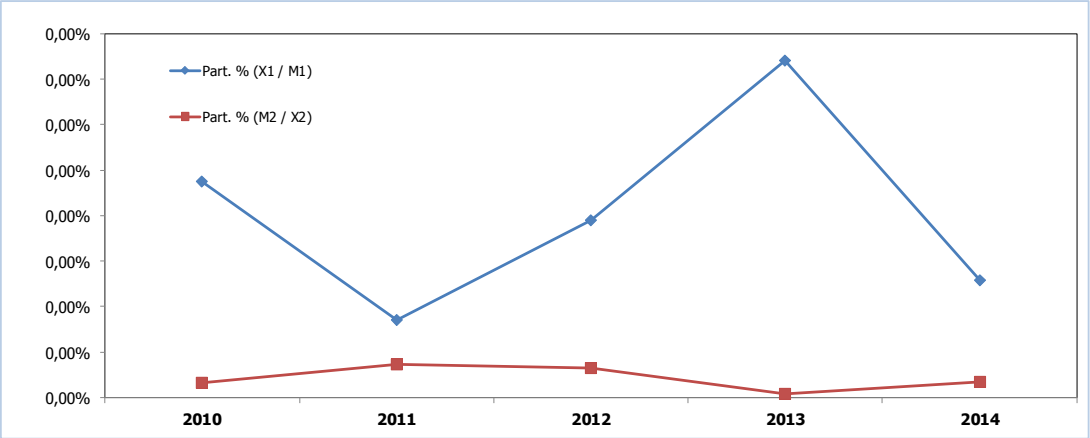
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Uzbequistão
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010-2014
Exportações do Brasil para o Uzbequistão (X1)	20	8	21	47	17	-13,9%
Importações totais do Uzbequistão (M1)	8.288.139	9.754.429	10.737.376	12.569.346	13.126.000	58,4%
Part. % (X1 / M1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-45,6%
Importações do Brasil originárias do Uzbequistão (M	1	3	2	0	1	14,0%
Exportações totais do Uzbequistão (X2)	6.721.619	7.036.950	6.101.464	8.186.260	7.103.035	5,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,9%

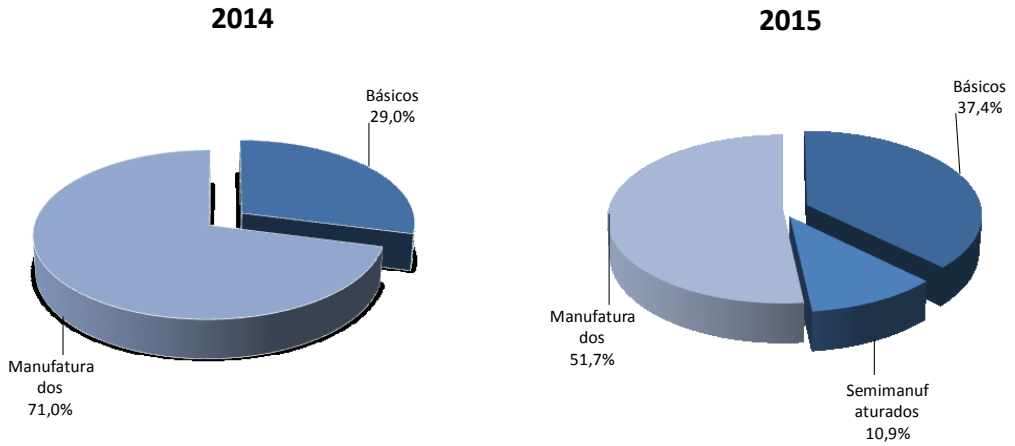
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do Uzbequistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



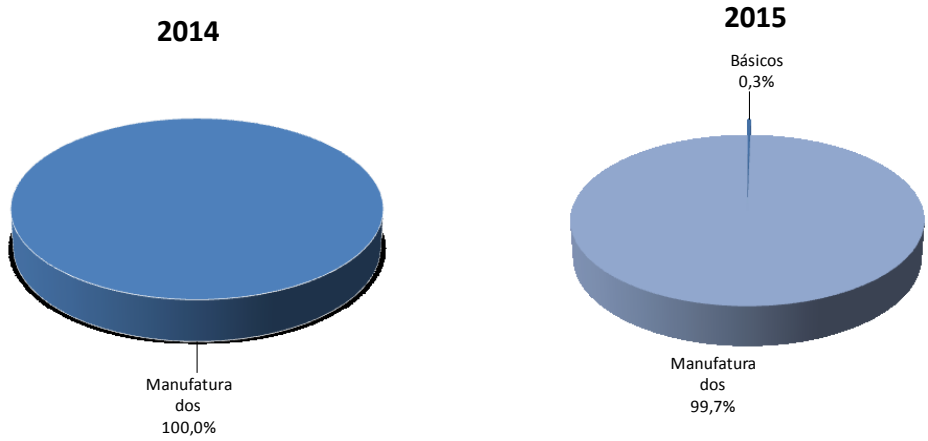
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras(1)



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

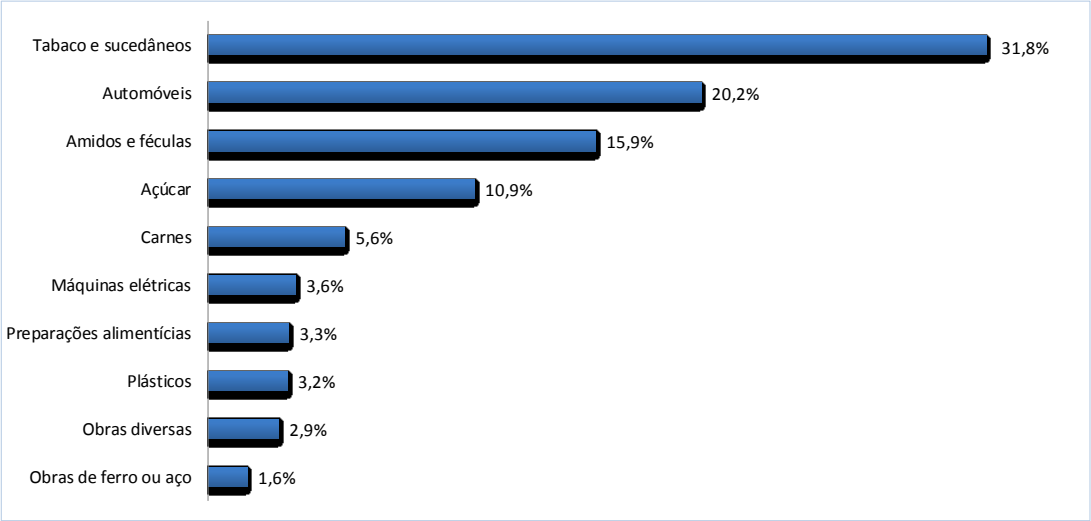
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Uzbequistão
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	5,25	11,3%	2,36	13,9%	3,17	31,8%
Automóveis	7,85	16,8%	6,44	38,1%	2,01	20,2%
Amidos e féculas	0,90	1,9%	1,48	8,7%	1,58	15,9%
Açúcar	23,41	50,2%	0,00	0,0%	1,09	10,9%
Carnes	1,68	3,6%	2,55	15,1%	0,56	5,6%
Máquinas elétricas	3,19	6,8%	0,40	2,4%	0,36	3,6%
Preparações alimentícias	0,15	0,3%	0,22	1,3%	0,33	3,3%
Plásticos	0,95	2,0%	1,02	6,0%	0,32	3,2%
Obras diversas	1,49	3,2%	1,20	7,1%	0,29	2,9%
Obras de ferro ou aço	0,70	1,5%	0,54	3,2%	0,16	1,6%
Subtotal	**45,56**	**97,8%**	**16,21**	**95,8%**	**9,85**	**98,9%**
Outros produtos	**1,04**	**2,2%**	**0,72**	**4,2%**	**0,11**	**1,1%**
Total	**46,61**	**100,0%**	**16,92**	**100,0%**	**9,96**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

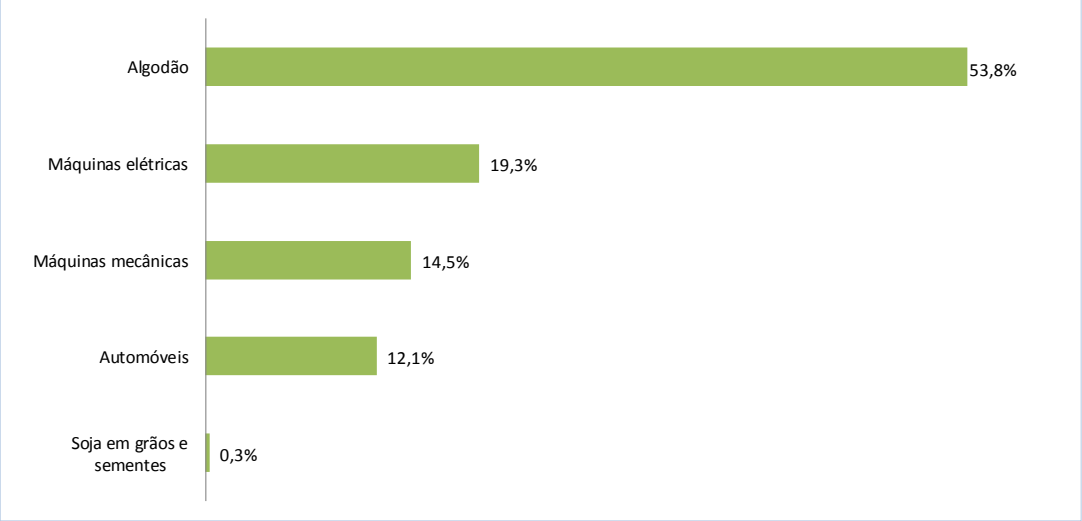


Composição das importações brasileiras originárias do Uzbequistão
US$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Algodão	0,10	27,1%	0,70	57,3%	1,33	53,8%
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,52	42,7%	0,48	19,3%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,36	14,5%
Automóveis	0,00	0,6%	0,00	0,0%	0,30	12,1%
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,3%
Subtotal	**0,10**	**27,7%**	**1,22**	**100,0%**	**2,46**	**100,0%**
Outros produtos	**0,26**	**72,3%**	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**0,36**	**100,0%**	**1,22**	**100,0%**	**2,46**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

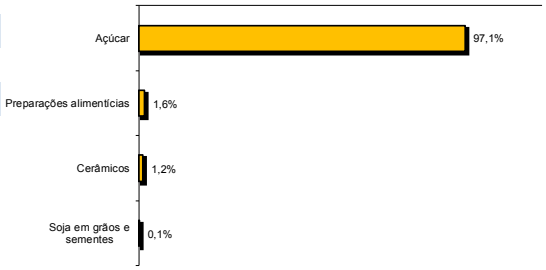
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

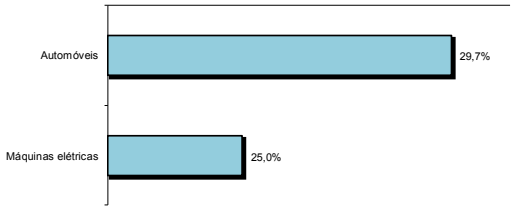
Grupos de Produtos	2015 (jan-mar)	Part. % no total	2016 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	0,00	0,0%	11,81	97,1%
Preparações alimentícias	0,11	3,7%	0,20	1,6%
Cerâmicos	0,00	0,0%	0,14	1,2%
Soja em grãos e sementes	0,00	0,0%	0,01	0,1%
Subtotal	**0,11**	**3,7%**	**12,16**	**100,0%**
Outros produtos	**2,93**	**96,3%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**3,04**	**100,0%**	**12,16**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016



Grupos de Produtos	2015 (jan-mar)	Part. % no total	2016 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Automóveis	0,30	53,0%	0,00	0,0%
Máquinas elétricas	0,25	44,6%	0,00	0,0%
Subtotal	**0,55**	**97,7%**	**0,00**	**0,0%**
Outros produtos	**0,01**	**2,3%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**0,56**	**100,0%**	**0,00**	**0,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2016.

Aviso nº 217 - C. Civil.

Em 27 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2016

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para dispor sobre a educação para o trânsito na educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger acrescido do seguinte § 10:

"**Art. 26.** .....

.....

§ 10. A educação para o trânsito fará parte dos currículos da educação básica." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2014, 43 mil pessoas morreram no Brasil vítimas de acidentes de trânsito. Isso coloca nosso País em quarta posição no mundo em ocorrências desse tipo. Além das perdas humanas, inúmeras pessoas escapam desses acidentes com sequelas de diversas naturezas, com consequências muitas vezes nefastas para a continuidade de suas vidas.

Se o custo humanitário já é perturbador, existe a considerar também o econômico. De acordo com o Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES) da Escola Nacional de Seguros, o Brasil tem perdas de R$ 197 bilhões por ano em decorrência de acidentes de trânsito, o que correspondeu, em 2015, a 3,3% do PIB nacional.

Levantamento da Polícia Rodoviária Federal constatou que 97% dos acidentes em rodovias, cujas causas puderam ser apuradas, são provocados por falha humana. Esse dado constitui uma indicação daquilo que, lamentavelmente, percebemos ao circular pelas cidades e estradas do País: a falta de civilidade no trânsito é um grave problema no dia a dia dos brasileiros.

Esse quadro tenebroso não pode ter continuidade. Impossível deixar de constatar que as campanhas publicitárias, as instruções dadas nas autoescolas e o aparato punitivo não se têm mostrado suficientes para construir um clima de paz no trânsito. Torna-se imperativo, assim, que outras soluções sejam buscadas para combater essa situação.

Um dos caminhos que julgamos mais promissores a esse respeito é o de promover a educação no trânsito nas escolas de educação básica. É bem verdade que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, conhecida como LDB, assim como as normas curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação prestigiam o estudo de princípios de cidadania nas escolas. Contudo, direcionar esse estudo para questões relativas ao trânsito certamente possibilitará uma aplicação mais concreta a respeito dos deveres e direitos dos cidadãos, bem como do princípio de tolerância.

Desse modo, este projeto de lei introduz novo dispositivo no art. 26 da LDB para determinar que a educação no trânsito faça parte dos currículos da educação básica.

Em razão do avanço que esta proposição representará para a promoção de uma cultura de paz no trânsito, contamos com o apoio das senhoras e dos senhores parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **HÉLIO JOSÉ**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DARCY RIBEIRO - - 9394/96

artigo 26

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio, instituída mediante autorização legislativa nos termos da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi instituída mediante autorização legislativa, nos termos da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Passados quase cinquenta anos, houve um contínuo aprimoramento da compreensão sobre a condição indígena e a garantia de seus direitos, inclusive o direito à identidade coletiva de povos, sem prejuízo da nacionalidade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 fala em “populações”, “comunidades” e “grupos” indígenas. Contudo, ao longo de décadas de discussão sobre a condição dos indígenas no Brasil e no mundo, foi estabelecido um forte consenso técnico e acadêmico de que o mais correto é designá-los como povos, expressando o reconhecimento de sua

identidade étnica e cultural e de sua autonomia como sujeitos de direitos coletivos, bem como sua relevância, no nosso caso, por serem eles uma das três principais matrizes (a ameríndia, a europeia e a africana) formadoras do povo brasileiro.

Expressões como “populações”, “grupos” e mesmo “comunidades” não carregam a mesma riqueza de sentidos que se atribui à ideia de povo, com identidade e cultura próprias. Contudo, há resistência em chamá-los de “nações”, pela forte conotação política desse termo, que pode reforçar pleitos autonomistas, ainda que seja sensato, do ponto de vista antropológico e sociológico, constatar que o Brasil é um estado pluriétnico e plurinacional.

Nessa linha, desde a promulgação, no Brasil, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que uniformiza o tratamento dos indígenas como povos, a adoção dessa nomenclatura tem sido sistematicamente adotada no nosso ordenamento jurídico. Falta, contudo, atualizar o nome do principal órgão responsável pela política indigenista federal – a Funai.

Muito além de provocar um desagrado estético, esse descompasso reflete o sentimento de muitos índios e povos indígenas de que não são corretamente percebidos e compreendidos pelo governo federal, prolongando a sua marginalização e adiando indefinidamente a sua inclusão, como povos indígenas, na comunidade nacional.

Sendo, por essas razões, correto e justo promover a atualização do nome da Funai, solicito o apoio dos ilustres Pares à proposição que apresento.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
Lei nº 5.371, de 5 de Dezembro de 1967 - 5371/67

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2016

Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de rebate de até 80% (oitenta por cento) do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas, por produtores rurais do Estado de Roraima até dezembro de 2015, ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, cujo risco seja do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, ou da União, que estiverem em situação de inadimplência na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Fica o Conselho Monetário Nacional – CMN autorizado a definir o percentual de rebate, a metodologia para atualização do saldo devedor, os prazos para liquidação e as demais condições para aplicação do disposto no *caput*.

Art. 2º Fica autorizada a concessão de bônus de adimplência de até 50% (cinquenta por cento), sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, em substituição ao bônus de adimplência contratual, para renegociação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas, por produtores rurais do Estado de Roraima até dezembro de 2015, ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Pronaf que estiverem em situação de inadimplência na data de publicação desta Lei, observadas as seguintes condições:

§ 1º Os bônus de que trata este artigo podem ser concedidos para as parcelas vincendas de operações adimplentes que se enquadrem nas condições dispostas no *caput*.

§ 2º Fica o CMN autorizado a definir o percentual de bônus, a metodologia para atualização do saldo devedor das operações a serem renegociadas, os prazos para liquidação e as demais condições para aplicação do disposto neste artigo.

Art. 3º Os custos decorrentes dos rebates e bônus de que trata esta Lei serão assumidos pelo FNO para as operações lastreadas em seus recursos, e pela União nas operações com as demais fontes de recursos.

Art. 4º Fica o CMN autorizado a definir bônus de adimplência de até 50% (cinquenta por cento) para as operações de crédito rural de investimento contratadas ao amparo das linhas de crédito do grupo "A" do Pronaf.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Dados do Jornal "Folha de Boa Vista" indicam que a seca e as queimadas decorrentes da estiagem no Estado de Roraima têm causado inúmeros prejuízos a produtores rurais e, em consequência, à economia local.

De acordo com dados do Sistema de Informação Dinâmica do Banco da Amazônia S.A. (Basa), das 1.780 contratações de crédito feitas pelo Banco recentemente, 1.261 estão com os débitos vencidos.

Em decorrência, a taxa de inadimplência nas contratações de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), oferecido pelo Basa, chegou ao alarmante índice de 18,07%, nos treze dos quinze municípios afetados pelo período climático adverso.

A solução que se vislumbra para recuperar a capacidade econômica e produtiva dos pequenos produtores rurais e resolver definitivamente a questão, seria uma ação geral do Estado para regularizar a situação dos produtores atingidos por essa severa estiagem.

Esse fenômeno climático tirou a capacidade de geração de renda do setor agrícola, principalmente dos pequenos produtores, e, em consequência, os impediu de pagar os empréstimos tomados junto ao Basa.

Por entendermos que a recuperação econômica da agricultura do Estado de Roraima se mostra a melhor solução para saída dessa séria crise e, sobretudo por considerar que a medida é fundamental para os pequenos produtores do Estado, propomos o presente projeto de lei nos moldes das renegociações de dívidas rurais do Pronaf para operações contratadas até dezembro de 2015.

Certo da importância da medida não só para o Estado de Roraima, mas também para o Brasil, rogo apoio dos nobres pares para aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

Retificação

A Presidência retifica o despacho aposto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2016, para encaminhá-lo preliminarmente à apreciação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e, posteriormente, à CRE

Término de prazo

Encerrou-se no dia 29 de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 23 e 24, de 2016; e ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

Os Projetos de Resolução nºs 23 e 24, de 2016, vão à CCJ e à Comissão Diretora.

O Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2015, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

CONGRESSO NACIONAL

Adoção de medida Provisória

A Senhora Presidente da República adotou, em 28 de abril de 2016, e publicou em edição extra do Diário Oficial da União da mesma data, a Medida Provisória nº 722 de 2016.

"*Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério do Esporte, no valor de R$ 180.000.000,00, para os fins que especifica*".

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 28/04/2016 (Edição Extra)
- Emendas: até 04/05/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12/06/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 26/06/2016 (a prorrogar)

Vetos

CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 13 DE 2016

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016 (nº 698/2015, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR".

Mensagem nº 172, de 2016, na origem
DOU de 27/4/2016

Data da Protocolização: **28/4/2016**
Prazo no Congresso: **27/5/2016**

DOCUMENTOS:

- MENSAGEM
- AUTÓGRAFO DA MATÉRIA VETADA

Publicado no DSF de 3/5/2016

Mensagem nº 172

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016 (MP nº 698/15), que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR".

Ouvidos, os Ministérios das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§§ 1º, 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterados pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

"'§ 1º Dos recursos destinados pela União à habitação de interesse social será obrigatoriamente aplicado o montante mínimo de 10% (dez por cento) em projetos de edificação de habitações de interesse social que se situem em Municípios com menos de cinquenta mil habitantes, nos termos do regulamento.

§ 2º Uma vez não verificada a utilização dos recursos compreendidos no montante mínimo previsto no § 1º, fica autorizada a transferência da parcela não executada ao final do 1º semestre de cada exercício, para ser utilizada em outras faixas de financiamentos compreendidas no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

§ 3º A aplicação dos recursos de que trata o § 1º far-se-á sob a forma de oferta pública, prevista no inciso III deste artigo, salvo nos casos em que for admitida a execução do empreendimento pela modalidade FAR - Faixa 1.' (NR)"

Razões dos vetos

"Os dispositivos não priorizam o atendimento do programa nos municípios com maior déficit habitacional, e poderia implicar no congelamento dos recursos pelo período de um semestre, o que dificultaria o planejamento de contratação ao longo do ano e comprometeria a eficácia do programa. Além disso, a obrigatoriedade de aplicação via

oferta pública de recursos vai de encontro a recomendação do Tribunal de Contas da União de se evitar a utilização dessa modalidade ”

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão opinou, ainda, pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

§ 9º do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

“§ 9º Em atendimento aos ditames da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, até o final do último trimestre de cada ano, o Poder Executivo fará publicar, no Diário Oficial da União, relação contendo os nomes dos beneficiários dos contratos de aquisição de imóveis firmados no âmbito do PMCMV e compreendidos no exercício fiscal anterior.”

Razão do veto

“Já existe um aparato normativo que regula a publicidade dos contratos com recursos da União. Assim, um novo dispositivo representaria elevação de custos para a União.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 26 de abril de 2016 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO REFERENTE AO VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS DESTACADOS E SUBLINHADOS:

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016
(oriundo da Medida Provisória nº 698/2015, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º Dos recursos destinados pela União à habitação de interesse social será obrigatoriamente aplicado o montante mínimo de 10% (dez por cento) em projetos de edificação de habitações de interesse social que se situem em Municípios com menos de cinquenta mil habitantes, nos termos do regulamento.

§ 2º Uma vez não verificada a utilização dos recursos compreendidos no montante mínimo previsto no § 1º, fica autorizada a transferência da parcela não executada ao final do 1º semestre de cada exercício, para ser utilizada em outras faixas de financiamentos compreendidas no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

§ 3º A aplicação dos recursos de que trata o § 1º far-se-á sob a forma de oferta pública, prevista no inciso III deste artigo, salvo nos casos em que for admitida a execução do empreendimento pela modalidade FAR – Faixa 1."(NR)

"Art. 3º .....

.....

III − prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero;

.....

§ 7º Os requisitos dispostos no caput deste artigo, bem como aqueles definidos em regulamentos do Poder Executivo, relativos à situação econômica ou financeira dos beneficiários do PMCMV deverão ainda:

I – observar a exigência da qualificação pessoal completa do beneficiário para constar do respectivo contrato, incluindo seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF, mantido na Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II − ter sua veracidade verificada por meio do cruzamento de dados fiscais e bancários do beneficiário, assegurado o sigilo constitucional dos dados informados.

§ 8º O agente financeiro responsável pelo financiamento responderá pelo cumprimento do disposto no § 7º deste artigo.

§ 9º Em atendimento aos ditames da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, até o final do último trimestre de cada ano, o Poder Executivo fará publicar, no Diário Oficial da União, relação contendo os nomes dos beneficiários dos contratos de aquisição de imóveis firmados no âmbito do PMCMV e compreendidos no exercício fiscal anterior.”(NR)

“Art. 6º-A .....

.....

§ 12. O FAR poderá prestar garantia à instituição financeira em favor do beneficiário nos casos de operações de financiamento habitacional ao beneficiário com desconto concedido pelo FGTS para aquisição de imóveis construídos com recursos do FAR.

§ 13. No caso de execução da garantia de que trata o § 12, ficará o FAR sub-rogado nos direitos do credor.

§ 14. Para assegurar a expectativa trimestral de venda de imóveis estabelecida pelo FAR, as instituições financeiras executoras do PMCMV deverão repassar ao FAR o valor equivalente aos descontos do FGTS correspondente à referida expectativa trimestral.

§ 15. Caso os recursos de que trata o § 14 não sejam integralmente utilizados, o FAR devolverá o excedente às instituições financeiras ao final de cada trimestre, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC apurada no período.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 14 DE 2016

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2016 (oriundo da Medida Provisória nº 709/2015), que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica".

Mensagem nº 175, de 2016, na origem
DOU de 28/4/2016

Data da Protocolização: **28/4/2016**
Prazo no Congresso: **27/5/2016**

DOCUMENTOS:

- MENSAGEM
- AUTÓGRAFO DA MATÉRIA VETADA

Publicado no DSF de 3/5/2016

Mensagem nº 175

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2016 (MP nº 709/15), que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica".

Ouvidos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Subtítulo 0032 da ação 20ZV do programa 2014 subfunção 608 função 20 do Anexo I - APLICAÇÃO, Órgão: 22000, Unidade: 22101

"

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
.....	.....	.....							.....
		ATIVIDADES							
.....	.....	.....							.....
20 608	2014 20ZV 0032	Fomento ao Setor Agropecuário – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			F	4	2	40	0	100	5.000.000
.....	.....	.....							.....

"

Subtítulo 0032 da ação 8535 do programa 2015 subfunção 302 função 10 do Anexo I - APLICAÇÃO, Órgão: 36000, Unidade: 36901

"

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
.....	.....	.....							.....
		ATIVIDADES							
.....	.....	.....							.....
10 302	2015 8535 0032	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			S	4	2	50	0	100	5.000.000
.....	.....	.....							.....

"

Subtítulo 0032 da ação 5450 do programa 2035 subfunção 812 função 27 do Anexo I - APLICAÇÃO, Órgão: 51000, Unidade: 51101

“

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
.....	.....	.....							.....
		ATIVIDADES							
.....	.....	.....							.....
27 812	2035 5450 0032	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			F	4	2	40	0	100	5.000.000
.....	.....	.....							.....

”

Subtítulo 0032 da ação 7K66 do programa 2029 subfunção 244 função 15 do Anexo I - APLICAÇÃO, Órgão: 53000, Unidade: 53101

“

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
.....	.....	.....							.....
		ATIVIDADES							
.....	.....	.....							.....
15 244	2029 7K66 0032	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – No Estado do Espírito Santo							3.000.000
			F	4	2	50	0	100	3.000.000
.....	.....	.....							.....

”

Subtítulo 0032 da ação 10V0 do programa 2076 subfunção 695 função 23 do Anexo I - APLICAÇÃO, Órgão: 54000, Unidade: 54101

“

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
.....	.....	.....							.....
		ATIVIDADES							
.....	.....	.....							.....
23 695	2076 10V0 0032	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			F	4	2	40	0	100	5.000.000
.....	.....	.....							.....

”

Subtítulo 6500 da ação 10V0 do programa 2076 subfunção 695 função 23 do Anexo II - CANCELAMENTO, Órgão: 54000, Unidade: 54101

“

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	**Turismo**							**23.000.000**
		PROJETOS							
23 695	**2076 10V0**	**Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**							**23.000.000**
23 695	2076 10V0 6500	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário)							23.000.000
			F	4	2	30	0	100	23.000.000
TOTAL – FISCAL									**23.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL – GERAL									**23.000.000**

”

Razões dos vetos

"Os dispositivos incorrem em vício de iniciativa, uma vez que afrontam o inciso I do art. 63 da Constituição, que dispõe que não se admite aumento da despesa prevista 'nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República', ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de abril de 2016 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO REFERENTE AO VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS DESTACADOS E SUBLINHADOS:

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2016
(oriundo da Medida Provisória nº 709/2015)

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo; das Secretarias de Aviação Civil e de Portos da Presidência da República; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), na forma dos Anexos I, II, III e IV.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**35.039.480**
		ATIVIDADES							
20 608	**2014 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**35.039.480**
20 608	2014 20ZV 0032	Fomento ao Setor Agropecuário – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			F	4	2	40	0	100	5.000.000
20 608	2014 20ZV 6500	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional (Crédito Extraordinário)							30.039.480
			F	4	2	40	0	100	30.039.480
TOTAL – FISCAL									**35.039.480**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**35.039.480**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**237.952.388**
		ATIVIDADES							
10 303	**2015 20YS**	**Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento**							**200.000.000**
10 303	2015 20YS 6500	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional (Crédito Extraordinário)							200.000.000
			S	3	2	90	0	153	200.000.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**37.952.388**
10 302	2015 8535 0032	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			S	4	2	50	0	100	5.000.000
10 302	2015 8535 6500	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário)							32.952.388
			S	4	2	41	6	151	32.952.388
TOTAL – FISCAL									**0**
TOTAL – SEGURIDADE									**237.952.388**
TOTAL - GERAL									**232.952.388**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**							**2.500.000**
		ATIVIDADES							
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**1.500.000**
13 392	2027 20ZF 6500	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Osasco - SP (Crédito Extraordinário)							1.500.000
			F	3	2	40	0	100	1.500.000
		PROJETOS							
13 392	**2027 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**1.000.000**
13 392	2027 14U2 6501	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Arroio dos Ratos - RS (Crédito Extraordinário)							250.000
			F	3	2	40	0	100	250.000
13 392	2027 14U2 6502	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de São Francisco de Assis - RS (Crédito Extraordinário)							500.000
			F	3	2	40	0	100	500.000
13 392	2027 14U2 6503	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Dona Francisca - RS (Crédito Extraordinário)							250.000
			F	3	2	40	0	100	250.000
TOTAL – FISCAL									**2.500.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.500.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte e Grandes Eventos Esportivos**							**42.536.000**
		PROJETOS							
27 812	**2035 5450**	**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**							**42.536.000**
27 812	2035 5450 0032	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			F	4	2	40	0	100	5.000.000
27 812	2035 5450 6500	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional (Crédito Extraordinário)							37.536.000
			F	4	2	90	0	100	29.910.996
			F	4	2	90	0	118	7.625.004
	2123	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte**							**10.000.000**
		ATIVIDADES							
27 131	**2123 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**10.000.000**
27 131	2123 4641 6500	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional (Crédito Extraordinário)							10.000.000
			F	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL – FISCAL									**52.536.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**52.536.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2058		**Política Nacional de Defesa**							**143.251.462**
		ATIVIDADES							
05 182	**2058 216J**	**Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti**							**115.501.462**
05 182	2058 216J 6500	Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti - Nacional (Crédito Extraordinário)							115.501.462
			F	3	2	90	0	100	108.664.456
			F	4	2	90	0	100	6.837.006
		PROJETOS							
05 244	**2058 1211**	**Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte**							**27.750.000**
05 244	2058 1211 6500	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional (Crédito Extraordinário)							27.750.000
			F	4	2	90	0	100	27.750.000
TOTAL – FISCAL									**143.251.462**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**143.251.462**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**22.500.000**
		PROJETOS							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**22.500.000**
15 244	2029 7K66 0032	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – No Estado do Espírito Santo	F	4	2	50	0	100	3.000.000
15 244	2029 7K66 6500	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	100	19.500.000
	2040	**Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**							**5.000.000**
		ATIVIDADES							
06 182	**2040 8348**	**Apoio a Obras Preventivas de Desastres**							**5.000.000**
06 182	2040 8348 6500	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	100	5.000.000
	2051	**Oferta de Água**							**720.000.000**
		PROJETOS							
18 544	**2051 12EP**	**Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)**							**393.000.000**
18 544	2051 12EP 6500	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário)	F	4	3	90	0	100	393.000.000
18 544	**2051 5900**	**Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)**							**327.000.000**
18 544	2051 5900 6500	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário)	F	4	3	90	0	100	327.000.000
TOTAL – FISCAL									**747.500.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**747.500.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2029		**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**5.000.000**
		PROJETOS							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**5.000.000**
15 244	2029 7K66 6500	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário)							5.000.000
			F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL – FISCAL									**5.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2029		**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**2.000.000**
		ATIVIDADES							
19 691	**2029 8902**	**Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica**							**2.000.000**
19 691	2029 8902 6501	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário)							2.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL – FISCAL									**2.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2051	**Oferta de Água**							**2.000.000**
		PROJETOS							
18 544	**2051 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**2.000.000**
18 544	2051 1851 6500	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL – FISCAL									**2.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**5.000.000**
		ATIVIDADES							
19 691	**2029 8902**	**Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica**							**5.000.000**
19 691	2029 8902 6501	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário)	F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL – FISCAL									**5.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	**Turismo**							**77.750.000**
		PROJETOS							
23 695	**2076 10V0**	**Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**							**77.750.000**
23 695	2076 10V0 0032	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – No Estado do Espírito Santo							5.000.000
			F	4	2	40	0	100	5.000.000
23 695	2076 10V0 6500	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional (Crédito Extraordinário)							72.750.000
			F	4	2	30	0	100	72.750.000
TOTAL – FISCAL									**77.750.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**77.750.000**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	**Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica**							**8.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**0903 099B**	**Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT)**							**8.000.000**
28 845	0903 099B 6500	Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) - Nacional (Crédito Extraordinário)							8.000.000
			F	3	2	40	0	100	8.000.000
TOTAL – FISCAL									**8.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.000.000**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**30.039.480**
		PROJETOS							
20 605	**2014 151O**	**Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB**							**30.039.480**
20 605	2014 151O 0001	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional							30.039.480
			F	4	2	90	0	100	30.039.480
TOTAL – FISCAL									**30.039.480**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**30.039.480**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**8.000.000**
		ATIVIDADES							
04 122	**2110 2000**	**Administração da Unidade**							**8.000.000**
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							8.000.000
			F	3	2	90	0	100	8.000.000
TOTAL – FISCAL									**8.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.000.000**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**32.952.388**
		PROJETOS							
10 301	**2015 12L5**	**Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS**							**32.952.388**
10 301	2015 12L5 0001	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS - Nacional							32.952.388
			S	4	3	41	6	151	32.952.388
TOTAL – FISCAL									**0**
TOTAL – SEGURIDADE									**32.952.388**
TOTAL - GERAL									**32.952.388**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**							**2.500.000**
		ATIVIDADES							
13 391	**2027 213W**	**Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira**							**2.500.000**
13 391	2027 213W 0001	Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira - Nacional							2.500.000
			F	3	2	50	0	100	2.500.000
TOTAL – FISCAL									**2.500.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.500.000**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2035		**Esporte e Grandes Eventos Esportivos**							**24.173.868**
		ATIVIDADES							
27 811	**2035 20JO**	**Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor**							**3.149.715**
27 811	2035 20JO 0001	Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional							3.149.715
			F	3	2	90	0	118	3.101.842
			F	4	2	90	0	100	47.873
27 812	**2035 20JQ**	**Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social**							**4.320.005**
27 812	2035 20JQ 0001	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - Nacional							4.320.005
			F	3	2	40	0	118	2.086.177
			F	3	2	90	0	118	2.233.828
27 811	**2035 20YA**	**Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento**							**756.308**
27 811	2035 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional							756.308
			F	3	2	90	0	100	393.151
			F	3	2	90	0	118	70.574
			F	4	2	30	0	100	160.000
			F	4	2	30	0	118	132.583
27 811	**2035 211Z**	**Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem**							**6.203.214**
27 811	2035 211Z 0001	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem - Nacional							6.203.214
			F	3	2	80	0	100	1.482.227
			F	3	2	90	0	100	1.573.128
			F	4	2	90	0	100	3.147.859
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
27 811	**2035 09HW**	**Concessão de Bolsa a Atletas**							**9.744.626**
27 811	2035 09HW 0001	Concessão de Bolsa a Atletas - Nacional							9.744.626
			F	3	2	90	0	100	9.744.626
2123		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte**							**394.824**
		ATIVIDADES							
27 122	**2123 2000**	**Administração da Unidade**							**394.824**
27 122	2123 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							394.824
			F	3	2	90	0	100	394.824
TOTAL – FISCAL									**24.568.692**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.568.692**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa**							**130.626**
		ATIVIDADES							
05 122	**2108 2000**	**Administração da Unidade**							**130.626**
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							130.626
			F	3	2	90	0	100	130.626
TOTAL – FISCAL									**130.626**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**130.626**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**115.370.836**
		ATIVIDADES							
05 153	**2058 20XE**	**Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército**							**15.350.160**
05 153	2058 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional							15.350.160
			F	3	2	90	0	100	4.694.440
			F	4	2	90	0	100	10.655.720
05 153	**2058 20XJ**	**Desenvolvimento Tecnológico do Exército**							**7.273.370**
05 153	2058 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional							7.273.370
			F	4	2	90	0	100	7.273.370
05 153	**2058 20XK**	**Logística Militar Terrestre**							**59.481.506**
05 153	2058 20XK 0001	Logística Militar Terrestre - Nacional							59.481.506
			F	3	2	90	0	100	26.516.506
			F	3	2	91	0	100	16.800.000
			F	4	2	90	0	100	16.165.000
05 153	**2058 2911**	**Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército**							**5.905.800**
05 153	2058 2911 0001	Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército - Nacional							5.905.800
			F	3	2	90	0	100	1.510.000
			F	4	2	90	0	100	4.395.800
05 125	**2058 2919**	**Registro e Fiscalização de Produtos Controlados**							**4.060.000**
05 125	2058 2919 0001	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados - Nacional							4.060.000
			F	4	2	90	0	100	4.060.000
		PROJETOS							
05 153	**2058 156M**	**Modernização Operacional do Exército Brasileiro**							**11.200.000**
05 153	2058 156M 0001	Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional							11.200.000
			F	4	2	90	0	100	11.200.000
05 153	**2058 3138**	**Implantação do Sistema de Aviação do Exército**							**12.100.000**
05 153	2058 3138 0001	Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional							12.100.000
			F	4	2	90	0	100	12.100.000
TOTAL – FISCAL									**115.370.836**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**115.370.836**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**123.467.308**
		PROJETOS							
05 152	**2058 123G**	**Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares**							**123.467.308**
05 152	2058 123G 0001	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional							123.467.308
			F	4	3	90	0	100	123.467.308
TOTAL – FISCAL									**123.467.308**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**123.467.308**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2051	**Oferta de Água**							**38.500.000**
		PROJETOS							
18 544	**2051 12G7**	**Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba**							**38.500.000**
18 544	2051 12G7 0025	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba							38.500.000
			F	4	3	90	0	100	38.500.000
TOTAL – FISCAL									**38.500.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**38.500.000**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo

ANEXO II **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	**Turismo**							**23.000.000**
		PROJETOS							
23 695	**2076 10V0**	**Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**							**23.000.000**
23 695	2076 10V0 6500	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional (Crédito Extraordinário)							23.000.000
			F	4	2	30	0	100	23.000.000
TOTAL – FISCAL									**23.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**23.000.000**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO II **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2019	**Bolsa Família**							**200.000.000**
		ATIVIDADES							
08 244	**2019 8442**	**Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)**							**200.000.000**
08 244	2019 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste							23.800.800
			S	3	1	90	0	153	23.800.800
08 244	2019 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste							36.538.800
			S	3	1	90	0	153	36.538.800
08 244	2019 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul							89.550.200
			S	3	1	90	0	153	89.550.200
08 244	2019 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste							50.110.200
			S	3	1	90	0	153	50.110.200
TOTAL – FISCAL									**0**
TOTAL – SEGURIDADE									**200.000.000**
TOTAL - GERAL									**200.000.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO II **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2049	**Moradia Digna**							**720.000.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**2049 00AF**	**Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR**							**720.000.000**
28 845	2049 00AF 0001	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional							720.000.000
			F	5	3	90	0	100	720.000.000
TOTAL – FISCAL									**720.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**720.000.000**

ANEXO III **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26- Transporte	23.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781- Transporte Aéreo	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26- Transporte	23.110.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
784- Transporte Hidroviário	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2017- Aviação Civil	2.000.000
2074- Transporte Marítimo	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

62000- Secretaria de Aviação Civil	2.000.000
68000- Secretaria de Portos	21.110.000

TOTAL GERAL	**23.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento	**23.110.000**
TOTAL GERAL	**23.110.000**

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

Crédito Extraordinário

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**2.000.000**
781- Transporte Aéreo	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2017 - Aviação Civil	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO III — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2017 - Aviação Civil	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO III **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	**Aviação Civil**							**2.000.000**
		PROJETOS							
26 781	**2017 7H34**	**Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)**							**2.000.000**
26 781	2017 7H34 0035	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo							2.000.000
			I	4-INV	3	90	0	495	2.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS									**2.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

ANEXO III **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**21.110.000**
TOTAL GERAL	**21.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	21.110.000
TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	21.110.000
784- Transporte Hidroviário	21.110.000
TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	21.110.000
TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	250.000
68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	3.460.000
68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	17.000.000
68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	400.000
TOTAL GERAL	21.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	21.110.000

TOTAL GERAL	**21.110.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO III — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**250.000**
TOTAL GERAL	**250.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**250.000**
TOTAL GERAL	**250.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**250.000**
784- Transporte Hidroviário	**250.000**
TOTAL GERAL	**250.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**250.000**
TOTAL GERAL	**250.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**250.000**
TOTAL GERAL	**250.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO III **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**250.000**
		PROJETOS							
26 784	**2074 14KL**	**Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária**							**250.000**
26 784	2074 14KL 0032	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - No Estado do Espírito Santo							250.000
		Implantação realizada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	3	90	0	495	250.000
TOTAL – INVESTIMENTOS									**250.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO III **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**3.460.000**
784- Transporte Hidroviário	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO III **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**3.460.000**
		PROJETOS							
26 784	**2074 12LL**	**Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA)**							**3.400.000**
26 784	2074 12LL 0029	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia							3.400.000
			I	4-INV	3	90	0	495	3.400.000
26 784	**2074 143J**	**Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA)**							**60.000**
26 784	2074 143J 0029	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de							60.000

Aratu (BA) - No Estado da Bahia							
	I	4-INV	2	90	0	495	60.000
TOTAL – INVESTIMENTOS							**3.460.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
ANEXO III — **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**17.000.000**
784- Transporte Hidroviário	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**17.000.000**

								TOTAL GERAL	**17.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP
ANEXO III **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**17.000.000**
		PROJETOS							
26 784	**2074 12LR**	**Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)**							**17.000.000**
26 784	2074 12LR 0035	Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo							17.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	3	90	0	495	17.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS									**17.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN
ANEXO III **Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte		**400.000**
	TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário		**400.000**
	TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**400.000**
784- Transporte Hidroviário	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO III **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**400.000**
		ATIVIDADES							
26 784	**2074 20HM**	**Estudos para o Planejamento do Setor Portuário**							**200.000**
26 784	2074 20HM 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - Nacional							200.000
		Estudo realizado (unidade): 2	I	4-INV	2	90	0	495	200.000
		PROJETOS							
26 784	**2074 12LP**	**Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)**							**200.000**
26 784	2074 12LP 0024	Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no							200.000

Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte								
Obra executada (percentual de execução física): 3	I	4-INV	3	90	0	495		200.000
TOTAL – INVESTIMENTOS								**400.000**

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26- Transporte	**23.110.000**
TOTAL GERAL	**23.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122- Administração Geral	**60.000**
781- Transporte Aéreo	**2.000.000**
784- Transporte Hidroviário	**21.050.000**
TOTAL GERAL	**23.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26- Transporte	**23.110.000**
122- Administração Geral	**60.000**
781- Transporte Aéreo	**2.000.000**
784- Transporte Hidroviário	**21.050.000**
TOTAL GERAL	**23.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**60.000**
2017- Aviação Civil	**2.000.000**
2074- Transporte Marítimo	**21.050.000**
TOTAL GERAL	**23.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

62000- Secretaria de Aviação Civil	2.000.000
68000- Secretaria de Portos	21.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento	23.110.000
TOTAL GERAL	23.110.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

ANEXO IV — **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000
781- Transporte Aéreo	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2017 - Aviação Civil	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.000.000
TOTAL GERAL	2.000.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO IV — **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	2.000.000

TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

781 - Transporte Aéreo	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**2.000.000**
781- Transporte Aéreo	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2017 - Aviação Civil	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**2.000.000**
TOTAL GERAL	**2.000.000**

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	**Aviação Civil**							**2.000.000**

PROJETOS

26 781	**2017 157L**	**Adequação da Infraestrutura Aeroportuária**							**2.000.000**
26 781	2017 157L 0001	Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional							2.000.000
			I	4-INV	3	90	0	495	2.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS									**2.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

ANEXO IV — **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**21.110.000**
TOTAL GERAL	**21.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**60.000**
784 - Transporte Hidroviário	**21.050.000**
TOTAL GERAL	**21.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**21.110.000**
122- Administração Geral	**60.000**
784- Transporte Hidroviário	**21.050.000**

TOTAL GERAL	**21.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**60.000**
2074 - Transporte Marítimo	**21.050.000**
TOTAL GERAL	**21.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	**250.000**
68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	**3.460.000**
68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	**17.000.000**
68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	**400.000**
TOTAL GERAL	**21.110.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**21.110.000**
TOTAL GERAL	**21.110.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	250.000
784- Transporte Hidroviário	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	250.000
TOTAL GERAL	250.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	250.000
TOTAL GERAL	250.000

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**250.000**
		PROJETOS							
26 784	**2074 143F**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)**							**250.000**
26 784	2074 143F 0032	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo							250.000
		Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	250.000
TOTAL – INVESTIMENTOS									**250.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	**60.000**

784 - Transporte Hidroviário	**3.400.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**3.460.000**
122- Administração Geral	**60.000**
784- Transporte Hidroviário	**3.400.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	**60.000**
2074 - Transporte Marítimo	**3.400.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**3.460.000**
TOTAL GERAL	**3.460.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**60.000**
		ATIVIDADES							

26 122	**0807 4102**	**Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**						**60.000**
26 122	0807 4102 0029	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia						60.000
			I	4-INV	2	90	0 495	60.000
	2074	**Transporte Marítimo**						**3.400.000**
		PROJETOS						
26 784	**2074 143L**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)**						**1.000.000**
26 784	2074 143L 0029	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia						1.000.000
			I	4-INV	2	90	0 495	1.000.000
26 784	**2074 143Q**	**Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)**						**2.400.000**
26 784	2074 143Q 0029	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA) - No Estado da Bahia						2.400.000
			I	4-INV	2	90	0 495	2.400.000
TOTAL – INVESTIMENTOS								**3.460.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**17.000.000**
784- Transporte Hidroviário	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**17.000.000**
TOTAL GERAL	**17.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

	2074	**Transporte Marítimo**						**17.000.000**
		PROJETOS						
26 784	**2074 12NJ**	**Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP)**						**5.000.000**
26 784	2074 12NJ 0035	Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoa, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo						5.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 3	I	4-INV	3	90	0	495	5.000.000
26 784	**2074 12NK**	**Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP)**						**12.000.000**
26 784	2074 12NK 0035	Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP) - No Estado de São Paulo						12.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 21	I	4-INV	3	90	0	495	12.000.000
TOTAL – INVESTIMENTOS								**17.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	**400.000**

TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	**400.000**
784- Transporte Hidroviário	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**400.000**
TOTAL GERAL	**400.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO IV **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**400.000**
		PROJETOS							
26 784	**2074 145H**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN)**							**400.000**
26 784	2074 145H 0024	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no							400.000

	Porto de Natal (RN) - No Estado do Rio Grande do Norte							
	Obra executada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	2	90	0	495	400.000
TOTAL – INVESTIMENTOS								**400.000**

ATAS

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Aprovada na 1ª reunião de 2016, em 2 de maio de 2016. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª REUNIÃO DE 2015 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

DIA 05 DE OUTUBRO 2015, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09H, NA SALA Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2015 da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 05 de outubro de 2015, segunda-feira, às 09h, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Coordenação do Conselheiro Marcelo Cordeiro, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Análise do levantamento inicial de matérias em tramitação no Congresso Nacional pertinentes à Comissão Temática de Publicidade e Propaganda. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; SYDNEY SANCHES, representante as categoria profissional dos artistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; MARCELO CORDEIRO, representante da sociedade civil; PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, representante da sociedade civil. Participou, também, o Presidente do Conselho de Comunicação Social, MIGUEL ÂNGELO CANÇADO.

SENADO FEDERAL CN - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (Comissão de Publicidade e Propaganda) 05/10/2015

(*Texto com revisão.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Srs. Conselheiros, bom dia.

Havendo número, declaro aberta a primeira reunião de 2015 da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anteriormente enviada, se destina à análise do levantamento inicial de matérias em tramitação no Congresso Nacional pertinentes à Comissão Temática de Publicidade e Propaganda.

Aproveito para agradecer a presença do nosso Presidente Miguel Ângelo Cançado, que não é membro da Comissão, mas vem nos prestigiar, e agradecer a presença dos senhores.

Comunico também que temos sobre a mesa a aprovação da ata da primeira reunião de 2014 desta Comissão, que foi realizada em 5 de maio de 2014, e foi enviada com antecedência a todos os Conselheiros por *e-mail*. Como foi enviada, eu proponho a dispensa da leitura e discussão da ata e consulto se há alguma objeção quanto a isso.

Não havendo objeção quanto à leitura da ata, nós passamos à votação da primeira ata.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da primeira reunião de 2014, passamos, então, à análise dos temas que foram elencados.

Em 18 de agosto, a Secretaria do Conselho enviou aos Conselheiros um levantamento inicial com as matérias em tramitação no Congresso Nacional sobre o tema da Comunicação Social, no caso aqui da Publicidade e Propaganda.

Eu já anotei aqui que nós temos um dos temas, o primeiro – e eu fiz uma divisão, porque aqui eles estão divididos por subtemas, mas a ordem foi aleatória. Tentei ordenar de uma forma que a gente pudesse partir de alguma coisa. Ordenei pelo número de propostas que há em cada subtema – o primeiro que tem mais é o da Propaganda Eleitoral, mas acho que esse é um tema que devemos analisar um pouco depois porque ficou prejudicado pela aprovação da reforma política, e acho que vamos precisar fazer um levantamento de quais projetos ficaram prejudicados e quais projetos ainda valem. Não sei se os senhores concordam com isso. E aí eu tenho o segundo tema que tem o maior número de propostas que é Restrições de Publicidade e Propaganda, que tem 22 propostas, todas elas na Câmara dos Deputados.

Eu queria consultar os Conselheiros presentes quanto a que forma nós vamos utilizar para dividir esses assuntos que estão em pauta. Eu tinha até uma proposta: pensei, não sei se já foi feito anteriormente – o Conselheiro Nascimento tem mais tempo, o Conselheiro Paulo também tem mais tempo –, mas eu gostaria de propor à Comissão, que proporia, se aprovado, ao Plenário, a realização de um seminário em que pudéssemos ouvir os envolvidos na questão da Publicidade e Propaganda.

O Conar foi criado em 1970 e foi criado porque usou aquele negócio de liberdade de expressão comercial. Então, ficou um tema meio esquisito. O que é liberdade de expressão comercial? O que é direito do consumidor? São coisas que se chocam nesse caso. Então, seria bom a gente ouvir o Conar, a ABA, que é a Associação Brasileira dos Anunciantes, as associações das emissoras, a Abert, Abra, Abratel, ANJ, e os representantes da sociedade. Eu me lembro pelo menos de dois: do Instituto Palavra Aberta, que é da Conselheira Patrícia, e do Coletivo Intervozes também, que tem um trabalho representativo. E colocaria isso em discussão com os Conselheiros se seria

viável fazer isso, porque o que eu estou vendo aqui – e os Conselheiros me desculpem, porque hoje é a minha quarta participação no Conselho – é que as nossas reuniões... Por exemplo, nós temos, agora, a reunião temática do Conselho de Publicidade e Propaganda. Para marcar a segunda, eu tenho que esperar as três outras comissões temáticas que não têm marcada reunião agora para outubro. Além disso, há seminários que a gente vai fazer no plenário. Então, a gente se reúne pouco, Eu acho que a gente teria que traçar uma estratégia de forma que pudéssemos levar a bom termo os trabalhos que nós temos que fazer, se não nós vamos ficar em discussão, discussão, e não vamos apresentar coisa nenhuma.

Eu tenho aqui sete subtemas que foram elencados nesta Comissão, que seriam Propaganda Eleitoral; Publicidade e Propaganda Governamental; Restrições de Publicidade e Propaganda; Obrigatoriedade de Veiculação de Informação em Publicidade e Propaganda; Direito do Consumidor; Saúde; e um sétimo item que seria Temas Gerais que não estão elencados nesses outros seis.

Se a gente conseguisse colocar pelo menos um relator para cada item desse, a gente podia, no mínimo, ver os projetos que são semelhantes, aquilo que já tem até parecer – a Conselheira Patrícia me lembrou que existem pareceres feitos da comissão passada – e tentar, com isso, tirar as dúvidas que nós temos para questionar Conar, ABA, Abert, Abratel, Abra, ouvir as instituições Abap, ouvir as instituições ligadas à sociedade civil, ao consumidor e, depois de um seminário desse, ter condição de começar a apresentar alguma coisa. Senão, vamos passar dois anos aqui e não vamos fazer nada como, de resto, é o que acontece. Esta Comissão, na gestão passada, teve uma reunião só, coisa que a gente está tentando consertar agora.

Eu gostaria de ouvir o que os Conselheiros acham a respeito de como a gente podia conduzir os trabalhos aqui.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Bom dia a todas e bom dia a todos. Mais uma vez é um prazer estar aqui representando a Fitert e os trabalhadores da comunicação.

Vai mais como desabafo: no passado, eu sentia dificuldade em envolver a sociedade civil não empresarial, nos temas aqui do Conselho de Comunicação Social. Mas envolvia uma entidade ali, uma entidade aqui e a gente ia costurando, porque, não é pelo fato de ser representante dos trabalhadores, que eu não posso, não devo e não tenho a obrigação de representar a sociedade civil não empresarial de uma forma geral.

Eu não posso aqui emitir opiniões do Nascimento, eu tenho que emitir opiniões de um conjunto. E hoje nós temos problemas de como trazer entidades, por exemplo, como a Intervozes, que entrou na justiça junto à Frente Parlamentar questionando este Conselho. Diante disso, eu estou pensando alto e vejo preocupação em como fazer um seminário em que nós teremos só representantes das empresas. Essa é a minha preocupação.

Evidentemente que eu vou ouvir os demais Conselheiros para tentar aqui uma posição sem que prejudique todo esse processo que a gente vem tentando fazer com a reativação do Conselho de Comunicação Social. É fato que, na gestão passada, Presidente, tivemos dificuldades de encaminhar algumas comissões e foram poucas que foram dando conta, vamos dizer assim, do trabalho e essa é uma tarefa de coordenação. Então, o nobre Conselheiro vai ter que se virar nos 30 para solicitar a presença dos demais Conselheiros, solicitar reuniões para que efetivamente elas aconteçam.

A questão eleitoral, de uma forma geral – naquela oportunidade em que eu estava na Comissão, eu me debrucei sobre o assunto –, a dificuldade é muito grande porque, no meu caso, não há assessoria. No caso dos empresários, eles têm assessoria. O que a

gente conta é com o *staff* daqui, que é limitado e que atende a um número enorme de Conselheiros, não só este.

Eu quero, portanto, ouvir mais e ver de que forma coerente a gente pode ou deve encaminhar os trabalhos desta Comissão.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheira Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Bom dia a todos.

Vejo com muito bons olhos essa iniciativa de fazer um seminário para discutir esse tema. Até porque toda a questão com restrição à publicidade afeta a vida financeira dos veículos de comunicação e, por consequência, a sua independência jornalística e a forma como pode exercer sua liberdade de imprensa.

Então, eu vejo que será uma ótima oportunidade para a gente ouvir todas as partes envolvidas. E vejo, Conselheiro Nascimento, como positivo trazer entidades, por exemplo, como o Instituto de Defesa do Consumidor, Idec, Proteste e outras entidades, que possam ajudar, do ponto de vista do consumidor.

Lembrando que, dentro da regra existente do Conar, o senhor colocou a questão da preocupação entre Direito do Consumidor e liberdade de expressão ou liberdade de informação comercial. A regulamentação do Conar segue à risca o que está no Código de Defesa do Consumidor. Então, isso já está casado.

O que há de projetos de lei que foram apresentados aqui são restrições pontuais ou restrições que buscam, de certa forma, tentar resolver um problema que não será resolvido pelos projetos, com a simples proibição ou banimento da publicidade de determinados produtos, como é o caso, por exemplo, de se querer combater a obesidade, restringindo-se a publicidade de alimentos.

Então, existe toda uma discussão que a gente precisa levar em conta, respeitando, sim, os direitos do consumidor, mas também respeitando a liberdade da livre iniciativa em se comunicar e do veículo de comunicação em ter os seus recursos oriundos da publicidade. Então, acho que a gente tem que colocar numa mesma cesta todos esses agentes, para que a gente possa tirar o melhor proveito.

Do ponto de vista das questões eleitorais, eu concordo também, porque muitos projetos podem ter sido inutilizados ou não fazerem mais sentido, dentro dessa nova regra, que eu desconheço. Ainda também não me debrucei sobre ela para saber quais foram as restrições impostas.

Lembrando também que muitas das normativas em relação à propaganda no período eleitoral são regras estabelecidas pelo TSE nas vésperas das eleições. Então, ainda há mais essa preocupação.

Era isso o que eu queria colocar.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Eu concordo com quase tudo o que o Conselheiro Cordeiro falou.

A propaganda eleitoral é uma coisa muito delicada. Então, você tem toda razão: até sair essa nova lei e saber o que vai ser aplicado, a gente não pode...

Mas se queremos continuar ou fazer um seminário ou alguma coisa... Eu faço propaganda política. Fazendo cinema, a gente tem que fazer, porque fazemos programas de televisão.

Muito bem. A gente precisava ouvir, fundamentalmente, os marqueteiros, que são pessoas que estão do outro lado da moeda, digamos. Existe o partido político, existe a lei

e existe o marqueteiro, que é o homem que viabiliza, em forma de propaganda, o que a gente vai colocar no ar. Então, isso é uma coisa que a gente deveria tratar.

A outra coisa é a seguinte: vocês sabem que o cinema brasileiro sobrevive praticamente da propaganda. Em São Paulo, a propaganda, o cinema publicitário é uma indústria. O cinema de longa metragem, por enquanto, não é uma indústria. A gente tenta ser, realmente, por leis, por tudo, uma indústria, mas não somos. Agora, a propaganda, o cinema publicitário é uma indústria.

Então, é uma coisa que tem que ser tratada com delicadeza, porque eu tenho toda uma categoria que vive disso, que vive do cinema publicitário.

O Conar é, por enquanto, um conselho que só dá conselhos. Ele não proíbe nada. Então, diz assim: "O cartaz, a propaganda, a menina está muito nua, é um apelo, é não sei o quê". Tudo bem. Mas não é que o Conar vá proibir que se publique isso ou se faça...

Então, de alguma forma, são assuntos muito delicados, que a gente tem que tomar muito cuidado quando a gente trata disso.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Bom dia, senhoras e senhores. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente Marcelo, o Presidente Cançado, e dizer o seguinte: eu concordo plenamente com as palavras da Conselheira Patrícia.

Entendo e eu gostaria de lhe perguntar o seguinte, Presidente: por que não é possível nós nos reunirmos mais? Existe algum impedimento para que nós possamos fazer reuniões mais assíduas?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Não, em princípio, reuniões da comissão têm de ser marcadas nos dias de reunião do Conselho. E nós temos a regra de que esta Comissão só vai poder se reunir depois que as outras forem ouvidas, se elas querem ou não se reunir.

Então, há a Comissão do Marco Regulatório, que foi no mês passado, e tem a preferência para o mês que vem. Se não me engano, também a do Conselheiro Nascimento foi no mês passado e tem para o mês que vem; e mais uma que ainda não teve, que é a do Conselheiro Fernando Mesquita.

Então, são três comissões.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – No total, são cinco.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – São cinco, quer dizer que, então, para o mês que vem, a Comissão de Publicidade e Propaganda e a de Tecnologia de Informação perderam a preferência, porque estão tendo reunião este mês. Então, a nossa só seria em dezembro.

Aí há também outro problema, Conselheiro, se marcamos um seminário, que é importante, pois ajuda na tomada de decisão e que normalmente ocorre o dia inteiro, nessas ocasiões em que fizermos um seminário, não vamos ter reunião das comissões. E as comissões também não teriam como fazer um seminário porque, em uma hora e meia, não se consegue. Consegue-se, no máximo, convidar alguém para falar, não para dar um seminário.

Então, nós temos essa dificuldade toda no âmbito das comissões. E vai ter de ser um trabalho muito integrado entre os conselheiros. Conversa-se por Skype, por telefone, porque, no âmbito da comissão... E o que o Conselheiro Nascimento lembrou bem: nós não temos assessoria. Quer dizer nós temos uma assessoria competentíssima, mas é uma assessoria que assessora todos os órgãos assessores do Congresso Nacional – no caso, o Senado Federal – e que não pode estar 100% à disposição do Conselho de Comunicação Social. É uma dificuldade que nós temos.

Mas tentamos burlar isso aí. Vamos tentar resolver isso da melhor forma possível e encontrar uma alternativa. E me parece – foi isso que submeti aos Conselheiros – que esse seminário seja uma coisa que pode nos dar informações, boas informações.

Eu até queria fazer um adendo.Conselheiro Nascimento, eu lembrei o Intervozes porque é uma organização ativa, proativa, importante, conhecida. Nem sei se o fato de eles estarem na Justiça seria algum impedimento. Pode ser que eles não queiram comparecer, mas não sei se é um impedimento para comparecer.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Posso falar?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Por favor.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui novamente. Conselheira, Conselheiros, servidores do Senado, a todos os presentes, bom dia.

Primeiro aspecto: com relação ao Intervozes, no debate que já noticiei e que ocorreu na Rádio Nacional, se não me engano, logo que fomos empossados, participei junto com o Gustavo Gindre, que é do Intervozes. Ele tem uma postura muito crítica – e até refratária, eu diria – em relação ao Conselho.

Na entrevista, inclusive, eu o convidei para que estivesse conosco. E o faço novamente e pretendo fazê-lo, porque ele fez críticas, dizendo que o Conselho é pouco produtivo. E acho que nós devemos dar resposta a esse tipo de observação, até o chamando para se integrar a nós, ainda que seja com uma postura crítica.

Eu sempre que dirigi órgãos, sobretudo dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, gostava muito quando havia alguém para se contrapor às minhas ideias, porque isso cresce o debate. Acho que é fundamental convidá-lo, sim. Embora eles tenham uma opinião crítica e haja essa medida judicial interposta, não vejo nenhum impeditivo para que isso aconteça.

Com relação à questão do seminário, vejo-o com muito bons olhos e o Presidente já tinha me sugerido fazê-lo, nós temos é que eleger prioridades, para dar efetividade e até para responder a quem diz que o Conselho é pouco produtivo.

Qual é o ponto fundamental? A questão da reforma eleitoral, que acabou não sendo mesmo uma reforma, já está superada no Congresso. Então, o que temos de tema, no âmbito da competência da comissão que trata de publicidade e propaganda, é escolher tema específico, foco, para que nós façamos desse seminário um resultado prático a ser encaminhado depois às casas legislativas. Acho que é assim.

E aqui, agora, sugiro que já façamos essa eleição de temas prioritários, resumidos, porque, se nós formos abraçar toda a questão da regulamentação publicitária do País, nós não vamos sair daqui com nenhum avanço.

Então, eu acho que é isso que devemos fazer. Claro, quando eu falo que a questão eleitoral da propaganda política partidária já está aprovada pelo Congresso – já foi, se não me engano até encaminhada à Presidente para sanção – nada impede que nós toquemos em algum ponto dela para encaminhar, embora a matéria já tenha passado pelas casas legislativas. Mas é eleger prioridades. Aí, sim, nós vamos dar efetividade.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Obrigado..

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – E a respeito das reuniões, desculpe. A respeito da reunião, o que há de dificuldade, Conselheiro Paulo Machado, é a questão logística de nós procurarmos fazer, e essa é uma tradição do CCS, a reunião das comissões temáticas na manhã do dia das sessões em razão da dificuldade logística de deslocamento dos Conselheiros, diárias de acomodação de todos, porque senão nós teríamos que fazer outra sessão e nós não temos estrutura disponível para isso.

É um problema que pode ser um óbice. Se nós convocarmos para qualquer dia, fora da sessão aqui, podemos encontrar o óbice no deslocamento dos Conselheiros, por exemplo, e até em espaço físico aqui no Congresso, no Senado em especial. Esse é o único óbice que temos pelo que vejo. Regimentalmente, até me informa aqui a assessoria, não temos nenhuma objeção.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheira Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Primeiro, com relação às reuniões, eu acho que funcionou bastante bem, não sei, Presidente Cançado, a questão da nota que foi circulada por todos e que todos comentaram. Acho que a gente poderia utilizar, também, desse instrumento de *e-mail*, formar um grupo dentro da Comissão e trocar *e-mails* específicos sobre isso.

Acho que funcionaria e isso daria celeridade ao nosso trabalho. Com relação ao seminário, concordo, também, sobre a questão do ponto, do tema específico, e vejo que o tema, como sugestão, seria Restrições Impostas à Publicidade. Quer dizer qual o impacto dessas restrições ao direito do consumidor, à livre iniciativa, à liberdade de expressão e, como a produção publicitária, produção de cinema e de todas as atividades que são suportadas por essa publicidade ou por essa produção comercial.

Então, eu acho que, se a gente focar nesse tema, que são esses 22 projetos de lei que o senhor levantou e tentar discutir, fazer um programa em que a gente possa trazer membros da sociedade civil, da indústria e da comunicação e discutir isso rapidamente, seria muito importante, principalmente porque alguns projetos de lei estão caminhando com uma certa celeridade no Congresso, na Câmara dos Deputados, principalmente.

Então, a gente tem uma urgência interessante para a gente começar a trabalhar e responder isso brevemente. Volto a ressaltar que o impacto disso no financiamento dos veículos de comunicação em toda a cadeia de comunicação é extremamente importante e necessário de ser analisado para que todos aqui representados possam, também, tirar o melhor proveito.

Eu sei que, como suplente, não posso me colocar como relatora, mas me coloco à disposição para ajudar na organização desse seminário.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Na Comissão, pode, não há impedimento. Até porque para organizar um seminário, não há nenhuma... Primeiro, que entre nós não há de haver, a não ser formalmente no que o Regimento determina, óbice nem diferenciação que se deve fazer, mas algum impedimento seria meramente regimental para organizar o seminário. Devemos aplaudi-la por querer fazer.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro, acho que a Conselheira Patrícia tem razão, o Conselheiro Nascimento também.

O Presidente Cançado colocou uma coisa muito importante aqui. Se nós elencarmos um tema mais restrito, que a gente possa trabalhar em cima, em vez de sete temas, mais de 130 projetos, talvez fique mais fácil. Eu acho que é mais ou menos isso: Restrição de Publicidade e Propaganda e, se não me engano, como a Conselheira Patrícia lembrou, Obrigatoriedade de Veiculação de Informação em Publicidade e Propaganda. Era esse o outro tema?

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Dentro dessa linha, também tem aquela questão do confisco de tempo, né?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – É, a obrigatoriedade de veiculação.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Mas isso seria importante também, mas, eu vejo assim, se a gente for colocar como tema específico, talvez a restrição seja...

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – ... seja o mais importante porque tomaria muito tempo ficar com...

Então, se os Conselheiros não se opõem, talvez a gente possa começar a estudar essa questão da Restrição de Publicidade e Propaganda e que seria o tema, o nosso foco principal, no seminário que a gente está propondo.

Eu ouço o Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu, com certeza, no pleno, hoje, vou manifestar a minha insatisfação, o meu aborrecimento com relação à solicitação da presença do Presidente da Anatel aqui e em um curto espaço de tempo.

Eu já havia manifestado isso no passado e vou manifestar agora. Quando o negócio começa a melhorar, você começa a interagir, eu tenho que ficar olhando o relógio porque eu tenho que ir embora. E aí deixo os convidados aqui, se bobear ficam dois Conselheiros aqui, um Conselheiro que é de Brasília e os demais aí, porque os outros estão seguindo viagem.

Esse seminário, eu havia dito na legislação passada, tem que ter uma forma didática de acontecer. Não dá para só convidar e eles não virem. É isso. Nós teríamos – e eu me comprometo e peço ao Presidente para fazê-lo também – que chamar o Barão de Itararé, de chamar o Intervozes, enfim, de chamar o FNDC, chamar essas entidades que, efetivamente, há anos, vêm falando sobre comunicação em todos os aspectos, em todas as *nuances*.

E é importante que eles estejam presentes, porque não adianta só fazer um seminário, vem quem quer vir, quem tem interesse de vir, porque foi o que aconteceu na Conferência Nacional de Comunicação, parte do empresariado falou: "Eu não vou nessa." E não veio. E ficou prejudicado. E era importante a participação do empresariado, pelo menos da radiofusão, e não vieram discutir.

Eu não quero cometer o mesmo erro. Então, diante dessa minha fala, eu quero que a gente tenha objetividade nesse seminário. E que ele comece às 9h da manhã ou às 10h da manhã e que vá até as duas da tarde.

Enfim, e aí suspende as nossas reuniões porque não dá para fazer um seminariozinho, pequenininho, coisa pouca. Eu não sei como é que a gente poderia fazer isso, o *staff* poderia nos ajudar muito com relação a encaminhar um seminário grande. Um seminário que é do Conselho de Comunicação Social, mas um seminário grande, com a efetiva participação da sociedade civil, empresarial e não empresarial.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro, concordo plenamente. Acho que o plenário inteiro concorda plenamente com essa colocação.

E a questão do seminário, eu lembro aqui o seguinte: nós não teríamos como fazer de uma outra forma. Exemplo, nós vamos estudar os projetos que estão aqui e, na medida que sentirmos a necessidade, de convidar um ou outro, por quê? Exatamente pelo problema que coloquei inicialmente, quando é que a gente consegue reunir a Comissão?

Esse impeditivo é que dificulta outra coisa que não o seminário. No seminário nós nos preparamos para perguntar a essas pessoas que são convidadas e fazemos tudo em um dia só. É mais fácil do que ficar convocando um a um, porque nós não teríamos tempo para convocar.

Então, eu concordo plenamente, o seminário tem que começar às 9h da manhã, vai até às 14h, 15h, 16h, um horário razoável em que se possa extrair o melhor dos convidados que virão.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Sem almoço.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Para quem está de dieta, é ótimo.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Cordeiro, a assessoria, Drª Silvânia informa-me que podemos organizar a logística para o dia seguinte.

Fazemos os nossos trabalhos aqui na primeira segunda-feira, por exemplo, do mês de novembro, dia 7 ou 8, se não me engano.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Dia 9.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Nove, em razão do feriado de finados e no dia, na terça-feira, pela manhã, podemos fazer durante toda a manhã o evento.

Aí eu sugiro ao Nascimento que procure marcar o seu voo para mais tarde para que ele não tenha que sair antes dos convidados que vierem.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu proponho ao Presidente que converse com o Presidente Renan Calheiros para que viabilize a minha permanência aqui, porque eu moro no interior. Eu não saio daqui para ir para casa para curtir ao bel-prazer da minha família. Enquanto vocês chegam em casa às 22h, 23h, eu chego às 2h da manhã. Isso saindo em um voo de 18h. Se eu não conseguir sair nesse voo de 6h, ou 6h e pouquinho, eu só vou chegar em casa no outro dia. E com um agravante: terei que pagar os custos do meu bolso, como já ocorreu no passado.

Então, se o Presidente puder me ajudar, eu ficaria aqui uma semana, não teria problema nenhum.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Eu vou ajudá-lo. Vamos tratar disso, naturalmente, no particular, para não consumir o tempo com a questão da logística individual, questão das nossas vicissitudes todas. Eu falei assim em tom apenas de descontração, para reservar horário. Mas isso há de ser tratado no particular.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu estou descontraído.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Eu também.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Até porque, Conselheiro, eu acho que se utilizarmos essa forma de manter a reunião de segunda-feira e marcar o seminário para terça-feira, ele acaba bem mais cedo. Não teria problema, se for possível dessa forma.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Eu queria agregar uma coisa, a gente, na terça-feira, não tem problema de ir no último voo, ficar o dia inteiro, porque isso que seria interessante. Seria interessante poder discutir no seminário um dia inteiro. Porque se acaba às 14h, eu acho que, em termos de logística ou de produção, não seria... eu ter que sair daqui às 13h ou sair às 17h. Mas isso aí ajuda bastante.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Bom, eu queria só ver se nós conseguimos deliberar, usar esse tema Restrição de Publicidade e Propaganda como base para o seminário e se o Plenário da Comissão concorda em levar essa proposta, ao Plenário, hoje, à tarde, de realização desse seminário.

Eu acho que nós vamos ter um probleminha de deliberação aqui, eu estou consultando aqui, porque eu teria que ter oito Conselheiros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Para proposta, não. Então, fica deliberado que nós levaremos ao Plenário, hoje, à tarde, a proposta de realização desse seminário.

Pois não, Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Há um número para ser convocado. É cinco, Presidente? Cinco representantes? Até cinco?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quando é audiência pública, seminário é aberto. O.k.

Só para saber de que forma que eu vou contatar as pessoas, as entidades, para se posicionarem, para eu fazer a proposta de convite.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Cordeiro, desculpe. Posso?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Claro, por favor.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Eu só não sei se conseguiremos sair daqui hoje com data e com estrutura já definida. Porque é evidente que para fazermos o mês de novembro, nós já teríamos que ter aqui um projeto de nomes. Claro que o Nascimento, com a sua preocupação pertinente, sugere um seminário grande, Lazzarini reafirma isso. Enfim, parece que todos têm essa disposição.

Mas é preciso pensar também que, ainda que o façamos durante todo o dia de terça-feira, há um limite. Você não pode chamar mais do que três, quatro conferencistas. Dois, talvez, pela manhã; dois, à tarde; com um intervalo. E aí algum debate após cada palestra. Não sei se sairemos com isso daqui definido. Talvez, a estrutura básica.

Dezembro ainda teremos reunião. Quem sabe mês de dezembro, embora seja um mês sempre mais difícil de realizar eventos assim. Novembro, parece-me que nós não teremos tempo para organização. Embora, quanto antes melhor.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Eu vejo como importante, se a gente conseguisse sair daqui hoje com a temática já resolvida, já estamos de acordo, e com a relação de convidados. Porque também um seminário de dia todo, exige que a gente tenha a plateia o dia todo para ouvir, que a gente tenha os Conselheiros que participem e possam estar aqui conosco para que o seminário tenha o resultado esperado, que é fazer com que os Conselheiros escutem a posição de todos.

São muitos agentes envolvidos, eu vejo que a gente tem produtores de conteúdo, tem os profissionais da propaganda, tem as agências, quer dizer, de todos os lados.

Então, que pudéssemos chegar a uma lista, porque, como o Presidente Cançado colocou, se tivermos mais do que quatro ou cinco palestrantes, vamos nos perder dentro do tema. Ou, então, que nós façamos mesas temáticas, com uma mesa que tenha dois ou três painelistas de manhã ou outra mesa, para que possamos trazer o maior número possível de participantes, tendo sempre como meta sair com alguma ideia formada, não ser um seminário de que saiamos sem uma proposta definida.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Eu concordo. Eu acho que nós temos 15 membros na Comissão Temática de Publicidade e Propaganda, que seriam os interessados nesse seminário. Aqui hoje temos presentes sete. Nós temos sete presentes e quinze no total. Acho que esses quinze são o público alvo desse seminário.

Acho também que poderíamos até sair com alguns nomes, mas que os demais Conselheiros teriam obviamente de opinar sobre isso e até sugerir nomes que depois, pelo tempo reduzido, teríamos que talvez até votar quem seriam os convidados.

Eu ia passar a palavra ao Conselheiro Schröder, porque, Conselheiro, nós estávamos discutindo como iríamos resolver o problema da Comissão e elencamos um tema que nos pareceu o tema que atualmente é o mais importante, que é o de Restrição em Publicidade e Propaganda. O Plenário concordou em sugerir ao Plenário do Conselho a realização de um seminário. Falamos toda hora em seminário porque não temos como ir convidando aos poucos, pelo número reduzido de reuniões que temos, ao longo desses dois anos. Então, no seminário, tentamos tratar tudo de uma vez.

Estávamos aqui discutindo os convidados para esse seminário. Logo no início, eu sugeri representantes da sociedade, como o Coletivo Intervozes, e lembraram que o Coletivo Intervozes está na Justiça contra uma série... Mas isso não é impeditivo para se convidar o Coletivo Intervozes e outros representantes da sociedade civil que podem agregar conhecimento, informações, experiências a esse seminário. O que nós estamos discutindo agora é quem poderíamos convidar para esse seminário.

Passo a palavra ao Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado por me esclarecer. Eu já tinha me inteirado um pouquinho.

Eu acho uma boa ideia, acho um bom tema. Eu acho que o que nós temos que focar é buscar as organizações mais representativas. O Intervozes é um movimento muito atuante, mas ele está dentro do FNDC. Então, eu acho que nós teríamos que convidar o FNDC, que é um fórum que tem uma larga tradição nesse debate e que pode, inclusive, obviamente indicar alguém do Intervozes para fazer.

Acho que o FNDC é uma organização com uma larga tradição de crítica, inclusive, a esse lado. É óbvio que tem que vir. Nós vamos ter que ouvir todas as *nuances*. O seminário tem essa vantagem de ouvirmos as posições contrárias e também as intermediárias nessa posição.

Eu vou me permitir pensar um pouquinho aqui para ver se eu consigo indicar alguém, além do FNDC, que é uma organização da qual nós fazemos parte.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Eu acredito, Conselheiro, que, embora tenhamos aqui elencado algumas instituições como a Abap, a ABA, o Conar... Acho que alguém foi contra o Conar, não sei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – E as instituições das emissoras, a Abratel, a Abra, a Abert e a ANJ, que são os...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA BLANCO – O Idec também, Presidente.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estou conversando aqui com o Schröder exatamente sobre essa questão. Eu acho que nós temos que chamar governo, empresário e sociedade civil. Nós temos que focar nisso aí. É o que eu consigo ver neste primeiro momento. Depois vemos se sociedade civil representa realmente sociedade civil, se governo representa governo. Empresário normalmente representa empresário.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Conselheiro Nascimento, só uma ponderação. Quem do governo? Eu queria entender um pouco mais porque toda a parte de legislação da comunicação é feita pela Câmara, é atributo da Câmara e do Congresso. Então, eu não sei se, nesse momento, o Poder Executivo poderia nos ajudar. Não sei, eu queria entender um pouquinho mais a sua proposta.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – Vamos pensar juntos o que o governo pode fazer. Pode ser?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Celso, tem a palavra.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone*.) – Acho que essa proposta de composição normalmente... mas eu concordo. O Ministério das Comunicações, por exemplo, eu acho que não, mas as agências reguladoras e os órgãos dos consumidores me parecem que são mais afeitos a esses assuntos neste momento e que, de alguma maneira, representam esse cliente meio abstrato às vezes, que é o governo. Pode ser.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Eu acredito que isso ainda vá ser uma lista que vá acabar sendo enxuta, por conta do tempo do seminário. A gente vai elencar uma série de instituições para, depois, ir enxugando.

Conselheiro Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Eu concordo plenamente com ela. O negócio é o seguinte: o governo, nesse caso, nesse momento, seria muito ampla a palavra governo, que faria parte disso. Eu acho que, como disse o Nascimento, tem que trazer os empresários, tem que trazer as pessoas que trabalham para os empresários, temos que trazer o FNDC, que é um órgão que está lutando há muitos anos pela liberdade de comunicação.

Então, essas são as partes mais... E depois tem outra coisa: a Abert, eu acho que... Não sei se é a Abert ou a ABA, que está em conflito grande contra as agências de publicidade nesse momento por uma série de coisas que estão em discussão.

Então, acho muito importante, como disse o Nascimento, vamos pensar juntos esse negócio do governo.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Obrigado, Conselheiro. Eu acho que o que nós estamos decidindo aqui, então... Ficou decidido que nós apresentamos ao Plenário do Conselho a proposta do seminário. Vamos apresentar também que esse seminário fique em cima desses 22 projetos que nós já descobrimos referentes a restrições de publicidade e propaganda. Nada impede que algum outro assunto relevante seja incluído também.

E que vamos discutir também no plenário as entidades que serão convidadas, deixando aberto a que todos os Conselheiros possam sugerir e que, depois, votemos um número, quando estiver mais ou menos definido horário, data e tempo que cada palestrante teria para o seminário.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Presidente, posso?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Por favor.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Desculpe. Eu sugiro que isso já chegue ao plenário com relação a entidades e o mais amplo possível. Convidar a participar... evidente que convidar a participar vamos convidar todos, eu penso, todos os órgãos do

governo que digam respeito à comunicação, que tenham a ver com comunicação e com cultura.

Agora, o escopo é quem será convidado como palestrante. Vamos debater isso no plenário, vamos repetir um debate que está sendo feito aqui. Superemos isso logo ou, quem sabe, decidamos assim. Eu estou sugerindo, em linha de objetividade.

Quem sabe... Pelo que eu entendi, V. Exª vai sugerir a composição aqui de uma comissão para formar, e a eminente Conselheira Patrícia já se propôs a integrá-la, para fazer uma estrutura do seminário. Não é isso?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Exatamente.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Que traga pronto porque, senão, no plenário do CCS vamos discutir de novo o que a Comissão decide aqui. E aí, é duplo trabalho, é tempo que nós precisamos otimizar.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Perfeito. Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu estou colocando meu nome à disposição da Comissão para organizar.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Mais algum Conselheiro se coloca à disposição?

O.k. Então, nós temos três Conselheiros: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho, a Conselheira Patrícia Blanco e o Conselheiro Nascimento Silva para compor essa comissão, para elaboração do seminário.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – E aí, de novo eu sugiro que já tiremos daqui uma previsão de data. Se é conveniente fazer... Novembro eu acho já pouco viável. Dezembro, temos sempre o óbice de um mês atípico. Se é o caso de fazermos ainda este ano, o quanto antes melhor. Mas é preciso também que o melhor seja o melhor efetivamente. Se é o caso de fazermos na primeira reunião, em fevereiro próximo. Sugestão apenas.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Eu até coloco ao Plenário, por achar que é mais viável, fevereiro do ano que vem. Daria tempo de se discutir isso, daria tempo de se verificar as instituições que viriam, se ninguém está...

Conselheira Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Estou de acordo, embora eu goste sempre da celeridade. Se a gente saísse daqui acordados com a aprovação, acredito que, em dezembro, a gente colocaria, mas concordo com que dezembro é um mês bastante complicado em relação à data. Manter aqui o nosso público-alvo o período todo pode ser mais complicado. Infelizmente, a premência do tempo... Então, o.k. em fevereiro.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Fevereiro, então. Temos aqui já fevereiro para a data que vai ser sugerida, os três Conselheiros que ... Nós podíamos discutir agora talvez e, até a sugestão do Presidente... Aproveito aqui para registrar a presença do Vice-Presidente.

A sugestão do Presidente Cançado, se nós teríamos, que base seriam os convidados? Quer dizer, podemos convidar todos, mas os palestrantes quais seriam? Algum Conselheiro sugere?

Conselheira Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Bom, eu listei aqui que a gente deveria, além de ter representantes da sociedade civil, do empresariado e do governo, para a gente discutir quem seriam esses convidados, eu listei aqui: produtores de conteúdo, agências,

veículos, consumidor, anunciantes, empresários e entidades da sociedade civil e aqui. E, como sugestão do Conselheiro Schröeder, o FNDC reunindo o Intervozes e outras.

Então, dos produtores de conteúdo, Conselheiro Lazzarini, eu vejo que seria muito importante termos representantes para colocar. Há muitas produtoras independentes que podem ser convidadas, há associações desses produtores, que poderiam estar aqui falando também. Há no caso, por exemplo, produtores de conteúdo infantil que estão sofrendo com possibilidade de restrição à publicidade, então, que poderiam ser chamados.

No caso das agências, eu vejo a Abap como sendo a representante; veículos em aberto, entre as entidades que são representadas aqui no Conselho; consumidor, há o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e o Proteste – podem ser dois, se a gente decidir; o Conar como órgão de autorregulamentação publicitária; anunciantes, ABA e outros. E até a questão de defesa do consumidor a gente já falou, então, acho que seriam esses a princípio, então, como sugestão do que eu listei.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Só uma informação de ordem prática: a nossa reunião de fevereiro é dia 15, porque o Congresso volta a funcionar e nós estamos submetidos à agenda do Congresso, ele volta dia 2 de fevereiro e a primeira 2ª feira é dia 1º de fevereiro, a seguinte, é feriado de Carnaval, de modo que só estaremos juntos em 15 de fevereiro. E aí, talvez pudéssemos pensar na hipótese também, minha sugestão, de realizar o seminário abrindo na noite de 2ª feira, depois das nossas reuniões aqui e na 3ª feira pela manhã.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Na 3ª feira.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – O que acham? Pensar assim talvez.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – É uma proposta, porque já que os Conselheiros teriam que ficar a noite de 2ª feira aqui, podiam aproveitar esse fim de tarde de 2ª feira para iniciar.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Primeiro, eu quero resgatar o ponto da Conselheira. Ela elencou ali várias entidades que têm o mesmo objetivo. Isso num primeiro momento, em uma análise simples. Então, eu acho que será um trabalho árduo para nós, da Comissão, fazer essa proposição para o Pleno. E aí o Pleno define os nomes, para não ficar como nós os donos da verdade.

Então, já se tem uma proposta inicial da Conselheira e nós vamos fazer um trabalho agora, daqui para frente – espero que seja o mais rápido possível, para deixar tudo pronto –, para quem sabe em dezembro estarmos indicando os nomes, enfim, preparando tudo, para que em fevereiro, de fato, ocorra o seminário.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – É para agregar algo ao que a Patrícia falou. Sim, é como disse o Nascimento, é verdade, há muitas coisas que se superpõem e que representam as mesmas linhas, digamos. Os produtores de conteúdo, nós temos aqui hoje grandes produtores que eram produtores de publicidade e hoje são produtores de conteúdo, na mesma pessoa. Então, essa pessoa pode, eventualmente, uma pessoa só, responder por essas duas coisas. Depois temos o FNDC, que eu acho importantíssimo, e depois temos Abap e ABA, porque a Associação Brasileira de Anunciantes eu acho que também teria que estar. E nós, que somos os trabalhadores, os sindicatos, as pessoas sindicalizadas.

Então, eu teria aqui uma, duas, três, quatro pessoas, que seria mais ou menos o que o Presidente falou, duas de manhã e duas de tarde.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – O.k.

Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu acho fundamental a participação do Conar nesse projeto. O Conar, a ABA, a Abap são entidades de extrema importância e diretamente ligadas ao assunto. A participação do Conar eu entendo como fundamental.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – A participação do Conar, inclusive, foi sugerida pela Conselheira Patrícia Blanco, e obviamente acho que é importante.

Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Ainda tentando formatar e ajudar a Comissão a definir o formato e o número de participantes, porque eu acho que isso é decisivo para nós não fazermos um seminário muito superficial, muito rápido, e às vezes improdutivo, embora, obviamente, em um seminário não sejam só os painelistas que falam. Ou seja, é possível que o Plenário e nós também possamos intervir.

Eu imagino que um tema desse tenha três pontos de tensão. Uma tensão é de quem faz e ganha, ou seja, vive da publicidade. Então, são todos os órgãos, o Conar, os produtores, as agências, ou seja, a quem a publicidade remunera.

Eu acho que há outro ponto de tensão que é o consumidor ou o cidadão. E aí os órgãos críticos ou não à publicidade, que tenham um olhar receptivo à publicidade. Mas a tensão é quem recebe. Aí há os órgãos de consumidores, o FNDC, a sociedade civil e tal.

E há um terceiro órgão, do qual o Conar não faz parte, porque ele é autorregulamentação, que é o da regulamentação. Ou seja, é o que o Nascimento chama de governo, que é quem tem que fazer essa regulamentação, quem para alguns está devendo regulamentação e, para outros, já tem suficiente.

Então, tentando ajudar, eu imagino que, se nós fizermos dois dias – para mim pessoalmente terça-feira é um dia muito difícil, mas obviamente eu não vou impor a minha agenda –, eu acho que nós poderíamos ter três painelistas por turno, fosse sábado à noite, fosse segunda à noite, fosse terça de manhã, três painelistas por turno eu acho que é um bom tempo, permite um debate razoável.

E aí, ajudando, tentando contribuir com a Comissão que vai formatar, eu tentaria colocar nesses três campos de atuação: consumidores e sociedade civil, produtores e agências, enfim, a quem a propaganda remunera, e os órgãos reguladores nas suas instâncias, dimensões, os que existem e aqueles que têm o papel, de alguma maneira, de produzir esta regulamentação.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Obrigado, Conselheiro.

Eu faço o seguinte, então, nós ficamos com algumas sugestões de como podemos montar o seminário e já com a comissão montada, da qual o Conselheiro Nascimento faz parte, que vai apresentar pelo menos o desenho final disso aí.

Eu consulto se o Plenário concorda com a proposta do Presidente Cançado de fazer esse seminário em dois dias, um pedaço na segunda-feira, para usar um pouco mais de tempo na terça, quando poderíamos ter o início da tarde também, aí, teríamos bastante tempo para debates e para exposições.

Acho que não há nenhuma...

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Só penso que três exposições à noite é muito. Talvez, no máximo, duas, de 20 ou 30 minutos cada, para ter algum debate, senão fica...

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – É, talvez, nós pudéssemos concentrar as exposições...

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Para fazer à noite tem que fazer alguma aberturazinha, alguma coisa?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Por favor, Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Acho até, em termos de encaminhamento, que o que poderia ser feito na noite de segunda-feira seria uma apresentação da Comissão dos projetos de lei que nós estaremos discutindo, como uma prévia, até para uma introdução à discussão do dia seguinte.

Então, listar esses 22 projetos, colocar quais são as questões comuns a todos e deixar todo mundo na mesma página e, no dia seguinte, iniciar os debates com os painelistas convidados.

Então, talvez, aí, seja um caso de a gente pensar nesses dois momentos, vamos dizer assim. O primeiro, de preparação do Conselho e o segundo, de abertura para os painelistas para que a gente possa aproveitar ao máximo os participantes.

É a minha sugestão.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – A proposta da Conselheira Patrícia é diferente da que o Presidente colocou. E, aí, eu quero saber como é que nós iremos encaminhar, porque o objetivo maior diante da constatação de várias entidades que ela elencou, remeteu ao Presidente fazer uma proposta assim: a gente começa na segunda à tarde, noite, para dois, e, no dia seguinte, você elenca os demais.

Essa proposta inviabiliza qualquer painelista na abertura.

Só para...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (*Fora do microfone*.) – Não inviabiliza, porque se pode fazer uma abertura...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não. O.k.

Se pudesse registrar o que ele está falando, porque, aí, ficaria mais fácil para depois eu analisar na Ata.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Desculpa. Eu entendo que não inviabiliza, Conselheiro, porque nós podemos fazer uma abertura, uma pequena exposição sobre o que nós vamos fazer, para colocar todo mundo no mesmo ponto, e, depois, fazermos os dois painelistas, sem qualquer tipo de problema, porque essa exposição também não demorará mais do que 30 minutos.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro, o que eu acho que a Conselheira Patrícia propôs foi aquilo que nós começamos conversando logo no início.

A gente precisaria desses painelistas para que nós tivéssemos informações suficientes para tomar decisões em cima dos projetos que estão tramitando, que é o nosso objetivo principal, apresentar, no caso, à Câmara, porque os 22 projetos são da Câmara, a nossa sugestão do que fazer com esses 22 projetos.

E me parece que a sugestão da Conselheira Patrícia é neste sentido: nós vamos colocar, apresentar esses 22 projetos para que, pelo menos, os outros Conselheiros

saibam o que nós estamos discutindo, mas isso também não precisa ser a segunda-feira toda. Acho que cabem painelistas na segunda-feira. Era só uma introdução para se tentar não fugir do foco que a gente quer dar para poder dinamizar os trabalhos.

Eu imagino que seja isso, Conselheira.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, é para a gente até aproveitar melhor os painelistas. Não é em detrimento a uma outra, não. É só uma sugestão adicional para que a gente possa, quando estiverem os convidados aqui, aproveitá-los melhor para tirar mais informação e poder trocar mais ideias. Independentemente se isso for acontecer na segunda-feira à noite, na terça, de manhã, ou na terça-feira o dia todo, é só uma sugestão.

Agora, como sugestão adicional proponho que a gente, da comissão organizadora, possa, até, no momento seguinte a essa reunião, ou no intervalo de almoço, conversar rapidamente e montar uma proposta e apresentar ao Pleno na reunião seguinte, de novembro, para que a gente possa ter mais tempo para trabalhar nisso e propor a estrutura do seminário na próxima reunião do Conselho.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Perfeito.

O Conselheiro Schröder pediu a palavra.

O Conselheiro Lazzarini pediu um pouquinho antes a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Não?

Então, Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Embora não declaradamente querendo adequar a minha agenda, mas procurando ver se consigo participar: se não houver inconveniente por parte dos presentes, eu concordo que tem que ser em dois turnos. Eu acho que tem que ser em dois turnos e creio que a disposição de fazer dá ao seminário a importância que deve ter. Eu pergunto se não é possível nós fazermos o seminário, em vez de na segunda-feira à noite, nós ocupássemos a segunda desde manhã, ou seja, em vez de fazermos a abertura na segunda à noite, fazermos na segunda pela manhã, com a estrutura que está sendo proposta, e irmos até – eu estaria disposto, ser for o caso – à noite. Se não houver inconveniente, repito. Se não causar nenhum problema. Eu teria que adequar com a Maria José. Se há problema nessa proposta.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Eu até acrescento, Conselheiro, que podemos, inclusive, propor ao Plenário do Conselho que, em fevereiro, não haja reunião de comissão temática, e usaríamos as segundas-feiras pela manhã já para o seminário. Também podemos fazer o seminário na segunda-feira o dia inteiro e deixar a reunião do Conselho para terça. Também pode ser. Não sei o que o Presidente Cançado pensa disso, mas é questão de ajustar a data. Não sei se é obrigatório a reunião do Conselho ser na segunda-feira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – É regimental. Pode haver uma extraordinária no lugar. Marca-se a extraordinária para terça. Pode ser. Vai depender da decisão da comissão que vai propor o seminário: "Vamos fazer na segunda-feira. Começamos na segunda-feira. Vamos até o final da tarde da segunda-feira". Há tempo suficiente, e a reunião do Conselho fica extraordinária para terça-feira pela manhã. É possível. Eu acredito que seja possível. Vai depender do que a comissão vai propor ao Conselho.

Bom, eu acho que nós esgotamos a nossa agenda de temas, pois era basicamente esse que nós tínhamos para tratar.

Consulto se mais algum Conselheiro tem mais algum comunicado a fazer.

Eu saúdo a presença do Conselheiro Gerace. É a primeira vez que comparece ao Conselho, nesta nova composição.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Eu quero fazer uma ponderação, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Presidente Cançado.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Alguém está inscrito antes de mim ou não?

V. Exª disse há pouco que são 22 projetos catalogados na área de publicidade e propaganda, não é isso?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Não, 22 só no subtema Restrição à Publicidade e Propaganda.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Restrição. Não seria o caso de haver alguma deliberação aqui se vamos distribuir a análise disso ou se há uma linha de prioridades, se dispensamos alguns? Decidimos pela realização do seminário. Muito bem. Quanto a esses temas, há algum que nós devemos eleger especificamente, que é a essência da nossa atividade, para ser analisado no âmbito da Comissão e levado ao Plenário do CCS?

É a ponderação que faço para aproveitar, já que temos ainda algum tempo. Há alguma prioridade, algum tema do momento, algum tema mais, eu diria, *caliente*, que devemos debater entre nós e levar para o Plenário?

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Presidente, no início, nós elencamos os 22, porque temos aqui 135 projetos em andamento. Elegemos esses 22 porque é o que dá para a comissão começar a tratar. E a comissão que vai tratar do seminário faria também a seleção dos projetos. Talvez algum projeto fique prejudicado ou seja muito semelhante a outro. Eu acho que a Comissão poderia separar, nesses 22 projetos, o que deve ser tratado e o que não deve ser tratado.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Mas eu insisto. Desculpe, o Conselheiro Nascimento está inscrito e eu estou aqui falando. Não se aparteia o Presidente, mas peço licença, porque penso que isso é essencial. Dentre tantos, mais de cem temas vinculados à temática da comissão, mas 22 já selecionados.

Pergunto se não vamos eleger algum deles para além do seminário, que é mais amplo, eu penso, e que também não esgota todas as matérias possíveis, porque em uma semana nós não esgotaremos tudo. Se não vamos eleger alguma prioridade, no âmbito da comissão, para ser o foco, para que na próxima reunião nós tenhamos o relatório – uma comissão elaborando o relatório –, a fim de levá-lo ao Pleno? Eu acho que é fundamental que façamos dessa forma. É uma sugestão.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Desculpe, Presidente, eu não entendi.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Para dar efetividade ao trabalho da comissão que vai municiar o Pleno.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Presidente, eu não entendi a proposta.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Nós temos 22 projetos. Algum ou alguns deles merecem especial atenção a ponto de serem analisados e relatados por nós e

submetidos ao Plenário para que o que se decidir, aprovado ou não, seja levado às casas legislativas? Eu acho que nós temos que eleger.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Eu concordo, Presidente, mas acho que a ideia do seminário foi justamente esta: que a comissão tivesse informação de todos os lados que têm esse problema – os anunciantes, os veículos e a sociedade –, para que se elegesse o que é importante ou não no que estamos tratando aqui. Ou o Plenário da comissão vai decidir o que é importante, enquanto o anunciante está pensando outra coisa. Aí nós estamos indo na contramão do que quem está efetivamente interessado no tema está fazendo. Ou seja, eu vou dizer o que é importante, quando, às vezes, para a ABA, para a Abap e para o FNDC é diferente. Por isso nós resolvemos discutir esses 22 temas, com os palestrantes apresentando os seus problemas: a emissora de televisão vai dizer que precisa de anunciantes; o anunciante vai querer anunciar; a sociedade civil acha que deve proteger as crianças. Enfim, nós vamos saber o que é importante ou não para apresentar ao Plenário do Conselho. É o que eu imagino, Presidente.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu acho que nós estamos chegando, de fato, à formatação. Agora sim. As reuniões começam mornas e, no final, afloram.

Como representante da sociedade civil e dos trabalhadores, já tenho alguns pontos. A meu ver, a questão da criança é ponto *sine qua non*. Nós temos que debater isso. E tenho que ouvir, inclusive, do outro lado, a Conselheira Patrícia e o Paulo para ver o que eles estão pensando. Por mais que digamos: "Ah, eu estou olhando o consumidor de forma geral", os empresários e a sociedade civil não empresarial também estão vendo por esse caminho a questão do consumidor. Só que um é negócio. Ele consegue ver negócio, que é o empresariado. Diante da constatação de começarmos pelos 22, eu acho que, desses 22, nós vamos enxugar um bocado. Não dá para debater os 22 no seminário. Vamos priorizar e trazer para o Pleno, e, aí sim, se alguém entender que deve haver outro tema, a comissão terá que ajustar isso, ou não.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu acho que nós temos uma demarcação e uma indicação na Constituição brasileira. Ou seja, a Constituição brasileira elenca e aponta a possibilidade de regulação sobre que temas devem ser abordados. Ela desenha mais ou menos, embora, obviamente, a Constituição já tenha algum tempo, mas acho que está valendo ainda. São aqueles pontos que ficaram sem regulação e por isso permitem o debate, até onde se pode ir, até onde não se deve ir. Eu acho que, atendendo e compreendendo a preocupação do Presidente Cançado, tirar desses 22 pontos.

Talvez os 22 pontos já sejam esses – eu não sei, eu não vi –, mas que nós trouxéssemos os pontos que a Constituição brasileira elenca, a questão do tabaco, a questão do álcool e outras.

Acho que essa preocupação que o Conselheiro Nascimento traz é decisiva, acho que ela pode nos nortear. Ou seja, ninguém é contra a publicidade – imagino eu que ninguém seja contra a publicidade –, o problema que a Constituição prevê é uma publicidade que incida sobre pessoas que tenham dificuldade de decidir sobre ela. Nesses casos, a publicidade deixa de ser publicidade e passa a ser uma indutora de consciência, assume uma dimensão para além da venda de produtos – para crianças etc.

Então, acho que o nosso foco – tentando atender ao Presidente Cançado – tinha que ser a criança – e a preocupação do Nascimento nos aponta isso –, que eu acho que é a parte mais frágil dos consumidores/cidadãos, sobre as quais, sim, a publicidade poderia trazer algum dano.

Isso existe no mundo todo, essas regras não são novas, não estamos inventando a roda. Certamente os painelistas vão trazer essas referências a partir dos seus interesses e, talvez, pensando agora, Presidente, talvez, nessa abertura, nessa linha que a Patrícia tinha nos sugerido, a primeira fala talvez fosse deste Conselho, ou seja, que este Conselho já atuasse sobre...

Está certo que nós teremos o público-alvo do seminário para formatar, mas acho que talvez a Comissão, vocês que fazem parte da Comissão que trata desse tema, já pudessem incidir no seminário fazendo essa seleção que o Presidente está pedindo. Ou seja, já apontando um pouco o olhar – que não está decidido, porque o Pleno é quem vai tratar disso, e as decisões, se as houver, seremos nós que estaremos no Pleno –, já se podia delinear um pouco qual é o olhar que a Comissão tem sobre isso a partir desse recorte, cada vez mais fechado, que estamos tentando fazer. Ou seja, que fossem as questões da Constituição, os temas previstos na Constituição e, desses temas, prioritariamente, aqueles que incidissem sobre crianças.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – O senhor sugere, então, Conselheiro, que a Comissão que vai propor o seminário já faça uma primeira análise sobre esses temas.

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – O que eu vejo é que, desses 22 projetos, muitos são até repetidos, são repetitivos. Se elencarmos para criança, ou bebidas, ou alimentos, eles já são repetidos. Temos que fazer uma triagem, separar por subtemas, avaliar cada um deles e traçar alguma coisa mais objetiva.

Vejo que, dado o respeito à Constituição, da forma como ele colocou, da forma como a Constituição coloca, dos setores que já são proibidos de fazer publicidade, há projetos aqui que preveem restrição a esses setores novamente. Quer dizer, se a Constituição já prevê a proibição de propaganda de armas de fogo, então não há necessidade de avaliarmos um projeto que proponha a proibição de arma de fogo, como há aqui. Isso já excluiria. Então, dos 22, com essa depuração, conseguiríamos chegar em projetos que se repetem mais.

No caso da criança, eu vejo que realmente é de extrema importância avaliarmos isso, mas também vejo que já existem regras estabelecidas que a protegem – há o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, temos que avaliar sob essa ótica.

E vejo, Presidente Cançado, como necessário esse seminário antes de fazermos qualquer parecer a respeito de qualquer projeto que instituamos aqui como sendo prioritário. Acho que daria, dos 22, para restringirmos ao menor número possível, ouvir todos os envolvidos e, a partir daí, ter um parecer feito para aprovação do Pleno.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Conselheiro Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Além das crianças, que recebem as mensagens publicitárias, que temos que observar, temos as crianças que trabalham como atores dentro dos filmes publicitários, dentro dos filmes de longa-metragem, programas de televisão e demais. São Paulo está numa luta para tentar regulamentar bem isso.

Eu, que fiz muitas propagandas de crianças – eu fazia campanhas muito grandes, da Estrela e de outras –, tive vários casos de crianças que vocês já conhecem: hoje estão usando drogas; havia crianças que, depois que o filme era montado, não apareciam no filme. E elas chegavam na escola e diziam "Eu vou aparecer em tal filme". Aí os amiguinhos: "Ah, como você é mentiroso, você não aparece". Ou a criancinha dizia: "Ah, filmei com a Xuxa ontem, eu a conheci", e depois ela não aparecia. Então, há toda uma série de coisas que temos que preservar. Essa também é uma coisa que temos que preservar e ver.

Claro, não se pode fazer cinema sem criança. Você não faz o Menino da Porteira com um cara de 20 anos. No Menino da Porteira tem que ter uma criança interpretando o menino – esse é um exemplo que estou dando. Tivemos casos aqui, por exemplo, como o do Ferrugem, que era um rapaz que tinha 18 ou 19 anos mas parecia uma criança. Aí diziam que era uma criancinha, mas ele podia trabalhar.

Temos que tomar cuidado. Isso tem que ser regulamentado. Eu acho que está sendo regulamentado só em São Paulo por enquanto o trabalho infantil, tem que ter uma autorização do juiz e outras coisas.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Obrigado, Conselheiro.

Conselheiro Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – ... questão de saúde... (*Falha na gravação.*)

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Saúde seria outro tema.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Eu quis dizer que a questão da publicidade para criança tem a questão da saúde em si.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Relativo à saúde.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – E esse exemplo que o Lazzarini cita subjetivamente também leva à questão da saúde.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Porque saúde seria um outro tema.

Bom, aí eu vou deixar isso para a Comissão.

Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que vai ser difícil para a Comissão encontrar projetos. Eu acho que nós debatemos sobre projetos. Eu acho que podemos fazer o que a Patrícia estava sugerindo: debater conjuntos de projetos. Eu tinha proposto um arco maior da Constituição, que se desse o recorte da criança. Eu concordo com a questão da saúde. Nos Estados Unidos e na Europa é a grande preocupação da publicidade. Ou seja, uma publicidade que conduz para a hipertensão, conduz para a diabetes infantil. Então, é claro que quase sempre é a criança o foco, mas, dentro da questão da criança, o tema da saúde me parece ser um tema sobre o qual a Comissão poderia se debruçar. E eu acho que é isso mesmo. Vai ser difícil nós elencarmos um projeto, vamos ter que debater conjuntos de projetos *a posteriori*.

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – O.k.

Deixe eu só tentar responder ao Conselheiro Gerace e ao Conselheiro Celso Schröder que, quando nós aqui elencamos alguns projetos, há 13 na área da saúde. E esses projetos na área da saúde, publicidade e propaganda que nós elencamos aqui são os que dizem respeito à obrigatoriedade de divulgação de alguma coisa. Exemplo: esse

remédio faz mal para isso ou aquilo, é contraindicado para quem está com dengue. Esses projetos é que estão no item 6, saúde.

Existem restrições à publicidade e propaganda que incluam também o tema saúde. Então, nós estamos falando é do tema saúde e do tema criança dentro do tema Restrições à Publicidade e Propaganda – e não incluir outro tema como prioridade.

A outra coisa que eu queria informar é que eu comecei a fazer esse levantamento logo que fui eleito no plenário como Coordenador da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda.

Mas houve um documento que foi entregue aos Conselheiros na última reunião, com os projetos que tramitam no Senado e os projetos que tramitam na Câmara. O meu número aqui – eu vou pedir desculpa com relação aos 22, porque eu vinha trabalhando com o meu material que foi feito lá atrás – não são 22, são 27. Os Conselheiros encontram nas páginas 48 a 55 desse material verde, o da Câmara, que são os itens de 150 a 172, são 23 projetos; e, no do Senado, nas páginas 24 e 25, dos itens 66 a 69.

Então, são desses projetos que nós estamos falando. Como tudo isso aí vai passar pelo plenário, como os Conselheiros vão definir quais são os mais importantes, então eu sugiro que, deixaria registrado, depois vou informar aos Conselheiros do que nós estamos falando, por *e-mail* nós vamos passar, que são os Projetos nºs 66 a 69 na lista do Senado e 150 a 172 da lista da Câmara – páginas 24 e 25 no trabalho do Senado e 48 a 55 na Câmara.

Eu consulto, pois já são 10h26, e já deixamos definido pelo menos duas coisas: uma indicação à Comissão de que, nesse tema Restrição à Publicidade e Propaganda, daríamos preferência ao que envolve criança e ao que envolve saúde. Aqui a Comissão vai apresentar um projeto já meio que fechado para um seminário em fevereiro – isso pode ser apresentado até próximo a novembro ou dezembro, ao plenário do Conselho – e que ficou aprovado por nós a sugestão ao Conselho de fazer esse seminário em relação...

Consulto se algum Conselheiro tem mais alguma...

Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Eu estou de acordo, mas queria colocar uma ponderação a respeito até do teor desta Comissão e dizer da preocupação que tenho de irmos na questão da restrição de avaliarmos as restrições sem levar em consideração o que a Constituição já coloca. Eu acho que é muito importante considerarmos que artigos da Constituição já preveem as proibições de setores e que temos de avaliar a restrição, e como essa restrição pode impactar o setor como um todo, mas o consumidor, o cidadão como um todo.

Vejo que temos um papel muito importante e relevante em discutir esse tema, sempre na ótica da Constituição, de forma a termos uma liberdade com responsabilidade. Acho que esse é um ponto importante a ser colocado.

SENADO FEDERAL CN - 23
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (Comissão de Publicidade e Propaganda) 05/10/2015

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO DE 2015 DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2015, A SER PUBLICADO JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença dos membros.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião de Trabalho
Data: 5 de outubro de 2015 (segunda-feira), às 9h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

Coordenador: Marcelo Cordeiro

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
Walter Vieira Ceneviva		Paulo Machado de Carvalho Neto	
José Francisco de Araújo Lima		Márcio Novaes	
Roberto Franco		Liliana Nakonechnyj	
Celso Augusto Schröder		Maria José Braga	
José Catarino do Nascimento			
Sydney Sanches			
Pedro Pablo Lazzarini		Luiz Antonio Gerace	
Ronaldo Lemos		Patrícia Blanco	
Marcelo Cordeiro			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ccscn@senado.gov.br

O SR. COORDENADOR (Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira) – Com certeza. Acho que nós falamos aqui em posicionar a Comissão quanto a esses dois temas que foram elencados aqui pelos outros Conselheiros como temas importantes dentro das restrições.

Algum Conselheiro?

Bom, senhores, acho que atendidas as finalidades da presente reunião, nós encerramos o trabalho desta primeira reunião de 2015 da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Agradeço a presença de todos os senhores, do Presidente Cançado, do Vice-Presidente Ronaldo Lemos e declaro encerrada esta reunião.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.*)

Aprovada na 7ª reunião ordinária de 2016, realizada em 2 de maio de 2016. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DIA 11 DE ABRIL DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H,
NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 5ª reunião (extraordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 11 de abril de 2016, segunda-feira, às 9h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Conselheiro Ronaldo Lemos, destinada ao Seminário "Incentivos para a produção cultural". Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: RONALDO LEMOS, Vice-Presidente no exercício da presidência; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; MARCELO ANTÔNIO RECH, representante das empresas de imprensa escrita; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; e SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.

SENADO FEDERAL CN - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (5ª Reunião) 11/04/2016

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Bom dia a todos!

Sou Ronaldo Lemos, Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social. Estou aqui, hoje, substituindo nosso Presidente, Miguel Cançado, que está em viagem e, infelizmente, não pode participar desta reunião, já havia avisado há mais de três meses desse fato.

Gostaria de dar início aos trabalhos de hoje, já determinando que temos aqui o quórum necessário de Conselheiros presentes para dar início à reunião. Alguns Conselheiros ainda estão a caminho.

Começamos os trabalhos hoje com uma sugestão do Conselheiro Marcelo Cordeiro, uma proposição que foi feita por ele relativa à realização de um seminário a respeito de incentivos para a produção cultural. Esse seminário foi uma proposta acatada, muito relevante, da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda.

Esse seminário vai acontecer agora pela manhã. E eu vou ler aqui rapidamente a lista dos participantes, já fazendo notar que alguns já nos comunicaram que estão a caminho, seja por atraso de voo ou por questão logística, mas a gente vai dar início com os presentes aqui.

Estamos contando hoje com a presença do Leonardo Hernandes, Diretor de Mecanismo de Fomento da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, que está a caminho. Temos a satisfação de receber aqui: o Dr. Ismar Barbosa Cruz, que é Secretário de Educação do Tribunal de Contas da União – muito obrigado, Dr. Ismar, por estar aqui conosco; é um prazer para o nosso conselho recebê-lo! –, e o Dr. Rodrigo de Medeiros Paiva, Diretor Comercial da Maurício de Sousa Produções. Agradeço muito a presença do Dr. Rodrigo e de todos os que vieram acompanhando, é uma satisfação recebê-los.

O Dr. Leonardo Edde, que é Vice-Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual, já nos avisou que o voo dele acabou de pousar. Ele está a caminho.

Informo também que foram convidados, mas não puderam comparecer ao nosso seminário: o Senador Lasier Martins, que é o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; o Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine); e também o Gilberto Gil, que infelizmente não pôde participar, mas nos mandou uma mensagem muito carinhosa, em razão de estar em turnê agora, fora do País, por isso também não foi possível a participação dele.

Outra mensagem muito importante é que nós aqui no Conselho temos avançado cada vez mais na interatividade por meio da internet. Este seminário está sendo realizado em caráter interativo com a possibilidade de participação e envio de perguntas por qualquer pessoa por meio da internet. Então, vamos ter não só a transmissão do seminário por meio da TV Justiça, mas também qualquer pessoa pode nos enviar perguntas. Inclusive, já aviso que recebemos duas perguntas. Nem começou o seminário e já temos perguntas realizadas.

Quem quiser divulgar essa possibilidade de interação por meio de seu Twitter, da sua rede social, enfim, quem quiser dizer *on-line* para as pessoas assistirem e participarem, o *link* é www.senado.leg.br/ecidadania. Repetindo: www.senado.leg.br/ecidadania. Quem tuitar esse *link* vai ter lá o canal para participar, assistir ao nosso seminário e participar com perguntas e interações. Daqui a pouquinho

vou colocar no meu Twitter, exatamente para chamar as pessoas para acompanhar as nossas falas e interagir aqui conosco.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos os convidados.

Gostaria de compor a Mesa, primeiro, chamando o Dr. Ismar Barbosa Cruz para se juntar a nós – muito obrigado, Dr. Ismar, pela sua presença! –, e, em seguida, já gostaria de, por favor, convidar o Dr. Rodrigo de Medeiros Paiva para também compor a Mesa aqui conosco, agradecendo também a sua presença.

Dando, então, início ao nosso seminário, primeiro, darei a palavra ao Dr. Ismar e, logo em seguida, ao Dr. Rodrigo, mencionando que cada um tem dez minutos para a sua exposição. O Dr. Rodrigo já me avisou que vai exibir um vídeo de curta duração, então, a exibição desse vídeo vai além do seu tempo regimental.

Dr. Ismar, fique à vontade por favor. É uma satisfação tê-lo conosco.

Anunciamos aqui a chegada do Dr. Leonardo Hernandes, que é Diretor de Mecanismos de Fomento da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura. Muito obrigado por sua presença, Dr. Leonardo.

Passo a palavra ao Sr. Ismar Barbosa Cruz.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar todos da Mesa na pessoa do Dr. Ronaldo Lemos, agradecer o convite e dizer que, mais do que uma obrigação para nós, que somos servidores do TCU, é uma satisfação redobrada estar nesta Casa, todas as vezes, porque o nosso propósito é única e exclusivamente contribuir para a melhoria da política pública brasileira.

Hoje temos a grande honra de discutir uma política pública muito importante, mas até certo ponto deixada de lado historicamente em alguns momentos: a política cultural.

Eu trouxe uma apresentação – me foi avisado que eu teria 20 minutos, mas, como eu só tenho 10, serei breve.

Gostaria de pedir a caneta para passar os eslaides por gentileza.

Eu sou Secretário de Controle Externo da Educação, Esporte e Cultura do TCU. A nossa unidade coordena a atuação do TCU nessas áreas e, portanto, na área cultural.

A contribuição que trago para o debate é o acórdão que mais recentemente foi editado pelo TCU e que teve uma repercussão e uma reflexão no meio. A organização do evento nos pediu que explorássemos um pouco esse acórdão. Eu vou falar rapidamente sobre a nossa atuação na área da cultura, vou entrar direto no Acórdão 191, de 2016, do Plenário, falando dos seus fundamentos e do seu alcance, e de perspectivas de atuação conjunta do TCU com os representantes aqui presentes e com o próprio Senado Federal por intermédio deste Conselho.

De início, dizer para todos que o TCU atua, como é de conhecimento geral, fiscalizando os recursos de origem federal, dos orçamentos da União. Portanto, os principais processos de trabalho que nós temos são, primeiro, relacionados às contas das entidades e dos órgãos diretamente vinculados ao Ministério da Cultura, às contas de governo que ficaram bastante conhecidas, principalmente nesse ano passado, pela repercussão que houve. Há sempre uma abordagem da política cultural, e a última não foi diferente. Nós temos as conhecidas auditorias, fiscalizações em que são feitas análises sobre o cumprimento da legislação e seus resultados em vários aspectos. Inclusive, quanto à renúncia de receitas, há uma previsão explícita da nossa lei orgânica – está ali no §1º – nesse sentido.

Outro produto que nós temos é o chamado Fisc Cultura – eu não sei se alguém de vocês o conhecem. É um relatório sistêmico da área cultural. Eu trouxe alguns

exemplares para o Conselho – infelizmente ficaram retidos lá na recepção, mas vão chegar aqui. É um relatório que faz uma abordagem, do ponto de vista orçamentário, da função cultura, dos principais trabalhos que o TCU desenvolve e de um tema de destaque ao longo do ano. Eu trouxe a última edição impressa e os senhores vão receber um exemplar dela.

Por último, nós temos as tomadas de contas especiais, outros processos que o tribunal recebe, relacionados à área cultural, principalmente as leis de incentivo à cultura.

Vou contextualizar. Nós estamos no meio de pessoas que são absolutamente conhecedoras do que nós vamos falar. Então, a ideia é discutir, refletir sobre os incentivos aos projetos culturais, o chamado mecenato cultural. A Lei Rouanet dá duas possibilidades em seu art. 18 para os segmentos ali previstos, com abatimento de 100% do valor aplicado. No art. 26, há outras duas modalidades, patrocínio e doação – não vou me deter nessa definição conceitual. Nós vamos falar, então, exatamente sobre essa questão.

Bem, o acórdão do TCU é originado numa representação do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União naquele processo. Todos os acórdãos do TCU são públicos – pela internet, portanto, qualquer cidadão pode acessar todos, inclusive este. Foi trazida ao conhecimento do tribunal a possibilidade de avaliar o que poderia ter sido considerado irregular na autorização de incentivos fiscais, sendo focada a questão principal no apoio ao Rock in Rio, em 2011. Esse processo é de 2011; o acórdão saiu apenas agora.

A questão principal que o Tribunal enfrentou é a legalidade e legitimidade da concessão de incentivos culturais previstos na Lei Rouanet a projetos claramente lucrativos e que, em tese, não teriam problemas para obter patrocínios privados. Foi essa a questão central objeto da decisão do TCU.

Além dessa questão, outras foram trazidas e foram analisadas. A primeira delas, a distribuição de ingressos para o Rock in Rio a servidores do Ministério da Cultura. Servidores teriam sido contemplados com ingressos para o evento. A ECT teria participado do apoio ao projeto com R$2 milhões. E a autorização para captação de recursos para o projeto Rock in Rio teria contrariado pareceres técnicos que contestaram o volume de verbas públicas destinadas ao projeto.

Ainda, os pareceres técnicos teriam alertado para o fato da lei ter como objetivo facilitar o acesso a eventos culturais e apoiar projetos com maiores dificuldades de conseguir financiamentos e o Ministério da Cultura estaria utilizando rol de categorias mais amplas do que aquele previsto no art. 18 da lei.

Isso é o que foi objeto da representação. Não foi o juízo do Tribunal.

O Tribunal considera, ao final de sua análise, realizada pela unidade técnica, no caso a Secretaria de Controle Externo responsável, que não houve evidências de ofensa aos princípios de impessoalidade e moralidade no que diz respeito à distribuição dos ingressos aos servidores. Isso não foi considerado irregular, em síntese.

Também foi considerado que não haveria nenhum impedimento ou óbice legal para concessão por uma empresa pública como a ECT a patrocínios com fundamentos na Lei Rouanet. Então, essas duas foram as primeiras conclusões endossadas pelo Ministério Público e pelo próprio TCU.

Na sequência, a autorização para captação de recursos para o projeto Rock in Rio não teria contrariado o parecer técnico, uma vez que esse foi favorável ao projeto, à aprovação da captação. Entretanto, o MinC e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura não fizeram qualquer crítica ou ponderação acerca da ressalva que constou daquele

parecer. Nós vamos explorar um pouco mais essa questão, foi o apontamento que o Tribunal fez como melhoria de procedimentos para o Ministério da Cultura.

Bom, o Relator, Ministro Sherman, que conduz, como todos sabem, a decisão, apresenta uma decisão ao Tribunal e o Plenário acaba referendando, entendeu que, com relação ao parecer técnico que alertava sobre algumas questões preliminares, deveriam ter sido tratadas e enfrentadas pelo Ministério da Cultura no momento da decisão. Ele considerou grave essa forma de despacho sem considerar essas ressalvas.

As ressalvas constantes do parecer técnico buscavam justamente maximizar o retorno social e exigiam medidas concretas por parte das instâncias competentes para autorizar a captação dos recursos.

Enfim, essa é uma conclusão que tem repercussão lá no Acórdão propriamente dito, e vou mostrar aos senhores, e que gera uma determinação ao Ministério.

Mas o que traz a nossa presença aqui é fundamentalmente essa questão principal em que eu extraio alguns trechos do voto que o Relator emitiu e que embasam a decisão do Tribunal. Então, ele faz uma ponderação trazendo da representação que uma área onde os recursos públicos disponíveis são tão escassos, um apoio ao um festival lucrativo como o Rock in Rio indicaria uma inversão de prioridades com possível desvirtuamento do sentido da lei de incentivos à cultura.

O Ministro traz outros casos que poderiam subsidiar essa discussão: Cirque du Soleil, *blog* de vídeos da Maria Bethânia, turnê do Caetano Veloso e a Festa do Peão de Barretos. Projetos beneficiados devem se amoldar às finalidades do Pronac, como contribuir para facilitar o livre acesso às fontes de cultura, promover e estimular a regionalização da produção e priorizar o produto cultural originário do País – também foi dito pelo Relator.

Então, ele vem, na sequência, fundamentando que as finalidades da lei que autoriza projetos da natureza estão previstas no art. 3º. E cita também o art. 2º...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ – É o meu tempo que acabou?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ – Que somente serão concedidos projetos desde que atendido também o §1º do art. 2º da lei.

Na questão principal ainda, dos projetos incentivados, segundo o Tribunal, deverá constar formas para a democratização do acesso aos bens e serviços resultantes, com vistas a, entre outros, tornar o preço dos ingressos mais acessíveis à população em geral e promover a distribuição gratuita de obras ou de ingressos a beneficiários que atendam a condições estabelecidas.

Vou passar aqui e trazer a essência do fundamento. Diz lá o relator que embasou a decisão: "o TCU, ao analisar os atos de gestão de suas unidades, deve controlar o atendimento ao interesse público, ou seja, a legitimidade".

Então, quero dizer o seguinte: o Tribunal atua avaliando prioritariamente a legalidade. Porém, a legalidade transcende um pouco o que está na lei literalmente. O aspecto de legitimidade do ato de gestão é abordado pelo Tribunal e é constitucionalmente previsto, e a legitimidade é um princípio que exige que o recurso público seja utilizado cumprindo a lei, mas, mais do que isso, atendendo ao interesse público tutelado pela lei.

Ao atender os fins da norma jurídica foi quando o Tribunal apontou que, nesse caso, deveria também nortear a decisão do Ministério; deveria avaliar se, ao autorizar a

captação para projetos eminentemente lucrativos, com potencial altíssimo de lucro, o Ministério não estaria violando o interesse público tutelado, de democratização do acesso à cultura, a projetos que não poderiam ser autossustentáveis.

Foi nessa linha que o Tribunal decidiu, falando da análise do gestor, que deve buscar ....

(*Interrupção do som.*)

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ – ...e avaliar o binômio capacidade e necessidade, perguntando se, por exemplo, aquele projeto é capaz de se autossustentar e se há necessidade e, entre aspas, "interesse público" de intervenção do Estado para impulsionar este setor ou esse projeto. Essa é a discussão e essa é a reflexão que o Tribunal lança. Não está legislando o Tribunal. Em diversos momentos, o TCU interpreta a lei, com base em princípios, o que está, na visão do Tribunal, protegido pela lei em termos de interesse público.

Bem, aí, ele vem falando em alternativa – acho que todos conhecem – o Ficarte, que ainda não foi utilizado pelo Ministério por falta de interessados, parece-me. Esse, sim, teria um viés mais direcionado a projetos comerciais rentáveis.

Seguindo aqui, na mesma linha, estão aqui os argumentos. O Poder Público deve analisar caso a caso. O TCU não disse o que é projeto sustentável ou com potencial lucrativo. O Poder Público, o Ministério, deve avaliar e decidir caso a caso, provavelmente regulamentando o que vem a ser essa questão.

O TCU trata também dos casos limítrofes. O Tribunal deliberou sobre um caso que é muito, digamos, flagrante. O Rock in Rio é um sucesso mundial, todos os anos apresenta lucros, enfim, é um projeto bastante lucrativo. O Tribunal não estava discutindo um projeto em que havia dúvidas sobre se era viável comercialmente. O direcionamento, a decisão vai neste sentido de provocar uma avaliação nestes projetos que são sabidamente ou que, pretensamente, podemos vislumbrar que haverá lucro e sucesso independentemente do apoio oficial.

É isso que está dito mais à frente, na análise que o Ministério deve fazer. Estou chegando ao final. O final é o acórdão especificamente disposto ali, que determinou duas medidas ao Ministério: primeiro, que o Ministério deve manifestar-se expressamente sobre as ressalvas apontadas nos pareceres técnicos. Não é obrigado a seguir as ressalvas porque o parecer é meramente um aconselhamento, mas, pelo princípio da motivação, o Ministério deve deliberar, deve analisar e deve decidir fundamentadamente e formalmente sobre as ressalvas. Essa é a primeira determinação que o Tribunal faz ao Ministério. E a segunda, que se refere diretamente à questão mais polêmica e inovadora, determina ao Ministério que se abstenha de autorizar a captação de recursos a projetos que apresentem forte potencial lucrativo bem como capacidade de atrair investimentos privados, independentemente dos incentivos fiscais.

Então, esse é o comando do Tribunal. É importante dizer que a determinação – Ministério sabe disso pelo relacionamento que temos – é uma medida obrigatória de ser adotada; o descumprimento da determinação do Tribunal pode implicar sanções para o gestor público, e o Ministério, sabedor disso, então, inclusive apresenta um recurso contra a decisão.

E eu finalizo, então, rapidamente, colocando-me à disposição para o debate, não sem antes dizer aqui das perspectivas que nós vislumbramos. Primeiramente, dizer que o Tribunal precisa deliberar, ou melhor, precisamos aguardar o trânsito em julgado do Acórdão nº 191. Por quê? Porque só poderá ser exigido o seu cumprimento a partir de

quando não caibam mais recursos. E o Ministério embargou dessa decisão, buscando do Tribunal um esclarecimento sobre o que vem a ser "projetos com forte potencial lucrativo" e "a capacidade de atrair suficientes investimentos privados independentemente do incentivo fiscal". Então, o Ministério provoca o TCU sobre essa questão, querendo um esclarecimento sobre o que vem a ser isso e também querendo converter o que foi objeto de determinação numa recomendação. A recomendação é uma orientação não obrigatória; a determinação, como eu disse, implica o cumprimento imediato. Esse é o recurso do Ministério.

É bom que se diga que esse recurso não foi apreciado nem quanto à sua tempestividade, nem quanto à sua legitimidade, mas a decisão está suspensa.

Uma segunda perspectiva é, a partir disso, adaptar os procedimentos de análise dos projetos incentivados às orientações do Tribunal. Qualquer que seja o desdobramento do acórdão, ele já vai implicar uma mudança de procedimentos. E essa é uma questão a respeito da qual o TCU se coloca ao lado, à disposição do Ministério para discutir a sua implementação.

Um pouco mais além, eu coloco que é uma perspectiva muito bacana que nós também possamos acompanhar a evolução da aprovação do novo marco legal do fomento à cultura. O TCU está engajado também nessa discussão e se dispõe a colaborar, inclusive quanto a essa questão objeto do nosso evento de hoje.

Finalmente, reafirmo que o TCU não tem outro compromisso a não ser com o aprimoramento da política cultural brasileira. Foi nesse sentido que ele adotou essa decisão.

Então, com essas palavras e com esse registro rápido, eu agradeço a oportunidade, colocando-me à disposição da Comissão, do Senado, dos senhores, agora, no debate e no dia a dia.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Dr. Ismar. A sua contribuição foi valiosíssima. A sua apresentação deixou muito claro esse tema de grande importância e que tem chamado a atenção de todo o País. Então, muito obrigado pela sua exposição.

Gostaria de fazer notar que já chegou e está aqui conosco o Dr. Leonardo Edde, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria do Audiovisual (Sicav).

Muito obrigado por estar aqui conosco.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. Rodrigo de Medeiros Paiva, Diretor Comercial da Maurício de Sousa Produções.

Dr. Rodrigo, regimentalmente estão previstos 10 minutos, mas V. Sª pode usar entre 15 e 20 minutos. Não há problema.

O SR. RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer o espaço para a Maurício de Sousa poder se manifestar, sobretudo para uma plateia importante, reconhecendo a relevância do assunto de hoje.

Confesso que é um fórum ao qual, normalmente, a gente não está presente; a gente está presente muito mais quando se trata de entretenimento, de alegria, de diversão, mas a gente não pode se furtar a estar presente quando se discutem coisas importantes e até alarmantes que vêm evoluindo.

Mas, depois da explanação do nosso colega aqui, que falou muito da realidade do mercado audiovisual, eu tenho que fazer alusão a uma peça literária, *O Feijão e o Sonho*. Na verdade, o senhor falou muito bem do feijão, só que o feijão não existe sem o sonho.

E vou contar um pouco rapidamente a história de como o Maurício está relacionado ao sonho.

Maurício foi uma criança que nasceu em Santa Isabel, perto de Mogi, interior de Mogi das Cruzes, e que, como toda criança, na época, se inspirava nos super-heróis, no Fantasma, no Mandrake, personagens infantis, notoriamente norte-americanos, que habitavam o imaginário infantil da época.

E vendo uma revistinha que ele pegou no chão, aquilo ficou impregnado na memória, no imaginário do Maurício, que falou: "Eu quero fazer isso, eu quero desenhar um dia, eu quero viver de desenhar." E ele foi desenhando, sofreu os desafios iniciais que passou dentro de casa. E mesmo o pai sendo um poeta, quando ela falou: "pai, eu quero desenhar para viver", o pai respondeu: "Filho, você está louco. Eu sou poeta, eu sei o que é isso. Não dá para viver de arte."

Mas ele foi em frente, seguiu seus desafios, foi buscar mercado para o desenho dele. Começou desenhando cartaz para supermercado, cartaz para professora de escola que não sabia desenhar, até o dia de apresentar o trabalho para os jornais. Quando chegou aos jornais, falaram: "O que é isso? Não, você não tem ainda capacidade para desenhar." Ele saiu cabisbaixo. Alguns já conhecem essa história. "Mas para você não sair assim, por que você não pega algum outro trabalho aqui no jornal, entra no meio e aos poucos vai mostrando a sua qualidade?"

Um dia, surgiu o espaço de uma matéria. Havia um buraco, a pauta tinha caído. Perguntaram: "Maurício, você sabe desenhar mesmo?" "Sei", ele falou. "Você consegue desenhar essa cena de um crime?" E ele rapidamente colocou em cima do colo e desenhou. "O Maurício sabe desenhar. Se surgir a oportunidade, nós vamos chamar você para desenhar.

E assim ele foi, ia mostrando os desenhos dele, desenhos infantis, até que um dia caiu outra pauta. "O teu desenho é bom mesmo?" "É muito bom", ele falou. E mostrou a primeira tira dele. Depois daquele dia, falaram: "Olha, você é melhor desenhista que jornalista. Você já tem um emprego aqui conosco como desenhista." Ele teve que optar entre ser desenhista e ser jornalista e optou pela carreira de desenhista.

Sobre esse primeiro desafio dele e essa questão de se identificar ao sonho e realizá-lo, hoje vemos uma corrente de pensamento que pode estar colocando isso em xeque, que é a capacidade de a criança sonhar e se dedicar ao sonho através da imaginação. Essa imaginação chega principalmente através dos desenhos animados objeto aqui do nosso tema, dos filmes. Só que aqui, no Brasil, temos o grande desafio de concorrer com uma indústria altamente implantada. Nós concorremos, como o Maurício de Sousa, com grandes produções multimilionárias.

Voltando um pouquinho ao passado, desses primeiros desenhos, ele começou a ter as suas tiras em jornal e daí conseguiu implantar. Falou: "Olha, eu vou ser igual aos americanos. Os americanos distribuem as tiras deles para o mundo todo. Eu também vou fazer isso dentro do meu limite." Ele pegou o *budget* dele, quanto ele tinha de dinheiro, fez um círculo no mapa. Ele tinha dinheiro para distribuir as suas tiras para 100km de Mogi. Ele chegava no motorista do ônibus e perguntava: "Você pode levar esse fotolito para o rapaz do jornal de Pirassununga?" Ele dava um sanduíche, às vezes, para o motorista, que levava o fotolito e conseguia publicar. Com isso, ele chegou a 150 tiras de jornal distribuídas no País. Na época, era um grande empresário do entretenimento de jornal.

Depois das tiras de jornal, vieram os tabloides, que são as páginas inteiras, os suplementos infantis, já ganhando notoriedade. Quem não lembra do suplemento infantil da *Folha*, de *O Estado de S Paulo*. Com isso, as tiras já sendo famosas, um publicitário,

Enio Mainardi, achou muito interessante uma tira do Maurício. Pela experiência de jornalista do Maurício, ele sempre avocou a contemporaneidade das suas tiras, do seu conteúdo. Ele colocou nas tiras o conteúdo jornalístico que ele via. Por isso ele conseguia se expressar muito bem naqueles pequenos espaços e com materiais relevantes do dia a dia.

Com isso, no mercado publicitário, foi feita através do Enio Mainardi uma campanha para o extrato de tomate Cica, que vinculou um personagem do Maurício a um extrato de tomate que existia na época. Foram veiculados 70 comerciais publicitários naquela época, num curto espaço de dois, três anos. Isso foi muito forte, porque paralelo a todo o reconhecimento que existia já do Maurício, da parte editorial, foi o passo em que o Maurício falou: "Eu vou tentar me aventurar, exportar o meu material através das revistas." E esse material foi exportado para toda a Europa. A Editora Abril fez um grande esforço de distribuir o Maurício nos países europeus. O Maurício estava presente na Alemanha, Suíça, França, Espanha, Portugal.

Um dia ele foi checar isso e viu que o material dele não estava presente nas bancas de jornais. Ele disse: "Mas vocês têm as minhas revistas ou não?" Daí um jornalista que estava na Suíça, que era português, respondeu: "O senhor é o autor daqueles desenhos, dos quadrinhos da Mônica?" "Sou sim." "Então vou lhe falar a verdade: eu tenho a revista, mas eu não tenho autorização de expô-la." Ele disse: "Como não?" Ele respondeu: "Olha, na verdade, há outras revistas muito mais conhecidas que as suas, que falam para a gente não distribuir a sua revistinha aqui." Daí foi discutir com a distribuidora, que falou "não, que absurdo, vou discutir com o causador de tudo isso, o maior beneficiado disso". E quando o distribuidor voltou dessa discussão, ele voltou com contrato de exclusividade com esse conteúdo. Daí, quando ele argumentou, "mas o que que falta, por que você preferiu distribuir o outro conteúdo e não o meu?". "Porque o seu conteúdo aqui na Europa não é conhecido, vocês não têm histórias em quadrinhos, vocês não têm desenho animado, vocês não têm filmes." Isso na década de 70.

O Maurício recebeu a pancada, voltou para o Brasil e disse: "Eu vou produzir desenho animado." E na década de 80, ele se tornou o maior produtor de desenhos animados do País. Nós produzimos oito longas-metragens no País. E isso não seria possível sem alguns subsídios governamentais que na época existiam, mas também a grande barreira que existia no mercado, que era a lei da informática.

Então, o Maurício sempre teve que competir com estruturas internacionais que entendem e entendiam que o mercado audiovisual é estratégico. A gente tem que lembrar que, quando os Estados Unidos saíram da crise, onde o Obama foi fazer a comunicação da saída da crise dos Estados Unidos? Foi na Disney. O Obama foi na Disney e disse: "Temos o orgulho de dizer que estamos fazendo a retomada da economia americana." E quando vemos que existem muitos mecanismos hoje no Brasil lutando, vemos as várias adequações que precisam ser feitas ainda no fomento do incentivo da produção nacional. Temos muito a crescer. Somos uma das maiores economias do mundo, mas na área audiovisual, na área cultural, estamos engatinhando ainda. Nós temos uma cultura que precisa se afirmar muito ainda.

E isso nos foi colocado como: a Maurício de Sousa como parceiro estratégico da indústria audiovisual brasileira pela Apex, por todas as empresas de fomento. E o que nos causa estranheza é que, às vezes, da mesma forma que fomos eleitos como parceiros estratégicos para levar a cultura brasileira para fora, existem correntes de pensamento que enxergam isso como fomento ao consumo, ao consumo desenfreado, uma coisa

nociva à cultura brasileira. Então, ficamos sem saber como nos posicionar: afinal, temos uma participação positiva ou negativa?

Então, para cortar um pouco essa questão mais ácida do discurso, eu queria mostrar um pouco a obra do Maurício e a forma com que hoje ele chega até a população, como um dos maiores formadores de leitores informais do Brasil. O Maurício é um dos maiores formadores de leitores informais do Brasil. No último ano, ele foi o autor infantil que mais vendeu livros no Brasil, ficando, entre todos os escritores do Brasil, atrás apenas do Padre Marcelo e do Augusto Cury.

Queria soltar o vídeo. (*Pausa.*)

Essa é a apresentação, queria soltar o vídeo. Tem som.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à apresentação de vídeo.)*

O SR. RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA – Essa é uma parte bonita do trabalho, que mostra o reconhecimento e importância que o Maurício tem. Mas quero voltar aos desafios que existem por trás disso, à questão de *O Feijão e o Sonho.*

O gibi, durante muito tempo, foi tido como uma subliteratura e até atrapalhava a criação de valores das crianças. Essa foi uma corrente que teve início nos Estados Unidos nas décadas de 40 e 50, chegou muito forte aqui, no Brasil, influenciou muito a nossa cultura, os nossos professores, que achavam também que o quadrinho era uma coisa nociva às crianças brasileiras. Durante muito tempo, foi uma luta de o Maurício se firmar como formador de leitores e não como uma pessoa que estava prejudicando. Chegou ao ponto de as pessoas quererem proibir o Maurício de trabalhar com personagem do Chico Bento porque ele falava errado, falava caipira. Imagina isso na realidade do Brasil dos anos 70, as pessoas falavam deus dialetos regionais, seus sotaques regionais. E o Maurício falou: "olha, eu aceito que o Chico Bento deixe de falar o "caipirês" se vocês provarem que o brasileiro não fala isso". Logicamente, ninguém conseguiu provar isso. E agora isso foi superado. Recentemente, há alguns anos, os professores de Brasília encomendaram para Universidade de Brasília uma pesquisa para colocar um ponto final nisso, se o quadrinho contribui ou não para a sociedade brasileira. E o resultado da pesquisa é de que as crianças que são expostas aos quadrinhos têm um rendimento escolar 50% superior àquelas que não têm, justamente pela riqueza do tema, pela forma com que essas crianças são impactadas, ou seja, não de forma didática, professoras, mas, sim, través do entretenimento.

Isso trouxe para a Maurício de Souza Produções, através da direção do Maurício, uma responsabilidade muito grande de tudo o que fazemos. O coração do Maurício está em justamente continuar com essa produção. Aos custos do Brasil – sabemos dos custos de folha de pagamentos, investimentos... Temos hoje cerca de 400 colaboradores, o que onera muito o nosso custo fixo, o que faz com que nosso custo de produção seja muito alto frente aos nossos competidores externos, que têm toda sua produção paga externamente e chegam ao Brasil totalmente pagos. É totalmente inviável a competição de igual para igual com as grandes produções internacionais.

O que fazemos? Fazemos bastante coisa, já que somos os maiores produtores nacionais hoje de conteúdo infantil. Só para vocês terem uma ideia, estamos produzindo quatro longas-metragens e duas séries em coproduções com televisões nacionais, que

não aconteceriam sem os programas de incentivo da quota de tela nos cinemas e da quota de produção nacional na tevê fechada.

Apesar de tudo isso, nada foi suficiente para evitar a saída da programação infantil da televisão aberta, que está presente em 99% dos lares brasileiros. Hoje, a Globo não exibe... O SBT é a única emissora que ainda briga para manter esse conteúdo nacional.

Então, a nossa preocupação é que um conteúdo da Maurício de Sousa, uma empresa que está estreitamente vinculada à cultura nacional, às famílias nacionais, não tenha mais essa supervisão, essa curadoria – desse conteúdo que sai com os nossos personagens ou de qualquer outro –, porque a criança não tem mais acesso à programação infantil. Hoje, a criança... Se você acessar a tevê aberta, verá que ela só exibe conteúdo adulto, e isso, a nosso ver, fragiliza muito essa proteção que se quer dar à criança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA – ... que está fragilizada quando é exposta a um conteúdo adulto.

Eu queria, rapidamente, passar pelas questões que são a razão do nosso alerta aqui.

Pode passar aqueles dados, por favor. (*Pausa.*)

Eu queria ir para a tela nº 30. (*Pausa.*)

Hoje, a TV Cultura, recentemente, seguindo essa corrente contra o consumismo infantil, contra essa publicidade, tirou da sua forma de financiamento da programação a presença da publicidade paga. E o que nós temos hoje? A total falência da programação infantil da TV Cultura. A gente vê vários artistas se manifestando contra a queda da programação da TV Cultura, que foi o lar de criação de tantos programas, como *Cocoricó*, programas relevantes para a cultura nacional, e, hoje, não tem dinheiro para sustentar essa programação.

Como a Maurício de Sousa consegue fazer isso? Através do licenciamento de seus produtos. Então, é aquela coisa: se eu fosse cobrar o preço de uma página exatamente pelo custo dela, nós cobraríamos R$1 mil; porém, nós temos que subsidiar isso em 50%. E tudo isso é feito com os recursos auferidos com a venda de produtos.

Assim, toda a nossa preocupação é que a Maurício de Sousa seja impedida de continuar com a sua atividade e que isso impeça que outros personagens, que outros artistas brasileiros tenham acesso a esses mesmos recursos audiovisuais que, hoje, a Maurício de Sousa conseguiu, depois de 50 anos.

Aqui, são dados para vocês calcularem o impacto que seria gerado se nós tirarmos alguns negócios referentes à Maurício de Sousa.

Haveria um impacto, no mercado, de R$33 bilhões em produção, o que equivaleria ao orçamento de dois programas Bolsa Família. Nós estaríamos falando da retirada de 720 mil empregos; R$6,4 bilhões em salários; e R$2,2 bilhões em tributos. Isso comparado aos recursos que são disponibilizados pela Lei Rouanet.

Então, se as leis contra o consumismo infantil passarem do jeito que estão querendo, a gente vai se equiparar a realidades como as de Cuba e Coreia do Norte, onde os produtos são considerados como abusivos e prejudiciais à criança. O uso de cores, trilha sonora e efeitos especiais, como brilhos nas embalagens etc... Então, quer dizer, desde uma maça da Turma da Mônica, que foi responsável pelo incremento do hábito do consumo de maçãs em muitas famílias brasileiras, até uma revistinha, teriam que ser embalados em papel pardo onde estaria escrito "produto infantil". Numa banca de

jornal, fatalmente, iria atrás da *Playboy* – nem *Playboy* mais nós temos –, porque os produtos não poderiam ficar ao alcance da vista da criança.

Então, a gente acha de uma radicalidade muito grande; a gente acha muito mais nocivo do que positivo.

A discussão de como se preservar a criança tem que haver, sim. Nós somos os primeiros a defender isso, porque nós vivemos e nosso quórum é voltado para a criança e para a família.

Desculpem-me ter me alongado, mas é um tema delicado, que envolve o feijão e o sonho. E para conseguirmos preservar o direito ao sonho da criança, ao entretenimento e à diversão, temos que tomar bastante cuidado nas tomadas de decisão que temos que fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo, pela sua exposição, por nos mostrar o vídeo. Da minha parte, ressalto a admiração pelo trabalho do Maurício de Sousa. Então, é um prazer recebê-lo aqui. Muito obrigado.

Eu queria passar a palavra agora ao Leonardo Hernandes, que é o Diretor de Mecanismos de Fomento da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura.

Com a palavra o Dr. Leonardo Hernandes, por 15 minutos.

O SR. LEONARDO HERNANDES – Bom dia a todas, bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite para participar desta reunião deste importante Conselho para o Congresso Nacional. Certamente, será um conselho onde vamos debater – pretendo iniciar hoje – o processo da reformulação das leis de incentivo à cultura, e falando do ProCultura, que agora está aqui nesta Casa, no Senado Federal. Aos meus colegas de mesa, muito obrigado pelo convite.

Eu já queria me desculpar de antemão porque eu vou ter que me retirar às 11h para um compromisso inadiável. Eu já havia avisado à Secretaria. Caso o debate se estenda além disso, eu já queria me desculpar aqui pela necessidade da minha saída.

Eu queria falar um pouco do contexto geral do fomento e dos mecanismos de fomento à cultura, porque acho que é importante ter um panorama para olhar o incentivo fiscal no seu particular. É importante que tenhamos uma noção geral dos demandantes dos diversos setores e das demandas diferentes que nós temos para o financiamento à cultura, para que possamos discutir então, no particular, as necessidades daqueles que recorrem ao incentivo fiscal.

Na verdade, hoje o que nós temos é que todos concorrem a todas a fontes. Acho que um pouco do que o TCU aponta antecipa o debate que o ProCultura já se propõe a fazer. É importante que caminhemos para duas coisas fundamentais. Primeiro, não podemos ter uma única fonte de financiamento para o projeto cultural, temos que expandir a nossa carteira de financiamentos para os projetos culturais, independente do seu alcance e do seu potencial comercial; segundo, saber que há mecanismos específicos para setores específicos e também para capacidades produtivas e de lucro diferenciadas.

Acho que o ProCultura avança, e isso eu queria discutir com os senhores e com as senhoras e com o TCU, o Sr. Ismar, exatamente para entender o potencial econômico da cultura. Acho que essa é uma questão central que hoje, a partir do acórdão do TCU, fica mais evidente para o nosso debate.

Vou apressar nessa apresentação. É uma apresentação que temos feito para discutir o fomento e ProCultura em particular, mas acho que há algumas preliminares que precisamos abordar. Esses conceitos, no diálogo com o Prof. Albino Rubim, da UFBA, um

grande pesquisador da cultura, o sistema de financiamento brasileiro atual não responde adequadamente à complexidade atual da cultura na contemporaneidade. Ele está visivelmente desequilibrado. Isso principalmente no sentido de que hoje nós temos demandas diferentes, setores diferentes, mas apenas um setor potencial tem sido mais agraciado com os recursos, enquanto em outro setor uma grande camada de demandantes não tem tido acesso às fontes de financiamento, num desequilíbrio regional, territorial e também de linguagens artísticas.

As políticas de diversidade cultural desenvolvidas na atualidade necessitam de sistemas de financiamento que, em sintonia com a complexidade contemporânea do campo cultural, possam colher, preservar e promover a diversidade. Esse é outro aspecto. Além da desigualdade regional e de linguagens artísticas, a partir das políticas públicas de cultura dos últimos 15 anos, abrimos um grande leque de possibilidades e de entendimentos do que são políticas culturais. A ampliação do conceito de cultura para o conceito antropológico trouxe novos demandantes e novos setores que o Estado brasileiro passou a olhar, como os ciganos, os quilombolas...

Até a saúde mental passou a ter políticas culturais. Então, os atuais mecanismos estão muito mais focados nas Belas Artes, o que deixa todo um setor cultural brasileiro de fora.

O sistema de financiamento deve comportar uma pluralidade de procedimentos, instrumentos e fontes de fomento à cultura. É disso que eu havia falado, e é isso que eu vou detalhar mais, quer dizer, nós precisamos ter uma carteira mais ampla do que o apoio não reembolsável a fundo perdido, que é a grande tônica do financiamento. Seja ele incentivo, seja ele Fundo Nacional de Cultura, nós estamos falando de apoio não reembolsável. E é nisso que nós queremos dialogar com o Tribunal de Contas nesse entendimento da economia da cultura.

A utilização de 100% da isenção fiscal nas leis de incentivo expressa paradoxal contradição com a intenção original das leis de incentivo: trazer novos recursos das empresas para a cultura. Ou seja, as leis de incentivo que surgiram para motivar as empresas privadas a aportarem, elas mesmas, recursos próprios no fomento à cultura provocaram o inverso: as empresas atualmente só têm buscado incentivo se têm 100% de isenção, e essa é uma contradição original da ideia de lei de incentivo.

O sistema de financiamento não pode prescindir da formação e qualificação pessoal e da realização de estudos que subsidiem seu desenvolvimento e ampliem sua complexidade. O Ministério da Cultura tem provocado muitos esforços para desenvolver indicadores e estudos para balizarem nossas decisões de alocação de recursos. Eu sempre digo que não é absolutamente no chute que se alocam recursos no Ministério da Cultura, porque os quadros do Ministério vêm de uma realidade, estão inseridos no mercado cultural, estão inseridos no contexto cultural. Ou seja, têm um *feeling*, têm um *background* dos gestores, mas faltam estudos econométricos para melhor definição da alocação dos recursos.

O fomento direto do Estado, através dos fundos de cultura nos Estados, tem tido maior capacidade de universalizar o financiamento. Os Estados brasileiros têm constituído seus fundos estaduais de cultura, que têm possibilitado uma grande alocação de recursos à cultura. Inclusive nós, da Secretaria de Fomento do Ministério, estamos agora realizando um estudo para levantamento de todas as leis, de todos os mecanismos, de todos os fundos estaduais para avaliarmos o montante de recursos e como estão sendo alocados na cultura do País. Falta um estudo ainda de larga escala para nós

determinarmos o quanto de dinheiro público está sendo investido, e os fundos andaram muito nos últimos 12 anos, inclusive muito mais do que o Fundo Nacional de Cultura.

A necessária afirmação dos avanços dos editais públicos não pode esconder as limitações de sua utilização universal, em decorrência de suas exigências técnicas. Outras modalidades de apoio precisam ser inventadas. Os editais possibilitaram uma saída de distribuição de recursos de balcão, impregnados de paternalismo, de clientelismo – isso é um fato –, para procedimentos impessoais, procedimentos editalícios baseados em princípios legais, que dão respaldo para os gestores, para os órgãos de controle. No entanto, eles demonstram-se ainda ineficazes quanto a uma boa alocação para atendimento de determinados setores. Nós precisamos inventar, respeitando todos os mecanismos da Administração Pública, novos mecanismos para distribuição de recursos.

As políticas culturais devem incentivar o desenvolvimento e a diversidade de públicos e mercados culturais e devem incluir diversos mecanismos, inclusive os que incorporam o risco e estimulam o empreendedorismo. E aqui é que eu queria começar o diálogo sobre o acórdão do TCU, porque ele faz uma leitura da Lei Rouanet correta, sobre o limite da lei. É curioso, porque é uma lei que vem no esteio das leis de incentivo para fomentar mercados, setores econômicos. Os automóveis têm incentivos, a linha branca tem incentivos, diversos setores têm incentivos fiscais. Eu digo que a Lei Rouanet significa 0,6%, se chega a isso, do conjunto de isenções que o Governo Federal faz, do montante de isenções fiscais. Mas, curiosamente, é uma lei que se inscreve apenas na ordem social, e não na ordem econômica. A leitura que faz do princípio da Lei Rouanet como um mecanismo de acesso à cultura, ou seja, dos direitos culturais, do fomento social do acesso à cultura, não dialoga com o fomento econômico de um setor economicamente potencial, porque, lá nos anos 90, quando ela foi desenvolvida, não se discutia ainda o potencial, ou não se conseguia observar o potencial econômico do setor cultural. O ProCultura faz essa atualização.

Aí está, talvez, a grande contradição, já que o Ministério da Cultura, nos últimos 12 anos, tem discutido fortemente a importância da economia da cultura; isto é, busca para si também o debate sobre o potencial econômico da cultura delegado ao Ministério da Indústria e Comércio, quer discutir, sim, os mecanismos de incentivo à economia da cultura. A Lei Rouanet, em seu texto, não trata desse assunto. O ProCultura sim, observa e quer discutir os projetos de potencial comercial, já incorpora esse princípio da economia da cultura.

O sistema de financiamento necessita atender diversos momentos do fazer cultural e superar apoios pontuais circunscritos no momento. É a história de viver de projetos. Sabemos que os mecanismos de fomento também incentivam o setor cultural a viver de projetos, não de processos, e também não pensa em processos de longo prazo; força os artistas a viverem cada projeto, cada projeto, cada projeto, e se aquele projeto, por alguma razão, não passa em um edital por um erro bobo formal, o lado humano acaba comprometido. Precisamos criar mecanismos capazes de dar maior sustentabilidade ao longo do tempo, maior previsibilidade, fazer com que os artistas do movimento cultural pensem suas carreiras a longo prazo.

O sistema de fomento precisa ser pensado na perspectiva federativa para maior eficiência. Esse é outro grande debate que temos travado na atual gestão, de construir o mecanismo de descentralização das políticas culturais. O Ministério de Cultura não pode continuar sendo a Secretaria de Cultura do Brasil, achar que aqui de Brasília, da Esplanada dos Ministérios, será capaz de fazer um edital de fomento a peças de teatro

para o interior do Mato Grosso do Sul. Isso é não acreditar que hoje temos um sistema federativo organizado, com estruturas estaduais e municipais já mais robustas. Nós temos que caminhar para um processo federativo de fomento, porque o Ministério da Cultura precisará de muitos prédios. Se houvesse recurso suficiente para isso, de quantos prédios e de quantos funcionários nós precisaríamos para fazer editais para atender o País inteiro?

O atual cenário de mecanismo de fomento é esse. Eu sempre gosto de trazer o orçamento direto e as emendas parlamentares porque olhamos para o incentivo e para o Fundo Nacional da Cultura como se não houvesse orçamento direto, como se não houvesse emendas parlamentares. É importante trazer para o debate a alocação do orçamento direto do Ministério da Cultura e das emendas parlamentares para a contabilidade do dinheiro investido em cultura, para o atendimento das metas do Plano Nacional da Cultura, para o atendimento do Plano Plurianual do Ministério da Cultura. Isso é absolutamente ignorado, e nós temos que trazer esses dados. Inclusive gastos com manutenção. Eu sempre digo que, sem prédio, sem luz e sem servidor, não existe política de fomento. É preciso contabilizar esse dinheiro também.

O Vale-Cultura é um mecanismo diferente de fomento à cultura, porque estimula o consumo e a demanda. É uma política pela qual eu sou particularmente responsável no Ministério da Cultura. Penso que também é importante olharmos para isso, inclusive porque o consumo maior é com livros, revistas e cinema.

Lei Rouanet, incentivo fiscal, Fundo Nacional da Cultura e Ficarte, que já existe, mas não se viabiliza ainda porque, indo para a cultura, precisa de mecanismos de maior incentivo, de aporte de recursos para a sua instalação. Quando o gerente de banco nos oferece um fundo de investimento, queremos saber quais são as taxas, se há imposto de renda ou não, vamos atrás do melhor rendimento, de preferência que não morda no imposto de renda. Quer dizer, se não houver um incentivo atrativo para o gerente do banco vender o fundo, ele nunca vai vingar. Sabemos que essa é uma opção do *homo economicus*, ali na boca do caixa. Então, se não constituirmos um Ficarte efetivamente atrativo, ele nunca vai se implementar. Não é falta de vontade do Governo ou do Ministério da Cultura que o Ficarte não se implemente.

O ProCultura busca ampliar significativamente a carteira de investimentos, de financiamento para a cultura. Nós queremos, primeiro, trabalhar com investimentos, e acreditamos que essa será a solução para debater com o acórdão do TCU e a visão de potencial econômico dos projetos. Na linha do que a Ancine já realiza, ou seja, projetos com potencial econômico, com potencial de lucro, nós queremos ser parceiros, queremos ajudar aquele projeto a se desenvolver. Com certeza, precisamos de muito mais longas-metragens de sucesso, como os do Maurício de Sousa, mas esse dinheiro tem que retornar.

E de preferência, que retorne exatamente para o Fundo Nacional da Cultura, em que podemos fazer uma transferência, uma redistribuição de renda dentro do próprio sistema. Nós precisamos de um mercado cultural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO HERNANDES – ...pujante, forte, econômico ativo, competitivo, para que todo o setor cultural possa crescer junto. O Ministério da Cultura acredito nisto: somente com um setor cultural economicamente forte nós vamos poder desenvolver a cultura do País como um todo.

Linhas de crédito, ou seja, podemos também fazer investimento. Porque os bancos têm pouco interesse em discutir o setor cultural, eles têm um cansaço. Dá um trabalho enorme lidar com artista; dá um trabalho enorme entender aquele projeto ali. Os projetos dos artistas têm pouco lastro. Então, somente o Ministério da Cultura vai poder fazer o debate com instituições financeiras para constituir linhas de crédito interessantes e viáveis. Os bancos por si só não vão fazer isso.

O ProCultura quer discutir os *endowments,* criar fundos patrimoniais. Nós não temos a cultura do *endowment* no Brasil; precisamos ter. O Maurício de Sousa, por exemplo, daqui a 50 anos – ele vai viver muito mais ainda –, pode constituir um endowment para toda a sua...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LEONARDO HERNANDES – Nós precisamos ter um fundo patrimonial. O maior exemplo disso nós sempre dizemos que é o Nobel, que criou o seu prêmio a partir da sua herança. Nós precisamos constituir *endowments* para o Masp, para as orquestras, para as filarmônicas, para os grandes museus brasileiros. E as emendas nós queremos olhar para ele, o Vale-Cultura, o Ficart. Como eu falei, o ProCultura traz incentivos mais consistentes para estimular o Ficart.

Queremos dialogar com o financiamento coletivo, que é uma modalidade moderna, atual, que o sistema cultural inventou exatamente quando não encontra apoio, não consegue passar em um edital, não consegue captar via Lei de Incentivo, os *crowdfundings*. Isto é algo com o qual o Ministério da Cultura quer dialogar.

O ProCultura cria os fundos setoriais, ou seja, quer olhar para as linguagens, para garantir uma distribuição entre as linguagens e desconcentrar o recurso.

E o Financiamento fundo a fundo, que é essa política de descentralização das políticas de fomento, nessa perspectiva de que o Ministério da Cultura não dá conta de continuar operando editais para o País inteiro. Nós precisamos dialogar com as políticas estaduais e municipais.

Rapidamente, eu acho que esses são números que os senhores e as senhoras devem ter. Esses são os dados da concentração da Lei Rouanet, são dados já de 2015. Os dados de 2014 não são diferentes, onde o Sudeste concentra quase 80% dos recursos do incentivo fiscal. Não podemos perpetuar isso, que vem ao longo de vários anos. E o Sudeste, exatamente, vamos ver no próximo eslaide que... O Espírito Santo, por exemplo, que é Sudeste, está lá entre os Estados do Nordeste. Os Estados que realmente concentram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. E Minas Gerais já com uma diferença bem significativa de recursos.

Nós sabemos que São Paulo e Rio de Janeiro não são o Estado de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, e tampouco é toda a cidade do Rio de Janeiro e toda a cidade de São Paulo. São alguns poucos escritórios que vão concentrar.

Aqui é um dado que muito nos impressiona, para dar dimensão ainda maior dessa concentração: toda a captação da história da Lei Rouanet é inferior, mas pouco maior, R$10 milhões maior apenas do que o Sudeste captou em 2015. Quer dizer, o Norte e o Nordeste, somados, são R$10 milhões apenas maior do que toda a captação do Sudeste.

Aqui é um quadro para comparar a concentração do FNC com o incentivo fiscal. Muito se fala: "Não, mas o País é concentrado". Claro, e não vai ser a Lei Rouanet e não vão ser as políticas culturais que vão conseguir inverter a concentração populacional de PIB do País. Porém, temos que ver o grau de concentração.

Como vemos ali, na primeira coluna, é o FNC de 2015 comparado à concentração do mecenato de 2014, que, pelos números, vocês estão vendo que não é diferente de 2015. Quer dizer, o FNC acompanha uma concentração natural do País – 41% do Sudeste, do FNC, 41% da população, 55% do PIB. Está muito mais próximo do que o dobro do mecenato. E nos outros índices, o Centro-Oeste, 11%, 7% da população, 9% do PIB; o Sul, 19% do FNC, 16% do PIN. Quer dizer, a concentração do FNC acompanha a concentração natural do País, não há a distorção que a Lei Rouanet provoca.

Aqui se trata daquilo que eu falava sobre a concentração, ou seja, não é o Estado do Rio de Janeiro, não é o Estado de São Paulo, mas a gente vê que 5% dos projetos acumulam metade dos recursos da Lei Rouanet, de 2014. Quer dizer, há uma enorme concentração de proponentes. Então, todo o recurso captado está com 35% dos proponentes.

Quais são os avanços possíveis no atual formato da Lei Rouanet? É racionalizar a gestão de incentivos fiscais. Quer dizer, nós queremos discutir uma outra forma de análise dos projetos, porque, hoje, eu sempre comento que a Lei Rouanet é muito cruel com a administração pública, porque todo o trabalho fica com a administração pública, no que diz respeito à análise dos projetos, ao acompanhamento e à prestação de contas. E quando o projeto dá errado, a culpa é do Ministério, e quando o projeto dá certo, o benefício é do incentivador. A gente nunca reconhece, quando o projeto é muito bem-sucedido por captação, que o mérito é da própria Lei Rouanet, e não da administração pública. Mas quando o projeto é um escândalo, aí a culpa é do Ministério, a culpa é da Lei Rouanet. E todo o trabalho também fica conosco. Quer dizer, a empresa simplesmente decide onde vai alocar o recurso que é público, e todo o restante do trabalho fica com a administração.

Queremos articular com as estatais, sim. Dentro do possível, queremos uma melhor alocação dos recursos público, visando às políticas públicas.

Estimular o patrocínio por pessoa física. Isso a gente já tem feito. Já fizemos um seminário, mas queremos ampliar isso. Essa é uma outra possibilidade que os movimentos culturais, os agentes não têm percebido. Ou seja, você pode criar um *pool*, você pode criar um clube de apoiadores de pessoa física com incentivo fiscal. Isso é muito pouco explorado ainda no Brasil.

Estimular novos patrocinadores.

Contínuo aperfeiçoamento da análise.

Acompanhamento mais efetivo. Nós precisamos evidentemente disso, porque a gente olha a pessoa quando entra e só vai dialogar com ela quando já virou um problema e vai ter que virar tomada de contas especiais. Quer dizer, trata-se da nossa capacidade de acompanhamento, de perceber se o problema do projeto no decurso dele ainda é baixo. A gente está muito empenhado nisso.

Prestação de contas financeiras por amostragem. A gente está trabalhando em dois momentos. A gente quer, primeiro, melhorar a nossa análise de projetos, observar como vamos dar conta da decisão do TCU. Por isso nós fizemos o embargo de declaração. Precisamos que o TCU nos ajude a estipular como nós vamos fazer a análise, porque há um binômio potencial de lucro. Com relação ao potencial de lucro, você ainda consegue fazer uma análise até cronométrica. Bom, ele quer se apresentar num teatro de 1.200 lugares, quer cobrar R$300 o ingresso. Mas se ele vai ser totalmente custeado pela Lei Rouanet, tudo que entrar com relação aos R$300 é lucro. Agora, a capacidade de atrair investimentos privados precisa de uma análise mais complexa e que eu acho, particularmente, que a gente não tem condições de parametrizar, de olhar a partir do

banco de dados. Mas esse é um grande desafio, porque, por exemplo, o caso do blog da Maria Bethânia. Claro, ela é uma artista consagrada, mas será que um blog de leitura de poemas de Fernando Pessoa atrairia algum investidor privado? Quer dizer, o fato de ser apenas um artista consagrado por si só não garante a captação. E todos os artistas inclusive falam dessa dificuldade. A Fernanda Montenegro sempre fala de quantas vezes tem que ir ao jantar do dono da empresa. Quer dizer, ela mesma tem que se esforçar e gastar o seu tempo no convencimento, tem que posar para fotos. Ou seja, não é pelo fato de ter o nome da Fernanda Montenegro que o projeto automaticamente já terá captação. Esse é um dado da realidade.

A prestação de contas financeiras por amostragem está no esteio do que o TCU e a CGU já avançaram com a Ancine. Numa análise de prestação de contas, nós queremos caminhar nesse mesmo caminho trilhado pela Ancine e discutir como racionalizar a nossa análise de prestação de contas, porque o TCU não analisa as prestações de contas de 5.545 Municípios. Ele faz isso por amostragem, numa matriz de risco. Então, é exatamente nessa linha que nós queremos caminhar para analisar as prestações de contas dos projetos culturais como um todo e não só dos que recebem incentivo.

Definição de critérios para projetos com potencial lucrativo. A partir da decisão do TCU, como comentei, nós estamos discutindo muito como, ainda na Lei Rouanet, podemos fazer uma análise desse tipo de projeto que se inscreve a todo momento nessa lei.

Com relação ao ProCultura, nós queremos discutir, pois está aqui no Senado Federal, já começou, já temos o Relator definido, o Senador Roberto Rocha, com o qual já estamos estabelecendo conversas. O atual projeto que chegou ao Senado foi muito transformado na sua tramitação na Câmara dos Deputados, perdeu o que nós consideramos a principal mudança de paradigma, que é a manutenção dos 100%.

O projeto ProCultura vinha exatamente para rediscutir os 100%, e voltou aos 100%. O projeto que está agora aqui no Senado Federal mantém os 100%. Queremos discutir com o Senador Roberto Rocha a possibilidade de esse percentual voltar para os 80% como teto e manter os 100% para doação – pessoa física e pessoa jurídica. Quando não há intenção da promoção da marca, manter os 100%.

Incentivos diferenciados de acordo com necessidades diferenciadas – essa é a grande mudança. A gente deixa de olhar os projetos culturais pelo seu tipo – hoje o enquadramento no art. 18 ou no art. 26, se é música erudita, se é teatro... O Ministro sempre conta a história de uma orquestra que, quando passou a cantar Luiz Gonzaga, perdeu os 100%; ela só tinha 100% quando tocava Mozart. Não faz o menor sentido esse tipo de coisa.

Nós queremos olhar os projetos a partir de sua distribuição regional e da aderência ao interesse público, que são as políticas públicas. Aí vai sendo escalonado. Se ele tem interesse comercial, terá espaço no ProCultura? Aí ele vai para uma linha de investimento ou linha de crédito. Agora, se atende ao interesse público, se atende a uma distribuição regional, aí ele vai escalonando e chegando, vai tendo mais incentivo, até o teto de 80%. Esse é o princípio do projeto; sempre foi e está garantindo, ainda.

O problema é que o projeto que chegou ao Senado traz os critérios de pontuação para escalonar essas faixas de percentual – o que nós, hoje, imaginamos que é absolutamente contraproducente. Você ter em lei os critérios de avaliação, com pontuação, para projetos culturais... O projeto nasce morto, porque a dinâmica do setor cultural é muito grande. Um critério que hoje está ali colocado, amanhã já não pode ser daquele jeito. Você precisa que os critérios de análise de projeto estejam em um nível

infralegal, porque deixar aqueles critérios na lei... É muito complicado você engessar daquela forma como está o projeto hoje.

O projeto hoje é um misto de regulamento com lei, de muitos penduricalhos; é necessário que a lei seja mais limpa, mais fluida. Posso dizer com total honestidade para os senhores e as senhoras: aquele projeto, se for aprovado, é inviável de ser administrado pelo Ministério da Cultura ou por qualquer outro. Eu desafio qualquer um, por exemplo, a entender como se distribuem os recursos do FNC naqueles percentuais que estão previstos hoje. Está muito confuso. O projeto precisa ser mais claro.

A possibilidade de parte da renúncia no ato da declaração da pessoa física é algo que, para a Cultura, dinamiza essa questão. E o Fundo Nacional de Cultura – melhor caracterização, patamar mínimo... Precisamos ter um fundo. O Fundo Nacional de Cultura precisa estar do tamanho necessário para fazer uma política federativa, e hoje ele está muito longe disso. Ele permite... Constrói os mecanismos para o repasse fundo a fundo – do Fundo Nacional para os fundos estaduais e municipais. Ele estabelece os fundos setoriais por linguagem e tem essas três modalidades: o fundo perdido, o investimento e o crédito. Isso está previsto exatamente para dar conta dos projetos de potencial econômico.

Sobre o Vale-Cultura eu não vou me estender aqui, porque já passei bastante. Mas deixo aqui uma semente para que a gente possa depois discutir o Vale-Cultura. Acho que é um mecanismo muito interessante de fomento à cultura e estamos trabalhando para sua atualização, inclusive legislativa. Estamos fazendo uma campanha, agora. Criamos uma nova campanha publicitária focada nos beneficiários. Estamos fazendo umas rodadas, chamando os empresários, os trabalhadores e os recebedores, os empreendimentos culturais, para entender o Vale-Cultura. Queremos chegar a três milhões de beneficiários do Vale-Cultura até 2019, é o que está no nosso plano plurianual. Isso vai significar... Se a gente chegar a essa meta significa que o Vale-Cultura vai aportar o que a Lei de Incentivo aporta, o mecenato. Nós vamos chegar a mais de R$1 bilhão via Vale-Cultura só com esses três milhões.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Dr. Leonardo Hernandes.

Com isso, eu passo a palavra ao Dr. Leonardo Edde, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual.

Muito obrigado.

O SR. LEONARDO EDDE – Bom, primeiramente, obrigado a todos, obrigado a todos aqui da Mesa, obrigado a todos os presentes, obrigado especial ao Chacra, que é nosso parceiro, conselheiro da ABPITV, que hoje também fala em nome da ABPITV, que é uma grande parceira nossa: a Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão. O Sr. Marco Altberg não pôde estar presente, porque ele está voltando do MIP, que é um dos grandes eventos internacionais e de conteúdo. Então, falo também em nome deles aqui.

Queria fazer uma reflexão rápida sobre o histórico das leis de incentivo, do incentivo à indústria criativa, que eu vou chamar, não vou chamar de cinema, vou chamar de audiovisual e vou chamar de indústria criativa tudo que se refere à cultura. Uma das questões mais importantes, ao nosso entender, é o que o Leonardo falou sobre a economia da cultura.

Acho que isso, nos anos 1990, na criação da Lei Rouanet, na criação da Lei do Audiovisual, ainda eram mecanismos para trazer a questão cultural quase do zero, porque se perdeu muito a importância do investimento em cultura. Então, são leis que surgiram

para quase fazer um milagre no setor cultural e acho que fizeram durante um bom tempo, acho que funcionaram muito bem durante um bom tempo.

Não é à toa que, do nosso lado, ao lado do audiovisual, a gente teve a chamada retomada do cinema brasileiro, a partir de meados dos anos 1990, com filmes como Central do Brasil, depois, nos anos 2000, com o Cidade de Deus, enfim, por aí vai. E há uma limitação de 4% do imposto devido, no âmbito federal, e evoluíram assim e dependem de como está a economia do País. Porque, na verdade, se você está fazendo um mecanismo que depende do imposto devido, depende da lucratividade das empresas e por aí vai.

No Sicav e na ABPITV a gente preza muito por falar para os nossos associados, que são entidades patronais, ou seja, são produtoras, empresas que estão associadas, sobre o desenvolvimento do setor, a importância do fortalecimento do que a gente chama da indústria, da capacitação dos gestores, não só dos roteiristas ou dos diretores ou dos produtores, mas principalmente dos gestores dessas empresas, da formalização dessas empresas. Porque hoje grande parte das pesquisas que a gente vê são pesquisas de empresas que, dentro do nosso setor, consideramos grandes, são empresas que têm 20 funcionários. Entendo que eu posso falar por toda a indústria criativa que empresas de 20 funcionários formalizados são empresas grandes. Então, o ambiente que a gente tem nessas pesquisas normalmente é uma parte às vezes pequena do setor e do potencial do setor.

Além disso, nessa formalização, a gente pretende que as empresas comecem a criar propriedade intelectual. Porque, até então, por exemplo, no caso da televisão, até o surgimento da Lei nº 2.485, a gente só podia fazer serviços, o que a gente chama de serviços, não tinha direito a essa propriedade intelectual.

Em 2011, a Lei nº 12.485 é mais um marco muito importante, posso dizer um dos mais importantes até aqui, na indústria do audiovisual pelo menos, que fez com que mudasse de fato o paradigma.

Antes, não tínhamos – aí falo no âmbito do conteúdo em si – o controle da propriedade intelectual; a partir de 2012, começamos a ter automaticamente, porque as TVs foram obrigadas a ter uma faixa do seu *prime time*, enfim, com produções independentes brasileiras; e trouxemos a possibilidade de ter a Condecine, que na verdade foi criada em 2002, na MP nº 2.228, e depois foi acrescida da Condecine Teles, em 2011, começamos a ter de fato um ciclo que estamos chamando de virtuoso, da indústria do audiovisual, a partir do momento em que nós mesmos geramos, vamos dizer, um insumo, um investimento, o retorno desse investimento para a própria atividade.

Por que isso é importante? A partir do momento em que somos criadores de conteúdo de propriedade intelectual, e a cadeia do audiovisual baseia-se em compra e venda de direitos, tem toda a produção, a distribuição, tudo mais, mas é compra e venda de direitos; Maurício de Sousa mais do que nos prova isso.

Então, a partir do momento em que você tem o controle sobre essa propriedade intelectual, você tem o controle dessa distribuição, você tem um mercado, você tem um amplo mercado para a distribuição dessa propriedade intelectual e você paga por ela, ou seja, pela comercialização dela, cada título, cada obra que a gente cria, a gente paga o que se chama de CRT, que é o Condecine, a gente tem que ter um Certificado de Registro de Título para cada segmento. Então, eu pago para a TV a cabo, pago para a TV aberta, eu pago para o cinema, para as salas de cinema e a cada cinco anos, se eu não me engano, eu tenho que renovar. O próprio setor já paga a Condecine, que é a Condecine Título, por cada obra que gera.

A partir de 2011, da lei, as teles entraram no serviço de acesso condicionado e posso dizer que, em contrapartida, começaram também a pagar a Condecine, que é o que a gente entende hoje por Condecine Teles, que foi um acréscimo muito grande na receita da Condecine, porque é pago por unidade de telefone. Então, hoje a gente tem 275 milhões de telefones, se eu não me engano, ativos no Brasil e a Condecine é paga em cima disso.

Como a gente poderia fazer isso realmente se transformar em novas obras, em um novo mercado, quer dizer, em uma evolução no mercado, em uma aproximação com a indústria? Pois a gente entende, hoje, que ainda não é indústria, principalmente porque falta uma percepção de todos ao nosso redor do mercado ser entendido, desse setor ser entendido de fato como indústria.

A criação do Fundo Setorial do Audiovisual ajudou muito a isso, ou seja, hoje a gente tem um fundo que basicamente é alimentado pela Condecine, tanto a Condecine do próprio setor, Condecine Título como Condecine Teles. Então, a gente tem de entrada de Condecine, por ano, em torno de um pouco mais de R$1 bilhão. Parte desse dinheiro vem para o fundo e é distribuído, é investido – aí é a evolução, acho, da questão da lei para todo o setor cultural, para toda a indústria criativa – em vários programas diferentes.

Têm programas de inovação de linguagem, por exemplo, que são os que informalmente chamamos dos filmes de arte, os filmes que desenvolvem a cinematografia brasileira; pelo menos 30% vai para a descentralização. Ou seja, hoje, o fundo está, se eu não me engano, em todas as unidades da Federação, investindo junto com os agentes locais, que é uma coisa que o Leonardo falou, que é muito importante de se fazer aqui no Ministério também, não concentrar isso aqui em Brasília, disseminando para todas as unidades da Federação, mas desenvolver os agentes locais para serem capazes de serem multiplicadores disso. Têm os programas que falam com os filmes de potencial comercial, potencial de bilheteria, potencial de venda.

Concordo plenamente que é muito difícil a gente entender se aquele filme tem um potencial de captação de recursos, porque a gente ainda não é uma indústria de fato, ainda não tem essa segurança como indústria e quando eu falo aqui estou falando da indústria do audiovisual brasileiro, independente, depois eu falo um pouquinho de como é a indústria como um todo, do audiovisual no Brasil. Mas, sim, existem filmes que entendemos que há um potencial grande de lucratividade. Ou seja, como um grande exemplo temos as comédias que a gente vê que despontaram há 5, 6 anos e vêm, ainda, em um crescente de número de produções.

São comédias que trazem a linguagem do que a população inteira vê na televisão desde sempre, ou seja, a nossa cultura da televisão para o cinema, com atores que são do nosso *star system*, o mesmo sistema que os americanos utilizam. Então, você pega um ator que desponta na Globo, que tem muitos seguidores, que é uma celebridade, e você coloca numa linguagem que o público, que a sociedade está acostumada a ver, no seu dia a dia; coloca numa tela grande, cria uma experiência com pipoca, com sala fechada, um bom som, e tem um aumento na bilheteria no cinema.

Essas comédias foram muito criticadas por serem de grande apelo comercial e estarem utilizando-se de lei de incentivo. Eu particularmente não faço, porque a marca da minha empresa não tem esse tipo de filme. Mas só por isso.

Então, o que essas comédias fizeram pela indústria? Começaram a levar de novo a sociedade para o cinema. Gostando ou não, sendo boas ou não para mim e para vocês, que temos opiniões diferentes, obviamente, a sociedade gostou e voltou a ir ao cinema, a entender que o cinema brasileiro é um bom cinema tecnicamente falando, criativamente

falando, tem um grande potencial de entretenimento. Não é só a comédia romântica americana que entretém, o filme brasileiro também entretém. E não são somente aqueles filmes fechados, os famosos filmes cabeça.

Essas comédias, com a ajuda do fundo setorial, da lei de incentivo e também das televisões hoje, com o art. 3º-A, começaram a trazer de volta para nós o "marketier" que a gente tinha há muito tempo. Digo isso pelo seguinte – longe de mim defender as comédias ou o filme de ação, o gênero que for – a legislação para a gente, ou seja, o Governo Federal e os governos estaduais e municipais, muito mais do que serem fomentadores simplesmente, são parceiros no desenvolvimento da indústria. Então, a gente precisa entender a indústria do nosso caso, a indústria criativa como um todo; mas vou falar pelo audiovisual.

A indústria do audiovisual como indústria precisa começar a ser percebida como indústria que gera – no último estudo, que se não me engano foi em 2013 – R$22 bilhões no seu todo, de valor agregado. Estamos crescendo cada ano. Embora o cinema esteja perdendo espaço para o vídeo sob demanda, para a televisão, entendemos que cada vez menos gente está querendo ir ao cinema. Os números não refletem isso, pois são de acréscimo todo ano, desde 2011. Se não me engano, temos sete ou oito anos de evolução no mercado das salas de exibição.

Isso se dá por quê? Por conta desses novos filmes, por conta também de uma evolução de Hollywood – aí estamos falando do todo, da indústria audiovisual como um todo –, que se renovou nesse tempo. Estamos falando da abertura de novas salas, que é muito importante para a gente realmente ter um mercado consistente, ter uma indústria, ter espaço para ocupar.

Hoje, se não me engano, acabamos de passar de três mil salas, no Brasil, praticamente todas elas digitalizadas. E se pensarmos que um filme como Vingadores, como Batman versus Super-Homem ocupa 1.100, 1.200 salas, e há três, quatro, cinco filmes estreando, entre grandes e médios, por final de semana, dois filmes já ocupariam as todas as salas do País.

Então, embora tenha o Mauricio de Sousa com toda a sua tradição, com todo o seu público, por mais que se consiga produzir, ainda é um grande desafio distribuir, seja aqui dentro, seja internacionalmente. Então, a evolução da quantidade de salas de cinema ainda é uma questão muito importante.

Vamos passar... Está aqui. Desculpa.

Falarei só um pouquinho, aqui. Na verdade, eu queria muito mais falar do que passar a apresentação, mas aqui tem alguns números interessantes.

Primeiro, sempre falamos de produção independente. Neste caso, estou da Lei nº 12.485, que foi um grande marco na história do audiovisual. É importante dizer que tudo o que a gente vai fazer – e quando estou dizendo "a gente", estou colocando-me inclusive na posição do Governo enfim – é para a produção independente.

Então, toda a legislação é voltada para a produção brasileira independente. São centenas de regras. Todas são muito específicas, estabelecidas para proteger o setor independente.

Já falei um pouco do que foi a lei da TV paga. Antes da lei da TV paga, praticamente não tínhamos conteúdo em português. Só tínhamos conteúdo internacional, alguns documentários, às vezes, feitos para um ou outro: para o National Geographic ou para o Discovery, já usando o art. 39, não de investimento próprio.

A partir daí, começamos a ver, na verdade, um equilíbrio muito grande, de fato, entre conteúdo em português e conteúdo internacional. A quantidade de horas que subiu foi de 385% a mais exibidas.

O crescimento da TV paga de lá para cá, de 2001 a 2015, realmente deu um salto a partir da 12.485. As TVs, as programadoras, eram muito reticentes a conteúdo independente brasileiro. Elas achavam que só o conteúdo internacional dava público ou audiência e viram que o brasileiro queria se ver na TV também, assim como acontece com o americano, assim como acontece em todo lugar do mundo.

Então, começou a entrar muito conteúdo nacional, assim como a criação da classe chamada de B2, a subida de 40 milhões de pessoas, enfim, de classe social, que começaram a se ver na televisão. Foi realmente um momento muito grande na venda de TV paga no Brasil.

Hoje, com a crise, na verdade, mantiveram-se esses 18 ou 19 milhões de assinantes. Então, entendemos que a TV a cabo está passando pela crise. Vamos ver os próximos passos.

O impacto econômico do setor audiovisual, no todo – falei dos 22 bilhões, em 2013, na economia –, agora, mais importante do que isso é o impacto dos empregos gerados de outros setores abarcados pelo audiovisual, porque, se falarmos de indústria criativa, como um filme, uma série, um conteúdo, uma obra audiovisual, teremos grande parte da indústria criativa ali dentro. Teremos música, arte, *design*, literatura, enfim, uma série de segmentos na indústria criativa que estão ali dentro.

Assim, o audiovisual é, na verdade, um agregador de todos esses segmentos.

Por outro lado, na questão da produção, da cadeia produtiva, cada vez que fazemos um filme ou uma série, qualquer conteúdo audiovisual, utiliza-se, além da mão de obra qualificada para o próprio audiovisual, transporte, alimentação, hotelaria, passagens aéreas, enfim, uma série de mão de obra e serviços indiretos, que abarcaria quase tudo que temos.

Aí, ainda o impacto.

Aqui, a diferença entre 2007 e 2013. Ali, em 2007, temos quase 65% do impacto econômico vindo da TV aberta; em 2013, isso já cai para quase 45%. Na verdade, falo errado. Não caiu; tudo cresceu, e a produção independente cresceu mais ainda. Foi um acréscimo de valor agregado, que – lá, em 2007, se não me engano, era de 8 bilhões, ou qualquer coisa assim –, em 2013, vai para 22 bilhões.

Vemos que produção independente, com o incentivo das leis criadas, consegue ir muito mais longe, ou seja, o setor consegue se fortalecer.

Pode passar.

Aqui alguns exemplos disso. Desde 2011... A gente tem cinco anos de lei, praticamente. Algumas das produções importantes de animação, por exemplo, estão hoje aí no mundo inteiro. Aí se fala de propriedade intelectual; falando de propriedade intelectual se fala de licenciamento. E algumas delas já não precisam de investimento via lei de incentivo, numa segunda e terceira temporada, porque conseguem andar sozinhas.

Se a gente olhar o mercado como um todo – distribuição, captação, produção – nas leis, não olhar só para a produção ou só para a distribuição, a gente vai conseguir, num longo prazo – ainda há uma longa caminhada –, que o setor audiovisual seja autossustentável, sempre ressaltando que em qualquer lugar do mundo o setor audiovisual é muito estratégico e por isso é sempre muito próximo dos governos.

Então, há Mônica, por exemplo; há o Peixonauta, que todo mundo certamente conhece; Irmão do Jorel. Enfim, são alguns que estão fazendo sucesso no mundo inteiro. E animação é muito interessante porque você dubla e vai para qualquer lugar do mundo.

Aqui mais de animação. Tromba Trem também foi um grande sucesso. Sítio do Picapau Amarelo eu não preciso nem falar. Historietas...

Sítio do Picapau é interessante, porque se não me engano não é considerado independente. Como é um conteúdo que vem da Rede Globo, ele é coproduzido. Então, tem certas restrições. Não é como um Peixonauta, que saiu do zero, da cabeça de um produtor independente. É importante ficar claro que, obviamente, temos que evoluir nas leis, em como administramos tudo isso, mas há muitos itens de defesa do mercado.

Aí algumas produções de ficção. Gaby Estrella. Pelo menos quem tem filhos deve conhecer. Detetives do Prédio Azul, também, que a minha filha não para de ver. Tem Criança na Cozinha. Então, há vários conteúdos.

Se Eu Fosse Você – a série, que já é um *spin-off* dos filmes. E já é uma evolução do mercado começar a fazer *spin-off*, que também é licenciamento. Assim como o bonequinho da animação, o *spin-off* é uma espécie de licenciamento.

Aí a gente fala de janelas. Vou falar só um pouquinho. Pode?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO EDDE – Um minutinho? Então, falarei rapidamente das janelas, que é uma das evoluções do setor; da consistência e da independência do setor.

A regulação do VoD e do ambiente digital é uma das coisas que a gente já está discutindo e precisa ser feita rapidamente, porque essa é uma oportunidade – não só para o audiovisual, mas de fato para todos – que se apresenta para o setor, e a gente precisa evoluir. As leis de incentivo vão abarcar isso já e precisamos entender como esse ambiente digital será utilizado, porque hoje temos muita pirataria; e é a mesma pirataria que há nos bonecos, no licenciamento.

Antes, era a TV como primeira tela. Só havia a TV. Mas antigamente era muito mais o material impresso, livros, jornais; TV como segunda tela.

Hoje, há pessoas que assistem à TV como segunda tela; há gente que assiste a várias telas ao mesmo tempo, que é a grande maioria hoje em dia. E as múltiplas telas sem TV, que é um avanço de 2015. Já começou há muito tempo, mas em 2015 isso realmente se consolidou. Não é à toa que todos os canais, ou quase todos estão criando os próprios Plays, como a gente os chama, que são os OTTs. Então, hoje você assiste à própria Rede Globo onde você quiser, no objeto que você tiver: no seu *smartphone*, no seu *tablet*, no seu computador, o que for, e você não precisa mais da televisão.

Vou falar do momento da produção independente só para fechar.

Na verdade, temos a renovação das leis de incentivo, pelo menos da Lei do Audiovisual, que entendemos ser muito importante, por isso tudo que disse, e a discussão da Lei Rouanet, obviamente. Hoje em dia, ela é menos importante para o audiovisual do que era antes, porque, hoje, os longas-metragens, as séries, são todas feitas a partir da Lei do Audiovisual, não mais da Lei Rouanet, mas ainda temos um bom trabalho com esta Lei.

Então, precisamos fazer uma discussão e a renovação dessas leis num curto prazo e também, quero fechar com isso, entender a economia da cultura de uma forma geral. Precisamos olhar muito mais para a economia da cultura, para a indústria cultural, do que propriamente para um projeto ou outro.

Precisamos começar a discutir essas leis e as suas renovações, as novas leis, enfim, o que vier, pensando muito na indústria cultural do que propriamente num projeto ou outro, porque as empresas precisam disso.

Obrigado. Desculpem-me por me alongar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Sr. Leonardo Edde, por sua fala. Vou abrir para o comentário dos Conselheiros, sugerindo que, devido ao fato de que o Leonardo Hernandes vai ter de sair agora, às 11h, que priorizemos perguntas para ele.

Então, pergunto aos Conselheiros se há alguma pergunta para o Sr. Leonardo Hernandes.

Pois não, Conselheira Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Muito obrigada. A sua apresentação foi ótima. Fiquei um pouco curiosa para saber sobre Vale-Cultura.

Tínhamos na ANER Revistas até campanha, filme, um volume muito grande de trabalho ligado ao Vale-Cultura. Depois, de repente, parece que o Vale-Cultura tinha sumido. Estou vendo agora e me dá a sensação de que ele ressuscitou.

Por favor, pode-me dizer como é que anda isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Vamos pegar todas as perguntas para o Leonardo e, depois, fazemos o seguimento.

Por favor.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Bom dia a todos. Bom a todas. Quero agradecer a presença dos senhores aqui e parabenizar o Presidente pela condução dos trabalhos. Mais um desafio.

Quando pensávamos – digo isso 99% por mim – em trazer essa discussão para este espaço, havia sugerido inclusive alguns nomes e declinamos alguns, por indicações, enfim... Mas ainda sinto a falta daquele profissional que resgata a cultura neste Brasil lá dos rincões. Sinto falta dele aqui, para colocar as dificuldades que eles têm no tocante ao incentivo à cultura.

Não posso dizer que este debate ficou prejudicado, porque estou aqui e quero reavivar essa memória e essa preocupação, com relação ao Maurício, de lá de Itaúna, que, há mais de 10 anos, tenta buscar incentivo à cultura e não consegue. Ele é um artista plástico, que vem desenvolvendo um trabalho de som, com música também, com cano de PVC, enfim, garrafa d'água, tambor.

Fui ver o seu trabalho e fiquei encantado, mas não é só esse trabalho, porque ele desenha muito bem. Foi convidado, inclusive, para expor em Nova York e não teve verba para se deslocar.

Como o Maurício de Itaúna, há outros tantos Maurícios neste Brasil que procuram, através da Lei Rouanet, através das Leis de Incentivo à Cultura, os empresários, para ver se eles indicam a verba, naquele ano, do seu Imposto de Renda, do Imposto de Renda da sua empresa, para fomentar essa cultura regional.

E a gente percebe que eles não conseguem; parece que os empresários não querem dizer o que ganham ou como ganham e não querem expor essa situação através da Lei de Incentivo à Cultura, porque não é possível!

As desigualdades são muitas na questão da busca desse patrocínio. Aí eu vejo aqui o Maurício de Sousa, representado pelo Rodrigo, que efetivamente já está bem na fita, vejo aqui o Leonardo Edde... E eu estava preocupado e aí vai a pergunta para o Leonardo Hernandes: a política de cultura neste Brasil um dia poderá ser de Estado? Ou ela tem de ser só uma política de governo? Porque entra governo, sai governo, a concepção muda.

Com relação ao Rodrigo...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Nascimento, só porque ele terá de sair às 11h. Então, eu só seguraria as outras...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Fecho então.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está bom. E aí pode retornar depois.

O SR. NASCIMENTO SILVA – No momento mais importante do debate, os debatedores têm de ir embora...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Já havia avisado, Conselheiro.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não estou discutindo se já havia ou não, Presidente, por favor. Não é essa a questão e não é crítica pejorativa que estou fazendo. É para pensarmos, em um futuro, nós todos, inclusive os convidados, em dar importância ao debate, porque ele vai embora. Eu tenho certeza de que há um monte de gente para fazer um monte de pergunta, mesmo porque está todo mundo nos vendo e nos ouvindo. Eu queria registrar isso, depois me inscrevo, então, para falar sobre a questão do Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado.

Por favor, Conselheiro e depois Chacra.

Só pediria para ser rápido para respeitar o horário do palestrante.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Eu teria uma pergunta a respeito do financiamento dos polos de cultura, que não foi tratado, não sei se é neste âmbito ou não, mas é algo que diz respeito à base da sociedade.

A segunda questão é saber se, com as mudanças que as discussões políticas que ocorrem neste momento no País, como os avanços que já foram feitos na perspectiva de mudanças poderão ser retomados, porque forças políticas e econômicas estão por trás de tudo isso.

Então, são essas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Chacra, por favor.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Eu queira falar para o Leonardo Hernandes que – quando o Leo Edde, meu companheiro de tantas lutas, e, na semana que vem, estaremos na paritária, discutindo salários –, se o MinC tem algum canal de diálogo, alguma intencionalidade. Quando o Leo fala que ainda não somos uma indústria, para mim é assustador, porque eu represento o plantel de técnicos especializados nessa indústria. Eu acho que é muito pequeno o MinC para comportar essa indústria. Quero saber se há algum diálogo, alguma aproximação interministerial, por exemplo, do Ministério da Indústria e Comércio com o BNDES.

À medida que defendo que toda sociedade brasileira tem o direito de se expressar artisticamente, mas nós somos aqueles que se profissionalizaram e que tocam isso, eu acho que isso vai muito mais além: se vocês ficam circunscritos ou se existe essa possibilidade, esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, passo a palavra para o Leonardo Hernandes... Desculpe-me, não havia visto. Por favor, pode fazer sua pergunta.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Bom dia a todos e a todas, obrigada, Presidente.

Muito rapidamente teria várias considerações – acho que como, o próprio Leonardo Hernandes disse: "Somente a Lei Rouanet nos daria um debate bastante extenso e produtivo", mas eu vou me ater a uma única questão que mais me preocupou na fala do representante do Ministério da Cultura.

Primeiramente quero dizer que acho, sim, que houve avanços consideráveis no Brasil, nos últimos tempos, e principalmente com financiamento direto, por meio dos editais, o que possibilitou já que muitos atores, vamos dizer assim, da produção artística, conseguissem minimamente se expressar.

Mas o que mais me preocupou foi quando o Leonardo Hernandes disse que o Ministério da Cultura brasileira não tem condições de fazer um edital se preocupando com o grupo tal de Mato Grosso do Sul, se não me falha a memória foi o exemplo que ele citou.

E aí eu pergunto, nessas discussões que estão sendo travadas, nas mudanças que estão sendo estudadas e, principalmente, nessa questão do federalismo e da transferência de fundo a fundo, como que o Ministério está pensando para efetivamente diminuir essa concentração regional e de algumas linguagens artísticas existentes hoje, podendo fomentar, sim, a cultura nacional e não apenas a produção de produtos culturais?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Mais alguma pergunta?

Acredito que não.

Passo a palavra, então, para o Leonardo Hernandes para comentários e respostas.

O SR. LEONARDO HERNANDES – Eu vou começar pelo final.

Deixa eu me expressar, então, melhor. Quando eu disse que o Ministério não dá conta de ser a Secretaria de Cultura do Brasil, nós temos que perceber, em duas pontas, que o Ministério da Cultura tem um esgotamento da sua capacidade administrativa e um tamanho de demanda aberta, principalmente quando a gente considera que o Ministério abriu diversas frentes, como eu falei, de compreensão de novos aspectos da cultura que antes eram absolutamente relegados, como outros aspectos da cultura que não apenas as belas artes, então, a gente abriu vários flancos de novas demandas, de novos saberes e fazeres culturais que as políticas públicas simplesmente não atendiam.

Então, passamos a dialogar com um Brasil mais profundo. Só que aí surgiu um grande desafio para o Ministério, quer dizer, um Ministério com pouca estrutura, pouco capilarizado no Território brasileiro, daria conta ele, daqui da Esplanada dos Ministérios, de fazer um edital para ciganos? Imaginem, os ciganos são pessoas que não têm endereço fixo, imaginem qual a dificuldade para um Ministério fazer. E fez. E não só um, fez mais de um edital para ciganos.

Mas aí foi caindo a ficha para o Ministério de que... E vamos olhar que o Ministério que fez esse caminho também partiu para discutir o sistema nacional de cultura, por onde o Ministério acredita constituir uma política de Estado.

Então, o que o Sistema Nacional de Cultura prevê na sua estrutura? Um, que já está lá, já está na Constituição Federal o Sistema Nacional de Cultura. Então, já subimos de patamar de uma compreensão de política de gestão da cultura brasileira que não pertencer mais ao Governo, está na Constituição Federal. Mas esse trabalho está inconcluso. E qual é a parte que está exatamente inconclusa? É o financiamento, como esse sistema vai ser irrigado de recursos para financiar as suas políticas.

Então, quando eu falo que o Ministério... E hoje ele faz, a Funarte faz os editais para as peças de teatro do interior do Brasil, só que a um custo enorme. A Funarte é outro órgão que está muito defasado e muito envelhecido.

Somente dialogando com os Estados, com os Municípios, que caminharam muito nesses últimos anos, criando o salto da quantidade de órgãos específicos para a cultura nas capitais do Brasil. Nos últimos dados da Munic é impressionante, ainda estamos longe de chegar nos cinco mil Municípios. Mas já foi um salto significativo de mais de 100% de crescimento. Então, nós temos que fomentar isso, nós temos que jogar luz sobre isso.

Então, o que nós estamos discutindo? Criar mecanismos de repasse de recursos para os fundos estaduais, que deverão repassar para os fundos municipais para aplicar

políticas pactuadas. Pactuadas como? Pelos planos estaduais e pelos planos municipais de cultura. E aí também a gente sai de uma política de Governo, porque quando você estabelece um plano de dez anos, você tem que respeitar aquele plano. Aquele plano é controlado por um conselho de cultura, o que nós chamamos de CPF. O sistema prevê que para você entrar no sistema e receber os recursos você tem que ter o C de conselho, o P de plano e um F de fundo. Esse CPF, os Estados e Municípios precisam ter para receber os recursos.

Então, o plano nacional tem macro diretrizes, os planos estaduais têm suas diretrizes e os planos municipais têm suas diretrizes e o dinheiro tem que chegar para cumprir o que as metas e as diretrizes desses planos estão prevendo.

E aí a gente sai de uma política de governo para uma política de Estado.

O início disso já está desenhado na Constituição Federal, falta a outra parte. Há um artigo que diz que a lei necessita de uma lei complementar, de uma lei regulatória para esse sistema operar, que é exatamente uma lei que vai poder regular e dizer como é que isso se opera.

É o mesmo modelo do SUS, ou é o mesmo modelo do SUAS, só que é um grande desafio, porque no SUS e no SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social, os serviços a serem feitos pelos Estados, pelos Municípios, é muito fácil, muito mais concreto de ser estabelecido. Na Cultura, o setor é muito mais dinâmico, então, há um desafio para a gente definir, estabelecer as competências da União, dos Estados e dos Municípios nas políticas culturais.

Mas os planos existem, então, os planos podem apontar para o que será financiado. Essa parte da regulação do Sistema Nacional é a parte que falta. Recebi, recentemente, um Deputado para dar parecer em um projeto de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados, que busca regulamentar, se propõe a ser essa lei de regulamentação do Sistema Nacional.

Essa é a discussão do momento, eu diria, tanto entre os secretários, nos fóruns estaduais de cultura, e nos diversos congressos. Que dizer, a discussão de como se estabelece o repasse fundo a fundo, é a discussão do momento que hoje o Ministério trava. E é por isso que nós acreditamos que não podemos saltar de uma política de governo para uma política de Estado, e vamos chegar nesse Brasil profundo, que o Ministério da Cultura precisaria de três Ministérios para dar conta das suas demandas. Atualmente, faz, mas sob um esforço tremendo.

E aí eu queria dizer o seguinte: sobre os incentivos fiscais, os povos de cultura e da dificuldade de serem atendidos. A Lei Rouanet, eu falo isso porque o Ministro fala isso o tempo todo, é extremamente perversa com esse tipo de pessoa, de agente cultural, porque vende a ilusão de que ele vai conseguir captar o recurso.

Estava falando aqui para o Dr. Ismar que nós temos cerca de nove mil projetos, que se inscrevem por ano, três mil mais ou menos caem na admissibilidade, porque não são de cultura, porque o proponente não pode fazê-lo, seis mil recebem a carta de captação. E o sujeito recebe a carta de captação, fica felicíssimo porque vai conseguir captar aquele dinheiro, e quando ele vai para as empresas, não se realiza. E desses seis mil, três mil vão efetivamente captar, e vão captar muito abaixo do seu esperado.

Por mais que a gente torture as regras, a lei de incentivo dificilmente vai atender esse tipo de artista, o que nós precisamos é de um Fundo Nacional de Cultura forte o suficiente para realizar esse repasse fundo a fundo, para atender esses setores da cultura que nunca vão conseguir atrair a atenção dos gestores de *marketing* das empresas.

As leis de incentivo são leis de mercado, têm uma conta que tem que fechar, que é: eu tenho que me interessar, a minha marca tem que se agregar a esse sujeito e isso vai me gerar uma visualização em uma camada... Eles têm pesquisas para atender o público deles, ele sabe se aquele artista vai atingir o público dele, o perfil dele, isso é um cálculo econométrico, que as agências de *marketing* sabem muito bem fazer. Se o artista não atende aquele perfil, se o produto dele não atende aquele perfil, ele dificilmente, quase nunca vai ter, porque é um instrumento de mercado.

O que nós precisamos ter? Um instrumento de mercado. A Lei Rouanet produziu efeitos, conseguiu constituir mercados, não constituiu ainda indústrias, mas do que a gente precisa para atender todo esse universo de artistas frustrados é de um Fundo Nacional de Cultura do mesmo tamanho. Porque não vai ser lei de incentivo, por mais que a gente... Se a gente tortura as regras e fala assim: "Não, você só vai poder portar lei de incentivo de você for esse artista aqui e outras coisas". Ele simplesmente não aporta, a decisão é dele.

Então, ele vai para a lei de esporte, para uma outra lei de incentivo. A gente não pode obrigar a empresa a aportar o imposto de renda dele naquele instrumento. E a gente pode acabar matando esse mecanismo, a gente não tem esse interesse, a gente quer trazer o interesse público para frente, a gente quer desconcentrar, mas temos que ter muito cuidado, porque senão ele simplesmente não aporta o recurso.

Quem vai atender esse artista, quem vai atender os povos de cultura, quem vai conseguir capilarizar um financiamento à cultura, é um Fundo Nacional de Cultura forte, é isso que nós precisamos ter. As leis de incentivo nunca vão conseguir, porque a decisão não é pública, a decisão é privada. Ou nós abandonamos esse princípio, mas isso também é importante para o mercado.

Sobre o Vale-Cultura, o Vale-Cultura teve uma campanha inicial forte de lançamento, aí ele entrou no período de defeso, do período eleitoral, e aí as campanhas publicitárias tiveram que sair de campo, a gente teve uma troca de Ministros, só a Secretaria de Fomento e Incentivo teve cinco secretários, no período de um ano, foi muito difícil. Quando a gente assumiu, fomos fazer um diagnóstico do programa, criamos uma nova campanha publicitária, não tivemos recursos suficientes para ir à TV aberta, mas tivemos para internet e TV paga.

Agora, focados vídeos documentais de histórias reais de trabalhadores beneficiados. Inclusive, nós queremos parceiros no setor privado, nos cinemas, nas livrarias. Nós temos todo o material de campanha para ser veiculado e criamos o que estamos chamando de Rodada do Vale-Cultura. Já fomos a quatro Estados, listamos as 16 maiores regiões metropolitanas de maior quantidade de trabalhadores formais, e, nessas regiões, estamos fazendo um café da manhã e um café da tarde. No café da manhã, estamos fazendo um grande chamamento para os empresários, para os gestores de RH, para os sindicatos patronais, para conhecerem o Vale. Chamamos as operadoras do cartão para participar, ou seja, eles podem fechar propostas ali mesmo, na reunião, e, no período da tarde, falamos com os trabalhadores e com os empreendimentos culturais que recebem o Vale e também com as operadoras para negociar e fechar acordos.

O secretário e eu estamos dividindo, programados para irmos a Recife, que vai ser a próxima capital a que vamos. Vamos fazer interior de São Paulo. Já fizemos Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e Fortaleza. Brasília, fizemos neste ano; as outras, no ano passado. Estamos fazendo essa campanha e buscando estatais e grandes congressos. Vamos participar do Encontro Nacional de Gestores de RH em São Paulo em agosto. Estamos buscando esses momentos de grande concentração de empresas desses

congressos nacionais para apresentar o Vale-Cultura. Então, estamos investindo. O Ministério já alocou recursos, novamente, para voltar a campanha publicitária neste ano, e estamos, de novo, reforçando o Vale. Achamos que o momento é muito difícil e tal. Há crise. Mas a gente acredita que o Vale é um benefício muito barato. Então, nós o estamos ofertando como uma alternativa para o momento em que a empresa está em grande dificuldade de aportar aumentos salariais e benefícios. Quer dizer, o Vale-Cultura de R$50,00 sai por R$45,00. E, se ele for lucro real, ainda pode renunciar isso no imposte de renda. Se não houvesse os benefícios sociais – porque o Vale não incide –, custaria R$84,00 o mesmo benefício. Então, temos falado isso para as empresas e para os trabalhadores: olha, é um benefício interessante para se ter na mesa de negociação dos dissídios. Estamos monitorando os dissídios todos para ofertar para os grandes acordos coletivos, para ofertar o Vale-Cultura. Estamos monitorando tudo isso para fazermos o Vale crescer e chegar, pelo menos, a três milhões.

Houve um grande debate de que a meta, quando o Vale surgiu, saiu com uma meta de 12 milhões. Aí, *O Globo* fez até uma matéria: não, caiu de 12 para três, que absurdo! O erro não está no três. O erro está no 12, porque, imaginem: o Vale Alimentação demorou 40 anos para atingir 19 milhões de beneficiários! Quanto tempo nós vamos demorar para chegarmos a 12 milhões, se o Vale Alimentação demorou 40 anos para chegar a 19? Achar que o Vale-Cultura chegaria a 12? Pois 12 milhões é o público potencial máximo que alguém achou que era, quando foi lançado o programa, mas nunca é uma meta factível para um ano de programa. Por isso, nós...

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Eu quero colocar à disposição a Aner, porque a gente tem uma campanha pronta incluindo TV. Gostaríamos muito de usar as bancas de revistas para serem lugares de uso, venda e troca do Vale-Cultura. Possivelmente, vou entrar em contato com você.

O SR. LEONARDO HERNANDES – Por favor. Nós estamos com um pacote grande – amanhã vamos fechar com o Ministro, inclusive – de reformas do Vale. O incentivo fiscal precisa ser renovado neste ano por lei porque o sítio fiscal dele termina neste ano, e ele precisa ser renovado, além de uma série de outras mudanças para modernizar o mecanismo. Queremos entrar na moeda eletrônica, não só no cartão, mas que possa ser pago por *smartphones*, atualizando as CNAEs que o Vale pode pagar. Queremos permitir assinatura de revistas, porque você só pode comprar unidade, não pode comprar assinatura. Então, nós vamos fazer uma revisão das CNAEs e dos produtos que podem ser adquiridos pelo Vale. Queremos permitir que não só os celetistas, mas os estatutários também possam ter, os servidores públicos possam ter acesso ao Vale. Então, vai ser uma grande modernização do sistema que queremos fazer e vamos compartilhar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – O Conselheiro Nascimento quer fazer um comentário muito rápido.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Muitíssimo rápido.

No Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte especificamente, a Assembleia Legislativa está provocando essa discussão sobre cultura e está levando, inclusive, para o interior, para fomentar a cultura de uma forma geral. Mas eu fico pensando, e eu consigo enxergar esse vale-cultura, como uma forma de incluir o cidadão, aquele, de novo, lá da cidade de Itaúna. A pergunta é: será que vai conseguir atingir esse trabalhador, porque o que se fala é que as capitais, o que se fala é que as grandes empresas que efetivamente vão ser beneficiadas com esse projeto, mesmo porque, se dependesse dos Deputados Federais principalmente, todos os projetos sociais seriam derrubados por questões... E acho que cada um aqui sabe o porquê.

O SR. LEONARDO HERNANDES – O vale tem uma capilaridade no interior do País interessante, porque os funcionários dos Correios recebem vale. E é muito curioso, porque a gente recebe muita notícia do interior do Brasil, por conta disso, dos funcionários dos Correios que estão no interior do País afora; os bancários também recebem, que também têm uma grande capilaridade, também estão no interior do Brasil e já têm o vale.

E por que nós estamos investindo nos maiores centros? Porque a gente acredita num efeito de expansão e de repercussão, quer dizer, assim como ocorre com o vale-alimentação, quanto mais grandes empresas e grandes consumidores das capitais acessarem o vale, haverá um efeito de repercussão. E o que a gente acredita é que há uma cauda longa de crescimento do vale.

Mas esses dois episódios dos Correios e dos bancos já permitem que os empreendedores pequenos do interior do País fiquem nos demandando. "Há um sujeito aqui que toda vez quer me pedir com o vale. Como que eu faço?", não sei o quê. Então, isso já provoca uma grande repercussão do vale no interior do País.

O Ministério da Cultura tem as suas limitações orçamentárias, o que é notório. E por isso que estamos concentrando nesses espaços, para fazer esse efeito de repercussão, e as operadoras são as maiores interessadas. A gente acredita também que nós estamos fazendo essa campanha agora de grande vulto para nós – pequena para o mercado, mas grande para nós –, para incentivar as operadoras a fazerem, porque os maiores interessados, economicamente falando, são as operadoras, a Ticket, a Cielo, essas operadoras de cartão. Então, elas têm um compromisso também, ao fazer isso, e, com esse material que, nessas campanhas públicas dos Estados, estamos ofertando, elas têm que fazer esse efeito de repercussão.

E nós vamos fazer aí o nosso compromisso de, até o final do mandato, manter vivo isso. Mas a expectativa é de que, em um determinado momento, o Ministério possa apenas operar, e o próprio sistema vá ganhando capilaridade. Agora, o Vale-Cultura já está no interior do País, por conta desses dois episódios.

Eu vou deixar aqui o meu cartão com a Mesa. Entrego para a senhora, entrego para o senhor. Para quem quiser, depois, estarei à disposição para mais esclarecimentos.

Muito obrigado.

Com licença, desculpem-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado Leonardo. Nós vamos até meio-dia aqui. Agradeço a sua presença e também a disponibilidade um pouquinho além do tempo que tinha sido combinado.

E agora a gente vai abrir para perguntas dos Conselheiros para todos os nossos palestrantes.

Conselheiro Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Antes de fazer... Tenho perguntas e comentários. Queria registrar a minha satisfação pessoal, ao tomar conhecimento, no momento em que chegava aqui, do trabalho excelente do Tribunal de Contas da União. O trabalho não é novo; ele já é de um ano atrás, e eu confesso que não o conhecia. E ele apresenta o volume de dinheiro que nós brasileiros entregamos para o Governo Federal, para fazer cultura; ele apresenta o que o Governo Federal fez com esse dinheiro, que saiu dos nossos bolsos, e foi para os cofres públicos; faz críticas que considero construtivas; formula proposições, para assegurar que essa fortuna possa efetivamente produzir cultura, possa produzir benefício para a cidadania e para a brasilidade.

Eu sugeri e insisti, lembro, nos nossos debates, que trouxéssemos o Tribunal de Contas da União para esta audiência pública, porque acreditava – e, lendo esse trabalho, reforço a minha convicção – que o Tribunal de Contas da União está equidistante da produção entre os agentes culturais, das agências que cuidam do investimento desse dinheiro, e também de um terceiro agente que não está nesta mesa, mas que é muito importante, que é a Receita Federal, que cuida do dinheiro do Governo Federal e que evidentemente vê com maus olhos as renúncias fiscais e o consumo dos recursos para finalidades que não sejam prioritárias para a própria Receita Federal.

O Tribunal de Contas faz um relatório que, infelizmente, não foi possível ler antes, mas que é detalhado e importante. Em função dele, eu dirijo algumas perguntas ao Dr. Barbosa, que participa aqui e recebe um merecido elogio ao fim do voto do Relator do trabalho no Tribunal de Contas da União, e algumas sobre as quais eu também queria ouvir a opinião dos demais membros da Mesa.

Em primeiro lugar, vejo aqui que a arrecadação projetada para os recursos do Fundo Nacional de Cultura excede ao bilhão, e não há nenhum momento em que os recursos investidos tenham chegado a essa cifra do bilhão. Isso eu vejo na p. 17 do documento, ao passo que na p. 18, vemos que em 2013, por exemplo, terão sido investidos 600 milhões. Salvo que se indica aqui que apenas 26% do dinheiro terá sido efetivamente empregado, o que parece uma grave ameaça contra a cultura.

Eu insisto: o dinheiro saiu dos nossos bolsos, seja como foi explicado aqui, porque nós temos telefone móvel e pagamos uma taxa anual, seja porque, de outras maneiras, recursos públicos ou de renúncia fiscal foram entregues ao Tesouro Nacional, mas eles não viraram cultura. Provavelmente, eles viraram juros da dívida pública, o que é uma distorção muito grave, sobre a qual aliás se discute nesses dias em que há um processo de impedimento da Presidente da República. Alguns dizem que a tal da pedalada é algo irrelevante. Sem afirmar que ela tenha acontecido e sem, de qualquer maneira, misturar um assunto com outro, aproveito a oportunidade para enfatizar como entender de Orçamento é algo tão importante para a cidadania.

Então, eu queria perguntar ao Dr. Barbosa – eu não identifiquei nessa leitura rápida que fiz aqui –, em média, se ele pode indicar quanto do dinheiro arrecadado efetivamente foi empregado, ao longo dos últimos anos, não apenas em 2014?

Ainda baseado no relatório do Tribunal de Contas da União, verifico também que, na p. 35, de 9,7 bilhões que terão sido captados com base na renúncia fiscal, em um período de tempo que iria talvez de 2011 a 2014, apenas 1,3 bilhão terão sido objeto de prestação de contas. Há 8 bilhões captados, cujas contas não foram prestadas. E nós entendemos aqui, aprendemos com o representante do Ministério da Cultura, que ele não tem estrutura para dar conta da sua missão. Parece bastante óbvio que, se 9,8 bilhões – na verdade, quase 10 bilhões – foram captados e só há a prestação de contas de só 1,3 bilhão, a insuficiência é acachapante. E isso assusta mais, porque há uma outra tabela – eu vi, e não sei indicar em qual página neste instante – que indica que a coisa mais onerosa para o orçamento da cultura é a estrutura administrativa do Ministério. Ou seja, ele gasta uma porção importante do dinheiro, que é do incentivo da cultura, com atividades administrativas. No entanto, com tanto investimento administrativo, não é capaz de controlar o que é feito com o dinheiro da renúncia fiscal e com o dinheiro arrecadado pelos fundos setoriais.

Eu queria ouvir os representantes da área de produção sobre uma informação que está contida aqui, na p. 37 do relatório, depois complementada nas pp. 38 e 39, que indica que, muito embora os editais estabeleçam que o dinheiro deve ser gasto de

maneira regionalizada nas regiões fora do eixo Rio-São Paulo, e esse item tenha sido verificado pelo Tribunal de Contas da União como algo que está presente nos editais, nos editais de 2013, em média 70% do dinheiro foi para cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Portanto, há aí um círculo vicioso e o objetivo de descentralização e de regionalização não está cumprido.

Esse tema eu considero – e pondero isso para os conselheiros – muito importante para nós. Nós já discutimos nesta Legislatura e em Legislaturas anteriores – e creio que vamos voltar a discutir – o tema da regionalização da produção. Há um projeto antigo, talvez de 25 anos atrás, da Deputada Jandira Feghali, tramitando no Congresso Nacional, que trata da regionalização da cultura.

Nós verificamos – e temos de fazer uma reflexão sobre o que está escrito aqui – que, mesmo quando toca ao Estado distribuir o dinheiro que foi arrecadado, que foi tomado da sociedade para a promoção da cultura, a regionalização não é uma tarefa trivial. Ou seja, não é por decreto que se faz a regionalização. É preciso, aqueles que verdadeiramente se preocupam com a regionalização têm de ler isto aqui, têm de entender o que significa. Não basta fazer uma lei dizendo "regionalize-se." A vida não funciona assim. E ao contrário, se se fizer uma lei dessa maneira, o que se está criando é uma oportunidade ou para corrupção, ou para troca de favores, ou para desvio de dinheiro.

As leis precisam ser cumpríveis, e toca a nós, como auxiliares, segundo eu entendo, do Congresso Nacional, conceber se nós somos capazes de propor soluções que permitam efetivamente a regionalização viável da produção.

Tenho uma pergunta ao Dr. Barbosa, sobre a informação que a gente vê na p. 49, que diz respeito ao IPHAN. Eu, como paulista, como paulistano, mas frequentador de uma cidade que foi destruída pela chuva, que é São Luiz do Paraitinga, confesso um preconceito – não é digno, o preconceito não é uma coisa que construa –, mas eu tenho a falta de vergonha de confessar o meu preconceito contra o IPHAN. Os institutos de defesa do patrimônio histórico têm lá seus orçamentos, com todas as suas dificuldades e tudo mais, mas a verdade é que eles se constituem, no fim das contas e em termos práticos, em castelos burocráticos onde opera tudo, menos a proteção do patrimônio. Nessa tal São Luiz do Paraitinga, a que eu me refiro e por que eu tenho tanto apreço, todos os imóveis de proprietários que não deram a mínima pelota para o patrimônio histórico estão preservados; os tolos que acreditaram no Instituto de Proteção do Patrimônio são hoje proprietários de terrenos baldios. Dentre eles, a Igreja Católica, tão rica, tão importante, com tanto poder político, viu o seu templo luizense sendo destruído, sendo filmado, e todos assistindo e chocados com o que acontecia. Portanto, o Instituto do Patrimônio não protege nada, naquilo que preconceituosamente afirmo.

Mas queria perguntar para o Dr. Barbosa: a tabela indica 1.250 bens tombados; mas ali em cima se diz que o IPHAN teria 40 mil edifícios tombados. Eu não tenho ideia, não sou um profissional da cultura para entender qual é a relevância disso do ponto de vista do trabalho do IPHAN. Num País com 5,6 mil Municípios, por volta de 100 milhões de domicílios, haver 40 mil edifícios tombados, não sei se é muito, se é pouco. Queria entender os números também, em relação à tabela.

E faço o registro, para que todos nós, como conselheiros, saibamos que uma parte desse dinheiro se destina à tutela de bens paleontológicos, à tutela de sítios arqueológicos, o que também deveria ser objeto da nossa preocupação.

E dizendo isso, também dirijo uma proposta aos conselheiros, sujeita evidentemente a que o Tribunal de Contas nos pudesse responder alguma coisa, que talvez merecesse o

Conselho de Comunicação ter uma interação mais próxima com o Tribunal de Contas da União. Nós tivemos uma comissão sobre incentivos. Salvo engano éramos eu, o Conselheiro Gerace e talvez o Conselheiro Ronaldo Lemos, eu não tenho certeza. Talvez...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Nascimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Maria José, a Conselheira Maria José, desculpem-me. Talvez valesse a pena que a gente mantivesse um grupo especial, dentro da forma regimental, para interagir junto ao Ministério e entender sobre esses temas que são vitais para a comunicação, como são a cultura, a preservação do patrimônio histórico e o bom investimento do dinheiro que fomenta a pluralidade.

E por fim, queria fazer um registro. Eu verifico aqui, como disse, que as cifras arrecadadas são bilionárias, embora o orçamento do Ministério das Comunicações não passe da casa da centena de milhão. O fato de que presentemente a receita de assinatura produzida pela indústria do audiovisual descrita pelo Leonardo Edde gera da ordem de R$7 bilhões; portanto, a produção cultural remunerada por assinatura, que os brasileiros que têm TV paga podem pagar, é, anualmente falando, da ordem de R$7 bilhões, de tal maneira que os R$700 milhões que eu identifico nesse material do Tribunal de Contas da União e que correspondem ao triplo do que era três anos atrás, parecem claramente insuficientes para gerar uma grande intervenção. Ele pode produzir uma intervenção cosmética, paralela, lateral, o que eu entendo que deve ser também objeto da nossa reflexão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro Ceneviva.

Eu abro a palavra para comentários a todos os nossos painelistas, começando pelo Dr. Ismar.

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ – Primeiro, agradecer ao Conselheiro Walter pelas palavras. O tribunal sente-se honrado de ter produzido um documento que possa servir de referência, enfim, para a sociedade. Esse Fisc é o exemplo concreto disso. A gente tem certeza de que o esforço está compensando.

Na primeira questão do Conselheiro, sobre o percentual da arrecadação que não foi gasto, é importante fazer uma reflexão mais genérica. Como sabemos, o Orçamento brasileiro é autorizativo. Ele não é um orçamento impositivo. Então, todas as pastas ministeriais, todos os Ministérios, o Governo, enfim, têm uma autorização do Legislativo para gastar, mas não é – aspas – "obrigado" a fazê-lo. E essa é uma limitação, do ponto de vista do órgão de controle e a rigor da sociedade, porque os gestores públicos não são medidos, hoje, pela sua eficiência ou pela sua eficácia no atingimento das metas. Ao contrário, muitos têm até medo de gastar. Isto é dito para o TCU em muitos momentos: "olha, vocês estão apertando tanto que não vou nem gastar". Ou seja, é uma aparente contradição, mas, a rigor, é uma limitação. E o quadro que o Conselheiro mencionou evidencia o percentual de recursos que foram autorizados pelo Parlamento na Lei Orçamentária e que foram empenhados até o final do ano. Então, a Função Cultura, em 2013, empenhou 69%. Ou seja, ela se comprometeu a gastar ou conseguiu, digamos assim, fazer compromisso da ordem de 70% do Orçamento, não empenhando os 30%

restantes, o que também não é, digamos, de novo, um "privilégio" – aspas – da área cultural. Alguns mais e outros menos apresentam essa situação. O quadro evidencia isso.

Bom, quanto à situação das prestações de contas, vemos com muita preocupação esse quadro. De novo, não é uma situação isolada do Ministério da Cultura. Muitos Ministérios têm situação similar. Porém, é uma situação em que a União decide por autorizar, por exemplo, a captação ou descentralizar o recurso, mas não tem a capacidade de avaliar se aquele objetivo foi cumprido e, portanto, se é possível autorizar uma nova captação ou uma nova transferência. Isso fere de morte o princípio que a gente chama da *accountability*, ou seja, o princípio da prestação de contas, e aquela garantia que a sociedade tem de que seu recurso vai ser bem aplicado e, se não o for, haverá alguma consequência. Então, a rigor, isso foi documentado, isso foi apontado. O tribunal provocou o Ministério da Cultura. Não sei se todos sabem, mas o Ministério fez contratações temporárias para melhorar o quadro. O quadro está melhorando, mas ainda não é o ideal. A gente está monitorando, Conselheiro Walter, a situação das prestações de conta.

Bom, sobre o detalhamento do quadro do IPHAN, gostaria que a gente pudesse ter um pouco mais de tempo para conversar sobre isso. Eu acho que vai ser complexo explicar aqui qual é a diferença do dado que o senhor percebeu claramente, mas eu me disponho, inclusive perante o Conselho e os senhores, enfim, a sentarmos e esclarecermos melhor essas aparentes... É dado do próprio IPHAN. Está bom?

Espero ter respondido.

De novo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Algum comentário?

O SR. LEONARDO EDDE – Muito obrigado pelas colocações, Conselheiro.

Queria também falar um pouquinho sobre essa porcentagem de recursos que são repassados de fato. Eu acho que é um dos itens que a gente precisa discutir para frente de uma forma mais ampla, porque, de novo, como já foi falado, não é prerrogativa só do Ministério da Cultura ou do Fundo Cultural ou do Fundo Nacional de Cultura ou do que for.

O Fundo Setorial, por exemplo, que, desde 2012, vem arrecadando um volume consistente para a indústria do audiovisual, que gira entre 900 milhões e 1,100 bilhão, qualquer coisa assim, tem, como todos os outros fundos, como todos os Ministérios, enfim, uma negociação anual. E chegam para o fundo em torno de 40 a 50% disso. Essas são informações nossas. Qualquer informação mais precisa tem que ser discutida com a própria Ancine, mas vou tomar a liberdade de colocar.

A outra questão importante é a da regionalização, que entendemos ser, de fato, muito importante para atingir esse "Brasilzão" gigantesco que temos que é, ao mesmo tempo, um grande mercado e um grande criador de propriedade intelectual e de cultura.

Não é trivial, como o senhor mesmo disse, e, para conseguirmos evoluir nisso, tem que haver uma preocupação muito grande com a capacitação desses centros, com a capacitação dos multiplicadores não só na questão pública, de gestão desse recurso, mas também na produção cultural.

Então, a preocupação com a prestação de contas, por exemplo, se é grave dessa forma nos grandes centros – Rio, São Paulo, Minas, enfim –, imaginem o Sr. Maurício, de lá do interior. Então, precisamos ter uma responsabilidade muito grande ao descentralizar esses recursos. É um tema que eu me proponho a discutir, se necessário for. Acho de suma importância, principalmente nessa questão do risco, que estamos imputando em

todas essas regiões – umas maiores, outas menores. Mas volto a dizer que, se o risco para a indústria do audiovisual, que vocês conhecem bem, não ser tão formalizada assim, imaginem com a descentralização.

Não posso falar pela Ancine novamente, mas, pelo que entendo, os editais todos do Fundo Setorial têm um mínimo de 30% de recursos que serão destinados à descentralização, ou seja, fora do eixo Rio-São Paulo, fora do Sudeste. E, repetindo o que já disse antes aqui, pelo que sei, todos os Estados da Federação estão com investimentos do Fundo Setorial – programas específicos para cada um, seja com a TV pública local, seja com investimentos diretos do Fundo, enfim, uma série de questões.

E uma coisa para se discutir sobre a descentralização também é a questão do mercado. O mercado maior também está ali no eixo Rio-São Paulo. Não é à toa que, pela Lei Rouanet, as empresas querem investir em produtos que sejam exibidos no eixo Rio-São Paulo. Então, com a evolução dos canais de distribuição, vídeos sob demanda, a evolução da banda larga no Brasil, a abrangência da banda larga, eu entendo também que vão se criar outros mercados, que não só o mercado tradicional principal, que entendo que vai ajudar na descentralização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não, fique à vontade.

O SR. RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA – Testemunhando a discussão sobre como são poucos os recursos e fomento e como é difícil a administração dos poucos fomentos. Eu gostaria de ratificar o nosso alerta, a nossa preocupação de que, hoje, as poucas empresas que patrocinam estão sujeitas a serem proibidas de patrocinarem por essas leis de coibição de associação das empresas ao mercado infantojuvenil. Todos esses artistas, hoje, que estão respondendo ao desafio da produção audiovisual brasileira não vão ter mercado. Eles vão receber um dinheiro público, vão criar suas produções, vão criar seu patrimônio cultural, mas não vão poder viver delas; vão, sim, continuar dependendo de fomentos e de esmolas governamentais. E não é isso! A gente quer autonomia, a gente quer crescer, a gente quer ficar adulto e responder pelas nossas próprias pernas.

Então, hoje, há o risco de viver da exploração do patrimônio cultural que estamos criando e de associar a empresas que têm dinheiro e recursos de forma muito mais livre e direta se associar aos nossos projetos. Então, tão importante quanto analisar os balanços é prestarmos atenção ao risco que estamos correndo de falta de incentivo do mercado privado ao nosso patrocínio, da existência de um mercado que possa comprar, adquirir, consumir os nossos produtos, e da falta de liberdade de direito de consumir esses produtos conforme nós queremos, e não sujeitos à política de Governo ou de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Conselheiro Nascimento; depois, Conselheiro Marcelo Rech; depois, Conselheiro Araújo Lima.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Bom, a minha fala vai numa provocação ao Conselheiro Ceneviva.

Pela fala dele, eu acredito que a Band agora será uma das favoráveis às produções regionais, porque até então a Rede Bandeirantes de Televisão fazia contratos com as igrejas evangélicas e a maior parte do tempo a programação é evangélica ou grande parte do tempo é gasto com as programações evangélicas.

Voltando à questão da produção independente, eu fico imaginando que o trabalhador não tem espaço mesmo, de um lado e do outro, porque quem capta a verba, o dinheiro, tem o seu garantido. Mas o trabalhador é relegado a segundo e último plano.

Como sou representante dos trabalhadores de uma forma geral, eu tenho que evidenciar isso, porque muitas vezes existem verbas para produção nacional, vamos dizer assim, produções regionais... Eu quero registrar aqui a importância, para aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo, da união dos trabalhadores de uma forma geral, dos sindicatos, enfim. Quando acontecem os encontros nacionais sobre novas tecnologias, quando são discutidos vários encaminhamentos, os trabalhadores dizem: "Isso é do patrão. Nós não vamos." Mas é preciso ir para entender um pouco. Em um desses encontros que fui um dos temas era produção regional, e o SBT, a Globo disseram que não têm condições, ou melhor, eles fazem produção regional na novela tal, no encaminhamento tal, e citam lá o Nordeste, citam lá Minas Gerais... Citam, nós estamos falando de produção regional que seja produzida no interior de Minas, no interior de Pernambuco, do Ceará e por aí afora.

Depois dessa minha fala, eu queria entender se o Rodrigo está falando de licenciamento ou de produção cultural, porque ficou confuso para mim se é licenciamento que ele quer para comercializar o que está precisando, ou se de fato está falando de produção cultural.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Nascimento.

Vamos só pegar mais uma pergunta do Marcelo Rech e depois vamos para a segunda rodada para dar tempo de todo mundo perguntar.

Por favor, Conselheiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Bom dia a todos!

A minha questão é mais de fundo e se dirige ao Leonardo e ao Rodrigo, ou seja, se a política de incentivo, na opinião de vocês, deve chegar a um modelo de autossuficiência ou se devemos aprofundar a dependência de verbas públicas.

Na opinião de vocês, se olharmos todo o modelo público de fomento, de financiamento da cultura da indústria criativa no Brasil, o que nós teremos como indústria criativa daqui a cinco, dez, quinze anos?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Então, vamos agora para as respostas gerais e depois mais uma última rodada de perguntas e o encerramento.

O SR. LEONARDO EDDE – Bom, acho que a questão de licenciamento vou deixar para você responder, mas quero só fazer uma observação, acho que o licenciamento é o segundo passo, licenciamento como distribuição da obra como um todo. Quando você consegue fomentar a produção das obras, ou seja, fomentar o produtor cultural, o próximo passo que eu acho que cada vez mais tem que ser em paralelo, por conta do desenvolvimento de novas tecnologias, é o desenvolvimento dessa distribuição. Isso porque não adianta – aí já entro um pouco na resposta para o senhor – a gente ter um fomento da produção se não se tiver um mercado para absorver essa produção e não necessariamente só um mercado que compre no sentido financeiro, mas que compre essa produção, como foi o caso da Lei nº 12.485, que obrigou as TVs por assinatura a terem uma faixa, na sua programação só de conteúdo independente brasileiro.

Então, esse tipo de evolução nas leis de incentivo, tentando responder aos dois ao mesmo tempo, é necessário para não evoluirmos numa dependência das leis, que fomentam muito mais a produção do que a cadeia produtiva como um todo.

Na questão da revisão das leis, eu acho que as leis, quando foram criadas, olharam para o desenvolvimento do setor, sim, muito focadas na produção, ou seja, projeto a projeto, que entendo que era o que precisava ser feito à época, por conta de que nenhum projeto conseguia ser realizado aqui no País.

Hoje, iniciativas como o Fundo Setorial já olham a indústria como um todo, então você tem linhas de financiamento. E aí é financiamento mesmo, não é fundo perdido, é investimento. Em salas de exibição, você tem linhas para projetos de produtoras, ou seja, empresas, para projetos de distribuidoras, empresas também, distribuidoras independentes, distribuidoras de pequeno porte, de grande porte. E aí você tem limites, dependendo do tamanho da sua distribuidora e da sua produtora e do tamanho do retorno que você gera. Tem um fluxo contínuo, tem linhas de fluxo contínuo, que eu entendo que são as mais avançadas que podemos ter no sentido do desenvolvimento da indústria. Na verdade, você é uma distribuidora, você tem 20 milhões de ingressos vendidos por ano com seus filmes, então você tem direito a entrar nesse fluxo contínuo. De novo, é com um projeto, com um plano de negócios: "Esse projeto é assim, imaginamos ter dois milhões de ingressos no cinema, etc." Ele é analisado por um comitê gestor, e é liberado ou não esse fundo para essa distribuidora, assim como para produtoras.

Então, eu acho, sim, que precisamos rever e discutir as leis de incentivo de uma forma mais ampla, ou seja, de novo, vendo a indústria, não mais só projeto a projeto. E, sim, precisamos das leis, ainda, para poder criar essa indústria, que, lá na frente... Você me perguntou em 10, 15 anos. Eu vejo que este é tempo, talvez, de maturação de um mercado e de um setor para, lá na frente, ser autossuficiente.

Você perguntou da indústria criativa como um todo. De novo, como eu falei no início, eu entendo que o audiovisual é um pouco o que traz toda a indústria criativa junto. Então, podemos aproveitar. Na discussão do audiovisual, você acaba discutindo toda essa indústria criativa.

Falando de novo do Chacra, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, nós temos um trabalho contínuo – semana que vem temos de novo – de trazer a formalização tanto para os próprios trabalhadores – muitos também não querem, são avessos à burocracia e tudo o mais, que não é só do nosso mercado, do nosso setor –, como para os empresários, que é o patronal. Então, o Sindicato dos Trabalhadores com o patronal trabalhando juntos para trazer essa formalização e trazer a importância do desenvolvimento do setor.

Obrigado.

O SR. RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA – Sobre a relevância dos projetos do Governo, eles são fundamentais. No nosso caso da Maurício de Sousa, através deles, tivemos acesso à produção de várias peças de teatro, circos. Porque o Maurício, como artista, está presente em todas as plataformas comerciais e culturais ao mesmo tempo. Nós colocamos como missão fazer produtos, produções culturais e artísticas que sejam autônomas. Então, nós fizemos uma última peça de teatro, Romeu e Julieta, que, de produção, custou R$12 milhões. Conseguir bancar isso com a venda de bilheteria é impossível no Brasil. Então, se não fosse o apoio das leis de incentivo, como a Lei Rouanet, que recebemos, nós não teríamos conseguido produzir essa peça, que recebeu o prêmio da Associação dos Críticos de São Paulo pela qualidade de produção da peça. Então nós nos orgulhamos muito de conseguir produzir essa peça e mostrar um produto de qualidade internacional para os brasileiros de todo o País.

E no que diz respeito à questão de haver diferença ou não de um produto cultural e um produto comercial, nós vemos que são etapas de um processo de consumo de uma indústria de consumo.

Tirando um pouco o foco do Maurício, colocando o foco um pouco num Nordestino como Romero Britto, ele começou como artista regional, que tinha uma produção regional, que caiu no agrado, que começou a ser consumida e que ganhou o mundo.

E a gente tem que ter muito orgulho de que haja aqui, no nosso aeroporto, uma estátua do Romero Britto, que foi paga, custando muito dinheiro, dinheiro público. Mas ele vende tanto aquela estátua... Ele tem uma galeria de arte em Frankfurt, em que uma obra dele única custa €100 mil, como também a canequinha que custa R$10.

Então, se a gente entende como indústria, entende uma indústria que tem que conseguir atender à demanda de 200 milhões de brasileiros, da classe C, D até a classe A. A gente não pode pular isso.

Espero ter explicado um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Vamos fazer a última rodada de perguntas. Vou pedir só para sermos sintéticos, porque temos pouquíssimo tempo.

Conselheiro Araújo Lima, por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Muito obrigado, Presidente.

Vou me dirigir ao Leonardo Edde.

Leonardo, sou do parque jurássico da TV por assinatura, em que ingressei, há 24 anos, no Brasil, quando era ainda DStv, uma coisa muito rudimentar, e realmente o percurso da TV por assinatura tornou-se mais significativo – a gente sabe, isto é conhecido – com a migração de classes menos favorecidas para um *upgrade*. Foi realmente o que contribuiu.

Você destacou aqui, num quadro, a evolução pós 12.485, a Lei do SeAC, em que trabalhei durante quatro anos e nove meses, participando das discussões com todos os segmentos interessados. E chegamos a uma lei que não agradou a ninguém totalmente, mas que foi... E é bom sinal, quando uma lei não agrada a todo mundo, é sinal de que ela realmente foi bem discutida e de que desagradou parcialmente a todos também.

Mas acho um pouco injusto, quando se fala da 12.485 associada àquele salto, sem mencionar o fato de que a lei abriu o mercado para as telcos, que não podiam ter TV por assinatura. A catapultagem foi desse processo.

Hoje, por exemplo, ressalto para você, Leonardo – sou Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, que fundei, há 22 anos –, que essa lei permitiu o fato, com que hoje a gente convive, de que 85% da TV por assinatura pertencem às telcos.

A última que ainda faltava era a Sky, mas a AT&T comprou nos Estados Unidos e vai assumir também aqui. Então, hoje todas as telefônicas é que mandam.

Antigamente, não: havia o Grupo Globo, que sempre... "Ah, monopolista", mas era brasileiro e defendia aqueles interesses do País, acima de tudo.

Bem, agora acho injusto a gente não ter conhecimento do salto promovido pela 12.485, na produção. Nós temos um incremento de obras que compramos na Globosat, em que temos uma quantidade razoável de canais, portanto tivemos que introduzir, nos adaptar à lei, mas ninguém sabe quanto essa indústria gera.

Era muito importante... Quando você fala no incentivo, no estímulo, nos recursos que são aplicados, nas produções independentes... Maravilha, nós estamos felicíssimos com isso, não temos nada contra. Pelo contrário, acho que essa indústria, crescendo, facilita a vida do programador, que é onde nós nos situamos. Mas era importante sabermos.

Eu vi que você citou um grupo aqui de instituições que, reunidas... É o caso da Sicav, da ABPI, da ICAB, da Brazilian Riocontent Market. Então, acho que dá perfeitamente para elas poderem divulgar – já que são todas empresas fechadas, sem obrigação de publicar seus resultados – quanto foi a alavancagem, fora o dinheiro do

Fundo Setorial de Audiovisual, ou seja, quanto a iniciativa privada da televisão por assinatura, sejam elas brasileiras ou todas as estrangeiras que passaram a comprar no Brasil também esse conteúdo, alavancou essa indústria.

É o apelo que lhe faço, porque acho muito chato ouvirmos sempre a distribuição como o grande ganhador, mas o aumento de custo foi sensível inevitavelmente.

Os gringos antigamente traziam para cá obras totalmente amortizadas, eles amortizavam aquilo lá. Aqui pode vender por US$10 aquele seriado, que está uma beleza; e nós não, nós temos que partir do zero, para poder fazer um produto nacional, e, às vezes, nem há amortização dentro do País.

Mas agradeço ao senhor e peço essa colaboração para o mercado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Araújo Lima.

Eu vou fazer a rodada final, e aí a gente passa para o encerramento, em que a gente vai endereçar todas as perguntas.

Conselheira Maria José, por favor.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Presidente.

Bom, eu vou pedir licença para fazer algumas considerações aqui, que não estão diretamente ligadas à nossa audiência, mas nós estamos num debate público, que fica registrado publicamente, e acho que tenho o dever de fazer.

A primeira delas é em relação ao IPHAN. E aí ainda bem que o Conselheiro Ceneviva já falou que se tratava de um preconceito, porque eu creio que nós, que estamos falando de cultura, não podemos aqui desqualificar o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porque é um instituto que luta para preservar o patrimônio nacional material e imaterial. E não é, por que não conseguiu ainda, e muito provavelmente não vai conseguir, resolver todos os problemas da preservação do patrimônio histórico nacional, que pode ter o seu trabalho desqualificado. Autarquias, instituições públicas e privadas trabalham incessantemente nas suas áreas, e nem sempre conseguem dar cabo de tantos problemas que nós temos no Brasil.

Outra questão tratada foi em relação à regionalização da produção artística cultural e jornalística brasileira, prevista na Constituição Federal. Ora, nós jornalistas brasileiros, as entidades representantes dos trabalhadores, temos insistido, há décadas, na importância da regulamentação do capítulo da Constituição que trata da comunicação. Obviamente, as coisas não se resolvem por decreto, e, muitas vezes, não se resolvem, porque foi publicada uma lei complementar, mas obviamente as leis dão os caminhos e os instrumentos para que haja, sim, mais democratização na comunicação, na produção artística, na produção cultural e na produção jornalística.

Então, nós entendemos que, ao discutir, inclusive, os incentivos para a produção cultural e ao falar da desigualdade regional existente no Brasil, nós estamos apontando para um caminho que nós temos que percorrer. E, talvez, o início desse caminho já tenha sido dado, mas aí, no meio, a gente tem que incluir, sim, a regulamentação do Capítulo V da Constituição brasileira. E nós estamos discutindo isso aqui neste Conselho há um bom tempo.

Outra coisa de que eu queria tratar: falamos aqui muito da questão da economia da cultura. E eu acho, sim, que é importante que esse aspecto da cultura nacional seja levado em consideração, porque nós sabemos que cultura, além de garantir a unidade, vamos dizer assim, do povo brasileiro, pode, sim, produzir recursos para esse povo brasileiro. Agora, nós também temos que ter claramente que a política cultural de Estado – e aí, quando eu falo de Estado, refiro-me à União, Estados e Municípios – não pode estar focada apenas na economia da cultura.

E isso tem que estar muito claro, inclusive para os órgãos fiscalizadores, porque, muitas vezes, vamos dizer assim, o retorno econômico esperado não vem. E isso tem que estar muito claro, porque nem sempre as coisas são mensuráveis e nem sempre os resultados são os desejáveis.

Minha última observação é que, quando nós falamos de políticas de Estado para a cultura, nós estamos falando de várias coisas e aqui tratamos muitas delas: nós estamos falando de incentivo fiscal, que há no Brasil; nós estamos falando de fundos para a cultura; e hoje foi introduzida aqui a questão que está sendo discutida no Procultura do investimento e do financiamento, inclusive a fundo perdido.

Então, creio que o debate nacional está avançando, e aí eu acho que nós não podemos, jamais, falar de políticas públicas como esmolas. Desculpem-me, mas esse termo não cabe nas políticas culturais, esse termo não cabe nas políticas de fomento à produção de qualquer natureza! Quando nós falamos de políticas públicas, nós estamos falando de políticas públicas. E nós não podemos jamais tratar o recurso público que é empregado no desenvolvimento do País como esmola.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheira Maria José.

Eu acho que eu vou só pedir para fazer toda a rodada, porque senão nós vamos ter problemas com relação ao tempo.

Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Bom dia a todos e a todas. Tentarei ser breve, Presidente, devido ao tempo, apesar de que haveria vários pontos e considerações a fazer.

Primeiramente, como outros conselheiros, eu queria parabenizar pela formação da Mesa e pelo rico debate. Ao mesmo tempo, quero manifestar que eu acho insuficiente o tempo para assunto tão complexo. Nós vimos aqui a manifestação de diversos conselheiros que abrem questões impossíveis de serem abordadas na totalidade no tempo, e até mesmo nós precisaríamos trazer uma maior diversidade de interlocutores.

Eu queria apenas colocar alguns pontos.

Eu me solidarizo com a proposta do Conselheiro Walter Ceneviva de manter um grupo de conselheiros que pudesse tratar do tema e até pautar futuros debates ou criar o debate interno. E eu gostaria também aqui, invertendo um pouco as minhas considerações, de fazer uma mais macro. Eu acho que este Conselho vai avançar muito se nós conseguirmos, aqui no Conselho, abandonar certas polarizações, certos preconceitos que nos trazem uma discussão entre a cultura e a arte na sua forma pura de manifestação do pensamento e manifestação das características humanas e, ao mesmo tempo, a arte e a cultura baseada no *business*, baseada na economia.

O Brasil tomou uma posição muito clara em sua história de trabalhar entre os dois lados. Não tanto o lado europeu, que até pouco tempo tratava de cultura, educação e arte numa questão muito mais utópica, talvez, e muito mais de valores e bens da humanidade, tampouco uma cultura que seja baseada na pura exploração comercial. Eu não vejo nenhum país, nenhuma nação que consiga dar conta de suas demandas com uma vertente ou com outra vertente. Há demandas que o Estado será incapaz de atender, como também demandas que o setor privado será incapaz de prover. Então, o melhor seria o equilíbrio.

A própria Constituição brasileira, quando trata da comunicação social e dos serviços de rádio e televisão, a ela interessa a complementaridade do público-privado-estatal, e a própria cultura, nos seus mecanismos, cria espaços. Assim, nós não podemos ter

preconceitos em tratar a cultura e a arte de uma forma comercial, exploração do patrimônio autoral, exploração do patrimônio cultural, como também não podemos deixar de entender que a sociedade tem demandas que o setor privado é incapaz de atender. E aí, sim, ampliar esse debate.

Da mesma forma, eu entendo a colocação do Conselheiro Walter Ceneviva – entendo na minha forma particular – de que, quando ele tratou de regionalismo, ele não se opôs ao regionalismo; ele apenas disse que é uma situação tão complexa quanto essa questão de separar o que é cultura, com potencial de exploração comercial, do que não é. É muito difícil, e a própria Lei do SeAC (Lei de Serviço de Acesso Condicionado) traz, na questão do *must carry* e do *retransmission consent* da TV aberta, uma colocação que sabe que algumas grades de programação têm apelo comercial e, portanto, deveriam poder explorar esse seu apelo comercial em mais um canal de distribuição, mas cria uma proteção àqueles canais que não têm tanta atratividade comercial, para que possam ser distribuídos gratuitamente à população.

Então, como nós vemos, nós temos uma área de proibição – nós vamos ter sempre uma área que é intermediária a dois polos da questão –, e temos que endereçá-la, sob pena de deixar essa grande maioria que está na área de fronteira desatendida. E devemos nos preocupar fortemente com o fato de que o Estado pode fazer valer esses incentivos justamente naquelas categorias, naquelas expressões que foram incapazes de no circuito comercial se viabilizar, mesmo que temporariamente, como foi dito aqui, pois algumas produções nascem no incentivo e depois conseguem trafegar sem mais necessitar do incentivo.

Deixo aqui essas considerações, para encerrar. Que nós mantenhamos a comissão e que ampliemos a discussão, buscando entender as demandas e buscando entender os produtores e os distribuidores de conteúdo numa visão vocacional, numa visão de demanda social, de valor artístico e cultural puro, bem como a exploração comercial, quando se faz possível e se é interessante inclusive para a sociedade, com uma riqueza de produção.

Basicamente, é isso.

Concluo a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Roberto Franco.

Nós vamos voltar ao assunto. A sugestão está anotada. Hoje à tarde, na reunião do Conselho, vamos discutir a criação de um grupo específico para tratar desse tema em caráter permanente.

Antes de encerrar, vamos à nossa última manifestação de Conselheiros.

Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Serei breve.

Apenas para registrar que, não hoje, mas farei a doação ao Conselheiro Nascimento de uma obra excelente cuja leitura recomendo a todos, especialmente ao Conselheiro Nascimento: *Como Vencer um Debate Sem Precisar Ter Razão*, de Arthur Schopenhauer. Ele ensina que desqualificar o interlocutor – que é uma conduta sua que gera em mim vergonha alheia, como se diz atualmente – é uma tática líquida e certa.

Eu quero assinar embaixo do comentário da Conselheira Maria José.

Agradeço as palavras do Conselheiro Roberto Franco, que soube traduzir aquilo que se extrai do tema desta audiência.

E convido a todos para, em conjunto e individualmente, conseguirmos evoluir para abandonar aquilo que Schopenhauer critica, que é a desqualificação do interlocutor como

forma de vencer um debate por parte daqueles que não têm razão, como lamentavelmente é tantas vezes o seu caso, Conselheiro José Catarino do Nascimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Ceneviva.

Eu abro então a palavra para comentários finais dos nossos palestrantes, agradecendo mais uma vez a valiosa presença de vocês. Creio que este debate mostrou a importância do tema. De fato, o tempo é limitadíssimo para discutirmos assunto tão complexo, e a criação de um grupo permanente para a sua discussão vai ser um componente muito importante do nosso Conselho. Vamos retomar a discussão sobre isso hoje à tarde, de modo que contamos com a colaboração dos senhores para discussões futuras.

Franqueio a palavra para quem quiser fazer comentários, respostas e considerações finais.

O SR. RODRIGO DE MEDEIROS PAIVA – Gostaria de agradecer a oportunidade de retomar a palavra para avocar a minha culpa quanto à má colocação da palavra.

Os números falam por si. O que eu quis dizer com a má expressão foi que existem diversos instrumentos de fomento que colocam à disposição do mercado audiovisual alguns milhões de reais. Nós conflitamos ou temos como concorrência estúdios mundiais de televisão e de cinema que apresentam por ano seis longas-metragens com verbas de R$300 milhões, R$400 milhões por filme. E existem alguns fomentos que dedicam R$1 milhão, R$2 milhões e ainda pedem como contrapartida participação nos direitos patrimoniais dos autores. Cria-se a seguinte situação: há autores que dedicam à produção de uma obra cultural dez anos de sua vida, e, por conta de um projeto de fomento de R$1 milhão, R$2 milhões, abrem mão do direito patrimonial da sua obra. Então, se eu fui infeliz, existem ainda alguns mecanismos de fomento que não chegam perto da necessidade brasileira de se tornar um mercado e uma indústria que possa competir de igual para igual com todos os países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

Por favor, Sr. Leonardo Edde.

O SR. LEONARDO EDDE – Em primeiro lugar, quero gradecer esta oportunidade e já me colocar à disposição para qualquer outra discussão e a qualquer um dos senhores que precisarem de alguma informação ou para qualquer conversa, ou qualquer discussão. Estamos à disposição; tanto eu, particularmente, quanto o Sicav, a ABPITV e tenho certeza que outras entidades do setor, quando precisarem, estaremos à disposição.

Respondendo primeiro a pergunta do seu Conselheiro, cheguei a falar sobre a importância da inclusão das teles no serviço de acesso condicionado, e, obviamente, que esse enorme crescimento teve a ver com a lei, que foi exatamente isto, a inclusão das teles no serviço de acesso condicionado, foi as cotas de telas, vamos dizer assim, de conteúdo nacional e, também, a questão macroeconômica do Brasil; essa gente toda conseguindo mais acesso ao consumo. Por isso que toda essa discussão com as teles para a gente não faz sentido, no sentido de as teles estarem separadas do audiovisual, para gente é o contrário. A partir de 2011, fazemos parte do mesmo setor e, com o uso de todas essas janelas de distribuição que só as teles nos deram a possibilidade, é que a gente vai falar disto tudo que estamos discutindo: regionalização, abrangência, penetração, mercado, criação realmente de um mercado nacional.

Então, desculpem-me se não ficou claro, mas, de fato, é isso.

Em relação à pesquisa, estamos fazendo uma pesquisa este ano sobre o mercado, porque é recente – bem ou mal a lei é recente –, a gente já sabe que, de 12 a 15, em torno de 3 mil produtoras que a gente tinha lá atrás, hoje ,são mais de 8 – isso registradas na Ancine –; temos mais de 5 mil e tantas horas de séries e conteúdo para a televisão feitos; hoje a gente lança em torno de 100 a 150 filmes de longa-metragem nos cinemas por ano, enfim, de lá para cá, com a lei e vários outros fatores, houve um impulso grande para o mercado.

Fico de trazer informações mais detalhadas quando sair a pesquisa que a gente está fazendo junto com a Ferjan no segundo semestre.

Falando um pouco, porque eu acho que são as minhas considerações finais, de *business* e arte, que seu Conselheiro colocou e a senhora também. Nós entendemos, e eu posso falar assim, que a indústria abarca as duas coisas; uma indústria não é só o que dá resultado, o que dá retorno financeiro, mas também não é só arte em si. A indústria, para ela sobreviver e poder, acho que também posso dizer, agradar a todos, ou seja, criar um mercado abrangente, ela precisa ter as duas coisas. Eu acho que a comédia televisiva com o *star system* – vou chamar assim – que faz 5 milhões de pessoas no cinema é arte. Eu considero como arte, assim como considero que o curta-metragem experimental, do interior do Acre, que um estudante fez, também é um negócio. Ele precisa estar dentro da economia, da cultura. Se ele não estiver, haverá essas distorções. Não chega o investimento para ele, para o desenvolvimento local da cultura, e esse desenvolvimento local tem de ter um objetivo. Ele pode ser simplesmente financeiro, mas ele pode ser de um desenvolvimento de um mercado local. Esse cara, daqui a dez anos, vai ter condições de mostrar esse curta-metragem que ele fez no interior do Acre para qualquer um dali, e para qualquer no Brasil, e quiçá qualquer um no mundo, porque os meios digitais estão aí para isso.

Então, eu queria até propor que todas as nossas discussões pudessem entender o mercado como um mercado, como uma indústria que tem a questão financeira, a questão do retorno e a questão da arte, todas juntas, com projetos que darão retorno, outros não. O tipo de retorno é que precisamos discutir.

Eu acho que, até para a discussão das leis, se o Governo vai investir 100% daquele projeto "x", ele precisa ter uma possibilidade de retorno, não necessariamente ele vai ter o retorno, porque nem o Homem Aranha consegue prever com tanta precisão o retorno, pois se o Papa morreu um dia, no final de semana ninguém vai ao cinema e aquele Homem Aranha, em que o cara investiu 300 milhões para lançar em 1.200 salas, vai ser um desastre. Isso já aconteceu algumas vezes. Então, precisamos entender a indústria como...

Eu posso dar só um exemplo rapidinho? É uma questão de retorno financeiro do investimento...

Tem como jogar aqui na tela?

Senão posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pode ir falando. Pode ir falando. Se der, a gente coloca.

O SR. LEONARDO EDDE – É um exemplo de 2012, se não me engano, de um longa-metragem chamado "Meu Passado me Condena". Foi uma comédia do Fábio Porchat... Não está não. É o outro. Teria que ligar direto.

Eu acho interessante também para fomentar. E concordo com todos os senhores, é pouco tempo. Abrimos várias questões que precisam ser discutidas ao longo do tempo.

Mas só como exemplo, estávamos fazendo um trabalho junto a RioFilme, que é uma distribuidora municipal, que investiu R$1,6 milhão no filme; de renúncia fiscal e de leis de incentivo federais foram R$2,1 milhões. O custo de produção mais lançamento foi de R$8,1 milhões mais ou menos. O PIB gerado, segundo estudo da RioFilme, foi de R$54 milhões; de impostos federais foram pagos R$6,6 milhões; de impostos estaduais, R$1,2 milhão; e de impostos municipais, R$2,9 milhões. A RioFilme, que foi a investidora, e já temos esse tipo de prática na RioFilme, teve um retorno de 224% desse investimento. Ou seja, de R$1,6 milhão que ela investiu, teve 224% de retorno em cima disso.

Obviamente que estamos falando de um filme de sucesso, de retorno razoável. Não é o filme de maior sucesso, há outros, mas um filme de sucesso. Isso para dizer que a quantidade de valor agregado, de impostos e novos impostos, de empregos, etc., trazidos pelo setor audiovisual com um investimento de uma lei de incentivo, é desse tamanho.

Portanto, proponho que possamos discutir isso lá na frente, até como se dá essa cadeia e tal, e entender a questão dos encargos, a questão trabalhista, que também é muito importante. Mas isso é outra história.

Quero agradecer de novo, parabenizar a Comissão e me colocar à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Leonardo.

Dr. Ismar, gostaria de comentar alguma coisa?

O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ – Eu gostaria apenas de fazer as minhas considerações finais aqui. Quero parabenizar a Presidência pela condução dos trabalhos e pelos temas, quero parabenizar também os colegas da Mesa e os colegas Conselheiros, e posso chamar de colegas porque estamos muito próximos, pelo menos neste momento. É muito importante a oportunidade que nos dão de estarmos aqui presentes.

Quero fazer um comentário rápido a respeito de uma questão que o Conselheiro Ceneviva me fez, qual seja, do valor gasto efetivamente pelo Ministério da Cultura. Eu dei um dado de 2013, mas quero dizer ao senhor e a todos que é possível facilmente obtermos os dados mais recentes. Referi-me apenas ao que foi publicado.

Quero dizer também que, quando eu vinha para cá, alguns colegas do TCU me perguntaram o que eu iria fazer aqui. Quando eu expliquei que viria tentar mostrar as razões da decisão que o Tribunal tomou, eles me disseram: cuidado porque você vai apanhar bastante lá, pois essa decisão é polêmica. E ela foi muito criticada pelos expositores. Quero dizer que apanhei até pouco tendo em vista o que eu estava esperando. Mas de toda forma quero dizer que o Tribunal está aqui para isso mesmo. Todos sabemos que o Tribunal é composto por seres humanos que também erram eventualmente e é preciso que tenhamos esse contato com os senhores, com pessoas que lidam no meio, pois nós somos auditores, eu sou um auditor, então não conheço da área cultural tão bem quanto os senhores. Portanto, esse convívio para nós é fundamental.

Quando o Tribunal decidiu, estava por trás uma questão que talvez tenha sido colocada aqui pela Conselheira Maria José: qual é o papel do Estado na política cultural? Quer dizer, em nenhum momento o Tribunal desconsiderou a importância da economia da cultura, e seria muito leviano se o fizéssemos, pois é óbvio para nós que, realmente, é um impulsionador do PIB, enfim, tem grande potencial.

Mas apenas a questão da prioridade, dizendo, por exemplo, que, na Lei de Incentivo ao Esporte – só para fazer um paralelo –, a regulamentação prevê expressamente uma proibição de que seja concedido o incentivo quando haja comprovada capacidade de

atrair investimentos independentemente dos incentivos. Ou seja, é uma outra política, mas uma política de Estado que também gera gasto tributário, gera renúncia fiscal, em que isso é explícito. No caso da cultura, isso não é explícito, mas o TCU faz uma abordagem, uma interpretação de que o que se pretende é garantir o interesse público, traduzido nos fins de uma política pública, que é garantir ou pelo menos contribuir para a redução das desigualdades, que foram tão faladas aqui, e na criação de oportunidades.

Vou me remeter ao personagem de que o Conselheiro Nascimento falou e deixar uma questão em aberto: será que o Maurício, de Itaúna, teria melhores condições de captar recursos e, se captados, de receber efetivamente a contribuição, caso ele não concorresse com grandes produções cinematográficas e do *business*? É uma pergunta para a qual não tenho resposta. Só coloco porque é a reflexão que será colocada.

Eu queria deixar, enfim, o meu agradecimento e, de novo, colocar-me à disposição.

Muito obrigado. Foi muito bacana para nós.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Dr. Ismar.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a disponibilidade e a generosidade dos nossos painelistas. Acho que é muito importante que esse tipo de debate aconteça. Nós conseguimos hoje ter um debate de alto nível, profundo, que enfrentou os temas, e eu acho que essa tem sido, aliás, a tradição do nosso Conselho de Comunicação Social. Nós temos mantido um nível absolutamente profundo, analítico, sério, com relação a todas as questões que nós vimos abordando, e acho que hoje não foi diferente.

SENADO FEDERAL CN - 47
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (5ª Reunião) 11/04/2016

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO:

1. Lista de Presença;
2. Apresentação do Sr. Ismar Barbosa Cruz, do TCU;
3. Apresentação do Sr. Leonardo Hernandes, do Ministério da Cultura;
4. Apresentação do Sr. Rodrigo Paiva, da Maurício de Sousa Produções;
5. Apresentação do Sr. Leonardo Edde, do SICAV.

CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 5ª Reunião do CCS
Data: 11 de abril de 2016 (segunda-feira), às 09h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. Maria Célia Furtado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão
VAGO	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich

Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Seminário “Incentivos para a Produção Cultural”

Ismar Barbosa Cruz

Brasília, 11 de abril de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Sumário

- Atuação do TCU na área da Cultura
- Acórdão 191/2016-TCU-Plenário
  - Fundamentos
  - Alcance
- Perspectivas

Atuação do TCU na área da Cultura

- Contas dos órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Cultura;
- Contas de Governo;
- Fiscalizações: auditorias, acompanhamentos, inclusive quanto à renúncia de receitas (§ 1º, da Lei 8.443/92);
- FiscCultura;
- TCEs e representações relacionadas às leis de incentivo à Cultura.

Incentivo a Projetos Culturais

- Consiste na possibilidade de abatimento do Imposto de Renda (IR) de valores que o contribuinte destinar para apoiar projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura (mecenato cultural).
- Se houver finalidade promocional, o apoio denomina-se "patrocínio", caso contrário chama-se "doação".
- Pode ser realizado com base na Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet):
  - no art. 18: para os segmentos culturais previstos, com abatimento de até 100% do valor aplicado;
  - no art. 26: para os segmentos não previstos no art. 18, com abatimento de até 30% (se "patrocínio") ou de até 40% (se "doação") do valor destinado ao projeto.

Acórdão 191/2016-TCU-Plenário

- Origem: Representação do MP/TCU – TC 034.369/2011-2
- Possíveis irregularidades na autorização de incentivos fiscais (Lei 8.313/1991 – Lei Rouanet)
- Apoio ao Rock in Rio, em 2011

Maio de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Terça-Feira 3 405

Questão Central Objeto da Representação

– Avaliação da legalidade e legitimidade da concessão dos incentivos culturais previstos na Lei 8.313/1991 a projetos claramente lucrativos e que não teriam problemas para obter patrocínios privados.

Outras Questões

- Autoridades e servidores do Ministério da Cultura (MinC), responsáveis pela apreciação do projeto *Rock in Rio*, teriam sido contemplados com ingressos para participar do evento;

- A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) teria apoiado o projeto *Rock in Rio* com o montante de R$ 2,2 milhões;

- A autorização para captação de recursos para o projeto *Rock in Rio* teria contrariado pareceres técnicos que contestaram o volume de verbas públicas destinadas a projeto de potencial lucrativo sem haver a exigência de contrapartida compatível;

Outras Questões

- Os pareceres técnicos teriam alertado para o fato de a Lei 8.313/1991 ter como objetivo facilitar o acesso a eventos culturais e apoiar projetos com maior dificuldade para conseguir financiamentos; e

- O Ministério da Cultura estaria utilizando rol de categorias de segmentos culturais bem mais amplo do que aquele previsto no art. 18 da Lei Rouanet, o que resultaria em aumento indevido do número de projetos que são viabilizados totalmente com recursos públicos, sem contrapartida privada.

Análises Efetuadas pela Unidade Técnica

- Não houve evidências de ofensa aos princípios da impessoalidade e da moralidade no que tange à destinação de ingressos do *Rock in Rio* a servidores do Ministério (quantidade reduzida de ingressos, distribuídos mediante sorteio entre os servidores), tendo sido a matéria disciplinada pelo art. 106 da Instrução Normativa-MinC 1/2013.

- Não há vedação para que empresas públicas, como a ECT, concedam patrocínios com fundamento na Lei Rouanet, contribuindo as empresas estatais, no exercício de 2013, com cerca de 11% do total de recursos captados com renúncia fiscal em benefício do setor cultural.

Análises Efetuadas pela Unidade Técnica

- A autorização para captação de recursos para o projeto *Rock in Rio* **não teria contrariado o parecer técnico**, uma vez que esse foi favorável à aprovação da captação de R$ 12,3 milhões, inferior à solicitada, de R$ 19,9 milhões.

- Entretanto, o Minc e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura **não fizeram qualquer crítica ou ponderação acerca da ressalva/recomendação que constou do parecer**, no sentido de que deveria ser considerada a previsão de receita do evento (R$ 34 milhões), a fim de solicitar uma maior contrapartida dos organizadores do evento.

Voto do Relator: parecer técnico

- Assim, muito embora não tenha havido, no mérito, decisão contrária ao parecer técnico, **entendo grave a forma displicente como foram tratadas as ressalvas acima transcritas**.

- Seja ao gerir recursos públicos, seja ao autorizar uma renúncia de receitas, o Poder Público está vinculado ao princípio da eficiência.

- **As ressalvas constantes do parecer técnico** buscavam justamente maximizar o retorno social do benefício fiscal em análise e **exigiam medidas concretas por parte das instâncias competentes** para autorizar a captação dos recursos.

Voto do Relator: questão principal

- "Uma área onde os recursos disponíveis são mais escassos, o apoio a um festival lucrativo como o *Rock in Rio* indica uma inversão de prioridades, com um possível desvirtuamento do sentido da Lei de incentivo à cultura" (trecho da representação).

- Outros casos: Cirque du Soleil; blog de vídeos com Maria Betânia, turnê de Caetano Veloso, Festa do Peão de Barretos.

- Projetos beneficiados devem se amoldar às finalidades do Pronac, como contribuir para facilitar o livre acesso às fontes de cultura; promover e estimular a regionalização da produção cultural; e priorizar o produto cultural originário do País.

Voto do Relator: questão principal

- Para cumprir essas finalidades devem atender ao menos um dos objetivos do Pronac (art. 3º da Lei Rouanet), entre eles: incentivo à formação artística e cultural; e fomento à produção cultural e artística mediante realização de exposições, festivais e espetáculos.

- Os incentivos somente serão concedidos a projetos cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso (art. 2º, §1º, da Lei Rouanet).

Voto do Relator: questão principal

- Dos projetos incentivados deverá constar formas para a democratização do acesso aos bens e serviços resultantes, com vistas a, entre outros:
  - tornar os preços e ingressos mais acessíveis à população em geral;
  - promover distribuição gratuita de obras ou de ingressos a beneficiários que atendam às condições estabelecidas pelo MinC;

- Considerando que os dispositivos da Lei 8.313/1991 e as normas infralegais não apresentam dispositivo expresso impedindo a concessão de incentivos a projetos culturais com potencial lucrativo, o MinC defende que não haveria amparo legal para negar concessão de incentivos a esses projetos.

Voto do Relator: questão principal

- O TCU, ao analisar os atos de gestão de suas unidades jurisdicionadas, deve controlar o atendimento ao interesse público, onde se fundamenta a legitimidade desses atos.

- E, além das condicionalidades específicas previstas em lei, é justamente o interesse público que deve, no presente caso, nortear as deliberações pela autorização, ou não, da captação de recursos prevista na Lei Rouanet

- Não se consegue vislumbrar interesse público a justificar a renúncia de R$ 2 milhões de receita do Imposto de Renda em benefício da realização de um projeto com altíssimo potencial lucrativo, como o *Rock in Rio*.

- Parece que esta também é a percepção da sociedade, razão pela qual autorizações de incentivos fiscais a projetos da espécie ganham a atenção da mídia

Voto do Relator: questão principal

- Toda a atuação da Administração está vinculada ao interesse público. Ainda que os dispositivos legais não sejam claros, o gestor deve buscar a *intentio legis* e estar atento aos princípios legais e constitucionais.

- Sempre que se trata da atuação de fomento do Estado, seja na cultura, no esporte, na indústria, entendo que se deva perquirir sobre o binômio capacidade/necessidade. Aquele setor/projeto é capaz de se auto sustentar? Há a necessidade (interesse público) de intervenção do Estado de forma a impulsionar esse setor/projeto?

- Parece ser esse o espírito que rege as legislações que tratam do fomento estatal por meio de incentivos fiscais, como a Lei Rouanet.

Voto do Relator: semelhança com a Lei de Incentivo ao Esporte

- A despeito de a Lei 11.438/2006, assim como a Lei Rouanet, também não trazer comando expresso acerca da concessão de benefícios fiscais a projetos atrativos comercialmente, seu decreto regulamentador (Decreto 6.180/2007) assim dispôs:
  - "Art. 24. É vedada a concessão de incentivo a projeto desportivo: (...)
  - II - em que haja comprovada capacidade de atrair investimentos, independente dos incentivos de que trata este Decreto".

- No voto condutor do Acórdão 92/2013-TCU-Plenário, que tratou de auditoria na LIE, o Relator considerou:
  - "Não haveria sentido, portanto, em que o Estado brasileiro, considerados os conhecidos limites de recursos para promover suas mais variadas políticas públicas, viesse a *optar pela renúncia de receitas com vistas a incentivar projeto que não precisa de tal facilidade para realizar-se, enquanto tantos outros dela necessitam*."

Maio de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Terça-Feira 3 417

Voto do Relator: Ficart

- A Lei Rouanet, em seu art. 2º, previu outro mecanismo, denominado Fundos de Investimento Cultural e Artístico – Ficart (inciso II), que, de forma expressa, apresenta um claro viés para apoiar projetos comerciais.

- Esses Fundos seriam constituídos, sob a forma de condomínio, caracterizando comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos de natureza comercial (arts. 8º e 9º), e teriam seus rendimentos e ganhos de capital, com algumas exceções, isentos do IOF e do IR.

- Desde a implementação da Lei Rouanet, em 1991, esta modalidade nunca foi utilizada.

- Apesar de a Lei prever um mecanismo específico para projetos comerciais, as empresas optam por outro mecanismo, considerado por elas mais vantajoso, e a Administração, a despeito da apresentação de propostas em dissonância com o interesse público, aprova os referidos benefícios.

Voto do Relator: Análise do Poder Público

- Grande parte dos projetos culturais vão objetivar lucro (são comerciais), mas apenas alguns destes possuem, de fato, potencial lucrativo.

- O Poder Público deve analisar caso a caso.

- Quando se tratar de projeto comercial e, além disso, quando se mostrar evidente que o projeto é capaz de se auto sustentar e não necessita de apoio dos incentivos fiscais (mecenato), cabe a negativa da autorização da captação de recursos, com fundamento no interesse público.

Voto do Relator: Análise do Poder Público

- Ainda que se considere a apresentação de contrapartidas pelos proponentes (como aquelas tendentes à democratização do acesso), quanto mais lucrativo se apresentar um projeto, menor será a possibilidade de essas contrapartidas apresentadas virem a conferir um interesse público suficiente para justificar a concessão de incentivos fiscais.

- Por outro lado, devem ser analisados com parcimônia os casos limítrofes, especialmente aqueles em que não se está diante de uma excessiva expectativa de lucro e onde há, de fato, o oferecimento de contrapartidas capazes de satisfazer ao interesse público.

Voto do Relator: Análise do Poder Público

- Nesses dois momentos (exame de admissibilidade e parecer técnico), bem como quando da aprovação do parecer pelas instâncias superiores, dever-se-á avaliar, além do atendimento das finalidades e dos critérios expressos na Lei 8.313/1991, se o perfil do projeto e as condições apresentadas pelo proponente são capazes de comprovar a existência de interesse público a justificar a concessão de incentivos fiscais.

Acórdão 191/2016-TCU-Plenário

- 9.2. **determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (SE/MinC) que**, ao deliberar sobre proposta de concessão de incentivos a projetos culturais previstos no art. 2º, inciso III, da Lei 8.313/1991:

  – 9.2.1. **manifeste-se expressamente sobre eventuais ressalvas constantes do parecer técnico elaborado sobre a proposta**, bem como promova o saneamento das inconsistências antes de proceder à autorização para captação de recursos, de forma promover a adequação do projeto às finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac e maximizar as contrapartidas sociais oferecidas em razão da concessão do incentivo; e

  – 9.2.2. **abstenha-se de autorizar a captação de recursos** a projetos que apresentem **forte potencial lucrativo**, bem como **capacidade de atrair suficientes investimentos privados** independentemente dos incentivos fiscais daquela Lei;

Perspectivas

- Aguardar o trânsito em julgado do Acórdão 191/2016-TCU-Plenário;
  - Recurso aguarda análise pelo Tribunal;
  - Embargos de declaração interpostos pelo MinC objetivam esclarecer o que vem a ser *projetos com forte potencial lucrativo bem como capacidade de atrair suficiente investimentos privados independente do incentivo fiscal* e transformar a determinação em recomendação.

- Adaptar procedimentos de análise dos projetos incentivados às novas orientações do Tribunal;

- Acompanhar a aprovação do novo marco legal de fomento à cultura, inclusive quanto aos incentivos fiscais;

- Contribuir para o aperfeiçoamento da política cultural brasileira.

Muito obrigado!

Ismar Barbosa Cruz

Secretário de Controle Externo da Educação, Cultura e Desporto (SecexEducação)

✉ secexeduc@tcu.gov.br

☎ (61) 3316-7352

Desafios do fomento nacional à Cultura

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - SEFIC
MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Desafios do FOMENTO

- O sistema de financiamento brasileiro atual **não responde adequadamente** à complexidade atual da cultura na contemporaneidade. Ele está visivelmente **desequilibrado**.
- As políticas de **diversidade cultural** desenvolvidas na atualidade necessitam sistemas de financiamento que, em sintonia com a complexidade contemporânea do campo cultural, possam acolher, preservar e promover a diversidade.
- O sistema de financiamento deve comportar uma **pluralidade de procedimentos**, instrumentos e fontes de fomento à cultura.
- A utilização de **100% de isenção fiscal** nas leis de incentivo expressa paradoxal contradição com a intenção original das leis de incentivo: trazer **novos recursos** das empresas para a cultura.
- O sistema de financiamento não pode prescindir da formação e **qualificação de pessoal e da realização de estudos**, que subsidiem seu desenvolvimento e ampliem sua complexidade.

** Baseado no texto do prof. Albino Rubim*

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura · Ministério da Cultura · GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

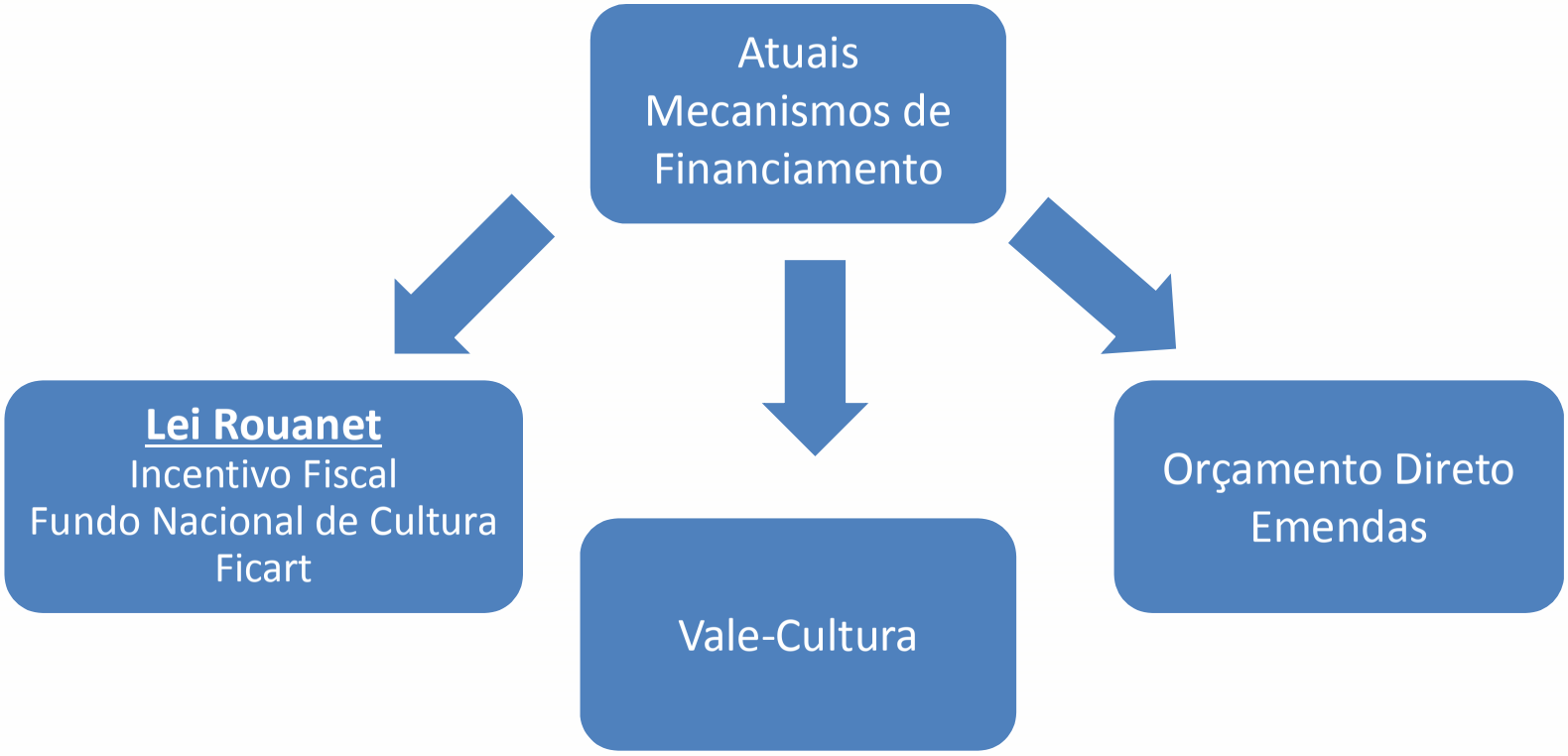
Desafios do FOMENTO

- O **fomento direto** do estado, através de **fundos de cultura**, têm tido melhor capacidade de **universalizar** o financiamento.
- A necessária afirmação dos avanços dos **editais públicos** não pode esconder as **limitações** de sua utilização universal em decorrência de suas exigências técnicas. Outras modalidades de apoio precisam ser inventadas.
- As políticas culturais devem incentivar o desenvolvimento e a **diversidade de públicos** e **mercados culturais** (diversos mecanismos, inclusive os que incorporam o risco e estimulam o empreendedorismo).
- O sistema de financiamento necessita atender os **diversos momentos** do fazer cultural e superar apoios pontuais e circunscritos no tempo.
- O sistema de fomento precisa ser pensado na **perspectiva federativa** para maior **eficiência.**

** Baseado no texto do prof. Albino Rubim*

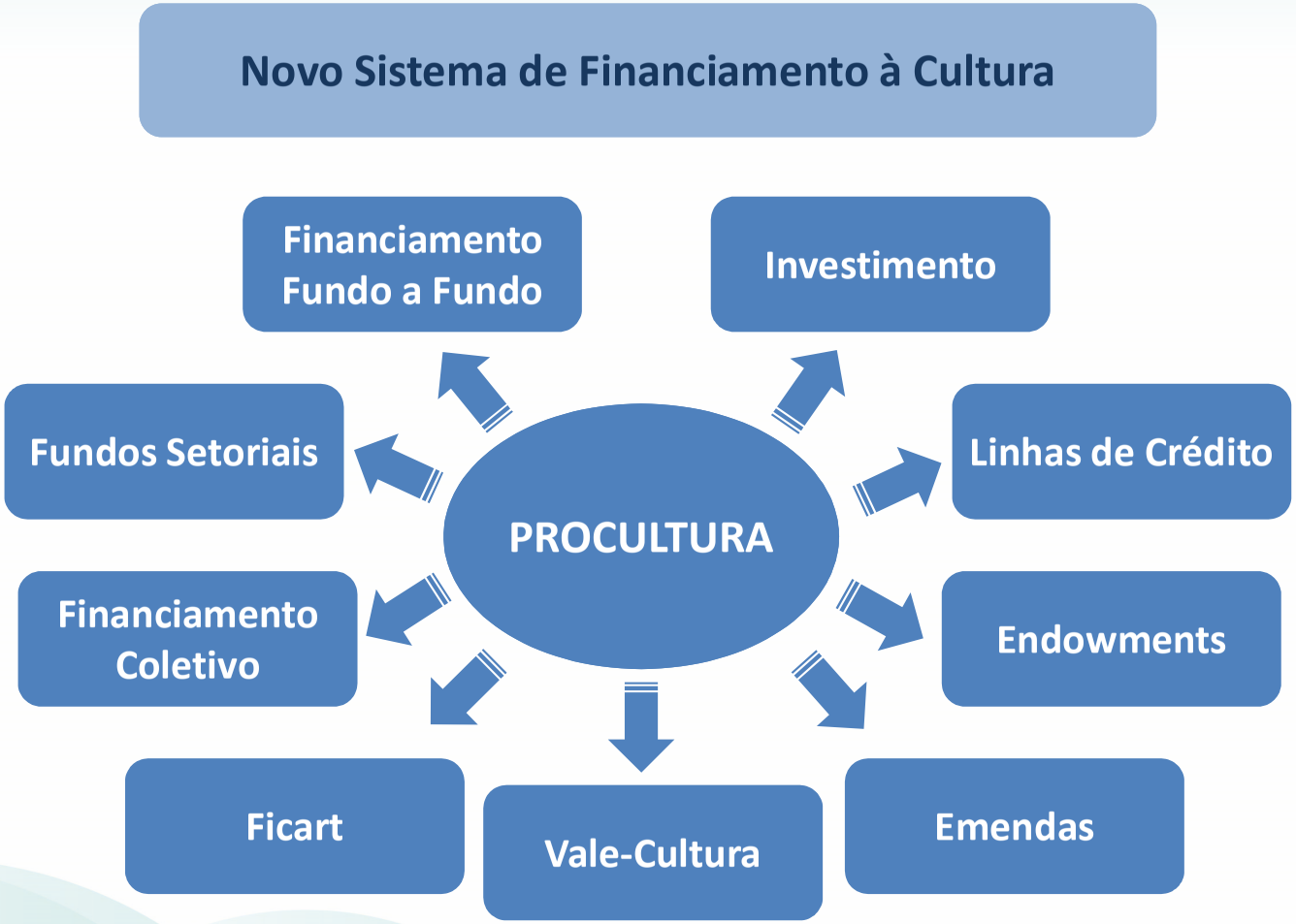
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura — Ministério da Cultura — Governo Federal Brasil Pátria Educadora

Desafios do FOMENTO



Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Desafios do FOMENTO

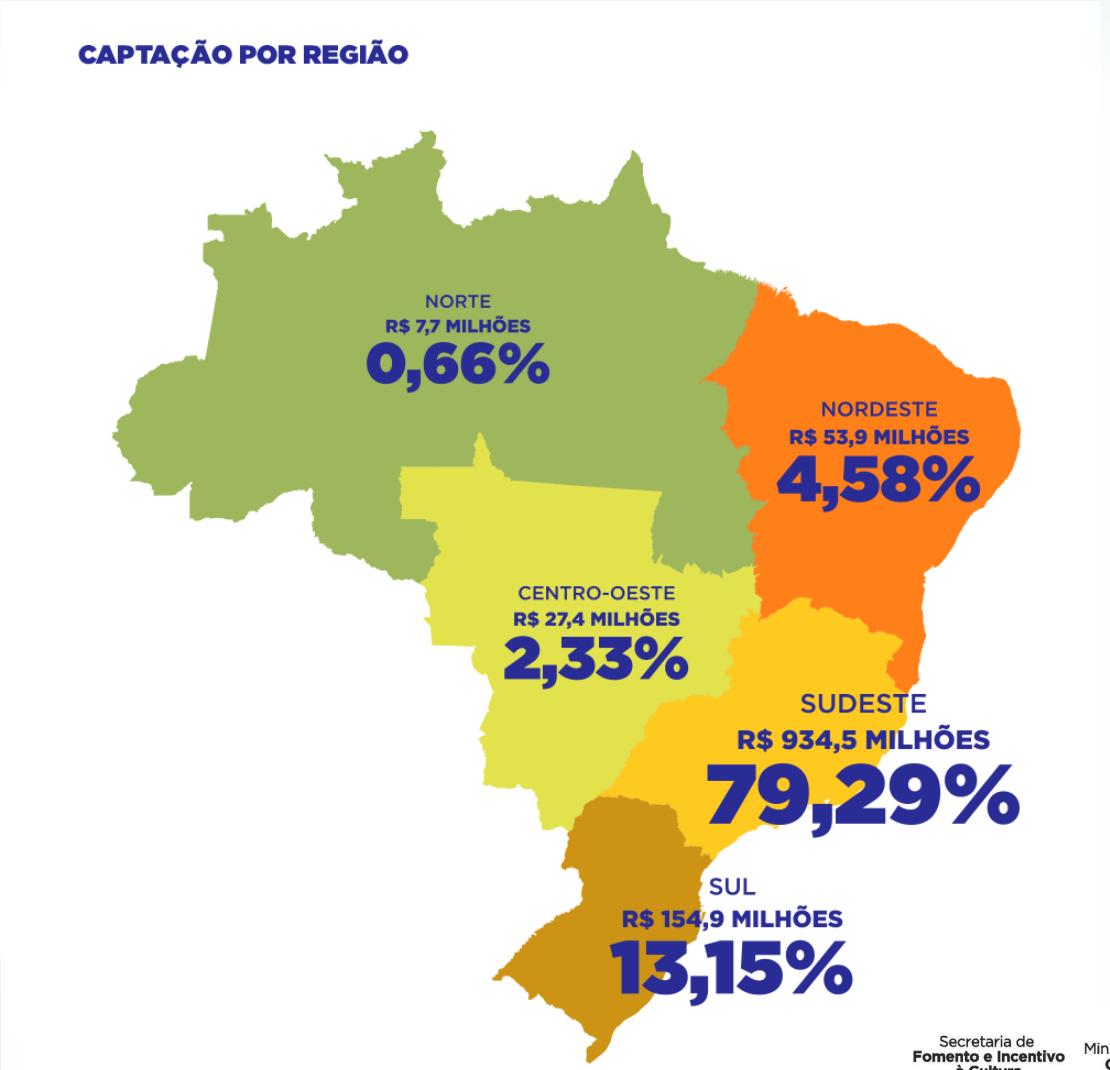


Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Panorama do Incentivo Fiscal em 2015

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Incentivo Fiscal em 2015



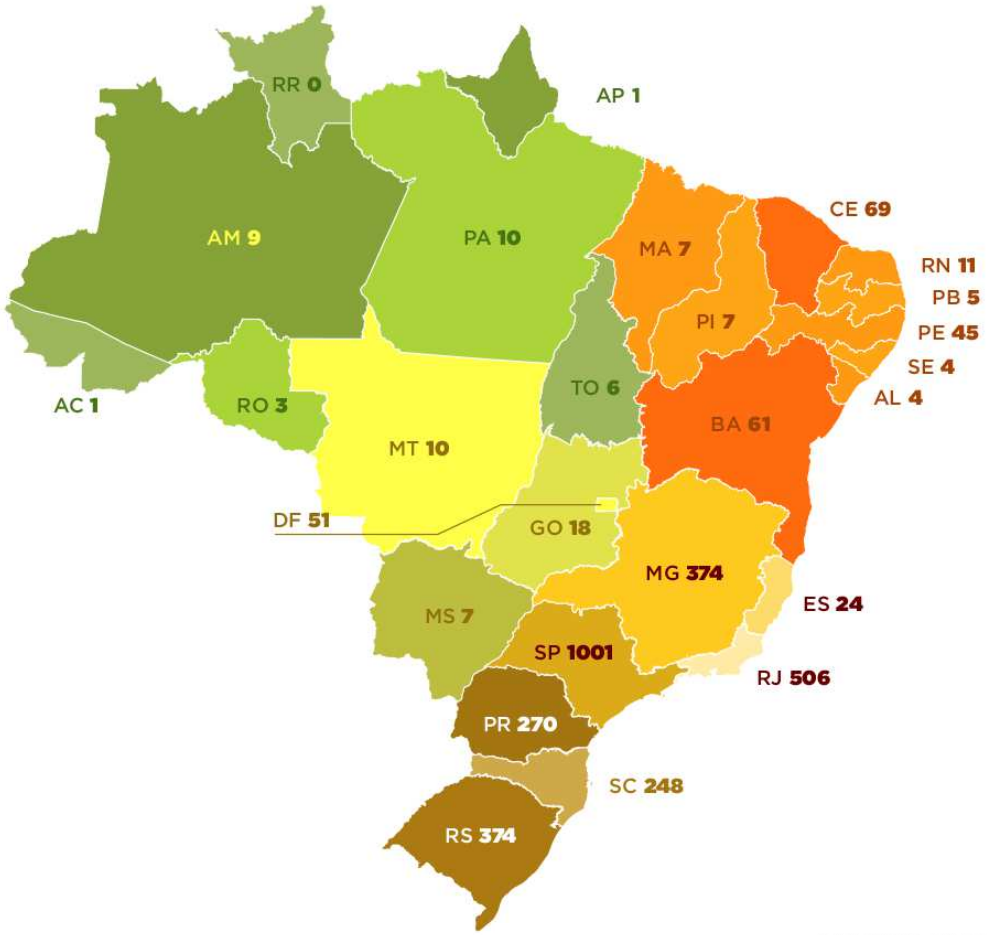
Dados de 2015 | Atualizados em 15/2/2016

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Incentivo Fiscal em 2015

SÃO PAULO	528.430.814,68
RIO DE JANEIRO	281.400.368,20
MINAS GERAIS	117.621.128,48
RIO GRANDE DO SUL	75.975.222,61
PARANÁ	42.004.302,21
SANTA CATARINA	36.963.997,14
DISTRITO FEDERAL	20.784.403,58
BAHIA	18.861.089,34
PERNAMBUCO	15.752.371,33
CEARÁ	10.901.545,21
ESPÍRITO SANTO	7.104.263,36
RIO GRANDE DO NORTE	5.857.849,97
PARÁ	3.334.706,35
GOIÁS	2.922.567,28
MATO GROSSO	2.255.549,88
AMAZONAS	1.883.032,95
MATO GROSSO DO SUL	1.474.915,89
RONDÔNIA	1.326.420,00
TOCANTINS	1.062.841,50
MARANHÃO	839.254,16
PIAUÍ	709.799,75
SERGIPE	489.920,00
ALAGOAS	302.350,00
PARAÍBA	235.880,00
ACRE	80.000,00
AMAPÁ	60.000,00
RORAIMA	0,00

NÚMERO DE PROJETOS QUE EFETIVARAM CAPTAÇÃO



Dados de 2015 | Atualizados em 15/2/2016

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura — Ministério da Cultura — GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Visão geral: *histórico por região*

- **Toda captação do Norte e Nordeste de 1991 a 2015** (R$ 944 mi) é quase o mesmo que a **Região Sudeste captou apenas em 2015** (R$ 934 mi).
- **Toda a captação do Sul** (R$ 1,667 bi) equivale a **1,8 da região Sudeste em 2015**.
- O que o Sudeste captou no último biênio (2014-2015) – ou seja, R$ 1,991 bi – é R$ 647 mi a mais do que a **soma da captação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste** durante toda a história da Rouanet (R$ 1,344 bi).

Fonte: MinC/Sefic – SalicNet

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Comparativos concentração

	FNC	INCENTIVO FISCAL (MECENATO)	POPULAÇÃO	PIB	Imposto de Renda	OCUPADO CRIATIVOS
CO	11%	1,70%	7,55%	9,12%	14,29%	7,67%
NE	16%	5,21%	25,98%	12,63%	5,23%	17,57%
N	9%	0,73%	10,23%	6,47%	2,52%	4,86%
SE	41%	79,29%	41,94%	55,27	67,20	52,96 %
S	19%	13,07%	14,30%	16,52%	10,76%	16,94%

Lei Rouanet: ref. 2014; FNC: ref. 2015; População: IBGE, ref 2015; PIB: 2013; IR: Receita Federal, ref 2014, IRPF, IRPJ etc.; Ocupados: Estudo BA a partir do Censo 2010

OBSERVAÇÕES:

- Concentração de Lei Rouanet por localidade do produtor. Projeto pode ser realizado em localização diversa do local do produtor.
- Nível de concentração não encontra equivalente em nenhum outro parâmetro.
- Não atendimento de princípios constitucionais e do Plano Nacional de Cultura 2011-2020

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura — Ministério da Cultura — GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Comparativos concentração
proponentes

N. DE PROJETOS (%)	N. DE PROJETOS (QTD)	VALOR CAPTADO (%)	VALOR CAPTADO (R$)
5%	166	43%	600 milhões
7%	236	50%	668 milhões
15%	500	66%	888 milhões
25%	830	78%	1.040 milhões
35%	1.116	85%	1.140 milhões
100%	**3.320**	**100%**	**1.334 milhões**

COMPARATIVOS

•5% dos que mais captam equivalem, em tese, a 10 mil pontos de cultura por ano – sem contar contrapartida dos estados

Fonte: MinC/Sefic – SalicNet – Ano de referência: 2014

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura · Ministério da Cultura · GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Avanços possíveis

- ✓ Racionalizar a gestão do incentivo fiscal
  (8 mil apresentados, 6 mil aprovados, 3 mil captados)
- ✓ Articulação com estatais
- ✓ Estimular patrocínio por pessoa física
- ✓ Estimular novos patrocinadores
- ✓ Contínuo aperfeiçoamento da análise
- ✓ Acompanhamento mais efetivo
- ✓ Prestação de contas financeiras por amostragem
- ✓ Definição de critérios para projetos com potencial lucrativo a partir da decisão do TCU

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Procultura



Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

Ministério da Cultura

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Procultura

Incentivo Fiscal

- ✓ Teto de 80% para patrocínio e 100% para doação PF e PJ
- ✓ Incentivos diferenciados de acordo com necessidades diferenciadas
- ✓ Ampliação teto renúncia empresas (a partir do porte da PJ)
- ✓ Possibilidade de parte da renúncia no ato da declaração (por PF)

Fundo Nacional de Cultura

- ✓ Melhor caracterização
- ✓ **Patamar mínimo** (referência isenção fiscal)
- ✓ Repasse **Fundo a Fundo** com piso regional
- ✓ Fundos setoriais
- ✓ 3 **modalidades**: (i) fundo perdido; (ii) investimento e (iii) crédito.

Vale Cultura

Contexto inicial	*Potencial*	*Cenário Atual*
Alta exclusão consumo cultural: 93% nunca foi a exposição de arte 78% nunca viu espetáculo de dança.	**Beneficiários:** 42 milhões de trabalhadores sendo 32 milhões até 5 s.m. **Aportes:** 1,6 bi/mês – 19,2 bi/ano	**Beneficiários:** 1.076 empresas, 430 mil trabalhadores **Recebedoras:** 38 mil **Aportes:** R$ 232 milhões consumidos

Medidas para ampliação:

- ✓Nova campanha publicitária
- ✓Estímulo de adesão a estatais
- ✓Criação de rede com estados e municípios
- ✓Estímulo para adesão do poder público (estatutários)
- ✓Fomentar a interoperabilidade
- ✓Diminuir os custos de uso pelas *recebedoras*
- ✓*Meta de 3 milhões até 2019.*



OBRIGADO!

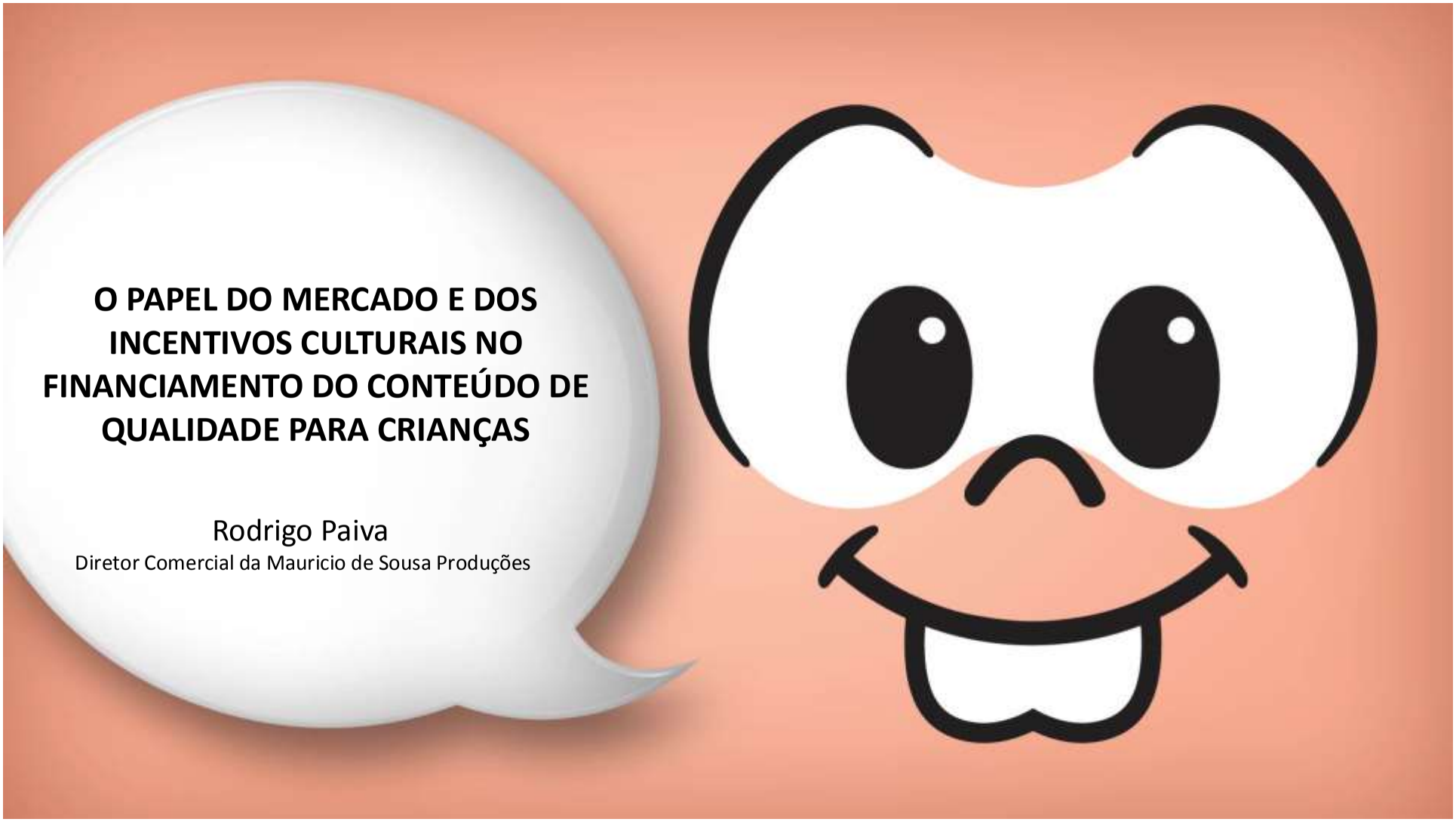
Ministério da Cultura
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic

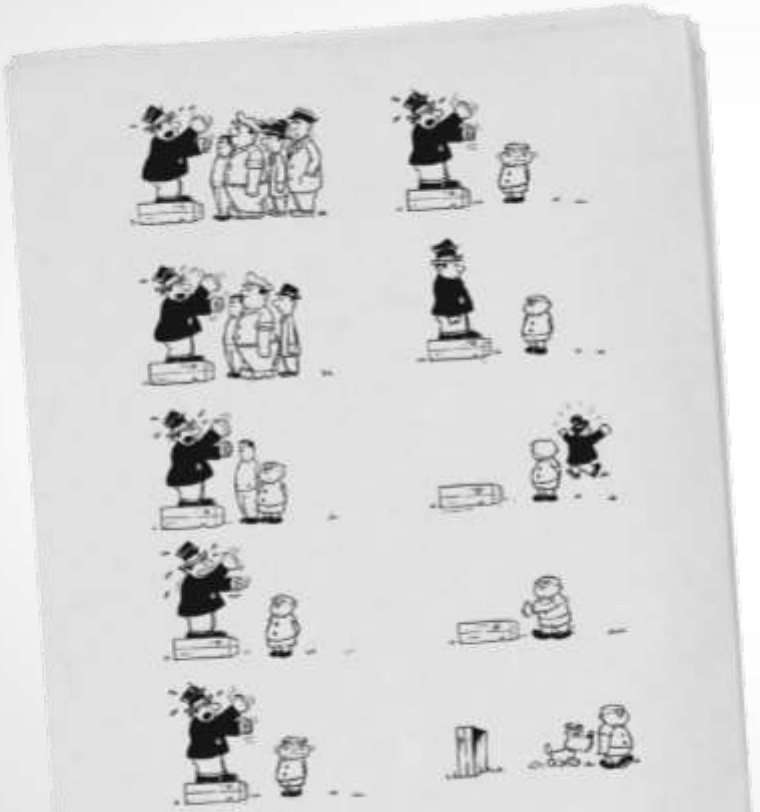
(61) 2024-2114/2114/2046
leonardo.hernandes@cultura.gov.br

www.cultura.gov.br/sefic
www.cultura.gov.br/fale-com-o-minc
http://ouvidoria.cultura.gov.br

Carlos Paiva
Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura
Alexandra Costa
Diretora de Incentivo à Cultura
Leonardo Hernandes
Diretor de Gestão de Mecanismos de Fomento
Raphael Valadares
Chefe de Gabinete
Paula Berbert
Coordenadora de Comunicação

Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA


O PAPEL DO MERCADO E DOS INCENTIVOS CULTURAIS NO FINANCIAMENTO DO CONTEÚDO DE QUALIDADE PARA CRIANÇAS
Rodrigo Paiva
Diretor Comercial da Mauricio de Sousa Produções

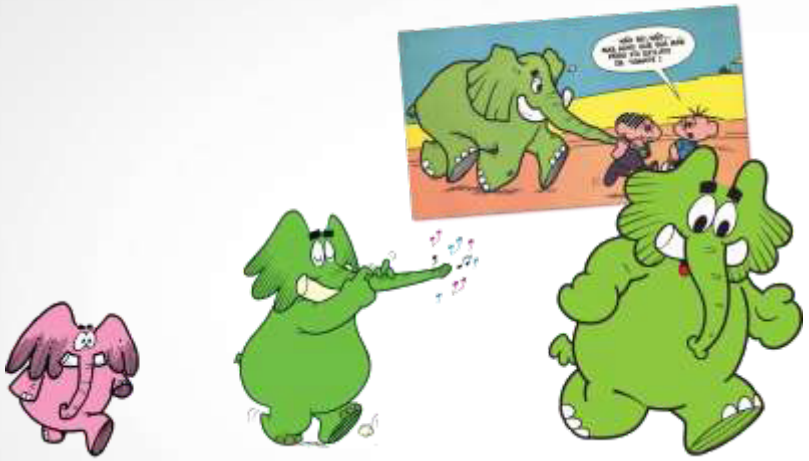


A **Mauricio de Sousa Produções** nasceu nos anos 60 do sonho de um artista brasileiro, Mauricio de Sousa. Depois de ouvir várias vezes que desenho não dava futuro, em 1959, Mauricio conseguiu, publicar sua **primeira tirinha**, com o cãozinho Bidu.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Seguindo o **modelo dos syndicates americanos**, passou a vender as tirinhas para outros jornais. No início, fazia tudo sozinho: roteiro, desenho e até a distribuição das tirinhas às publicações, levadas inicialmente de ônibus num raio de 100 km a partir de Mogi das Cruzes, no interior de São Paulo, onde morava.

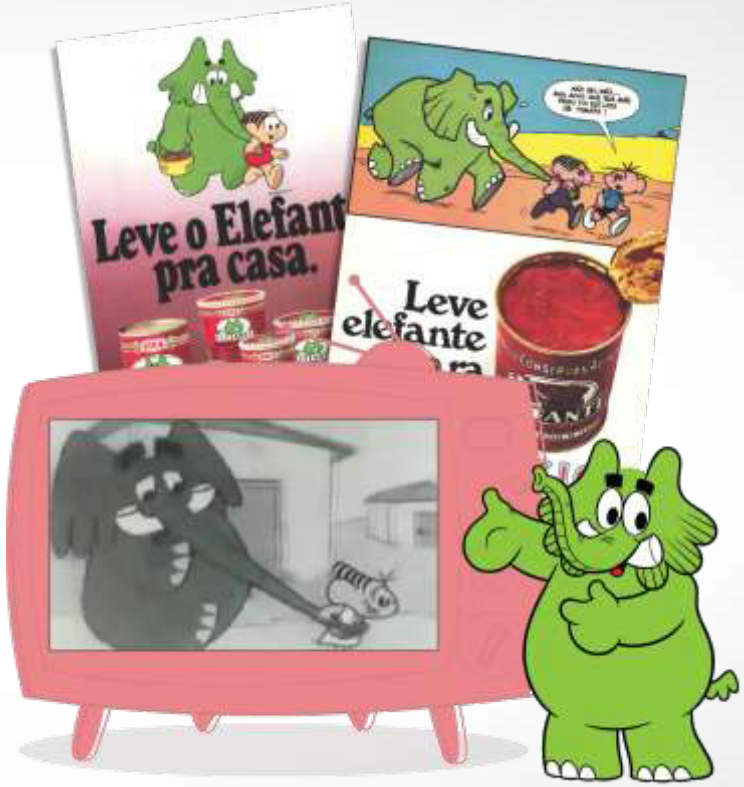




No final dos anos 60, o publicitário Enio Mainardi viu uma tirinha em que a personagem **Mônica** puxava um elefante pela tromba, numa referência a um já famoso extrato de tomate. O publicitário propôs, então, tornar o **elefante Jotalhão, garoto-propaganda da marca.**

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Foram **mais de 70 filmes**, que tornaram a Turma da Mônica conhecida em todo o território nacional. A partir daí, surgiu a **revista da Mônica**, pela editora Abril e, com o passar dos anos, os **gibis de outros personagens.**



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Hoje, a **Mauricio de Sousa Produções** é a maior produtora nacional de conteúdo infantil e emprega diretamente **quase 400 funcionários**, sendo cerca de metade deles artistas envolvidos na produção dos quadrinhos e das animações.

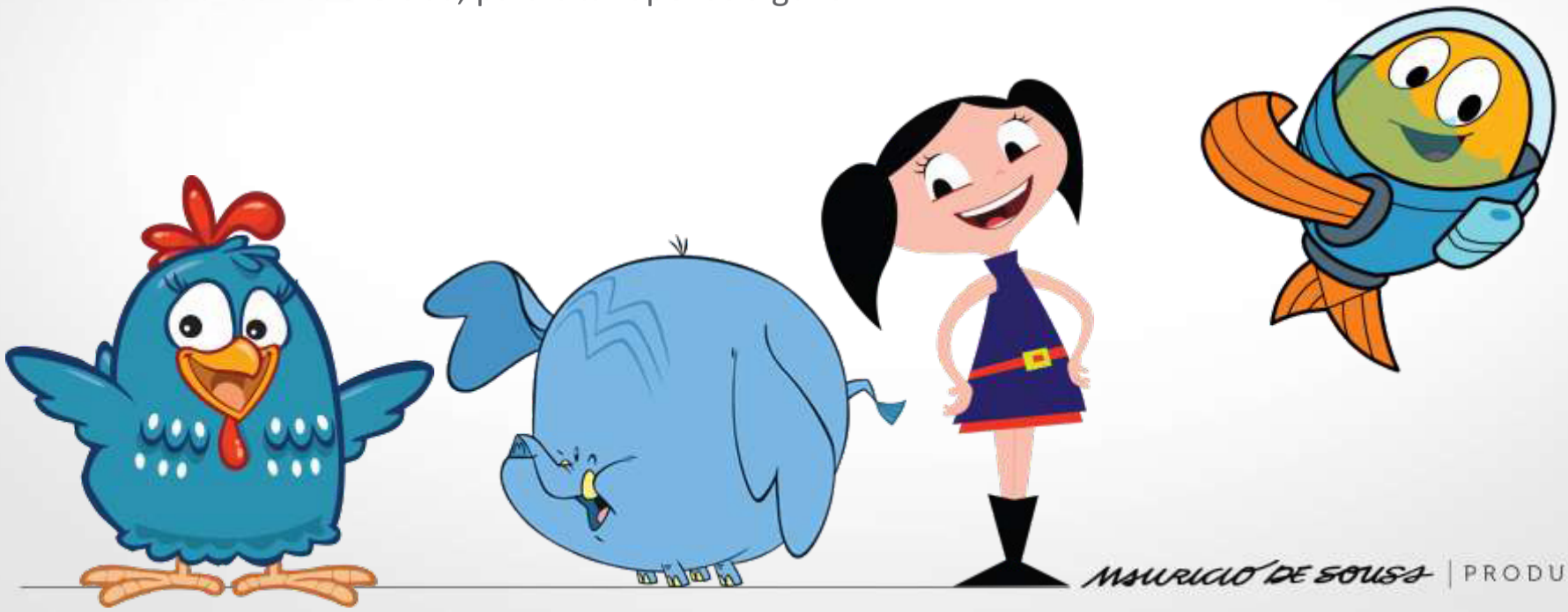
A MSP investe mais de R$ 20 milhões em pessoal ao ano para manter os departamentos de produção artística, entre eles Estúdio de Arte, Estúdio de Som, Estúdio de Animação, Exposições, História em Quadrinhos e MSP ao Vivo.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Nos últimos anos, a MSP vem acompanhado com entusiasmo o surgimento e crescimento de **novos players** nesse mercado. Contribuem para esse **cenário positivo**, o **ambiente de liberdade** e também as inúmeras **políticas públicas do governo para o setor.**



Se antes a MSP compartilhava o espaço praticamente apenas com personagens estrangeiros, com algumas poucas exceções, **agora o cenário é outro**: temos **Galinha Pintadinha**, **Peixonauta**, **O Show da Luna**, **Meu AmigãoZão**, coprodução com o Canadá, além de programas live action, como **Detetives do Prédio Azul**, do Gloob, canal a cabo infantil da Rede Globo, para citar apenas alguns.





Hoje, a maioria dessas produções já está presente em outros países, com o apoio de associações como a ABPITV (Associação Brasileira de Produtores Independentes) e a agências como a APEX-Brasil (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos) e ANCINE (Agência Nacional de Cinema).

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



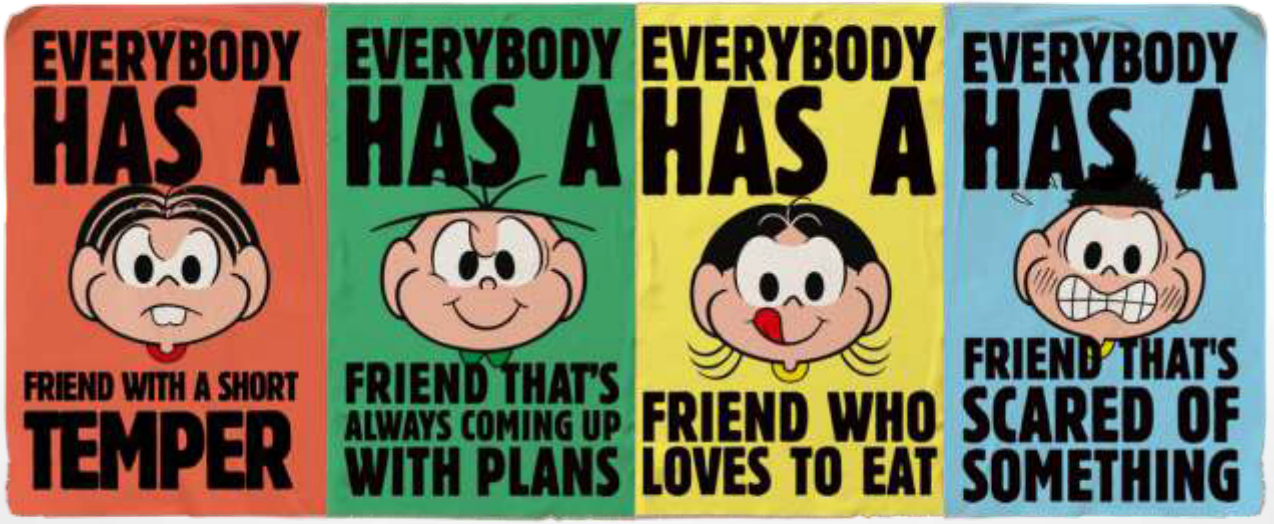
As plataformas que fazem todo esse conteúdo chegar a seu público têm se multiplicado: **TV por assinatura**, **YouTube, Netflix** e outros serviços de vídeo on demand, aplicativos para celulares e tablets em modelos gratuitos e pagos. A criança brasileira tem acesso a um universo cada mais rico de **produções nacionais.**

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Contribuem para isso, algumas políticas públicas como a Cota de Tela, que estabelece reserva de salas de cinema para exibição de produções nacionais, com percentuais definidos a partir de estudos da **ANCINE**, e a Lei da TV Paga (Lei 12.485), que exige exibição de conteúdo nacional.



Em parceria com a **APEX-Brasil, a produção audiovisual voltada para o público infantil tem atravessado fronteiras.** O setor audiovisual é um dos 60 setores da economia brasileira contemplado pelas ações da agência, e um dos considerados prioritários, já que contribui para a construção de uma imagem **positiva** do país e carrega valor agregado muito superior ao das tradicionais commodities.





As animações da Turma da Mônica estão na América Latina, via coprodução com a Turner, e veiculação no Cartoon Network, Tooncast, Boomerang. Por meio da Globo Internacional estamos em 116 países na **América do Norte, Central e Sul além de Europa e Ásia.** A série Mônica Toy estreará na Coreia do Sul e na Índia. Mônica Toy, Turma da Mônica e Pelezinho estão em Portugal, Angola e Moçambique.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Participamos de **feiras para comercialização de conteúdo audiovisual para o mundo todo**, entre elas estivemos recentemente na RioContent Market e participaremos este ano na França da **Annecy MIFA, MipJunior e MipCom e da ATF**, em Cingapura, maior feira de mercado evento de entretenimento do mercado asiático.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Acabamos de voltar da **Feira do Livro de Bolonha** e participaremos, ainda este ano, da Bienal do Livro de SP, Feira de Frankfurt, Guadalajara Book Fair, no México e da Comic Con Experience, maior evento do mercado Geek, que este ano cresceu sua área em 80% e já supera a principal feira do gênero, em San Diego, nos EUA.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Hoje, o **setor criativo responde por 2,8% do PIB** brasileiro. O crescimento médio anual do setor criativo nos últimos cinco anos foi de 6,13%, maior do que o crescimento do PIB brasileiro.

O crescimento maior ainda é concentrado nos países desenvolvidos, mas **os artistas brasileiros também querem ganhar o mundo**, e a economia criativa é um dos focos de incentivo às nossas exportações.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Embora as políticas de incentivo tenham um papel importante, elas deveriam desempenhar o papel de possibilitar o ingresso de novos players e funcionar como complemento a outras fontes de recurso, entre elas o **licenciamento.**



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



O **licenciamento é uma fonte importante para o financiamento do conteúdo audiovisual** para criança que se faz no Brasil e começa a ser exportado para o mundo.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Licenciamento consiste no ato de autorizar um terceiro a utilizar marca nominativa, figurativa ou mista, ou propriedade intelectual ou artística conforme disposto nos Artigos nº 139, 140 e 141 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 ou no Art. 49 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Tal direito é concedido por tempo limitado, com a contrapartida de uma remuneração para o detentor dos direitos de uso. **Em geral, a remuneração do licenciamento se dá através de um percentual por produto vendido, ao qual se associa a marca ou imagem.**



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Por meio do licenciamento, produtos que querem entrar no mercado com chances maiores de concorrer com marcas já estabelecidas se associam a personagens conhecidos gerando concorrência e estimulando a inovação no setor.

Entre nossos produtos licenciados, a já **famosa Maçã da Turma da Mônica**, primeira fruta com marca do pais, que vende mensalmente 650 toneladas e abriu um novo mercado, estimulando a concorrência ao se associar também a produtos in natura.





Hoje, o licenciamento de produtos, **que começou nos anos 60 com o Jotalhão e o extrato de tomate elefante**, é o que permite que a MSP cresça, reinvestindo o que fatura na própria empresa. São mais de 3.000 produtos de 150 empresas.

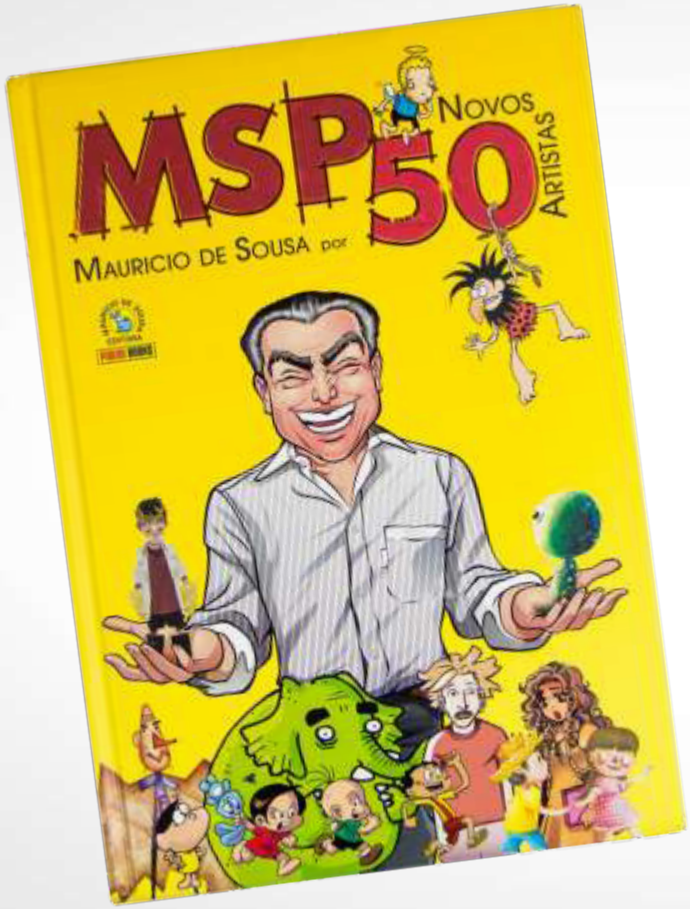


MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

Como a produção de gibis e de animações requerem equipes altamente especializadas e um grande investimento, é esse faturamento que permite subsidiar a produção artística e, inclusive as nossas ações institucionais em **parceria com o Unicef, WWF e Graacc**, entre outras entidades.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

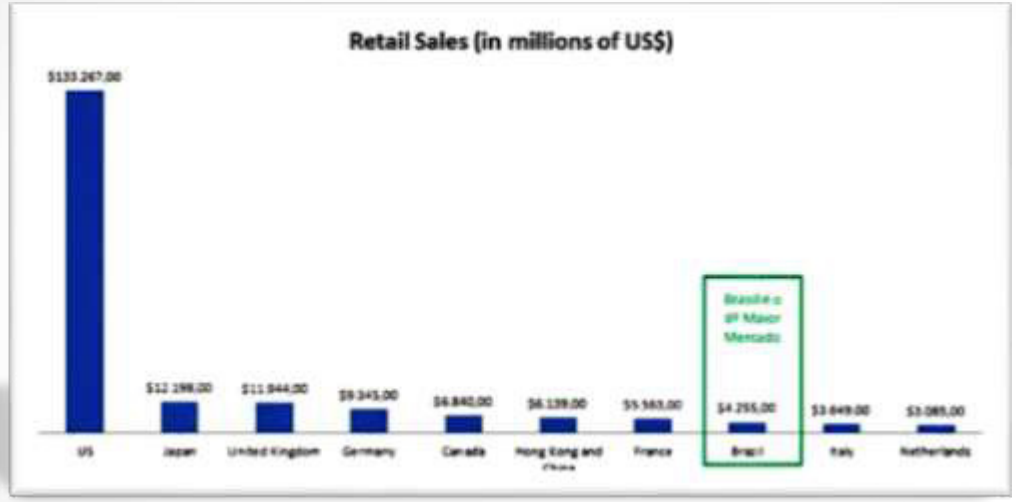


Temos orgulho de ser **um dos principais alfabetizadores informais do país** e de vender, hoje, num mundo em que a tecnologia domina, **2,5 milhões de gibis** por mês. Em 2014, foram comercializados **2 milhões de exemplares de livros** com a Turma da Mônica. Mauricio de Sousa foi o autor infantil mais lido em 2015, atrás apenas de best-sellers como Augusto ainda Cury.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

O licenciamento é fundamental para os novos players, permitindo o financiamento da produção de novas animações. Ele também é bastante relevante para as empresas que produzem os personagens que citei. **Segundo dados da ABRAL, existem 500 empresas licenciadas no país, sendo 600 licenças disponíveis, das quais 75% são estrangeiras.**

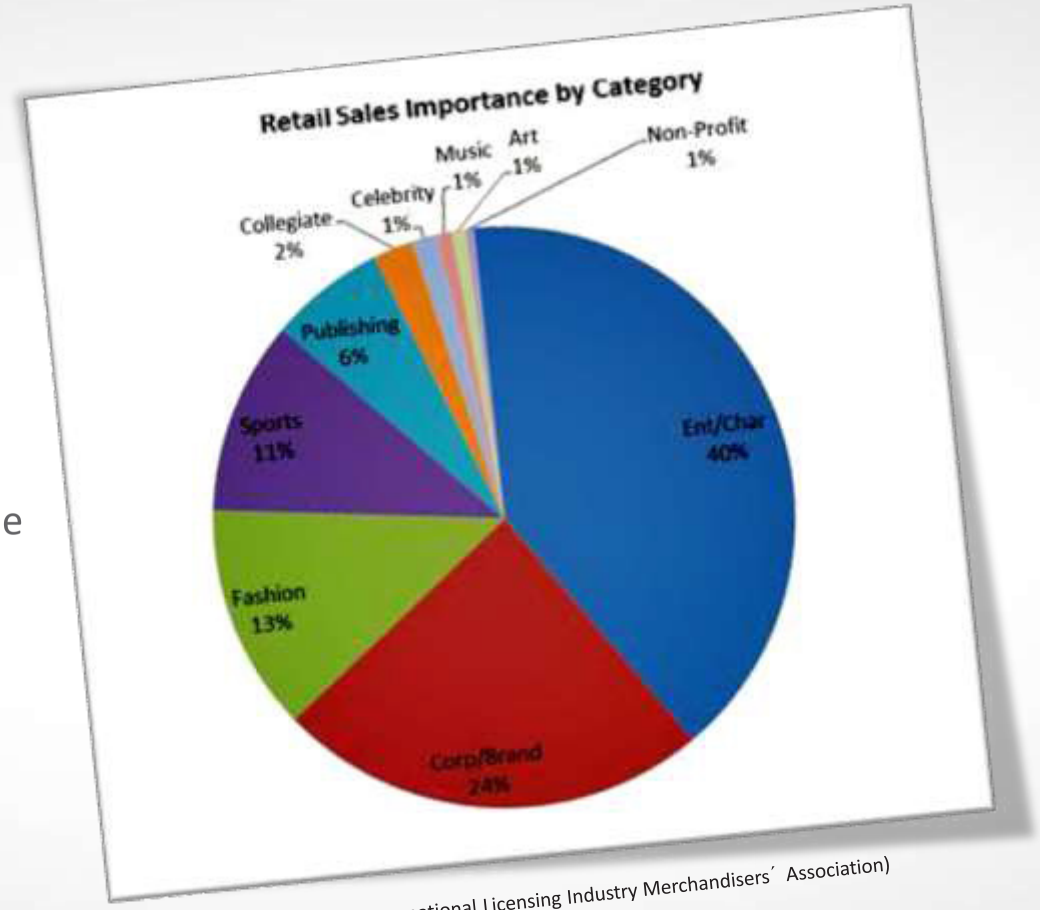




Fonte: LIMA (International Licensing Industry Merchandisers´ Association)

O Brasil é o oitavo maior mercado, mas ainda tem potencial para crescer

O mercado mais importante é ligado a entretenimento e personagens



Fonte: LIMA (International Licensing Industry Merchandisers´ Association)



Segundo a LIMA, a Turma da Mônica é a única marca nacional entre as dez primeiras mais lembradas para o mercado infantil, à frente de McDonald´s, Peppa Pig, Coca-Cola e Nike. A ABRAL prevê que, em 2016, o mercado brasileiro fature aproximadamente R$ 17,850 bilhões.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

A TV a cabo chega a 28% dos domicílios. A qualidade do conteúdo para crianças é um dos principais motivos para a assinatura. Entre os 10 canais mais vistos estão **Discovery Kids**, **Cartoon Network** e **Disney Channel**. A **publicidade de produtos infantis é outro pilar deste mercado**, financiando os canais de TV por assinatura. Contribuem para isso também políticas como a Cota de Tela (reserva de salas de cinema para exibição de produções nacionais) e a Lei da TV Paga (Lei 12.485), que exige exibição de conteúdo nacional.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Na TV aberta, a qual quase todos os brasileiros têm acesso, o horário infantil praticamente desapareceu. Isso se deve ao ambiente cada vez mais restritivo em relação a comunicação mercadológica com a criança. Em busca de rentabilidade, os canais preferem trocar a programação infantil por programas de variedades, em que a publicidade praticamente não enfrenta restrições.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

É com grande preocupação que temos acompanhado a discussão sobre as restrições e até mesmo sobre propostas de proibição total da publicidade dirigida a crianças, incluindo qualquer tipo de licenciamento, proposta que só encontra paralelo em países como Cuba e Coreia do Norte.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



No Congresso tramitam dezenas de PLs sobre a questão. **A proibição defendida por algumas dessas propostas traz consequências** que podem ser muito mais prejudiciais à criança do que a publicidade dentro de parâmetros éticos e legais estabelecidos pela legislação em vigor e pela autorregulamentação do CONAR.

A **Resolução 163 do Conanda**, publicada sem discussão com a sociedade, inspira diversos PLs, como o PL 5921/2001, e estabelece que é abusiva toda a publicidade e comunicação mercadológica dirigida à criança no Brasil.

Se a proibição total da publicidade e do licenciamento for adotada, serão perdidos:

R$ 33 bilhões em produção, equivalente a 2 vezes o valor anual do Bolsa Família

720 mil empregos

R$ 6,4 bilhões em salários

R$ 2,2 bilhões em tributos

Fonte: GO Associados

Para efeito de comparação, o Fundo do Setor Audiovisual investiu R$ 1 bilhão em 6 anos; e a **Lei Rouanet** captou para o setor, em 2015, R$ 74,6 milhões



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Quando a resolução fala em comunicação mercadológica ela inclui não apenas a publicidade propriamente dita, mas também **páginas na internet dedicadas à criança, embalagens de produtos infantis, ações em shows infantis, patrocínios de espetáculos infantis e disposição dos produtos em lojas e supermercados.**

Existem propostas de proibição total da publicidade dirigida a crianças, incluindo qualquer tipo de licenciamento, o que só encontra paralelo em países como Cuba e Coreia do Norte.

Pela resolução do Conanda é abusivo o uso excessivo de cores, de trilhas sonoras infantis, de desenhos animados, de bonecos e personagens em quaisquer embalagens, na publicidade e na internet, em campanhas realizadas por empresas.

A resolução tem um alcance gigantesco e afetará todo um setor de produção de conteúdo infantil no Brasil.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Pelas regras da resolução, um espetáculo com personagens só poderá existir se o seu criador tiver recursos para bancar a produção sozinho, já que o patrocínio é considerado abusivo.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

O **personagem não poderá estar em nenhum outro lugar que não no livro, no desenho ou no gibi.** Ele será vetado na capa do caderno, na lancheira, na embalagem da maçã. Até mesmo na capa do gibi ele não poderá estar, já que a resolução considera abusivo o uso de personagens em embalagens – e a capa do livro e do gibi é a sua embalagem.



Será difícil convencer uma empresa produtora de conteúdo para crianças a investir em desenhos, animações e espetáculos no Brasil.

O alcance das restrições é imenso e afetará todo um setor de produção de conteúdo infantil no Brasil. A resolução afetará toda a indústria de entretenimento no Brasil.

Passaremos a consumir apenas a produção cultural infantil que vem de fora, trazendo outra cultura que não é a nossa, brasileira.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES

O exemplo da TV Cultura, em São Paulo, é prova de que as verbas públicas não têm se mostrado suficientes para financiar o conteúdo infantil de qualidade. Com a redução do financiamento estatal e queda nas verbas publicitárias, a TV Cultura hoje apenas reexibe programas produzidos no passado, de qualidade inegável, como Cocoricó ou Castelo Rá-Tim-Bum, não sendo capaz de sustentar novas produções.



MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES



Queremos deixar claro que o modelo em que o mercado se financia com recursos do licenciamento e encontra veículo para sua produção nos canais sustentados pela publicidade não deveria sofrer interferências drásticas, como a de uma eventual proibição da publicidade.

A discussão sobre incentivos específicos à produção infantil e cotas de exibição nas TVs e nos cinemas é bem-vinda, mas nunca em substituição ao livre mercado que tem se mostrado dinâmico e capaz de estimular a produção nacional e a ampla concorrência.

MAURICIO DE SOUSA | PRODUÇÕES


OBRIGADO!

SICAV
SINDICATO
DA INDÚSTRIA
AUDIOVISUAL
ABPITV
Associação Brasileira de Produtoras
Independentes de Televisão
ICAB
INSTITUTO DE CONTEÚDOS
AUDIOVISUAIS BRASILEIROS
RIO CONTENT MARKET
BRAZILIAN TV
PRODUCERS
ancine

Início em 1999

2011 - 130 associados

Julho 2014 – 445 associados

Abril 2016 – 606 associados

04 Pilares

- Capacitação
- Desenvolvimento
- Políticas
- Divulgação

BRAZILIAN TV PRODUCERS

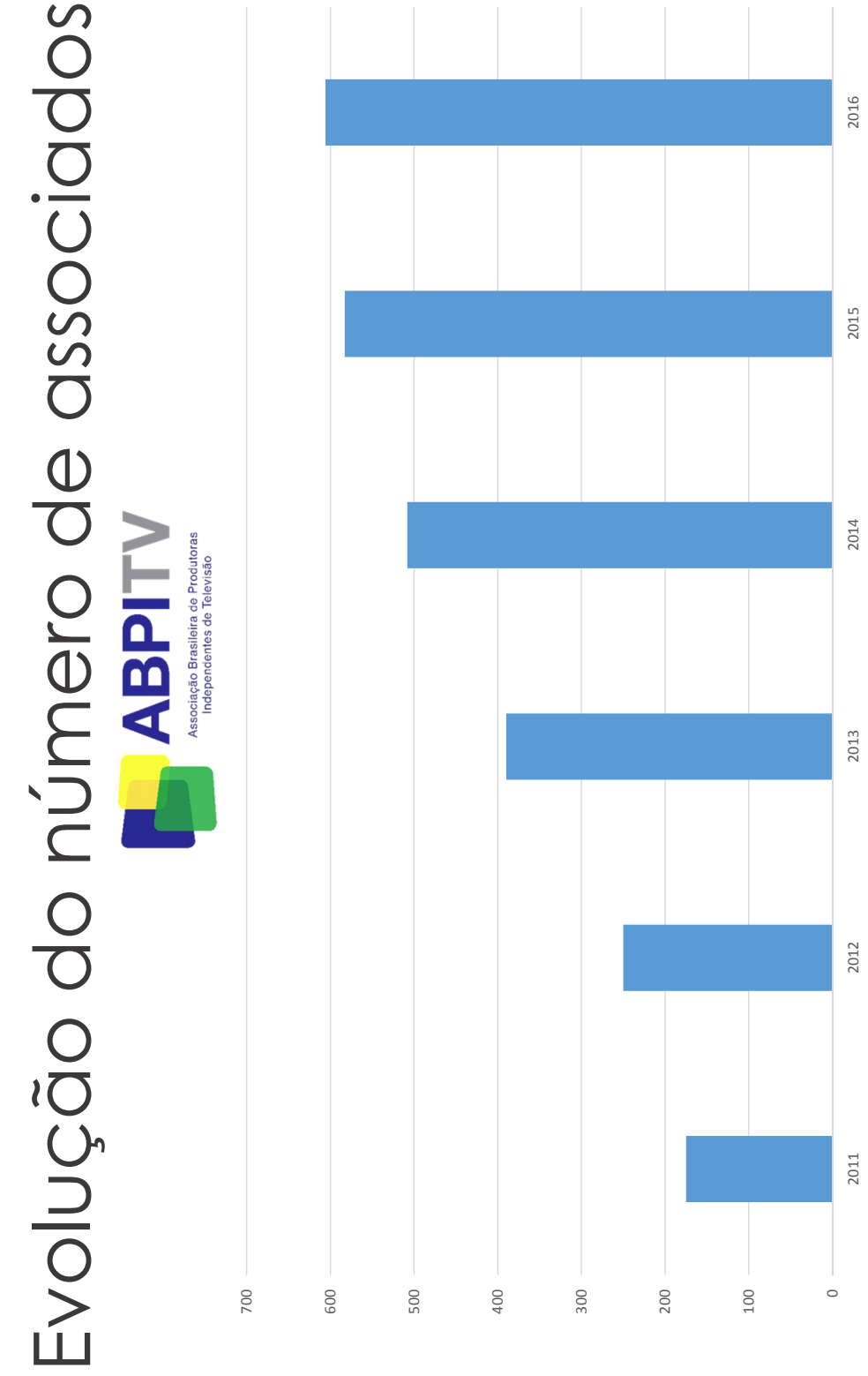
RIO CONTENT MARKET

PIC PROGRAMA INTERNACIONAL DE CAPACITAÇÃO

ABPITV NOS ESTADOS PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO

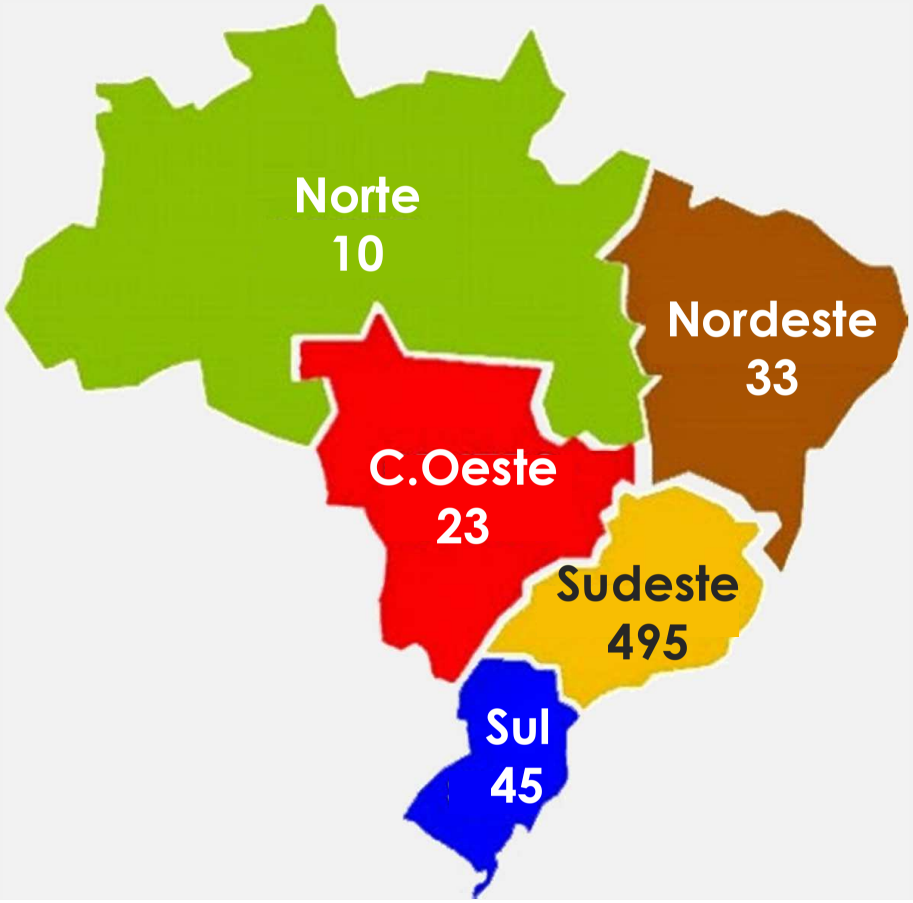
ENCONTRO com os CANAIS

ICAB INSTITUTO DE CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS BRASILEIROS


Evolução do número de associados
ABPITV
Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão
700
600
500
400
300
200
100
0
2011
2012
2013
2014
2015
2016

Distribuição dos associados por região

ABPITV
Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão



- Norte 10
- Nordeste 33
- C.Oeste 23
- Sudeste 495
- Sul 45

O que é produção independente de TV?

Segundo a Lei 12.485, uma produtora independente deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens;

b) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;

c) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos.

Lei 12.485/2011 – "Lei da TV Paga"

Regulamentada em 2011

MAIOR PRESENÇA DO CONTEÚDO NACIONAL INDEPENDENTE NA TV PAGA

+

ENTRADA DAS TELECOMS NO SEGMENTO PAY-TV
AUMENTO DA CONCORRÊNCIA

+

LIMITA A PRESENÇA DA PUBLICIDADE (25% EM HORÁRIO NOBRE)

Lei 12.485/2011 – "Lei da TV Paga"

CONTEÚDO NACIONAL INDEPENDENTE NA TV PAGA

2011
Uma hora e meia

2012
Duas horas e meia

2013
Três horas e meia

semanal no "prime time"

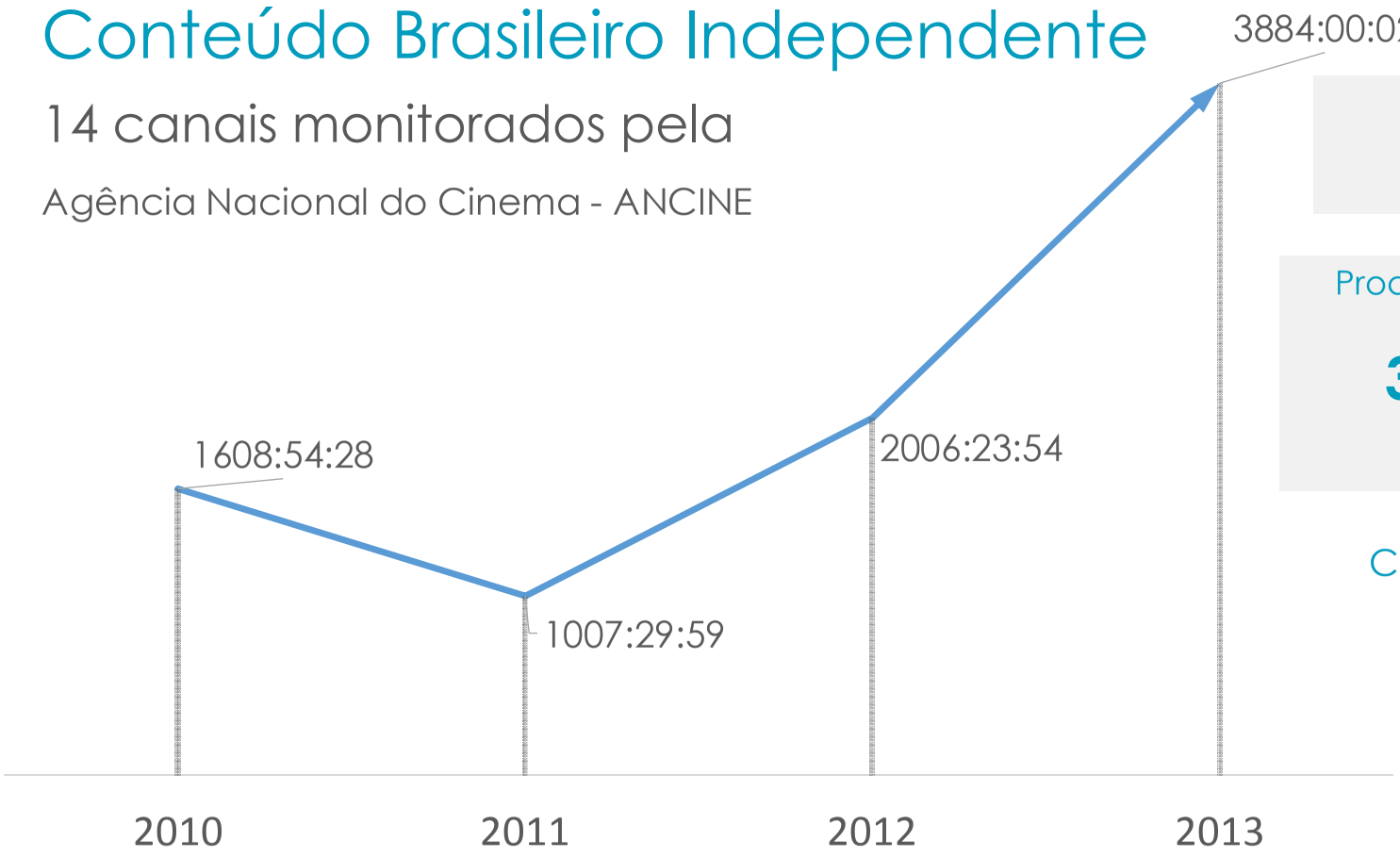
50% da cota

deve ser de produções brasileiras produzidas por produtoras brasileiras independentes

Quantidade anual de horas de Conteúdo Brasileiro Independente

14 canais monitorados pela

Agência Nacional do Cinema - ANCINE



Horas Transmitidas

+ 385%

Produção Independente Potencial (anual)

30.000 horas

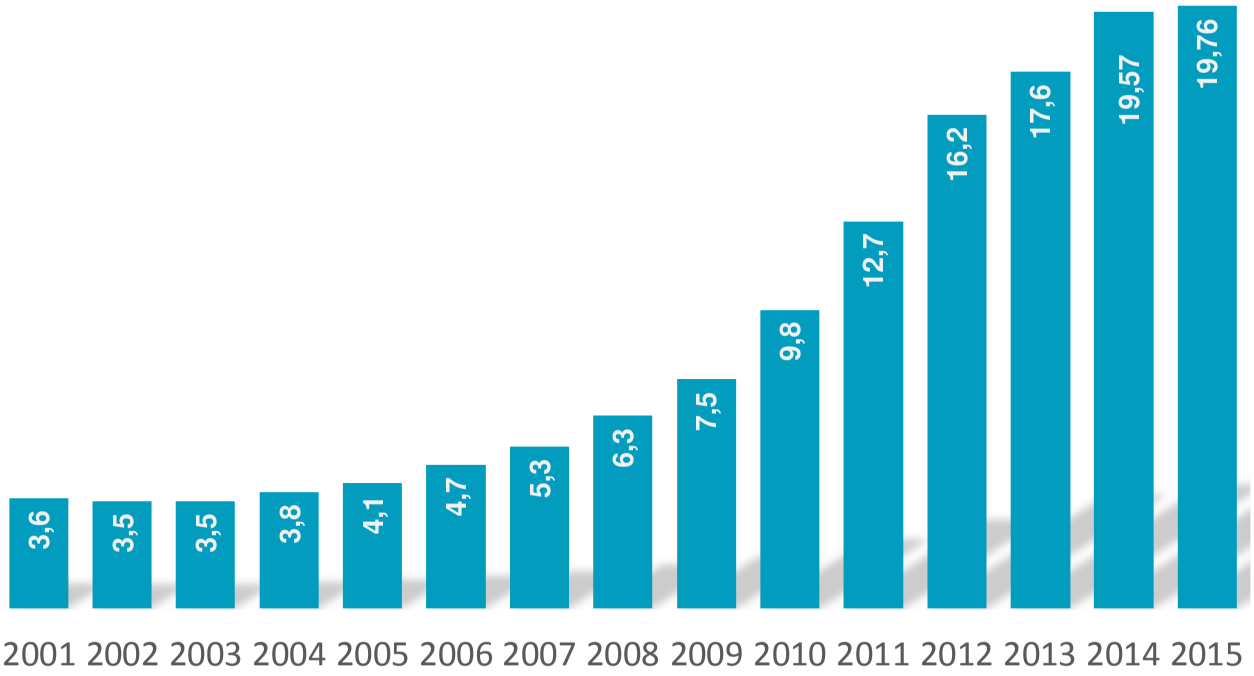
Classificação Canais

CEQ – 76

CBEQ – 16

SB e SBsR - 04

Crescimento da TV Paga no Brasil



Crescimento em 2012:
28%

Nº de assinantes (2015):
19.76 milhões

Lares com TV: MAIS DE
63 MILHÕES

Fonte: ANATEL

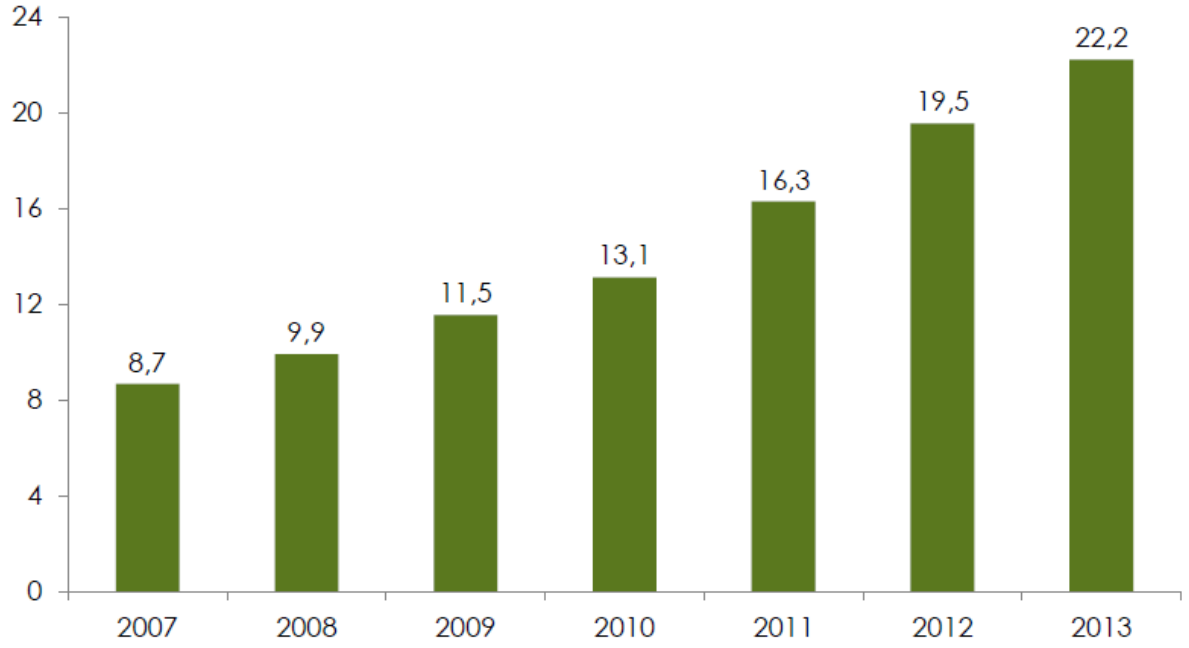
Impacto Econômico do Setor Audiovisual

- Entre os anos de 2007 e 2013 o valor adicionado pelo audiovisual à economia brasileira teve um aumento real de 65,8%, o que equivale a uma expansão contínua de 8,8% ao ano;
- Em 2013, as atividades econômicas do setor audiovisual foram diretamente responsáveis por uma geração de renda de R$ 22,2 bilhões na economia;
- A participação do setor na economia está à frente, por exemplo, das indústrias têxtil e farmacêutica e da produção de produtos eletrônicos e de informática.

Fonte: IBGE 2007-2013

Impacto Econômico do Setor Audiovisual

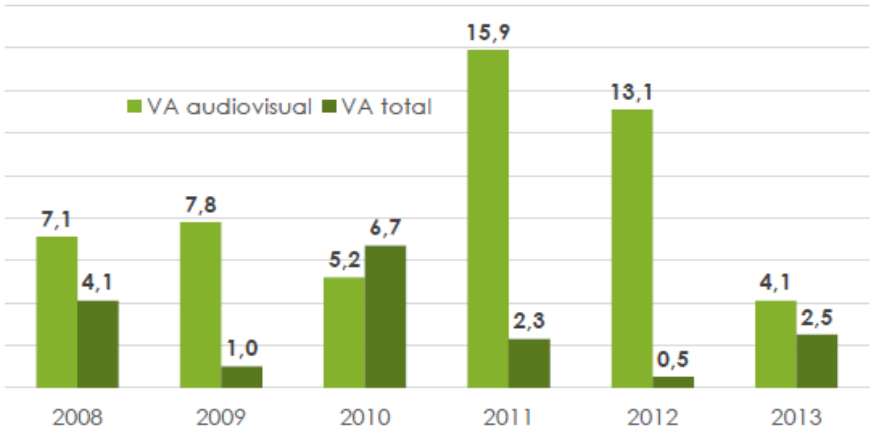
Gráfico 1 - Valor adicionado pelo setor audiovisual (R$ bilhões correntes)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2007-2013, Pesquisa Anual de Serviços 2007-2013.
Elaboração: ANCINE / SEC.

Impacto Econômico do Setor Audiovisual

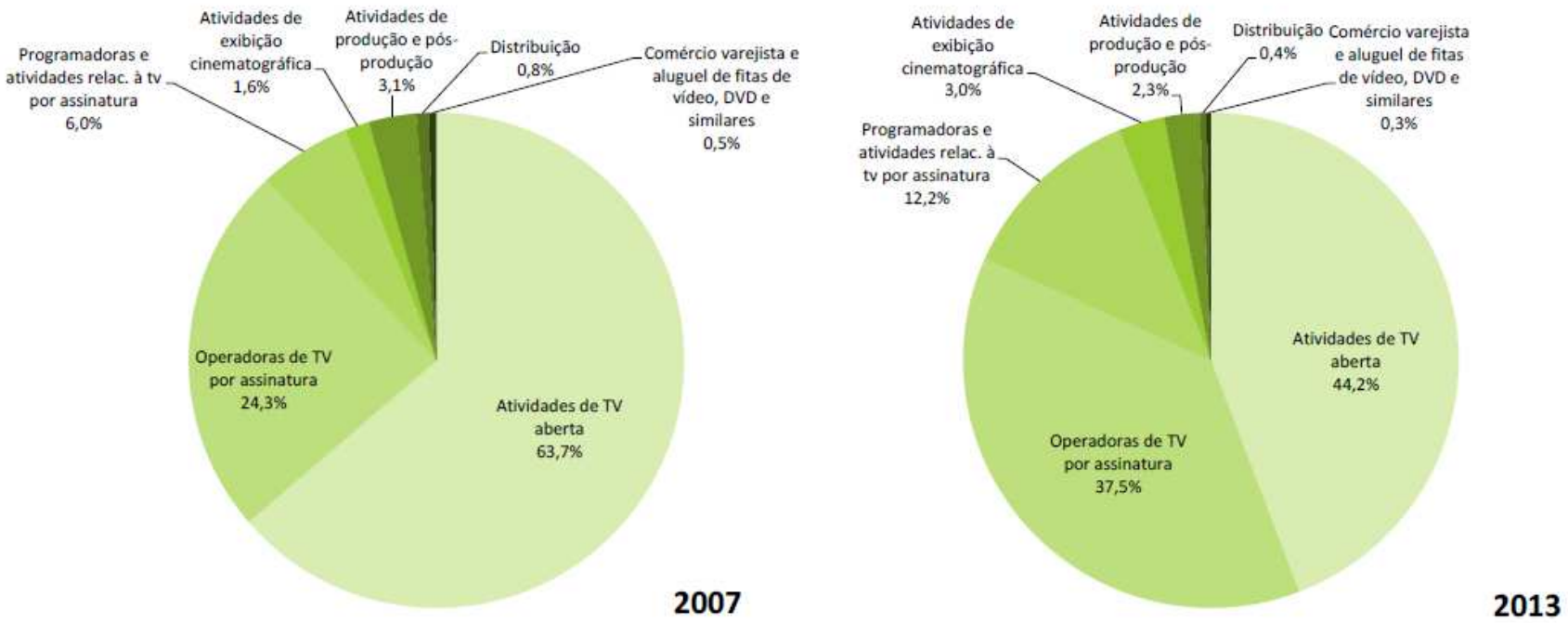
Gráfico 2 - Valor adicionado pelo setor audiovisual e Valor adicionado total: variações anuais reais (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2007-2013, Pesquisa Anual de Serviços 2007-2013; e Sistema de Contas Nacionais referência 2000.
Elaboração: ANCINE / SEC.

Impacto Econômico do Setor Audiovisual

Gráfico 5 - Participações das atividades econômicas audiovisuais no valor adicionado pelo segmento: comparativo 2007 e 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2007-2013, Pesquisa Anual de Serviços 2007 e 2013.

PRODUÇÕES INDEPENDENTES PARA TV - ANIMAÇÃO



O Irmão do Jorel
Produtora: Copa Studio
Estreia em 2014 no CN



Tronquinho e Pão de Queijo
Produtora: Gava Produções
Estreia em 2014 no Gloob



Osmar a 1ª Fatia do Pão
Produtora: 44 Toons
Exibido no Gloob
Estreou em novembro 2013



Zica e os Camaleões
Produtora: Cinema Animadores
Exibido na TV Brasil
Estreou em abril/2014



Monica Toy
Produtora: MSP
Exibido no Cartoon Network
Estreou em outubro 2013



Peixonauta
Produtora: TV Pinguim
Exibido no Discovery Kids e SBT
2ª temp. estreou em março/2013

PRODUÇÕES INDEPENDENTES PARA TV - ANIMAÇÃO



Meu Amigãozão
Produtora: 2D Lab
Exibido no Discovery Kids e TV Brasil
Estreou em agosto/2010
Coprodução Brasil-Canadá



Carrapatos e Catapultas
Produtora: Zoom Elefante
Exibido na TV Cultura, TV Brasil e Cartoon Network



Tromba Trem
Produtora: Copa Studio
Exibido na TV Cultura, TV Brasil e Cartoon Network



Historietas Assombradas
Produtora: Glaz
Exibido no Cartoon Network
Estreou em março/2013
Vencedora do prêmio APCA 2013



Nilba e os Desastronautas
Produtora: 44 Toons
Exibido no Gloob, TV Brasil e TV RaTimBum!



Sítio do Pica Pau Amarelo
Produtora: Mixer
Exibido na Globo, Cartoon Network e Gloob

PRODUÇÕES INDEPENDENTES PARA TV – FICÇÃO INFANTIL



Gaby Estrella

Produtora: Panorâmica/Chatrone

Exibido no Gloob

Estreou em outubro/2013



Vida de Estagiário

Produtora: Mixer

Exibido na TV Cultura

Estreou em novembro/2012

Vencedora do International Emmy Kids Awards



Família Imperial

Produtora: Primo Filmes

Exibido no Futura e Disney

Estreia em novembro 2013



Julie e Os Fantasmas

Produtora: Mixer

Exibido na Band e Nickelodeon

Estreou em outubro 2011



D.P.A

Produtora: Conspiração

Exibido no Gloob

Estreia em junho 2012



Tem Criança na Cozinha

Produtora: Samba Filmes

Estreou em abril 2013

PRODUÇÕES INDEPENDENTES PARA TV



PS!

Produtora: Damasco Filmes

Estreou em março/14 na HBO



Amor Verissimo

Produtora: Conspiração

Exibido no GNT

Estreou em janeiro 2014



Passionais

Produtora: Pródigo

Estreou em março/14 no GNT



Oxigênio

Produtora: Panda Filmes

Exibido n

Estreou em abril/14



Se Eu Fosse Você – a série

Produtora: Total

Exibido na Fox

Estreou em outubro 2013



O Infiltrado

Produtora: Cine Group

Exibido no History Channel

Estreou em maio 2013

PRODUÇÕES INDEPENDENTES PARA TV – FICÇÃO



Um rua sem vergonha

Produtora: Conspiração

Exibido no Multishow

Estreou em julho 2013



Agora Sim!

Produtora: Mixer

Exibido na Sony

Estreou em setembro 2013



3 Teresas

Produtora: Bossa Nova

Estreou em abril 2013

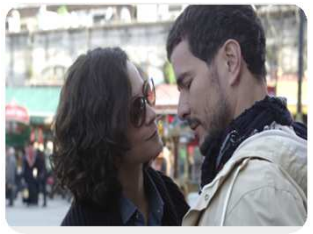


PREAMAR

Produtora: Pindorama Filmes

Exibido na HBO

Estreou em maio 2012



Latitudes

Produtora: Los Bragas/House Enter

Exibido na TNT

Estreia em setembro 2013

Vencedora do prêmio APCA 2013



Contos do Edgar

Produtora: O2 Filmes

Estreou em abril 2013

Mandrake | F.D.P | A Mulher Invisível | Adorável Psicose | Copa Hotel
O Negócio | Surtadas na Yoga | Sessão de Terapia | As Canalhas

TV COMO PRIMEIRA TELA



TV COMO SEGUNDA TELA ANTIGAMENTE

TV COMO SEGUNDA TELA HOJE

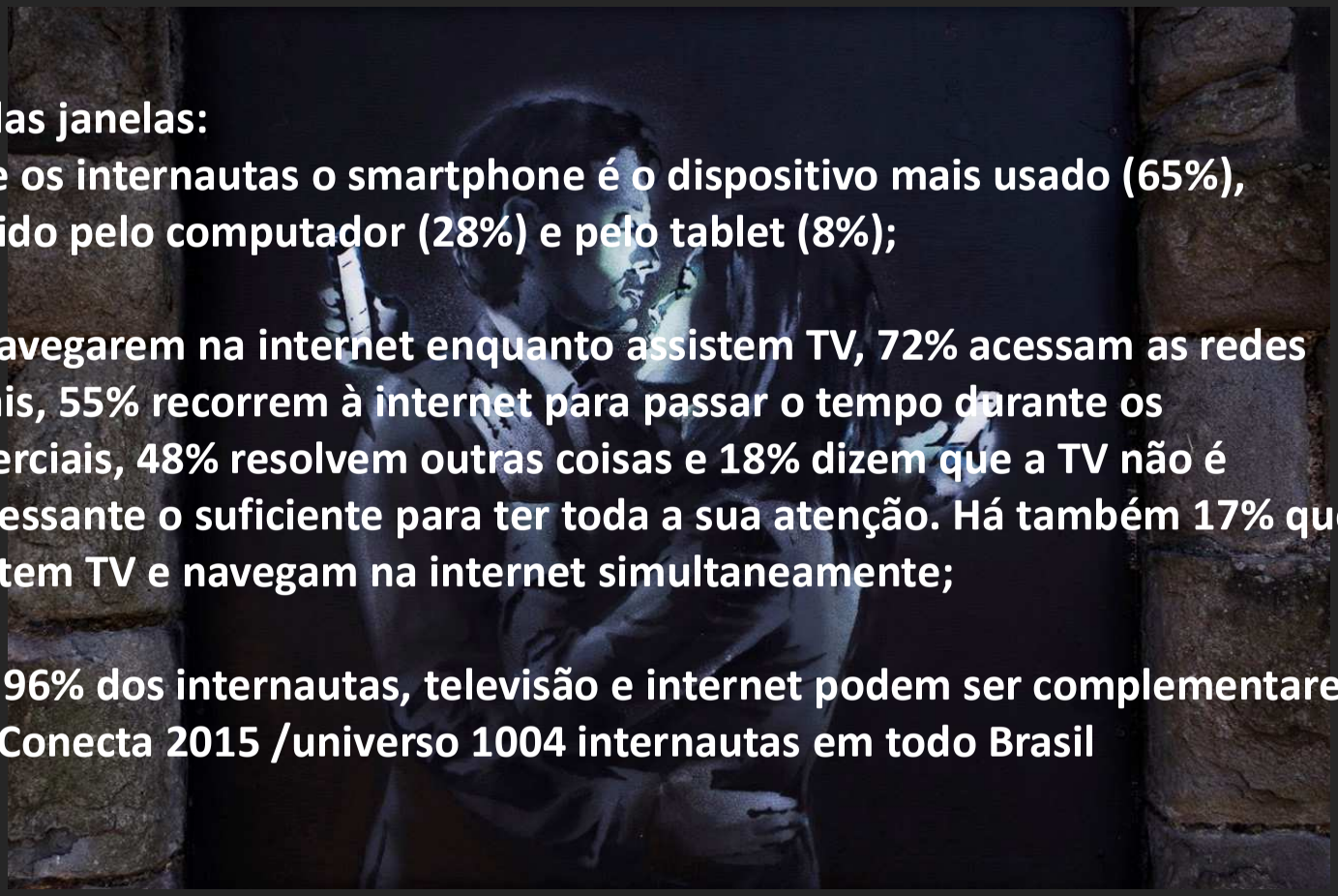
MÚLTIPLAS TELAS COM TV



MÚLTIPLAS TELAS SEM TV



O Momento da Produção Independente



Múltiplas janelas:

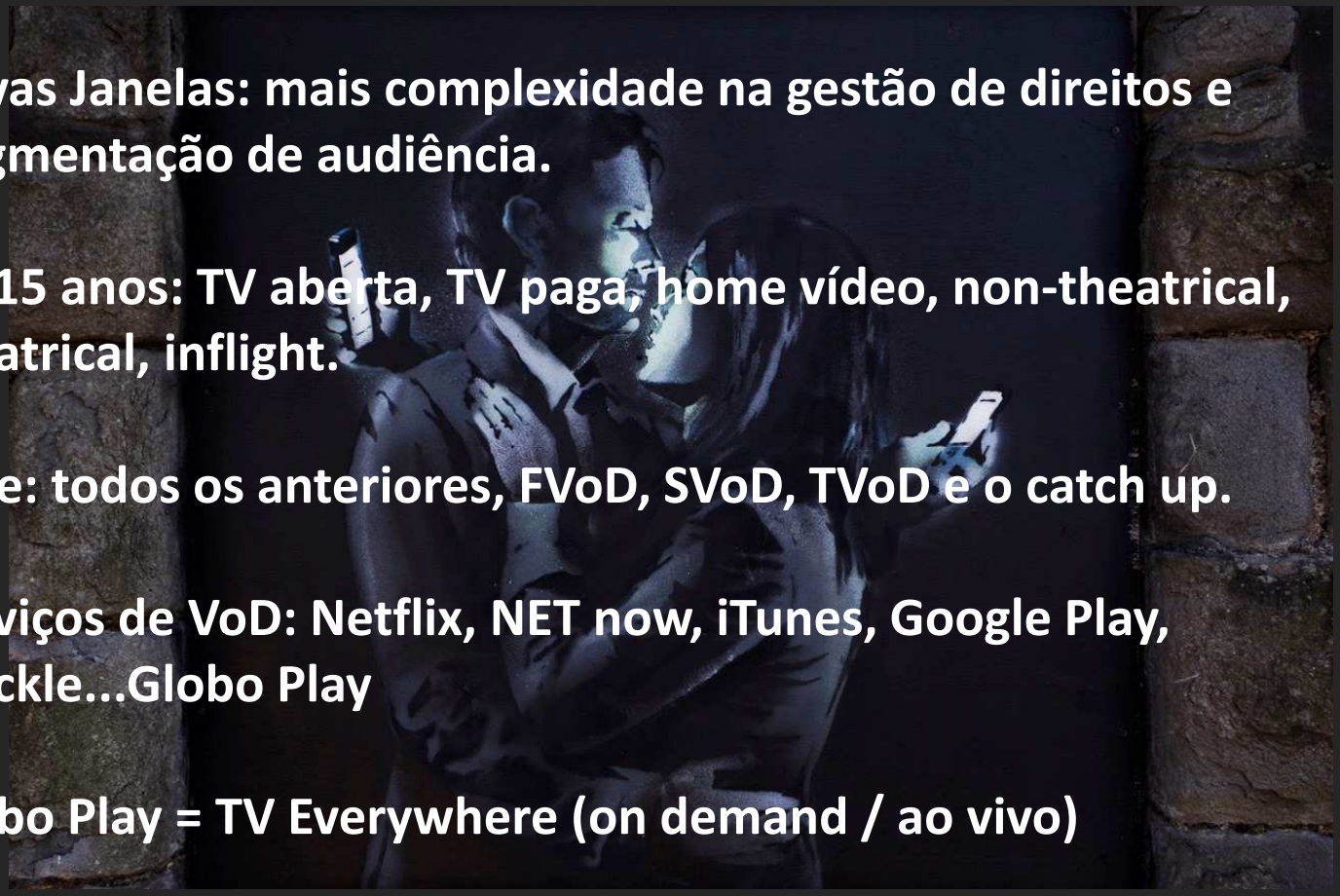
- **Entre os internautas o smartphone é o dispositivo mais usado (65%), seguido pelo computador (28%) e pelo tablet (8%);**

- **Ao navegarem na internet enquanto assistem TV, 72% acessam as redes sociais, 55% recorrem à internet para passar o tempo durante os comerciais, 48% resolvem outras coisas e 18% dizem que a TV não é interessante o suficiente para ter toda a sua atenção. Há também 17% que assistem TV e navegam na internet simultaneamente;**

- **Para 96% dos internautas, televisão e internet podem ser complementares.**

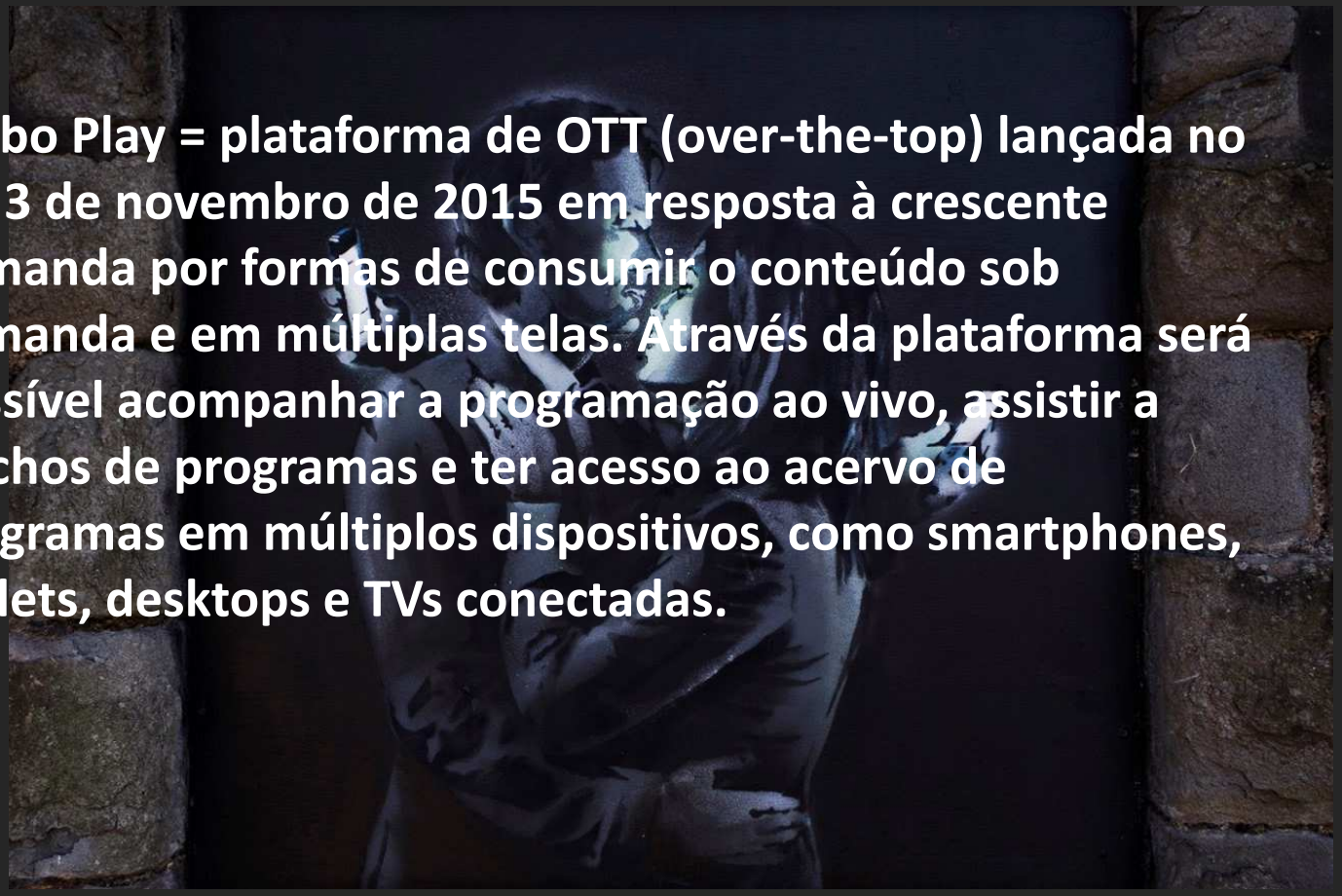
Fonte: Conecta 2015 /universo 1004 internautas em todo Brasil

O Momento da Produção Independente



- **Novas Janelas: mais complexidade na gestão de direitos e fragmentação de audiência.**
- **Há 15 anos: TV aberta, TV paga, home vídeo, non-theatrical, theatrical, inflight.**
- **Hoje: todos os anteriores, FVoD, SVoD, TVoD e o catch up.**
- **Serviços de VoD: Netflix, NET now, iTunes, Google Play, Crackle...Globo Play**
- **Globo Play = TV Everywhere (on demand / ao vivo)**

O Momento da Produção Independente

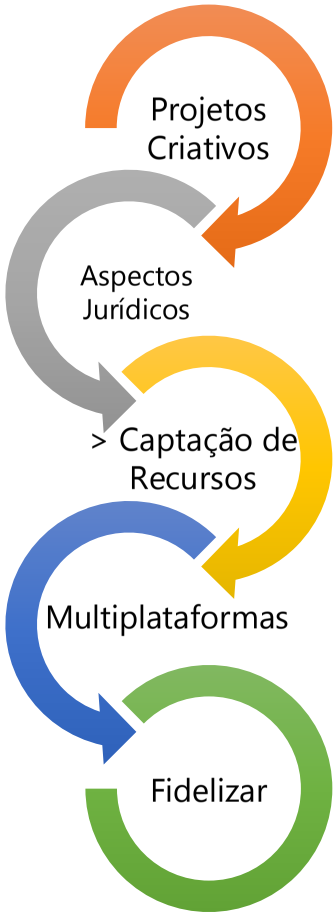


- **Globo Play = plataforma de OTT (over-the-top) lançada no dia 3 de novembro de 2015 em resposta à crescente demanda por formas de consumir o conteúdo sob demanda e em múltiplas telas. Através da plataforma será possível acompanhar a programação ao vivo, assistir a trechos de programas e ter acesso ao acervo de programas em múltiplos dispositivos, como smartphones, tablets, desktops e TVs conectadas.**

Novos Conteúdos – Novas Oportunidades

Novas Responsabilidades

CONTEÚDO AUDIOVISUAL
Construção de marcas audiovisuais



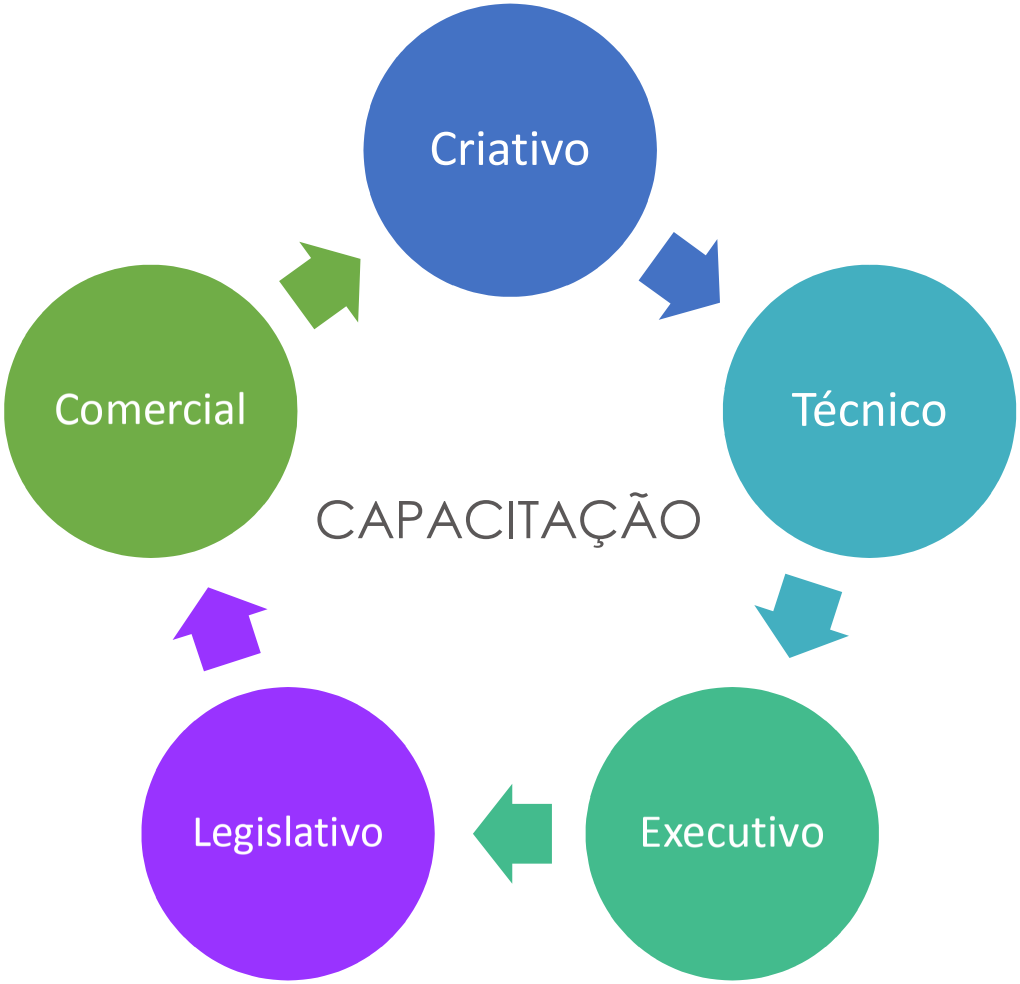
PROJETOS CRIATIVOS que atendam necessidades de um nicho (canal, sexo, faixa etária, perfis de consumo) e que garantam continuidade

Para um projeto de sucesso é indispensável a **ASSESSORIA JURÍDICA** na analise de contratos de equipe, direitos e na contratação de recursos. Além dos acordos com canais e distribuidoras.

Produtor é o sócio majoritário do conteúdo audiovisual, responsável pela **CAPTAÇÃO DE RECURSOS**. Buscar diversas fontes de recursos (leis de incentivo, patrocínios, financiamento coletivo, investimentos dos canais)

Alcançar o seu público em **MULTIPLATAFORMAS**, conteúdo deve estar disponível para o espectador. Ampliar o alcance e interatividade. Ser visto, ouvido e sentido.

Pensar em estratégias para **FIDELIZAR** o conteúdo. Gerar subprodutos, dar continuidade em novas temporadas, conquistar novas janelas, fazer o esforço render.



Mais de 100 mil postos de trabalho no setor

DEMANDAS

- Gestão de Negócios
- Formatação de Projetos
- Legislação e Fomento
- Captação de Recursos
- Produção Executiva
- Roteiros e Criativos

MECANISMOS DE FOMENTO PARA TV

Composição Orçamentária

Políticas Públicas		Mercado	Internacional
Artigo 39	Editais	MKT	Coprodução
Artigo 1ºA	FSA	Coprodução	Editais
Artigo 3º	ICMS	Investimento	Pré-Vendas
Artigo 3ºA	Municipais	Licenciamento	


OBRIGADO!

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Então, eu queria agradecer muito, mais uma vez, tanto as contribuições de todos os Conselheiros quanto as dos nossos painelistas, e, com isso, dar por encerrado o nosso seminário.

Muito obrigado. E vamos contar com a colaboração de vocês no futuro.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Aprovada na 7ª reunião ordinária de 2016, realizada em 2 de maio de 2016. Publique-se.

6ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DIA 11 DE ABRIL DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstanciada da 6ª reunião (ordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 11 de abril de 2016, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Conselheiro Ronaldo Lemos, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Debate sobre os resultados da CPI dos Crimes Cibernéticos da Câmara dos Deputados (convidados: Deputados Federais Mariana Carvalho, Esperidião Amin, Sandro Alex e Rafael Motta); ITEM 2 – Relatório sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakonechnyj e Nascimento Silva; ITEM 3 – Apresentação de conclusão e encaminhamentos em relação ao Seminário "Restrições em Publicidade e Propaganda", a partir de proposta do Conselheiro Marcelo Cordeiro. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: RONALDO LEMOS, Vice-Presidente no exercício da presidência; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; MARCELO ANTÔNIO RECH, representante das empresas de imprensa escrita; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; SYDNEY SANCHES, representante da categoria profissional dos artistas; e MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Boa tarde!

Vamos dar início, então, à 6ª Reunião, Ordinária, do Conselho de Comunicação Social.

Hoje, de manhã, tivemos um seminário sobre produção cultural, em que estiveram presentes representantes do Ministério da Cultura, do Sicav, da Maurício de Sousa Produções, do TCU. Acredito que os trabalhos foram muito proveitosos. Vamos ter a oportunidade, inclusive, de discutir alguns dos temas que foram abordados hoje, pela manhã, aqui na reunião da tarde.

Então, considerando que já temos o quórum necessário de Conselheiros, eu queria, rapidamente, fazer uma leitura da Ordem do Dia.

Hoje, o primeiro item seria o debate sobre os resultados da CPI dos Crimes Cibernéticos, CPI da Câmara dos Deputados. O item 2 seria o relatório sobre as repetidoras de televisão, de autoria da Comissão de Relatoria formada pelos Conselheiros Araújo Lima, Liliana e Nascimento Silva. O item, apresentação de conclusão e encaminhamentos em relação ao seminário "Restrições em publicidade e propaganda", que realizamos hoje pela manhã. Então, essa é a ordem do dia.

Comunicações de ausências. Em 15 de março, o Conselheiro Pedro Paulo Lazzarini informou que não poderia comparecer por conta de problemas de saúde. Em seu lugar, temos hoje a honra de contar com o Conselheiro Luiz Antonio Gerace – muito obrigado, Conselheiro.

Em 28 de março, o Conselheiro Celso Augusto Schröder comunicou que não poderia participar desta reunião por conta de agenda internacional na mesma data. Temos, então, a Conselheira suplemente Maria José Braga – obrigado pela presença.

Hoje pela manhã, também tivemos comunicação de que a Conselheira Liliana não conseguiu embarcar e, por isso, não pôde estar conosco aqui hoje.

Além disso, como já havíamos informado, o Presidente do Conselho, Miguel Ângelo Cançado, não pôde participar da reunião de hoje. De modo que, em caso de deliberação, teremos o voto do Conselheiro Ismar de Oliveira Soares.

Comunico aos senhores que temos sobre a mesa para aprovação as Atas da 3ª e da 4ª Reuniões de 2016, que foram enviadas por *e-mail* com antecedência para todos os Conselheiros. Se não houver objeção, eu vou pedir a dispensa da leitura das atas e...

Pois não, Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, nenhuma correção, mas eu tinha apenas uma observação quanto a uma citação a meu nome na ata. Eu não estava presente e gostaria de poder trazer alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não, Conselheiro. A sua proposta?

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Não é nenhuma correção à ata. Na última reunião, eu não estive presente, eu estive fora num evento pessoal, como comuniquei, que foi o nascimento do meu primeiro neto, com o nome de Davi – há outro Davi aqui. E eu dei preferência a esse compromisso familiar. Eu teria só uma observação. Meu nome foi citado, e foi questionada a minha representatividade no Conselho. Eu pediria até ao Walmar que me emprestasse a lei e o estatuto para que eu possa tirar qualquer dúvida a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro. Acredito que o Conselheiro fez bem de priorizar um fato também importante. Parabenizo-o, inclusive, pelo nascimento do primeiro neto.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Além de tudo, é lindo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito bom. Parabéns.

Feita a anotação.

Não havendo outras objeções, os conselheiros permaneçam como estão...

Pois não, Conselheiro Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu me penitencio, pois eu deixei de registrar dois erros de digitação na reunião anterior sobre as atas de fevereiro. Está escrito "uma comissão de diretoria" quando, na verdade, queríamos dizer "comissão de relatoria". E, num outro lugar, afirmamos que o objetivo é "dotar a unidade das apresentações", mas foi transcrito "comunidade das apresentações". Eu consulto o Sr. Presidente se explico com mais detalhes sobre esse erro de digitação ou se me dirijo à assessoria. Como o senhor indicar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Ceneviva.

Eu acredito que foi feito o registro. Eu pediria, então, à assessoria, depois, para só fazer essa retificação, mas acredito que não vamos ter nenhum problema com relação a isso.

Alguma outra observação sobre as atas? (*Pausa.*)

Em não havendo, tenho como aprovadas as atas.

Passo para o item seguinte da pauta, que é sobre...

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, eu posso fazer, então...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não, Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Na leitura da ata, eu vi um questionamento do Conselheiro Nascimento – que até me causou estranheza, porque nunca o fez na minha presença – sobre a minha representatividade como engenheiro de notório saber das empresas de radiodifusão, visto que eu trabalho numa empresa de televisão, o SBT, fato público e notório, que nunca foi omitido.

Eu aproveitaria para agradecer, inclusive, ao Conselheiro Walter Ceneviva e à Conselheira Liliana, que fizeram imediatas manifestações a meu respeito, mas eu gostaria de deixar claras algumas questões.

Primeiro – eu não vou me delongar – a SET, a entidade que me indicou, tem bastantes anos de história de trabalhos na área de comunicação social, reconhecida internacionalmente, e congrega engenheiros de diversas empresas do setor de comunicação social, inclusive de outros setores, como telecomunicações, internet etc. As publicações da SET são reconhecidas como pontos para currículos acadêmicos. Realiza congressos anualmente há muito tempo. É o vigésimo quinto ano em que, durante a NAB, nos Estados Unidos, ela faz o maior evento paralelo ao maior evento mundial do setor. Como eu disse, ela é reconhecida e é parceira de todos os outros países e entidades que representam os Estados Unidos, toda a Europa e o Japão na contribuição e definições do futuro.

Eu tive a honra de presidir essa entidade, e foi ela que me indicou. Que eu saiba, nunca houve nenhuma contestação dessa indicação por parte SET, nem tampouco o questionamento quanto à legitimidade da SET para fazer a indicação.

A segunda questão: eu, como profissional atuante no setor, sempre trabalhei – sou um trabalhador assalariado, não sou empresário – nas empresas de comunicação social. Além disso, produzi inúmeros trabalhos e defesas do assunto, que me renderam algumas condecorações, inclusive condecorações de serviço prestado à comunidade, a Medalha

Tobias de Aguiar – que é uma entidade estadual da Polícia Militar do Estado de São Paulo –, por trabalhos feitos de conscientização da população.

Tenho também condecorações que muito me orgulham, como um dos cem brasileiros que receberam a Medalha dos cem anos de Imigração Japonesa, como aproximador dos dois países, na contribuição para comunicação social. Eu tive a honra de receber essa medalha. Recebi medalhas da Abert, da SET e de outras entidades que trabalham no setor por trabalhos voluntários e trabalhos feitos fora da minha atividade profissional.

Tive a honra de participar do Conselho Consultivo da Anatel e de exercer o segundo mandato aqui como conselheiro. Fui presidente da SET durante três mandatos, estou presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital pelo terceiro mandato, entidade da qual fui fundador. Participei da Câmara de Desenvolvimento da TV Digital, criada pelo Governo brasileiro, através de um decreto, e pelos meus pares fui nomeado Presidente dessa entidade.

Criamos e fundamos o Fórum Internacional de TV Digital (ISDB-T), do qual tive a honra também de ser Presidente pelo primeiro mandato, por ter sido idealizador e promotor dessa iniciativa.

Então, acredito que na minha vida é público que, além de eu ser um trabalhador e defender interesses de empresas, eu contribuí com a sociedade e, portanto, teria, inclusive, a legitimidade de ser representante da sociedade civil. Mas aqui não o sou. Aqui sou engenheiro representante das empresas de comunicação social, com notório saber. Segundo consulta feita por mim à Secretaria, no meu primeiro mandato, na época da Presidência de Dom Orani, foi esclarecido que, de acordo com o Regimento e a legislação, ela consta na paridade como representante das empresas.

Então, eu não vejo como o fato de participar e ser empregado de uma empresa possa desabonar minha participação neste Conselho. Eu jamais, como disse – ao contrário de alguns –, tive minha representação questionada aqui por quem me indicou ou pelas empresas que aqui estão representadas pela minha pessoa.

Eu espero estar sendo digno da representatividade e que esteja fazendo meu trabalho. Espero ter esclarecido a dúvida do Conselheiro Nascimento, que, como eu disse, estranho não tê-lo feito em uma das sessões em que estive aqui presente, que não são raras.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe-me por perder tempo e desviar o foco das discussões para tratar sobre assunto de tal natureza.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Só lembrando – e agradeço ficar consignada em ata a manifestação do Conselheiro – que quem tem a prerrogativa de nos indicar para estarmos aqui é o Congresso Nacional.

Então, além de tudo, nossa posição aqui foi referendada pelos representantes legítimos de nós brasileiros, de acordo com a Constituição Federal, que são os integrantes do Congresso Nacional. De modo que não cabe, a meu ver, discussão no âmbito do Conselho, que não tem a competência nem a atribuição, tanto pela lei que o criou quanto pela Constituição Federal, de questionar ou levantar questionamentos com relação à indicação de qualquer conselheiro.

Então, feitas essas considerações, fica consignada em ata a manifestação do Conselheiro.

Passo a palavra ao Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Boa tarde a todas e a todos.

Na realidade, não tenho nenhum título para estar aqui. Sou representante dos trabalhadores, concomitantemente representando a sociedade civil não empresarial. Isso não significa que eu não tenha entendimento, compreensão de que alguns encaminhamentos feitos nesta Casa pela sociedade civil e empresarial eu não vá votar, eu não vá apoiar.

Quero registrar que não preciso da ausência de nenhum conselheiro para manifestar as minhas opiniões. Eu não vou aproveitar a saída desse ou daquele para falar pelas costas ou fazer fofoca. Quem me conhece, e se me conhece, sabe o quanto eu lido com a transparência e como é bom lidar com a transparência, não só daqui para lá, como de lá para cá.

Eu quero dizer ao nobre conselheiro que ele teve a oportunidade de fazer um breve relato do quanto ele é importante, do quanto ele representa este Conselho. Muitas vezes, pessoas da sociedade civil não empresarial, que estão lá fora... eu já fui alvo, e vocês se lembram muito bem disso, senti o que ele deve estar sentindo, mas que não era para sentir. Eu não me lembro por que motivo, não sei se alguém falou para ele ou se ele leu a ata. Ele deveria ter citado parte da ata ou por que eu falei ou como eu falei, mas alguém deve ter falado para ele.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Nascimento, eu li a ata. Pode ser lida a ata, está aqui.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Pois é. Mas eu não sei em que contexto eu questionei. Não foi só você, foi a Conselheira Liliana também, não foi só o conselheiro.

Mas quero registrar aqui que, se eu causei constrangimento, quero pedir desculpa de público. Muitas pessoas conseguem, com um data vênia, um não obstante, um entretanto, um todavia, colocar as questões de forma mais suave, sem ser agressivas. Eu acho que sou um ser extremamente agressivo. E a minha participação aqui está me fazendo refletir. E tentarei aprender a não ser agressivo, mas eu não posso deixar de externar a minha opinião. Agora, como eu vou fazê-lo...

Aproveito também para dizer ao Conselheiro Ceneviva que achei fantástico que ele, em 30 segundos, tenha lido o relatório, que ninguém aqui o fez. Com propriedade, com a capacidade que lhe é peculiar, ele conseguiu elencar um monte de coisas que eu teria dificuldade e, provavelmente, o faria em uns três dias. O objetivo não foi desqualificar o conselheiro na sua interlocução, na sua fala, mas fazer um registro com relação à empresa. Só isso. Mas eu vou tentar melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Nascimento. Também ficam consignados em ata os seus comentários. Obrigado pela manifestação.

Bom, superada essa fase inicial com relação à ata, eu vou passar para a primeira leitura do expediente, que diz respeito à consulta pública da Anatel sobre o serviço de acesso condicionado. Como sabemos, a lei que cria o serviço de acesso condicionado outorgou competências ao Conselho de Comunicação Social, inclusive para receber e opinar com relação a determinadas regulações da Anatel.

Em 28 de março, recebemos o Ofício 35, de 2016, da Anatel, informando sobre a Consulta Pública nº 3, de 11 de março de 2016. A Consulta visa a alterar o atual regulamento do SeAC, que é a Resolução nº 581, de 2012, e a Anatel receberá contribuições até o dia 12 de junho. O ofício foi enviado a todos os conselheiros por *e-mail*, de modo que, como é competência nossa, do Conselho, eu sugiro – ao longo da reunião, eventualmente – que nós constituamos uma comissão, para podermos nos manifestar perante a Anatel.

Quero lembrar que a Anatel tem trabalhado diretamente com esse Conselho e tem atendido a todas as suas solicitações, tanto que o presidente da Anatel já esteve aqui conosco, mediante convite, conselheiros da Anatel frequentemente têm vindo às nossas reuniões aqui, de conselho, mediante convite. Acho importante que o Conselho faça a sua atribuição de analisar essa proposta de mudança do regulamento e, assim, darmos esse retorno à Anatel.

Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, quando recebi o *e-mail*, eu até manifestei que, logo no primeiro mandato que eu tive aqui, como conselheiro, eu fui sorteado e participei de uma comissão de relatoria, da qual fizeram parte eu, o Nascimento e o Schröder. E uma das coisas que eu observei no voto, olhando a questão do processo, é que cabe ao Conselho de Comunicação Social se pronunciar, com o voto pronto, a ser deliberado pela Anatel. Ou seja, após a consulta pública e após o pronunciamento da PFE, a Procuradoria Federal Especializada.

Desse voto resultou um ofício do Conselho de Comunicação Social à Anatel e uma resposta da Anatel, em que o seu Superintendente Marconi Thomaz diz:

> Sobre o assunto, informo que futuras minutas que irão disciplinar dispositivos previstos no Regulamento do SeAC, aprovado pela Resolução nº 581, de 2012, serão encaminhados ao Conselho de Comunicação Social, após a análise das contribuições recebidas por meio da consulta pública e parecer da Procuradoria Especializada da Anatel, conforme solicitado por esse Conselho.

Ou seja, eles acataram o nosso entendimento e tomaram o compromisso de que o nosso debate e a análise devem ser feitos sobre o mesmo material que será debatido pelo Conselho Deliberativo da Anatel.

Desta forma, eu sugiro que, mesmo que nós venhamos a criar uma comissão de relatoria – que é algo prudente a se fazer –, que ela aguarde a consolidação da consulta pública e o pronunciamento da Procuradoria Especializada, para que nós possamos fazer isso com todo o material, evitando que nossa discussão seja prejudicada por contribuições apensadas ao voto a ser deliberado pelo conselho deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Obrigado, Conselheiro Roberto Franco. A proposta foi anotada.

Algum conselheiro gostaria de debater?

Conselheiro Araújo Lima, por favor. Conselheiro Ceneviva depois.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Muito obrigado, Presidente.

Quero falar na mesma linha do Roberto, nosso colega.

Esse foi um assunto muito debatido. Eu não participava do conselho, mas eu assistia a todas as reuniões e sempre tive uma ligação muito forte com a Anatel, por força da minha ligação com a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura. E nós também não nos conformávamos com que alterações substanciais do regulamento fossem submetidas ao Conselho de Comunicação Social antes de passar pela consulta e antes de assumir o formato final que seria debatido entre os diretores.

Então, eu queria dar o meu inteiro apoio ao encaminhamento do Roberto. Acho que nós temos que repetir esse ofício e lembrar a decisão, com cópia, que foi enviada ao conselho.

Foi só com esse propósito que eu pedi a palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro Araújo Lima.

Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Dirijo uma consulta ao Conselheiro Roberto Franco e divido a minha dúvida com os demais, inclusive com o Conselheiro Araújo Lima, em relação ao seguinte: seria o caso de nós, desde já, elegermos uma comissão para acompanhar o processo, ou nós aguardaríamos isso para um momento subsequente?

Eu tenho uma preocupação: nós nos reunimos em ciclos de 30 dias, e a consulta está designada para o próximo dia 12 de junho. Eu tenho receio de que nós possamos ter dificuldades em relação aos tempos. Por isso, cogito se poderíamos ter a comissão desde já. Mas, na verdade, há tempo e há um procedimento, digamos assim.

Obrigado.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – O Presidente me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Walter, eu não me oponho à criação da comissão, acho que é interessante. Por outro lado, vejo como muito difícil fazer uma análise prévia, visto que não se sabe o que vai vir da consulta e o que poderá ser acatado da consulta. Dentro da recomendação que fizemos à Anatel e, posteriormente, em consultas tempestivas que a Anatel fez ao Conselho, este pediu um prazo de 30 dias para se manifestar após o recebimento do ofício da Anatel. Isso foi discutido aqui e encaminhado porque sempre o prazo de 30 dias para análise era do recebimento do ofício, e se caísse no meio de duas reuniões prejudicava o prazo. Pedimos que o prazo fosse contado como 30 dias após a primeira reunião do Conselho que acatasse o pedido de análise.

Então, minha sugestão, como disse o Conselheiro Chico Araújo, é reesquentar esse assunto recuperando o ofício encaminhado à época e respondendo o e-mail da Anatel, lembrando que será discutido e será muito bem acolhido o tema nesta Casa, que, porém, se pede que já mande com as contribuições consolidadas e o parecer da Procuradoria.

No voto original, antes do parecer aprovado, onde foi deliberado esse ofício, há uma exposição de motivos mostrando todo o processo instruído pela Lei Geral das Telecomunicações, mostrando que o Conselho de Comunicação Social é um assessor especial da Anatel, que, portanto, não pode trabalhar em conjunto com consulta pública porque estaria nivelando a sua contribuição. Tem todo o arrazoado do porquê, e existe o ofício, encaminhado à época por D. Orani, e a resposta da Superintendência. Acho que a secretaria, juntando esse material, vai nos dar o poder de fazer uma resposta ao pedido da Anatel e ajustar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Alguma discussão a respeito dessa proposta?

Pois não, Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO E SILVA – Olha só, a proposta do Ceneviva é montar outra comissão, seria isso? Só para entender.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – A minha dúvida era só em relação ao tempo, e agora eu entendi, nós temos tempo. Portanto, não precisamos nem eleger a Comissão agora. Se a elegermos até junho, dá tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está perfeito.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Vou fazer uma manifestação aqui, particular e pessoal. Eu vejo como urgente esse assunto e gostaria muito que fluísse em tempos menores do que os estabelecidos pela Anatel: ao invés de uma consulta de 30 dias, uma de 90 dias. Por outro lado, acho que não podemos atropelar o processo e quebrar um rito que ficou estabelecido baseado nas regras...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Que nós mesmos pedimos, aliás.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – É. Existe urgência no fato, mas é uma urgência que tem três anos, acho que não vale a pena prejudicar. Então, entendo a preocupação do Conselheiro Walter, solidarizo-me com ela, mas acho, Walter, que acaba sendo inócuo porque estaríamos discutindo algo talvez distante do projeto final ou talvez próximo. Muito difícil falar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Faz sentido.

Alguma outra discussão a respeito desse tema?

Então, em não havendo, fica deliberado nesse sentido. Vamos aguardar e, aí, a Comissão vai ser constituída em momento oportuno.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – É importante responder à Anatel com todos esses dados, para que saibam por que...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Atentem para o prazo.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Atentem e saibam por que estamos respondendo, e deixo-me aqui como voluntário para auxiliar a Secretaria na redação do ofício e permitir que o Presidente encaminhe a resposta com os detalhes pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está ótimo, obrigado, Conselheiro. Lembro-me do seu relatório, inclusive, e também de, ainda na outra legislatura, termos debatido essa questão aqui. Então, vamos fazer esse memorando praticamente para a Anatel, até para esta ficar ciente do que já temos decidido nesse sentido.

Não havendo nenhuma outra manifestação sobre isso, eu gostaria de avançar no expediente do dia com relação à repercussão na imprensa sobre a nota aprovada na nossa última reunião. O Presidente Miguel Ângelo Cançado pediu para agradecer aos conselheiros que se empenharam em divulgar a nota de repúdio à violência contra profissionais de comunicação aprovada na nossa última reunião. Ficamos todos muito felizes com a repercussão positiva de nossas deliberações. Lembrando que essa nota, de fato, teve grande repercussão. Acredito que foi objeto, inclusive, do Jornal Nacional, que, na íntegra, leu a nota elaborada aqui pelo Conselho, por todos nós. De modo que acho que é muito importante, demonstra a relevância e importância de o Conselho estar atento aos debates contemporâneos que estão acontecendo sobre Comunicação Social.

O Conselheiro Nascimento pediu a palavra? Não.

Então, seguimos em frente com o expediente.

Convite da revista *Imprensa*. Em 28 de março, recebemos da revista *Imprensa* convite dirigido a todos os membros deste Conselho para participação no 8º Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia, no dia 3 de maio, em Brasília. O convite foi enviado a todos os Conselheiros por e-mail. Então, fica o convite aberto. Casa Conselheiro pode aceitar diretamente ou não o convite.

Esses são os avisos que tínhamos para fazer antes do início da pauta do dia. Algum Conselheiro gostaria de se manifestar sobre esses assuntos?

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu não sei se a gente já poderia pontuar pelo menos assim: quando se fala que qualquer um pode ir, se a gente já deliberaria para, de fato, ir pelo menos uma, duas, três, quatro pessoas, e se é importante assim. Eu queria entender, porque senão fica para todo mundo ir e não vai ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Nascimento. Já temos confirmação voluntária, a título de informação, do Conselheiro Márcio Novaes. Então, pelo menos um representante do Conselho de Comunicação vai estar presente.

Conselheira Patrícia Blanco e depois Conselheira Maria Célia, por favor.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Boa tarde a todos. Nós nos vimos de manhã, mas não tive oportunidade de dizer a todos boa tarde.

O Palavra Aberta é apoiador do evento. Eu já tinha até mencionado que receberíamos, o Conselho, esse convite. Então, estarei lá como Palavra Aberta e também como Conselho de Comunicação. Eu tinha até colocado para o Presidente Miguel Cançado a importância do Conselho, de mais conselheiros participarem desse evento, que já chega a sua 9ª edição e tem tido uma boa repercussão. Então, vale a pena que um maior número de conselheiros participe, o que seria muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheira Patrícia.

Conselheira Maria Célia, por favor.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – A revista *Imprensa* é associada da Aner desde a fundação e tem o Portal Imprensa, que defende com muita firmeza o jornalismo, os jornalistas. Esse evento é muito marcante na vida do jornalismo. Também estarei, como a Neri, como conselheira, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheira Maria Célia.

Passo a palavra ao Conselheiro Marcelo Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, apenas para informar que confirmo a presença no evento da revista *Imprensa.*

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado.

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não, Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente, o Conselho vai participar institucionalmente, ou seja, com palestrantes, como membro da mesa? Qual é o *status* da participação?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Olha, Conselheiro Davi, o convite foi feito aos conselheiros individualmente. Cada um fala como Conselheiro do Conselho de Comunicação Social, mas não com um mandato de falar em nome do Conselho de Comunicação Social. Então, não vejo nenhum problema, cada um vai falar, como conselheiro, o que é uma posição já institucional, relevante, mas nenhum com mandato do pleno do Conselho para falar em nome do órgão. Então, esse é o sentido do convite. Se houver qualquer deliberação em participar a título institucional, mas, pelo que estou vendo aqui, não faz sentido. Já vamos ter uma presença, pelo visto, bastante significativa no evento da revista *Imprensa*, onde cada conselheiro, pessoalmente, poderá manifestar suas opiniões.

Conselheira Maria Célia, por favor.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Até onde eu sei, tem um programa já fechado, com palestrantes convidados e confirmados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Ótimo. Muito obrigado, conselheira.

Alguma outra manifestação sobre esses assuntos do expediente do dia?

Conselheiro Walter Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Uma dúvida, Sr. Presidente. Tenho propostas a fazer e informações a prover. Eu não sei se é neste momento ou se será no fim da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Se for assunto relacionado ao expediente que acabamos de ler, o momento é agora. Se não, fica para o horário das comunicações dos conselheiros, ao final da sessão.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu tenho para as duas ocasiões. Eu queria fazer um registro, então.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois, não. Siga em frente.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado.

Eu me manifestei na última sessão quando o Conselheiro Miguel Cançado informou sobre o julgamento do mandado de segurança contra a eleição dos membros do Conselho, mandado de segurança que foi julgado improcedente pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu registrei, naquela oportunidade, que foi uma vitória importante aquela derrota da empreitada judiciária dos opositores da existência do Conselho e do funcionamento do Conselho. Registrei também o meu desapontamento com o fato de que tivesse havido essa iniciativa de impedir o funcionamento do Conselho.

E, olhando o material produzido na internet e as discussões que estão em curso em relação ao tema da Constituição, verifiquei essas entidades patrocinadoras desse mandado de segurança. E, para aqueles como eu que atuam no dia a dia no segmento da comunicação, já há muito tempo, essas entidades que patrocinaram essa ação lançaram um projeto de lei, que seria um projeto de lei de iniciativa popular, para formular proposições em relação ao tema da comunicação e a evolução legislativa do tema da comunicação.

E não me surpreendi, confesso, ao verificar que, três anos depois do lançamento desse projeto, ele não conseguiu reunir sequer 50 mil assinaturas. O fato de que ele não tenha conseguido reunir sequer 50 mil assinaturas tem uma importância para os trabalhos do nosso Conselho, tem uma importância para o telespectador que nos assiste, que consiste em indicar que, embora exista uma atividade muito ruidosa de um determinado segmento ativista em relação ao segmento da comunicação, essa atividade estava, por exemplo, na nossa posse não só por causa da ação judicial, mas por causa de quatro placas que mereceram, num segmento específico da mídia, uma atenção muito especial, apesar da irrelevância das quatro placas.

A importância desse número que eu divido com os meus colegas conselheiros e com os telespectadores está em mostrar que esses ativistas que foram contra o funcionamento do Conselho de Comunicação, que trabalham tanto por uma determinada pauta como se fosse uma pauta que representa a sociedade civil, na verdade se revelam ativistas isolados.

O nosso Presidente deu uma entrevista na rádio da Empresa Brasileira de Comunicação logo que tomou posse, e, para aqueles que tiveram a oportunidade de ouvir a entrevista, o ambiente da entrevista era um ambiente belicoso que não reconhecia no Presidente Miguel Cançado legitimidade para se pronunciar sobre o tema da comunicação.

Então, saber que esse projeto de lei, três anos depois, não amealhou 50 mil assinaturas é um indicativo eloquente. E, de certa maneira, considero para mim, e proponho que os conselheiros também reflitam sobre isso, um indicativo de qual é a direção que a gente deve não seguir, e, portanto, fica a agenda sobre os temas sobre os

quais a gente deve se debruçar. Aqueles que foram derrotados na Justiça estão derrotados também nas ruas porque não conseguem amealhar um mínimo de representatividade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Ceneviva.

Não havendo comentários adicionais, eu passo ao início da Ordem do Dia.

O primeiro item da Ordem do Dia é o debate sobre os resultados da CPI dos Crimes Cibernéticos da Câmara dos Deputados.

Na última reunião, a partir de proposta que foi feita pela Conselheira Patrícia Blanco, deliberamos por realizar um debate sobre os resultados da CPI dos Crimes Cibernéticos. E, para o fim desse debate, foram convidados para estarem conosco aqui no Conselho a Deputada Mariana Carvalho, que é a Presidente da CPI, o Deputado Esperidião Amin, o Deputado Sandro Alex e o Deputado Rafael Motta.

Logo antes da reunião, nós tivemos a presença, aqui no Conselho, do assessor parlamentar Cláudio Nazareno, que, em nome da Comissão de Relatoria, veio dizer que, infelizmente, por razões diversas, não seria possível a presença dos Deputados aqui no Conselho, mas que o Deputado Esperidião Amin, que é o Relator do projeto, gostaria de se manifestar a respeito da questão. O Cláudio Nazareno pediu-me para que eu comunicasse ao Conselho que o relatório está sendo elaborado, que uma outra versão do projeto vai ser redigida e que, à disposição dele é de ouvir as posições do Conselho.

Ele está aberto e se manifestou a fazer essa audição de qualquer *input*, qualquer contribuição que tenhamos aqui, no Conselho de Comunicação Social, e a visão dele é que ele irá se manifestar e tomar posição com relação a alguns temas, como, por exemplo, crimes contra a honra na internet. Haverá um resultado final da parte dele, mas que, mesmo em se elaborando a segunda versão, que em si já vai ouvir a manifestação de diversos setores da sociedade que se colocaram contra a redação do texto, ele vai continuar permanecendo à disposição para ouvir o Conselho. Eu acho louvável essa manifestação.

Acho que a postura da comissão de relatoria tem sido uma postura aberta, de ouvir as críticas que foram recebidas com relação a esse relatório, de forma que obviamente lamento a impossibilidade de os Deputados não estarem presentes aqui conosco, afinal de contas o Conselho de Comunicação Social tem nas suas prerrogativas tratar, estudar e recomendar com relação a temas ligados à liberdade de expressão, prerrogativa essa que deriva diretamente da Constituição Federal. Então obviamente fica o convite para, em havendo disponibilidade, estarem conosco aqui em reuniões subsequentes do Conselho de Comunicação Social.

Com relação ao tema, eu aproveito para lembrar que, no último dia 5, houve a reunião da Comissão Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação, do Conselho de Comunicação Social, que realizou a sua 1ª Reunião de 2016. Chamo a atenção também para o fato de ter sido a primeira reunião do Conselho, conforme deliberado eu reunião anterior, realizada virtualmente, pela internet.

Tivemos a presença de vários dos conselheiros – Conselheiro Paulo estava lá presente, Conselheiro Marcelo Rech também esteve presente lá conosco, Conselheiro Davi Emerich, Conselheiro Nascimento Silva também esteve presente, ou seja, vários conselheiros se fizeram presentes. E outros assistiram depois à gravação da reunião que aconteceu.

Só fazendo uma rememoração do que foi decidido na reunião, a Comissão de Tecnologia fez a leitura dos projetos de lei da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa

leitura obviamente apresentou críticas aos projetos. Nós deliberamos no sentido de pedirmos à Comissão Parlamentar de Inquérito que fizesse o adiamento da votação, que ocorreria dali a 2 dias, para que desse tempo de o Conselho se manifestar. Acredito que essa requisição foi um dos fatores que têm sido levados em consideração para haver o adiamento da votação, que de fato ocorreu.

A votação, pelo que me consta, está marcada para acontecer amanhã, havendo, talvez, até a possibilidade de posterior adiamento também, e ficamos, então, de encaminhar e preparar uma manifestação formal do Conselho de Comunicação Social para que seja entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito, à Câmara dos Deputados como um todo, ao Congresso Nacional como um todo, falando da nossa posição com relação a esses projetos que foram propostos.

De modo que uma das tarefas que nós teremos, então, para esta reunião é justamente a constituição de uma comissão para que nós elaboremos um projeto, se assim for entendido e deliberado pelos conselheiros, para que o Conselho de Comunicação Social manifeste a sua opinião formal com relação aos projetos que estão sendo propostos pela CPI dos Cibercrimes.

Então, para encaminhamento, eu gostaria de abrir a designação da comissão, se assim entenderem os conselheiros, já me voluntariando, inclusive, para fazer parte dessa comissão, e abrindo também a possibilidade para que outros conselheiros possam participar da reunião. Lembrando que, na comissão, são três conselheiros, mas nada impede que, se houver interesse, outros conselheiros possam também se juntar à Comissão de Relatoria.

Então, esse é o meu encaminhamento para que possamos abrir a discussão para nomeação desta Comissão.

Conselheira Patrícia Blanco, por favor.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Quero já me colocar para participar também desta Comissão. Esse assunto realmente é de extrema relevância para a questão da defesa, da liberdade de expressão, da liberdade de expressão na internet.

Vejo com muito bons olhos, primeiro, a reunião virtual, embora não tenha participado no dia 5, mas pude acompanhar depois e ver que realmente foi bastante interessante esse formato, acho que agiliza demais os nossos trabalhos. Acredito que esse é um instrumento que devemos reutilizar bastante, mas vejo também a necessidade de discutir a fundo esse tema e o relatório, esperar essa nova redação que deve ser apresentada em breve, para que também possamos nos manifestar.

Então, eu me coloco já como colaboradora desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheira Patrícia.

Foi bem lembrado aqui pela assessoria que, para integrar a comissão formalmente, precisa ser titular, mas nada impede que a conselheira acompanhe todos os trabalhos e se manifeste, inclusive, na elaboração de relatório.

Então, considere-se como participando, ainda que informalmente, da Comissão, mas precisamos também seguir a norma regimental.

O SR. DAVI EMERICH – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente. Talvez eu me inscreva depois.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não. Conselheiro Davi e depois Conselheira Maria José.

O SR. DAVI EMERICH – Esta Comissão vai preparar um documento hoje para ser entregue? Não. Que prazo a Comissão vai ter?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – O encaminhamento que sugiro, até ouvindo a Conselheira Patrícia Blanco, é que em tendo havido adiamento, acho que a nossa manifestação pode ocorrer depois de votada, inclusive, a redação final da comissão parlamentar de inquérito, até para não nos manifestarmos com relação a um texto, que depois pode sofrer modificações subsequentes.

Então, a minha proposta de encaminhamento que submeto aos conselheiros é que o Conselho de Comunicação aguarde a proposta final da CPI, que ela seja deliberada formalmente pela CPI, votada e aí, então, o Conselho de Comunicação Social, com o tempo que seja necessário, faça a elaboração desse relatório.

Então, essa é a minha proposta para encaminhamento.

O SR. DAVI EMERICH – Só lembrando que o Senado – eu até comuniquei ao Conselheiro Ronaldo – que o Senado aprovou um projeto nessa direção, exatamente no dia posterior ao debate virtual. Então, eu acho que a manifestação também tem que ser no sentido do projeto que já está em tramitação no Senado e que já passou por uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselho Davi, muito obrigado. Bem lembrada essa questão. De fato, só para os demais conselheiros acompanharem, um desses projetos que a CPI propôs, que foram muito criticados, o Senado apresentou projeto similar e que teve aprovação, na semana passada, curiosamente um dia depois da reunião do Conselho de Tecnologia do Conselho de Comunicação Social. Esse projeto foi aprovado em comissão.

De fato, sobre esse projeto especificamente, acredito que há uma urgência. De modo que, eu acredito que a comissão já pode se debruçar com relação a esse projeto especial, que é um projeto que trata da possibilidade de obtenção da identidade do usuário, do número de IP do usuário, sem a necessidade de ordem judicial, o que é algo que causa bastante preocupação, especialmente em se considerando que outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos, a ordem judicial é sempre necessária, assim como na Europa também é sempre necessária.

Então, eu acho que sobre esse projeto, a minha proposta é no sentido de começar a nos debruçar desde já. Com relação aos outros, aguardemos, então, a redação final e, a partir daí, o Conselho vai se manifestar.

Com isso, passo a palavra à Conselheira Maria José e, depois, ao Conselheiro Nascimento. Por favor.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Presidente. Na verdade, eu queria pedir alguns esclarecimentos em relação à reunião da comissão temática que discutiu esse tema. Infelizmente, o Conselheiro Schröder não pôde participar e eu também, por compromissos agendados anteriormente. Eu queria alguns esclarecimentos para ver se concordo ou não com encaminhamento que está sendo proposto pela Mesa.

A Mesa está propondo uma comissão de relatoria e eu estava entendendo que nós temos uma comissão temática que já se debruçou sobre o tema, que já fez uma primeira discussão coletiva sobre o tema e que, no meu entendimento, poderia ser, vamos dizer assim, a instância desse Conselho para produzir o documento para o Plenário apreciar.

Esse é um esclarecimento do que foi a reunião da comissão temática para podermos tratar do encaminhamento; se partimos para uma comissão de relatoria ou se a própria comissão temática se encarrega de trazer um documento para o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Obrigado, Conselheira Maria José.

Na reunião temática, nós deliberamos, dada a urgência – no caso, a votação aconteceria dali a dois dias –, mas apenas pediríamos à Comissão de Relatoria para adiar a votação e que na reunião que está acontecendo agora, de segunda-feira, o tema seria apresentado justamente para deliberação. Não houve uma deliberação específica da Comissão de Tecnologia. Houve uma apresentação dos projetos de lei, colhemos as impressões iniciais, que foram impressões de críticas com relação ao projeto, e deliberamos o que seria apresentado aqui.

No meu entender, pela celeridade, que acho que é importante nesse caso, acho que o passo mais adequado seria já, em plenário do Conselho, constituirmos uma comissão de deliberação para análise dos projetos, para já deixarmos prontos os comentários que o Conselho vier a tecer sobre o relatório. Isso evitaria ter que tramitar um relatório pela comissão, inicialmente, até porque ela já se reuniu e já fez um debate substantivo, de modo que nós já estaríamos prontos, aqui no plenário, para elaboração desse relatório.

Essa é a minha proposta de encaminhamento, claro que aberto à discussão de todos os conselheiros e a eventuais outras sugestões.

Pois não.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Se me permite, Presidente, só um breve esclarecimento.

O debate que foi feito em reunião virtual não permitiu que a comissão temática produzisse um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Isso. É isso mesmo. Houve, inclusive, a gravação da reunião. Está aberta, foi enviada a todos os conselheiros. Podem, inclusive, inteirar-se do debate que foi feito. Foi um debate substantivo, a meu ver, importante, mas não entramos na posição final. Tomamos ali a posição geral dos conselheiros, mas não para elaboração de um relatório.

Então, minha proposta é: montemos, então, agora uma comissão de relatoria, e esta comissão, assim que houver o texto final da CPI, vai, o mais rápido possível, elaborar o relatório e apresentar essas discussões.

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. NASCIMENTO E SILVA – Bom, naquela oportunidade da reunião do dia 5, o nobre Conselheiro Davi Emerich sugeriu que fizéssemos um texto *light* – se eu estiver equivocado, por favor –, para que nós pudéssemos nos posicionar; e alguém iria fazer minuta ou qualquer coisa nesse sentido, ou iríamos debater aqui. Acho que é o que estamos fazendo hoje, porque esse texto ainda não foi produzido; nem a minuta, nem o texto.

Naquela oportunidade, eu me manifestei contrário à posição do nobre conselheiro, achando e ainda acreditando que o texto tem que ser radical; radical no sentido de nos posicionar com relação àquilo que nós buscamos da sociedade e que entendemos como coisas interessantes para essa sociedade. Esta não é a minha opinião, não é a opinião do Davi; é a opinião dessa sociedade que quer liberdade de imprensa, enfim, quer liberdade de comunicação.

Acho que este é o momento oportuno que nós temos de montar a comissão e de começar a pensar uma minuta, começar a pensar um texto, inclusive, com essa observação que ele fez agora, que está lá e que não atende à sociedade civil. É nesse sentido.

Não vamos esperar primeiro o relator vir para depois falarmos assim: ah, mas nós somos contra isso aqui, uai! Não pode ser assim. Não. Eu acho que nós temos que, diante do assunto, diante do que foi dito naquela reunião por muitos, manifestar-nos no

seguinte sentido: a linha é essa; se eles vão ou não fazer, é outra história. Essa é a minha contribuição.

E outra coisa, Presidente, é só para saber quem faz parte da comissão passada. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Obrigado.

Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Agora eu estou entendendo as ponderações do Nascimento. Na verdade, naquela discussão, ocorreu o seguinte: havia uma proposta em que se falava em suspender a aprovação do relatório. A minha opinião ali era a seguinte: eu acho que não cabe ao Conselho de Comunicação, pelo menos entendo assim, sob o risco, inclusive, de se desmoralizar, pedir que uma CPI adie a votação de um determinado relatório. Eu acho que o Conselho tem de se antecipar e nunca pedir à CPI que adie um relatório. A minha ponderação foi nesse sentido.

Como não daria tempo para fazer isso, nós teríamos que ter uma manifestação nossa. Daí a ideia de um texto rápido, leve para, havendo a votação, ter mais ou menos um posicionamento geral nosso, porque eu acho muito perigoso, Presidente, embarcarmos em posições do tipo suspender, sugerir a prorrogação, principalmente de uma CPI. Se é um projeto numa comissão, podemos até fazer isso, mas não podemos brincar com uma coisa chamada CPI. Eles trouxeram mais de 100 pessoas para falar naquilo ali, mais de 50 entidades. Então, aquilo tem um peso específico, e não é o Conselho que vai propor a suspensão da votação. Então, era muito mais uma questão de prudência política do que propriamente de definição de conteúdo.

Eu acho que os nossos documentos não devem ser nem leves nem pesados. Eles devem ser do tamanho certo que seja o consenso do Conselho, que represente a sociedade naqueles pontos que nós consideramos mais críticos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Só faço a observação de que a sua sugestão foi totalmente acatada, tanto que, na carta final que depois acertei com o Walmar de enviarmos, não é pedida a suspensão. Nós apenas comunicamos à CPI que o Conselho está analisando, dissemos que qualquer possibilidade de manifestação de aguardar a posição do Conselho é muito bem-vinda, mas obviamente a decisão final foi da CPI. Então, foi feita lá a adequação de acordo com a manifestação que foi feita.

Com relação à proposta, Conselheiro Nascimento, alguma... Pelo que eu entendi, o encaminhamento...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, pois é, é porque, como eu não tive acesso a esse encaminhamento e agora com a explicação do Davi...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Já entendeu.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quer dizer, é só nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está bom. Eu acho que esse é o melhor caminho.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Só um minutinho, Presidente. Eu concordo que não pode ser nem muito radical nem muito leve. Eu pego o seu leve e junto com o meu radical...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – E dá o equilíbrio adequado. Eu estou de acordo.

Pois não, Conselheira Patrícia Blanco.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Só uma questão. Eu acredito que seja mais interessante aguardarmos a apresentação do novo relatório, para que, em cima desse

novo relatório, possamos nos manifestar, para não fazer previamente, até porque nós não sabemos quais serão as alterações propostas pelo relator. Então, acredito que precisamos aguardar até amanhã, que é o prazo que eles indicaram que seria a nova apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado, Presidente.

Como o nosso foco serão os projetos que emergirão desse processo na relatoria, eu acho que nós não devemos afastar a possibilidade até de haver mais de uma comissão de relatoria sobre projetos distintos. Não são todos em que nós provavelmente vamos querer intervir ou ter uma opinião, mas isso será distribuído devidamente para uma comissão e, dada a natureza da comissão, acho que podemos preparar, personalizada para essa comissão, não sei se de Ciência e Tecnologia. Deve ser uma temática importante, deve ser a CCTCI. Mas eu acho que pode ser até estudado um desdobramento das comissões de relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Araújo Lima.

Acho uma ótima ideia acompanharmos a tramitação e as eventuais modificações que foram sendo introduzidas de acordo com a tramitação do projeto. Estou completamente de acordo com essa proposição. Pergunto aos Conselheiros se temos alguma outra manifestação a esse respeito. (*Pausa.*)

Em não havendo, vamos, então, para a deliberação.

A proposta, pelo que eu entendi, é a seguinte: precisamos compor uma comissão de relatoria, agora, no Conselho. Essa comissão de relatoria irá aguardar o resultado final da votação da CPI dos Crimes Cibernéticos.

Em havendo esse texto final, este Conselho irá se manifestar. O Conselho também irá se manifestar nas modificações subsequentes que o projeto vier a sofrer quando for tramitando pelas comissões, e a Comissão irá se manifestar com urgência em relação ao PLS nº 730, que é este projeto que foi destacado, que está em tramitação no Senado Federal, inclusive, já tendo tramitado por uma Comissão.

Esse, sim, haverá deliberação provavelmente na próxima reunião do Conselho, sem prejuízo de reuniões anteriores a esta deliberação. E o Conselho vai se manifestar prontamente com relação a isso.

Essa é a proposta. Há alguma reparação?

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO LEMOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Há uma pequena confusão. Há uma confusão entre relatório e os projetos. Nós não vamos nos manifestar, como a Maria José estava entendendo, sobre o relatório em si, aquele calhamaço de papel, de ponderações. Nós vamos nos debruçar sobre os projetos, porque eles vão tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – É isso mesmo.

O SR. DAVI EMERICH – É nisso que a proposta do conselheiro tem sentido. Esses projetos vão para as suas respectivas Comissões e, de repente, é preciso criar mais de uma Comissão.

Então, eu acho que esta comissão que vai ser criada terá, talvez, um olhar preliminar sobre os projetos que estão saindo. E, nesse sentido, eu acho que já tem que começar a estudar os projetos que estão lá, mesmo que venham a ser modificados. Isso vai criando uma cultura, socializar sobre os argumentos que estão sendo colocados lá.

Então, não vamos nos manifestar quanto ao relatório. Vamos nos manifestar quanto aos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Com relação aos projetos. Estou totalmente de acordo, Conselho Davi.

Então, só para deixar claro: com relação aos projetos de lei. Isso está completamente correto.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Sr. Presidente, eu suponho que amanhã, como está prometido. Não sei se haverá essa votação, a Câmara está muito mobilizada. Mas, de qualquer maneira, se surgir um relatório definitivo, os projetos já virão com o seu formato final. Aí, o trabalho pode se iniciar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Totalmente de acordo.

Algum conselheiro gostaria de se manifestar? (*Pausa.*)

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu havia feito um encaminhamento e sou obrigado a retirá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – É o do texto?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Diante da explicação do Conselheiro Davi...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Eu já havia entendido que tinha sido retirado.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – ... não cabe a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Pois não, Conselheiro Sydnei Sanches, por favor.

O SR. SYDNEY SANCHES – Presidente, primeiro, parabéns pela iniciativa da reunião virtual. Foi realmente muito importante para a dinâmica do trabalho do Conselho. Acho que devemos incentivar, pois facilita muito. Infelizmente, não pude participar, mas tive a oportunidade de ver e ouvir a gravação e, realmente, foi muito produtivo, muito interessante, especialmente para tratar de assuntos emergenciais, como foi o caso.

Não houve tempo para este Plenário se debruçar sobre a matéria. Independentemente do extenso relatório não ser o foco dos trabalhos do Conselho, mas ele instrui o entendimento acerca dos projetos apresentados. Enfim, infelizmente, não tivemos tempo de trazer aqui, talvez, um convencimento apurado e amadurecido das matérias ali envolvidas, afetas ao Conselho.

Considerando que houve uma mudança – sem querer mudar já o encaminhamento dado, mas para uma rápida reflexão – com relação ao encaminhamento a ser dado pelo Conselho, ou seja, de que iremos nos debruçar especificamente em relação aos projetos cujas redações finais serão definitivamente apresentadas provavelmente nos próximos dias, indago se haveria a necessidade de uma comissão para encaminhar para comissões.

Como dependerá do desdobramento do processo legislativo, talvez as comissões afetas a cada matéria possam automaticamente tratar dos assuntos, dentro da celeridade que evidentemente impõe a questão.

Então, indago ao Conselho se não seria mais fácil, até para o trabalho de quem está exercendo a Presidência – no caso, V. Exª – dizer "esse vai para lá, aquele vai para lá", sem prejuízo das comissões interagirem e trabalharem nas questões que são comuns a mais de um.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Sydney Sanches.

Como já há uma tarefa prática, que é, no caso, se manifestar sobre o PLS nº 730, acredito que já estamos no momento de efetivamente nomear a comissão, porque o pleno do Conselho, claro, pela redação proposta pela comissão, vai ter de se manifestar. Então, como o desdobrar dos eventos está em um horizonte muito próximo – a votação deve acontecer amanhã, e certamente não mais do que no final do mês de abril, porque a CPI tem prazo para terminar os seus trabalhos –, minha proposta de encaminhamento seria aquela, de que faríamos, desde já, a comissão de três conselheiros, que já teriam por tarefa redigir um relatório com relação ao PLS nº 730, e já ficariam também com a prerrogativa de começar a estudar, talvez a partir de amanhã, tão cedo quanto amanhã, a redação final dos projetos de lei que venham a ser propostos.

Seria essa a minha sugestão. Não sei se o Conselheiro estaria de acordo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está ótimo.

O SR. SYDNEY SANCHES – Ele ia aderir à maioria.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Maravilha.

Alguma outra deliberação ou comentário? (*Pausa.*)

Em não havendo, a proposta de encaminhamento já foi feita.

Os conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Considero aprovada a deliberação.

Feita a aprovação, precisamos constituir a nossa comissão. Eu já me voluntariei para fazer parte dela. O Conselheiro Nascimento também já se voluntariou. A Conselheira Patrícia Blanco também faz parte, mas não é titular. Alguém mais? Conselheiro Sydney Sanches. Algum outro Conselheiro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Eu teria interesse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está bom. Mas fica incluído, então. Pelo Regimento, nós podemos ter até seis oficialmente.

Conselheiro Araújo Lima. Conselheiro Davi Emerich também gostaria de participar. É suplente também, mas fica na mesma categoria de auxiliar. Vai ser muito importante a sua ajuda.

Alguém mais? (*Pausa.*)

Bom, então fica constituída a comissão. Conselheiro Araújo Lima, Nascimento, Sydney Sanches, e eu também estou na comissão. Fica essa deliberação.

Feito isso, eu gostaria só de encerrar essa deliberação, esse tema da pauta, dizendo que eu achei a experiência da reunião virtual muito proveitosa. Eu acho que esse é um modelo que nós efetivamente podemos adotar aqui no Conselho de Comunicação Social, de modo que, desde já, eu queria me disponibilizar para outros presidentes e coordenadores de comissão que queiram fazer uma reunião tal e qual a que eu realizei. Eu posso oferecer toda a assessoria técnica para que isso possa acontecer. Então, em havendo interesse em marcar outra reunião que não seja da Comissão de Tecnologia – que obviamente agora eu só vou fazer virtualmente, porque acho que foi uma experiência muito bem-sucedida, então vou adotar isso como prática –, fica desde já a oferta de todo o apoio técnico para realizar esse tipo de reunião.

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu não sei se caberia dizer o que vou dizer.

Eu fiz uma observação com relação à questão da participação das pessoas de uma forma geral. Eu posso assegurar a vocês que tenho o maternal incompleto com relação à internet e essas coisas todas. Fui mexendo, mexendo, mexendo e acabei conseguindo visualizar a reunião, mas não conseguia ter o áudio. Se nós formos fazer essas reuniões abertas ao público, teríamos que ter essa preocupação de como essas pessoas participariam, as pessoas que têm o maternal incompleto com relação à internet.

O outro ponto era com relação ao seguinte: essa tentativa de fazer virtualmente essas reuniões abertas seria da mesma forma que nós fazemos presencialmente? Porque aqui, presencialmente, nós temos mais tempo para abordar o tema.

Na presencial, pelo o que eu percebi, evidentemente que na ânsia de querer pedir a participação das pessoas e tudo o mais, eu acho que a Conselheira Liliana caiu e não voltou mais. Eu acho que ela tinha mais coisas para contribuir. A minha preocupação é neste sentido: como é que vamos desenvolver isso?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro Nascimento.

Lembro que essas reuniões são abertas, no sentido de que qualquer pessoa do público pode assistir a reunião em tempo real.

Na reunião da Comissão de Tecnologia, por exemplo, 68 pessoas assistiram à reunião, acredito que até mais do que nós temos aqui na nossa reunião presencial. Obviamente é muito mais fácil assistir pela internet do que vir a Brasília assistir à reunião aqui, presencialmente, lembrando que temos também a TV Justiça, que nos transmite.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – TV Senado, desculpa, falei TV Justiça. Ultimamente está confusa a questão. (*Risos.*)

Mas o que é importante é que a reunião é aberta e ainda é gravada. Então, quem teve problema com o áudio ou não conseguiu participar, o horário não era conveniente, pode depois assistir, que fica lá o registro.

Então, obviamente, para as próximas reuniões, vamos aprimorar a parte técnica, vamos deixa cada vez mais simples, mais fácil. Podemos até promover um ensaio para alguns conselheiros antes da reunião, para ver se o áudio está tudo certo. Mas vamos fazendo isso progressivamente. Isso vai nos dar uma possibilidade de atuação, que eu acho que é extraordinária, vai, enfim, dar uma grande agilidade também ao Conselho, para lidar também com questões urgentes, questões do momento. Acho que, apesar das questões técnicas, foi uma reunião muito bem-sucedida.

Aliás, fazendo notar que tivemos a participação do Jornalista Marcelo Tas na reunião, que participou assiduamente; tivemos depois repercussão na imprensa. Até compartilhei algumas matérias de jornalistas que participaram da reunião na internet, que fizeram matérias a respeito. Então, eu acho que é um modelo bem-sucedido.

Conselheira Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Eu infelizmente não consegui participar. A gravação está no mesmo *link*?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está em um *link* que eu enviei posteriormente, por *e-mail,* e eu posso compartilhar depois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Eu acho que não, Conselheiro Nascimento. Será que é o mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pode ser. De qualquer forma depois, se tiver qualquer dificuldade, só me escrever que eu mando o *link.*

O SR. DAVI EMERICH – Qualquer microfone é compatível com o programa, ou tem que ter uma especificação?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Qualquer microfone. O mesmo microfone que se usa para falar no Skype é o microfone que você vai precisar ali. Há até uma disponibilidade no *software,* para quem tiver com problema do microfone, de ligar num número de celular. É um número automático. No número, você vai ouvir o áudio da reunião e vai poder falar na reunião, só que a voz vai, não pela internet, mas pelo telefone.

Então, se alguém tiver algum problema com o microfone, da próxima vez, pode ligar para esse número e vai poder ouvir o áudio por esse número e também falar por esse número.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Só lembrando, eu entrei por um computador, *notebook*, não deu certo, peguei o outro, aí que eu dei conta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Tem que falar no microfone, Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Perdão, eu usei dois *notebooks* para tentar falar. O primeiro não deu resultado, no segundo, pelo menos, eu já consegui pelo menos visualizar. Não consegui o áudio, mas pelo menos ver.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Tenho certeza de que na próxima vai dar tudo certo.

Conselheiro Araújo Lima, por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Embora advogado, eu tenho uma curiosidade tecnológica. Então, eu queria que se você pudesse explicar rapidamente se esse é um aplicativo aberto ou uma assinatura? Como é que funciona isso?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está bom.

Bom, o aplicativo que eu usei naquela reunião se chama AnyMeeting. Ele é um aplicativo aberto, mas o serviço gratuito dele é limitado. Não permite, por exemplo, que se aceitem muitas pessoas ao mesmo tempo, o que foi o nosso caso naquela reunião. No entanto, ele tem uma mensalidade, se eu não me engano, que é a mensalidade profissional, e eu já pago essa mensalidade, porque eu sou usuário assíduo desse aplicativo, de modo que eu estou cedendo ao Conselho de Comunicação Social o meu plano de assinatura, para quando precisarmos usar. Obviamente não vai onerar o Senado nem a República com a assinatura desse aplicativo. Então, fica franqueado o uso aos conselheiros.

Agora, existem muitas opções, Conselheiro Araújo Lima. Existe um *site* totalmente gratuito chamado appear.in, que é muito útil e permite um ambiente semelhante. O próprio Google oferece o *Google Hangout*, que é muito útil também.

Então, há uma série, depois eu vou listar, e, então, cada presidente de comissão obviamente pode ficar à vontade para usar a ferramenta que achar mais conveniente.

Conselheira Maria Célia, por favor.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Nós fazemos muitos W*ebinar* na Aner, e a gente usa uma ferramenta americana chamada *JAM*, que é excelente, não tem limitação de público, de audiência, responde por escrito o palestrante, e permite *PowerPoint*, vídeo, etc. É muito prático.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito bom. Depois, se puder, compartilha conosco.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Porque nós vamos, obviamente, estudar e continuar estudando essas ferramentas e usar aquela que for a melhor possível, a mais fácil, a mais simples. Essa eu gosto muito porque não precisa instalar nada, você vai lá, clica e está na reunião.

Bom, concluído esse item da agenda, eu passo, então, para o Item 2:

Relatório sobre RTV (repetidoras de televisão), de autoria da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Liliana Nakonechnyj e Nascimento Silva

Na nossa reunião...

Pois não, Conselheiro Araújo Lima, por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu queria primeiro justificar que nós não tivemos ainda condição de fechar, embora tenhamos feito um esforço de reuniões telefônicas e de troca de *e-mails*, mas a contribuição maior, que, aliás, partiu de quem de fato tem competência para isso, para propor pelo menos o encaminhamento, partiu da Drª Liliana, que, infelizmente, não veio hoje.

Ela nos adiantou, ao Conselheiro Nascimento Silva e a mim, o que ela achava. Primeiro situou o problema, depois o encaminhamento, que nós gostaríamos de discutir aqui na reunião. E, na ausência dela, conversei com o Conselheiro Nascimento Silva, e ele também está de acordo que a presença dela é fundamental.

Então, por isso, nós pediríamos para tirar de pauta e incluir na próxima. Já traríamos nesta ocasião um relatório, mas com uma sugestão, que eu queria transmitir rapidamente, que eu acho que enriquece essa minha intervenção. Eu vou ler exatamente o que ela propõe. É longa a introdução:

"Proposta de encaminhamento: minha proposta para consideração de vocês seria montar uma oitiva, uma audiência sobre esse tema de geradoras e retransmissoras e sobre sua atual regulação, o que poderia ou deveria ser melhorado e como."

Porque é muito técnico, ela levantou problemas técnicos, que eu não tenho nem alcance para entender.

"Para começar, sugiro um secretário de comunicação eletrônica do Ministério das Comunicações."

Aliás, achei oportuno, porque tive a informação de que há possibilidade de o próprio Ministro baixar uma portaria já incluindo, no mesmo tratamento da Amazônia Legal, todo o Nordeste. O Senador Wellington e a Abert foram os nomes que ele sugeriu.

"Desde já, estou segura de concordar com a oitiva. O Conselheiro Nascimento sugerirá um representante também dos trabalhadores em radiodifusão."

Então, esse é o meu encaminhamento, que é um pedido de compreensão. É um tema complexo, eu não imaginava que era tão complexo, mas essa é a minha proposta. Eu gostaria que o Conselheiro Nascimento completasse.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito, Conselheiro Araújo Lima.

Então, para discussão, Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Está correta a colocação do conselheiro. Eu cheguei a ligar para a Conselheira Liliana, porque nós havíamos pensado numa conversa na hora do almoço, aqui, hoje, e então a gente iria limpar o meio de campo.

A minha preocupação é com relação a esse assunto, que não é só na Amazônia Legal, mas em todo Brasil, mas em todo o Brasil. Houve concordância da Conselheira. Enfim, eu acho que poderemos, sim, na próxima reunião, trazer um conteúdo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Eu ouço a informação do resultado da interação entre os três membros desta Comissão – também eles usando a eletrônica para permitir que os debates aconteçam e a discussão evolua.

Eu quis pedir a palavra porque, embora os conselheiros não tenham tido a oportunidade de se reunir formalmente para uma conclusão definitiva, há, segundo eu entendi, uma proposta – que talvez pudesse se chamar de audiência pública, não sei nem se essa é a ideia – de que se ouvissem os atores envolvidos nesse assunto das retransmissoras.

Eu lembro que um Senador da República nos concedeu a honra de uma visita, justo para pontuar a importância desse assunto das retransmissoras. Então, somando a visita do Senador a esse debate que tem acontecido...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Posso acrescentar?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Claro.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Porque é importante, eu esqueci de mencionar isso.

Eu não estava na reunião da qual o Senador Wellington Fagundes participou. Provavelmente por representar a Abert, fui indicado para participar do grupo, desta Comissão. E eu procurei o Senador, que foi me empurrando, empurrando, até que de repente veio um telefonema, o que até impossibilitou... O Conselheiro Nascimento estava preparado para vir a Brasília para essa reunião, mas isso foi feito às 9h15 da manhã me convocando para as 11 horas da manhã.

Foi uma reunião – me desculpa essa interrupção tão longa, mas era importante – que não se estendeu muito; estendeu-se muito o tempo que eu esperei para falar com ele, uma hora e quinze minutos. Mas, depois, durou vinte. E pelo que ele expôs, ele não tem uma ideia formal. Eu perguntei até se havia algum projeto que ele encaminharia no Senado e ele disse: "Não, não, isso não. Eu quero que vocês discutam e façam pelo meio que vocês quiserem."

Por isso que eu acho que a audiência pública foi uma ideia que nasceu de um assistente dele que estava presente na reunião e ele também endossou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado. Então, prosseguindo. Existe essa ideia de que um debate se fizesse. Pela minha atuação profissional, eu sou advogado de formação e acompanho a evolução da regulamentação das retransmissoras e transmissoras já faz muito tempo, a regra original é de 1962, com o Código Brasileiro de Telecomunicações.

E eu percebo, dou meu depoimento de vida, minha impressão, mais do que uma opinião, aos meus colegas conselheiros de que o sistema de retransmissão, o arcabouço da retransmissão e da repetição de sinais merece uma atenção. Não que seja trivial. E eu tenho muitas dúvidas sólidas sobre se poderíamos efetivamente ajudar porque o tema é

muito técnico, diz respeito à gestão do espectro de radiofrequências por milhares de entidades no momento em que o Brasil migra da radiodifusão analógica na televisão para a televisão digital.

Fazendo essa ressalva das minhas próprias dúvidas e dividindo um pouco dessa informação, eu queria incentivar a Comissão que pensasse na ideia de uma audiência pública. E, se estivermos maduros o suficiente para isso ainda hoje, que já hoje se discutisse sobre a ideia de uma audiência pública com esses atores que foram mencionados.

Como nosso calendário de audiências públicas já está, eu diria, positivamente avançado, se nós tivéssemos tempo e se houver consenso de todos, pensaríamos nesse assunto, tendo já o cuidado de assegurar um tempo maior, eventualmente fazendo um pedaço de manhã, um pedaço de tarde ou alguma coisa do tipo, para assegurar que para temas importantes, como é o caso da retransmissão e repetição de sinais, o tempo fosse suficiente. Para não acontecer como aconteceu hoje pela manhã, em que infelizmente, embora de grande qualidade o debate, tivesse que ter sido cortado pelo tempo.

Enfim, talvez seja melhor, essa é a ponderação objetiva que eu faço para todos os conselheiros e para os membros da Comissão, antes que nós produzíssemos um relatório, talvez valesse a pena uma audiência das partes envolvidas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro. Algum outro comentário?

Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Rapidamente, Presidente.

Gostaria de solidarizar-me com as palavras dos que me precederam. Quero também reforçar o que o Conselheiro Walter falou. Quer dizer, existe um calendário de audiências públicas que já está longo, no tempo. Então, seria prudente que nós já reservássemos uma data para esse tema, ainda que precisássemos discutir sua forma e seu conteúdo com mais calma – há tempo para isso –, e que designássemos, aos relatores que já trouxessem, junto com a proposta do relatório, uma proposta de conteúdo para essa audiência pública, esse seminário ou como queiramos chamar.

Por conhecer esse tema já de longa data e por conhecer a evolução que sofreu ao longo do tempo – com a companheira Liliana, que também está envolvida nisso há muito tempo –, quero aqui reforçar o que disse o Conselheiro Walter sobre a complexidade do tema, das diversas linhas de abordagens que se pode dar ao tema e recomendar que seja dado tempo suficiente e longo para que possamos esgotá-lo numa audiência pública ou seminário, o que seja.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro.

Quero só fazer uma observação importante. Hoje nós esgotamos a nossa agenda de audiências públicas. Então, estamos em dia, na verdade. Temos uma com a Unesco, mas será só em novembro. É só para dizer que fizemos um *aggiornamento*, que estamos *aggiornarti* com relação a toda essa questão.

Então, está à disposição. Pelo que entendi a proposta é a trazer uma deliberação, na próxima reunião, então, com o pedido de uma proposta de composição dessa audiência pública. Correto?

Conselheiro Nascimento, por favor.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Pois é, exatamente isso.

Às vezes, a gente usa uns termos aqui que não são os corretos. Estava conversando com o Conselheiro Francisco e dizendo o seguinte: não sei se uso o termo

relatório ou contar uma historinha daquilo que nós estamos buscando – a companheira Liliane buscando pelo seu lado, o companheiro Francisco e eu –, dos interesses, inclusive outros interesses, e de abrir isso para o Brasil e não só para a Amazônia Legal. É preciso trazer esse tema para cá. Era nesse sentido que eu estava falando que era para trazer documento e arcabouço para que o colegiado, de uma forma geral, se insira nele.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pelo que entendo uma audiência pública é uma excelente oportunidade para...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – A audiência é preponderante, mas antes é necessário que a gente instrumentalize todo o colegiado para fazer as inserções.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, a sugestão que dei foi, ao mesmo tempo em que este grupo, que esta Comissão de relatoria apronta esse relatório e já poderia, em paralelo – e aí consultando os diversos conselheiros –, trazer uma proposta para essa audiência pública ou seminário.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Sim.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Quer dizer, fazer em conjunto para poupar tempo. O correto seria ter o relatório primeiro e apontar depois. Mas já existe claramente aqui, creio que por um entendimento geral, que uma audiência será necessária. E também os conselheiros que participam da Comissão de Relatoria estão totalmente qualificados para colher, com os demais, as indicações de temas de participantes. Então, nós poderíamos fazer em conjunto e, na próxima reunião do Conselheiro, já deliberar. Não só o relatório inicial, mas também o conteúdo da audiência e o formato, se é seminário, uma audiência pública, o que seja.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiros Araújo Lima, por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Inteiramente de acordo.

Quero só lembrar, também, um ponto que eu acho que é relevante. Existe, no Congresso – não na Casa -, um projeto do Deputado Silas Câmara, que é o 5533/2013, com o propósito de permitir que as entidades autorizadas a executar o serviço de retransmissão de televisão possam realizar inserções locais de programação e de publicidade. Quer dizer, há muita coisa para ser discutida e vão surgir, provavelmente, outros projetos. É até uma coisa sobre a qual faço um apelo à nossa Secretaria, à nossa eficiente secretaria, ao Valmar: que façamos uma busca mais detalhada de outros projetos que envolvam essas retransmissoras de televisão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Presidente.

Antes de ir para o encaminhamento quero só reforçar o elogio à nossa Secretaria, que esteve presente, inclusive, na nossa reunião virtual. O Valmar esteve lá conosco e fez contribuições inestimáveis à nossa reunião virtual. Então, é nosso apoio não só no mundo físico, presencial; também no mundo virtual, podemos contar com a assessoria da nossa Secretaria. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, eu queria reforçar esse agradecimento...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – ...visto que, naquela discussão nossa sobre a questão do relatório da Anatel, o Valmar, em nossa discussão, antecipou-se, mandando os documentos citados. Depois, tivemos de fazer uma procura mais profunda, mas vieram respostas imediatas às questões minutos depois. Isso facilita muito a construção de um raciocínio. Então, eu também gostaria de reforçar e de citar esse exemplo específico da eficiência de atendimento da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro. É merecido o destaque. Quiçá todo o serviço público se espelhe na eficiência que temos aqui na Secretaria! Muito obrigado, mais uma vez.

Dito isso, para o encaminhamento, pelo que entendo...

Pois não, Conselheiro Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Desculpe-me, pode parecer banal, Presidente, mas eu queria alertar o serviço público que cuida do edifício para o fato de que há um passarinho piando faz 20 minutos, dentro do lambri. Fui sensibilizado pela Conselheira Maria José para o tema dos animais e verifico que há um passarinho preso. Quem sabe, depois da reunião, eles possam retirar o animal dali? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Deve ser o passarinho do Bernie Sanders que veio aqui para o Brasil. Muito bom! De qualquer forma, fica feita a nota. Se houver alguma providência que possa ser tomada, salvemos o passarinho. Isso é muito importante, de fato.

Feita essa consideração, seguimos para a deliberação. Srs. Conselheiros, vamos lá!

A deliberação é a seguinte: fica, então, o relatório para a próxima reunião. Na próxima reunião, também será discutida a proposta de realização de um seminário. Não acredito que seja uma audiência pública, mas, sim, um seminário sobre o tema. Essa é a proposta.

Os Conselheiros que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, fica, então, aprovada a disposição.

Com isso, nós nos desincumbimos do item 2 da pauta.

Passamos, então, para o item 3, que é a apresentação de conclusão e de encaminhamentos em relação ao seminário "Restrições em Publicidade e Propaganda", a partir de proposta do Conselheiro Marcelo Cordeiro. Na última reunião, o Conselheiro Marcelo Cordeiro ficou encarregado de apresentar conclusão e encaminhamentos em relação ao seminário "Restrições em Publicidade e Propaganda".

Sendo assim, passo a palavra para o eminente Conselheiro Marcelo Cordeiro, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Quanto a essa proposta para a realização do seminário "Restrições em Publicidade e Propaganda", prefiro até nem dizer, como está aqui na pauta, que ela é minha. Prefiro achar que ela surgiu na primeira reunião da Comissão Permanente de Publicidade e Propaganda, quando nós nos debruçamos sobre o relatório feito pela Secretaria e vimos que esse tema era o mais recorrente entre os projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Assim, entendemos que, como órgão assessor dessas duas Casas Legislativas, o Conselho deveria estar preparado para sugerir sempre o melhor caminho e poderia adotar e criar um seminário para discutir essa proposta.

É importante ressaltar que, embora nós nos preocupemos como Conselho com qualquer tipo de restrição a uma atividade de Comunicação Social, no caso em questão as restrições existem e devem existir por se tratar do interesse maior da sociedade brasileira, que, como consumidora de bens e de serviços, deve ser protegida contra qualquer tipo de publicidade enganosa ou nociva.

Nesse ponto, as exposições dos palestrantes mostraram ao Conselho que, além do aparelhamento estatal na área de defesa do consumidor, as agências de publicidade, juntamente com os anunciantes, com os veículos de comunicação e com representantes

da sociedade civil, também participam da fiscalização e do controle da atividade publicitária.

O Sr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudo e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), informou que o Ministério da Justiça, via Senacon, que congrega todos os órgãos e entidades de proteção dos interesses dos consumidores, está suficientemente aparelhado para fiscalizar a atividade publicitária e, quando necessário, punir os abusos previstos em lei. Informou o representante da Senacon que conta com dois grandes bancos de dados que auxiliam a secretaria na fiscalização.

Aqui, eu uso as palavras que o próprio palestrante usou para explicar os dois bancos de dados. Citou ele, abro aspas, o "Sindec, que é o sistema utilizado pelos PROCONs do Brasil inteiro e por alguns órgão que administram e que fazem a questão das denúncias e reclamações de consumidores na gestão de conflitos e também para instauração de processos administrativos; e também uma plataforma mais recente, bastante inovadora, que é o sistema consumidor.gov.br, em que os consumidores do Brasil inteiro podem registrar suas reclamações diretamente a empresas de porte nacional e local que aderem a essa plataforma. Podem ali fazer o relacionamento com seus clientes insatisfeitos e, então, resolver conflitos de forma extrajudicial, desafogando não apenas os PROCONs, em sua capacidade de resolver conflitos, mas especificamente o Judiciário", fecho aspas.

O representante do Cenacon mostrou alguns exemplos de publicidade que foram fiscalizados pela secretaria e casos punidos por abuso, demonstrando que o Estado vem desempenhando seu papel na defesa do consumidor contra a publicidade danosa aos seus interesses.

O Sr. Edney Narchi, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), fez um contraponto ao aparelho estatal, mostrando ao Conselho que os próprios atores desse mercado – agências, anunciantes e veículos de comunicação – também se preocupam em levar ao consumidor publicidade de forma ética e compromissada com a verdade naquilo que é exposto em suas divulgações, de acordo com o que prevê a lei vigente e com normas autorregulamentadas pelo próprio mercado. Segundo ele, a autorregulamentação completa o sistema que controla a publicidade, dotando o País de um sistema misto de controle, tendo, de um lado, o Estado e, do outro, o próprio mercado. Ele informou que, na maioria dos países de economia de livre mercado, existe esse sistema misto que mistura a regulação do Estado e a autorregulamentação. Segundo o palestrante, o próprio mercado publicitário tem interesse em expurgar a propaganda enganosa ou abusiva porque ela traz prejuízos não só ao consumidor, mas também aos anunciantes concorrentes que optaram por uma propaganda ética, criada dentro das normas legais e da autorregulamentação do próprio mercado. Dessa forma, disse ele, o Conar consegue normalmente, em prazo mais rápido do que os órgãos estatais de defesa do consumidor, punir os abusos e retirar dos veículos de comunicação a propaganda danosa.

O Sr. Orlando dos Santos Marques, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), informou que a publicidade brasileira, embora goze da mesma liberdade de toda manifestação intelectual, sofre no Brasil uma série de restrições impostas pela Constituição, pelas leis federais e pela autorregulamentação. Ele exemplificou isso com o impedimento no Brasil da existência dos birôs de mídia, empresas que compram espaço publicitário no atacado para vendê-los no varejo e, com isso, passam ter grande influência na própria linha editorial dos veículos dos quais são

clientes. Ele informou que, no Brasil, isso não é possível, por força de uma convenção entre os órgãos representativos das agências, dos anunciantes e dos veículos de comunicação, mostrando que o próprio mercado restringe, de forma importante, a publicidade.

Dos debates que se seguiram às exposições dos três palestrantes, cabe destacar dois pontos: no primeiro, um dado apresentado pelo Vice-Presidente do Conar, Sr. Edney Narchi, afirmando que, de todas as reclamações feitas pelos consumidores e registradas no Sindec, as reclamações referentes à publicidade, abre aspas, "não representam mais do que 1,5%", fecha aspas.

O outro ponto foi uma preocupação apresentada pelo Conselheiro Nascimento e Silva e principal preocupação demonstrada, na primeira reunião da Comissão de Publicidade e Propaganda, quanto à publicidade dirigida à criança. O Conselheiro pediu números referentes às reclamações envolvendo comerciais dirigidos às crianças. O representante da Cenacon respondeu que não tinha em mão esse número, mas que poderia afirmar que o número de reclamações referentes à publicidade abusiva não era grande e, com certeza, bem inferior ao número referente à publicidade enganosa. De qualquer forma, informou que seria possível fazer um levantamento junto à sua base de dados para informar posteriormente os casos envolvendo essas reclamações.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, é minha opinião que o seminário sobre restrição em publicidade e propaganda atendeu plenamente aos objetivos deste Conselho. Mostrou que há uma fiscalização feita por um sistema misto de controle que impede e pune, quando necessário, os comerciais fora de um padrão ético e fora das normas legais e autorregulamentadas. Mostrou ainda que existem restrições reguladas e autorregulamentadas que vão ao encontro das garantias constitucionais asseguradas à nossa sociedade, restrições essas que podem ser ampliadas se o Congresso Nacional, com a assessoria deste Conselho, entender que assim deve proceder. Algumas até já foram sugeridas em projetos de lei que estão tramitando nas comissões temáticas das duas Casas.

Dessa forma e se não houver objeção por parte dos meus pares, sugiro apenas duas ações por parte deste Conselho. A primeira é encaminhar um ofício à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), reiterando a solicitação feita durante o seminário pelo Conselheiro Nascimento Silva e cobrando daquela secretaria o levantamento das reclamações referentes a comerciais dirigidos às crianças e seu envio para este Conselho, ficando a critério do Plenário se devemos ou não estipular prazo para isso.

A segunda sugestão é que solicitemos aos dois órgãos, Senacon e Conar, a criação de um relatório anual contendo os números de reclamações, as soluções que foram dadas, as punições impostas, enfim, um retrato do que ocorreu no ano, referente às reclamações dos consumidores contra comerciais. Esses relatórios poderiam ser enviados sempre no mês de março ou abril do ano subsequente, para que os órgãos tivessem tempo para a elaboração deles, e serviriam para que o Conselho de Comunicação tenha sempre uma visão atual do que ocorre nessa área e possa, dessa forma, assessorar melhor o Congresso Nacional.

É o relatório, a sugestão que deixo para apreciação do Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Deixo, então, em aberto, para discussão, o relatório.

Conselheira Maria José, por favor.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Presidente.

Mais do que discutir o relatório do Conselheiro Marcelo – e quero parabenizá-lo pelo esforço de reproduzir aqui um seminário em que nós passamos uma manhã toda discutindo –, o que eu quero que avaliemos um pouco é como o Conselho vai tratar os seminários que realiza, que, a meu ver, não têm o objetivo de tirar medidas nem proposições. Os seminários têm o objetivo de nos trazer mais informações sobre determinado tema.

A partir do momento em que optamos por designar um Conselheiro para fazer um relatório e que optamos para que esse relatório contenha proposta de encaminhamento, nós estamos, de alguma forma, dando um caráter excepcional para o seminário e estamos fazendo com que discutamos encaminhamentos aqui fora do contexto da discussão que nós tratamos. Então, a minha preocupação é exatamente essa. Acho que é louvável nós termos o relatório.

Aqui quero fazer apenas uma ressalva: por mais que o Conselheiro tenha se esforçado, o relatório não consegue trazer a diversidade e a complexidade do debate que nós travamos aqui, porque claro que teria que haver uma transcrição desses debates no relatório, e acho que realmente não tem que fazer.

A minha preocupação é exatamente esta: se nós vamos tratar as propostas de encaminhamento como propostas para serem apreciadas pelo Conselho. E aí acho que nós temos que abrir o debate sobre essas propostas. Então, é realmente uma discussão de método e do produto que nós queremos em determinadas circunstâncias, trazendo especificamente as circunstâncias dos seminários que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheira.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Depois de ouvir determinados Conselheiros aqui, fica difícil fazer qualquer outro tipo de intervenção nesse caso específico da Conselheira Zezé.

Conselheiro Marcelo, aqui diz que o número de casos é pequeno. Enfim, estou pegando *en passant* o relatório, mas a discussão não é que o número é pequeno. A discussão é não ter. Aí, ficaram de dar a resposta. Como é? Como é que a gente encaminha daqui para a frente? É como a Zezé falou: a gente tem que cobrar uma postura do que ocorre hoje com relação às propagandas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu não entendi bem. O que eu falei é que eles...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, está escrito aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Sim, sim, mas exatamente qual é a dúvida?

O SR. NASCIMENTO SILVA – É porque eu não marquei aqui no papel. Coloca-se o seguinte: foi questionado sobre a quantidade de propaganda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Não, não. O que eu falei foi o seguinte: que o representante do Conar mostrou que, do Sindec, que é basicamente a grande base de dados da Senacom, as reclamações todas envolvendo comerciais só chegam a 1,5%, o que mostra que a publicidade também...

O SR. NASCIMENTO SILVA – É inexpressivo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Não é que seja inexpressivo, mas ele só chega a 1,5%. Citei números que o Conselheiro – você mesmo, Nascimento – pediu a ele sobre publicidade relativa à criança. A gente já tinha, inclusive, conversado na Comissão, e todos nós achamos da maior importância. Ele ficou de

transmitir. Eu sugeri que nós cobrássemos isso com um ofício do Conselho, reiterando seu pedido a ele...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – ... para que ele encaminhe essas informações, que ficou de encaminhar naquela oportunidade.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Mas o que eu quero saber é o seguinte: a partir de agora, a gente faz uma minuta do que a gente vai cobrar, pelo que a gente anotou? Vai encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Quero só fazer uma sugestão aqui. Pelo que eu estou entendendo, é o seguinte: na reunião passada, houve a deliberação de que seria feito um relatório do seminário. O Conselheiro Marcelo Cordeiro fez o relatório efetivamente. Foi lido e inclusive elogiado. Ele está propondo dois encaminhamentos. Eu entendo que esses encaminhamentos são propostas do Conselheiro para fins de deliberação aqui do Conselho. Então, não necessariamente... Elas podem até estar formalmente aqui no relatório, mas há, além do relatório, duas propostas de encaminhamento.

Passo a palavra ao Conselheiro Araújo Lima. Por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, eu não estou entendendo bem como é que funcionou, em termos de comitê. Existe um comitê temático específico sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – É verdade.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Isso já está aprovado lá e veio para o Plenário agora?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Ah, bom. Então, está longe ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está longe, está longe.

Pois não, Conselheiro.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Nós estamos discutindo questão de método?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Sim.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Na verdade, eu achei oportuno, ainda que não tivéssemos deliberado anteriormente, que tirássemos conclusões ou déssemos sequência ao tema. Na verdade, discutiu-se o impacto da publicidade, mas as vozes ouvidas estavam representando setores específicos da produção. Sentimos falta, por exemplo, de psicólogos, antropólogos ou sociólogos que analisam esse problema. As duas propostas ao final, na verdade, permitiriam que a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor recolhesse materiais que nos subsidiem, porque se nós temos aqui a necessidade de contar com representantes da sociedade civil, nós, como representantes, teremos que dialogar com a sociedade ou com os que estão preocupados com isso sobre qual é a posição do Conselho a esse respeito. E como nós não ouvimos especialistas nesse impacto, eu acredito que deter essas informações vai nos permitir retornar à conversa sobre isso quando acharmos necessário. Então, acredito que é uma questão de prudência nossa dispor desses dados.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Só uma observação.

A Conselheira Maria José quer fazer uma manifestação?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Falta dizer que as discussões parecem simples, mas não são. Se nós vamos nos dirigir como Conselho à Secretaria, órgão do Ministério da Justiça, pedindo dados, e vamos nos dirigir ao Conar pedindo os dados oficialmente,

então eu quero incluir outros dados que me parecem importantes do ponto de vista da avaliação da publicidade, e que nós tratamos aqui no seminário. Por exemplo, eu quero pedir dados específicos sobre a questão da mulher na publicidade e a questão do negro na publicidade.

O que eu quero dizer é que, ao adotar essa metodologia de fazer um relatório e de já trazer embutido no relatório encaminhamentos, que aí são, vamos dizer assim, propostas realmente individuais, a gente tem que abrir aqui o debate sobre essas propostas porque senão nós estaremos limitando o debate e, portanto, limitando as propostas.

Acho que nós fizemos um seminário bastante produtivo, que nos enriqueceu a todos, que nos trouxe muitas informações, ficaram lacunas nas informações que nós devemos continuar a buscar, mas, do ponto de vista do Conselho, o fundamental para nós no Conselho de Comunicação Social é que a comissão temática de publicidade e propaganda tenha o seu trabalho efetivado e que nós comecemos a analisar os projetos de lei que tratam de publicidade e propaganda que estão tramitando aqui no Casa. Aí, sim, vamos dar efetividade ao nosso debate e vamos poder contribuir para a discussão que trata da publicidade e propaganda no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Marcelo Cordeiro, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu concordo plenamente com a conselheira, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. O fato de a comissão se reunir e tratar desses assuntos não tem nada a ver com o relatório de um seminário que foi aprovado pelos conselheiros, adotado pelo Conselho, e que tem que ter um resultado ao seu final.

Quanto às informações que a conselheira sugere quanto à mulher, ao negro, o que o seminário focou foi... Existem várias restrições em publicidade e propaganda relativas à criança, relativas ao fumo, relativas a uma série de temas que já estão previstos na Constituição. Não sei se há, e esse era o tema do seminário, com relação à mulher, ao negro, daí porque não sei se essas perguntas são pertinentes que o Conselho faça ao Conar e à Senacom. Fará à Senacom aquelas perguntas pertinentes às restrições que já são previstas na publicidade e propaganda, foi esse o único objetivo desse relatório aqui, agora isso nada impede que a Comissão se reúna para tratar desses assuntos, desse inclusive.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Só lembrando ao Conselheiro que racismo é crime, está previsto no ordenamento jurídico nacional, e que, portanto, não pode haver racismo em lugar nenhum, nem na publicidade e propaganda. Do mesmo jeito, todas as questões referentes a direitos humanos já estão previstas no arcabouço legal do Brasil.

Eu quero dizer, repito, que o principal objetivo de um seminário não é ter um produto do Conselho, o principal objetivo de um seminário quando a gente o propõe e quando a gente o realiza aqui é subsidiar as nossas discussões, dar-nos elementos para as discussões, ou seja, trazer-nos mais e mais informações a respeito de um tema que nós estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Posso fazer uma sugestão de encaminhamento? Por que não delegarmos para a Comissão de Publicidade e Propaganda a deliberação sobre esses pontos, tanto com relação ao pedido de informações da Senacom quanto com relação ao pedido que seria feito pelo Conar? E aí, no âmbito da Comissão, nós fazemos essa discussão de maneira mais extensiva, como for necessário, e tomamos uma deliberação, sem prejuízo de qualquer outra manifestação. Isso é só uma sugestão.

Conselheiro Marcelo Cordeiro, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, é uma ótima sugestão, só que, após a deliberação na comissão, isso vai ter que ser deliberado de novo no plenário porque senão quem vai pedir é o Conselho. Se é para deliberar lá para depois deliberar aqui, por que não deliberar logo aqui? A gente já ganha tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Sim, podemos submeter isso ao próprio Plenário, se for o caso, para que a gente tenha até uma divisão de atribuição de matérias. A gente está com duas propostas sobre a mesa. Uma é para que essa matéria seja deliberada aqui e agora e a gente tome a decisão neste momento. A outra é que a gente delegue à comissão, que a comissão faça uma reunião e, dentre outros assuntos, tome a posição de deliberar sobre esse tema que depois vai ser submetido a Plenário.

Conselheiro Araújo Lima, alguma outra sugestão de encaminhamento.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Diante dessa alternativa eu pediria vista. Eu quero adiantar que vou pedir vista caso se imponha a este Conselho, de repente, decidir um assunto. Nem estou muito a par desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Alguma outra sugestão de encaminhamento? Não?

Eu acredito que temos três possibilidades: uma, deliberarmos agora no sentido de decidirmos o pedido da forma como está aqui; outra, submetermos essa questão à comissão que tem jurisdição sobre o tema, que é a de publicidade e propaganda...

Pois não, Conselheiro. Por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, creio que nem foi esse... Se não estou errado, a Conselheira Maria José não está contra as sugestões. O que ela está levantando é se após um seminário nós devemos deliberar sobre alguma coisa ou encaminhar alguma...

É isso, Conselheira?

Creio que é isso que nós temos que definir, porque vai haver outros seminários. Nos próximos...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – ...deverão ser feitos relatórios? E esses relatórios deverão apresentar proposições ou não?

É isso, Conselheira?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obviamente, eu levantei uma questão de método: o que nós queremos com seminários e se esse seminário tem que ter um produto escrito aprovado pelo Conselho. Particularmente, creio que não, porque o seminário visa a nos subsidiar nas discussões. Apenas isso.

E, no caso específico, nós temos aqui – eu não quero desqualificar, de forma alguma, o trabalho do Conselheiro; ele se debruçou, ele se esforçou, está correto –, temos aqui proposições.

Eu estou dizendo que isso é uma coisa com a qual nós temos que tomar cuidado, porque não podemos aprovar proposições de afogadilho. Se for para aprovar essas proposições, eu quero anexar outras. Citei algumas aqui como exemplo, mas podem vir outras e outras. Outros Conselheiros querem anexar outras.

Então são duas questões que eu coloco claramente. E entendo que o Presidente apontou uma solução para nós não, digamos assim, fazermos um debate de afogadilho. Nós temos uma comissão temática que trata de publicidade e propaganda. Vamos

remeter as sugestões para a comissão temática de publicidade e propaganda, que poderá se aprofundar e trazer para o Plenário uma proposta para ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Marcelo Cordeiro, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu entendo. Então são duas... Primeiro levar essas proposições e não votá-las agora; discuti-las dentro da comissão. É a primeira. Mas eu creio que há uma segunda, que é a seguinte: serão necessários relatórios de seminários feitos neste Conselho e desses relatórios devem ou não apresentar proposições? Isso é o que poderíamos deliberar.

Quanto a remeter essas sugestões à Comissão de Publicidade e Propaganda, eu, como Presidente desta comissão, peço ao Presidente que deixe marcada para o próximo mês, na parte da manhã, uma reunião da Comissão de Publicidade e Propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

Como se trata de matéria formal, olhando aqui o Regimento, há uma série de requisitos que nós, eventualmente, precisamos cumprir efetivamente para chegar a uma deliberação. Há inclusive um capítulo sobre voto em separado e antecedência da apresentação do relatório. Então o meu entendimento é de que, de fato, não dá para partirmos para uma deliberação desde já. Com isso, deliberar agora, não há como, por razões regimentais efetivamente, art. 33 e 34.

Então temos duas possibilidades: atribuir a competência para a Comissão – temos o pedido de vista do Conselheiro Araújo Lima para fazer um exame da matéria – e temos também a possibilidade de submeter isso como proposta de encaminhamento para análise. Nesse caso, na próxima reunião. O Conselho deliberará daqui até lá um relatório específico com relação às propostas que estão sendo encaminhadas.

Vou fazer uma proposta de encaminhamento...

Pois não, Conselheiro Araújo Lima. Por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu queria retirar o meu pedido de vista ou a ameaça de pedido de vista diante da proposta do próprio Conselheiro Marcelo Cordeiro de fazer na próxima reunião, de manhã, no próximo encontro nosso...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...na parte da manhã, um encontro do comitê do qual eu faço parte. Estarei presente para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Marcelo Cordeiro, está de acordo com esse encaminhamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está de acordo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Presidente, eu acho que essa questão está até superada no seguinte aspecto: quanto ao relatório, tanto aqui no Conselho podemos designar uma comissão de relatoria ou usar de umas comissões permanentes, no caso, a Comissão de Publicidade pode se debruçar e já apresentar um voto pronto.

Agora, tem uma outra questão que ficou aqui em aberto, que eu acho que essa nós poderíamos deliberar hoje, ou discutir hoje, ou endereçar sua discussão também, que é se o relatório carece de uma entrega concreta em termos de um relatório e uma proposta de encaminhamento. Eu acho que isso nós devemos superar, porque nós já tivemos outros relatórios, vamos ter outros, e já deliberarmos como conduzir a questão do método, colocada pela Conselheira Maria José. Eu acho que nós temos que debater e chegar a uma conclusão.

Quanto a esse relatório específico, eu acho que a questão está superada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Então, não havendo objeção, vamos encaminhar da seguinte forma: fica então delegada à Comissão de Publicidade e Propaganda, que se reunirá na manhã da próxima reunião do Conselho, e aí tomamos as deliberações que são necessárias. Então, isso está superado.

Com relação à segunda questão, deixa só eu ver se eu entendi bem. A questão é, no caso de apresentação de conclusão e encaminhamentos em relação a um seminário – não estamos falando aqui propriamente de um relatório; estamos falando de apresentação, de conclusão e encaminhamentos –, se essa apresentação deve conter simplesmente uma descrição do seminário ou se ela deve conter uma descrição e formulações e pedidos.

É isso, Conselheiro Roberto Franco?

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Olha, isso é o que eu entendi da questão levantada pela Conselheira Maria José, com a qual eu me solidarizo.

Eu gostaria de dar até uma proposta de encaminhamento. Eu acredito que, acontecendo um seminário ou até uma audiência pública, que o Conselho deliberasse sobre a necessidade ou não de apresentação de um relatório, ou simplesmente de historiar o seminário, e de encaminhamento. E aí designe uma comissão de relatoria, ou designe a uma das comissões permanentes a missão de apresentar esse relatório, ou seja, que nós tratemos isso caso a caso e, sempre que sentirmos que é necessário, que nós o façamos, visto que o seminário, como disse a Conselheira, tem outro propósito; ele tem o propósito de trazer informações e ajudar-nos no entendimento de algumas questões.

Durante o seminário, ou posteriormente a isso, se nós entendermos que é necessária uma conclusão deste Conselho ou um encaminhamento deste Conselho, que nós nomeemos uma comissão de relatoria ou, se tiver temática semelhante à das Comissões Temáticas, que se encaminhe a elas para a apresentação desse relatório.

Eu dou essa sugestão de encaminhamento. Se todos estiverem de acordo, nós podemos deliberar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Marcelo Cordeiro, Conselheiro, depois Davi.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, eu acho até, e vou um pouco mais longe, que eu não vejo, assim como a Conselheira Maria José, a necessidade de apresentação de conclusão e encaminhamento, haja vista que a Secretaria já reproduz todo o seminário, todos nós recebemos isso. Mas, como foi pedido, foi feito. Agora, concordo com a Conselheira que isso não é necessário. Quando for necessário ou se alguma coisa ficar em dúvida ou alguma discussão maior surgir no âmbito de um seminário, ali mesmo pode-se deliberar a criação de uma comissão de relatoria ou se designar um relator. Concordo até nisso.

Agora, o que eu estava dizendo, Conselheiro, é o seguinte: não tem nenhum problema nós deliberarmos isso mais à frente ou com mais detalhes na Comissão de Publicidade e Propaganda, que eu acredito que já deve estar marcada, deve ter sido acatada a marcação da próxima reunião para o próximo mês.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Conselheiro Davi, por favor.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, hoje pela manhã a gente conversou muito e – esta pelo menos é a minha opinião – eu acho que o Conselho de Comunicação ainda não encontrou o foco de trabalho dele, ou seja, eu acho que é um conselho que está muito perdido. Claro, tem feito ações importantes, tem tomado decisões importantes, mas eu acho que o Conselho não conseguiu ganhar uma celeridade de trabalho que revertesse em uma grande produtividade, principalmente em relação aos projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Por exemplo, quando a gente assumiu este mandato, a Secretaria fez um levantamento de uns 400, 500 projetos. O próprio companheiro ali dizia que havia muito mais de 400 ou 500 projetos. E o que aconteceu? Fomos criando seminário um atrás do outro – e aqui há muitos que acho até desnecessários –, um atrás do outro, e as comissões morreram, as comissões não estão trabalhando. As comissões não estão se debruçando sobre os projetos das suas respectivas áreas e trazendo relatórios mensais para que os conselheiros possam desenvolver uma opinião e até tomar uma decisão.

Por exemplo, na minha opinião, é incabível a gente começar uma reunião do Conselho sem uma atualização do que está tramitando no Congresso, sobre o que temos de nos debruçar para tomar uma decisão, e somos atropelados. Somos atropelados pelo Senado, somos atropelados pela Câmara e temos de sair correndo atrás, soltando notinhas. Ou seja, o Conselho deixa de ter uma participação ativa. E quem passa a ter uma atuação ativa? Aquelas pessoas que já têm uma representação de entidades fortes, que já têm um contato no Congresso, que resolvem os seus respectivos projetos. Mas aquilo sobre o que o Conselho tem de se debruçar, que são os grandes projetos de interesse da sociedade, passando principalmente pelo princípio da cidadania, da ética, aqueles grandes projetos sociais – e aí eu acho que a Maria coloca isso com muita presteza –, essas coisas não estão sendo debatidas. Então, nós matamos as comissões. Elas não se reúnem, até porque as nossas reuniões são mensais, porque o tempo das comissões foi tomado pelos seminários. Então eu acho que essa coisa de seminário teria de ser revista.

Por exemplo, sobre o trabalho. Todo seminário tem a íntegra da taquigrafia. Então, qualquer coisa que vem em relação a seminário já tem de ser proposta concreta, e não uma descrição do que foi o seminário, porque isso está na taquigrafia. Isso está lá de forma muito mais clara do que em um mero relatório, porque o relatório acaba, de alguma forma, sendo um pouco a opinião de quem está o escrevendo, parte pri de quem está escrevendo o relatório. São bons relatórios, mas não é um consenso necessariamente de todo o Conselho. Muitas vezes, nós até aprovamos, porque não há tempo para discutir. Então, eu acho que urgentemente temos de resgatar o papel das comissões.

O seminário da RTV, esse sim, tem de ser feito, porque estamos com um problema na mão para formular. Então, vamos fazer uma audiência pública, para que comecemos a formular... Não sabemos nem por onde começamos, não é isso? A ideia da audiência pública é essa. Então esse seminário, sim, tem sentido. Mas fazer seminário solto, só para termos informações sobre problemas gerais...

Acho que temos de ser mais prudentes nisso e fortalecer as comissões. Acho que essa é a questão que a Maria José levanta e, na minha opinião, todo projeto, toda proposição tem de passar por sua comissão específica. A gente só tira comissão especial se for uma emergência brutal, que tem de ser resolvida em dois ou três dias. De resto, as comissões têm de funcionar ou presencialmente, o que seria muito interessante, todo mês, ou agilizando essas reuniões virtuais. Agora, as comissões têm de ser fortalecidas,

se não o Conselho vai perder o foco e não vai chegar à conclusão, vamos dizer, coletiva que a gente espera deste colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, conselheiro.

Só lembrando, esse item é o próximo item que vamos discutir, que é exatamente o trabalho das comissões. Estamos quase caminhando para um encerramento. Então, eu queria propor uma solução minimalista. Acho que não vale deliberarmos agora sobre os procedimentos de trabalho do próprio Conselho. Eu acho que o recado que o Conselheiro Davi deu é importante, lembrando que o Conselho é movido pelos seus conselheiros. Então, acho que cabe a cada um dos integrantes das comissões, vamos dizer, ter a iniciativa de conduzir e convocar os trabalhos de cada comissão.

Como vimos hoje, acabaram os seminários. Os seminários agora estão encerrados, de forma que, por exemplo, na manhã da próxima reunião, teremos espaço para reunião de duas comissões, da reunião seguinte para mais duas comissões. Então, há aí a abertura para a aceleração e organização dos trabalhos do conselho.

Dito isso, eu queria só propor a questão de encaminhamento que seria a seguinte: o que a gente discutiu aqui hoje vai ser objeto da Comissão de Publicidade e Propaganda na manhã da próxima reunião do Conselho de Comunicação Social. Essa é a única deliberação que acho que vale a pena tomarmos hoje.

Estão de acordo? Podemos deliberar nesse sentido?

Depois, no âmbito das próximas reuniões, fazemos um esforço até de organizar qual é o caminho procedimental, se propomos requisições ou não. Eu acho que não cabe agora, com 45 minutos de tempo e ainda a agenda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – O Regimento é complexo. Eu estava até, como advogado, tentando achar uma solução certeira, única, mas essa solução, infelizmente, Conselheiro Araújo Lima, não existe. Então, depois eu vou me debruçar no Regimento e propor, eventualmente, uma interpretação.

Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – A sugestão que eu dei, inclusive, o Regimento – não estou com ele aqui, agora –, de maneira simplificada e minimalista, designa que, nos relatórios, deve ser feita a designação de um relator, a comissão de relatoria ou a própria comissão temática o faz. Então, a proposta que aqui fiz está muito em linha com isso, ou seja, não importa o tema, se houver necessidade de relatório e encaminhamento, que se designe o relator ou a comissão de relatoria. Basicamente é isso. Não é um tratamento especial ao seminário, mas é que também, se houver necessidade, em algum seminário, de um relatório, que se faça pela maneira prevista no Regimento. Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito. Obrigado.

Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu tenho uma sugestão prática, inspirada aqui nas práticas das Casas, que seria a Presidência designar o comitê que – no caso de o Conselho decidir que deve haver um relatório, uma proposição, uma análise – faria isso. Nós temos comitês que enquadram qualquer assunto desses que nós temos debatido.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Tem toda razão.

Então, acho que fica a chamada. Com isso, acredito que encerramos a discussão desse item e podemos avançar.

Já entrando no item seguinte, porque tem tudo a ver com isso, fica encerrada, então, a Ordem do Dia que estava prevista para esta reunião. Passamos, inclusive, para o próximo ponto, que tem relação com isso, que é o relatório de andamento dos trabalhos das comissões temáticas.

Esses relatórios vão ser proferidos pelos coordenadores, nos termos do art. 39, §6º.

Eu lembro que o horário da manhã do próximo dia 2 de maio, mais uma vez, está disponível. Já temos uma comissão com reunião marcada. Os coordenadores de comissão que quiserem marcar outra reunião para esse horário...

Conselheiro Nascimento, qual é a sua comissão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Comissão de Conteúdos.

Então, já estamos com duas comissões marcadas para a próxima reunião. Dá para fazer até três, de uma hora. Fica mais apertado, não é? Eu acho que é difícil. Que dia é a próxima reunião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Dia 2 de maio. Vamos deixar duas reuniões, porque senão vai ficar muito apertado, são muitos temas. Pelo rodízio... Mas aqui já está precluso, porque já deliberamos com relação às próximas. Mas fica a tarefa de já pensarmos para as próximas reuniões. Em junho, julho os seminários terão acabado. Então, as comissões podem se reunir, lembrando que também podem se reunir com a ferramenta virtual. Se houver necessidade e vontade, acredito que essa seja uma boa... Eu vou já estabelecer: Publicidade e Propaganda às 9 horas e a reunião da Comissão de Conteúdos às 10h30. Pode inverter?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – A Conselheira Patrícia gostaria de...

Conselheiro Roberto Franco, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Para mim não há problema. Posso qualquer hora.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pode falar Conselheiro, por favor.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Nós havíamos aprovado em consenso a reserva de uma data para se fazer o tema. Então, apenas como sugestão: que as duas próximas reuniões tratem das comissões e a terceira reunião já fique reservada para o assunto de retransmissoras.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Bom, a proposta do Conselheiro Roberto Franco é que as próximas duas reuniões sejam reuniões de comissões e a terceira, então, fique reservada para o seminário RTV, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Isso. Então, fica decidido esse encaminhamento.

Bom, a Comissão de Tecnologia... Quer que inverta? Vamos ser gentis com a Conselheira Patrícia e fazer a inversão de pauta. A comissão de Conteúdo às 9 horas e a Comissão de Publicidade e Propaganda às 10h30. Está ótimo! Então é a pessoa certa.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheiro.

O SR. DAVI EMERICH – Eu queria lembrar também que nós não chegamos a deliberar, mas a deixar pelo menos acertado que as comissões que se reúnem em um determinado mês perdem a preferência para o mês seguinte e aquelas que não se reuniram ficam com a preferência.

Eu queria só lembrar que existem algumas comissões que estão um pouco atrasadas, Publicidade e Propaganda é uma delas, pelo número de projetos que a gente vai ter que analisar. E nesse caso, se alguma outra comissão abrir mão no mês seguinte, a gente também tem interesse em se reunir mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Só registrando e fortalecendo o que o Marcelo está dizendo, quando o Presidente propõe uma comissão, para não ficar uma coisa perdida, eu vou estar sempre pronto para poder ajudar este Conselho. Então, caso essas que demoraram ou que têm dificuldade queiram trocar, não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Perfeito.

Obrigado, Conselheiro Nascimento.

Com isso, acredito que nos desincumbimos dessa discussão. Não há necessidade de relatar a reunião da Comissão de Tecnologia porque já foi relatada. E parto, então, para a reta final da reunião, que são as comunicações dos Conselheiros.

Passamos a essa fase de comunicações, de acordo com o art...

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não, Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH – Em relação a essas comissões, eu proporia ao Presidente que conversasse com a assessoria, e aí não é jogar trabalho para a assessoria, porque o pessoal também tem muitas outras coisas e seria um despropósito a gente dar um trabalho além do que o pessoal pode fazer... Nós distribuímos uns 400, 500 projetos depois para cada comissão escolher. E esta discussão não andou: quais projetos iriam para qual comissão. Eu pergunto o seguinte: é provável, tem algum programa que nos permita ter uma visualização permanente de como esses projetos estão, a tramitação desses projetos? Há alguns programas aqui no Senado, na Câmara acho que também, que nos avisam onde está o projeto. Dá para a gente pensar num negócio desses? Sem muito trabalho para a secretaria.

Porque acho que este Conselho não tem, a não ser, por exemplo, o nosso companheiro lá, certamente todo mundo tem os seus projetos de interesse próprio, e eles vão acompanhar, claro, cada área vai acompanhar o seu projeto específico, mas o Conselho, parece-me, não tem uma ideia geral de como as coisas estão andando no Congresso. Então, se pudéssemos trabalhar isso e ter essa informação periódica, acho que seria interessante.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado, Conselheiro.

O Walmar está me avisando que, do ponto de vista tecnológico, há uma ferramenta que permite isso, que é o sistema de *push* da Câmara e do Senado, em que você pode fazer uma assinatura por RSS. Você se cadastra e pode acompanhar inclusive a tramitação dos projetos de lei. Para muita gente ainda é inacessível. Com certeza essa tarefa de monitoramento fica dividida entre nós, Conselheiros, e, na medida do possível, também com a Secretaria. Mas acho que é uma tarefa que acaba sendo coletiva. De qualquer forma, sob o ponto de vista da ferramenta técnica, existe essa ferramenta e basta fazer uma assinatura. Quando eu digo assinatura é baixar um programa que acompanha automaticamente a tramitação nas Casas. Acho que é basicamente isso.

O SR. DAVI EMERICH – Acho que as comissões tinham que fazer esse acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Sim, faz sentido.

Estamos na fase de comunicações dos Conselheiros.

Conselheiro Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Na 5ª Reunião Ordinária, em 9 de novembro de 2015, nós fizemos uma audiência pública em que a Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro, ao tempo Presidente do Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicação, teve a oportunidade de me alertar para um equívoco que eu cometia. Ela disse: "A EBC não é TV do governo, não fale mais TV do governo, por favor, porque se o senhor continuar falando assim, o senhor vai desmoralizar todo o esforço do Conselho Curador ". Eu concordei com ela, aquiesci. Ela tinha razão na sua ponderação. Era preciso preservar o patrimônio que representa para o Estado brasileiro a Empresa Brasileira de Comunicação.

Sem prejuízo da ponderação da fala da Conselheira Ana Fleck, também o Conselheiro Cortizo alertou, naquele mesmo dia: "A TV é pública, mas não é pública; ela é governo, mas não é governo. Mas é o governo quem dita as normas. Foi uma intransigência da empresa, que não é governo, mas ouve o que o governo diz. Você não pode dar mais do que isso. Lamentável", disse o Conselheiro Cortizo. Fiquei com isso em mente e, lendo a ata de reunião do Conselho Curador da EBC, realizada em 24 e 25 de fevereiro, fiquei entristecido, e acredito que a Conselheira Ana Fleck ficou tão triste quanto eu, ao verificar que se esperava com grande ansiedade a chegada do Ministro Edinho Silva, Ministro da Secretaria de Comunicação Social, justamente para contar ao Conselho o que iria acontecer com a EBC, a Empresa Brasileira de Comunicação. Ou seja, a empresa, que não é do Governo, dependia da presença do Ministro para poder saber do seu futuro.

O Ministro afirmou que os governos passam, em momentos de crise, por restrições orçamentárias e que a EBC está sujeita a isso tudo. E desafiou o Conselho a mostrar resultados, porque as adversidades são naturais de um governo. Ou seja, a EBC, com o seu futuro amarrado a um governo.

Conselheiros se pronunciaram, como a Conselheira Akemni Tahara, contra o aparelhamento da EBC, com a ocupação de cargos de chefia por indicações políticas. Apontou ainda o predomínio dos interesses da comunicação estatal no noticiário da Casa. Pleiteou uma quarentena entre pessoas que trabalham na Secom, a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, para atuar na EBC, porque ela via acontecer – e eu gostei da metáfora dela – uma coisa muito chocante, muito degradante para a independência da Empresa Brasileira de Comunicação, ela disse: "É como se houvesse uma porta giratória: sai da Secom, vai para a EBC, e vice-versa." Ou seja, a EBC se tornou, não como gostaríamos, eu e a Conselheira Ana Fleck, uma TV do Estado, mas uma TV estritamente governamental. A própria Ana Fleck, nessa reunião do Conselho Curador da EBC, pergunta: "Ministro, qual é o projeto que o Governo tem para a empresa?" Ou seja, é quase uma rendição ao fato de que a EBC não é mais uma empresa do Estado brasileiro, e sim uma empresa do Governo, que estaria ali de plantão.

A Presidente da empresa, Rita Freire, afirmou que as questões foram colocadas, sobre o jornalismo e a acessibilidade... Eu aciono com a Secom, a Secretaria de Comunicação do Poder Executivo, por causa dos cortes orçamentários previstos, que inviabilizariam o financiar projetos na área de jornalismo e de acessibilidade.

Então, o discurso do Ministro Edinho Silva, completamente comprometido com a condução das coisas da EBC, preocupado com a restrição orçamentária, na verdade trata a EBC como a empresa do Governo, e não como a empresa do público ou como a empresa do Estado brasileiro.

Eu faço esse registro, porque insisto: tinha razão a Conselheira Ana Fleck, ao fazer a ressalva e a reserva de que a EBC não deveria ser a empresa de televisão do Governo brasileiro, mas ela virou a empresa do Governo brasileiro, e isso no pior dos momentos, que é o momento de escassez de recursos. Então, ela é dependente de um governo que sofre uma crise fiscal. Isso compromete completamente o cumprimento de sua missão. E o registro, perante o Conselho de Comunicação Social, é muito importante.

A EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) está sem dinheiro para cumprir sua missão e completamente subordinada, constituindo-se numa porta giratória entre a Secretaria de Comunicação e ela mesma, para o trânsito político e não para o cumprimento da sua missão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro.

Pergunto se algum outro Conselheiro tem comentário a fazer. (*Pausa.*)

Ah, tem outro? Pode aproveitar. Quer já aproveitar, para... Pode ir. Vamos lá. Vamos lá.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. (*Risos.*)

Eu queria lembrar que está em andamento uma consulta pública, pelo Ministério das Comunicações – nós já conversamos sobre isso. Ela trata da revisão do modelo de prestação de serviços de telecomunicações. E me constrange, como eleitor – menos como Conselheiro e muito mais como eleitor –, que possa um Ministro das Comunicações dar sequência a essa consulta pública nesse momento de tamanha conturbação.

O Poder Executivo tem hoje um compromisso com a sua subsistência, com a sua sobrevivência, e a pressa do Ministro – sobre a qual já me referi aqui em reuniões anteriores – é muito grave. Faço esse comentário para ponderar, com cada Conselheiro, essa tem sido a minha conduta, que é importante que nós acompanhemos o que será feito em relação à revisão do modelo de prestação de serviços de telecomunicações, porque ela pode viabilizar, mas também pode inviabilizar instrumentos cruciais para que a comunicação se dê, como seja: a existência de redes interoperáveis, a existência de redes neutras e a garantia de acesso de todos às novas redes digitais de telecomunicações.

E como última anotação, se o senhor me permitir, Presidente, eu queria saudar a iniciativa do Conselheiro Davi Emerich de dividir conosco o discurso que o Presidente Barack Obama fez recentemente no chamado Toner Prize. Ele faz uma avaliação crítica do estado atual da mídia americana, que, certamente, é pertinente com o estado da mídia no Brasil, evidentemente. Não tenho nenhuma razão para acreditar que o Presidente Obama fosse um bom crítico. Eu esperaria dele outras coisas, não uma avaliação precisa sobre o estado da mídia. Mas a sugestão do Conselheiro Emerich foi muito boa. Ele faz uma análise, como disse, muito ponderada, indicando o seguinte: nestes tempos em que a cobertura jornalística e a mídia se orientam pelo número de *likes* e *tweets*, provavelmente a mídia está de costas para a verdade e para a análise profunda e, usando um anglicismo que é pertinente, já que falamos de um discurso de Barack Obama, a tal da *accountability*, que é a obrigação dos homens públicos de prestar conta para os eleitores e a obrigação da mídia de tomar conta dos homens públicos, enquanto a mídia estiver preocupada com *likes* e *tweets*, não estará dando conta da sua missão. E esse

alerta, vindo do Presidente dos Estados Unidos, chamou-me a atenção. A entrevista vale a pena ser lida, com menções à entrevista coletiva com Raul Castro, diálogos com o Presidente da Rússia, Putin, um texto divertido, surpreendentemente interessante e útil como análise do estado da mídia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Outras comunicações.

Por favor, Conselheiro.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Bom, quero dar conta da missão que me foi dada de entrar em contato com a Unesco em Paris para ver o interesse, a viabilidade de nos encontrarmos com representantes da Unesco no seminário que programamos para o dia 7 de novembro. Quem se dispõe a vir é o Sr. Otto Geisler, Coordenador de uma área chamada Media and Information Literacy, que estará na USP na semana anterior para um seminário internacional com representantes de 40 países para discutir esse assunto.

Trazer esse seminário aqui acredito que seja muito importante para nos colocarmos a par do movimento internacional em torno desse tema, que é o tema da alfabetização midiática e informacional, que diz respeito à educação formal, não formal, por exemplo, à utilização do audiovisual em sala de aula, é um pedaço do mercado que está aí para o cinema, inclusive, para o espaço escolar, mas, especialmente, no âmbito da cidadania. Os jornais brasileiros, por exemplo, 34 deles, se não me falha a memória aqui, dispõem de um programa chamado Jornal na Escola, que é uma relação muito íntima e profunda do jornal com o sistema educacional. São temas e subtemas que são trabalhados no mundo inteiro e que poderemos, então, discutir aqui nesse seminário previsto para o dia 7 de novembro.

Adiantei ao Sr. Presidente que, sobre o pensamento a respeito de personalidades brasileiras, aguardaríamos um pouco o andamento das questões políticas, porque nos interessaria que viessem pessoas que estejam envolvidas naquele momento, em novembro, no final do ano, diretamente com essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheiro.

Acredito que seja do interesse do Conselho a realização do seminário, já ficamos com a data pré-marcada, eu havia até conversado e sugerido que o Conselheiro se sentasse à Mesa também presidindo os trabalhos. Então, acho que é um seminário muito importante, especialmente a interação com a Unesco. Acho importante para o Brasil participar dessas discussões também no plano internacional.

Dito isso, passo a palavra para a Conselheira Maria José, pedindo perdão pela inversão, acabei me perdendo aqui nas minhas anotações.

Obrigado.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Não tem o menor problema, Sr. Presidente. Obrigada.

Inscrevi-me para fazer um breve comunicado, mas, antes, eu queria fazer o registro de que o Conselheiro Ceneviva nas suas colocações finais faz muitas provocações. E nem me inscrevi para o debate porque senão teríamos que reabrir a sessão do Conselho, porque teríamos muitas coisas a debater, inclusive o caráter público que os meios de comunicação têm que ter, não apenas os mantidos pelos governos, mas os meios de comunicação de modo geral.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Um aparte?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Um aparte, Conselheiro.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – A ideia não era fazer polêmica, mas, se polêmica houver, entendo que tem de ser pauta para nós. Obrigado.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – É claro que tem de ser pauta para nós a questão da EBC, da constituição de uma empresa pública de comunicação no Brasil financiada com recursos públicos. Isso, sim, é pauta para nós, assim como o caráter público de todas as empresas de comunicação de massa, inclusive as privadas.

Mas eu me inscrevi, e também tem relação com o que o Conselheiro Ceneviva levantou, para dizer que a Federação Nacional dos Jornalistas tem se manifestado nos últimos meses preocupada com a situação do jornalismo no Brasil. É muito bom que a gente veja uma crítica pública de alguém que, obviamente, não tem nenhum interesse corporativo, da categoria dos jornalistas, como o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, porque muitas vezes somos acusados de corporativistas quando fazemos críticas aos veículos de comunicação do Brasil que fazem jornalismo e reivindicamos para nós, jornalistas, a prerrogativa de autonomia no nosso trabalho e de efetivamente utilizar o código de ética do jornalismo brasileiro como parâmetro para a produção jornalística.

Nós temos feito essa crítica nos últimos tempos em relação ao papel que a mídia tem assumido na crise política brasileira. Tivemos a felicidade de, nesse fim de semana, receber o apoio, através de uma moção da Federação Internacional dos Jornalistas, um documento que foi entregue a todos vocês. A Federação Internacional dos Jornalistas reuniu o seu comitê administrativo e o seu comitê executivo nesse fim de semana em Bruxelas. A Federação Nacional dos Jornalistas esteve representa pelo Celso Schröder, por isso ele não está aqui hoje, está retornando de Bruxelas hoje. Nós tivemos a felicidade de ter, vamos dizer assim, a situação da mídia brasileira discutida no Comitê Executivo da FIJ e a aprovação dessa moção que todos vocês receberam, que é uma moção em defesa do jornalismo e da ética no jornalismo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Muito obrigado, Conselheira.

Conselheira Patrícia Blanco, depois Conselheiro Ceneviva.

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, é mais um questionamento do que uma consideração. Eu tinha proposto, há duas reuniões, a realização de uma cerimônia comemorativa do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, no dia 3 de maio. Eu gostaria de saber do *status,* pois não acompanhei o andamento disso. A sugestão é que convidássemos para a reunião ordinária do dia 2 de maio o representante da Unesco para que ele pudesse, junto com o Conselho, comemorar essa data tão importante e também fazer uma manifestação pública do Conselho, em homenagem ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, colocando as nossas ponderações e preocupações com relação a tudo o que a Conselheira Maria José disse, da violência e da ameaça aos jornalistas e a todas as questões que são relevantes para nós na comemoração dessa data mundial.

O SR. DAVI EMERICH – Sr. Presidente, com a autorização talvez da Maria José, se fosse possível, incorporar aos anais, na fala dela, a nota, apesar de estar em inglês. Não sei se é possível fazer uma versão, mas, de qualquer forma, incorporar no discurso da Maria José.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está bom.

Respondendo à Conselheira Patrícia Blanco, ainda não está pautado, mas não vejo nenhum problema em pautarmos. A questão seria se a gente delibera e a Secretaria faria o convite. A Conselheira poderia indicar depois quem seria o representante da Unesco que estaria conosco, somente para marcarmos a data? Imagino que esse assunto não terá nenhuma objeção. A ideia seria, então, trazer o representante da Unesco para abrir a reunião conosco, eu imagino que por 15 minutos. Aí nós faríamos um...

A SRª PATRÍCIA BLANCO – Na verdade, acho que isso já tinha até sido aprovado na reunião, Sr. Presidente. Eu fiquei sem o encaminhamento desse assunto. Eu me lembro de que o Presidente Cançado tinha acatado a sugestão e ficado de marcar para o dia 2. A ideia, recapitulando, é convidar o representante da Unesco para vir aqui, do sobrenome dele eu não me recordo, mas o primeiro nome é Lucien; agora, realmente, me fugiu o sobrenome dele.

A Unesco criou, há 20 anos, essa data comemorativa do Dia Mundial da Imprensa. Então, é para se fazer uma manifestação para que o Conselho possa se colocar como um órgão que também participa dessa comemoração.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está bom.

Então, eu só pediria para, depois, passar o nome do representante da Unesco, e a Secretaria irá encaminhar um pedido a ele, com convite, para que a gente celebre essa data na abertura da próxima reunião.

Obrigado, Conselheira.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Eu vou pedir licença para me retirar porque eu tenho que me deslocar para o aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Pois não.

O SR. ROBERTO DIAS LIMA FRANCO – Peço desculpas e licença a todos para que eu possa me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Está desculpado.

Obrigado, Conselheiro.

Conselheiro Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Li o texto da International Federation of Journalists e confesso-me, ao mesmo tempo, chocado e ofendido. O texto cita a Fenaj, com quem às vezes eu concordo, de quem às vezes eu discordo, mas, de qualquer maneira, com quem eu tenho enorme satisfação e orgulho de estar ombro a ombro discutindo os temas da comunicação. Mas manifesto, como disse, sentir-me ofendido e o meu desapontamento quando uma instituição estrangeira afirma e diz aqui que "reconhece que os direitos democráticos brasileiros e a liberdade de expressão estão sob ameaça."

Eu, que sou eleitor neste País, que sou cidadão deste País, tenho grande orgulho, tenho dito, em conversas paralelas, a minha convicção de que não há nenhuma democracia mais sólida e mais efetiva do que a democracia brasileira dos dias de hoje.

Enquanto nós estamos aqui discutindo a nota de estrangeiros que não conhecem a nossa vivência, que não desfrutaram da oportunidade de eleger livremente, numa apuração de poucas horas, com mais de 50 milhões de votos, Presidentes da República nos últimos 10 anos; enquanto estrangeiros têm palpites para dar sobre uma democracia que processou, condenou e encarcerou os homens mais poderosos do partido mais poderoso enquanto estavam no poder – nenhuma democracia do mundo fez isso –, vêm forasteiros querer dar palpites no que nós fazermos, no que nós deixamos de fazer.

Diferentemente do que muitos dos nossos, diferentemente, quem sabe, dos telespectadores, eu não tenho complexo de vira-lata. Eu tenho a convicção muito sólida de que não há democracia mais sólida e mais funcional do que a democracia brasileira neste instante, por mais que nós nos desapontemos com o fato de que há malfeitos pelos seres humanos.

Essa democracia que se afirma ter a liberdade de imprensa ameaçada, essa democracia cujos direitos estão ameaçados, acaba, por meio da imprensa, de revelar o discurso do Vice-Presidente da República de quando ele tomar posse. Essa democracia desses belgas – ou quem quer que sejam lá os demais membros dessa associação – desconhece que pronunciamentos oficiais e extraoficiais das autoridades mais importantes da República chegam ao conhecimento do público. O leitor talvez até esteja cansado, exausto de tanta informação, mas, insisto, neste instante, essa tal democracia ameaçada é uma mentira. A nossa democracia não está ameaçada. Parece ser ameaçada quando vêm estrangeiros querendo dar palpite nas nossas coisas. Acaba de se revelar, insisto, discurso do Vice-Presidente Michel Temer para tomar posse depois do impedimento da Presidente da República. Será que isso acontece na Bélgica? Será que isso acontece na Inglaterra, onde o jornal News of the World grampeava a família britânica, onde o jornal News of the World propiciava chantagem contra o primeiro-ministro e cuja presidente acabou de tomar posse, de novo, em dezembro de 2015, tendo sido afastada pelas barbaridades e pelos crimes que cometeu? Será que a democracia americana que o Presidente Obama critica no seu discurso devia ser o nosso espelho? Eu entendo que não. O Brasil não é o país dos nossos sonhos, mas é hoje a democracia mais sólida que há no mundo civilizado.

De tal maneira que a nota aqui que a Federação Internacional dos Jornalistas publica, por melhor intencionada que possa estar, constitui-se numa ofensa para a maior e mais sólida democracia do mundo. Ninguém pratica a democracia com solidez das instituições, com interação das instituições, com uma desesperada e angustiante eficiência das instituições como a democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero dizer que a Federação Internacional dos Jornalistas representa jornalistas de 43 países do mundo e que, ao se manifestar sobre o Brasil, não se tratou de uma manifestação aleatória de pessoas de outros países que falam sobre o Brasil. Tratou-se de uma manifestação com base nas informações da Federação Nacional dos Jornalistas.

Para nós, Fenaj, existe uma tentativa de golpe em curso, e isso é um, vamos dizer assim, grande abalo à democracia brasileira. Então, se se constituir de fato – e esperamos nós da Federação Nacional dos Jornalistas que não – a efetivação dessa tentativa de golpe em curso, a democracia brasileira vai estar, sim, prejudicada e muitíssimo ameaçada, assim como a liberdade de expressão e de imprensa.

Se nós temos uma liberdade de imprensa garantida pelo Estado brasileiro, a liberdade de expressão não está efetivamente constituída no Brasil. Nós temos vozes e vozes e vozes que não têm direito a se expressar, e o que estamos vendo, nos últimos tempos, no Brasil, é infelizmente manipulação da informação, linchamentos midiáticos, prejulgamentos e toda sorte de desinformação à população brasileira.

Então a manifestação da Federação Internacional dos Jornalistas é extremamente pautada pelas informações da Federação Nacional dos Jornalistas brasileiros (Fenaj), que está aqui, neste Conselho, representando os jornalistas.

E, como o Conselheiro Ceneviva disse, não é a primeira vez que nós vamos discordar. E discordamos democraticamente e esperamos poder continuar podendo discordar democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Conselheira, muito obrigado.

Conselheiro Marcelo Rech, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO RECH – Bom, eu estou querendo evitar entrar nessa discussão específica aqui, porque senão vamos ficar até as 22 horas, mas, discordando e respeitando obviamente o que a Conselheira Maria José mencionou – e essa é a beleza da liberdade de expressão, podemos expressar abertamente –, eu li com preocupação o que está escrito – talvez eu tenha traduzido mal.

O Comitê Executivo da Federação Internacional dos Jornalistas, da qual eu sou parte, porque sou jornalista – nunca fui nada além de jornalista –, vê com extrema preocupação os acontecimentos que ocorrem no Brasil, em particular relatos de que seções ou pedaços, partes da imprensa abandonaram o seu papel independente, o que tem levado a ataques violentos contra jornalistas e liberdade de imprensa.

Se eu estou entendendo bem aqui, estão justificando, de certa forma, os ataques à liberdade de imprensa e aos jornalistas. Quero ter interpretado mal isso aqui; gostaria de estar interpretando mal, porque, se é isso, quer dizer, se há uma justificativa para que se ataque a liberdade de imprensa e os jornalistas, por uma posição política de pessoas, posição política de veículos que podem ser questionadas, mas são legítimas, nós estamos com um grande problema aqui.

Eu sou jornalista há 37 anos. Cobri o *impeachment* de Collor e fui responsável pela investigação da Operação Uruguai, que foi uma das razões diretas na derrubada do Presidente Collor. Naquele momento, ninguém questionava o papel da imprensa ativa na investigação, na cobertura e no *impeachment* de Collor. Aliás, muito mais ativa de que hoje. Hoje a imprensa está muito mais a reboque do Ministério Público Federal do que estava naquela época; muito mais a reboque das informações do Ministério Público Federal, que são levantadas, da Polícia Federal, das ações policiais e investigativas do Ministério Público.

Neste momento, eu fico preocupado, obviamente, com esse posicionamento da federação e espero que eu tenha me enganado na tradução aqui, que, de uma certa forma, justifica, então, o ataque – seja mídia de esquerda, seja mídia de centro, seja mídia independente. Quer dizer, isso aqui é uma justificativa para que se ataque, por exemplo, a mídia de esquerda, que tem abandonado o seu papel independente, que nunca teve um papel independente. Fico preocupado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Obrigado, Conselheiro.

Alguma outra manifestação?

Bom, em não havendo – foram debates muito importantes esses –, vou fazer uma manifestação minha agora não como Presidente, mas com o meu chapéu de conselheiro também, representante da sociedade civil, só fazendo notar que houve um fato que me preocupou essa semana, noticiado pela *Folha de S.Paulo.* Trata-se do caso que envolveu o blogueiro político Leonardo Sakamoto.

Independente da posição política de cada pessoa e da posição política dele, se o que a *Folha de S.Paulo* relata de fato ocorreu, sem haver prejulgamento, obviamente dando oportunidade de defesa a todas as partes, preocupou-me o fato de uma determinada empresa brasileira, por meio de um agente, ter comprado mídia na internet de forma obscura, sem que aquilo tivesse uma transparência pública, para divulgar informações que são falsas com relação ao jornalista, caluniosas, injuriosas, difamatórias e assim por diante. O fato foi noticiado pela *Folha*, tem matéria lá.

Como disse, não é minha intenção fazer qualquer prejulgamento nem, enfim, eliminar o esclarecimento posterior do caso, mas me preocupa sim. Acho que uma das discussões que tivemos aqui foi a liberdade ampla e irrestrita que os jornalistas têm de ter

– e por jornalistas entendemos comunicadores, blogueiros, outros profissionais da comunicação – o seu trabalho executado sem qualquer interferência, com absoluta liberdade, seja qual for a sua posição política, ideológica e assim por diante. Isso tem que ser garantido sempre. O mensageiro nunca pode ser afetado. Tem que se preservar sempre a liberdade do mensageiro.

Então, faço essa menção ao que aconteceu Leonardo Sakamoto justamente para sobrepor e deixar bem claro que todo comunicador tem que ter o direito amplo e irrestrito de não ter interferências no seu trabalho, desde que o trabalho seja lícito. Obviamente, acho bastante importante.

Essa é a minha comunicação pessoal.

Terminada as comunicações dos Conselheiros, pergunto se alguma entidade ou pessoa da sociedade civil presente gostaria de se manifestar, de acordo com o art. 39, §6º, inciso V, do Regimento Interno. (*Pausa.*)

Não havendo manifestações e atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 6ª Reunião, Ordinária, de 2016, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, já convocando a 7ª Reunião, Ordinária, de 2016, para o dia 2 de maio às 14 horas e reunião das comissões a partir das 9 horas.

SENADO FEDERAL CN - 46
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (6ª Reunião) 11/04/2016

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO

1. Lista de Presença;
2. Ofício 007/2016 do Conselho Curador da EBC;
3. Convite da Revista Imprensa;
4. Ofício 35/2016/SEI/PR-ANATEL;
5. Relatório do Conselheiro Marcelo Cordeiro sobre o Seminário “Restrições em Publicidade e Propaganda”;
6. Moção da Federação Internacional dos Jornalistas.

CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 6ª Reunião do CCS
Data: 11 de abril de 2016 (segunda-feira), às 14h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Marcelo Antônio Rech	1. Maria Célia Furtado
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão
VAGO	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

Ofício n.º.007/2016
Conselho Curador

Brasília, 18 de março de 2016

A Sua Senhoria a Senhora
SILVÂNIA ALVES DE AZEVEDO
Secretária do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezada Secretária,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue as atas com as deliberações da Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2016, na cidade de Brasília. As presentes atas foram aprovadas durante a Reunião Extraordinária, realizada no último dia 17 de março de 2016, em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

RITA FREIRE
Presidenta do Conselho Curador da EBC

Recebido na SAOP em 18/03/2016, às 15h58 - Carlos
50936

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

ATA DA 1ª PARTE DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO.

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às 14 horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros **Rita de Cássia Freire Rosa** (Presidenta), **Evelin Maciel** (Vice-Presidenta), **Edinho Silva** (Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência de República/SECOM), **Ana Luiza Fleck Saibro, Ana Maria da Conceição Veloso, Akemi Nitahara, Enderson Araújo de Jesus Santos, Ima Célia Guimarães Vieira, Isaias Dias, Letícia Luíza Yawanawá, Mário Augusto Jakobskind, Paulo Ramos Derengoski, Takashi Tome, Américo Martins,** na qualidade de Diretor-Presidente da EBC, **Mário Maurici de Lima Morais,** na qualidade de Vice-Presidente de Gestão de Relacionamento, **Asdrúbal Figueiró,** Diretor-Geral, **Ricardo Melo** (Diretor de Jornalismo), **Myriam Porto** (Diretora de Produção); **Joseti Marques** (Ouvidora). A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: **1** – Abertura, leitura e aprovação da Pauta da 1ª Parte da 60ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; **2** – Análise da atual conjuntura da EBC; **3** - Informes Conselho Curador. A presidenta **Rita Freire** abriu a 1ª Parte da 60ª Reunião Ordinária dando as boas-vindas a todos. A presidenta explicou que a reunião do Conselho Curador foi dividida em duas partes, uma no dia 24 de março e ou no dia 25 de março, e que esta primeira parte será dedicada ao tema da transição que a EBC está vivendo hoje e que esta antecipação também se deve a um encontro de agendas com o conselheiro, ministro da Secom, Edinho Silva, a quem agradeceu a presença na reunião. Antes de dar início à reunião a presidenta Rita freire passou a palavra para o Diretor-Presidente da EBC, Américo Martins, para fazer uma fala sobre o momento de transição da diretoria da empresa. O Diretor-Presidente da EBC, **Américo Martins,** informou que comunicou aos Conselhos da EBC e ao ministro da Secom, Edinho Silva, sua decisão em caráter absolutamente pessoal de deixar a presidência da EBC. Ele agradecer a toda a diretoria, todos os funcionários, os Conselhos a Presidente Rita e os vários amigos que fez durante estes seis meses,

e fez um agradecimento especial ao ministro Edinho Silva pela oportunidade que teve durante sua gestão. Se despediu de todas e todos dizendo que a empresa deve agora olhar para frente e agradeceu mais uma vez o empenho e dedicação de todos. A presidenta **Rita Freire** disse que o Conselho Curador recebeu com surpresa, inquietação e apreensão a notícia da saída do presidente da EBC, e do diretor-geral, o Asdrúbal Figueiredo, e que a partir disso o Conselho, nas suas atribuições, passou a discutir e a tentar esclarecer o que estava acontecendo, especialmente porque essa notícia nos veio através de notícias e especulações da imprensa. Reforçou que o Conselho tem uma atribuição legal, que é zelar pelo plano de trabalho, zelar pelas diretrizes e pela autonomia da EBC. Informou que foram feitas várias reuniões com a empresa, com a participação dos dirigentes demissionários e da secretaria-executiva, Regina Silvério, e com o ministro da Secom, Edinho Silva, que gentilmente nos recebeu em seu gabinete para levarmos um conjunto de preocupações do Conselho, relacionados a forma como a saída dos dirigentes se deu e foi noticiada. Nesta reunião, o ministro se comprometeu a participar da próxima reunião ordinária do Conselho Curador, e por isso, agradeço a presença aqui hoje do ministro para falar com a gente sobre esse momento que estamos todos vivendo na empresa e quais compromissos podem ser assumidos para traçar uma estratégia de estabilização e de defesa do plano de comunicação pública da EBC. O ministro **Edinho Silva** pegou a palavra, saudou a presença de todas e todos e agradeceu ao Américo Martins pelo papel que desempenhou frente a EBC. O ministro disse que a presidenta Rita Freire e ele conversaram longamente e que ele disse a ela que faria um esforço, mesmo nesse momento de, enfim, de muita turbulência, para estar aqui dialogando com o Conselho e para que pudesse tirar dúvidas ou para que nada infundado pudesse prosperar no Conselho. Segundo o ministro **Edinho Silva** a posição de deixar a presidência da EBC foi uma posição pessoal de **Américo Martins**, portanto, ele a respeita, entendo as questões pessoais que alegadas, e que agora devemos dar continuidade ao projeto, já que mudanças na diretoria são normais. O ministro reforçou que defende o projeto da EBC por ter acompanhado todo o processo de implantação da empresa e por ter colaborado muito na época de criação e implantação da empresa. Disse que se preocupa também com os rumos da EBC, porque os governos passam, e que só vamos efetivamente, fazer com que o projeto da EBC seja sólido, se ele tiver relevância social. Disse que sua maior preocupação é fazer com que a EBC aumente a sua capacidade de implantação social, aumente a sua capacidade de construir vínculos sólidos com a sociedade, para que ela efetivamente aumente a sua relevância social, portanto, que qualquer posicionamento de ataque ao projeto da EBC, a própria sociedade seja a principal defensora do projeto, que a sociedade brasileira seja a defensora do projeto. Disse que em momentos de crise como a que estamos atravessando restrições orçamentárias são feitas e a EBC evidentemente, está sujeita a tudo isso. Então, disse que temos que, cada vez mais, mostrar os resultados, mostrar a evolução do nosso projeto, mostrar o nosso potencial, mostrar que nós temos capacidade de avançar, para que também nós possamos ter força política para lutar contra as adversidades, que são naturais de um governo. O ministro disse

que vai trabalhar para que a EBC cumpra a sua função social, que aumente a sua capacidade de interação com a sociedade brasileira e que se torne fundamental para um projeto de Estado e de consolidação de democracia. O conselheiro **Paulo Derengoski** agradeceu a presença do ministro e disse que é preciso fortalecer as Rádios da EBC, especialmente a Rádio Nacional da Amazônia, pela importância que esta tem para o país. O conselheiro **Takashi Tome** disse que compartilha das preocupações do ministro e que lamenta a saída de Américo Martins pelo vasto conhecimento e experiência profissional que ele possuía. Em seguida o conselheiro disse que acha importante que a definição da escolha da presidência da EBC passasse por listas tríplices como forma de dar maior autonomia e segurança para este processo de escolha na EBC. Em segundo lugar, um olhar especial para as demandas dos empregados da EBC. E em terceiro lugar de maior divulgação da existência da EBC e de seus veículos para a sociedade brasileira. Em seguia a conselheira **Akemi Nitahara** disse que os funcionários fizeram uma carta sobre a atual conjuntura da empresa, mas antes disso gostaria de dizer que para melhorar a relevância da empresa no país é preciso melhorar a qualidade do sinal da TV Brasil e das Rádios EBC. Em seguida leu parte da carta dos empregados que segue abaixo: "Os trabalhadores e trabalhadoras da EBC, reunidos em Plenária Nacional nessa segunda-feira, em Brasília, São Luiz, São Paulo e Rio de Janeiro vem por meio dessa, mais uma vez, expressar preocupação com o atual momento de transições do comando da instituição, e requerer providências do Conselho Curador da EBC e do Governo Federal por meio do Ministro da Secom para que apliquem mecanismos concretos de preservação e fortalecimento da autonomia da empresa." Segundo **Akemi Nitahara**, existe a especulação de que a saída dos diretores da EBC tenham ocorrido por divergências com a gestão da Secom na condução da EBC, e por isso a preocupação dos empregados. Disse que as entidades representativas denunciam também o aparelhamento da EBC com a ocupação de cargos de chefia com muitos cargos políticos, o que foi a pauta central da greve dos trabalhadores em dezembro do ano passado. Segundo ela, esta interferência na gestão da EBC prejudica a isenção da produção dos seus conteúdos, com o predomínio dos interesses da comunicação estatal no noticiário da casa, além da maior demanda produtiva de veículos do executivo como a TV NBR e a Voz do Brasil. **Akemi Nitahara** também disse que os trabalhadores consideram grave a provável transmissão da série A 3 e A 2 do Campeonato Paulista de Futebol, sem que o Conselho Curador tenha conhecimento de um contrato para essa veiculação. Outra questão que os trabalhadores consideram importante é que haja uma quarentena entre as pessoas que trabalham na Secom para atuar na EBC e vice-versa, para não ocorrer como tem ocorrido muitas vezes a tal da porta giratória, sai da Secom, vai para EBC e vice-versa e também a divisão clara entre a área da EBC Serviços e os veículos públicos. Um ponto fundamental no jornalismo segundo a conselheira é que o Comitê Editorial seja efetivamente atuante, para um direcionamento claro que os empregados possam consultar. Em seguida a conselheira **Ima Vieira** lembrou que é uma das conselheiras mais antigas do colegiado nunca viu em todos esses anos uma preocupação tão grande

com relação à autonomia da EBC, e com relação ao Plano de Trabalho que é um dos principais instrumentos de monitoramento das ações de conteúdo da EBC. A conselheira disse que gostaria de saber do ministro Edinho Silva qual é a visão que ele tem para garantir esse caráter autônomo da EBC, com relação ao Governo Federal? Quais medidas, por exemplo, e que ações ele pretende tomar? Em seguida a vice-presidenta, **Evelin Maciel**, saudou todos os presentes e saudou em especial o diretor-presidente, **Américo Martins** e em seguida perguntou ao ministro Edinho Silva quais, na visão dele, são os papéis da empresa, do Conselho Curador, da presidência da EBC e da figura dele, enquanto Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Segundo a conselheira, seria importante ter o ministro num relacionamento mais próximo com o Conselho Curador, para atuar conjuntamente com o colegiado em temas de relevância para a EBC, como no caso do Plano Plurianual e da implantação da TV digital no Brasil, onde juntos, Secom e Conselho poderiam atuar em pró da comunicação pública numa constante parceria. Em seguida a conselheira **Ana Luiza Fleck Saibro** disse que se sente esperançosa com a dedicação do ministro Edinho Silva ao projeto da EBC, mas que gostaria de saber do ministro qual é o projeto que ele tem para a empresa? Quanto dos esforços, não somente financeiros, da Secom são despendidos na TV Brasil e quanto são despendidos na NBR? Em seguida o conselheiro **Isaías Dias** disse que considera importante o fortalecimento da EBC para que ela continue crescendo independente do governo federal que possa assumir. Falou também que considera crucial que a TV Brasil cubra os Jogos Paralímpicos de 2016 com closed caption, com áudio descrição e com tradução em libras. Em seguida a conselheira **Ana Veloso** disse que se sente contemplada nas apresentações e nos questionamentos dos demais conselheiros e conselheiras. Em seguida disse que é urgente que a EBC altere o modelo de aferição de audiência que possui hoje e que estimule a criação de uma nova metodologia junto com as universidades, com pesquisadores e pesquisadoras da comunicação pública para conseguir uma mediação mais qualitativa da nossa audiência da TV Brasil e das rádios. Em seguida a conselheira **Letícia Yawanawá** disse que é fundamental que a EBC tenha uma cota para a apresentação e divulgação de conteúdos sobre populações tradicionais e indígenas na TV Brasil e nos demais veículos da EBC e que tenha em seu corpo de empregados profissionais de diferentes etnias, garantindo uma equidade de raça e etnia entre os empregados. A presidenta **Rita Freire** então tomou a palavra disse que gostaria de enfatizar houve um seminário do Conselho Curador que fez um diagnóstico sobre o modelo institucional da EBC e que esses materiais foram encaminhados à SECOM dando muita ênfase na questão da autonomia da EBC em relação ao Governo Federal. Sobre a defesa da EBC, disse que também há uma demanda para que os trabalhadores concursados ocupem 70% dos cargos de confiança e que o próximo diretor-presidente da EBC venha comprometido com esse acordo. Disse também que as questões que foram colocadas sobre jornalismo e acessibilidade se relacionam com a Secom devido aos possíveis cortes orçamentários previstos que podem dificultar a estratégia de financiar os projetos e todo esse trabalho que é feito de definição de rumos na

programação. Outro ponto levantado pela presidenta **Rita Freire** foi a questão da regionalidade da programação, referindo-se a transmissão dos jogos de futebol do Campeonato Paulista, e a preocupação do Conselho Curador para que a abordagem regional seja uma abordagem não centrada na região sudeste, e que o Conselho deliberaria sobre este assunto no dia seguinte, na segunda parte da reunião. Por fim, lembrou a preocupação da conselheira **Letícia Yawanawá** com a garantia da diversidade na programação e no corpo de empregados da EBC. Com a palavra, o ministro da Secom, **Edinho Silva**, disse que antes de responder algumas questões, gostaria de contextualizar o debate que estava ocorrendo naquele momento. Segundo o ministro é importante ter perspicácia para fazer o debate de autonomia e ingerência da EBC, porque a autonomia não pode ser confundida com não compromisso político, do ponto de vista estratégico. A EBC, segundo ele, é uma decisão política, e foi criada por uma decisão política, de um projeto político. Então, se não tivermos clareza nesse debate, daqui a pouco nós inverteremos as posições, e nos tratando aqui como se um estivesse de nós estivesse de lado de um balcão e os outros de outro lado do balcão. O ministro disse que faz parte de um Governo que defende um projeto político que criou a EBC, que defende a EBC, e ele como Ministro disse que seu maior desafio é tirar o projeto da EBC do papel, ajudando ele a se consolidar no país. Segundo o ministro ele defende a autonomia da EBC e que ela tenha que ter relevância histórica, independente dos governos mas que isso não se faz por decreto, e sim, com construção política, de acordo com a importância que ela vai ter na sociedade. Segundo o ministro, ele não quer criar nenhum constrangimento para a Presidenta Dilma, ao analisar a história da TV Cultura percebe-se que ela perdeu muito a sua força no último período. Então, de acordo com o ministro, é preciso fazer uma conexão da programação da EBC com a sociedade real fazendo as mediações necessárias para que uma programação de qualidade faça conexão com a sociedade, com jornalismo de qualidade, que paute, que consiga efetivamente, desenvolver o senso crítico da sociedade, mas que é preciso fazer isso com audiência. O ministro falou sobre a dificuldade que foi para a TV Brasil transmitir o carnaval no ano e que se não fosse o envolvimento dele enquanto ministro, não teria carnaval sendo transmitido e indagou que se caso o Governo Federal não entrar nas negociações para transmissões das festas juninas ou do Festival de Parintins, será que as coberturas serão viabilizadas? Segundo o ministro, ele não quer discutir pauta no jornalismo, mas quer discutir o projeto da EBC, participar da formulação da elaboração do futuro deste projeto. Com relação a investimentos o ministro disse que assumiu o compromisso de melhorar a realidade da EBC em São Luis, no Maranhão, pela precariedade do local e das instalações e que fica mais fácil fazer o debate da melhoria dos investimentos da EBC em geral com números do resultado da audiência da TV Brasil como os do carnaval. Sobre o resultado das transmissões da Copa São Paulo de Juniores, com 70 times do Brasil, desde a região do extremo norte do Brasil, o extremo nordeste ao extremo sul, todo mundo queria ver a TV Brasil para se enxergar. Então, segundo ele, a EBC tem que transmitir as séries menores e também os campeonatos regionais. Sobre a implantação da rede nacional de comunicação

pública o ministro acha que é preciso uma política para esta implantação e que sem esses critérios não dá para discutir regionalização também. O ministro disse que gostaria de participar mais das agendas da EBC, mas que possui uma agenda muito corrida, e que gostaria também de receber uma comissão de empregados da EBC além de acreditar que os Conselhos da empresa são os instrumentos institucionais de defesa do projeto. O ministro falou também sobre a questão da campanha publicitária da EBC para a sociedade, mas que para lutar por mais recursos para essa estratégia, é preciso que a grade de programação refeita, para que a sociedade saiba exatamente que tipo de conteúdo acessar e os horários e traçar um plano de investimentos, ver quais as capitais que nós não entramos, que nós precisamos entrar. O ministro também disse não ver distinção entre TV Brasil, NBR, Agência, Rádio Nacional, porque seria uma fragmentação do projeto, que é imenso. A única coisa que ele tem pedido para a NBR é que ela tem que ter mais noticiário, mais notícia, ser mais informativa para além da transmissão das atividades do Governo Federal. O ministro disse que concorda com a sugestão envolvendo a questão das Paralimpíadas, mas lembrando das dificuldades que ocorrerão. Por fim, o ministro **Edinho Silva** disse que se dispõe a criar um calendário para tentar vir às reuniões do Conselho Curador, e que se tiver alguma questão a ser tratada em caráter emergencial terá toda a disposição em vir e se despediu da reunião agradecendo a oportunidade de estar presente na ocasião mas que deveria cumprir com uma agenda já marcada. A presidenta **Rita Freire** agradeceu ao ministro pela presença e pelos esclarecimentos e pela possibilidade de construção conjunta no projeto. Lembrou a todos e todas que a reunião seria retomada no dia seguinte, às 14h, e avisou aos conselheiros e conselheiras presentes para seguirem para a reunião conjunta das Câmaras Temáticas. Nada mais havendo a tratar, a presidenta **Rita Freire** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a primeira parte da 60ª Sessão do Conselho Curador. Para constar, eu, **Guilherme Strozi** secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes à reunião.

RITA FREIRE
Presidente

EVELIN MACIEL
Vice-presidenta

EDINHO SILVA
Ministro chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Conselheira

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira

ISAIAS DIAS
Conselheiro

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

LETICIA LUIZA YAWANAWÁ
Conselheira

AKEMI NITHARA SOUZA
Conselheira

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro

ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS
Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

TAKASHI TOME
Conselheiro

AMÉRICO MARTINS
Diretor Presidente da EBC

ASDRÚBAL FIGUEIRÓ JÚNIOR
Diretor-Geral

MARIO MAURICI
Vice-Presidente de Gestão de Relacionamento

JOSETI MARQUES
Ouvidora-geral da EBC

GUILHERME STROZI
Secretário Executivo do Conselho Curador

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1° subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

ATA DA 2ª PARTE DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO.

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às 14 horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros **Rita de Cássia Freire Rosa** (Presidenta), **Evelin Maciel** (Vice-Presidenta), **Juliana Agatte** (Representante do Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência de República/SECOM), **Pola Ribeiro** (Representante do Ministro da Cultura), **Paulo Gabriel Soledad Nacif** (Representante do Ministério da Educação), **Ana Luiza Fleck Saibro, Ana Maria da Conceição Veloso, Akemi Nitahara, Cláudio Salvador Lembo, Enderson Araújo de Jesus Santos, Ima Célia Guimarães Vieira, Isaias Dias, Joel Zito Almeida Araújo, Letícia Luíza Yawanawá, Mário Augusto Jakobskind, Paulo Ramos Derengoski, Rosane Maria Bertotti; Takashi Tome, Venício Arthur de Lima, Mário Maurici de Lima Morais,** na qualidade de Vice-Presidente de Gestão de Relacionamento, **Asdrúbal Figueiró,** Diretor-Geral, **Ricardo Melo** (Diretor de Jornalismo), **Myriam Porto** (Diretora de Produção); **Joseti Marques** (Ouvidora). A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: **1** – Abertura, leitura e aprovação da Pauta da 2ª Parte da 60ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; **2** – Leitura e aprovação da Ata da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Curador; **3** – Lançamento da 6ª edição da Revista do Conselho Curador da EBC; **4** – Análise da atual conjuntura da EBC; **5** – Análise e deliberação final do Plano de Trabalho da EBC para 2016; **6** – Relatório da Ouvidoria; **7** – Informes Câmaras Temáticas; **8** – Informes Conselho Curador; **9** – Informes Direção EBC; **10**. Outros Assuntos; A presidenta **Rita Freire** abriu a 60ª Reunião Ordinária dando as boas-vindas a todos. Antes da aprovação da pauta, o conselheiro **Paulo Derengoski** sugeriu dois assuntos a serem encaminhados à Diretoria de Jornalismo para serem inseridos no Fique de Olho: 1 - Os 71 anos da Tomada de Monte Castelo, que, segundo ele, a EBC teria material de divulgação; e 2 – Para atender sugestão do ministro Edinho que a Agência Brasil faça mais cobertura internacional e sugeriu contatos com a Russian Today e a Sputnik que, segundo ele, fazem boas reportagens e poderiam ceder sem ônus à EBC. Dito isso, a presidenta **Rita Freire** colocou a pauta em aprovação. Aprovada. Para o item 3 da pauta, foi chamada a jornalista **Priscila Crispi** para apresentar a 6ª edição da Revista do Conselho Curador da EBC que, por motivos logísticos, foi transferida para a segunda parte da sessão. Para o item 4 da pauta, Análise da atual conjuntura da EBC, a presidenta **Rita Freire** discorreu sobre a saída do diretor-presidente **Américo Martins** e do Diretor-Geral **Asdrúbal Figueiró**, enfatizando que uma das atribuições do Conselho Curador é defender a autonomia e defesa do projeto EBC e que os membros do Conselho Curador foram recebidos pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República, que foi convidado e compareceu à primeira parte da reunião do Conselho. A presidenta **Rita Freire** relatou que que foi um debate muito importante, trazendo, segundo ela, a perspectiva de futuro para a EBC e que algumas questões ditas pelo ministro Edinho deveriam ser mais debatidas, no que tange à definição de papéis, da presidência da EBC, relacionada à gestão, e do papel do ministério relacionado à defesa

do projeto da EBC. Segundo ela, essas definições são determinantes para a EBC. A conselheira **Rosane Bertotti** salientou a importância de entender a separação entre a comunicação pública e comunicação de governo e da urgência da definição do nome para a presidência da EBC. O conselheiro **Joel Zito** elogiou o presidente Américo pela forma como foi conduzida a presidência da EBC, principalmente em temas que lhes são caros, a diversidade racial, a cultura brasileira e o desejo de transformar a TV/Brasil numa televisão pública da sociedade brasileira. Nesse contexto, a conselheira **Akemi Nitahara** destacou que tratar a NBR e a Agência Brasil como se fosse um Projeto EBC único se constituía num grande equívoco e advertiu que é um erro confundir e tratar tudo como uma coisa só. A conselheira **Ana Veloso** salientou a importância da leitura de um documento feito durante seminário do Conselho Curador sobre o modelo de desenho institucional que a sociedade brasileira, representada no seminário, propôs para a EBC, como projeto de comunicação pública. A conselheira **Ana Fleck** argumentou que a discussão de definição de papéis é recorrente no Conselho Curador e que a vinda do ministro Edinho ao Conselho não dirimiu todas as dúvidas, e conclamou que seria preciso mudança na legislação para definir tais papéis. O conselheiro **Paulo Derengoski** salientou que a população precisa de transparência e credibilidade e que para isso seria importante a definição entre o que é público e governamental. Em razão do tema sobre o papel da EBC e da NBR, a conselheira **Rosane Bertotti** retomou a solicitação feita em reuniões anteriores para que fosse feito um levantamento do custo e do orçamento da EBC e da NBR e que fosse apresentado na próxima reunião do Conselho Curador. A conselheira **Ana Fleck** solicitou que um grupo de trabalho fosse formado para tratar do tema especificamente. A presidenta **Rita Freire** ponderou que o assunto poderia ser encaminhado a partir das discussões do Plano de Trabalho que já trabalharia com essa pauta. O conselheiro **Paulo Derengoski** argumentou que uma empresa pública só se firmaria diante da sociedade com audiência, seja no rádio, seja na Agência Brasil. Então haveria necessidade de desenvolver um trabalho jornalístico e de entretenimento de mais qualidade. A presidenta **Rita Freire**, ao concluir os debates, reiterou que o tema deveria continuar com o item 5 da pauta, análise e deliberação final do Plano de Trabalho da EBC para 2016, enfatizando que a questão entre EBC pública e EBC estatal deveria ser trabalhada também dentro do contexto Plano de Trabalho, pois a EBC, segundo ela, é um meio de comunicação e que teriam que trabalhar isso dentro da programação, com o apoio do Conselho Curador. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** contextualizou que o Plano de Trabalho foi aprovado na última reunião do Conselho Curador com ressalvas, com observações e demandas para a empresa. Nesse sentido, agradeceu à empresa que se dispôs a atender às demandas do Conselho e também ao Grupo de Trabalho, formado pelos conselheiros: Venício, Ana Fleck e Akemi, que ajudaram a intermediar a relação do conselho com o Plano de Trabalho. O conselheiro **Venício Lima** ponderou que o grupo constituído pelo conselho para fazer o Plano de Trabalho fez um trabalho minucioso, comparando-o com a segunda versão do plano em relação às demandas que já haviam sido apresentadas pelo Conselho, ponderando para a necessidade de os planos se atentarem para as funções legais, definidas pela lei, pela Constituição, que justificariam a própria existência da empresa, centrando na questão da comunicação pública. O conselheiro **Venício Lima** considerou que houve avanços na segunda versão do plano, porém manifestou-se preocupado com o atual momento no qual, concomitantemente, à discussão do Plano de Trabalho da EBC, a diretoria estaria sendo mudada, e lamentou que o ministro-chefe da Secom não tivesse a percepção das diferenças entre comunicação pública e comunicação estatal. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** fez o convite para que o Diretor-Geral **Asdrubal Figueiró** fizesse a apresentação do Plano de Trabalho. O Diretor-Geral **Asdrúbal Figueiró** salientou que o trabalho fora feito sobre as demandas do conselho, chamando a atenção para a situação orçamentária da empresa. Segundo ele, em 2014, o orçamento da Diretoria-Geral, onde estão as áreas de conteúdo, foi de cerca de 112 milhões. Em 2016, aprovado pela Lei de Orçamento Anual foi de 76 milhões, com a inflação de 2014 e 2015, haveria redução nesse percentual para 2016 de mais 40% para investimento em conteúdo, além do alto custo do dólar para onerar ainda mais o orçamento da Superintendência de Suporte. O Diretor-Geral **Asdrubal Figueiró** enfatizou que em 2015 houve uma perda de 20% entre o que foi previsto e liberado e que o esforço no Plano de Trabalho foi manter ao máximo os projetos prioritários. O conselheiro

Takashi Tome, em discussão sobre o plano, destacou que entendia a situação financeira crítica da empresa e que repassando as tabelas dos programas, eles foram categorizados em prioritários com possibilidade de execução, o segundo grupo com possibilidade de execução e o terceiro grupo sem previsão orçamentária, mas que alguns programas não deveriam estar no terceiro grupo, citando o programa Igarapé Mágico, pois, a programação infantil teria sido adotada como estratégica de atuação na EBC, bem como Samba da Gamboa, que, segundo ele, teria boa audiência. Por último, o projeto 019, programa "Ação Periferia", que estaria totalmente sem previsão orçamentária e era uma demanda colocada em audiência pública anos atrás, de que a EBC deveria dar maior atenção às periferias. O Diretor-Geral **Asdrúbal Figueiró** respondendo às ponderações do conselheiro, salientou que no caso Igarapé Mágico foi um equívoco, pois a segunda temporada estaria já sendo produzida. Quanto ao programa Samba na Gamboa, a sexta temporada também estaria sendo produzida, mas que estaria propondo a retirada do Plano de Trabalho de 2016 a sétima temporada. Quanto ao programa "Ação Periferia", ele deveria ser recolocado entre os programas que iriam ser realizados. Segundo ele, o programa seria um investimento novo, e que as dificuldades financeiras impediam que o programa entrasse na primeira ou segunda categoria, esclarecendo que, por meio da parceria com a TVT, entraria um programa com esse perfil, Arte a Arte, que é um programa que visita saraus da região metropolitana de São Paulo e a TVT teria projeto de ampliar esse programa para periferias fora de São Paulo. Ele salientou que conseguiu um programa similar a custo zero, mas que logo que entrasse recursos novos na empresa, a ideia seria produzir o próprio programa. O conselheiro **Enderson Araújo** cumprimentou pela parceria com a TVT, mas questionou, referindo-se ao programa "Ação Periferia", que o ministro Edinho disse que a EBC precisava dialogar com a sociedade, e que, nesse caso, o programa seria um canal que teria essa finalidade de aproximação. Como há falta de recursos, indagou se não seria possível retirar algum programa que contemplaria outro nicho e priorizasse a periferia. O conselheiro **Enderson Araújo** mostrou-se apreensivo com a transmissão das séries do Campeonato Paulista, sendo que outro estado poderia não estar interessado em assistir tal programação local. Em relação à TVT, o conselheiro **Enderson Araujo** fez referência à Comunicação Colaborativa que ele estaria sempre sugerindo pautas, mas que em eventos na Bahia, seu estado, não estaria sendo convidado e nem avisado. Nesse sentido, ele sugeriu que a plataforma colaborativa pudesse ser acompanha pela Câmara Temática de Programação do Conselho Curador, para que os conselheiros pudessem acompanhar, sugerir, dialogar para construir possibilidades de como os comunicadores colaborativos poderiam participar com envio de conteúdos de seus estados seja da periferia ou de outros lugares. A conselheira **Akemi Nitahara** indagou sobre o tamanho do corte na empresa, citando a Diretoria de Serviços, pois, segundo ela, continuava vendo recursos sendo realocados para a Diretoria de Serviços em detrimento, por exemplo, do programa "Caminhos da Reportagem" que estaria com orçamento muito baixo. A conselheira **Akemi Nitahara** sugeriu a revisão dos cargos comissionados, cujos valores, segundo ela, eram muito altos. O conselheiro **Joel Zito** pontuou que na linha da redução de orçamento e também relacionada com a linha de apoio às TVs públicas que vêm dos recursos da Ancine, estaria ameaçada, e que caso não obtivessem êxito na Justiça, estaria instalado um quadro grave, num futuro próximo, de redução da produção de cinema, de redução de produção de TV e o fim da linha de apoio às TVs públicas e que esse tema mereceria uma cobertura mais de perto da direção. O senhor **Pola Ribeiro** solidarizou-se com a fala do conselheiro **Joel Zito**, sugerindo ao conselho uma manifestação pública em relação à manutenção da Condecine. Aprovada a sugestão. A conselheira **Rosane Bertotti** aproveitou para cumprimentar e reconhecer o bom trabalho feito pela Secretaria, pela presidência do Conselho Curador, do Grupo de Trabalho e também da EBC de dar resposta às demandas do Plano de Trabalho. A conselheira **Ana Veloso** fez menção ao empenho dos servidores da EBC para dar conta do Plano de Trabalho, considerado por ela como muito salutar para o período de transição atual da empresa. A conselheira **Ana Veloso** referiu-se às rádios com relação à parceria com as universidades, sobre a mensuração da audiência, sem previsão orçamentária. Ela disse compreender a dificuldade orçamentária, mas que haveria necessidade de um estudo de recepção para as oito emissoras de rádio da EBC. A conselheira **Ana Veloso** sugeriu para isso parceria com as universidades para viabilizar estudos qualitativos da recepção dos programas de rádio. Com relação

à questão de acessibilidade, a conselheira **Ana Veloso** sugeriu a ampliação da grade de programação acessível com libras, pois, segunda ela, é uma demanda da sociedade. O conselheiro **Isaias Dias** estranhou que a questão de libras não estivesse pautada em nenhum ponto do Plano de Trabalho e sugeriu que para a cobertura da Paraolimpíada fosse feita com todos os recursos de acessibilidade que são o *closed caption,* libras e audiodescrição, bem como, segundo ele, os telejornais também pudessem também serem contemplados com a linguagem libras. A vice-presidenta **Evelin Maciel,** sugeriu que, como parte do grupo de trabalho, as sugestões obtidas fossem encaminhadas ao monitoramento para ir dando andamento. A vice-presidenta **Evelin Maciel** referiu-se à transmissão da série C e B do Campeonato Paulista de Futebol, dizendo ser importante definir a prioridade e ter conhecimento de custo desses contratos e que estes projetos não estavam constando no Plano de Trabalho. Dito isso sugeriu uma resolução do Conselho Curador para que a TV Brasil não exibisse programas que não tivessem contratos, que isso fosse etapa essencial para um programa ser levado ao ar e também que alterações substanciais na grade de programação e a entrada de novos conteúdos fossem apresentados previamente ao Conselho Curador para análise do cumprimento e da pertinência em relação às diretrizes de programação que constam no Plano de Trabalho. A vice-presidenta **Evelin Maciel,** considerou importante a retirada do texto sobre as Série C e B do Campeonato Paulista para que pudesse tratá-lo no monitoramento junto ao Grupo de Trabalho do colegiado. A presidenta **Rita Freire** esclareceu que como o conselho tem dificuldades de entender os gastos da empresa, o encaminhamento conjunto seria que se fizesse um seminário com o Conselho Curador e a empresa, para que essas dúvidas fossem definitivamente dirimidas e a metodologia de cálculo e de informação fossem suficientes para que o conselho se adaptasse á capacidade de entendimento e interpretação dos dados. Dessa forma, a presidenta **Rita Freire** sugeriu que o grupo de trabalho e as câmaras temáticas organizassem a construção do seminário. No que se refere à pauta de diversidade e da inclusão, a presidenta **Rita Freire** sugeriu a constituição de um grupo para tratar da temática, negociar e dialogar com a empresa, subsidiar as câmaras, subsidiar o conselho de forma articulada que contemplaria as preocupações com as questões étnico-raciais, com a questão da juventude, com a questão das pessoas com deficiência e com as questões de gênero, com os seguintes conselheiros: Joel Zito, Letícia, Isaias, Ana Veloso, Enderson. O conselheiro **Takashi Tome** reportou-se à sugestão do senhor **Pola Ribeiro** com relação à manifestação de apoio ao Condecine e a proposta de resolução da vice-presidenta **Evelin Maciel** de que os programas somente entrem na grade depois de equacionado o contrato e que também a alteração da grade devesse receber o aval do conselho. Para atender às duas sugestões, conselheiro **Takashi Tome** sugeriu duas alternativas: Uma, aprovação *ad referendum* e, posteriormente, a secretaria elaboraria o texto final, a presidente do Conselho Curador assinaria e encaminharia aos conselheiros a versão final. Ou a secretaria elaboraria o texto para ser aprovado na próxima reunião. O plenário optou pela primeira alternativa. Com relação à proposta da vice- presidenta **Evelin Maciel,** o diretor-geral **Asdrúbal Figueiró** questionou que tal procedimento poderia engessar muito a televisão, que é um veículo que todos querem com relevância, audiência e velocidade. O conselheiro **Takashi Tome** rebateu dizendo que casos pontuais são exceções, que a providência seria uma forma de ter organização da grade. O conselheiro **Venício Lima** sugerir então complementar o texto dizendo: "salvo casos excepcionais *ad referendum* do conselho". A sugestão foi aceita. O vice-presidente de Gestão de Relacionamento da EBC, **Mário Maurici,** comunicou a todos que aguardaria nomeação para presidente ou presidente interino da EBC e que como tal não poderia responder pelo Plano de Trabalho e nem pelas questões do passado, mas que o futuro da empresa o afligia bastante, e que gostaria que a sugestão feita pelo conselheiro **Venício Lima** fosse acatada e que pudessem abrir uma relação de confiança para o futuro. A conselheira **Rosane Bertotti** argumentou que para um programa ir ao ar precisaria de tempo, discussão, elaboração, um show seria um evento excepcional que exigiria uma tomada de decisão mais rápida. Assim sendo, ela sugeriu que o melhor seria a elaboração do texto com antecedência, submetê-lo ao Conselho Curador antes de uma próxima reunião, pois segundo a conselheira, quando se coloca ressalva, tudo ou nada pode estar nessa ressalva então é preciso ser objetivo no uso das palavras. A presidenta **Rita Freire** concordou com o encaminhamento, ressalvando que com relação ao Condecine, teriam

que providenciar a nota de apoio imediatamente. Nesse momento, houve uma pausa para o *coffee break*. Com o conselho novamente reunido, a presidenta **Rita Freire** anunciou a apresentação da jornalista **Priscila Crispi** sobre a edição atual da Revista do Conselho Curador. O tema da revista: Diversidade na Comunicação. A jornalista **Priscila Crispi** explicou que a revista é produzida semestralmente e a ideia seria trazer temas que são caros ao conselho e verificar como a EBC tem atuado com relação aos temas. Ela explicou que a revista trouxe na Coluna dos Trabalhadores um texto de dois trabalhadores da empresa que fazem uma denúncia de racismo dentro da empresa. A revista relatava, conforme a jornalista, as atividades do conselho no último semestre. Havia também uma matéria com o acadêmico, professor Muniz André; com a diretora de jornalismo da BBC, do Reino Unido, sobre as questões de diversidade na BBC, tanto interna quanto na produção de conteúdo; relatos sobre a cobertura dos Jogos Mundiais Indígenas. A revista também abordou também temas como a composição do conselho, como que isso se refletiria no acompanhamento dos conteúdos e como que pode ser alcançada essa diversidade dentro do conselho, e se a EBC, enquanto comunicação pública, teria que assumir pautas de grupos minoritários ou se ela teria que dar espaço para toda a gama da sociedade para que pudesse ser representada dentro da sua programação; também uma conversa sobre a disputa pelo simbólico, sobre grupos sociais sub-representados e como isso aparece dentro de uma mídia pública. Segundo a jornalista, na coluna Programa em Debate, foi entrevistado Luiz Henrique Romagnoli que falou sobre a Voz do Brasil e os pedidos de flexibilização. Na coluna destinada a acadêmicos, Jorge Pereira Filho falou sobre a missão da EBC como porta-voz dessa diversidade de todo o povo brasileiro. Na coluna destinada à Ouvidoria da EBC, a ouvidora **Joseti Marques** fez um balanço da Ouvidoria de 2015. Na coluna dos Conselheiros, a conselheira **Ana Fleck** escreveu sobre o valor-notícia e como construir valores-notícia para uma comunicação pública. E, por último, o conto escrito por Felipe Berlin, que aponta algumas coisas sobre diversidade e controle social. Finalizando, a jornalista Priscila comunicou que estaria viabilizando os conteúdos em *html* também no site do conselho e conclamou aos conselheiros e servidores que quando da etapa de produção seriam feitas chamadas para sugestões de pautas, artigos ou indicação de pessoas, o mesmo valendo para os servidores e ao público via internet. Concluída a apresentação, deu-se início à segunda parte da pauta. Informes das Câmaras Temáticas. Nos informes sobre a Câmara Temática, a vice-presidente **Evelin Maciel** esclareceu que ficou definido, após reunião com os membros das câmaras temáticas e dos grupos de trabalho, que as câmaras temáticas iriam se reunir sempre na manhã da reunião do pleno, iniciando às nove da manhã, com duração de duas horas. Ás onze haveria uma reunião prévia de alinhamento para o pleno. Segundo a vice-presidenta **Evelin Maciel**, as câmaras com os coordenadores estariam assim divididas: Câmara de Jornalismo, tendo como coordenador o conselheiro **Mário Jakobskind.** Câmara de Programação, coordenador, conselheiro **Takashi Tome**. Câmara de Planejamento e Processos Produtivos, cujo coordenador ainda não teria sido escolhido. Grupos de Trabalho: 1 - Inclusão e diversidade; 2 - Diagnóstico de Rádio, formado pelos conselheiros Takashi, Ana Veloso, Letícia, Isaias, Paulo e Ana Fleck. Os grupos, observou a vice-presidenta **Evelin Maciel**, trabalhariam e encaminhariam os resultados e demandas para as câmaras temáticas. Ainda teria o GT de monitoramento do plano de trabalho cuja dinâmica seria inversa, a demanda teria origem nas câmaras temáticas, nesse sentido, a vice-presidenta **Evelin Maciel** informou que acatariam a proposta do conselheiro Venício de promover uma discussão sobre o papel do Conselho Curador que fariam em dois momentos de debates: um para aproveitamento da experiência consolidada dos conselheiros que estão saindo e outro, num segundo momento, com os novos conselheiros que viriam. A vice-presidente informou que ainda não teria data para fazer esses debates. Concluídos os informes, passou a palavra ao conselheiro **Takashi Tome** para os informes da Câmara de Programação, como resultado já da primeira reunião feita. O conselheiro **Takashi Tome** relatou que entre os tópicos avaliados, o primeiro seria sobre o programa Vida de Estagiário, sugerindo que fosse emitida a resolução do conselho determinando a não assinatura do contrato de renovação da produção, bem como a supressão de exibição no menor prazo provável. A diretora **Myriam Porto** esclareceu que já estaria definido com a produtora que o contrato não seria renovado, e o diretor-geral **Asdrúbal** afirmou que o programa não estaria e nem seria mais exibido. O segundo tópico

abordado pela Câmara de Programação foi sobre os programas religiosos, Santa Missa e o programa evangélico. O encaminhamento dado foi que os programas poderiam ser mantidos se os respectivos produtores arcassem com os custos. Como isso não ocorreria, a sugestão de encaminhamento seria um grupo dentre os membros do Conselho Curador para manter entendimentos com diretores da EBC a fim de alinhar o posicionamento e estabelecer uma estratégia comum de ação. O terceiro ponto. Acessibilidade. A câmara temática sugeriu a emissão de resolução do conselho para que o jornalismo da EBC tivesse até o final de 2016, 100% do seu conteúdo com transmissão conjunta em libras. Quarto ponto, sobre o rádio. O conselheiro **Takashi Tome** esclareceu que devido à falta de informações sobre as rádios, o encaminhamento dado foi solicitar à área responsável, Gerência Executiva de Rádio, que elaborasse um relatório com o diagnóstico do setor para que o grupo de trabalho do rádio pudesse analisar as informações e a partir daí traçar um plano de trabalho. As informações englobariam a programação, as principais atividades em curso, dificuldades e desafios antevistos, a questão da plataforma, status dos Sistemas de Produção e Transmissão atual. O prazo dado para a feitura do relatório foi de quinze dias para que a reunião do trabalho fosse feita ainda no mês de março do corrente ano. O quinto ponto foram os programas voltados para os cidadãos de periferia das grandes cidades que a Câmara recomendou que fosse dada prioridade à realização dos programas Periferia e Ação da Periferia, respectivamente na TV e no rádio. Sexto ponto é o Conteúdo Colaborativo. A câmara recomendou não abordar tema muito específico, mas temas mais amplos, para que pudesse haver maior número de subtemas para escolha. O conselheiro **Takashi Tome** sugeriu ainda que os elaboradores do programa tenham o seu esforço reconhecido, materialmente, ou pela emissão de certificado, emitido pela EBC. Sétimo ponto-equidade de gênero. A câmara recomendou que os programas de jornalismo da EBC pudessem dar mais visibilidade à questão de gênero em ações e eventos. Oitavo ponto: Povos Indígenas. A recomendação foi que houvesse mais cobertura da EBC à cultura e aos povos indígenas, por meio de uma série de ações que seria a seguinte: 1 – criação de um programa na grade da TV Brasil voltado especificamente aos povos indígenas, o público-alvo seria tanto os cidadãos que moram nas metrópoles, quanto os povos ribeirinhos e indígenas, 2 - Programa específico com o conteúdo indígena; 3 - Programa de igual teor nas rádios. Segundo conselheiro **Takashi Tome** já existem produtores indígenas que fazem programas para seus povos e para a região. Nesse sentido, recomendou que fossem estabelecidas parcerias com esses produtores. Foi sugerida também a retomada de *drops* nos programas com o objetivo de divulgar a cultura indígena; 4 – Que fosse realizada a cobertura do Encontro Mundial dos Povos Indígenas no mês de outubro. Nono tópico. Problemas observados na retransmissão dos sinais da EBC pelas operadoras de TV a Cabo. A câmara solicitou que a Ouvidoria fizesse um levantamento de reclamações que foram recebidas em 2015 sobre o assunto. Décimo ponto. Paraolimpíadas. O conselheiro **Takashi Tome** solicitou reunião com a diretoria da EBC para discutir a temática, além dos pontos já solicitados pelo conselheiro **Isaias Dias** de acessibilidade. A presidenta **Rita Freire** comunicou que não haveria tempo para discussão sobre as sugestões feitas no relato da Câmara de Programação. A conselheira **Ana Veloso** solicitou a palavra para observar que em relação aos programas religiosos que a EBC, além de prover os custos dos programas, estaria sendo alvo de críticas por parte dos religiosos durante a Santa Missa e que essa postura seria reincidente. O coordenador da Câmara de Jornalismo, conselheiro **Mário Jakobskind**, frisou que depois da reunião, foram acolhidas duas propostas feitas pela conselheira Ana Veloso: a indicação do professor Daniel (...) para um debate no Conselho Curador e a indicação de uma professora que fez pesquisa apurada sobre programação infantil que serviria de subsídio para a TV Brasil analisar essa questão também. A presidenta **Rita Freire** encaminhou as duas propostas à Câmara de Jornalismo, solicitando que fosse marcada reunião com a Diretoria de Jornalismo. O conselheiro **Takashi Tome** solicitou que em relação ao programa Vida de Estagiário, a resolução deveria ser colocada em discussão e votação imediatamente para que não fosse efetivado o contrato. A conselheira **Ana Fleck** sugeriu retomar a resolução existente sobre o tema e validá-la. A solução foi aceita. Em seguida, a presidenta **Rita Freire** anunciou a apresentação do relatório da Ouvidoria. Antes, indagou à direção da empresa sobre continuidade do trabalho da Ouvidoria em razão do término do mandato, sendo informada

que o mandato seria renovado por mais um período. A ouvidora **Joseti Marques** iniciou a apresentação agradecendo o apoio do Conselho Curador ao trabalho que vinha desenvolvendo e à sua recondução. A ouvidora fez uma explanação detalhada das atividades da EBC, contextualizando e quantificando as reclamações e elogios aos programas e às atividades desenvolvidas. A presidenta **Rita Freire** agradeceu a ouvidora pelo relatório e advertiu que o Conselho Curador precisava encontrar mecanismos de mais aproveitamento dos conteúdos apresentados ou mesmo que o relatório pudesse focar algum tema que o conselho pudesse dedicar mais sobre ele, os temas seriam mais bem aproveitados e as contribuições seriam remetidas às câmaras temáticas. O conselheiro **Venício Lima** sugeriu que para as próximas reuniões do conselho, o relatório da Ouvidoria tivesse mais tempo para apresentação, pois parecia a ele absolutamente fundamental. A conselheira **Akemi Nithara** se reportou ao tema da veiculação da Santa Missa, reiterando da empresa solução imediata. O conselheiro **Venício Lima** esclareceu que a questão do programa religioso estava *sub judice* e ponderou que a melhor maneira de resolver a questão deveria ser por contatos entre o presidente da EBC e o arcebispo. Em seguida, a presidente **Rita Freire** anunciou os informes sobre a renovação do conselho curador. A conselheira **Rosane Bertotti** explicou que no entendimento da sociedade civil, caberia ao Conselho Curador definir as regras e processos, e a partir daí passaria ao processo de discussão da sociedade civil e não mais do conselho. E que caberia à sociedade civil a discussão para trabalhar para ter equidade de gênero e raça. O conselheiro **Venício Lima** ponderou que não haveria disparidade de gênero, pois seriam nove mulheres no Conselho. A conselheira salientou também para os critérios que contemplassem as regiões brasileiras, a questão de geração e que também pudessem ser escolhidos membros que atuavam com os diversos temas da sociedade, a área empresarial, a área da cultura, a infância e adolescência, LGBT etc. A conselheira **Rosane Bertotti** sugeriu a seguinte proposta: "Então a proposta que estamos trazendo aqui é de que apresentemos por e-mail para os conselheiros uma proposta desses perfis e do que nós chamamos de caixinhas, os conselheiros se manifestam e a partir dessa manifestação dos conselheiros, a gente constrói um edital e aprova na próxima reunião do conselho". A presidenta **Rita Freire** disse que o grupo iria fazer consulta aos conselheiros sobre as propostas colocadas pela conselheira **Rosane Bertotti.** A presidenta **Rita Freire** esclareceu que em razão da fase de transição por que passa a EBC, da renovação do conselho, haveria necessidade de o conselho acompanhar todo o processo e que dessa forma sugeriu que o Conselho Curador, com a anuência de todos, se reunisse extraordinariamente no dia 17 de março. A conselheira **Akemi Nithara** lamentou que a escolha dos dirigentes da EBC não fosse compartilhada com os servidores da casa e advertiu que o governo poderia ajudar a EBC na questão da liberação da verba da Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública oriunda de fundos do Fistel, que estaria paralisada. Nada mais havendo a tratar, a presidenta **Rita Freire** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 60ª Sessão do Conselho Curador. Para constar, eu, **Guilherme Strozi** secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes à reunião.

RITA FREIRE

Presidente

EVELIN MACIEL

Vice-presidenta

JULIANA AGATTE
Representante do Ministro SECOM

PAULO GABRIEL SOLEDAD NACIF
Representante do Ministério da Educação

POLA RIBEIRO
Representante do Ministério da Cultura

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Conselheira

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

AKEMI NITHARA SOUZA
Conselheira

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro

ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS
Conselheiro

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira

ISAIAS DIAS
Conselheiro

JOEL ZITO ALMEIDA ARAÚJO
Conselheiro

LETICIA LUIZA YAWANAWÁ
Conselheira

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira

TAKASHI TOME
Conselheiro

VENÍCIO ARTUR DE LIMA
Conselheiro

MARIO MAURICI
Vice-Presidente de Gestão de Relacionamento

ASDRÚBAL FIGUEIRÓ JÚNIOR
Diretor-Geral

JOSETI MARQUES
Ouvidora

GUILHERME STROZI
Secretário Executivo do Conselho Curador

IMPRENSA
OS FATOS MUDAM. OS PRINCÍPIOS NÃO. Editorial

São Paulo, 16 de março de 2016.

Imo Sr.
Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social (CCS)

A/C – Sr. Walmar Andrade
Chefe do Serviço de Apoio ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Ref: Convite para o 8º Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia

Vimos pelo presente convidar os membros do Conselho de Comunicação Social (CCS), através de seu presidente, Dr. Miguel Ângelo Cançado, para participarem da oitava edição do Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia, que acontecerá em Brasília, no dia 3 de maio de 2016, com início previsto para às 8h30, conforme programa em anexo.

O Fórum tem como proposta criar um espaço de debates que reúna agentes que garantam, estimulem e discutam a liberdade de imprensa na América Latina. Nesta edição os painéis terão como tema as relações entre jornalistas, suas fontes e a Justiça – cuja liberdade frequentemente é testada na cobertura de casos que correm sob segredo de Justiça.

Para tanto, reunirá profissionais da grande imprensa, representantes de advogados e ONGs, professores de Comunicação e estudantes de Jornalismo e Direito.

Na expectativa de sermos honrados com a confirmação de presença dos membros do CCS, reafirmamos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Sinval de Itacarambi Leão
Diretor Responsável - Revista IMPRENSA

Rua Camburiú, 505 - 2º andar – São Paulo/SP – cep 05058-020
Fone 11 3729-6300 www.portalimprensa.com.br

IMPRENSA
OS FATOS MUDAM. OS PRINCÍPIOS NÃO. Editorial

Sobre o 8º Fórum Liberdade de Imprensa e Democracia

Data: 3 de maio de 2016, das 8h30 às 13h00

Local: Auditório da OAB-DF

SEPN 516 BLOCO B LOTE 07 – Asa Norte – Brasília-DF

Público previsto: 200 pessoas

Patrocínio: Grupo Globo

Realização: IMPRENSA Editorial

Site: www.portalimprensa.com.br/forumliberdadedeimprensa

Organização: IMPRENSA Editorial – departamento de Projetos Especiais

Contato: (11) 3729-6300 - giselesotto@portalimprensa.com.br

Programação resumida

• Conferência de Abertura: "Premissas para o exercício do jornalismo livre no Brasil"

• Painel I – "Fatores que definem um caso em segredo de Justiça"

• Painel II – "O limiar entre o sigilo assegurado por lei e o interesse público"

• Conferência de Encerramento – "Como o segredo de Justiça dialoga com a liberdade de imprensa"

ANATEL
Agência Nacional de Telecomunicações
SAUS, Quadra 6, Bloco H, 10º Andar, Ala Sul - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-940
Telefone: (61) 2312-2003 e Fax: (61) 2312-2201 - http://www.anatel.gov.br

Ofício nº 35/2016/SEI/PR-ANATEL

Ao Senhor
MIGUEL ÂNGELO CANÇADO
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
70165-900 – Brasília - DF

Assunto: **Proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012.**

Referência: Processo nº 53500.006052/2016-91.

Senhor Presidente,

1. Sirvo-me do presente para informar que, em 14 de março de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a Consulta Pública nº 3, de 11 de março de 2016, que tem por objeto proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012.

2. A proposta em questão poderá receber comentários e sugestões do público em geral até 12 de junho de 2016, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço eletrônico http://www.anatel.gov.br.

3. Cumpre ressaltar por fim que, após a consolidação das contribuições recebidas durante a Consulta Pública e da emissão de parecer pela Procuradoria Federal Especializada da Anatel, será encaminhada a esse Conselho a minuta da proposta de alteração para fins de atendimento ao disposto no art. 42 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Anexo: I - Consulta Pública nº 3/2016 (SEI nº 0342025)

Atenciosamente,

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **João Batista de Rezende**, **Presidente**, em 18/03/2016, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2016

Proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 795, realizada em 3 de março de 2016, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42, do inciso II do art. 89 e do art. 164, todos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, do art. 67 do Regulamento da Anatel e do constante dos autos do Processo nº 53500.008950/2014-11, a proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço abaixo, e na página da Anatel na Internet, no endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, exclusivamente, conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correio eletrônico, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL
Superintendência de Planejamento e Regulamentação – SPR
CONSULTA PÚBLICA Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2016
Proposta de Consulta Pública para alteração do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.
Setor de Autarquias Sul – SAUS – Quadra 6, Bloco F, Térreo – Biblioteca

201690009002

CEP 70070-940 – Brasília-DF – Fax: (61) 2312-2002 – Telefone: (61) 2312-1331
E-mail: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão posteriormente à disposição do público na Biblioteca da Agência.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ANEXO À CONSULTA PÚBLICA Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2016

Altera o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 4º e 9º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 3, de 11 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia de de 2016;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.008950/2014-11;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº , de de de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 3º do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 3º (...)

XXXIII - Capacidade Útil Total: número máximo de Canais de Programação que podem ser distribuídos por meio da Rede da Prestadora;

XXXIV - Grade de Programação: relação e ordem sequencial de todos os Canais de Programação distribuídos pela Prestadora por meio de seus sistemas;

XXXV - Ponto de Entrega da Programação: local específico, identificado por meio de coordenadas geográficas, definido pela Prestadora para a entrega da Programação das Programadoras de que tratam os incisos II a XI do art. 52 do Regulamento do SeAC;

XXXVI - Recursos de Acessibilidade: conteúdo auxiliar ao conteúdo audiovisual, para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência."

Art. 2º O parágrafo único do art. 31 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. (...)

Parágrafo único. A aprovação da transferência de outorga está condicionada à assunção, pela empresa cessionária, de todas as obrigações e à manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação." (NR)

Art. 3º O parágrafo único do art. 32 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. (...)

Parágrafo único. A transferência da outorga entre empresas de um mesmo Grupo poderá ser efetivada pela Anatel a qualquer momento, mediante solicitação das partes interessadas e com observância das disposições contidas neste Capítulo." (NR)

Art. 4º O art. 34 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. Deverá ser submetida previamente à Anatel alteração que possa vir a caracterizar transferência de controle, este apurado nos termos do Regulamento de Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações, quando as partes envolvidas na operação se enquadrarem nas condições dispostas no art. 88 da Lei nº 12.529, de 2011.

§ 1º A aprovação da transferência de controle levará em consideração a manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação, devendo a prestadora enviar à Agência requerimento contendo sua composição societária atual, a operação pretendida e o quadro resultante da operação, além da documentação constante do Anexo II deste Regulamento.

§ 2º A Anatel, a seu critério, poderá determinar que as alterações societárias que não se enquadrem nos termos definidos no **caput** sejam submetidas à anuência prévia." (NR)

Art. 5º O art. 39 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Os casos de transferência de controle que não se enquadrarem no **caput** e no § 2º do art. 34 deste Regulamento, e ainda, as modificações da denominação social, do endereço da sede, a transformação do tipo societário e dos acordos de sócios que regulam as transferências de quotas e ações, bem como o exercício de direito a voto, das Prestadoras de SeAC e de suas sócias diretas e indiretas, devem ser comunicadas à Anatel, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o registro dos atos no órgão competente." (NR)

Art. 6º O art. 50 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 50. (...)

§ 1º A Prestadora não poderá excluir qualquer tipo de Recurso de Acessibilidade disponível nos Canais de Programação ou nos conteúdos audiovisuais avulsos que distribuir.

§ 2º Em caso de inviabilidade técnica comprovada, o cumprimento do § 1º poderá ser dispensado, de forma específica e por prazo determinado, para cada recurso de acessibilidade.

§ 3º A dispensa de que trata o § 2º poderá ser solicitada pela Prestadora à Anatel por escrito, devendo a solicitação ser acompanhada de Projeto Técnico detalhando as condições de prestação do serviço com o uso do recurso de acessibilidade específico e os motivos da necessidade de dispensa."

Art. 7º. O art. 52 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. (...)

§ 1º Os canais de programação com os sinais analógicos das geradoras locais, previstos no inciso I, deverão ser oferecidos aos assinantes desde o início da prestação comercial do serviço.

§ 1º-A Os canais de programação com os sinais digitais das geradoras locais deverão ser oferecidos aos assinantes a partir da data prevista na pactuação entre a Geradora Local e a Prestadora ou, caso essa não seja alcançada, a partir da exigência de sua distribuição gratuita, observado o disposto no art. 62 do presente Regulamento.

§ 2º No caso de inviabilidade técnica ou econômica para o cumprimento do disposto no inciso I, deve-se observar que:

I - o carregamento de um canal de Geradora Local de radiodifusão de sons e imagens, pertencente a um conjunto de estações, sejam geradoras locais ou retransmissoras, e caracterizado pela presença em todas as regiões geopolíticas do país, pelo alcance de, ao menos, um terço da população brasileira e pelo provimento da maior parte da programação por uma das estações para as demais, implicará o carregamento de, ao menos, um canal de Geradora de cada um dos demais conjuntos de geradoras e retransmissoras com as mesmas características; e,

II - no cumprimento do inciso I deste artigo, de forma a garantir o tratamento isonômico e os princípios elencados pelo art. 221 da Constituição Federal quanto à produção de conteúdo local, nas áreas de outorga das Geradoras Locais do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens cujos sinais sejam carregados pelos sistemas da Prestadora, também deverão ser distribuídos os canais das Geradoras Locais existentes na respectiva localidade.

§ 2º-A Para o cumprimento do previsto no inciso II do § 2º deste artigo, a Prestadora poderá disponibilizar meios para a recepção, no local de instalação do Assinante, dos sinais das Geradoras Locais que não estejam sendo distribuídos por meio de seus sistemas, desde que mantida a mesma qualidade do sinal disponível na localidade, observado o disposto nos arts. 62 e 63 deste Regulamento.

§ 2º-B Para as Prestadoras do serviço por meio de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio via Satélite (DTH), a obrigação referida no § 2º-A deste artigo deverá ser cumprida, preferencialmente, por meio da substituição ou entrega, sem ônus, de uma Unidade Receptora Decodificadora (URD) por assinante, apta à captação tanto dos sinais DTH quanto dos sinais da radiodifusão aberta, dispensada a entrega ou instalação de qualquer equipamento adicional.

§ 2º-C A Unidade Receptora Decodificadora (URD) deverá necessariamente dispor de funcionalidade de bloqueio de canais, aplicável inclusive àqueles recebidos na forma prevista no § 2º-B.

§ 2º-D O cumprimento do disposto no § 2º-A será exigível em cada Município, em até 36 (trinta e seis) meses a contar do efetivo desligamento da transmissão dos canais analógicos das geradoras locais, limitado este prazo, em qualquer caso, à data de 31/12/2021.

§ 2º-E Na hipótese de recepção do sinal prevista no § 2º-A deste artigo, a qualidade do sinal recebido na entrada da URD é de responsabilidade da geradora local ou retransmissora e do usuário.

§ 2º-F Na hipótese prevista no § 2º-B deste artigo, a Prestadora deverá, observado o disposto no § 10 deste artigo:

I - inserir em sua Grade de Programação todos os canais das Geradoras Locais e retransmissoras existentes no local de instalação do Assinante; e,

II - dispor de mecanismos que permitam a mudança entre todos os canais da Grade de Programação do Plano de Serviço contratado pelo Assinante por meio da utilização da mesma URD ou dispositivo similar.

§ 2º-G Ao iniciar a implantação da solução prevista no § 2º-B, a Prestadora de DTH não poderá ser responsabilizada por falta de isonomia no carregamento de sinais pelo satélite.

(...)

§ 5º É direito da Prestadora do SeAC receber das programadoras dos canais de que tratam os incisos II a XI deste artigo os sinais dos canais nas instalações indicadas pela Prestadora, devendo ser observado o seguinte:

I - a Prestadora que possuir estação licenciada para serviços de televisão por assinatura localizada no mesmo município onde haja estúdio, centro de produção ou instalações similares de Programadora dos referidos canais, utilizados para programar seus canais, não poderá indicar Ponto de Entrega da Programação fora dos limites do respectivo município;

II - quando não houver estúdio, centro de produção ou instalações similares de Programadora dos referidos canais em município que contenha estação licenciada para serviços de televisão por assinatura, a Prestadora deverá indicar como Ponto de Entrega da Programação a estação mais próxima das instalações da Programadora; e,

III - é vedado à Prestadora indicar Ponto de Entrega da Programação fora dos limites territoriais da República Federativa do Brasil.

§ 5º-A A Prestadora não poderá inviabilizar, mediante a imposição de condições à Programadora, a entrega em suas instalações da Programação dos canais de que trata o § 5º deste artigo, devendo indicar mais de um meio de entrega, sempre que possível.

§ 6º A Prestadora, desde que haja viabilidade técnica, poderá possibilitar a entrega dos sinais dos canais de que tratam os incisos II a XI deste artigo por meio de seu próprio sistema, ou firmar acordos com as Programadoras desses canais para assumir ou partilhar os ônus decorrentes dessa entrega." (NR)

Art. 8º O art. 53 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53. (...)

IV - a Agência definirá quais dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória a Prestadora estará dispensada da distribuição obrigatória em cada uma de suas estações, por meio de instrumento decisório específico;" (NR)

(...)

§ 3º A decisão da Anatel pela dispensa da obrigação de distribuição será proferida por prazo determinado, não superior a 3 (três) anos, conforme definido em instrumento decisório específico." (NR)

§ 4º Havendo novo pedido de dispensa do carregamento dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória, este deverá ser protocolizado pela Prestadora com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento do prazo anteriormente estabelecido para dispensa.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido de dispensa, a Prestadora deverá cumprir a obrigação de distribuição dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão ou do fim do prazo de dispensa anteriormente concedido."

Art. 9º O Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

"Art. 53-A. A oferta concomitante de outros serviços de telecomunicações ou de serviços de valor adicionado pela Rede da Prestadora ou ainda, o compartilhamento da Rede com outra prestadora de serviço de telecomunicações, não desobriga a disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória."

(...)

"Art. 54-A. Na solicitação de dispensa por motivo de inviabilidade técnica, a Prestadora deve informar, no mínimo:

I - a relação de todas as Geradoras Locais ou Retransmissoras existentes na Área de Abrangência do Atendimento, no caso do SeAC, ou na Área de Prestação do Serviço, para os demais serviços de televisão por assinatura;

II - Grade de Programação atualizada, a identificação comercial de cada Canal de Programação e suas respectivas larguras de banda ou taxas de transmissão, conforme o caso;

III - detalhamento das plataformas utilizadas nas estações e das tecnologias de Rede, informando a Capacidade Útil Total; e,

IV - descrição detalhada da restrição técnica existente e que enseja a necessidade da dispensa de carregamento parcial ou total de Canais de Programação de Distribuição Obrigatória.

Art. 54-B. A estação da Prestadora que opera com tecnologia MMDS está dispensada da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória.

Art. 54-C. A estação da Prestadora que opera com largura de banda de 6 MHz na faixa de UHF está dispensada da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória.

Art. 54-D. Em nenhum caso será concedida dispensa por inviabilidade técnica da disponibilização dos Canais de Programação de Distribuição Obrigatória às estações da Prestadora que distribuem o serviço aos Assinantes por meios confinados."

Art. 10. O art. 62 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. (...)

§ 1º-A Outras soluções pactuadas entre as partes poderão ser apresentadas à Anatel para fins de apreciação e cumprimento do disposto no regulamento e garantia das disposições do **caput**".

Art. 11. O inciso II do art. 73 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. (...)

II - tornar disponível, independente do Plano de Serviço, sempre que solicitado pelo Assinante, URD que assegure a utilização de Recursos de Acessibilidade em todas suas saídas de sinal, analógicas e digitais;" (NR)

Art. 12. O art. 85 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 85. (...)

~~Parágrafo único~~ § 1º Aplicam-se ao Serviço de TV a Cabo os itens 2, 8 e 9 da Norma do Serviço de TV a Cabo, aprovada pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 256, de 18 de abril de 1997.

§ 2º A Prestadora do Serviço de TV a Cabo que adaptar-se ao SeAC poderá solicitar, por razões de inviabilidade técnica ou econômica, a não exigência de novo cronograma de implantação do sistema (home passed), permanecendo a possibilidade de ser sancionada pelo descumprimento ao compromisso originalmente assumido.

Art. 13. O art. 92 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92. (...)

Parágrafo único. Não se aplica ao TVA o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 12.485, de 2011, e o disposto nos § 1º do art. 50 e inciso II do art. 73 deste Regulamento, sendo que permanece em vigor eventual fixação, pela Anatel, de percentual sobre o tempo de irradiação diária para a distribuição de sons e imagens por sinais não codificados, inclusive na hipótese do **caput**.

Art. 14. O art. 5º do ANEXO II do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Quando do requerimento de transferência de controle, a Prestadora deve apresentar os documentos enumerados no inciso I, alíneas 'a', 'b', e 'c', e no inciso IV, alíneas 'e' e 'f" do art. 1º deste Anexo.

Parágrafo Único. A Prestadora também deverá comprovar regularidade fiscal perante a Anatel, abrangendo créditos tributários e não tributários, constituídos de forma definitiva, mesmo que não tenha havido inscrição em dívida ativa ou no Cadin." (NR)

Art. 15. Revogam-se os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e de seus Anexos, aprovados pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, e alterado pela Resolução nº 618, de 24 de julho de 2013:

I - os art. 33, 35 e 36;

II - os §§ 7º, 8º e 9º do art. 52;

III - o § 2º do art. 53;

IV - os incisos XXI e XXII e o parágrafo único do art. 73;

V - o parágrafo único do art. 3º do ANEXO II; e,

VI - o art. 4º do ANEXO II.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

RELATÓRIO

(Conselheiro Marcelo Cordeiro)

A proposta para realização do Seminário “Restrições em Publicidade e Propaganda” surgiu na primeira reunião da Comissão Permanente de Publicidade e Propaganda, deste Conselho, que notou ser este tema um dos mais recorrentes entre os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Assim, como órgão assessor dessas duas Casas Legislativas, o Conselho de Comunicação Social deve estar preparado para sugerir o melhor caminho a tomar nessa questão, principalmente em se tratando de restrições a uma atividade da Comunicação Social, foi o que entendeu a Comissão naquela oportunidade e optou por sugerir a realização do Seminário que foi aprovado pelos conselheiros

É importante ressaltar que embora nos preocupemos, como Conselho, com qualquer tipo de restrição a uma atividade da comunicação social, no caso em questão, as restrições existem e devem existir por se tratar do interesse maior da sociedade brasileira que, como consumidora de bens e serviços, deve ser protegida contra qualquer tipo de publicidade enganosa ou nociva. Nesse ponto, as exposições dos palestrantes mostraram ao Conselho que além do aparelhamento estatal na área de defesa do consumidor, as agências de publicidade juntamente com os anunciantes, veículos de comunicação e representantes da sociedade civil, também participam da fiscalização e controle da atividade publicitária.

O Sr. Igor Rodrigues Brito, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), informou que o Ministério da Justiça, via Senacon, que congrega todos os órgãos e entidades de proteção dos interesses dos consumidores, está suficientemente aparelhado para fiscalizar a atividade publicitária e, quando necessário, punir os abusos previstos em lei. Informou, o representante da Senacon, que conta com dois grandes bancos de dados que auxiliam a Secretaria na fiscalização e aqui uso as palavras que o próprio palestrante usou para explicar os dois bancos de dados.

Disse ele: “...o Sindec, que é o sistema utilizado pelos PROCONs do Brasil inteiro e por alguns outros órgãos, que administra e faz a gestão das denúncias e reclamações de consumidores na gestão de conflitos e também para instauração de processos administrativos, e também uma plataforma mais recente, bastante inovadora, que é o sistema consumidor.gov.br, em que consumidores do Brasil inteiro podem registar suas reclamações diretamente a empresas de porte nacional e local que aderem a essa plataforma e podem ali fazer o relacionamento com seus clientes insatisfeitos e, então, resolver conflitos de forma extrajudicial, desafogando não apenas os PROCONs em sua capacidade de resolver conflitos, mas especialmente o Judiciário”.

O representante do Senacon mostrou alguns exemplos de publicidades que foram fiscalizadas pela Secretaria e casos punidos por abuso, demonstrando que o estado vem desempenhando seu papel na defesa do consumidor contra a publicidade danosa aos seus interesses.

O Sr. Edney Narchi, vice-presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), fez um contraponto ao aparelho estatal, mostrando ao Conselho que os próprios atores desse mercado: agências, anunciantes e veículos de comunicação, também se preocupam em levar ao consumidor publicidade de forma ética e compromissada com a verdade naquilo que é exposto em suas divulgações, de acordo com o que prevê a lei vigente e com normas autorregulamentadas pelo próprio mercado. Segundo ele, a autorregulamentação complementa o sistema que controla a publicidade, dotando o pais de um sistema misto de controle, tendo de um lado o estado e do outro o próprio mercado.

Ele informou que na maioria dos países de economia de livre mercado existe esse sistema misto que mistura a regulação do estado e a autorregulamentação. Segundo o palestrante, o próprio mercado publicitário tem interesse em expurgar a propaganda enganosa ou abusiva porque ela traz prejuízos não só ao consumidor, mas, também, aos anunciantes concorrentes que optaram por uma propaganda ética, criada dentro das normas legais e da autorregulamentação do próprio mercado. Dessa forma, disse ele, o Conar consegue normalmente num prazo mais rápido do que os órgãos estatais de defesa do consumidor, punir os abusos e retirar dos veículos de comunicação a propaganda danosa.

O Sr. Orlando dos Santos Marques, presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) informou que a publicidade brasileira, embora goze da mesma liberdade de toda manifestação intelectual, sofre no Brasil uma série de restrições impostas pela Constituição, pelas leis federais e pela autorregulamentação. Ele exemplificou isso com o impedimento no Brasil da existência dos birôs de mídia, empresas que compram espaço publicitário no atacado para vende-los no varejo e que, com isso, passam a ter grande influência na própria linha editorial dos veículos dos quais são clientes. Ele informou que no Brasil isso não é possível por força de uma convenção entre os órgãos representativos das agências, dos anunciantes e dos veículos de comunicação, mostrando que o próprio mercado restringe de forma importante a publicidade.

Dos debates que se seguiram às exposições dos três palestrantes cabe destacar dois pontos. O primeiro foi um dado apresentado pelo vice-presidente do Conar, Sr. Edney Narchi, afirmando que de todas as reclamações feitas pelos consumidores e registradas no Sindec, as reclamações referentes à publicidade “não representam mais do que 1,5%”. O outro ponto foi uma preocupação apresentada pelo conselheiro Nascimento Silva e principal preocupação demonstrada na primeira reunião da Comissão de Publicidade e Propaganda, quanto a publicidade dirigida à criança.

O Conselheiro pediu números referente as reclamações envolvendo comerciais dirigidos às crianças. O representante da Senacon respondeu que não tinha em mãos esse número, mas que poderia afirmar que o número de reclamações referente à publicidade abusiva não era grande e, com certeza, bem inferior ao número referente à publicidade enganosa. De qualquer forma informou que seria possível fazer um levantamento junto a sua base de dados para informar posteriormente os casos envolvendo essas reclamações.

Senhor Presidente, senhores conselheiros, é minha opinião que o Seminário sobre "Restrições em Publicidade e Propaganda", atendeu plenamente os objetivos deste Conselho. Mostrou que há uma fiscalização feita por um sistema misto de controle que impede e pune, quando necessário, os comerciais fora de um padrão ético e fora das normas legais e autorregulamentadas. Mostrou, ainda que existem restrições, reguladas e autorregulamentadas que vão ao encontro das garantias constitucionais asseguradas à nossa sociedade, restrições essas que podem ser ampliadas se o Congresso Nacional, com a assessoria deste Conselho, entender que assim deve proceder. Algumas até já foram sugeridas em projetos de lei que estão tramitando nas comissões temáticas das duas casas.

Dessa forma e se não houver objeção por parte dos meus pares sugiro, apenas, duas ações por parte deste conselho:

A primeira é encaminhar um ofício à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), reiterando a solicitação feita durante o Seminário pelo conselheiro Nascimento Silva e cobrando daquela Secretaria o levantamento das reclamações referentes a comerciais dirigidos às crianças e seu envio para este Conselho, ficando à critério do plenário se devemos ou não estipular prazo para isso.

A segunda sugestão é que solicitemos aos dois órgãos, Senacon e Conar, a criação de um relatório anual contendo os números de reclamações, as soluções que foram dadas, as punições impostas, enfim um retrato do que ocorreu no ano referente às reclamações dos consumidores contra comerciais. Esses relatórios poderiam ser enviados sempre no mês de março ou abril do ano subsequente, para que os órgãos tivessem tempo para elaboração deles, e serviriam para que o Conselho de Comunicação tivesse sempre uma visão atual do que ocorre nessa área e possa, dessa forma, assessorar melhor o Congresso Nacional.

É o relatório e a sugestão que deixo para apreciação do plenário

Obrigado, Sr. Presidente.

International Federation of Journalists

JIM BOUMELHA
President

ANTHONY BELLANGER
General Secretary

This Executive Committee meeting on 9th and 10th April in Brussels views with extreme concern the political events unfolding in Brazil, in particular reports that sections of the media have abandoned their independent role which has led to violent attacks against journalists and press freedom.

The IFJ notes that its Brazilian affiliate, FENAJ, has repeatedly denounced the media's treatment of events, which misinforms rather than informs, taints the ethical commitment of journalism in the pursuit of truth, and severely jeopardises citizens' rights.

The IFJ backs FENAJ's calls on media professionals to defend the responsibility and ethics of journalism. Journalists (whether voluntarily or not) are at the center of Brazil's current political crisis because of the role the media has taken. Therefore, it is more important than ever that journalists do not give up plying their trade, which is to bring true information to society.

Recognising that Brazilian democratic rights and press freedom are under threat, the IFJ resolves to send a message of support to our Brazilian affiliate and to make our position clear to the relevant authorities.

International Federation of Journalists, International Press Centre
Résidence Palace, Block C, 155 Rue de la Loi, B-1040 Brussels
Tel: +32 2 235 2200 Fax: +32 2 235 2219 E-mail: ifj@ifj.org

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Lemos) – Agradeço a participação e desejo a todos uma boa tarde, declarando uma vez mais encerrada a nossa reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 52 minutos.*)

ATO

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2016

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 716**, de 11 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 14, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R$ 420.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 2 de maio de 2016.-Senador **Renan Calheiros ,**Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eduardo Braga. . . . . AM
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Hélio José. . . . . DF
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PV / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14
PT-11 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Telmário Mota. . . . . PDT / RR

Bloco Moderador - 10
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1
PTC-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT
Zeze Perrella. . . . . PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10
PP-6 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
José Medeiros. . . . . PSD / MT
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

S/Partido - 3

Delcídio do Amaral. . . . . MS
Reguffe. . . . . DF
Walter Pinheiro. . . . . BA

PMDB	18
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco de Apoio ao Governo	14
Bloco Moderador	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	10
S/Partido	3
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (PMDB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14 **Líder** **Paulo Rocha - PT** (36,48,67,74) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,75) Telmário Mota (4,30,41,51,70) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Regina Sousa (40) ..... **Líder do PT - 11** **Paulo Rocha** (36,48,67,74) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,75) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Fátima Bezerra (33,72) Donizeti Nogueira (68) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,51,70)	**Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16** **Líder** **José Agripino - DEM** (38,62) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (37) Antonio Anastasia (45) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (11,57) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (39) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (38,62) **Líder do PV - 1** **Alvaro Dias** (19,77)	**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10** **Líder** **Lídice da Mata - PSB** (14,26) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (63,81) Vanessa Grazziotin (21,23) ..... **Líder do PSB - 7** **Antonio Carlos Valadares** (63,81) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (44,65) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (76) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,23) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10 **Líder** **Omar Aziz - PSD** (16,53) Vice-Líderes Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Otto Alencar (59) ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (10,15,43,52,56) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (16,53) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	**Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10** **Líder** **Fernando Collor - PTC** (5,6,79,84) Vice-Líderes Wellington Fagundes (50,55,83) Elmano Férrer (80,82) Eduardo Amorim (85) ..... **Líder do PTB - 3** **Elmano Férrer** (80,82) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (50,55,83) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (85) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,8) **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (5,6,79,84)	**PMDB - 18**
Governo **Líder** **Humberto Costa - PT** (20,25,61,64) Vice-Líderes Hélio José (49,58) Gleisi Hoffmann (71,73,78) Wellington Fagundes (50,55,83) Telmário Mota (4,30,41,51,70)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
38. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
39. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designanda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
48. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
52. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
53. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
57. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
58. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
59. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).

61. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
62. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
63. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
64. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
65. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
68. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
76. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
77. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
78. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
79. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
80. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
81. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
85. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (3)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015
Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:
*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.
**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 33034854
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. VAGO (5,13,16)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. VAGO (7,19)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (15)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (18)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (10)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

********. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015
Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (6)

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (2)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (4)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) (1)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrela; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

******. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015
Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (9)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 30/04/2016
Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (12)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
*******. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033511/10
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015
Prazo final prorrogado: 12/06/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (9)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

********. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

*********. Em 27.04.2016, foi lido o Requerimento nº 314, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (12)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (14)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (1)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (2)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:
1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (25)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
VAGO (32)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (29)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (30)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. VAGO (31)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (34)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO (18)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO (5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (17)	4. VAGO (6,18)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (16)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (19)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (21)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO (16)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (15)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
VAGO (24)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (20)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (21)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,25)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,25)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (10)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. VAGO (19)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO (4)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO (7)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (6)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO (4)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (2)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (2)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
Dário Berger - PMDB/SC (21)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015
Proxima Reunião: 03/05/2016 às 14:00

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015
Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)	Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991, Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado [1]
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos [1]

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado [2,4]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão [5]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211